

Andrei Maurey de Musacchio Leite

**TELEVISÃO E IDEOLOGIA:
Uma Análise das Relações de Dominação nas Ficções Seriadas**

Tese de Doutorado

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Maurício Carvalho

Rio de Janeiro
Novembro de 2022



Andrei Maurey de Musacchio Leite

TELEVISÃO E IDEOLOGIA:

Uma Análise das Relações de Dominação nas Ficções Seriadadas

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

Prof^a. Dr^a. Patrícia Maurício Carvalho

Orientadora

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Prof^a. Dr^a. Maria Immacolata Vassallo de Lopes

Departamento de Comunicação Social - USP

Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira

Departamento de Sociologia Política - IUPERJ

Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Follain de Figueiredo

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Prof.^a Dr^a. Lilian Saback de Sá Moraes

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 2022



Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, da orientadora e da universidade.

Andrei Maurey de Musacchio Leite

Doutorando em Comunicação Social pela PUC-Rio, Mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio (2018), Pós-Graduado em Comunicação e Imagem pela PUC-Rio (2016), Pós-Graduado em História da Sociedade Brasileira pela UVA (2015), Pós-Graduado em Roteiro para Cinema e TV pela UVA (2013), Graduado em Cinema pela Universidade Estácio de Sá (2011) e Graduando em Pedagogia em História (2023). Atualmente, faz parte do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia (LMSM), do IUPERJ e é membro do corpo editorial da Revista Entropia, do IUPERJ. Tem experiência na área de Teorias da Comunicação, História da Comunicação, Metodologias e Epistemologias da Comunicação, Ideologia Crítica, Teoria da Ficção e da Narrativa, Análise da Estrutura Narrativa, Estrutura Dramática e Roteiro de Cinema e Televisão.

Ficha Catalográfica

Leite, Andrei Maurey de Musacchio

Televisão e ideologia : uma análise das relações de dominação nas ficções seriadas / Andrei Maurey de Musacchio Leite ; orientadora: Patrícia Maurício Carvalho. – 2022.

395 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2022.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Comunicação. 3. Mídia. 4. Ideologia. 5. Televisão. 6. Ficções seriadas. I. Carvalho, Patrícia Maurício. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Agradecimentos

À CAPES/PROSUC, pela bolsa de estudos nesses quatro anos de árdua pesquisa;

À PUC-Rio e às suas instalações de ótima qualidade, além de uma excelente biblioteca, sem os quais essa pesquisa não teria sido possível;

À minha orientadora, Patrícia Maurício Carvalho, pela orientação atenciosa, apoio e comentários precisos, além das aulas em Economia Política da Comunicação;

Ao professor Fernando Vieira, pelas leituras na abordagem sociológica e marxista e pelos encontros proveitosos do grupo de pesquisa do LMSM, sem os quais, a pesquisa não teria a mesma qualidade;

À professora Vera Lucia Follain de Figueiredo e à professora Maria Immacolata Vassallo de Lopes, pelas ótimas aulas e apontamentos na qualificação, além da disciplina de metodologia na USP, cujas trocas foram excepcionais para a tese;

À Marise Lira de Sousa, por toda a ajuda, gentilezas e carinho ao longo de todo o período do Doutorado, além da sincera e afetuosa torcida pelo meu sucesso e pelo meu empenho acadêmico;

À minha mãe, Maria de Lourdes, por todo o apoio nos momentos difíceis, pela torcida do sucesso acadêmico, pelo auxílio financeiro, pela revisão final da tese e pela criação e conselhos que me tornaram a pessoa que sou hoje;

À minha tia, Regina Camacho, pela ajuda financeira para atender aos congressos, seminários e eventos acadêmicos, fundamentais para a concepção desta tese;

À minha ex-orientadora, Angeluccia Habert, pela aposta na minha carreira e pelos ensinamentos preciosos que me tornaram um pesquisador melhor;

Ao meu amigo, José Augusto Martini Costa, pela grande amizade, pelas palavras de incentivo e pelas marcantes e inesquecíveis ajudas, e ao meu amigo, Hermann Schiffer, pela grande amizade, pelos incentivos e pela generosidade e carinho;

Ao meu amigo, Thiago Araujo, pelas conversas agradáveis, pela amizade sincera e honesta e pelas discussões acadêmicas proveitosas;

A todos os outros amigos e amigas, responsáveis pela força necessária para seguir adiante, e que contribuíram direta e indiretamente para a realização desse sonho e pudesse chegar ao fim do percurso com mais confiança para continuar estudando e adquirindo conhecimento sobre o mundo.

Aos professores e coordenadores do Intercom e Intercom Junior, pela confiança depositada em mim e pela oportunidade de dar os primeiros passos acadêmicos;

A todos os colegas de turma da PUC-Rio, UVA e UNESA, e aos professores da minha trajetória acadêmica, todos fundamentais para me ajudar a descobrir meu talento e cujas participações foram vitais para o meu aprendizado;



Resumo

Maurey, Andrei; Carvalho, Patrícia. **Televisão e Ideologia: Uma Análise das Relações de Dominação nas Ficções Seriadas**. Rio de Janeiro, 2022. 395p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese percebe a evidente força e o espaço ocupado pela mídia na vida social contemporânea. Uma vez que o imaginário sociocultural de uma sociedade é constituído através das interrelações entre os indivíduos, o papel da mídia e suas consequências para a vida material adquire complexa proeminência. Inseridos na lógica do lucro, os conglomerados de mídia elaboram os seus produtos conforme as demandas do mercado e com alto enfoque na acumulação de capital. No cerne deste debate, subjaz a questão de como a instituição midiática se apresenta frente à manutenção das estruturas de poder. Por isso, é crucial entender que sendo parte da superestrutura, ela tem por função a reprodução da ordem social, isto é, as suas sedutoras mensagens veiculam significados e valores que atuam para perpetuar a dominação de classe e a paralisação social. Desta forma, pode-se indagar: qual a relação da mídia com o atual modelo econômico e com o contexto histórico-social em que está inserida? Há interesses particulares desses conglomerados em atuar contra a manutenção do *status quo*? De que maneiras os seus conteúdos sustentam as relações de dominação e omitem as contradições? Para respondê-las, elaboro discussões sobre os processos de dominação, exploração, desigualdades sociais, estrutura de classes e ideologia, além de investigar a atividade midiática sob o ponto de vista da inversão dos interesses, da propaganda política e seus aspectos antidemocráticos, inserindo-os no contexto político-midiático brasileiro. Por fim, no intuito de investigar essa reprodução ideológica no campo das ficções seriadas, conduzo uma análise marxista procurando compreender de que maneiras elas retratam as contradições e como atuam na reprodução da ordem social capitalista pela distorção das relações de dominação e classe, pela promoção dos interesses das classes dominantes e pela omissão das causas das desigualdades como uma condição intrínseca do capital.

Palavras-Chave

Comunicação; Mídia, Ideologia; Televisão; Ficções Seriadas.



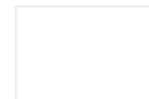
Abstract

Maurey, Andrei; Carvalho, Patrícia. **Television and Ideology: An Analysis of the Relations of Domination in Fiction Series**. Rio de Janeiro, 2022. 395p. Doctoral Thesis – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis perceives the evident strength and space occupied by the media in contemporary social life. Since the sociocultural imaginary of a society is constituted through the interrelationships between individuals, the role of media and its consequences for material life acquires complex prominence. Based on the logic of profit, media conglomerates develop their products according to market demands and with a high focus on capital accumulation. At the heart of this debate, there is the question of how the media institution presents itself in face of the maintenance of power structures. Therefore, it is crucial to understand that being part of the superstructure, it has the function of reproducing the social order, that is, its seductive messages convey meanings and values that act to perpetuate class domination and social paralysis. In this way, one can ask: what is the relationship of the media with the current economic model and with the historical-social context in which it is embedded? Are there any particular interests of these conglomerates in acting against the maintenance of the status quo? In what ways do its contents sustain relations of domination and omit contradictions? To answer them, I elaborate discussions on the processes of domination, exploitation, social inequalities, class structure and ideology, in addition to investigating media activity in the light of the strategy of the reversal of interests, political propaganda and its anti-democratic aspects, positioning them in the Brazilian political-media context. Finally, in order to investigate this ideological reproduction in the field of fiction series, I conduct a Marxist analysis trying to understand in what ways they portray the contradictions and how they act in the reproduction of the capitalist social order by distorting the relations of domination and class, by promoting the interests of the ruling classes and the omission of the causes of inequalities as an intrinsic condition of capital.

Keywords

Communication; Media; Ideology; Television; Fiction Series

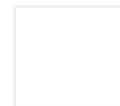


Sumário

| | |
|---|------------|
| Introdução..... | 10 |
| 1. Ideologia: O Ocultamento da Realidade Histórico-Social..... | 22 |
| 1.1 A Reprodução Social das Estruturas de Poder e a Dominação Política..... | 28 |
| 1.2 As Desigualdades e os Processos de Exploração e Opressão..... | 37 |
| 1.3 A Estrutura de Classes e as Interconexões da Vida Social..... | 48 |
| 1.4 Ideologia: Paralisação da Vontade Social, Sujeição e Obediência..... | 64 |
| 2. A Mídia e a Consolidação da Dominação e Submissão..... | 83 |
| 2.1 O Neoliberalismo e a Inversão dos Interesses na Mídia..... | 87 |
| 2.2 A Propaganda Política da Mídia e a Fabricação do Consenso..... | 106 |
| 2.3 A Auto-Censura e o Pluralismo da Voz Singular do Poder na Mídia..... | 128 |
| 3. O Contexto das Relações Político-Midiáticas do Brasil..... | 143 |
| 3.1 A Concentração Midiática e a Desregulamentação da Radiodifusão..... | 147 |
| 3.2 Rede Globo: O Império Ilegal da Comunicação Brasileira..... | 165 |
| 3.3 Dominação e Meritocracia: Os Privilégios nas Desigualdades Sociais..... | 192 |
| 4. A Quimera Global e a Inevitável Indefinição da Realidade..... | 218 |
| 5. A Metodologia Marxista de Análise da Sociedade Burguesa..... | 240 |
| 5.1 As Instâncias da Pesquisa e as Conexões Teórico-Epistemológicas..... | 253 |
| 5.2 As Etapas da Pesquisa e os Procedimentos Metodológicos..... | 266 |



| | |
|--|------------|
| 6. As Ficções Seriadas: Entretenimento no Jogo Capitalista..... | 274 |
| 6.1 Cidade dos Homens (2002): O Tráfico de Drogas e a Violência Invisível.. | 274 |
| 6.2 Antônia (2006): A Força da Mulher e a Fantasia da Ascensão Social..... | 281 |
| 6.3 Força-Tarefa (2009): A Relação Simbiótica Entre Corrupção e Estado..... | 288 |
| 6.4 Na Forma da Lei (2010): As Apostas Morais e a Vitória da Impunidade... | 295 |
| 6.5 A Cura (2010): O Pavor da Elites pela Saúde Coletiva e Gratuita..... | 303 |
| 6.6 Suburbia (2012): A Força do Milagre Divino na Ascensão Social..... | 313 |
| 6.7 A Teia (2014): A Autoridade Estatal e a Dualidade de Classe..... | 321 |
| 6.8 O Caçador (2014): A Relação Dúplice Moral do Caçador e da Presa..... | 330 |
| 6.9 Dupla Identidade (2014): A Corrosão em Série dos Aparelhos Estatais..... | 338 |
| 6.10 Sob Pressão (2017): O Penoso Diagnóstico da Saúde Pública Brasileira.. | 347 |
| 6.11 Carcereiros (2018): A Desgraça do Estigma de Presidiário..... | 354 |
| 6.12 Segunda Chamada (2019): A Educação Contra os Preconceitos..... | 361 |
| | |
| Considerações Finais e Perspectivas Futuras de Análise..... | 370 |
| | |
| Referências..... | 384 |



A terra é nossa, diziam. [...] E as terras não pertenciam aos homens armados, mas estes pensavam que eram os donos das terras. E os empregados que se exercitavam à noite nada possuíam de seu; e os proprietários de lojas insignificantes não possuíam nada além de dívidas. [...] E as companhias e os bancos trabalhavam para a sua própria ruína, mas não sabiam disso. Os campos estavam prenhes de frutas, mas nas estradas marchavam homens que morriam de fome. Os celeiros repletos, mas as crianças pobres cresciam raquíticas. Em seus peitos intumesciam as pústulas escrofulosas. As grandes companhias não sabiam o quão tênue era a linha divisória entre a fome e a ira. E o dinheiro que podia ter sido empregado em melhores salários era gasto em bombas de gás, em carabinas, em agentes e espiões, e em listas negras e em exércitos armados. Nas estradas os homens locomoviam-se qual formigas, à procura de trabalho e de comida. E a ira começou a fermentar.

- John Steinbeck, "As Vinhas da Ira"

É mais fácil explorar as pessoas quando elas acham que são livres e autônomas. Reclamar do quê e de quem, se o mundo é perfeito e transparente? Se há algo errado, então o erro só pode estar em nós mesmos, que não somos suficientemente livres, autônomos, diligentes ou disciplinados. É exatamente por isso que existem essas mentiras, que estão por toda parte: nas escolas, nas universidades, no cinema, na televisão, nos jornais, nas propagandas – e em tudo o que vemos e ouvimos desde que nascemos. Essa é a função delas.

- Jessé Souza, "A Classe Média no Espelho"

Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal. Contudo, está ao meu alcance descrever o que, na sociedade existente, não é ideal para nenhuma espécie de existência humana em sociedade.

- Florestan Fernandes, "A Revolução Burguesa no Brasil"



Introdução

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta na sua plenitude a essência de qualquer sistema ideológico: o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem (Debord, 2003, p.161-2).

Há muitos anos, reinava na Pérsia um homem que tinha dois filhos, Shariar e Shazaman¹. Certo dia, Shariar teve saudade de seu irmão e enviou seu vizir para convidá-lo a vir ao seu reino. No meio do caminho, Shazaman lembrou-se de um documento que gostaria de mostrar a Shariar e retornou para buscá-lo. Ao entrar de volta no palácio, encontrou sua mulher no leito imperial, deitada ao lado de um escravo. Sacou a espada, cortou as suas cabeças e retomou sua viagem. Chegando ao reino de Shariar, estava abatido. Ao ser indagado pelas causas da depressão, optou por não revelar. Para animá-lo, o rei organizou um safári e uma excursão de caça, mas Shazaman desculpou-se, ficando sozinho no palácio. No dia seguinte, da janela do quarto, ele contemplou vinte escravas e vinte escravos encontrando-se no jardim e espantou-se quando reconheceu a esposa do irmão no meio deles. Em dado momento, a rainha chamou para si um escravo, entregando-se a ele e deu sinal para que os outros se juntassem ao casal. Observando tudo com atenção, Shazaman pensou: "Por Alá, minha desgraça é menos pesada que a de meu irmão" e as mágoas em seus pensamentos foram dissipadas; ele não era o único a sofrer.

Quando Shariar regressou, alegrou-se em vê-lo melhor e quis saber a causa da mudança tão repentina. Sob pressão, o irmão confessou e Shariar revelou que gostaria de ver com os próprios olhos. Shazaman recomendou-o a proclamar que estaria viajando para um país longínquo para, depois, retornar em segredo. Assim, ele encarregou de anunciar a todos a sua ida em uma viagem demorada, preparou os soldados e partiu. Em seguida, disfarçado de mercador, voltou ao seu palácio e testemunhou o encontro carnal da rainha. Angustiado, o rei Shariar declarou que iria buscar outro destino pelo caminho de Alá, visto que ele e o irmão só poderiam retornar se localizassem homens mais desgraçados do que eles. Às pressas, ambos saíram do palácio, viajaram por muitos dias até chegarem a um prado à beira-mar e pararam para repousar. À tarde, uma coluna de fumaça negra ergueu-se do mar, transformando-se num gênio carregando um baú enquanto os dois irmãos corriam para se esconder no topo de uma árvore. Esta criatura, um *Ifrit*, sentou-se próximo

¹ Introdução livremente inspirada em duas obras que reeditam as narrativas das *Mil e Uma Noites*, cujas traduções são de Mamede Jarouche (2006) e Mansour Chalita (1999).

a eles e, sem vê-los, abriu o cofre, revelando uma mulher de extraordinária beleza. Em seguida, ele fechou os olhos e caiu em sono profundo. Ao ver os dois reis, a mulher acenou-lhes para se aproximarem, dizendo para não terem medo. Os dois, temerosos por terem sido vistos, hesitaram, até que ela ameaçou acordá-lo se não atendessem o seu desejo de ser possuída. Sem saída, eles acataram a ordem. Após o ato, ela lhes mostrou um pequeno saco com noventa e oito anéis, explicou que eram jóias dadas a ela por homens com quem copulara e requisitou que cada um deles doasse mais uma peça para sua brilhante coleção. Então, ela revelou a sua triste história: o gênio havia raptado-a na noite de seu casamento e a aprisionara por ciúme, proibindo-a de ver outros homens. Por vingança, ela passou a se deitar com viajantes, satisfeita pela ignorância da criatura de que "quando uma mulher deseja alguma coisa, ninguém pode impedi-la", segundo as suas palavras.

Os irmãos se entreolharam e sentiram-se consolados, pois o gênio era mais desgraçado do que eles. Regressaram aos seus palácios e Shariar mandou cortar a cabeça da esposa e dos quarenta escravos. Nos dias seguintes, receoso da ideia de que ninguém pode conter as mulheres, ele decidiu casar-se com uma nova donzela a cada noite, matando-a na aurora para prevenir qualquer traição. Imposto o seu decreto, o reino encheu-se de tristeza e horror, com as famílias fugindo para salvar as suas filhas. Certo dia, o vizir, encarregado de encontrar as mulheres, procurou e retornou ao palácio de mãos vazias, desesperado com o que o rei poderia fazer com ele. Isto porque ele possuía duas filhas que excediam as demais moças do reino em beleza, educação, charme e inteligência. Sherazade, a mais velha, havia lido inúmeros livros, conhecia a história de todos os povos, dos reis e dos poetas antigos e modernos, era eloquente e sua voz, melodiosa e agradável. A princesa, vendo o seu pai infeliz, interveio: "Por Alá, pai, deve casar-me com o rei. Não importa que morra ou sobreviva, saberei livrar as filhas de todos os muçulmanos desta vil calamidade". Sob protesto, o vizir atendeu ao pedido e levou-a ao rei.

No entanto, ela havia elaborado uma estratégia. Pedira à irmã Duniazade que antes de dormir lhe perguntasse se poderia contar uma de suas maravilhosas histórias, o que a irmã prontamente fez. No início, Shariar resmungou, mas acabou acatando na esperança de suavizar a sua habitual insônia. Sherazade falou com sua voz inebriante por toda a noite, trancando a atenção de Shariar e interrompendo no momento mais empolgante. O rei ordenou que ela continuasse, mas a princesa lhe lembrou de que os raios de sol irrompiam pela janela e a sua cabeça estava prestes

a ser decepada. Curioso, Shariar suspendeu o carrasco naquela manhã e deitou-se para dormir. À noite, decretou que ela terminasse a estória e, quando isto foi feito, impôs que começasse outra. Então, noite após noite, Sherazade desfiou fantásticas fábulas de terror, piedade, amor e ódio, angústias, medos e paixões desenfreadas, de bons corações e intenções egoístas, de atitudes generosas e intenções cruéis, de vinganças, delicadezas e grosserias imensuráveis e personagens tão mágicos que eram capazes de atirar até os mais desinteressados ouvintes.

Os dias se passaram, tornando-se meses e mesmo anos. Depois do conto de um famoso príncipe, Sherazade silenciou-se, deixando o rei pensativo. Então, ela se levantou, caminhou na sua direção, beijou a terra no chão à sua volta e lhe fez um gentil pedido: "Ó rei do tempo, inigualável na grandeza, eu sou tua escrava e te contei durante mil e uma noites histórias antigas da sabedoria de gerações. Ser-me-á permitido solicitar um favor de tua majestade?". Shariar consentiu, ela pediu que trouxessem os três meninos e continuou: "Estes são teus filhos e o favor que peço é para que não me mandes matar para que eles não se tornem órfãos e sejam criados sem mãe". O rei ficou comovido às lágrimas. Apertou seus filhos contra o coração e disse já ter lhe poupado a vida há muito tempo, pois jamais conseguiria viver sem ela. E prometeu que daquele dia em diante faria tudo para afastar dela qualquer mal e sofrimento. Ao ouvir isso, a princesa Sherazade beijou-lhe as mãos e os pés e a alegria ecoou por todo o palácio, transbordando para a cidade inteira.

Há algo de mágico na coleção de histórias e contos populares que integram o livro das *Mil e Uma Noites*. Além de seus ingredientes fantásticos, da narrativa inebriante, sua diversidade temática e os personagens tão bem construídos, talvez o elemento mais visceral da obra seja justamente a utilização das fábulas e os seus cortes estratégicos como uma questão de sobrevivência. A dinâmica dos contos e dos acontecimentos acaba tragando, não somente o rei, mas também os leitores, para dentro desses mundos fascinantes de sua narrativa. Este é o poder de suas ficções seriadas, desarmar a audiência e incitá-la à curiosidade a ponto de alterar decisões e decretos reais. Isto posto, considerando a obra por outro ângulo, um elemento de menor evidência é o poder da palavra de Sherazade e a sua enorme competência para persuadir e encarcerar a mente de seu receptor. O rei Shariar, completamente suspenso pela imposição de uma realidade habilmente produzida e transmitida, "esquecera-se" até de que tinha filhos crescidos, pois, durante aquele esplêndido período de noites iluminadas, a sua vida girou em torno das fábulas de

sua rainha. Em face ao que foi exposto, fazendo uma analogia com a estória de Sherazade, pode-se interrogar: e se, no mundo contemporâneo, algumas narrativas estivessem perpetuando ideias para prevenir que as estruturas de poder sejam degoladas? E se as visões de mundo alicerçadas e reproduzidas pelo capitalismo estivessem elaborando suas fábulas, não por mil noites, mas ao longo de centenas de milhares delas para sustentar a sua existência em meio à distração do povo-rei?

Com isto em mente, esta tese visa realizar uma análise marxista da mídia acerca de sua reprodução ideológica nas ficções seriadas televisivas. Assim, para um trabalho acadêmico desta envergadura, é necessária uma postura teórica que seja condizente com sua proposta e possibilidades de alcance. Para tanto, utilizarei autores de diferentes esferas do conhecimento, cujas discussões irão proporcionar o compromisso multidisciplinar capaz de prover respostas concretas e pertinentes. Além disso, defendo que uma escrita acadêmica pautada como ferramenta política deve levar em conta um texto cujas nuances simbólicas contenham o mínimo de significados ambíguos, mesmo às custas de se tornar repetitivo.

Como um aspecto básico de nossa subjetividade, ao se discutir o papel ou função das ideias em uma organização social, são compreensíveis certas ações dos indivíduos em situações onde estão em jogo a sobrevivência pessoal e a segurança de seu grupo. Mesmo para as operações mais brutas e irracionais, pode-se buscar uma ou mais causas materiais que expliquem o seu ímpeto inicial. Por outro lado, torna-se muito mais difícil entender quando os seres humanos realizam ações sob a influência de ideias abstratas, sobretudo, quando eles consideram que seus atos estão protegidos sob à égide perfeita e imaculada de uma observação da realidade social que toma a aparência dos fenômenos como a comprovação empírica de sua essência. Neste ponto, ilumina-se a relevância de uma pesquisa que leve em conta uma análise marxista da ideologia e a sua ação como um pálido véu que encobre as relações sociais e/ou interpela os indivíduos para uma ordem social específica, qualificando-os para as funções que exercerão na sociedade. Deste modo, ela pode providenciar respostas acerca da tendência das classes oprimidas e exploradas de acreditar na justiça ou na inevitabilidade da existência de uma ordem social que as oprime e/ou sobre a base de crenças, ideias e significados com os quais as pessoas reconhecem uma realidade social como benéfica para eles, agindo em prol do que acreditam ser a superioridade ou "divindade" dos seus governantes.

Neste sentido, embora as instituições da arena política sejam um território marcante das relações de poder e dominação, conforme John Thompson (2009), para a grande maioria das pessoas, as relações que mais afetam as suas existências são as experimentadas pelo cotidiano, como as relações familiares, no ambiente de trabalho, nas escolas e universidades, no lazer, entre amigos, etc.; portanto, para ele, estudar ideologia é se interessar tanto pelo conjunto de instituições da esfera política, quanto pelos contextos da vida cotidiana (costumeiramente presentes nas ficções seriadas audiovisuais). Ademais, os autores clássicos da ideologia trataram pouco suas condições de reprodução através dos meios de comunicação, tendendo a observar a sua evolução como mecanismos de controle social, no qual as ideias dominantes eram propagadas e as consciências dos dominados eram manipuladas e controladas (Thompson, 2009). Em consideração a isso e na intenção de prover um estudo que siga por outros caminhos, cumpre interrogar: numa divisão social do trabalho complexa como a do mundo atual, como trabalhar com um conceito formulado à luz do diagnóstico das sociedades industriais? Como explicar essas complexidades junto às formações institucionais do presente? Em que ponto se encontra a discussão acerca da reprodução social do capitalismo? O par capital *versus* proletariado junto aos fenômenos da dominação e exploração podem ainda ser apontados como peças-chave na compreensão das contradições internas das sociedades? Como considerar as fronteiras e barreiras no que concerne a estrutura, a formação, a mobilidade, a consciência e as lutas de classe? E por último, como a "classe média", tão vasta e plural em suas possibilidades de concepção, deve ser situada neste quadro polarizado de classes?

Um problema inicial em uma tese que pretende averiguar essa reprodução ideológica na mídia é o caráter indiscutível e radicalmente diferente dos meios de comunicação da época de Karl Marx; a sua capacidade de difusão de informações e o impacto delas nas audiências são extremamente evoluídos. Aliado a isso, tem-se que as novas relações de trabalho, a complexidade intrínseca das corporações, a ampla diversidade nas possibilidades de atuação profissional (envolvendo todo o campo midiático) e a diluição do poder pelas variadas instituições são alguns dos exemplos dessas dificuldades. Portanto, se Karl Marx não basta, permanece sendo imprescindível como ponto de partida. Não obstante, seus conceitos e categorias requerem atualizações e revisões teóricas, as quais serão realizadas através de um diálogo com uma produção mais centrada no marxismo analítico.

Tendo isso em vista, no capítulo 1², abordo uma discussão acerca da noção de ideologia, levando em conta outras categorias marxianas que necessitam ser desenvolvidas, tais como as relações de produção e as forças produtivas, as quais perfazem as dinâmicas que asseguram a reprodução da ordem social (a estrutura econômica e a superestrutura política, legal e ideológica); a dominação e os seus principais aspectos para as posições de classe, passando pela atividade do Estado e sua tendência em favorecer medidas políticas mais alinhadas com uma força do que outras; as desigualdades sociais, as quais emergem como consequência destas relações, sendo uma condição intrínseca para a existência do capital; a exploração, que resume-se ao processo no qual uma classe se apropria do trabalho de outras classes, seja pelos direitos de propriedade ou pelo acesso aos meios de produção (ou seja, resulta do fato de os trabalhadores terem de se sujeitar a vender sua força de trabalho no mercado); e a estrutura de classes, para uma importante observação de seus elementos, tais como a formação, os lugares, a mobilidade, a consciência e as lutas de classes. Por fim, aporto nas noções de ideologia propostas por Karl Marx para avançá-las com a contribuição de outros autores marxistas, tornando possível a compreensão quanto à existência de ideias e valores que percorrem o horizonte social, reproduzindo a ordem capitalista e paralisando a vontade social frente às alternativas de mudanças sociopolíticas.

Ao lançarmos o olhar para a indústria midiática nos dias de hoje, podemos apreender os aspectos relevantes acerca da produção de conteúdo e transmissão de significados. Inserida nos movimentos globais de adaptações às realidades do mercado, a mídia tem buscado constantes subterfúgios para continuar existindo e expandindo suas atividades, o que acarretou, nas últimas décadas, na formação de gigantescos oligopólios mundiais. Diante disso, esta tese aquiesce a extrema força e o espaço ocupado pela mídia na vida contemporânea, cujas constantes relações entre as narrativas e as suas audiências promovem a formação e a constituição do imaginário sociopolítico e cultural das sociedades. A fundamentação teórica a ser desenvolvida reconhece a participação dos indivíduos nos múltiplos processos comunicativos e admite que a mídia não exerce controle absoluto sobre as formas

² É válido comentar que a tese foi organizada para uma trajetória que vai do geral ao particular, ou seja, início com os conceitos universais do marxismo para, em seguida, observá-los na instituição midiática e suas práticas antidemocráticas. Depois, abordo o cenário político-midiático brasileiro e as noções acerca da televisão e suas ficções seriadas, terminando na exposição da metodologia e das subsequentes análises do objeto.

de apreensão de suas narrativas. Os indivíduos, dotados de plenas capacidades de reação, confrontam essas narrativas com seus valores e opiniões em um processo simbólico contínuo de aceitação ou rejeição das mensagens³.

Nesta lógica, no centro das práticas que rodeiam a atividade midiática, jaz o debate sobre a sua função quanto à reprodução das estruturas de poder. Em vista disso, não há razões para que a mídia não seja minuciosamente analisada como um meio potente de transmissão de propaganda (mesmo que ela não signifique um projétil atirado na cabeça das audiências); afinal, desconsiderar quaisquer noções críticas no exame de sua produção de conteúdo, além de ser uma ingênua posição acadêmica, estaria negligenciando aspectos essenciais de sua atividade e gerando conclusões incapazes de fornecer explicações viáveis sobre as suas relações com o capitalismo. Em virtude disso, algumas perguntas irão permear o capítulo: qual a relação da mídia com o atual modelo econômico e com o contexto histórico-social em que está inserida? Quais os interesses na sua produção de sentidos? Ela omite as relações contraditórias do capitalismo? Qual o papel do poder corporativo na elaboração das informações noticiosas? Ele exerce algum tipo de influência nessas práticas? Como a ordem social é reproduzida nos seus conteúdos? A busca pelo lucro inviabiliza a sua responsabilidade social? E qual a relação da diversidade e pluralismo das informações com as visões de mundo alternativas?

No capítulo 2, o caminho a ser percorrido buscará investigar como a mídia, a partir de sua posição hegemônica de disseminação de ideias, reproduz a ordem social, contribuindo de maneira extensiva para a consolidação da dominação e a submissão voluntária e não-coercitiva. Para tanto, discuto como o neoliberalismo dominou as esferas culturais, econômicas e sociopolíticas da sociedade como uma reafirmação dos privilégios de classe e que, através da realização da inversão dos interesses, passou a difundir largamente os interesses das elites dominantes sob uma "máscara dos interesses universais". Em seguida, exponho um breve histórico da propaganda política para aportar no conceito de fabricação do consenso, cujo modelo permite observar as relações entre capital e mídia e como a conformidade

³ Essa é a suma importância de um estudo crítico: "[ele] conceitua a sociedade como um terreno de dominação e resistência, fazendo uma crítica da dominação e dos modos como a cultura veiculada pela mídia se empenha em reiterar as relações de dominação e opressão. [...] A cultura da mídia pode constituir um entrave para a democracia quando reproduz discursos reacionários, promovendo o racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros, mas também pode propiciar o avanço dos interesses dos grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo (Kellner, 2001, p.12-13).

é instaurada pela consolidação dessa inversão (algemando sua atividade por meio dos filtros financeiros do poder). Com discussões à luz da Economia Política da Comunicação⁴, abordarei como esses veículos dominantes afetam a produção de informação, tornando-se um verdadeiro poder antidemocrático; afinal, protegidos pela "liberdade de expressão", eles rechaçam as tentativas de regulação e controle, fixam uma auto-censura pautada pelos interesses particulares e excluem as vozes que não se encaixam nos seus propósitos ideológicos e de mercado. Levados pelos processos de monopolização, discutirei como essa atividade resultou em um falso pluralismo de informações, pois não há diversidade na produção e na circulação de ideias, opiniões e valores (em nível sistêmico), prejudicando a democratização da comunicação ao impedir a participação da maioria nos assuntos públicos e os debates acerca dos interesses universais.

O contexto político-midiático do Brasil é o tema do capítulo 3, onde inicio por uma discussão em torno do setor da radiodifusão e as inúmeras barreiras e entraves impostos pelo poder corporativo às tentativas de regulação e controle da atividade e da distribuição de outorgas. Historicamente, as leis, decretos e projetos de emenda constitucional avançaram a legislação da comunicação, mas em meio aos processos ilegais de troca de favores e barganhas políticas, os quais ajudaram na grande concentração midiática do país e causaram o profundo vazio regulatório que impede a plena democratização do setor. A história da emissora Rede Globo, englobando as suas "ações ilegais planejadas", é de suma relevância para iluminar as múltiplas relações promíscuas da empresa com a política nacional. Pela análise dos escândalos perpetrados, será possível compreender o nível de influência que ela exerce e a sua dominação e participação estratégica e ideológica na política, as quais alçaram-na ao patamar de décimo sétimo maior conglomerado midiático do planeta (o maior da América Latina), em 2015⁵. Na última parte, utilizo as noções levantadas para entender a dominação no contexto brasileiro a partir de um breve resumo das raízes históricas do modo de produção capitalista, as relações com as oligarquias rurais e a formação da classe burguesa no país. Através delas, pode-se observar as especificidades do nosso cenário em meio às novas investidas do neoliberalismo. Por fim, visto que a ascensão social é assunto recorrente na mídia,

⁴ A intenção nesta parte é expor a atividade midiática com base nos estudos da EPC para desvelar elementos acerca da sua organização e produção informativa, permitindo vislumbrar os interesses subjacentes, embora seus pressupostos não sejam utilizados na análise do objeto.

⁵ Segundo o *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <https://bit.ly/3rDergM>.

procurarei examiná-la sob o enfoque da meritocracia e seus efeitos deletérios para a sociedade, os quais providenciarão respostas para esclarecer como a narrativa do vitorioso pelo mérito procura justificar os privilégios das altas classes enquanto desloca a culpa sistêmica para os próprios indivíduos. Em seguida, adiciono uma discussão da situação da classe média no novo milênio, a fim de explorar as suas relações ambíguas com os interesses das classes dominantes e os efeitos nocivos do ideal meritocrático para ela.

No capítulo 4, abordo as bases teóricas da televisão e das ficções seriadas no intuito de demonstrar como ela se tornou um aparelho de extrema influência na consolidação de padrões, hábitos e valores, constituindo-se em um dos principais dispositivos de atuação na manutenção das relações capitalistas de dominação e da submissão voluntária e não-coercitiva. A mensagem televisiva tem enorme poder de incrustar-se no imaginário e na memória dos indivíduos, organizando os seus pensamentos e reforçando as suas visões de mundo. No que tange a isso, cumpre indagar: de que modo a televisão e as ficções seriadas reproduzem a dominação e ocultam os processos histórico-sociais da exploração e os privilégios de classe? Quais suas evidências quanto à inversão dos interesses? E, por último, há espaço para críticas em nível sistêmico, apresentando ideias alternativas para a mudança social? Para Venício de Lima (2004a), a mídia deliberadamente *distorce, promove e omite* informações para fins políticos. Tomando emprestadas essas palavras, irei realizar a gênese da *Quimera Global*, a besta ideológica nascida das relações que ocorrem no núcleo das contingências histórico-sociais das relações capitalistas de produção e dos processos ilegais que acompanharam a evolução do nosso setor de radiodifusão no país. Assim, construída para ser a ilustração dos quadros teóricos dos capítulos anteriores, procurarei demonstrar como essa besta atua por meio de suas três cabeças, cujos efeitos podem ser observados como as representações que pervertem as relações de dominação e classe, promovem os interesses das classes dominantes e omitem as contradições e as causas das desigualdades sociais como condição intrínseca do capital.

No capítulo 5, retiro de algumas obras de Karl Marx as passagens que irão auxiliar na compreensão do método marxista. Em seguida, utilizo o livro de Maria Immacolata Lopes (2003) para delimitar a pesquisa e construir o modelo teórico-metodológico utilizado na análise. Uma vez que, para a autora, todas as pesquisas percorrem as quatro instâncias de modo simultâneo com suas quatro fases, optei

por explicar cada um desses momentos em separado: primeiro, porque, isolados, permitem uma observação mais nítida sobre suas particularidades; e segundo, para que fique clara a conexão de mais teorias. Uma delas é a de Robert Alford e Roger Friedland (1985) que desenvolve um quadro teórico ao englobar uma tipologia em torno das seis lutas políticas mais primordiais (em nível situacional, estrutural e sistêmico) que ocorrem nas sociedades capitalistas, reconhecendo a autonomia das instituições, das alianças estratégicas de interesses e suas ações contingentes. Por meio da metáfora de um jogo, pode-se pensar nas lutas pelo poder sistêmico como aquelas que definem qual jogo deve ser jogado (capitalismo *versus* socialismo); as lutas pelo poder estrutural ocorrem sobre as "regras do jogo" (as reformas ou visões reacionárias que buscam modelar um tipo de jogo); e as lutas envolvendo o poder situacional preocupam-se com "as jogadas dentro de um conjunto fixo de regras" (os interesses de amplos setores da sociedade, como os impulsos liberais em oposição aos conservadores). Esta metáfora irá possibilitar uma maneira mais objetiva de vasculhar as representações nas ficções seriadas, amparando o exame com um mapa conceitual capaz de fornecer as ferramentas para uma exposição argumentativa com o compromisso, nesta tese, de ser perceptível e verificável⁶.

Na parte seguinte, passo à exibição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, incluindo a justificativa, os objetivos e as hipóteses, encerrando com o arranjo pautado pela descrição das unidades de análise. Quanto à problemática de pesquisa, posto que a tese foca na análise das ficções seriadas brasileiras de drama da Rede Globo, produzidas no século XXI, a interrogação central é a seguinte: de que maneiras as ficções seriadas retratam as contradições e como elas atuam na reprodução da ordem social capitalista pela distorção das relações de dominação e classe, pela promoção dos interesses das classes dominantes e pela omissão das causas das desigualdades como uma condição intrínseca do capital?

Neste quadro, o objetivo geral visa compreender as maneiras com que as contradições são retratadas e como suas representações comportam-se em relação aos processos de distorção, promoção e omissão das questões acima citadas. Os

⁶ Um exemplo da potência desta metáfora pode ser vislumbrada ao se analisar temas controversos da mídia, como as inclinações no espectro sociopolítico e as lutas por avanços sociais, entre elas, as questões de gênero, étnicas e de orientação sexual. Uma vez que elas constituem-se como vastos territórios simbólicos, pode-se entender em que posição elas se encontram frente às estruturas de poder a partir das suas proposições críticas em nível sistêmico, organizacional ou situacional, isto é, em que determinado grau elas efetuam jogadas em prol dos seus interesses, propõem alterações significativas nas regras ou incentivam a superação do jogo capitalista.

objetivos específicos são: averiguar os elementos que apontam para a *dominação* e *submissão* de classe, levando em consideração a sua estrutura, mobilidade e as consciências de classe num contexto atravessado pela ausência de contradições, pelos mecanismos de sujeição e pelas justificativas do ideal *meritocrático* e dos privilégios de classe, além do exame se há críticas em nível *sistêmico*; investigar a percepção da realidade social diegética pelos personagens e examinar as relações que permeiam suas condições materiais de vida, observando as suas consciências de classe e as maneiras com que são representadas suas *percepções/observações* sobre o que existe, as *noções acerca das consequências* dentro de um leque de opções sobre o que é possível e como se dão os elementos desejáveis sobre o que é certo em termos de *benefícios e ganhos materiais*; desvelar as ideias subjacentes que envolvem as *desigualdades* e as formas como os processos de dominação e exploração são omitidos de modo a naturalizar as suas existências e/ou justificá-las como a consequência dos atributos individuais, como subproduto de processos culturais ou referente à natureza das oportunidades, além de verificar as condições em que os personagens observam e acatam as suas capacidades de funcionarem plenamente como seres humanos; e contribuir com um conhecimento teórico-metodológico em Comunicação Social à luz de uma perspectiva marxista, galgada não somente em iluminar os traços obscuros das estruturas de poder na sociedade, mas oferecer um quadro de referência para futuras pesquisas no campo.

Quanto às hipóteses, uma vez que os pressupostos do método marxista corroboram com a posição de que a instituição midiática é um aparelho reprodutor da ideologia e dos interesses das classes dominantes, as hipóteses podem ser definidas como a confirmação de cada objetivo levantado. Entretanto, para fins de objetividade, exibirei a hipótese central, seguida das hipóteses derivadas: 1) as ficções seriadas não demonstram críticas, em nível sistêmico, apenas de modo consensual; elas não denotam evidências acerca das ideias que podem desvelar ou racionalizar a superação do modo de produção capitalista; as ficções seriadas ocultam as contradições capitalistas sistêmicas, mas contêm conflitos particulares em nível organizacional e situacional que promovem os interesses das classes dominantes; as ficções seriadas entrecruzam dimensões ideológicas para formar um quadro que inclui excessivos mecanismos de sujeição e obediência; as ficções seriadas englobam regras de distorção e perversão dos processos de dominação e classe, tornando-os inexistentes ou minimizados; e as ficções seriadas omitem as

causas das desigualdades como condição intrínseca do capital, além das relações que impedem os indivíduos de funcionarem plenamente como seres humanos.

Tecidas essas considerações, no capítulo 6, apresento a análise, utilizando toda a fundamentação teórica levantada para perscrutar as suas relações e nexos internos em busca de elementos que possam iluminar a reprodução ideológica e as relações de dominação. Incrementadas pelo forte tempero do senso comum, essas reproduções tendem a ser imperceptíveis à primeira vista, justamente por causa dos seus aspectos comuns e da amplitude de sua presença, tornando-as difíceis de serem percebidas e desveladas. Por conta disso, defendo a importância de um olhar crítico sobre a mídia, pois é imperioso que as audiências estejam atentas aos conteúdos e questionem os assuntos que percorrem o horizonte social espelhando ideias e realidades que não correspondem aos interesses universais da sociedade.

Por último, para elucidar uma justificativa desta pesquisa, não encontrei nenhuma produção acadêmica semelhante nas universidades brasileiras que tenha pretendido realizar uma sistematização da totalidade da reprodução ideológica nas ficções seriadas, sob um viés crítico, que atravessasse o eixo de classes e visasse obter respostas concretas em nível sistêmico. Esta ausência sinaliza a urgência por mais pesquisas e estudos que abarquem as relações da mídia com as estruturas de poder da sociedade e que permitam desvelar como certas ideias fixam sentidos no processo de reprodução da ordem social capitalista, reforçando uma realidade que, em múltiplas esferas sociopolíticas, passou a ser reconhecida como legítima.



1. Ideologia: O Ocultamento da Realidade Histórico-Social

Como a classe operária assumirá o poder em uma formação social em que o poder dominante está sutil e difusamente presente em todas as práticas habituais diárias, intimamente entrelaçado com a própria "cultura", inscrito na própria textura de nossa experiência, da pré-escola ao salão do velório? Como combatemos um poder que se tornou o "senso comum" de toda uma ordem social em vez de um poder que é amplamente percebido como alheio e opressivo? (Eagleton, 2019, p.129).

Em 1828, o Sr. Thomas Peel se preparava para partir da Inglaterra para o Rio Swan, na Austrália¹. Impulsionado pelos incentivos da colonização britânica e os investimentos e promessas de riqueza, ele recebera da coroa os direitos sobre determinadas terras com a missão de fundar uma comunidade com a qual a capital Londres pudesse estabelecer um comércio lucrativo. Em suas naus, lembrou de colocar tudo o que fosse necessário para o seu empreendimento: as máquinas de produção industrial, as ferramentas de trabalho, os meios de subsistência e três mil operários (homens, mulheres e crianças), todos qualificados e treinados para os cargos a serem ocupados na distante colônia.

Eis que, ao desembarcar, seus operários imediatamente abandonaram a sua causa, tomando para si as terras da região. Eles iniciaram uma plantação por conta própria, levantaram suas moradias, "passaram a caçar de manhã e pescar à tarde", comemoraram as colheitas e puderam se reproduzir e garantir a sobrevivência de suas proles. O Sr. Peel, logo no primeiro dia, viu-se desprovido de seus criados e trabalhadores, ficando sem ninguém até para lhe trazer água do rio. Sozinho, procurou por respostas: o que havia acontecido? Ele planejara os detalhes com tanto cuidado, por que dera errado? Ora, para compreender o que se passou com o Sr. Peel², a exposição de um breve contexto histórico da época se faz necessária.

Na Grã-Bretanha do século XIX, lordes de riqueza inestimável e influentes parlamentares formavam a alta cúpula aristocrática que determinava as questões políticas da Europa e, conseqüentemente, de uma imensa extensão de terras por todo o planeta. O Império Britânico, principalmente após as vitórias nas batalhas

¹ É importante frisar que algumas informações extras foram adicionadas à história. Entretanto, defendo que esses conteúdos se tratam de uma alusão à expansão capitalista e não deturpam ou descaracterizam seus elementos principais.

² Thomas Peel foi primo de segundo grau de Robert Peel, duas vezes Primeiro Ministro do Reino Unido (1834-35 e 1841-46) e um dos fundadores do Partido Conservador, além de ser patrono da moderna polícia inglesa e ter fundado o Serviço de Polícia Metropolitano, a *Scotland Yard*, em Londres, em 1829 (Hasluck, 1967).

napoleônicas e com a grande expansão econômica pós-revolução capitalista, havia conseguido abrir os caminhos para navegar em águas profundas e distantes sem concorrência, tornando-se o maior império da história da humanidade. Nessa época, Londres era a capital financeira e industrial do mundo, de onde os bancos e investidores privados apostavam largamente na vida além-mar.

Durante esse período, um homem destacou-se como uma figura-chave nas novas colônias e no estabelecimento da coroa inglesa na Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Seu nome era Edward Gibbon Wakefield³ e ficou bastante conhecido pelo seu conjunto de ideias, práticas e planos que visavam transformar os modos de colonização efetuados pelos ingleses. Tudo começou com a sua carta *A Letter From Sidney*, de 1829, publicada enquanto cumpria pena, onde ele declarou que a falta de uma força de trabalho adequada era o motivo da miséria nas colônias. Para superar essas deficiências, engajou-se na produção teórica que nomeou de "colonização sistemática", uma série de propostas para a coroa inglesa quanto à aquisição de terras, de trabalho qualificado e investimento de capital no exterior. Esse programa foi tão bem-sucedido que obteve adesão até de pessoas bastante influentes, como Jeremy Bentham e James Mill (ambos amigos de seu pai e fortes influências na sua infância). Mais tarde, no livro *England and America* (1833), ele revisa sua teoria e supostamente teria detectado o precioso segredo da colonização e das relações de produção capitalistas.

Retomando a história, viu-se que o Sr. Peel era bem precavido e levou para a colônia tudo que lhe era necessário, conforme sua experiência: força de trabalho qualificada, equipamentos e ferramentas. Em seu país, bastava um homem de negócios promover um investimento que imediatamente surgia uma multidão de desempregados, ávidos por uma oportunidade de trabalho. Então, o que será que ele havia deixado de fora das naus quando partira em viagem? Apesar de no mundo atual a resposta parecer óbvia, ela não era para os intelectuais da época:

Por que esse fracasso com todos os elementos de sucesso, um clima agradável, muita terra boa, capital e trabalhadores suficientes? A explicação é fácil. Nesta colônia, nunca houve uma classe de trabalhadores. Aqueles que saíram como trabalhadores logo que chegaram à colônia foram tentados pela superabundância de boas terras a se tornarem proprietários de terras (Wakefield, 1833, p.33).

³ A tese que descreve a biografia e a rigorosa produção teórica de Edward G. Wakefield e serviu de base para a introdução é a de Robert Schultz (1965).

Nesse sentido, descobrir o que o Sr. Peel havia negligenciado e esquecido significava ir de encontro ao pensamento tradicional dos economistas, para quem as relações sociais do modo de produção capitalista tinham raízes em leis naturais e que, portanto, *naturalmente*, elas teriam de surgir também nas colônias. Como não aconteceu dessa forma, foi possível perceber um dos elementos fundamentais na sua constituição, o que permite, ao mesmo tempo, a sua gênese e a sustentação do capital nas sociedades industriais – as *relações de produção*:

O grande mérito de E. G. Wakefield não é o de ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas o de ter descoberto, nas colônias, a verdade sobre as relações capitalistas da metrópole. [...] Inicialmente, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas (Marx, 2013, p.1016-1017).

O Sr. Peel, por conseguinte, teria "falhado" em perceber que os meios de produção e de subsistência não são, em si, capital⁴. Eles se tornam capital "em condições sob as quais servem simultaneamente como meios de exploração e de dominação do trabalhador" (Marx, 2013, p.1017). Uma vez livres, os homens não precisavam mais se submeter à dominação da metrópole e abandonaram-no para buscar a sua própria subsistência e a auto-realização como seres humanos. As leis britânicas, seguidas à risca em seus territórios, eram pulverizadas nas colônias, pois não bastava oferecer boas oportunidades de emprego; quem iria se dispor a vender a sua força de trabalho com tantas terras, alimentos e matérias-primas em abundância? A coroa inglesa se viu, então, diante do processo de *exportar* as suas relações de produção. E com isso, ela deu início a um processo devastador: as fazendas foram queimadas, o gado foi aniquilado, as árvores foram derrubadas e as terras tiveram de ser cercadas e vendidas a preços exorbitantes e fora do acesso popular. Para certificar de que tudo ocorreria conforme o planejado, a presença da força policial nas colônias foi essencial, pois poderia haver um grupo de homens insatisfeitos com o *progresso* a ser implementado. Eis que os trabalhadores, enfim

⁴ Cito agora a passagem que forneceu a inspiração para essa introdução: "O Sr. Peel, lastima ele, levou consigo, da Inglaterra para o rio Swan, na Nova Holanda, meios de subsistência e de produção num total de £50 mil. Ele foi tão cauteloso que também levou consigo 3 mil pessoas da classe trabalhadora: homens, mulheres e crianças. Quando chegaram ao lugar de destino, 'o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou buscar-lhe água do rio'. Desditoso Sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o rio Swan!" (Marx, 2013, p.1017).

desprovidos do sustento e incapazes de garantir a sobrevivência de suas famílias, estavam prontos para se curvar diante das demandas do generoso e corajoso Sr. Peel⁵. Para encerrar, observa-se que o modo capitalista de produção e acumulação exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a *expropriação do trabalhador* (Marx, 2013).

Anos se passaram desde o tempo das colonizações. No entanto, embora o mundo pareça outro nos dias atuais, seja pelos efeitos globais da configuração geopolítica, seja pelo avanço da divisão social do trabalho, muitas das relações sociais continuam mantidas por processos de dominação, exploração e opressão. Por outro lado, são notórios os avanços sociais quanto às questões de gênero, raça e orientação sexual, apesar de ainda estarem distantes de seus horizontes de luta. Nesse ponto, há de se reiterar que quando se avança pelo terreno de disputas alavancadas por argumentos em prol da redução das desigualdades, muitas vezes, eles não carregam, em si, uma crítica direcionada à divisão de classes e à questão da ideologia e sua reprodução pelas camadas da sociedade. Por conta disso, perde-se um potente arcabouço teórico capaz de fornecer ferramentas que auxiliam na iluminação dos pontos escuros das estruturas de poder na sociedade. Em especial, para o campo da comunicação, a ideologia jamais deve ser deixada de lado, pois ela é parte intrínseca da produção e dos efeitos de seus produtos:

A categoria teórica básica para a análise da comunicação e da cultura é a da ideologia. A análise deve concentrar-se sobre as condições de produção de uma modalidade específica de manifestação ideológica, e sobre o modo como essa produção se reflete nos seus produtos (Cohn, 1973, p.161).

Com isso em mente, uma tese focada na questão da ideologia esbarra em inúmeros problemas sociopolíticos e epistemológicos. Há mais de dois séculos, incontáveis debates rodeiam a sua existência, definição, operação e atribuição, os quais produziram, com efeito, múltiplas e complexas perspectivas. E, por sua vez, como se esses assuntos já não bastassem para tornar árdua a tarefa de categorizá-la em um conjunto de pressupostos coerentes, há ainda a questão política em torno de suas aplicações. Afinal, o que é ideologia? Um conjunto de ideias concernentes a um indivíduo ou um grupo social? As pautas e medidas políticas dos partidos, sindicatos e instituições? Uma visão de mundo com que as pessoas se identificam

⁵ Na lápide de Thomas Peel, pode-se ler: "Thomas Peel, [...] o primeiro colono corajoso, que suportou com muita fortitude as dificuldades e decepções sofridas pelos primeiros colonos". Foto anônima. Disponível em: <https://bit.ly/33y586z>.

e organizam a percepção da realidade? A produção e reprodução de significados e valores socioculturais? Discursos que visam legitimar ou derrubar as relações de poder hegemônicas? Essas são apenas algumas perguntas que orbitam o conceito e adicionam à sua complexidade. Entretanto, mesmo inserida nessa pluralidade de perspectivas, a ideologia apresenta um traço que permanece vital: a sua matriz de ação e funcionamento determina inúmeras esferas da vida social e política.

Um fator a ser avançado é o de que, ao contrário das correntes teóricas dos anos 1990⁶, cujas ramificações podem ser amplamente refutadas hoje em dia, não estamos vivendo o fim da ideologia. Esses autores, levados pelos horrores do fascismo e do nazismo e pela ruína da experiência socialista na União Soviética, unificaram as reformas e revoluções da esquerda, ocorridas em diversos países no século XX, em dispositivos e *mitos similares*, aproximando-os de um sistema de crenças característico de um grupo ou nação, semelhante ao das religiões⁷; ou que buscavam nada mais do que aprisionar as emoções da classe trabalhadora para fins egoístas e distantes dos seus "interesses concomitantes aos da burguesia"⁸. Muitas razões giravam em torno dessa guerra semântica e, talvez a principal delas tenha sido a eliminação das correntes marxistas mais proeminentes, convertendo-as de uma ameaça às relações do capital para algo danoso a todos os cidadãos, ou seja, justamente quem elas visavam emancipar. Aliás, é uma ironia que depois de tantas tentativas dos marxistas para popularizar o termo ideologia no tecido social, ele tenha passado a ser utilizado de maneira tão bélica contra o próprio marxismo.

No bojo dessa discussão, decretar o fim da ideologia ou fim do movimento histórico se trata de um postulado audacioso, pois se forem admitidas as mesmas premissas para a sua crítica, elas esbarram no absurdo de se combater a ideologia com munição carregada de pólvora ideológica. Para esses oportunistas históricos,

⁶ Um dos autores que deu por fim esse debate foi Francis Fukuyama (1989; 1992), sugerindo que após a queda do Muro de Berlim, o capitalismo havia atingido seu ápice, coroando a democracia liberal sobre as demais "ideologias" concorrentes (principalmente o fascismo e o comunismo). Para ele, o mundo estava adentrando um terreno onde não haveria mais espaço para uma concreta e sistemática resistência da esquerda, significando, portanto, o "fim da história". Entre os outros expoentes que compartilham da mesma visão, há o Seymour Martin Lipset (1960), Bernard Crick (1962), Daniel Bell (1988) e Raymond Aron (2001).

⁷ "Pode-se dizer, de fato, que a função mais importante e latente da ideologia é explorar a emoção. Além da religião (e da guerra e do nacionalismo), existem poucas formas de canalizar a energia emocional. [...] A religião simbolizava, drenava, dispersava a energia emocional do mundo para a litania, a liturgia, os sacramentos, os edifícios, as artes. A ideologia funde essas energias e as canaliza para a política" (Bell, 1988, p.400).

⁸ "O proletariado *nunca teve uma concepção de mundo oposta à da burguesia*: houve uma ideologia do que o proletariado deveria ser ou fazer, uma ideologia cuja ascendência histórica foi mais poderosa quando o número de operários industriais era menor" (Aron, 2001, p.310).

a esquerda representa o temor para o colapso do sistema que defendem, posto que ela funciona como um espelho refletindo incessantemente as desgraças e mazelas congeladas no tempo e que suas justificativas liberais não conseguem derreter. Ao esvaziar a função da ideologia na constituição subjetiva dos indivíduos e pô-la como conceito sinônimo às estratégias para a obtenção do poder em nome de uma *causa inimiga* (encapsulando todos os perigos e danos aos seus planos políticos), eles intencionaram coroar a democracia liberal como a forma final de governo, obtendo uma vitória somente no campo da *práxis* política.

Nesse sentido, defendo que a noção de ideologia a ser desenvolvida deve se posicionar de maneira crítica se ela pretende envolver um conjunto de ideias, às vezes imperceptíveis, que permeiam os vários domínios da vida pública e privada, atualizam a estrutura e as dinâmicas das lutas de classes, suplementam a realidade orgânica da vida coletiva e geram pilastras de sustentação que ocultam a realidade histórico-social. Sua concepção deve focar em uma pesquisa comprometida com a obtenção de conhecimento científico, incluindo uma elaboração teórica a partir de uma base concreta da realidade sociopolítica e a tarefa da análise crítica, a qual irá apontar as formas ideológicas de consciência que mistificam o caráter histórico-social dos processos de dominação, exploração e opressão de classe. Isto posto, esta tese busca realizar uma contribuição para a retomada da ideologia crítica nas discussões acadêmicas brasileiras do campo da Comunicação Social, sobretudo por envolvê-la junto aos meios de comunicação e sua organização, considerando os meandros de sua reprodução ideológica inserida nas práticas sociais.

Em uma divisão social do trabalho tão avançada e complexa como a do mundo contemporâneo, algumas questões surgem para tornar complexa a tarefa de construção teórica. Afinal, como trabalhar com um conceito formulado à luz do diagnóstico das relações sociais das sociedades industriais? Como explicar essas complexidades junto às formações institucionais do presente? Em que ponto se encontra a discussão acerca da reprodução social do capitalismo? O par capital x proletariado e os fenômenos da dominação/exploração podem ainda ser apontados como peças-chave no entendimento das contradições internas das sociedades? Como considerar as fronteiras e barreiras no que concerne a estrutura, a formação, a mobilidade, a consciência e as lutas de classe? E por último, como a categoria da "classe média", tão vasta, plural e ampla nas possibilidades de concepção, deve ser situada neste quadro polarizado de classes?

A fim de prover respostas para essas perguntas, o objetivo deste primeiro capítulo será resgatar as principais categorias marxianas, compreendendo as suas relações dentro de uma totalidade estruturada para, em seguida, atualizá-las à luz da produção teórica de autores marxistas. No primeiro subcapítulo, abordo as dinâmicas que asseguram a reprodução social das estruturas de poder: a estrutura econômica (a base) e a superestrutura política, legal e ideológica, passando pelas relações de dominação e seus efeitos para as posições de classe na sociedade. No segundo, trato das desigualdades sociais que emergem como consequência desses processos e as relações de exploração, onde ambas atuam impedindo que parcelas inteiras da população tenham condições reais e plenas de competição no mercado. No terceiro, faço uma conexão desses elementos com um modelo da estrutura de classes que torna possível a compreensão objetiva quanto aos lugares, a formação, a mobilidade, a consciência e as lutas de classes. No quarto, exponho as noções de ideologia propostas inicialmente por Karl Marx e seus avanços realizados por marxistas para, em seguida, aportar na teoria da ideologia como um aspecto da condição humana que interpela os indivíduos para uma ordem social específica e os qualifica para as diversas funções que exercerão na sociedade.

1.1

A Reprodução Social das Estruturas de Poder e a Dominação Política

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (Marx, 2013, p.780).

A Revolução Francesa de 1789 não foi obra de um partido ou movimento organizado por homens que estivessem implementando um programa estruturado; pelo contrário, tratou-se de um consenso de ideias gerais entre um grupo social que deu ao movimento revolucionário uma efetiva unidade, a burguesia e as suas ideias do liberalismo clássico (Hobsbawm, 1996). As exigências desse grupo foram discriminadas e podem ser conferidas na histórica *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789:

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios da nobreza, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e

igualitária. "Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que somente no terreno da "utilidade comum". A propriedade era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento; mas, se a corrida começava sem empecilhos, pressupunha-se como fato consumado que os corredores não terminariam juntos (Hobsbawm, 1996, p.20).

Ao discorrer por seus dezessete artigos, percebe-se que a declaração se punha como um ato contra as práticas absolutistas, cessando os direitos feudais e impulsionando as liberdades e direitos dos indivíduos. No entanto, fica evidente que não houve esclarecimentos em relação às obrigações do Estado em garantir esses direitos (entre eles, a liberdade, a igualdade, a propriedade, a segurança, a resistência à opressão) e, portanto, a "vontade geral"⁹. As diretrizes promulgavam os princípios de um grupo sem que o seu modo de implementação fosse explícito e mesmo que muito tenha se modificado com o passar do tempo e de uma nova declaração, em 1793, é preciso dar ênfase aos aspectos importantes de sua gênese. Se antes a burguesia havia se aliado à classe trabalhadora para ambos enfrentarem os regimes autocráticos; após a revolução, o Estado e os direitos que ela defendia e deveria assegurar, tornaram-se instrumentos de dominação e de exploração. Ao ascender ao poder, a burguesia trouxe consigo a implementação de novas relações de produção, racionalizando a nação em prol de suas aspirações, transformando o acesso aos meios de produção e impondo os seus interesses de classe:

Economicamente, as perspectivas da Assembléia Constituinte eram inteiramente liberais: sua política em relação aos camponeses era o cerco das terras comuns e o incentivo aos empresários rurais; para a classe trabalhadora, a interdição dos sindicatos; para os pequenos artesãos, a abolição dos grêmios e corporações (Hobsbawm, 1996, p.31).

Para Karl Marx, a história é compreendida como o resultado das relações entre os seres humanos e deles com a natureza. Seu impulso primordial advém do desenvolvimento realizado pelos indivíduos, cujas forças produtivas, na busca por melhorias nas condições de vida humana, entram em conflito com as relações de

⁹ Como expresso no art. I, "os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum" e o art. II, "a finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão" e o art. VI, "a lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos". Disponível em: <https://bit.ly/3fPIKPK>.

produção vigentes e criam condições necessárias para a mudança, acarretando em novas relações sociais. Por sua profunda análise do capitalismo, cuja produção, circulação e distribuição demonstraram a apropriação do excedente pelas mãos de uma classe, o filósofo alemão chegou à conclusão que a propriedade, a exploração e o antagonismo das classes subjazem como o seu pilar central. Não obstante, a nova classe, além de fazer valer os seus interesses junto à sociedade, precisava garantir a *manutenção* dessas relações de produção.

Na tradição marxista, quando um autor estuda uma formação social, ele está interessado em desvelar como esses aspectos se interrelacionam e como eles refletem as contradições. O desenvolvimento das forças produtivas, juntamente com as relações de produção são eficazes, na medida em que fornecem o palco e o elenco do drama da vida social, o teatro da luta de classes (Therborn, 1976). Entre os conceitos mais relevantes do materialismo histórico, seguramente, encontram-se as relações de produção e as forças produtivas, incluindo uma discussão sobre a infraestrutura e superestrutura. Embora as últimas sejam as que constituem as condições de existência das primeiras, é importante frisar que o desajustamento mútuo que faz girar o "motor da história" não surge por causa do desenvolvimento mais rápido dessas forças, mas sim porque esse desenvolvimento induzido pelas relações de produção tornou-se auto-destrutivo¹⁰ (Therborn, 1976).

Uma das primeiras formulações teóricas de Karl Marx sobre as relações de produção surgiu no *Miséria da Filosofia*, de 1847. Apesar de já ter iniciado o seu desenvolvimento em obras anteriores¹¹, o conceito ganhou forma apenas na crítica ao trabalho de Pierre-Joseph Proudhon (2003):

Em cada época histórica, a propriedade desenvolveu-se diferentemente e numa série de relações sociais totalmente distintas. Por isto, definir a propriedade burguesa não é mais que expor todas as relações sociais da produção burguesa. Pretender dar uma definição da propriedade como uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstrata e universal – isto não pode ser mais que uma ilusão de metafísica ou de jurisprudência (Marx, 1985, p.143).

¹⁰ Segundo o autor, "forças produtivas", é um conceito indivisível. Logo, seria uma tarefa inútil tentar enumerar as forças produtivas ou se uma ou outra configura-se tipicamente como uma força produtiva (Therborn, 1976).

¹¹ Segundo Göran Therborn (1976), Karl Marx e Friedrich Engels utilizam n'A *Ideologia Alemã*, o conceito de *Verkehr*, no sentido de abranger o comércio e suas devidas trocas. Portanto, a noção de relações de produção se encontra ausente na ideia de *Verkehr*, um conceito pré-marxista que destaca o aspecto comercial do capitalismo em vez do trabalho e a produção.

Para usar termos marxianos, as relações de produção são formadas pela propriedade das forças produtivas. Mais tarde, essas relações passaram a designar as maneiras pelas quais o trabalho necessário e o excedente (quando houver) estão relacionados e apresenta três fatores: a distribuição dos meios de produção e de subsistência (a apropriação individual ou coletiva); o objetivo efetivo da produção (os meios de produção apenas tornam-se capital sob circunstâncias que servem como meio de exploração e sujeição dos trabalhadores); e as relações sociais entre os meios de produção, os produtores e os que se apropriam do trabalho excedente (Therborn, 1976). Logo, para que os humanos possam continuar produzindo as suas vidas, eles necessitam da *reprodução* de suas condições de produção; afinal, nenhuma sociedade pode produzir continuamente sem reconverter uma parte dos seus produtos em meios de produção, por isso todo processo social de produção é simultaneamente um processo de reprodução (Marx, 2013). Sem aprofundar as nuances da reprodução simples e ampliada¹², proposta por Marx, o ponto principal será estabelecer um marco de compreensão sobre seus processos¹³. Na obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de 1851-52, ele dá início à concepção das duas dinâmicas que garantem a (re)produção: a base e a superestrutura¹⁴:

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes (Marx, 2011a, p.60).

Posteriormente, na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, ele revela uma caracterização mais madura dessa estrutura econômica, na qual os indivíduos entram em relações determinadas e cuja produção da consciência está intimamente entrelaçada com o desenvolvimento das forças produtivas:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a

¹² Para Marx, na reprodução simples não ocorre crescimento econômico (o mais-valor é totalmente gasto pelo capitalista no consumo) enquanto que na ampliada, o crescimento ou acúmulo é gerado porque ele utiliza parte do mais-valor para reinvestir na produção (Marx, 2013).

¹³ Estou ciente de que o conceito de base-superestrutura é deveras complexo e não possui um significado concreto. No entanto, julgo ser possível uma elucidação básica para os meus objetivos.

¹⁴ Marx já havia considerado a totalidade das relações econômicas como uma organização social que se desenvolve à base do Estado e da restante superestrutura idealista (Marx; Engels, 2007), no entanto, o conceito era ainda bastante vago, sendo utilizado uma única vez na obra.

estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. [...] Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (Marx, 2008, p.47-48).

Em ambas as passagens, há afirmações que apresentam complexidades e precisam ser destrinchadas. Muitos autores alegam que a superestrutura seria, de fato, relegada a uma determinação da base enquanto outros asseveram que ela possui "autonomia relativa", dotada de eficácia própria. Uma vez que um modo de produção precisa ser capaz de uma existência continuada (se deseja se caracterizar como uma época histórica), não está em discussão se as condições que permitem a produção também deveriam permitir a sua reprodução, mas as luzes que incidem sobre as relações de produção (Bottomore, 2013). Além do mais, é válido ressaltar que o autor expõe a polêmica que originou múltiplos debates sobre o significado de reprodução na literatura marxista:

De um lado, afirmou-se que os processos necessários à reprodução das relações capitalistas de produção devem ser incluídos na base (ou infraestrutura) econômica e, implicitamente portanto, são parte do próprio modo de produção. De outro, argumentou-se que a reprodução depende dos processos que estão fora do modo de produção e que é sua autonomia relativa de tais processos que torna a reprodução de qualquer modo de produção problemática, contingencial e, portanto, um objeto que é possível a intervenção da luta de classes (Bottomore, 2013, p.502).

Gerald Cohen (2001a) propõe que a estrutura econômica de uma sociedade são relações de poder efetivo sobre as pessoas e as forças produtivas, podendo ser caracterizadas como relações de propriedade. Estas são, por sua vez, estabelecidas funcionalmente pelas relações de produção, isto é, as estruturas jurídicas sobem e descem à medida que promovem ou frustram as formas econômicas, dando às relações de propriedade o caráter que elas têm. Disso resulta a importância de um modelo que exiba uma estrutura econômica da qual estão excluídas as relações jurídicas, políticas e morais de seu território; afinal, prossegue o autor, é por isso que os homens lutam, com sucesso, para mudar a lei de modo que ela legitime os

poderes que eles já têm ou percebem estar ao seu alcance, e o mesmo ocorre com os legisladores, que alteram a lei para aliviar a tensão real ou potencial entre ela e a economia: "na sociedade que cumpre a lei, os homens têm os poderes que exercem porque têm os direitos que têm" (Cohen, 2001a, p.232). Ademais, outras obras discutem a mesma visão, como na de Jon Elster (2005), onde ele elucida três definições para a superestrutura: uma alinhada com a de Gerald Cohen, na qual todos os fenômenos podem ser explicados funcionalmente pelo seu impacto estabilizador nas relações de produção; outra, de um conjunto de fenômenos que podem ser explicados ou não funcionalmente em termos da estrutura econômica; e a que abarca a totalidade dos fenômenos não-econômicos. Dentre estas, a que ele julga mais pertinente é a segunda, pois há fenômenos que se enquadram nesta e não na primeira, como, por exemplo, se um conjunto de crenças aceitas surge de certos interesses econômicos mesmo que não sirvam a eles (Elster, 2005).

Göran Therborn (1976) ratifica a metáfora da base e superestrutura como uma totalidade particularmente estruturada e uma causalidade social particular. Para ele, em última instância, a base determina a superestrutura, embora a segunda não seja redutível a ela ou a um sistema de princípios ou valores comuns. Logo, seus argumentos referem-se a uma determinação que não é realizada porque os seres humanos são motivados pelo interesse econômico, mas por conta de suas práticas como membros de classes antagônicas – as lutas de classes. Além disso, ambas as dinâmicas não são apenas interdependentes:

Entre a base econômica e as diferentes instâncias da superestrutura existe ao mesmo tempo um sistema de inter-relações funcionais e uma eficácia assimétrica fundamental. Para funcionar, uma dada combinação de forças e relações de produção necessita de um sistema jurídico que fixe e formalize a distribuição dos meios de produção, as relações de dominação e servidão, de troca e assim por diante (Therborn, 1976, p.400).

Essa interrelação funcional ajuda a explicar a distinção marxista entre a instância determinante da sociedade (a economia) e a instância dominante, pois diferentes modos de produção exigem tipos correspondentes de superestrutura, diferindo não somente nos conteúdos, mas nas relações específicas de dominação e subordinação existentes no conjunto superestrutural (Therborn, 1976). Por este ângulo, as formas jurídicas e políticas possuem uma autonomia relativa e eficácia própria, o que significa afirmar que elas obedecem às próprias leis de movimento e as suas temporalidades. Contudo, ao se avaliar o desenvolvimento histórico das

sociedades, os limites impostos pela base a essa autonomia é que surgem como os elementos mais importantes; afinal, a dinâmica do capitalismo é determinada pela acumulação de capital, não pelos direitos de propriedade ou pela legislação de fábricas e outras intervenções jurídicas (Therborn, 1976).

Como visto na introdução, os operários do Sr. Peel o abandonaram porque ele não havia exportado, junto às forças produtivas que levava na embarcação, as relações de produção (propriedade) necessárias para mantê-los sob o seu domínio. Não havia um aparato legal e estatal na colônia para impedir que eles tomassem os pedaços de terra para si e os forçasse a vender sua força de trabalho; por isso, fica evidente que as relações de propriedade por si só carecem de expressão legal para se obter estabilidade. Ao perceber a "falha", a coroa inglesa tratou de enviar uma força policial para conter os trabalhadores, realizar a cercania das terras e repreender aqueles que ousavam desafiar os direitos de propriedade e, com isso, as relações de produção/propriedade puderam ser, finalmente, "exportadas".

Para o marxismo tradicional, a dominação e a subordinação são de extrema relevância, pois apontam para a distribuição assimétrica de poder pelas camadas da sociedade e as suas possibilidades de resistência. Trata-se de uma relação entre indivíduos, porém, que concerne um quadro de estruturas sociais, onde esse poder está intrinsecamente atrelado às relações de classe pelas dinâmicas econômicas, políticas e ideológicas, permeadas pelo Estado¹⁵, sua figura central, uma vez que participa ativamente da integração e da coesão social. Diante disso, as formas de dominação, de maneira geral, por orbitarem as lutas que visam garantir e sustentar o poder estatal¹⁶ e estarem profundamente enraizadas nas relações de produção, estão ligadas à perpetuação que é condição essencial para a reprodução social:

Em um sentido básico, a reprodução de uma sociedade denota seu modo de produção como um processo social contínuo, ao longo do qual bens são produzidos, distribuídos e consumidos, leis e ordens são emitidas e aplicadas, a violência é exibida e exercida, e ideias são inculcadas e vividas. [...] Toda

¹⁵ As discussões da Teoria do Estado e a sua reprodução no enquadramento do marxismo analítico são de extrema complexidade e ultrapassam a proposta desta tese. Para um maior aprofundamento, conferir: Jon Elster (1999; 2005), Gerald Cohen (2001a; 2001b; 2008), John Roemer (1998; 2006); Erik Olin Wright (2019); Philippe Van Parijs (2009) e Adam Przeworski (2002).

¹⁶ O autor define quatro eixos do caráter do poder estatal. São eles: o estágio de desenvolvimento de um modo de produção; o lugar do modo de produção perante o estágio internacional do mesmo modo de produção; a articulação conjuntural de todos os modos existentes numa formação social; e a inserção da formação social no sistema internacional de formações sociais relacionadas em um determinado momento (Therborn, 1978). Todos esses eixos devem ser levados em consideração na reprodução efetuada pelas intervenções estatais no modo de produção e pelas lutas de classes.

estrutura de Estado oferece canais institucionalizados específicos, que, apoiados em instrumentos de repressão, delimitam o campo das políticas possíveis ao determinar as questões, demandas e formas de expressão politicamente relevantes. [...] É importante enfatizar que a reprodução social não denota um processo especial de transmissão cultural ou coerção física, mas o próprio funcionamento da sociedade como um todo em um processo em constante evolução (Therborn, 1978, p.163-4).

A partir da observação dessas atividades em meio às dinâmicas e relações antagônicas do capitalismo, é possível perceber como a base econômica e o poder estatal se influenciam mutuamente, reproduzindo a cisão da sociedade em classes. A identificação da burguesia como a classe dominante envolve, portanto, a tarefa de localizar o poder estatal junto a essas contradições, posto que todo governo está relacionado a certa classe dominante em uma matriz histórico-social específica, a qual circunscreve o que é realizado pelo Estado e determina as possibilidades de mudança mesmo quando uma classe dominante não se encontra no controle do governo em um dado momento (Therborn, 1978). Nessa linha, o Estado não é de maneira alguma neutro frente à divisão de classes. Apesar de se constituir como um território atravessado por contradições e lutas de classe, a sua atividade efetiva tende a promover e favorecer medidas políticas mais alinhadas com umas forças políticas do que outras. Isto posto, se há um Estado em todas as sociedades com divisão de classes, ao discutir quanto ao caráter da relação entre as classes sociais e o exercício do poder político estatal, o autor indaga: como as classes dominantes conseguem, efetivamente, constituir-se no poder¹⁷? A fim de responder, ele expõe duas relações institucionalizadas que demonstram como esses processos ocorrem:

O Estado, [...] deve *representar*, ou seja, promover e defender a classe dominante e seu modo de exploração e supremacia. Ao mesmo tempo, o Estado deve *mediar* a exploração ou domínio da classe dominante sobre outras classes e camadas. Em outras palavras, resulta da irredutível especificidade material do Estado de classe que ele é simultaneamente uma expressão da exploração e dominação de classe, e algo mais do que uma simples expressão – algo diferente dos aparelhos não-estatais da classe dominante necessários para apoiar essas relações (Therborn, 1978, p.181).

¹⁷ Para o autor, a questão central deve recair sobre o caráter de classe do poder estatal, uma vez que a classe dominante é definida como tal pelo exercício desse poder. Em segundo lugar, o Estado e o poder político devem ser analisados em relação aos processos em curso de reprodução e transformação social. O objeto crucial, portanto, são os efeitos do Estado sobre a reprodução de determinados modos de produção. São eles: *promover e expandir* as relações do capital e de dominação e exploração; realizar a *manutenção* pela contenção de crises, prover recursos e pela gestão do sistema; *ir contra* o capital pela restrição e alívio de certos processos de exploração; ou a *quebra ou rompimento* de processos, fortalecendo as outras classes (Therborn, 1978).

Neste panorama, cada Estado possui um sistema específico para a seleção particular de seus líderes, que ele denomina de formatos de *representação*¹⁸. Ela denota a relação próxima entre as classes dominantes e o Estado, cujas atividades recaem sobre as dinâmicas econômicas, políticas e ideológicas que são garantidas e representadas pelos líderes estatais. Por outro lado, os processos de *mediação*¹⁹ podem ser entendidos como o exercício do poder de classe por meio do Estado e que emerge da constelação de forças das lutas de classes para buscar múltiplas formas de harmonização dos antagonismos e assegurar que os dominados sejam submetidos à ordem social e colaborem para seu funcionamento (Therborn, 1978). Diante da complexidade dessas diferentes representações e dos processos de mediação, optei por um breve resumo de suas atribuições. O crucial é evidenciar que na sociedade burguesa, o Estado *representa* essa classe afirmando-se pela luta e pela sucessiva defesa e promoção da dominação e exploração enquanto faz a *mediação* através de condutas harmônicas que possam sancionar a supremacia de classe. Em outras palavras, o Estado não se interpõe para separar as classes, mas para conectá-las em uma relação de dominação e exploração, cuja assimetria nas relações de poder não significa unilateralidade e nem uma via de mão única, pois os processos de mediação envolvem demandas e protestos das classes dominadas (Therborn, 1978). Então, o que a classe dominante faz quando está no poder? Para responder, o autor sumariza a questão:

No fundo, reproduz as relações econômicas, políticas e ideológicas de sua dominação. Essa regra é exercida por meio do poder do Estado, ou seja, por meio das intervenções ou políticas do Estado e seus efeitos sobre as posições da classe dominante nas relações de produção, no aparelho de Estado e no sistema ideológico. [...] As possibilidades e viabilidade do domínio de uma classe são determinadas pelas tendências e contradições dos modos de produção dentro dos quais e em relação aos quais ela é exercida (Therborn, 1978, p.161).

Para concluir, neste subcapítulo, observou-se que para continuar existindo, um modo de produção deve reproduzir as suas condições de produção. A base (estrutura econômica) de uma sociedade determina as formas jurídicas e políticas

¹⁸ De forma resumida, eles são: a institucionalização capitalista; os notáveis; o partido burguês; o estadismo; o movimento-estadista; e os partidos dos trabalhadores (Therborn, 1978).

¹⁹ Os processos de mediação ocorrem sob dois eixos: o primeiro é o da *centralização*, que envolve tanto a junção dos recursos de dominação quanto o estabelecimento de certa distância entre dominação e execução. Seus efeitos incluem a *repressão*; o *deslocamento*; e a *extração*. O segundo é o da *totalização*, que implica tanto o domínio global sobre os dominados, quanto a inclusão destes em sua execução, gerando a *cooptação*; a *judicatura*; e o *suporte* (Therborn, 1978).

da superestrutura, embora esta não seja reduzível à primeira e possua autonomia relativa. A dominação de classe permeia intensos processos que compõem uma totalidade contraditória e complexa, na qual o poder estatal é exercido em meio às lutas de classes, porém a sua inclinação é a de atuar na constante reprodução das estruturas de poder. Uma vez tendo destacado as relações e os conflitos de classes que asseguram uma sociedade de dominantes e subordinados, na próxima parte, irei abordar os processos de exploração e opressão e as desigualdades sociais.

1.2

As Desigualdades e os Processos de Exploração e Opressão

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto - que século anterior teria suscitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (Marx; Engels, 2005, p.44).

Sendo a pobreza naturalmente um tema de difícil atribuição científica, é esperado que surjam argumentos descolados de análises aprofundadas, tais como "pobre é quem não se esforça" ou "pobre não tem inteligência para ficar rico". No entanto, em âmbito acadêmico, essa *doxa* pode adquirir roupagens "científicas" ou deslizar sobre diversos eixos teóricos para normatizar e perpetuar os processos de exploração, colocando na vítima, ou no seu meio social, a culpa pelas razões de suas condições de existência. No artigo clássico de Francis Fukuyama (1989), é inequívoca a tentativa de retirar da superestrutura política e jurídica as causas que implicam nas desigualdades:

Isso não quer dizer que não haja ricos e pobres nos Estados Unidos, ou que a distância entre eles não tenha aumentado nos últimos anos. Mas as raízes da desigualdade econômica não têm a ver com a estrutura jurídica e social subjacente de nossa sociedade, que permanece fundamentalmente igualitária e moderadamente redistribucionista, tanto quanto com as características culturais e sociais dos grupos que a constituem, que são por sua vez, o legado histórico das condições pré-modernas (Fukuyama, 1989, p.8).

Em outras correntes acadêmicas, encontram-se abordagens com respaldo popular que buscam explicar a pobreza como resultado dos atributos individuais (as pessoas pobres têm um defeito inerente, geralmente vinculado à inferioridade genética que afetaria a sua inteligência); a pobreza como um subproduto de vários

processos socioculturais (os pobres possuem motivações defeituosas e baixa auto-estima ou carecem dos valores corretos, são preguiçosos, etc.); e a posição da sociologia liberal, da pobreza como um subproduto de causas sociais, referente à natureza das oportunidades que essas pessoas em desvantagem enfrentam e para a qual as reformas são suficientes (Wright, 1994). Em vista disso, é na intenção de esclarecer os mecanismos que sustentam a exploração na sociedade capitalista, protegem a propriedade privada e fazem surgir inúmeras barreiras que impedem uma grande parcela de pessoas de buscarem seus próprios meios de subsistência que este subcapítulo irá se debruçar.

A princípio, não há como conceber um posicionamento crítico acerca das relações de produção, das forças produtivas e da exploração sem incluir uma discussão das desigualdades originadas como suas consequências, principalmente aquelas associadas diretamente aos obstáculos erigidos pela propriedade privada. Para o autor, uma desigualdade concerne a um ou mais atributos distribuídos pelas unidades de uma sociedade em diferentes quantidades²⁰. Essas unidades podem ser formadas por indivíduos, famílias, comunidades, grupos sociais; e os atributos, a riqueza, a renda, o *status*, o conhecimento e o poder. Seu estudo, então, consiste em explicar os fatores que determinam a distribuição dos atributos pelas unidades apropriadas e as suas consequências para a sociedade (Wright, 1994). Visando um aprofundamento desse escopo teórico, segundo Amartya Sen (2001), igualdade concerne a igualdade de capacidade de funcionar plenamente como ser humano. Sua perspectiva destaca a relação com a liberdade que os indivíduos devem ter para buscarem seus objetivos e realizarem o seu bem-estar. Logo, o que constitui a sua avaliação das desigualdades perpassa, inversamente, a incapacidade de se realizar funcionamentos em prol da sobrevivência, de melhor saúde, educação e a liberdade para se perseguir objetivos genuínos (funcionar enquanto ser humano):

O bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade (a "bem-estar" [*well-ness*], por assim dizer) do "estado" da pessoa [*the person's being*]. Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de "funcionamentos" inter-relacionados, que compreendem estados e ações [*beings and doings*]. A realização de uma pessoa pode ser concebida, sob esse aspecto, como o vetor de seus funcionamentos. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de

²⁰ Para além da definição técnica/normativa, é preciso enfatizar que, mesmo inscritas nas relações capitalistas, nem todas as desigualdades são injustas ou derivam da exploração, mas elas não serão abordadas nesta tese.

doenças que podem ser evitadas e da morte prematura, etc., até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante (Sen, 2001, p.79).

Em concomitância, Göran Therborn (2013) propõe três definições para as desigualdades: a *vital*, referindo-se às chances de vida socialmente construídas e desiguais; a *existencial*, relacionada à distribuição desigual de "pessoalidade", isto é, de autonomia, dignidade, graus de liberdade e direitos ao autodesenvolvimento e respeito; e a de *recursos*, que fornece aos seres humanos atributos desiguais para agir. Diante disso, as desigualdades que pretendo abordar reúnem os três fatores citados: as que se relacionam à má distribuição de atributos por certas unidades na sociedade, que se constituem como uma impossibilidade para uma boa parcela dos indivíduos de funcionar plenamente como seres humanos e cujas chances de vida e as falhas na autonomia e nos recursos para agir geram a impossibilidade de buscarem uma vida com mais dignidade e bem-estar:

A desigualdade é uma violação da dignidade humana; é uma negação da possibilidade de desenvolvimento das capacidades humanas de todos. Assume muitas formas e tem muitos efeitos: morte prematura, doença, humilhação, sujeição, discriminação, exclusão do conhecimento ou da vida social dominante, pobreza, impotência, stress, insegurança, ansiedade, falta de autoconfiança e de orgulho de si mesmo e exclusão de oportunidades e vantagens na vida. A desigualdade, então, não é apenas sobre o tamanho de carteiras. É uma ordem sociocultural, que (para a maioria de nós) reduz nossas capacidades de funcionar como seres humanos, nossa saúde, nosso auto-respeito, nosso senso de identidade, bem como nossos recursos para agir e participar neste mundo (Therborn, 2013, p.1).

Mais especificamente, ele está se referindo às desigualdades produzidas e sustentadas pelos processos sistêmicos do capitalismo e pela ação distributiva, entendida como qualquer ação social, individual ou coletiva com consequências distributivas diretas, sejam elas de avanço ou retardo sistêmico, ou de alocação e redistribuição (Therborn, 2013). Juntas, prossegue ele, essas dinâmicas produzem e atuam na manutenção das desigualdades por meio de quatro mecanismos: a *exclusão*, impedindo o avanço ou acesso de outros indivíduos aos recursos (um conjunto de obstáculos postos diante deles); o *distanciamento*, que ocorre em sistemas voltados para a produção de vencedores e perdedores, inclusive a própria definição do que constitui a vitória e a distância enorme para as recompensas e vantagens (as distâncias sociais clássicas da carreira profissional, do desempenho escolar, da posição social e as chances de ser bem-sucedido); a *hierarquização*

decorre das classificações institucionalizadas dos agentes sociais e que também pode ser ancorada em um sistema de valores; e a *exploração*, envolvendo uma divisão categórica entre os indivíduos, onde uns extraem valores unilaterais ou assimetricamente dos outros (Therborn, 2013). Uma vez definidos os mecanismos que elucidam com maior precisão o que se pode entender pelas desigualdades, a pobreza pode ser concebida como o resultado da imposição de um ou mais desses mecanismos, ou seja, as (in)capacidades de um indivíduo de funcionar plenamente como ser humano, de administrar as chances da vida e obter variadas gradações de autonomia e liberdade estão diretamente relacionadas com a abundância ou a insuficiência de recursos financeiros; porém, ela é também o resultado direto da monopolização da propriedade privada, da existência sistêmica das distâncias sociais para opções mais preferíveis de vida e, acima de tudo, da exploração, a pior forma de desigualdade, pois pressupõe os três mecanismos anteriores e mais a extração de recursos dos subordinados (Therborn, 2013).

No que tange à exploração, uma das características comuns às sociedades que apresentam uma divisão de classes é a extração do trabalho que é realizado além do necessário, conhecido como o *trabalho excedente*. O termo foi teorizado aprofundadamente por Karl Marx em *O Capital I*, onde ele afirma:

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*]. Do mesmo modo como, para a compreensão do valor em geral, é indispensável entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente indispensável para a compreensão do mais-valor entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador (Marx, 2013, p.374).

Em termos marxianos, a exploração é o ato do capitalista de se apropriar do mais-valor gerado pela quantidade de trabalho além do trabalho necessário para sua existência. Se, por um lado, o trabalho é o modo pelo qual nos fazemos seres humanos, no capitalismo, o trabalho assalariado é a fonte da exploração pelos que detêm os meios de produção. E na medida em que os trabalhadores são remunerados por valores inferiores ao que eles produzem, esse excedente é o que

se constitui na "expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista²¹" (Marx, 2013, p.375).

Para uma atualização do conceito, Jon Elster (1978) argumenta que essa posição marxiana do capitalismo clássico tem relevância menos universal do que se pensa, pois na época o poder econômico dos capitalistas era reforçado pela dominação política e a exploração ocorria por meio do mercado. O primeiro está ausente dos dias atuais (os economicamente fracos agora têm poder político) e o segundo, das sociedades pré-capitalistas. Por conseguinte, "embora se encaixasse como uma luva no capitalismo da época de Marx, não captura as características essenciais do conflito de classes de períodos anteriores e posteriores" (p.5). Por este ângulo, uma nova concepção deve ser capaz de levar em conta os aspectos principais da exploração marxiana, porém, encontrando uma forma adequada para explicar o fenômeno na contemporaneidade.

Esse é o objetivo da abordagem da exploração de classe, cujo problema inicial sobre a desigualdade econômica recai sobre duas classificações: a gerada pelas *relações de exploração* (os determinantes advêm do fato de os trabalhadores não serem os donos dos meios de produção e têm de se sujeitar a vender sua força de trabalho no mercado); e a gerada pela *opressão não-exploratória*, referindo-se à parcela de indivíduos cujas condições de vida são tão deploráveis que eles se tornam incapazes de ingressar no mercado (Wright, 1994). Na literatura marxista, esse grupo descartável para o capitalismo é chamado de *lumpemproletariado*²² e diz-se que são oprimidos²³, pois são impedidos do acesso aos recursos produtivos com os quais poderiam se qualificar e tornar a sua força de trabalho vendável; e, por outro lado, também não são explorados, pois nem participam desse processo (Wright, 1994).

²¹ Além disso, é preciso salientar que "o capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que uma parte da sociedade detenha o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente a fim de produzir os meios de subsistência para o possuidor dos meios de produção" (Marx, 2013, p.394).

²² Para Marx, essa "subclasse" pode ser entendida como aquela formada pelos "vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, lazarones, batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, cafetões, donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro" (Marx, 2011a, p.91). Utilizei essa passagem clássica apenas como ilustração, portanto, não deve ser levada à risca.

²³ Ele compara com a questão dos índios nativos norte-americanos, salientando que de maneira diferente como as coisas eram realizadas no século XIX, o genocídio não funciona mais como uma estratégia viável; logo, a alternativa exequível foi a construção de *presídios* e isolar as zonas das cidades nas quais a classe baixa vive (Wright, 1994).

Passada a fase de classificação, os pressupostos da abordagem passam a concernir os interesses e as demandas das classes, os quais acarretam em conflitos que revelam lógicas antagônicas em sua natureza e iluminam os dispositivos que impedem ou desvirtuam a dissolução da exploração capitalista (Wright, 1994). Através de suas lentes, a desigualdade econômica é tida como elemento intrínseco do capital e sua busca pelo lucro; e seu ponto crucial gira em torno do enunciado de que existem interesses particulares daqueles dotados de poder que se voltam para a manutenção desigual da distribuição de artigos por determinadas unidades na sociedade, sobretudo os direitos de propriedade. Para enfatizar, o autor lembra que a desigualdade econômica não é um acidente ou um subproduto, tampouco um revés ou circunstância, mas um fenômeno impossível de ser erradicado dentro da lógica capitalista. Sendo assim, para combatê-la ou reduzi-la, é preciso derrotar as forças sociais que sustentam esse poder e privilégios:

Não se trata apenas de que a pobreza seja uma consequência infeliz de sua busca dos interesses materiais; é uma *condição* essencial para a *realização* de seus interesses. Para ser sincero, os capitalistas e as outras classes exploradoras se beneficiam da pobreza (Wright, 1994, p.38).

Tendo essa condição em vista, John Roemer (1982) fornece um arcabouço teórico valioso no intuito de explicar como os trabalhadores são explorados nas sociedades feudais, capitalistas e socialistas. Ao analisar as primeiras, ele percebe que era notório para Marx que os senhores de terras enriqueciam às custas de seus servos, pois a instituição de troca de trabalho era abertamente coercitiva. Contudo, permanecia um enigma para Marx esclarecer a acumulação do excedente em uma sociedade onde ela não era mais coercitiva. Foi então que ele constatou que as trocas no capitalismo não eram realizadas com coerção, mas em *competição* e cuja culpada institucional no surgimento da exploração é a propriedade privada dos meios de produção; em outro termos, a concentração dessa propriedade nas mãos de uma pequena classe (Roemer, 1982a). Assim, é nessa distribuição desigual de recursos e pela luta de classes que o economista norte-americano encontra um propósito válido para explicar as relações de classe em diferentes processos de exploração²⁴, sempre percebendo a importância do seu caráter histórico:

²⁴ A exploração feudal, a capitalista, a socialista, a de status e a "neoclássica" (Roemer, 1982b).

Como marxistas, olhamos para a história e vemos trabalhadores pobres lutando contra capitalistas ricos²⁵. Para explicar isso, ou justificá-lo, ou direcioná-lo e provê-lo de munição ideológica, construímos uma teoria da exploração em que os dois lados antagônicos são classificados como exploradores e explorados (Roemer, 1982b, p.274-275).

Para gerar essa classificação entre exploradores e explorados, era preciso levar em conta uma mercadoria que fosse uniformemente distribuída por toda a população, *a força de trabalho*, e a sua conseqüente apropriação por uma classe. Por conta disso, ele detectou uma anomalia na teoria marxiana, segundo a qual cada agente possui a mesma capacidade de força de trabalho, ou seja, a concepção marxiana não generalizava adequadamente os indivíduos com diferentes domínios laborais²⁶ (Roemer, 1982a). Além disso, era preciso atentar que a exploração, ao contrário dos pressupostos marxianos, pode ocorrer fora do processo de trabalho:

A exploração capitalista é a apropriação do trabalho de uma classe por outra classe, realizada por causa de sua propriedade diferenciada ou de acesso aos meios de produção não humanos. Isso pode ser realizado, em princípio, com ou sem qualquer relação direta entre os exploradores e os explorados no processo de trabalho (Roemer, 1982b, p.268).

Nesse sentido, para que ele pudesse explicar concretamente a exploração em cenários diferenciados, seu ambiente institucional precisava ser modificado. A tarefa exigia uma concepção teórica capaz de abarcar modelos econômicos onde poderia não haver um mercado de troca de trabalho, acumulação do excedente ou até mesmo a propriedade privada dos meios de produção. Para solucionar esse problema, ele presume uma força de trabalho *heterogênea* e configura sua robusta teoria, embasada pelo formalismo de afirmações matemáticas e lógicas, para atuar na redefinição do conceito à luz da relação tríplice entre exploração, desigualdade e classe, podendo ser descrita da seguinte forma:

uma coalizão S , em uma sociedade N , é explorada se e somente se: (1) existe uma alternativa, que podemos conceber hipoteticamente viável, na qual S estaria melhor do que em sua situação atual; (2) sob essa alternativa, o complemento

²⁵ Essa questão será atualizada no próximo subcapítulo, quando discutir a estrutura de classes sob o eixo dos efeitos contemporâneos do capitalismo.

²⁶ No original: "*the Marxian theory of exploitation does not generalize properly to models where agents have differential labor endowments*" (Roemer, 1982a, p.19). Optei pela palavra "domínios" em vez de "dotações", imaginando me aproximar mais da ideia central de habilidades, talentos, experiências e capacidades heterogêneas presentes nos seres humanos.

para S , a coalizão $N - S = S'$, estaria em pior situação do que atualmente; [...] e (3) S' está em uma relação de dominação com S ²⁷ (Roemer, 1982a, p.194-195).

A partir desta simples equação, a exploração é, então, capturada à luz das condições demarcadas para cada coalizão e as especificações acerca das regras que cada uma delas utilizaria para se retirar de suas sociedades. No capitalismo, a coalizão da classe trabalhadora é explorada se houver alguma alternativa viável, na qual os seus membros estariam em melhor situação se, ao se retirarem, fosse permitido levar a sua parcela *per capita* de seus dotes, recursos e bens alienáveis da sociedade (Roemer, 1982b). Por conseguinte, mesmo que todos os indivíduos de uma sociedade tivessem os meios capazes de garantir a subsistência e não houvesse mercado de trabalho, acúmulo do excedente ou a propriedade privada dos meios de produção, ainda assim existiriam coalizões exploradas devido à desigualdade de riqueza e de posse dos bens e recursos alienáveis e inalienáveis²⁸. Vale ressaltar que não considero as desigualdades que não derivam dos processos de exploração:

Observe que um proponente da existência da exploração capitalista não julgaria todas as desigualdades sob o capitalismo como sendo do tipo explorador. Ele condenaria apenas a desigualdade que tem suas origens na exploração capitalista e que poderia ser eliminada por uma distribuição igualitária de dotações [*endowments*] dos recursos alienáveis (Roemer, 1982b, p.281-2).

Nessa direção, a exploração se trata de um processo no qual uma classe se apropria do trabalho de outra classe, por conta de seus direitos de propriedade ou acesso aos meios de produção, impedindo que esta segunda tenha condições reais de competição pelos meios de produção alienáveis da sociedade (os quais ela detém e, por óbvio, não pretende deixar de ter). Pela análise histórica, pode-se

²⁷ O autor dá uma explicação de cada condição: a (1) tem um significado óbvio. A (2) é necessária para a exploração, uma vez que deve ocorrer que a coalizão explorada S seja explorada por outras pessoas, não por natureza ou tecnologia. [...] A (3) é sociológica e a dominação deve implicar pelo menos o seguinte: que a coligação S' impede que a alternativa se concretize, o que dá origem à sua exploração de S (Roemer, 1982a).

²⁸ Na feudal, os servos estariam em melhor situação ao se retirarem com seus dotes e seus pedaços de terra, pois continuariam tendo o mesmo consumo, mas sem a necessidade de fornecer trabalho para seus senhores. E mesmo que não levassem as terras ou deixassem de ter a proteção militar dos senhores de terra, eles estariam livres da escravidão feudal para realizar a própria subsistência. Na capitalista, os proletários estariam em melhor situação, retirando a sua parcela *per capita* dos bens alienáveis da sociedade, os meios de produção. Na socialista, se a coalizão se retirasse levando sua parcela *per capita* dos bens inalienáveis da sociedade, uma vez que os alienáveis estão distribuídos igualmente. Embora a redistribuição de habilidades e talentos seja algo complexo, a questão gira em torno das pessoas sendo pagas de acordo com o trabalho desenvolvido e, portanto, de maneira não igualitária (Roemer, 1982b).

perceber que cada tipo de exploração sofre as suas eliminações, conforme as desigualdades associadas à sua forma específica de propriedade:

A tarefa da revolução burguesa é eliminar apenas a exploração feudal, deixando a exploração capitalista e socialista. A tarefa da revolução socialista é eliminar apenas a exploração capitalista. Cada revolução elimina as desigualdades associadas à sua forma característica de propriedade (o vínculo feudal, os meios de produção alienáveis, e finalmente os bens inalienáveis); o escopo dos ativos que podem ser privados torna-se progressivamente mais estreito à medida que a história avança (Roemer, 1982b, p.283).

Um modo final de conceber sua teoria passa por três questões. A primeira é que ela explicita o imperativo ético da teoria marxiana (a exploração é injusta e deve ser abolida) e provê alternativas para as coalizões exploradas ao especificar o novo conjunto de relações de produção que eliminará a exploração em questão; a segunda é que ela generaliza adequadamente as formas complexas e heterogêneas da força de trabalho (a teoria do mais-valor falha nesta generalização); e a terceira é que ela permite a distinção entre os diferenciados tipos de exploração, todos eles indistinguíveis do ponto de vista da teoria do mais-valor (Roemer, 1982a). Esse descarte da teoria do valor-trabalho, além dos economistas da Escola Austríaca e dos Neoclássicos, é compartilhado tal qual pelos marxistas analíticos, que não a julgam mais qualificada para explicar inteiramente a exploração nas sociedades contemporâneas. Um de seus argumentos é o de que a quantidade de exploração econômica capitalista não pode mais ser avaliada empiricamente, nem pode se constituir como um axioma de que todas as relações de trabalho capital-salário são exploradoras, principalmente por presumir exclusão, superioridade e inferioridade institucionalizadas (Therborn, 2013). Para a posição Neoclássica, todos ganham com o comércio tanto quanto for possível (o proletário, ao vender a sua força de trabalho, assim o faz de maneira *voluntária*) e, portanto, não há exploração em um equilíbrio competitivo. Todavia, John Roemer (1982b) ressalta que seus modelos revelam que os ganhos no comércio de força de trabalho e a exploração não são mutuamente exclusivos; afinal de contas, se os trabalhadores não venderem a sua força de trabalho, eles morrerão de fome (Roemer, 1982b).

Nessa lógica, Gerald Cohen (1983) elabora alguns pensamentos com o propósito de investigar essa afirmação de que o proletário é *forçado* a vender a

sua força de trabalho sob pena de fome, uma citação retirada de Marx²⁹. De início, o filósofo canadense aponta para os argumentos que negam esta assertiva com base no fato de os trabalhadores serem, realmente, livres para mendigar, ficarem desempregados, contar com a sorte, morrer de fome, etc. (não há nada e ninguém forçando-os a continuar vivos). No entanto, há algo muito mais profundo nisso, pois "inferir que ele não é forçado a vender sua força de trabalho é empregar uma noção falsa do que significa ser forçado a fazer algo. Quando sou forçado a fazer algo, não tenho um curso alternativo *razoável* ou *aceitável*" (Cohen, 1983, p.4).

É inegável que em toda sociedade há inúmeras pessoas dotadas de bens inalienáveis superiores. Esses indivíduos com quocientes de inteligência elevados, habilidades e características excepcionais, obviamente, atravessam as fronteiras de classe sem muita dificuldade. Contudo, o fato de deixarem de ser trabalhadores assalariados não indica que não eram forçados a vender a sua força de trabalho, mas sim que não eram forçados a *permanecer* trabalhadores assalariados (Cohen, 1983). Como o capitalismo necessita de uma substantiva massa de assalariados, a discussão deve se fixar no fato dessa mobilidade apresentar um número reduzido de chances, pois, simplesmente, seria impossível que todos conseguissem realizar essa proeza. Para isso, o autor cria uma analogia para ilustrar a falta de liberdade da classe proletária: dez pessoas são postas em um aposento, cuja única saída é uma porta trancada. Em várias distâncias de cada uma delas está uma única chave. Quem pegar essa chave, sendo cada um plenamente capaz de pegá-la (apesar dos variados graus de esforço), e levá-la até a porta, conseguirá abri-la e sair da sala. Em seguida, a porta irá se trancar para sempre e ninguém mais será capaz de abri-la novamente, restando nove pessoas no aposento³⁰ (Cohen, 1983).

Atentando-se para estas regras, é aceitável e verdadeiro afirmar que cada pessoa na sala não está sendo forçada a continuar lá e tem, portanto, a liberdade de buscar a chave e sair a qualquer momento. Todavia, note a *condição* natural dessa liberdade – cada pessoa está livre na sala não apenas porque nenhuma das outras está tentando obter a chave, mas com a condição intrínseca de que assim não o

²⁹ O autor escreveu o artigo com base na observação da sociedade britânica, cujos fundamentos analisados e os assuntos levantados se referem direta e somente a ela. No entanto, por utilizar uma abordagem de exploração de classe cujo caráter é universal, defendendo que a base de sua discussão (isto é, *a não-liberdade coletiva*) pode ser aplicada ao cenário brasileiro, sempre com ressalvas e uma observação comparativa atenta de seus fenômenos.

³⁰ O fato de serem dez pessoas e uma porta é irrisório e meramente ilustrativo, sem a pretensão de quantificar ou estabelecer um padrão das possíveis "escapadas" dos proletários no capitalismo.

façam. Em outros termos, "cada uma é livre apenas sob condição de que as outras não exerçam sua liberdade condicional semelhante. Não mais do que uma pode exercer a liberdade que todas têm" (Cohen, 1983, p.11). Se a liberdade de cada pessoa é contingente em relação às outras não exercerem a sua liberdade, pode-se declarar que há uma espécie de *não-liberdade coletiva*: "um grupo sofre de não-liberdade coletiva em relação a um tipo de ação A se, e somente se, a execução de A por todos os membros do grupo for impossível" (Cohen, 1983, p.16). Logo, pode-se confirmar que há mais liberdade para os indivíduos quando considerados individualmente do que quando membros de um grupo.

É neste ponto exato que a discussão sobre a não-liberdade tangencia os processos de exploração e os mecanismos das desigualdades, sobretudo acerca das barreiras que impedem a possibilidade de se escapar "da sala" e as abordagens que situam a pobreza como resultado direto de indivíduos preguiçosos, desprovidos de inteligência, sem habilidades e talentos, com defeitos inerentes e/ou motivações defeituosas e valores falhos. Há determinadas condições de liberdade individual que proporcionam frutos para poucos indivíduos, seja pela liberdade que detinham em dado momento, seja por condições materiais específicas da vida de cada um. Entretanto, quando considerados em grupo, eles continuam condicionados à sua não-liberdade coletiva³¹. E para isso, o autor apresenta três razões:

1) É possível escapar, mas não é fácil e muitas vezes as pessoas não tentam o que é possível, mas difícil. 2) Há também o que Marx chamou de "monótona compulsão das relações econômicas". A longa ocupação, por exemplo, desde o nascimento, de uma posição de classe subordinada alimenta a ilusão, tão importante para a estabilidade do sistema quanto o mito da fuga fácil, de que sua posição de classe é natural e inevitável. 3) Finalmente, há o fato de que nem todos os trabalhadores gostariam de ser pequenos burgueses (Cohen, 1983, p.13).

Sobre a última, ele reforça que não se trata de uma alternativa muito viável por conta dos altos riscos envolvidos ao se tornar um pequeno-burguês (julgando-se a taxa de falência de empresas incipientes e os custos do fracasso). Além disso, uma vez que um trabalhador tenha tentado ocupar essa posição e tenha falhado, ele encontra-se em pior situação do que se nunca tivesse tentado (Cohen, 1983). Para incrementar o debate, o filósofo examina uma situação onde os trabalhadores nem seriam capazes de pegar a chave, seja por estarem fracos e desnutridos, seja por uma deficiência qualquer (uma péssima educação, por exemplo). Neste caso,

³¹ Esse assunto será novamente abordado no terceiro capítulo.

visto que certas deficiências existem e são sustentadas pela ação humana, pode-se concluir que essa falta de liberdade encontra-se causalmente conectada às relações de produção vigentes – os proletários têm acesso restrito aos meios de libertação em razão dos direitos da propriedade privada serem garantidos pelo exercício do poder capitalista (Cohen, 1983).

Para concluir, parti de uma elaboração das desigualdades para demonstrar como a sua manutenção é produzida por certos mecanismos, sendo a exploração o principal deles. Em seguida, a teoria utilizada referiu-se a uma exploração que se configura pela apropriação do trabalho de uma classe por outra, realizada por conta dos direitos de propriedade e a distribuição desigual de bens alienáveis. A exposição das coalizões exploradas visou a demonstração de que os trabalhadores têm uma alternativa viável e não podem se "retirar" porque se encontram em uma relação de dominação com a classe detentora dos meios de produção. Da mesma forma, a analogia da não-liberdade coletiva orientou e serviu de resumo sobre os temas abordados, apontando para o quanto os trabalhadores estão mergulhados em processos de exploração sustentados pela ação humana, que determinam a sua existência produtiva e impedem uma enorme parcela de indivíduos de competir no mercado e de funcionar plenamente como seres humanos.

1.3

A Estrutura de Classes e as Interconexões da Vida Social

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. [...] Ademais, é de provocar espanto que uma sociedade, fundada na *oposição de classes*, conduza à *contradição* brutal, a um choque corpo-a-corpo como derradeira solução? (Marx, 1985, p.159-160).

No final do século XX, muitas análises formuladas a partir de ponderações teóricas e empíricas em torno do conceito de classe chegaram a ser consideradas obsoletas ou ultrapassadas³². Em oposição a essas correntes, considero de suma importância uma visão dos temas sociopolíticos sob o viés de classe e que levem adiante a intenção de descortinar a divisão de classes existente nas sociedades contemporâneas. Isto posto, sem incorrer no reducionismo de agregar e classificar

³² Conferir em Frank Parkin (1979); Jan Pakulski; Malcolm Waters, (1996); Paul Kingston, (2000), Beck (2007) e Atkinson (2007).

os indivíduos em rótulos específicos e pouco férteis, cometendo também o erro de obliterar a complexidade das relações sociais, o eixo teórico a ser discutido não se constitui como um mapa unívoco, de simples apreensão, capaz de desvelar todas as nuances e contradições dos fenômenos por si mesmo. O modelo servirá mais como uma ferramenta analítica com a qual se pode iluminar as partes do objeto e observar as suas relações. A tarefa neste subcapítulo será esmiuçar o conceito de classe e utilizar o marxismo analítico para atualizar os elementos de sua estrutura, entre eles as noções acerca dos lugares, da formação, da permeabilidade, das lutas e da consciência de classe.

Com isso em mente, o conceito de classe é central na tradição marxista, tendo sido o ponto de partida de Marx para analisar o embate entre a burguesia e o proletário, o qual ele considerava a nova força política no combate ao poder. Sua relevância advinha dos muitos conflitos que impulsionavam o desenvolvimento da sociedade, conforme ele expõe no *Miséria da Filosofia*:

A burguesia começa com um proletariado que, por seu turno, é um resto do proletariado dos tempos feudais. No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente seu caráter antagônico que, inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. Por outro lado, se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si (Marx, 1985, p.117).

Mais adiante, ele argumenta que a classe proletária é formada no instante em que seus integrantes adquirem consciência de classe e, ao compartilharem seus interesses, tomam medidas contra aqueles que estão explorando e subjugando. O proletariado, portanto, deixa de ser uma classe "em si", que se configura apenas como uma posição na estrutura social, para se tornar uma classe "para si", uma força de ação consciente para a transformação das relações capitalistas:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe (Marx, 1985, p.159).

No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels expuseram a sua mais famosa citação: "a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classe" (Marx; Engels, 2005, p.40). Na obra, eles afirmam um modelo onde se assentam as duas classes principais: "A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (p.40-41). Diante disso, a divisão de classes é definida estritamente pelos direitos e posse de propriedade privada, não pela quantidade de renda ou *status*, ou seja, a burguesia é formada pelos que detêm os meios de produção e o proletariado por aqueles que têm apenas a sua força de trabalho para oferecer, mesmo que se possa englobar outros grupos sociais:

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes que vivem de rendas [*rentiers*], artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado; uns porque seu pequeno capital não permite empregar os processos da grande indústria e sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população (Marx; Engels, 2005, p.47).

No *Capital III*, Marx exhibe um conceito baseado em uma divisão triplíce de proprietários: os do capital, da força de trabalho e os fundiários, os quais têm, respectivamente, suas fontes de rendimento no lucro, no salário e na renda da terra, formando as três grandes classes da sociedade moderna capitalista (Marx, 2017). Um momento vital do capítulo se dá quando ele elabora duas perguntas básicas, porém de extrema complexidade: "o que vem a ser uma classe? [...] o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários da terra constituam as três grandes classes sociais?" (Marx, 2017, p.828). Para respondê-las, ele oblitera as versões anteriores e apresenta, sob uma nova ótica, duas classes extras, formadas por médicos e funcionários públicos, uma vez que pertencem a dois grupos sociais distintos, além da fragmentação infinita dos interesses e posições em que a divisão social do trabalho separa os trabalhadores e os capitalistas (Marx, 2017).

Nesta parte, o texto é interrompido e ficamos sem respostas. O manuscrito, onde poder-se-ia conferir os caminhos que o filósofo alemão iria percorrer para destrinchar seus pensamentos, está incompleto, possuindo apenas pouco mais de uma página. O conceito que iniciava uma primazia absoluta sobre os anteriores não foi concluído devido ao seu falecimento, deixando-nos sem uma formulação

sistemática³³ dessas relações históricas de classe. Desde então, inúmeros foram os debates que permearam a noção de classe nas Ciências Sociais, sobretudo porque, ao olhar para suas obras, o que se percebe é que Marx adota diferentes critérios para a aplicação do termo, inclusive dentro de um mesmo período de pensamento. Entretanto, um deles surge como o mais frequente, a relação da consciência³⁴ que um grupo tem de si mesmo como organização política com o modo de produção predominante (McLellan, 1992).

A distinção de seus principais aspectos gerou uma profusão de obstáculos para o entendimento das relações de classe. Entre eles, há a posição de Anthony Giddens (1975), que procurou demonstrar que a própria burguesia na Revolução Francesa tampouco se constituiu como movimento organizado, a sua consciência de classe não estava expressa em termos de um reconhecimento de seu papel na história, nem de uma consciência de interesses coletivos de classe, mas formada como uma luta por "direitos individuais". Em correlação, encontra-se o argumento de John Scott (1997), que aponta a intensa participação das situações de comando nas posições contraditórias de classe, as quais não estão atreladas às relações de propriedade; ou seja, os diferentes níveis de autoridade na cadeia de comando de gerentes e supervisores são o principal determinante das chances de vida e operam de modo paralelo e distinto às suas situações de classe. Outro fator que não pode ser desconsiderado, este levantado por um dos marxistas analíticos, é o de que, nos dias atuais, existem os atores coletivos não-organizados em classe, cujas lutas não são menos violentas e menos decisivas (e, sobretudo, não menos potentes que as classes para se originar conflito social), como as lutas regionais na Espanha; a religiosa na Irlanda e no Oriente Médio; a étnica nos Estados Unidos e África do Sul e a linguística na Bélgica (Elster, 1999). Assim, para o filósofo norueguês, a relevância da classe nesses conflitos não está em questão, pois ele reconhece a sua participação e o quanto ela as molda de inúmeras maneiras, o problema é que a *centralidade* de classe marxiana é cada vez mais considerada implausível³⁵.

³³ Sua vasta produção teórica tem, obviamente, múltiplos contatos com o conceito de classe. Tanto que é possível a montagem das peças para uma observação menos difusa de sua estrutura e dinâmica, apesar de ter sido, em grande parte, revista posteriormente. Optei por uma exibição básica de sua visão geral, uma vez que ela foi frequentemente atualizada ao longo do tempo.

³⁴ Todavia, por adotar que uma classe só existia quando era consciente de si mesma, ou seja, via seus próprios interesses em oposição aos de outros grupos e se organizava coletiva e politicamente para lutar por eles, às vezes, Marx hesitava em saber se os capitalistas formavam, de fato, uma classe (McLellan, 1992).

³⁵ Entre seus argumentos principais estão o de que a definição tripartite de classe marxiana não

No que tange a esses obstáculos, Tom Bottomore (2013) pondera que nas últimas décadas, os conflitos sociais não envolveram apenas as classes (ou nem mesmo principalmente), mas grupos nacionais, étnicos ou religiosos, movimentos sociais de caráter amplo como o feminismo, ecológicos, antinucleares, etc. Outra particularidade que ele chama a atenção é que a interpretação dessas lutas depende de um julgamento prévio se uma nova estrutura de classes terá sido constituída ou não e se há, de fato, uma nova classe dominante. Em vista disso, ele oferece uma solução plausível:

A tarefa da análise marxista hoje é enquadrar essas diversas lutas em uma teoria coerente e determinar empiricamente a importância específica das lutas de classes em condições estruturais e históricas diversas. Isso exige também, como demonstram vários estudos marxistas recentes [...], um reexame da luta de classes no final do século XX, não mais em termos de uma confrontação exclusiva entre burguesia e proletariado, mas antes em termos de alianças entre vários grupos sociais que, de um lado, dominam e dirigem a vida econômica e social e, de outro, são subordinados e dirigidos (Bottomore, 2013, p.356).

Não obstante, um dos maiores desafios nesse caminho, além das relações culturais e de um reexame das lutas de classes, refere-se às novas complexidades das sociedades atuais, as quais apresentam indivíduos ricos e qualificados sendo explorados e produtores pobres e desqualificados no papel de exploradores. Nesta tese, defendo que a preocupação deve recair com exigência sobre esta grande área cinzenta, onde situam-se os indivíduos que vendem a sua força de trabalho, mas devido aos altos salários e a efetiva participação no mercado, não parecem fazer parte da classe trabalhadora – a "classe média". Por este ângulo, Göran Therborn (1980) oferece uma saída ao declarar que os indivíduos dos estratos médios são um produto do capitalismo e, por conseguinte, podem carregar ideias opostas e contraditórias tanto em relação à burguesia e à pequena-burguesia quanto à classe trabalhadora: "o termo 'classes' designa categorias de seres humanos que atuam ou servem como portadores de determinadas relações de produção e formam os sujeitos das lutas de classes" (p.53). É baseado nisso que uma pesquisa enraizada nas relações de classe pode adquirir tremenda força e gerar resultados positivos,

considerou a entrada de novas classes em cena, organizada pelos que administram propriedade corporativa ou estatal; o fato de trabalhadores e capitalistas periféricos poderem se aliar entre si contra os trabalhadores e capitalistas centrais; as diferenças que não levam em conta as classes não podem ser explicadas pelos benefícios de classe; e se os conflitos culturais carregam interesses de classe, a teoria falha em demonstrar como esses conflitos não conseguiriam moldar as lutas que derrubam as relações de produção, além de não explicar por que as lutas de classe deveriam tender a derrubar as relações de produção que são favoráveis às forças produtivas (Elster, 1999).

além de preencher as lacunas quanto às características particulares dos grupos que se encontram no poder e dos conflitos socioculturais não-organizados em classe.

Se o limite traçado para definir as classes for somente a propriedade dos meios de produção e a inacessibilidade que muitos enfrentam, a estrutura a ser abordada recai em um modelo bastante parecido com a divisão tríplice marxiana, envolvendo capitalistas, pequeno-burgueses e trabalhadores. Para tentar fugir de um quadro que não providencia respostas contundentes para as formações sociais do presente, torna-se imprescindível a abordagem de novas complexidades. E elas são muito bem elaboradas por Erik Olin Wright (2004), para quem o objetivo da análise de classe se trata de compreender a sua estrutura e seus efeitos junto às interconexões de seus elementos, como os lugares, a formação, a mobilidade, a consciência, as lutas de classes e suas consequências para outros aspectos da vida social³⁶ (Wright, 2004).

Nessa direção, a estrutura de classes pode ser definida como a organização geral das relações de classe em um nível macro de análise (uma sociedade inteira), enquanto lugar de classe é um conceito que concerne, em nível micro, aos lugares que os indivíduos ocupam dentro dessa estrutura (Wright, 2004). Sendo assim, como diferenciar os lugares de classe entre dois indivíduos que não possuem propriedade e dividem a mesma posição nas relações capitalistas de propriedade? Para o autor, há duas dimensões: uma é a autoridade e seu aparato de dominação com as formas efetivas de vigilância, sanções negativas e positivas e degraus hierarquizantes. Dentro da esfera do trabalho, nota-se que supervisores e gerentes ocupam, ao mesmo tempo, ambas as classes, pois são explorados pelas relações capitalistas de exploração, entretanto, dominam os trabalhadores por meio de sua autoridade. Assim, quanto mais alto alguém se mover na hierarquia de autoridade, mais próximo estará dos interesses capitalistas, acarretando no que o autor chama de *lugares contraditórios* nas relações de classe (Wright, 2004). Outra é a posse de habilidades, talentos, perícias e conhecimentos. Por serem mais escassos no mercado, não por falta de oferta, mas pelas barreiras que impedem a proliferação adequada do seu fornecimento (ou as classes elevadas teriam menos privilégios),

³⁶ Estou ciente de que o autor lançou uma obra posterior, onde ele faz uma revisão da sua teoria, dialoga com perspectivas marxistas e não-marxistas e cria um modelo secundário de análise de classe, incluindo partes dessas teorias. Contudo, a discussão com outros autores diluiu o teor do modelo original e se afastou das peculiaridades que pretendo abordar aqui, uma vez que algumas correntes ignoram a dominação e a exploração. Conferir em Erik Olin Wright (2015).

os empregadores tendem a confiar em mecanismos de aumento de lealdade para alcançar os níveis desejados de cooperação e esforço, originando os altos ganhos por parte desses indivíduos³⁷ (Wright, 2004). Ambas as dimensões contribuem significativamente para acomodar os indivíduos em determinadas posições dentro das relações de produção.

Há também a natural dificuldade de se classificar os indivíduos fora do mercado de trabalho, como os estudantes, aposentados, jovens, crianças, donas de casa, deficientes, desempregados, beneficiários de assistências sociais, etc. No entanto, é possível atá-los à estrutura pelas relações interpessoais ou por aqueles que se encontram fora delas, cujos laços forjam os *lugares mediados de classe*: "estar em um 'lugar' dentro da estrutura de classe é ter os seus interesses materiais moldados por sua relação com o processo de exploração" (Wright, 2004, p.23). Por exemplo, uma criança nascida no seio de uma rica família ou no de uma da classe trabalhadora tem seus interesses materiais conectados e moldados aos da classe pertencente pelas relações familiares. Além disso, no caso dos que possuem poucos ou nenhum vínculo, como o já citado lumpemproletariado, ele salienta a descartabilidade dessa subclasse pelas relações capitalistas, assemelhando-os às máquinas obsoletas que deixam de se tornar "capital" quando não podem mais ser implantadas lucrativamente. Por não poderem fazê-los desaparecer, a opção foi gerar a construção de presídios e o isolamento das áreas onde os mais miseráveis residem (Wright, 2004).

Em países avançados, alguns trabalhadores conseguem deter ações e ativos das empresas onde trabalham (ou de outras). Em muitos casos, isso acontece com as pessoas que ganham altos salários e podem converter parte desses ganhos em propriedades capitalistas, aumentando de modo exponencial a complexidade dos lugares contraditórios, uma vez que a posição acerca do trabalho e da propriedade se tornam parcialmente desacopladas (Wright, 2004). A propriedade corporativa também apresenta elementos relevantes, pois ela não pertence propriamente a um ou mais indivíduos; seus gerentes/administradores ocupam uma posição específica no sentido de decidir como os fatores de produção devem ser usados. Logo, seu comando sobre a propriedade surge como resultado de se alcançar certo lugar de

³⁷ Em muitos casos, os salários e vencimentos desses gerentes e supervisores estão acima dos custos de produção e reprodução da sua força de trabalho. Eles não se constituem exatamente como "exploradores" e, ao mesmo tempo, também não são da classe trabalhadora. Os privilégios são garantidos através de uma espécie de "aluguel de fidelidade" (Wright, 2004).

classe, não por sua filiação a ela (Elster, 1999). Ademais, se a estrutura for algo temporalmente estático, incorrer-se-á no erro de julgamentos precipitados; logo, é preciso levar em conta a *dimensão temporal dos lugares de classe*; afinal, entre dois indivíduos com o mesmo emprego, os interesses materiais podem se tornar muito diferentes se um for promovido a um cargo superior e o outro permanecer a vida toda no mesmo (Wright, 2004).

A mobilidade de classe realiza transgressões na estrutura, pois a ocupação de novos lugares gera uma alteração consistente nos interesses, nas capacidades estratégicas e nas experiências dos indivíduos. Conforme o autor ressalta, quando essas situações ocorrem, os limites de classe se tornam relativamente permeáveis (Wright, 2004). Essa permeabilidade pode ser dividida em duas formas gerais: a *estática*, que concerne aos laços sociais ativos entre pessoas situadas em lugares diferenciados, como a composição de uma vizinhança inteira, da família, a efetiva participação em associações voluntárias e redes de amizade; ou a *dinâmica*, que refere-se às trajetórias biográficas que percorrem variados lugares ao longo do tempo, a *mobilidade intergeracional* (Wright, 2004). Isto posto, a discussão sobre permeabilidade é extremamente relevante, pois como foi observado na analogia do aposento trancado, a classe trabalhadora não possui a liberdade coletiva para atravessar as fronteiras e conquistar novos lugares de classe; contudo, ela se torna parte intrínseca do processo de reprodução ideológica ao minimizar as relações antagônicas enquanto reforça as possibilidades coletivas de ascensão social.

Nesse sentido, quando se pensa em mobilidade intergeracional e os graus de permeabilidade que ela proporciona, deve-se levar ao exame o quanto a renda dos pais atua na determinação das vantagens e/ou desvantagens materiais para os subsequentes membros de uma família; e os recursos culturais dos pais que, por estarem ligados a diferentes lugares, engendram aspirações e vantagens culturais desiguais (Wright, 2004). Quanto à segunda afirmação, Pierre Bourdieu (1986) deu enorme ênfase à dimensão cultural das relações de classe, quando afirmou que é impossível explicar a estrutura e o funcionamento do mundo social a menos que se introduza o capital em todas as suas formas e não aquela apenas conhecida pela teoria econômica:

Uma ciência geral da economia das práticas, capaz de reapropriar a totalidade das práticas que, embora objetivamente econômicas, não são e não podem ser socialmente reconhecidas como econômicas, e que só podem ser realizadas à

custa de todo um trabalho de dissimulação ou, mais precisamente, *eufemização*, deve esforçar-se por apreender capital e lucro em todas as suas formas e estabelecer as leis pelas quais os diferentes tipos de capital (ou poder, que dá no mesmo) se transformam uns nos outros (Bourdieu, 1986, p.242).

Além do conhecido capital econômico, aquele que é imediato, conversível em dinheiro e que pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade, o sociólogo francês introduziu o capital cultural das "habilitações literárias" e o social, constituído pelas conexões sociais ou títulos de nobreza (Bourdieu, 1986). As condições sociais em que são transmitidos fazem com que funcionem como *capital simbólico*, deixando de ser reconhecidos como capital econômico. Aliás, esses conceitos servem de potente exemplo para demonstrar como os lugares contraditórios e/ou mediados na estrutura de classes apresentam-se nessas formas "dissociadas" do capital. Entre aspas, pois o capital econômico se encontra na raiz dos outros dois tipos e é justamente na produção de seus efeitos que eles auxiliam a ocultá-lo e criar uma aura de dissociação (Bourdieu, 1986).

Para exemplificar, o capital cultural pode ser designado em três estados: o *corporificado*, vinculado ao corpo e ao *habitus* dos agentes, que demanda tempo e investimento por parte dos indivíduos; o *objetivado* em objetos materiais, como os textos, as pinturas, monumentos, instrumentos, etc., sendo transmissível em sua materialidade tanto quanto o econômico, porém apenas a posse legal e não a sua pré-condição de apropriação; e o *institucionalizado*, na forma de qualificações acadêmicas que têm o poder de impor reconhecimento. O capital social pode ser vislumbrado como o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações de conhecimento mútuo, isto é, a participação em um determinado grupo que fornece aos seus membros um capital coletivo. Elas podem ser socialmente instituídas e garantidas pela formação de grupos comuns (as classes, família, tribo, escola, partido, etc.) e todo um conjunto de atos que pretendem formar e informar quem as realiza (Bourdieu, 1986).

Nessa perspectiva, ele segue afirmando que a estrutura de distribuição dos diferentes tipos de capital representa a estrutura imanente do mundo social – as restrições inscritas na realidade desse mundo, que regem o seu funcionamento e determinam as chances de sucesso para os indivíduos. Se a medida do capital cultural é, em si, a quantidade de tempo dedicado para adquiri-lo, isto pressupõe um dispêndio de tempo possibilitado pela posse de capital econômico. E quanto mais a transmissão do capital é impedida ou dificultada, mais os efeitos do capital

cultural se tornam determinantes na estrutura social (Bourdieu, 1986). Portanto, são essas as circunstâncias que proporcionam as vantagens materiais e recursos socioculturais para as famílias dos indivíduos, reforçando os entraves acerca dos lugares contraditórios de classe:

Esta é, sem dúvida, a base do *status* ambíguo dos quadros (executivos e engenheiros). Se for enfatizado que eles não são os possuidores (no sentido estritamente econômico) dos meios de produção que utilizam, e que obtêm lucro de seu próprio capital cultural apenas com a venda dos serviços e produtos que ele torna possível, então eles serão classificados entre os grupos dominados; se for enfatizado que eles obtêm seus lucros com o uso de uma forma particular de capital, então eles serão classificados entre os grupos dominantes (Bourdieu, 1986, p.246).

Erik Olin Wright (2004) e Pierre Bourdieu (1986) entram em concordância quanto às grandes possibilidades de mobilidade social através das habilidades e conhecimentos. Para o sociólogo francês, o capital cultural e social servem como chave-mestra para destrancar as barreiras da permeabilidade impostas pelo capital econômico; para a análise marxista do sociólogo norte-americano, a propriedade privada dos meios de produção é o fator crucial na distribuição das vantagens materiais dos indivíduos, acarretando no elevado grau de impermeabilidade:

A propriedade dos pais é, portanto, um "seguro" contra a mobilidade descendente em direção ao trabalho assalariado dos filhos dos capitalistas, e a exigência de propriedade do capital é uma barreira para a entrada dos filhos da maioria dos empregados (Wright, 2004, p.86-87).

Uma vez expostas as complexidades em torno da estrutura de classes e dos fatores contraditórios e particulares acerca dos lugares que os indivíduos ocupam, pretendo aprofundar mais alguns conceitos fundamentais que estão interligados à estrutura e que determinam inúmeros aspectos da vida social, como a formação, a consciência e as lutas de classes. Isto posto, a *formação de classe* é designada tanto pelo processo ou resultado de uma formação de classe:

Em ambos os casos, a expressão se refere à formação de forças sociais coletivamente organizadas dentro das estruturas de classe em busca de interesses de classe. Se as estruturas de classe são definidas pelas relações sociais antagônicas entre os lugares de classe, as formações de classe são definidas por relações sociais cooperativas dentro das estruturas de classe (Wright, 2004, p.191).

Por conta delas, os indivíduos são capazes de moldar suas capacidades de classe para aumentar o equilíbrio de poder dentro das lutas de classes, visto que,

atuando sozinhos, eles tendem a não exercer participação efetiva. Normalmente, elas envolvem a criação de partidos e sindicatos que unem pessoas de diferentes lugares e que buscam agir em prol de certos interesses; contudo, a expressão não implica que essas forças sociais coletivas tenham qualquer tendência automática a desenvolver uma organização revolucionária (Wright, 2004). Ademais:

Qualquer forma de relações sociais coletivamente constituídas que facilitem a ação solidária na busca dos interesses de classe é um exemplo de formação de classe. Redes sociais informais, clubes sociais, associações de bairro e até igrejas podem, em circunstâncias apropriadas, ser elementos de formação de classes. A extensa pesquisa sobre o papel dos clubes sociais na coordenação dos interesses da classe dominante, por exemplo, deve ser considerada como documentando um aspecto da formação da classe burguesa (Wright, 2004, p.191-192).

Tendo em vista os processos que geram as formações de classes, um fator a ser incluído é a *consciência de classe*³⁸. Uma vez que a consciência refere-se aos traços particulares da subjetividade humana, a sua investigação, sobretudo quando os indivíduos se envolvem em práticas que formam e consolidam suas visões de mundo, permite vislumbrar um aspecto bastante particular de sua vida mental – os elementos (as crenças, ideias, observações, informações, preferências, etc.) que são acessíveis à própria consciência dos indivíduos (Wright, 2004). Conforme Jon Elster (2005), seu estudo e teoria visam averiguar "em que condições os membros de uma classe tomam consciência de que têm uma situação e interesses comuns e, ademais, são capazes de se organizar em uma defesa coletiva desses interesses" (p.129). Baseado nessa concepção, considerar uma consciência de classe significa analisar os fatores típicos de uma consciência que tenham caráter distintivo de classe, o que acarreta em duas implicações:

Primeiro, significa que as crenças em questão têm um conteúdo substantivo de classe - de uma maneira ou de outra, as crenças são sobre questões de classe. Por exemplo, a propriedade privada dos meios de produção é uma característica estrutural distintiva das relações de classe capitalistas; a crença na conveniência da propriedade privada, portanto, poderia ser vista como tendo um conteúdo de classe. Em segundo lugar, o caráter de classe da consciência refere-se aos aspectos da consciência que têm efeitos sobre como os indivíduos realmente operam dentro de uma dada estrutura de relações de classe e efeitos sobre essas próprias relações. As dimensões de classe da consciência estão implicadas nas intenções, escolhas e práticas que têm o que pode ser chamado de "efeitos pertinentes à classe" no mundo (Wright, 2004, p.194).

³⁸ Convém salientar que as coletividades não possuem consciência propriamente dita, logo, quando a perspectiva de um grupo é anunciada, na verdade, trata-se da opinião da maioria, uma tendência central, não uma consciência coesa e única (Wright, 2004).

Note que nesta passagem, o autor emprega o termo consciência de classe como os processos subjetivos que têm repercussões para as maneiras como eles irão realizar suas escolhas de acordo com seus interesses de classe³⁹. Isto implica em três dimensões: as percepções e observações, pelas quais a escolha consciente dos indivíduos envolve o processamento de informações sobre a realidade à sua volta, onde os fatos são filtrados por noções "do que existe"; a mera percepção dos fatos é insuficiente para a realização dessas escolhas; eles necessitam de uma noção das consequências dentro de uma gama de opções, em referência "ao que é possível" de ser ou não realizado⁴⁰; e é preciso considerar as preferências com que eles avaliam essa conveniência das consequências, isto é, o desejável para eles em termos de benefícios e ganhos materiais (mesmo com as avaliações egoístas), algo próximo do que eles julgam o "que é certo" (Wright, 2004). No subcapítulo em que desenvolvo a teoria da ideologia, retomarei essas noções para aprofundá-las em seu devido contexto. Então, para resumir:

A consciência de classe não é o produto instantâneo do atual lugar e práticas de classe. Em um dado momento, a consciência sobre qualquer coisa é o resultado de uma história ao longo da vida de coisas que acontecem às pessoas e as coisas que elas fazem, tanto de escolhas enfrentadas quanto de escolhas feitas, de interesses e experiências. Obviamente, existe a trajetória biográfica ao longo da vida dos lugares do indivíduo dentro dessa estrutura de classe (o problema sociológico clássico da mobilidade de classe inter e intra-geracional), mas outras experiências, como desemprego ou greves, também são relevantes (Wright, 2004, p.203).

Em outras palavras, a consciência é, em parte, constituída pelas condições materiais, pelas chances de vida que surgem em suas trajetórias e pelas escolhas e práticas conduzidas ao longo de uma cadeia temporal⁴¹. Além disso, os lugares que eles ocupam e atravessam, contribuem para definir vários graus de conforto na vida, se os impostos ou taxas são pesados ou meras inconveniências (quando são), o estado de fome na família, a ocupação geográfica, o bem-estar dos seus semelhantes, etc. (Wright, 2004). Para uma elaboração sistemática da consciência,

³⁹ O autor relembra a distinção do marxismo tradicional entre os trabalhadores com consciência de classe e aqueles sem consciência de classe. Neste caso, ele refere-se às formas de consciência com conteúdo de classe, independente de serem avaliadas como verdadeiras ou falsas (Wright, 2004).

⁴⁰ Um exemplo é a rejeição histórica da classe trabalhadora quanto ao socialismo e o ideal proto-comunista justamente por acharem que essas transformações radicais nunca dariam certo ou são impossíveis diante do poder das classes dominantes (Wright, 2004).

⁴¹ Entretanto, pode-se objetar que um conjunto de experiências, não importando o quão consistente sejam, não é suficiente para se prever uma forma de consciência, ou seja, as experiências não são traduzidas de maneira direta na consciência, elas devem ser interpretadas e isto pressupõe filtros embasados por algum contexto político e cultural (Wright, 2004).

os processos cognitivos que envolvem as percepções e as preferências devem ser investigados, mas essa não é a intenção do capítulo. Por conseguinte, julgo que para os objetivos desta tese bastou saber que:

[...] a probabilidade de as pessoas manterem crenças congruentes com o lugar de sua classe depende da extensão em que suas experiências de vida reforçam ou minam tais crenças. Todas as outras coisas sendo iguais, quanto mais a vida de uma pessoa está ligada a um único e coerente conjunto de experiências de classe, mais provável é que a consciência dessa pessoa seja imbuída com um conteúdo de classe correspondente. Percepções, teorias e preferências são o resultado de aprender com as experiências e, na medida em que as experiências de classe empurram todas na mesma direção, a consciência de classe tenderá a desenvolver um conteúdo de classe coerente (Wright, 2004, p.203-204).

Tecidas estas considerações, a preocupação marxista constante sobre como os indivíduos conscientes agem e formam os esforços coletivos para levar adiante os seus interesses leva em conta as *lutas de classes* como um fenômeno social de articulação histórica. Segundo o autor, essas lutas são as formas organizadas de práticas antagônicas de classe, direcionadas umas contra as outras em prol de seus interesses (Wright, 2004). Como será possível enxergar adiante, as ideologias de classe não significam automaticamente que todos os membros compartilham uma mesma configuração ideológica em um determinado momento, mas sim que os indivíduos devem ser submetidos e qualificados para as suas funções de classe (Therborn, 1980). Por isso, é imprescindível considerar a posição ideológica que as classes assumem quando elas se engajam nessas lutas:

Não podemos falar de luta de classe, das lutas das classes ("luta", é claro, refere-se às práticas dos sujeitos) como um conceito analítico para estruturar a miríade de conflitos sociais, sem pressupor uma constituição ideológica de classes por ideologias de classe específicas (Therborn, 1980, p.53).

Engendrada pelas relações antagônicas existentes entre os grupos sociais, essas lutas são determinadas pela totalidade das relações econômicas, políticas e ideológicas que caracterizam uma situação histórica, mas também é determinada pelos efeitos delas sobre estas relações (Przeworski, 2002). Para Jon Elster (2005), as lutas nem sempre são ultra violentas, radicais ou expressam uma significativa ameaça significativa ao capital. Elas podem ter diversos formatos e abranger os interesses comuns ou antagônicos dos grupos tanto em conflitos abertos e diretos, quanto uma manipulação em torno dos processos de dominação e exploração (o

aumento de salários, pequenas sabotagens, greves, adesão aos partidos, leis anti-sindicais, demissão em massa, etc.). Além do mais:

A arena da luta de classes pode ser uma empresa, um ramo da economia ou o sistema político; as apostas podem variar de aumentos salariais à criação de um conjunto totalmente novo de relações de produção. O que transforma um conflito em luta de classes é, primeiro, que as partes envolvidas são classes e, segundo, que os objetos da luta são interesses que têm como classes, não como, digamos, cidadãos ou grupos étnicos⁴² (Elster, 2005, p.134).

Nas sociedades contemporâneas, existem também as "lutas preventivas de classe", que assumem a forma de uma ação particular na tentativa de se conter algum problema, como o aumento de salários até o nível em que o risco de uma formação sindical seja eliminado, mas não tanto quanto um sindicato seria capaz de obter para seus membros. Através de estratégias como essa, muitas vezes as lutas foram impedidas pelas classes dominantes com base no princípio de "dividir para conquistar", cujo método inclui os capitalistas confundirem as linhas das lutas de classes, forçando os trabalhadores a dividir suas energias entre o capital e o governo (Elster, 2005).

Para levar essas considerações adiante, Erik Olin Wright (2004) exhibe duas complexas relações causais, expondo um micro-modelo envolvendo os lugares, as práticas e a consciência de classe em nível individual; e um macro-modelo acerca da estrutura, a formação e as lutas de classes, ambos sobre os eixos dos *limites*, os quais impõem nos agentes obstáculos e facilidades, sanções, incentivos, opções arriscadas e oportunidades; das *transformações*, onde se verifica o impacto dessas práticas sobre a estrutura; e o das *seleções*, considerando a interação de mais tipos de estrutura sobre esses elementos. Optei pela exibição dos dois modelos, uma vez que seu exame permitirá uma ampla observação de todos os elementos abordados, ajudando a esclarecer muitos pontos que podem ainda ser obscuros, sobretudo ao destacar a relevância sobre os lugares contraditórios de classe e as ideias que apresentam interesses particulares ou coletivos de classe⁴³.

O micro-modelo debruça-se sobre a apreensão de elementos que modelam a variabilidade do conteúdo na consciência dos indivíduos. Como vivemos em um

⁴² O autor chama atenção para o fato dessa ação coletiva ter mais facilidades em ser gerada por pequenas desigualdades do que pelas grandes, posto que essas últimas costumam ser vistas como imutáveis, como fatos "quase naturais" da sociedade (Elster, 2005).

⁴³ Considerando a atividade da mídia no segundo capítulo como uma instituição que leva adiante a defesa coletiva dos interesses particulares das classes dominantes, a elucidação de seus elementos nesse capítulo tem o intuito e o compromisso de esclarecer os seus aspectos principais.

mundo de "fetichização da consciência", onde as relações sociais entre pessoas são apresentadas como relações entre coisas (e não entre indivíduos, de fato), essa consciência tende a ter uma participação significativa na transmissão da ideia de "naturalidade" do capitalismo (Wright, 2004). Seu primeiro aspecto é o de que os lugares de classe limitam a consciência, pois uma determinada posição confere aos indivíduos uma consciência mais provável do que outras, como no caso do "livre mercado", apesar de não implicar uma barreira absoluta. Para o sociólogo, os capitalistas tendem a ter mais facilidades em crer nos seus resultados positivos para a sociedade do que os trabalhadores:

Viver dentro de um determinado lugar de classe aumenta a probabilidade de que certas percepções, certas teorias de como a sociedade funciona e certos valores pareçam mais imediatamente verossímeis do que outros, mas uma ampla gama de outros fatores causais podem intervir para contrariar essas probabilidades (Wright, 2004, p.200).

Os lugares limitam as práticas individuais pela imposição de facilidades ou dificuldades por meio do acesso aos recursos necessários com os quais eles podem satisfazer seus interesses materiais. Entretanto, a consciência ainda seleciona essas práticas, pois é com base nas percepções e valores de cada um que eles farão as suas escolhas (Wright, 2004). Posto que os trabalhadores não detêm a posse dos meios de produção, eles se vêem obrigados a recorrer à forma-salário como uma estratégia de subsistência, embora também possam conseguir empréstimos para abrir um negócio ou investir em um maior treinamento. A mobilidade social é um exemplo, então, de como as práticas de um indivíduo podem transformar seu lugar de classe, apesar de, muitas vezes, diversas características serem transformadas (o grau de autoridade, a autonomia, a remuneração) sem que elas acarretem em uma transposição efetiva das fronteiras sociais (Wright, 2004). Além disso, as práticas transformam a consciência pelas estratégias que eles adotam em seus múltiplos esforços para enfrentar os dilemas de suas situações⁴⁴: os capitalistas precisam se preocupar com os desafios dos concorrentes, como extrair o máximo de trabalho dos funcionários, os melhores usos dos recursos, etc.; os trabalhadores precisam encontrar emprego, se preocupar com a obsolescência das habilidades, podem se unir a sindicatos, pedir demissão, encontrar outro emprego, etc. (Wright, 2004).

⁴⁴ Para o autor, afirmar que os membros de uma classe compartilham interesses comuns de classe, significa que enfrentam objetivamente escolhas estratégicas similares para promover o seu próprio bem-estar material (Wright, 2004).

O macro-modelo recai sobre a inter-relação da estrutura com as formações coletivas e as lutas de classes. A estrutura limita a formação de classes ao impor obstáculos e oportunidades com os quais os indivíduos terão de lidar ao engendrar formações específicas, sejam elas de fácil criação e estáveis enquanto outras serão mais difíceis e instáveis, até virtualmente impossíveis (Wright, 2004). Segundo o autor, isto ocorre através de três mecanismos limitantes: a natureza dos interesses materiais e os graus antagônicos dos lugares na estrutura. Aqueles mais próximos, tendem a apresentar interesses mais em comum, "parecidos"⁴⁵, enquanto os mais distantes apresentam interesses mais antagônicos. Por causa disso, eles definem o conjuntos de obstáculos que os partidos e sindicatos têm de enfrentar para poder consolidar as suas formações de classe (Wright, 2004).

O segundo refere-se às identidades dos indivíduos e as formas como elas são afetadas pelas classes. Em geral, elas estipulam quem é similar ou diferente e quem são os potenciais amigos/inimigos no sistema econômico, etc. Logo, espera-se que as formações com pessoas de identidades semelhantes sejam mais fáceis e estáveis de se realizar do que as que combinam identidades altamente divergentes e/ou conflitantes (Wright, 2004). O terceiro recai sobre a distribuição dos recursos entre as classes. O número elevado de pessoas na classe trabalhadora faz com que esse recurso adquira um enorme potencial de luta. Outro recurso é o financeiro, que confere vantagens consideráveis para as formações e alianças entre indivíduos em lugares elevados. Um dos motivos dos partidos dos trabalhadores empenharem mais esforços para tentar conquistar apoio dos segmentos progressistas da classe média, em vez de mobilizando os mais pobres e marginalizadas, deve-se à razão de ela ter capacidade financeira de realizar contribuições maiores (Wright, 2004).

A estrutura limita as lutas de classes no sentido de que sem as relações capitalistas, simplesmente as lutas são inexistentes. O grau de permeabilidade e o teor de polarização de uma situação política contribuem também para tornar essas lutas mais ou menos frequentes (em sociedades mais igualitárias, elas se tornam bem menos prováveis). Além disso, as formações são responsáveis por selecionar as lutas com relação à sua ampla dependência na disponibilidade de organizações coletivas. É por isso que os regimes de extrema-direita sempre se empenharam em

⁴⁵ Mesmo se considerarmos a atividade dos sindicatos, a junção da classe trabalhadora com profissionais melhor localizados na estrutura, como os gerentes e supervisores, apresenta maior dificuldade, conforme tende a aproximar indivíduos de maior distância entre si (Wright, 2004).

destruir sindicatos e partidos, pois uma vez enfraquecidas, essas coletividades são mais fáceis de ser controladas⁴⁶ (Wright, 2004). Por último, as lutas transformam a estrutura e as formações ao modificarem certas propriedades particulares acerca das relações de classe, como o nível de exploração, a gama de poderes livremente exercidos pelos proprietários, as barreiras que tornam impermeáveis as fronteiras de classe, à redistribuição operada pelo poder estatal, o "direito" dos capitalistas de poluir, a representação da classe trabalhadora junto à diretoria das empresas, etc., além de elas serem direcionadas às condições organizacionais e políticas que facilitam ou impedem a própria existência dessas lutas (Wright, 2004).

Nesse subcapítulo, procurei mostrar como o conceito original de classe em Marx, além de pouco sistematizado, carecia de ajustes. Por isso, abordei as obras onde o autor tangenciou o termo com maior vigor, deixando a tarefa de atualizar a sua estrutura e complexa rede de relações para os autores marxistas. Também foi observada que a tarefa da análise marxista para o futuro é enquadrar os conflitos culturais não relativos à classe em uma teoria coerente que envolva a questão das lutas de classes. Pelas discussões abordadas, muitos pontos foram iluminados com relação à estrutura de classe e seus aspectos contraditórios, além da formação, da mobilidade, da consciência e das lutas de classes. Por fim, optei pela exibição dos modelos micro e macro para formarem um quadro esclarecedor das interconexões e como elas funcionam na prática através de exemplos.

1.4

Ideologia: Paralisação da Vontade Social, Sujeição e Obediência

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. [...] Essa concepção da história, comum a todos os historiadores principalmente desde o século XVIII, deparar-se-á necessariamente com o fenômeno de que as ideias que dominam são cada vez mais abstratas, isto é, ideias que assumem cada vez mais a forma da universalidade (Marx; Engels, 2007, p.48).

⁴⁶ Suas existências não são somente relevantes, mas também o fato de que suas formas específicas (o nível de centralização ou descentralização, unidade ou fragmentação) geram efeitos profundos para os diferentes tipos de lutas da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas (Wright, 2004).

O conceito de ideologia foi cunhado por Antoine Destutt de Tracy⁴⁷ em seu *Eléments d'Idéologie* (1801-1815). A pretensão do filósofo iluminista incluía propagar as ideias do Iluminismo e instaurar uma ciência que visasse o estudo sistemático das ideias como o resultado da relação entre os seres vivos e o meio-ambiente, o qual possibilitaria entender a verdadeira natureza humana. De acordo com David McLellan (1986), o autor francês procurou explicar sua origem a partir das sensações físicas ao rejeitar a assertiva filosófica que as ideias eram inatas aos seres humanos. Ele acreditava que a investigação das ideias individuais poderia desvelar a sua origem comum nas necessidades e desejos humanos universais, que formam a estrutura das leis que regulam as sociedades por uma base *natural* e poderiam promover uma satisfação harmoniosa desses desejos. Sendo assim, um exame racional da origem dessas ideias, sem que elas estivessem manchadas por enigmas metafísicos ou religiosos, poderia desvelar as coincidências entre o social e o natural e engendrar a fundação de uma sociedade justa e feliz.

Nessa direção, é a partir dos textos de Karl Marx que a ideologia adquire proeminência e apresenta um novo instrumental crítico no desenvolvimento do pensamento social e político. Apesar de inserida em um sistema teórico complexo, o conceito jamais foi sistematizado propriamente, o que resultou em uma ampla variedade de passagens apropriadas tanto por marxistas quanto por não-marxistas, resultando em noções que geraram mais complicações do que esclarecimentos. No entanto, é possível detectar uma coerência dentro de sua vasta obra:

A partir da crítica inicial da religião, até o desmascaramento das aparências econômicas mistificadas e dos princípios aparentemente libertários e igualitários do capitalismo, há uma notável coerência na compreensão da ideologia por Marx. A ideia de uma dupla inversão, na consciência e na realidade, é conservada em todos os momentos, embora no fim se torne mais complexa, graças à distinção de um duplo aspecto da realidade do modo de produção capitalista. A ideologia, portanto, conserva sempre a sua conotação crítica e negativa, mas o conceito se aplica às distorções relacionadas com o ocultamento de uma realidade contraditória e invertida (Bottomore, 2013, p.295).

Para auxiliar na tarefa de organizar o conceito em termos marxianos, irei me debruçar sobre alguns autores que apresentaram uma sistematização bastante substancial do conceito. John Thompson (2009) detectou três concepções na vasta obra marxiana e afirma que em alguns momentos elas se sobrepõem e, em outros, tomam rumos diferenciados. A primeira, ele define como a concepção *polêmica*,

⁴⁷ Para mais detalhes sobre a história do termo, conferir Hans Barth (1976) e Jorge Larrain (1983).

na qual, a ideologia é uma doutrina teórica que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida histórico-social.

Seu marco surgiu no livro clássico *A Ideologia Alemã* de 1845/1846⁴⁸, no qual Marx e Engels criticaram o idealismo alemão que ganhava força pelos jovens hegelianos de esquerda. Esse grupo, formado por Feuerbach, Bruno Bauer, Max Stirner e outros intelectuais, trabalhava sob a ilusão de que atuar criticamente em relação às ideias concebidas era suficiente para uma efetiva mudança da realidade. Esses pensadores, que em nada eram diferentes dos velhos hegelianos (e de quem achavam que estavam se afastando), superestimaram o papel das ideias na vida social. Por conta disso, a sua visão configurou-se como "ideológica" por enaltecer em demasia o valor e o papel das ideias na história, adquirindo uma conotação errônea da realidade social, pois não conseguiam compreender as relações entre as ideias com as condições materiais e histórico-sociais do país e a impossibilidade de atrelar uma força prática a essas ideias (Thompson, 2009). A potência dessa formulação de Marx e Engels jaz na determinação da consciência pelas condições materiais dos seres humanos e não por processos autônomos: ao produzirem a sua atividade material, a *vida social*, os indivíduos produzem suas ideias e consciência e, portanto, agem de determinadas maneiras, sejam elas independentes ou não de seu arbítrio:

Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx; Engels, 2007, p.87).

Para os autores, não se deveria partir da consciência e da imaginação para, posteriormente, se chegar aos seres humanos de carne e osso e o seu processo da vida real, mas o contrário. O ato de olhar para os seres humanos como produto das ideias, em vez de os reais produtores delas, tratando-as como autônomas, fica bem evidente na famosa comparação dos autores com a câmara escura:

A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente

⁴⁸ O livro foi publicado oficialmente apenas em 1932, por David Riazanov.

físico. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 2007, p.94).

Por outro lado, nesse mesmo compêndio de textos em que eles discutiam-na como uma doutrina teórica que não inseria em seu bojo as relações de classe, eles fizeram germinar uma nova concepção, atrelada às ideias que dominam um dado momento histórico e estão relacionadas com a classe na posição dominante. Em outras palavras, os indivíduos realizam a sua dominação, entre outras coisas, como pensadores e pela produção de ideias que asseguram e regulam a sociedade:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 2007, p.47).

Esta é a segunda concepção, a *epifenômica*, a qual vê a ideologia como derivada das condições econômicas e das relações de classe, isto é, um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas representa as relações de classe de forma ilusória (Thompson, 2009). Diante disso, as ideias inerentes a essa ideologia articulam os interesses, desejos e ambições da classe dominante, na medida em que elas precisam ser apresentadas como ideias universais:

toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (Marx; Engels, 2007, p.48).

Contudo, a ideologia representa-as de forma ilusória, pois essas ideias não revelam a natureza e as posições relativas das classes, o que favorece os interesses da classe dominante (Thompson, 2009). Desta maneira, é preciso frisar que nem todas as ideias são ideologia; o que as transforma em ideologia é justamente a sua conexão com os fenômenos inerentes às relações sociais, políticas e econômicas que atuam de modo a ocultar as contradições existentes:

Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc. etc., não são mais do que

formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade - nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes (Marx; Engels, 2007, p.37).

A terceira refere-se à concepção *latente*, na qual, a ideologia é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação para o passado e para imagens e ideais que escondem essas relações e as desviam da busca coletiva pela mudança social (Thompson, 2009). Conforme o autor, a razão para chamá-la de latente se deve a um conjunto de fenômenos que não se enquadram exatamente no marco teórico do *Prefácio* de 1859, além do próprio Marx não utilizar o termo ideologia nos textos em que ela se faz presente⁴⁹. Portanto, as formas que englobam essa concepção não mais se referem a epifenômenos subjacentes à estrutura econômica, pelo contrário:

Eles se constituem em símbolos e "slogans", costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para a frente ou constroem-nas, de tal modo que não podemos pensar estas construções simbólicas unicamente como determinadas, ou totalmente explicadas, em termos de condições econômicas de produção. [...] Esses símbolos e valores tradicionais não são varridos para longe, de uma vez por todas, pelo constante revolucionamento da produção; eles perduram, modificam-se, transformam-se; na verdade, eles reaparecem como uma força reacionária potente no despertar mesmo da própria revolução (Thompson, 2009, p.58-59).

A premissa parte do fato de que as relações sociais podem ser asseguradas pelas convocações de paisagens imagéticas e ideias, quer do passado ou não, que desvirtuam os processos de transformação e mudança social. Por ser a definição que mais apresenta aspectos em comum na literatura marxista, é preciso uma minuciosa investigação de sua aplicabilidade teórica para os dias atuais. Para este fim, é importante estabelecer que, longe de uma concepção neutra, que concerne a um aspecto geral da vida social e um sistema de ideias ou valores pertencentes a qualquer indivíduo ou grupo social, a noção de ideologia a ser discutida possui teor *crítico*, implicando que os fenômenos possuem um sentido negativo, parcial, ilusório. Do contrário, todo o trabalho de erigir uma definição sobre um conceito polissêmico cairia na armadilha de constituir-se como uma "visão ideológica em si mesma".

Após o falecimento de Marx, a conotação crítica do termo não se perdeu por completo, mas passou a ocupar uma posição secundária, apresentando duas

⁴⁹ Segundo ele, Karl Marx fala em "ilusões", "ideias fixas", "espíritos" ou "fantasmas" que andam no meio do povo e procuram e despertam suas superstições e seus preconceitos (Thompson, 2009).

linhas: uma concepção de ideologia como a totalidade das formas de consciência social (a superestrutura ideológica) e a da ideologia como um conjunto de ideias políticas relacionadas aos interesses de classe (Bottomore, 2013). Ambas sugerem diferentes pressupostos e consideram as questões de agência e estrutura em graus diversificados. Para pôr um pouco de ordem neste enredamento polissêmico, irei incluir algumas formulações que dialogam com uma ou outra dessas linhas. Logo, para este momento, não se trata de compreender essas noções em suas essências científicas ou epistemológicas, mas de que jeito elas avançam a sua compreensão. Um primeiro exemplo é a gigante polêmica nas correntes marxistas em torno da ideologia como *falsa consciência*. Marx nunca usou o termo para se referir a ela; o criador do termo foi Friedrich Engels numa carta endereçada a Franz Mehring:

A ideologia é um processo realizado pelo dito pensador de forma consciente, é verdade, mas com uma falsa consciência. As verdadeiras forças motivadoras que o impelem permanecem desconhecidas para ele; caso contrário, simplesmente não seria um processo ideológico. Conseqüentemente, ele imagina forças motivadoras falsas ou aparentes. Por ser um processo de pensamento, ele deriva tanto sua forma quanto seu conteúdo do pensamento puro, seja ele próprio ou de seus predecessores (Marx; Engels *apud* McLellan, 1986, p.18).

Atualmente, as diversas implicações epistemológicas que orbitam a noção de falsa consciência tornaram-na impopular. Para Tom Bottomore (2013), ela não é adequada na medida em que não especifica o tipo de distorção criticada e, com isso, abre caminho para uma pluralidade de erros. Segundo McLellan (1986), para Marx, a ideologia não era uma questão de falsidade lógica ou empírica, mas a maneira superficial ou enganosa que a verdade é afirmada. Em sintonia, Eagleton (2019) decreta que as crenças persistentes na sociedade têm de ser apoiadas, até certo ponto, pelo mundo que nossa realidade prática nos revela; por conseguinte, defender que um número enorme de indivíduos viveria e morreria em função de ideias vazias é assumir uma postura aviltante em relação a eles. Por fim, Göran Therborn (1980) é enfático quanto a essa noção ter de ser abandonada: "essas são suposições injustificadas e insustentáveis. Elas representam um resíduo utilitarista no marxismo, que deve ser rejeitado, de forma explícita e decisiva" (p.5).

Para avançar, há vários significados para ideologia no mundo hoje, usados em estudos e pesquisas, críticos ou não. Essa multiplicidade torna evidente as suas incompatibilidades e gera incontáveis complicações de caráter teórico-científico.

Terry Eagleton (2019) lista algumas definições em circulação, pela qual pode-se estabelecer o perímetro geral de sua aplicabilidade:

1) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; 2) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; 3) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; 4) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; 5) comunicação sistematicamente distorcida; 6) aquilo que confere certa posição a um sujeito; 7) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; 8) pensamento de identidade; 9) ilusão socialmente necessária; 10) a conjuntura de discurso e poder; 11) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; 12) conjunto de crenças orientadas para a ação; 13) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; 14) oclusão semiótica; 15) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; 16) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural (Eagleton, 2019, p.17-18).

Com um primeiro olhar sobre estas variadas posições teóricas, nota-se que umas podem ser compatíveis entre si, enquanto outras são opostas, partindo até de premissas totalmente divergentes. Para a proposta da tese, um dos pontos cruciais é o de que a ideologia precisa, de maneira contínua, transformar e aderir as suas formas para que seus subordinados continuem a receber as devidas gratificações, impulsionando e sustentando os seus processos. Portanto, o estudo de ideologia a ser focado aqui pode ser amplamente definido como:

um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade. A condição de ser oprimido tem algumas pequenas compensações, e é por isso que às vezes estamos dispostos a tolerá-la. O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, a desejar e a identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve, portanto, a mais difícil de todas as formas de liberação: o libertar-nos de nós mesmos (Eagleton, 2019, p.13).

Uma vez entranhada na consciência e na vida material, a ideologia pode ser concebida como um poderoso amálgama de ideias e valores que circulam pelo horizonte social, fornecendo a aquarela e os pincéis com que os indivíduos pintam suas realidades. Através de seu exame, pode-se desvelar informações acerca da condição dos dominados e oprimidos e das múltiplas formas com que o opressor estabelece e sustenta a sua dominação, principalmente quando deixa de fornecer suficientes gratificações. Assim, segue o autor, a sua crítica deve supor que ninguém jamais se encontra inteiramente iludido. É preciso levar em conta o fato de que os oprimidos alimentam esperanças e desejos que só podem ser realizados pela transformação de suas condições materiais, pois é por não cessarem o ato de

desejar, imaginar e lutar, mesmo nas condições mais desfavoráveis, que a prática da emancipação política é uma possibilidade genuína (Eagleton, 2019).

Conforme Jon Elster (1982), a ideologia é apresentada como um conjunto de crenças ou valores que podem ser explicados tanto a partir da posição ou do interesse de algum grupo social. Sem adentrar as suas especificidades, um traço relevante em sua obra é sua observação acerca da tendência das classes oprimidas e exploradas de acreditar na justiça ou, pelo menos, na necessidade da ordem que as oprime, podendo ser levadas pela racionalização a acreditar que seu destino é justo e adequado. Além disso, as dificuldades em torno de seu estudo derivam de uma complexa relação tríplice entre o pensamento social e a realidade social: as crenças têm a sociedade como objeto, são explicações de fatos sobre os humanos e suas relações entre si; o surgimento dessas crenças pode ser causado ou, mais geralmente, explicado pelos fatos sociais; e as crenças podem gerar consequências que estabilizam ou minam a estrutura social (Elster, 1999). Diante disso, percebe-se que os sistemas de crenças demonstram uma tendência a servir aos interesses daqueles tidos como dominantes:

Existem muitos mecanismos plausíveis que podem fazer com que certas crenças amplamente aceitas sejam amplamente aceitas por causa dos benefícios que trazem a algum grupo dominante. Os membros desse grupo poderiam tentar inculcar, seja diretamente ou por intermédio de um grupo profissional de ideólogos⁵⁰, certas crenças entre os sujeitos que serão benéficas para sua dominação. Ou o grupo dominante pode sustentar seletivamente certas crenças que surgem espontaneamente e reprimir outras, por um processo análogo à seleção artificial (Elster, 1982, p.166).

Seu argumento compartilha a posição de que os oprimidos acreditam na superioridade e até na "divindade" dos governantes porque isso é *bom* para eles de diversas maneiras. A eficácia ideológica, então, é percebida quando assegura uma base de crenças, ideias e significados com os quais os indivíduos reconhecem uma realidade social como benéfica para eles, sobretudo, porque também é benéfica para os dominantes (Elster, 1982). Em concomitância, pode-se acrescentar que as ideologias dominantes:

devem também comprometer-se, de maneira significativa, com as necessidades e desejos que as pessoas já têm, captar esperanças e carências genuínas, reíflctilas em seu idioma próprio e específico e retorná-las a seus sujeitos de modo a converterem-se em ideologias plausíveis e atraentes. Devem ser "reais" o

⁵⁰ Esse grupo de ideólogos e a sua atividade de propaganda serão discutidos no próximo capítulo.

bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva e devem empenhar-se, o mínimo que seja, para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes. Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada (Eagleton, 2019, p.31).

O autor afirma que a maioria das pessoas tem olhar agudo quando se trata de seus próprios interesses e direitos e, em maior ou menor grau, elas sentem-se desconfortáveis em pertencer a uma forma de vida injusta⁵¹; logo, também é papel das ideologias fazê-las acreditar que as injustiças serão corrigidas, que elas serão contrabalanceadas por benefícios maiores para a sociedade, que são inevitáveis ou até que não se tratam realmente de injustiças (Eagleton, 2019). Por este ângulo, é sobre esses efeitos em âmbito acadêmico que Robin Blackburn (1974) investiga a produção teórica burguesa de seu país, cuja ideologia defende de forma coerente a organização social existente no mundo capitalista. Especificamente, o historiador britânico se preocupa com sua difusão nas universidades, onde conceitos sobre as massas e a sua participação política são talhados como uma ameaça à democracia, além de que todas as tentativas de desafio ao *status quo* são irracionais, devendo, portanto, ter a sua força reduzida:

essa ideologia é sistematicamente pessimista quanto às possibilidades de atacar a repressão e a desigualdade: nesta base constrói teorias da família, da burocracia, da revolução social, da democracia, que implicam, todas elas, a impossibilidade de superação das instituições sociais existentes (Blackburn, 1974, p.5).

Assentados na famosa passagem de Emile Durkheim (2007): "a primeira regra e a mais fundamental é considerar os *atos sociais como coisas*" (p.15), os teóricos burgueses nem precisam procurar por circunstâncias plausíveis em águas profundas. Por meio da produção teórica, erigiram uma sociologia que olha para o modelo econômico como um sistema harmonioso, sem contradições, e que busca aniquilar as viabilidades de transformação social: "o alvo da maior parte da teoria burguesa é corroer a ideia de que os homens podem alguma vez transformar a sociedade – a sua função é induzir uma mórbida *paralisia da vontade social*"

⁵¹ Um exemplo bastante esclarecedor é o da inevitabilidade do desemprego no sistema atual. Pode ser que, de fato, ele seja inevitável no capitalismo, mas não em relação a um modelo econômico alternativo. Assim, o eixo dicotômico da verdade/falsidade possui teor ideológico na medida em que seus enunciados podem ser verdadeiros para o *status quo*, porém falsos quando atuam para bloquear as possibilidades de transformação da sociedade (Eagleton, 2019).

(Blackburn, 1974, p.31). Por isso, o autor declara que os conflitos e movimentos revolucionários não são tratados como tentativas realizadas por seres humanos para fazerem sua própria história, mas como uma lamentável doença que perturba o corpo político, uma espécie de calamidade natural ou atos de Deus que fendem o sistema social (Blackburn, 1974).

Tecidas essas considerações e munido da compreensão do posicionamento crítico de ideologia, de sua força extensiva na sociedade e a sua grande infiltração em âmbito acadêmico, irei aprofundar dois conceitos marxianos necessários para o entendimento do conceito de ideologia com o qual irei desenvolver a análise: o fetichismo da mercadoria e reificação. Na obra *O Capital*, os argumentos de Marx sinalizam poderosamente o mistério da forma-mercadoria:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho [...] Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. [...] A estes últimos [os produtores], as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (Marx, 2013, p.206-207).

Apesar de se poder encontrar referências ao fetichismo por diversos textos, é nesta obra que se torna visível o que o filósofo alemão intencionava descrever concretamente: de que no capitalismo, as relações sociais haviam sido *ocultadas* pela falsa aparência objetiva das relações econômicas, isto é, as relações entre indivíduos adquiriram um caráter de relação entre coisas, a *reificação*⁵²:

O fetichismo da mercadoria consiste na percepção da troca de mercado simplesmente como uma troca de coisas com certos valores, e não como uma manifestação de certas relações. Reificar as relações sociais é, por exemplo, tratar o capital como um fator natural de produção com seu fator natural de renda,

⁵² Outra forma de explicar a reificação é como "o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas" (Bottomore, 2013, p.494-5).

lucro, e não como uma relação específica de produção, uma forma específica de exploração do trabalho (Therborn, 1976, p.367).

Segundo Gerald Cohen⁵³ (2001a), o termo "fetichismo" é derivado da religião e refere-se a uma atividade de pensamento que confere a um objeto um poder aparente: "transformar algo em fetichismo, ou fetichizá-lo, é investi-lo de poderes que ele não possui em si mesmo" (p.115). Na esfera econômica, a essência do poder resulta da produção, do modo como ela é organizada na sociedade. Assim, tem-se a aparência de que os seres humanos trabalham porque suas mercadorias possuem valor, mas na verdade, elas têm valor porque trabalho foi empregado em sua produção. Isso faz com que os indivíduos não percebam suas reais condições de produção e acabem por atribuir suas condições materiais às forças alheias, não produzidas pelas relações sociais; eles não reconhecem a sua autoria sobre o valor produzido e, portanto, não se percebem como os reais produtores (Cohen, 2001a). Nesta lógica, através da reificação operada pelo fetichismo da mercadoria, nota-se a aceitação das relações sociais como fatos desprovidos da ação humana, como se as mercadorias possuíssem um valor por si próprias e não houvesse conexão com o trabalho empregado, como se as relações econômicas adquirissem a aparência de um movimento autônomo, que funciona sem o controle humano para girar suas engrenagens e remover sujeitos e culpados dos processos de dominação, opressão e exploração:

Tudo conspira para dar a estas relações sociais objetivas de exploração a aparência de fatos naturais, inevitáveis. Posto que uma economia capitalista não é controlada pelos homens, sequer por um grupo social, o seu funcionamento tem a força das leis naturais (Blackburn, 1974, p.64).

Göran Therborn (1980) apresenta uma conjuntura teórica que amplia a discussão althusseriana⁵⁴ de interpelação dos sujeitos, reconhecendo os avanços (e os defeitos⁵⁵) do autor francês ao conceber a ideologia como processos sociais inscritos em práticas materiais. Todavia, ele posiciona a ideologia em um patamar

⁵³ O autor realiza uma extensa discussão sobre o fetichismo da mercadoria e fetichismo do capital, percorrendo sobre seus diagnósticos e causas, além de relacioná-los com a religião, a economia, o dinheiro e a política (Cohen, 2001a).

⁵⁴ Julguei desnecessária a exposição da teoria althusseriana por ser amplamente conhecida nos estudos em ideologia e por já ter recebido várias atualizações. Conferir em Louis Althusser (1996).

⁵⁵ Para ele, há dois argumentos insustentáveis na teoria althusseriana: o primeiro é que apenas o conhecimento científico é conhecimento "verdadeiro" ou "real"; ou seja, todas as outras formas de cognição (da experiência cotidiana, por exemplo) são distorções ou formas falsas de cognição; o segundo é que os seres humanos são significativamente motivados como sujeitos apenas pelo que sabem, por conhecimentos verdadeiros ou distorcidos (Therborn, 1980).

mais amplo, isto é, como um "aspecto da condição humana sob o qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes em um mundo que faz sentido para eles em vários graus" (p.2). A ideologia, portanto, é o meio em que os eixos da consciência e da significância operam, não se tratando de um discurso *per se*, mas tendo mais a ver com o modo de operação na formação e transformação da subjetividade humana⁵⁶ (Therborn, 1980). Isto posto, o sociólogo sueco foca nas ações de *interpelação e sujeição* dos indivíduos para uma ordem social específica e de *qualificação* para as várias funções que exercerão na sociedade.

Um dos problemas iniciais para a sua estruturação teórica é o de procurar entender como os membros de diferentes classes definem o mundo à sua volta, sua própria situação e suas possibilidades. Para isso, a sua tentativa de confrontar as relações de classe com a ideologia perpassa um esclarecimento da relação entre ambas com as formas possíveis de subjetividade humana⁵⁷, onde incluem-se as que não pertencem às questões de classe. Nesse momento, é viável adentrar a dinâmica de sujeição/qualificação proposta pelo autor para designar as formações dos seres humanos. Segundo ele, ao mesmo tempo e através do mesmo processo, novos membros tornam-se qualificados para assumir e desempenhar certos tipos de funções atribuídas na sociedade onde nascem, até mesmo a função de possíveis agentes da mudança social (Therborn, 1980). Com base nisso, ele aperfeiçoa a teoria althusseriana ao dar margem para a possibilidade de mudança por sujeitos que já foram interpelados e qualificados:

A reprodução de qualquer organização social, seja uma sociedade exploradora ou um partido revolucionário, acarreta uma correspondência básica entre sujeição e qualificação. Aqueles que foram submetidos a um padrão particular de suas capacidades, a uma disciplina particular, qualificam-se para as funções dadas e são capazes de desempenhá-las. Porém, sempre há uma possibilidade inerente de que uma contradição possa se desenvolver entre os dois. Novos tipos de qualificação podem ser exigidos e fornecidos, novas habilidades que vão contra as formas tradicionais de sujeição. Ou, inversamente, novas formas de sujeição podem desenvolver esse conflito com o fornecimento de qualificações ainda necessárias. Os efeitos de uma contradição entre sujeição e qualificação são oposição e revolta ou baixo desempenho e retirada (Therborn, 1980, p.17).

⁵⁶ Sua definição mantém distância de linhas como a weberiana ou frankfurtiana, pois, segundo ele, elas geraram suposições racionalistas injustificáveis em relação aos dominados não se rebelarem apenas ou, sobretudo, por considerarem as regras dos dominantes justificadas (Therborn, 1978).

⁵⁷ Para o autor, a subjetividade de um indivíduo deve ser distinguida de sua personalidade ou de sua estrutura de caráter. Assim, personalidade e subjetividade têm, ambas, uma especificidade e autonomia em relação aos efeitos uma sobre a outra (Therborn, 1980).

Esse duplo processo acarreta em um funcionamento social básico tendo em vista três modos de interpelação, os quais disciplinam e qualificam os indivíduos, relacionando-os e fazendo-os reconhecer *o que existe* e o que não existe, quem eles são, como o mundo é, como estão relacionados com ele, como a sociedade, os homens e as mulheres são, etc. e fazendo com que adquiram sentidos de identidade e tornem-se conscientes do que é real e verdadeiro; *o que é certo* e errado, bom e ruim, justo e injusto, belo e feio, etc., determinando não somente as percepções sobre a legitimidade do poder, mas também as relações interpessoais e onde os desejos tornam-se estruturados e normalizados; e *o que é possível* e impossível, padronizando o senso de mutabilidade, onde as esperanças, ambições e medos são modelados (Therborn, 1980). Em síntese:

as ideologias diferem, competem e se chocam não apenas no que dizem sobre o mundo que habitamos, mas também em nos dizer quem somos, no tipo de sujeito que interpelam. E essas diferentes interpelações do que existe estão geralmente conectadas com diferentes interpelações do que é certo e do que é possível para tal sujeito (Therborn, 1980, p.78).

Nesse ponto, pode-se voltar à visão de Jon Elster (1982) e compreender como os indivíduos são interpelados pelo sistema de crenças e levados a acreditar e reconhecer a realidade social como benéfica para eles. Além disso, em Erik Olin Wright (2004) também pode-se ver como as percepções e escolhas são moldadas à luz desses processos de sujeição e qualificação, fazendo com que os indivíduos atuem dentro de um enquadramento consciente que leva adiante as decisões com base no que existe, no que é possível e no que julgam ser o certo (e seus opostos). Com isso, percebe-se que os modos de interpelação podem se entrelaçar e formar complexas consciências capazes de julgar os mais diferentes fenômenos sociais a partir de quaisquer perspectivas: a exploração e as desigualdades podem ser afirmadas como uma característica da ordem social que não existe, que é uma invenção; caso as suas existências sejam comprovadas e admitidas, os indivíduos podem passar ao argumento de que elas são justas, que os pobres são preguiçosos, ineptos para o trabalho; e se seus aspectos injustos forem ratificados, o argumento pode assinalar que uma ordem social mais justa é impossível (Therborn, 1980).

Não obstante, há o problema em compreender como essas consciências são formadas e articuladas e em que medida elas expressam a posição dos indivíduos nas relações de produção. Atendendo a esse propósito, o autor apresenta um mapa

do universo das consciências que visa compreender as dimensões da subjetividade humana, englobando as relações de classe a partir de dois eixos: o do "ser" e o do "no-mundo". Sendo assim, tem-se que o eixo do "ser" implica uma subjetividade *existencial*, os indivíduos são alguma coisa durante seu ciclo de vida em relação a outros indivíduos em demais ciclos de vida (gerações diferentes); e uma *histórica*, pois eles vivem especificamente em um dado momento da história. O eixo do "no-mundo" fornece a subjetividade *inclusiva*, uma vez que os indivíduos fazem parte de mundos dotados de sentidos; e a *posicional*, pois eles pertencem a uma posição específica em relação aos outros membros da sociedade quanto ao gênero, a idade, a ocupação, as raízes étnicas, etc. (Therborn, 1980).

Ao entrecruzá-los, o autor obtém os quatro principais tipos de ideologia: a *inclusiva-existencial*, que gera sentidos sobre ser um membro do mundo, ou seja, o sentido da vida, da morte, do sofrimento, da ordem natural das coisas. Ela concerne ao que é a vida, o que é bom ou mau e o que é possível na existência humana. Entre suas formas mais comuns, encontram-se as mitologias, as religiões, a moralidade e as narrativas sobre o propósito da vida; a *inclusiva-histórica*, onde os indivíduos são membros conscientes de seus mundos histórico-sociais. Em termos de número e grau são indefiníveis, mas ele sugere exemplos como a tribo, a vila, a etnia, o Estado, a nação, a Igreja, etc. A teoria política burguesa dirige-se aos seus cidadãos afirmando o que o Estado é, o que é boa e má política, o que é politicamente possível ou não, e ele salienta que a afiliação a estes mundos sociais ocorre em conflito e em co-existência com outras pessoas segundo vários degraus hierárquicos de dominação e subordinação; a *posicional-existencial* interpela e qualifica os indivíduos a ocuparem posições particulares no mundo em que fazem parte, como as distinções tradicionais de gênero e o ciclo de vida da infância, adolescência, juventude e maturidade. Ela atua constituindo a individualidade subjetiva de cada um, declarando quem eles são, o que é bom e possível para eles em contraste aos demais; e a *posicional-histórica*, a qual eles ocupam a posição de membros de famílias, habitantes de lugares específicos, praticantes de estilos de vida, *status* educacionais, quem são os detentores de poder político, os membros das diferentes classes, etc. (Therborn, 1980). Em suma:

Minha tese é que essas quatro dimensões constituem as formas fundamentais da subjetividade humana, e que o universo das ideologias é exaustivamente

estruturado pelos quatro principais tipos de interpelação que constituem essas quatro formas de subjetividade (Therborn, 1980, p.23).

Quando se pensa especificamente em uma ideologia de classe, é preciso ter em mente que os quatro tipos estão entrelaçados com outras modalidades não relacionadas à classe, formando uma totalidade complexa que é capaz de superar a tarefa teórico-analítica de designá-la com precisão (uma ideologia de classe não existe em estado puro⁵⁸). Contudo, ainda que determinada visão não seja unívoca entre os membros de uma mesma classe em um dado momento, pode-se encontrar uma sujeição/qualificação mínima acerca do que existe, é bom e é possível que resulte em um estratagema inteligível e que aponte para as suas definidas funções econômicas (Therborn, 1980). Ao buscar essa classificação, o autor estipula como *ego-ideologias*, as inter-relações que formam os indivíduos para suas posições de classe na sociedade; e *alter-ideologias*, aquelas que fornecem a base lógica para o domínio sobre outras classes ou para a resistência aos dominadores e exploradores. Diante disso, observa-se que o capitalismo sujeita os trabalhadores às relações de mercado e à acumulação mesmo que não os qualifique apenas para produzir mais-valor, mas também para agir e negociar como indivíduos livres (Therborn, 1980). Malgrado ele tenha concedido às primeiras uma noção básica em torno das três classes principais (burguesia, pequena-burguesia e a trabalhadora), pela proposta da tese, são as últimas que adicionam elementos relevantes, posto que a grande quantidade de posições contraditórias nos estratos médios da sociedade acabam gerando múltiplas facetas "ego-ideológicas"⁵⁹. A alter-ideologia burguesa pode ser definida como:

A alter-ideologia burguesa, em oposição aos canais capitalistas de acesso aos meios de produção e à orientação capitalista de produção, exibe a noção de que a empresa não mercantil é de racionalidade econômica inerentemente menor, e que o desempenho individual inferior resulta em falta de sucesso na obtenção de posições de poder e riqueza. Visto que, legalmente falando, oportunidades iguais existem para todos, os trabalhadores só podem culpar a si mesmos por serem trabalhadores, por não terem trabalhado e economizado bastante, por não serem inteligentes o suficiente. Os ataques ao capitalismo são economicamente

⁵⁸ É por esta razão que na análise não irei me referir aos quatro tipos de ideologia separadamente. As formas de consciência serão observadas a partir do conjunto de relações que perfazem as ações e intenções dos personagens dentro dos eixos do que existe, é bom e possível.

⁵⁹ Para a ego-ideologia da burguesia, o autor sugere a criação de riqueza, a indústria, a iniciativa, a competitividade, a realização individual e o domínio da natureza. Por outro lado, a ego-ideologia da classe trabalhadora envolve uma orientação para o trabalho, incluindo habilidades físicas, dureza, resistência e destreza, além de um contrato salarial que faz distinção entre trabalho e lazer, tendo o trabalho em si como o objetivo do consumo e da reprodução familiar (Therborn, 1980).

irracionais e têm um efeito negativo no bem-estar material de todos. A existência do capitalismo em funcionamento implica que esta alter-ideologia burguesa é aceita pelos trabalhadores, seja ativa ou passivamente, consciente ou inconscientemente (Therborn, 1980, p.62).

As ideologias das classes⁶⁰ se desenvolvem junto com o modo de produção vigente (e também como reformulações de versões anteriores) e são vistas como "processos sociais em andamento", cujas interpelações ocorrem o tempo todo e em todos os lugares em variados graus de presença (Therborn, 1980). No intuito de explorar as funções da ideologia na manutenção do poder político, é preciso compreender que as posições de classe são organizadas segundo dois processos:

(a) a inculcação da ego-ideologia da classe dominante (por meio de famílias e escolas da classe dominante, e assim por diante) em novos membros nascidos na classe e em quaisquer estranhos com permissão para entrar; e (b) o ensino dos futuros membros das classes dominadas do domínio da alter-ideologia da classe dominante sobre a ideologia das classes dominadas (em que o poder legislativo e judiciário do Estado, apoiado por forças de repressão, geralmente desempenha um papel essencial). Essa sujeição-qualificação é realizada em um sistema de aparatos ideológicos inter-relacionados. Um [tipo] é *predominantemente* uma manifestação da organização de poder e discurso da classe dominante (ou aliança dominante); o outro é constituído pelo que poderíamos chamar de *contra-aparatos*, que expressam amplamente, embora em graus variáveis, a resistência e o discurso das classes dominadas (Therborn, 1980, p.86).

Ao estabelecer os contornos de seu quadro teórico do sistema ideológico, o sociólogo sueco considera os processos econômicos e políticos que acarretam nas sanções que ele denomina de *mecanismos de sujeição*, cuja atuação é garantir o domínio da classe dominante sobre os dominados. Obviamente, há uma enorme variabilidade empírica, mas deve-se frisar que eles se apresentam mais como uma ferramenta analítica (sem objetivos classificatórios) e que é viável uma delimitação de seus traços principais. Ademais, o modelo oferece "uma saída para a dicotomia constritiva de força e consentimento e as tradições idealistas-racionalistas de legitimidade ou falsa consciência" (Therborn, 1980, p.94).

Perante o exposto e partindo da questão: *existe uma alternativa melhor possível para o sistema atual?*, ele leva em conta os três modos de interpelação e as duas opções de resposta para exibir seis mecanismos alicerçados à luz de seus efeitos de dominação ideológica. Se a resposta for sim, tem-se para o que existe, a

⁶⁰ A alter-ideologia proletária sustenta que os trabalhadores são agentes individuais do mercado, livres e iguais em relação aos capitalistas. A resistência se manifesta pelo impedimento à conversão total da força de trabalho em mercadoria através da afirmação dos direitos ao emprego, uma subsistência adequada e algum grau de segurança (Therborn, 1980).

acomodação; para o que é bom, o *senso de representação*; e para o que é possível, o *medo*. Se a resposta for não, respectivamente, têm-se o *senso de inevitabilidade*, a *deferência* e a *resignação* (Therborn, 1980). Por fim, pode-se observar que esses mecanismos de sujeição/dominação ideológica estão presentes nas democracias burguesas dos tempos atuais e que todos eles têm de ser combatidos se as camadas sociais que visam a mudança e a transformação social desejam levar adiante suas estratégias de emancipação (Therborn, 1980). Para esclarecê-los, farei um resumo de cada mecanismo, conforme eles estão descritos em seu livro⁶¹:

i) A acomodação se refere a um tipo de aquiescência pela qual a classe dominante é obedecida, pois os dominados são organizados para considerar outras características da realidade social como mais relevantes do que a subordinação e a possibilidade de um regime alternativo, como o desempenho no trabalho, o lazer, o consumo, o sexo, os esportes, etc. Os processos de opressão e exploração são mantidos à sombra enquanto as oportunidades são frequentemente ressaltadas. Ele inclui também a acomodação das oposições, embora jamais em um grau suficiente onde se permita a satisfação total de suas demandas; afinal, há certos aspectos de um sistema que os indivíduos estão preparados para enfrentar, como o racismo e o machismo, mas eles não combatem sistematicamente o domínio de classe;

ii) O senso de representação se dá quando a classe dominante é obedecida porque é vista como governando em prol dos dominados e isso representa algo bom, positivo. Assim, essa representatividade pode ser baseada nas percepções de semelhança ou pertencimento, fazendo com que os dominantes e os dominados se considerem pertencendo ao mesmo universo ou no fato de os dominantes serem vistos como possuidores de qualidades superiores que lhes permitem realmente defender as necessidades dos dominados;

iii) O medo é o efeito ideológico que gera aceitação pela obediência e pela vida, desempenhando um papel significativo nas democracias burguesas. A morte não é a única punição pela desobediência; há também o medo pela retaliação de governos de direita ou do poder estatal no comando de uma esquerda implacável.

⁶¹ Não obstante, é preciso sublinhar que esse arranjo de dominação ideológica não significa que a sujeição e a obediência sejam garantidas somente por esses mecanismos. Como observa o autor, o sistema ideológico de uma sociedade em reprodução nunca é estático, longe disso, ele se apresenta reiteradamente em fluxo constante, com práticas e condições mutáveis e históricas que seguem se adaptando. Assim, as ideologias não apenas consolidam sistemas de poder; elas também podem fazer com que eles se desintegrem e os deixem à deriva (Therborn, 1980).

O medo sustenta que além das fronteiras da obediência, o que se pode encontrar no sistema atual é a não-existência do caos, a escuridão, o sofrimento e a morte;

iv) O senso de inevitabilidade refere-se à obediência através da ignorância sobre quaisquer alternativas. A marginalização e a apatia política encerram uma massa de eleitores frustrados que se furtam do direito de voto e retiram-se dos sistemas políticos, considerados impossíveis de serem transpostos e derrubados;

v) A deferência faz com que a classe dominante seja concebida como uma "casta", cujas qualidades para reinar são de suprema natureza e que somente eles possuem. Esse mecanismo apresenta uma matriz pré-capitalista, mas atualmente, ele se configura como derivado de certas descendências. Além do mais, costuma ser sustentado pelo clientelismo ou pequenos favores em troca da subserviência;

vi) A resignação se manifesta perante a visão pessimista das possibilidades de mudança. Designa-se, mais concretamente, pela obediência nascida de visões de mundo que apontam para a impossibilidade prática de uma alternativa melhor e adquire grande força nos argumentos de que todo poder corrompe, que a oposição e os grupos formados para a mudança social são fracos, incompetentes, instáveis, pouco numerosos e que uma sociedade alternativa jamais conseguiria se sustentar democrática, econômica e militarmente (Therborn, 1980).

Neste subcapítulo, procurei expor as visões marxianas acerca da ideologia a fim de gerar uma compreensão inicial e avançar suas partes mais relevantes em meio à uma produção teórica que desse conta de sua complexidade polissêmica. A princípio, as diferentes visões em torno do conceito serviram para afunilar os seus aspectos semelhantes e apresentar peculiaridades, organizando seu significado. O fetichismo da mercadoria e a reificação serviram para explicar como no modo de produção capitalista as relações sociais surgem como fatos desprovidos da ação humana e adquirem a aparência de um movimento autônomo, independente, que funciona sem a intervenção e o controle humano e, por conta disso, escamoteia os processos de dominação, exploração e opressão. Em seguida, aportei na teoria da ideologia de Göran Therborn como o aspecto da condição humana sob o qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes em um mundo dotado de sentidos e que atua na interpelação e qualificação dos indivíduos para certas funções sociais que eles exercerão em uma ordem social. Esse sistema ideológico engendra processos econômicos e políticos que acarretaram em sanções as quais

são denominadas de mecanismos de sujeição e obediência, cuja atuação é garantir os efeitos da dominação burguesa sobre os grupos dominados.

Para concluir, observou-se que para os humanos continuarem produzindo as suas vidas, eles necessitam da *reprodução* de suas condições de produção. Em meio a esse processo, a dominação de classe ocorre numa totalidade contraditória e complexa, onde o poder estatal é exercido em meio às lutas de classes, porém inclinado na reprodução das estruturas de poder. Em relação à exploração, busquei mostrar como se configura a apropriação do trabalho de uma classe por outra, cuja realização ocorre por conta dos direitos de propriedade e a distribuição desigual de bens inalienáveis. As desigualdades sociais são tidas como elemento intrínseco do capital e da sua busca pelo lucro. Seu ponto nevrálgico é o de que os interesses das classes dominantes voltam-se para a manutenção desigual da distribuição de artigos pelas unidades na sociedade. Por fim, a ideologia como o ocultamento da realidade histórico-social, parte da reprodução de determinadas ideias, as quais interpelam e qualificam os indivíduos em meio aos processos de dominação e exploração, omitindo o seu caráter histórico através da aparência de uma relação entre coisas (ela surge no horizonte social como algo eterno, natural e óbvio) e engendrando os mecanismos de sujeição que atuam largamente para induzir uma paralisação da vontade humana frente às possibilidades de transformação social.

2. A Mídia e a Consolidação da Dominação e Submissão

O mais forte não é nunca assaz forte para ser sempre o senhor, se não transforma essa força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte, direito tomado ironicamente na aparência e realmente estabelecido em princípio (Rousseau, s/a, p.16).

Abner é um humilde residente da cidade rural de Dogpatch¹. Certo dia, enquanto fazia suas andanças pelas redondezas, entrou em uma pequena floresta e encontrou o rebanho de um animal bastante estranho, o Shmoo. Encantado pela sua aparência esquisita, decidiu levar um bom punhado deles para criar em sua fazenda. Com o passar do tempo, ele e sua família perceberam que o único desejo dos Shmoos é agradar os seres humanos, transformando-se em qualquer coisa material que estejam precisando. Por não conceberem a ideia de luxo, fornecem apenas as necessidades básicas da vida, ou seja, se alguém tem fome, um Shmoo pode rapidamente virar um prato de presunto com ovos, ou uma jarra de água gelada para quem tiver sede, mas jamais caviar ou champanhe. Além do mais, eles se multiplicam com tremenda velocidade, evitando qualquer forma de escassez. Muito contente, Abner logo compartilhou os Shmoos com todos os habitantes de sua pequena cidade e sem precisarem gastar um longo tempo para produzirem sua subsistência, os habitantes passaram a fazer melhor uso de suas habilidades e capacidades, alçando ao patamar de uma vida um pouco mais plena e satisfatória.

Em outro canto do país, um empresário inescrupuloso discutia com seu fiel gerente sobre um lugar nos Estados Unidos onde pudesse abrir sua nova fábrica e pagar um salário miserável aos trabalhadores. Descobriu que havia uma pequena cidade rural não muito longe, Dogpatch, cujos habitantes eram tão pobres que haveriam de aceitar trabalhar por qualquer valor, inclusive por quantas horas lhes fossem ordenadas. Empolgado com essa possibilidade de expandir seus lucros a níveis exorbitantes, ele entrou em sua limusine e partiu para o local. Ao chegar, viu um dos moradores caminhando sossegado pela calçada e quando lhe ofereceu a proposta, o cidadão respondeu, educadamente, que poderia muito bem aceitá-la, se não fossem os Shmoos. Intrigado, ele resolveu seguir em frente. Mais adiante, uma moradora também recusou, referindo-se aos Shmoos como motivo principal. "Mas o que diabos é um Shmoo?", indagou o empresário. Eis que uma senhora se

¹ Essa estória pertence à série de quadrinhos *Li'l Abner* (Capp, 1992), citada por Erik Olin Wright (2004). Sua exibição aqui teve a adição de elementos extras, mas que não deformam o original.

aproximou e explicou toda a situação: com os Shmoos ninguém mais era forçado a trabalhar para sobreviver. Os animais fazem tudo pelos seres humanos, tem-se comida e bebida à vontade e todos podem adquiri-los de graça!

O empresário entrou no carro e partiu para sua casa. "Comida para todos e de graça? Que desgraça!", exclamou ele, furioso. Dois quilômetros à frente, seu motorista parou o carro e pediu demissão, pois havia pegado um punhado de Shmoos de uma das fazendas e não precisaria mais se sujeitar a trabalhar por um salário tão indigno. O empresário teve de dirigir o próprio carro de volta. À noite, ele ligou para sua amante para esquecer os problemas e ofereceu-lhe um belo jantar. Ela agradeceu e estava prestes a aceitar o convite quando a sua irmã lhe mostrou uns Shmoos, adquiridos de amigos e parentes; e sem a necessidade de prolongar a sua humilhação, ela bateu com força o telefone na cara do empresário e celebrou a sua liberdade com uma ceia simples, porém bastante farta.

Nas semanas seguintes, o empresário deu início a uma campanha nacional contra os Shmoos e sua "terrível ameaça". A propaganda foi massiva e passou em todos os lugares. Não houve jornal, programa de rádio, televisão, revista ou sites da internet que tenha ficado de fora. A população, levada a crer que os animais prejudicavam a economia e instauravam um clima de caos e instabilidade política, posicionaram-se a favor da erradicação total dos Shmoos. Aqueles que tentavam promover uma defesa dos animais foram rapidamente marginalizados, silenciados, marcados e perseguidos como inimigos dos interesses universais da sociedade. O empresário comemorou com alegria a decisão e estava convicto de que ela era a melhor para todos; afinal, ele teria a nobre oportunidade de continuar oferecendo emprego para os desempregados (e tirá-los da miséria) e prosseguiria girando as engrenagens de seus negócios, totalmente desimpedido por quaisquer perigos.

O imaginário sociocultural de uma sociedade é constituído por meio de interrelações culturais e trocas simbólicas entre os indivíduos, fazendo com que o papel da mídia e suas consequências para a vida material adquira uma complexa proeminência. Na atualidade, há muitos lados positivos dessa relação entre mídia e público, como a reconfiguração do senso de comunidade, posto que as pessoas podem se encontrar e realizar trocas simbólicas em ambientes virtuais impossíveis anteriormente devido às restrições do espaço físico. Ademais, ela também é capaz de encolher as distâncias e levar nossas almas a um tour pelo Museu do Louvre; a uma apresentação de música em estádios da Inglaterra; às coreografias acrobáticas

e mágicas do circo chinês; aos eventos esportivos globais; às séries, seriados e filmes produzidos em praticamente qualquer país; às festas de celebridades e suas entrevistas e às mais recentes notícias e matérias em tempo real, informando-nos instantaneamente dos acontecimentos planetários.

Por outro lado, mais do que entretenimento e informação, convém apontar que as suas sedutoras mensagens encerram valores e significados que asseguram a dominação e a paralisação social. Conforme Douglas Kellner (2001), para tornar vendáveis os inúmeros gostos, emoções, prazeres, desejos, sonhos, conhecimentos e informações sobre a vida, a mídia requer quadros mentais alinhados entre meios e público e, por isso, os indivíduos tendem a ser induzidos a identificar-se com as ideologias e representações sociais e políticas dominantes². Essa é uma razão pela qual ela padroniza os seus produtos, pois além de um maior alcance e resposta por parte do público consumidor, essas conexões culturais ajudam a criar e solidificar identidades, visões de mundo e estilos, fazendo com que ela sirva de lubrificante geral para as relações sociais necessárias, ajustando-as conforme o necessário para mudanças nas condições de produção e consumo (Becker, 1984).

O termo grande mídia³ ou somente *mídia*, aplicar-se-á nesta tese a todos os segmentos pertencentes aos conglomerados de mídia nacionais e internacionais, cuja organização segue a lógica industrial, isto é, os seus produtos são elaborados conforme a demanda do mercado e com alto enfoque na acumulação de capital. Assim, os lucros constituem-se como a diretriz principal de sua atividade e advêm da promoção exacerbada do consumo que resulta nas fartas rendas de publicidade (a genuína compradora dos seus produtos). Conforme Robert McChesney (2015), "a marca registrada do sistema de mídia global é o seu comercialismo implacável e onipresente" (p.108). Através desta lógica, ela relega a papéis secundários ou até inexpressivos suas demais funções, como a de mediadora da realidade para uma vida cívica ativa; a de fortalecer a noção de comunidade e esfera pública para uma saudável prática democrática; um entretenimento de qualidade e a elaboração de notícias e informações que competem aos reais interesses universais da sociedade.

² Para o autor, a cultura da mídia não se resume a um sistema de doutrinação ideológica rígida com os ideais do capitalismo, mas, principalmente, aos prazeres do consumo (Kellner, 2001).

³ Estão excluídos dessa lista os veículos que, embora visem o lucro por sobrevivência comercial, não se encontram atrelados aos conglomerados, além de, obviamente, os veículos estatais, públicos e sem fins lucrativos, etc.

No cerne deste debate subjaz a questão de como a mídia se apresenta no tocante à manutenção das estruturas de poder. Para isso, é essencial entender que sendo parte da superestrutura, ela tem por função a reprodução da ordem social. A sua presença ostensiva nas sociedades contemporâneas fez com que ela alçasse ao patamar de um dos principais mecanismos de sustentação e legitimação das ideias dominantes, contribuindo de maneira extensiva para a manutenção da submissão voluntária e não-coercitiva. Não está em discussão se a mídia atua ou não nesses processos, mas exatamente quais são as características dessa produção de sentido e os interesses circunscritos às suas práticas. Isto posto, esta tese reconhece que a comunicação é um processo de interação simbólica com múltiplas possibilidades de apreensão e interpretação de sentidos. Porém, uma preocupação constante nas análises marxistas da mídia recai na complexa relação entre os sentidos e como os antagonismos de dominação, de exploração, das relações assimétricas, de classes e ideologia interagem com os processos de comunicação (Fuchs, 2020).

Nessa direção, a noção de mídia a ser utilizada neste capítulo admite que a consolidação da dominação e a submissão voluntária são firmadas, não por conta da passividade ou falta de agenciamento dos receptores, pois eles são capazes de negociar ou contestar os sentidos apreendidos, mas devido à inversão de interesses que impulsiona uma realidade que os subordinados reconhecem como genuína e à ausência de acesso às visões alternativas, com as quais as audiências poderiam rejeitar as ideias que não refletem os interesses universais e atuam na manutenção e legitimação do modo de produção capitalista. Diante disso, algumas perguntas devem permear o capítulo: qual a relação da mídia com o atual modelo econômico e com o contexto histórico-social em que está inserida? Quais os interesses na sua produção de sentidos? Ela omite as relações antagônicas do capitalismo? Qual o papel da acumulação e do poder econômico-financeiro na elaboração de notícias? Eles exercem algum tipo de influência nas suas práticas? Como a ordem social é reproduzida nos conteúdos? A busca pelo lucro inviabiliza a sua responsabilidade social? E qual a relação entre o pluralismo e a diversidade das informações com as visões de mundo alternativas?

A fim de respondê-las, analisarei a mídia em relação ao modo de produção que a engendra e observarei criticamente como funciona o processo de reprodução da ordem social que marginaliza as opiniões dissidentes. Mais concretamente, no primeiro subcapítulo, discuto como o neoliberalismo dominou as esferas culturais,

econômicas e sociopolíticas da sociedade como uma reafirmação dos privilégios de classe. Em seguida, exponho como o impulso neoliberal realizou a inversão, passando a difundir os interesses das classes dominantes sob uma "máscara dos interesses universais". Ao realizar a inversão, a mídia faz com que ele pareça um fenômeno universal, óbvio e natural, infectando a sociedade com ideias confusas e falsas sobre o bem-estar da maioria. No segundo, inicio com uma breve história da propaganda política para depois aportar na noção de fabricação do consenso, cujo modelo de propaganda permite observar as relações do capital com a mídia e como a conformidade é instaurada pela consolidação dessa inversão, algemando a sua atividade por meio dos filtros financeiros do poder. No terceiro, abordo como os veículos dominantes afetam a organização e a produção de informação e se tornaram um poder antidemocrático. Escudados pela "liberdade de expressão", eles realizam uma *auto-censura* pautada nos seus interesses particulares, dos quais são excluídas as vozes que não se encaixam nos seus propósitos ideológicos e de mercado. Portanto, há um falso pluralismo de informações, considerando que há pouca diversidade na produção e circulação de ideias e valores, prejudicando a democratização da comunicação e impedindo o debate de suma importância sobre os interesses universais e a participação da maioria nos assuntos públicos.

2.1 O Neoliberalismo e a Inversão dos Interesses na Mídia

A razão central é que o capitalismo é invariavelmente uma sociedade de classes onde uma porcentagem muito pequena da população tem a maior parte da riqueza da sociedade e uma parte desproporcional de sua renda. Isso permite aos poucos ricos uma vantagem distinta na busca de seus próprios interesses políticos e também lhes permite minar os esforços de muitos para lutar por uma sociedade mais igualitária. Sendo assim, o tipo lógico de democracia que concorda com uma sociedade capitalista é aquele em que quanto mais pobre, menos possível é influenciar os resultados políticos e o mais racional é tornar-se despolitizado e apático (McChesney, 2015, p.285).

Em uma escura noite de outono em Paris⁴, Chevalier Auguste Dupin e seu melhor amigo conversavam sobre o mistério de um assassinato, quando a porta da casa abriu-se e o delegado de polícia, Monsieur G., entrou afoito para ouvir seus preciosos conselhos acerca de um caso muito estranho. Ao ser interrogado, ele

⁴ A ideia desta introdução foi retirada de Thierry Guilbert (2020), que utiliza este conto de Edgar Allan Poe para ilustrar o poder de invisibilidade daquilo que se mantém em extrema evidência. A fim de realizar um resumo mantendo seus elementos dramáticos tive de fazer pequenas alterações, mas que de maneira alguma comprometem a narrativa original do autor norte-americano.

resumiu-se a declarar que era um tanto simples e seria possível resolvê-lo, salvo por um detalhe que lhe escapava inteiramente à compreensão. Em seguida, ávido para ir logo aos pormenores, ele iniciou o relato: "Recebi informações pessoais de que uma carta da máxima importância fora roubada dos aposentos reais. Sabe-se quem é o ladrão, pois viram-no apoderar-se dela e sabe-se que ela ainda está sob a sua posse, visto que ela confere a quem a possua um certo poder de comprometer a honra de uma figura de alta posição na sociedade, o que ainda não aconteceu. Este poder tem sido empregado há vários meses para fins políticos e chegou a um ponto muito perigoso. Por isso, fui encarregado de reavê-la", explicou ele.

Chevalier Auguste Dupin ouvira com atenção e acalmou Monsieur G.: "Esse tipo de ameaças só funciona enquanto ele tiver a posse; no momento em que o ladrão usá-la, o poder dissipar-se-á", disse. Imaginando como melhorar os seus conselhos, perguntou-lhe o que já havia feito a respeito. O delegado respondeu que nos últimos três meses não houve uma noite sequer sem ter vasculhado os aposentos do ladrão e o hotel em que estava hospedado (até contratou batedores de carteiras para se certificar de que não a carregava pelas ruas). Com toda a sua perspicácia de anos no ramo da investigação, ele examinou minuciosamente todo o edifício, os quartos, móveis, gavetas, mesas, as almofadas foram submetidas ao teste de agulhas, retirou os pés das mesas e cadeiras para checar se ela estaria enrolada em uma cavidade oca na parte interna, verificou também os espelhos, as camas, cortinas, tapetes, lustres, o assoalho, cada página dos livros da biblioteca, o papel de parede, tudo palmo a palmo e com uso de um microscópio. Então, parou para recuperar o fôlego e Dupin sabia que a sua ajuda era requisitada. "Não tenho melhor conselho a dar-lhe do que realizar uma nova investigação na residência", ponderou, para desespero de Monsieur G. Depois, ele requisitou uma descrição da carta e do ladrão e quando o delegado informou-lhe, partiu bastante deprimido.

Decorrido um mês desse encontro, Monsieur G. retornou para mais uma visita e advertiu que fizera um novo exame, porém, sem sucesso. A recompensa havia dobrado e ele revelou que poderia pagar até cinquenta mil francos a quem conseguisse obter a carta. Eis que, nesse momento, Dupin abriu a gaveta, retirou um livro de cheques e avisou: "Quando tiver assinado, eu lhe entregarei a carta!". O delegado, perplexo, ficou mudo e imóvel, mas pegou uma caneta, preencheu e o entregou a Dupin. A carta foi sacada de outra gaveta e quando encontrou as mãos do delegado, ele deu espasmos de alegria, abriu-a com mãos trêmulas e, por fim,

retirou-se da casa sem cerimônias. Então, restou ao brilhante Dupin explicar a estória ao seu amigo: "As medidas adotadas pela polícia eram boas e foram bem executadas, mas eram inaplicáveis ao caso. Eles não pensam em outros meios de exame senão os mesmos que empregariam para escondê-la. É neste ponto que sua engenhosidade representa à da massa: quando a astúcia do mal-feitor é diferente da deles, eles acabam enganados. E quanto mais refletia sobre ela não ter sido escondida dentro dos limites de uma investigação ordinária, mais me convencia de que, para ocultá-la, o ladrão, o Ministro D., lançara mão do sagaz expediente de não tentar escondê-la de modo algum. Um dia, fui visitá-lo de óculos verdes para que não visse os meus olhos perscrutando a sala enquanto mantinha a conversa. Por fim, deparei-me com um porta-cartas pendurado na lareira, de onde pendia uma carta suja, amarrotada e meio rasgada, cujo selo negro mostrava a inicial "D." feito com tinta nova. O documento estava diante dos olhos de qualquer visitante".

Em *A Carta Roubada*, de Edgar Allan Poe (1981), os leitores testemunham a brilhante mente de Chevalier Auguste Dupin, ao compreender como a mente do ladrão funcionava e deduzir que em certas situações a maneira presumível de se enxergar o que se encontra oculto não é suficiente e, portanto, às vezes, pode estar escondido em meio à sua extrema *evidência*. Esta tese busca enfatizar a existência de ideias percorrendo o horizonte social que sustentam os interesses e privilégios de classe. Por estarem tão enraizadas no senso comum, tendemos a não percebê-las como algo construído e sem uma base factual para justificá-las. Diante disso, o conto serve de poderosa ilustração para a importância da análise crítica como uma ferramenta para tornar visível o que está escondido sob a sua suprema evidência. Além do mais, uma vez que a carta confere ao seu dono um poder especial, surge uma proveitosa interpretação de como a mídia, tendo acesso aos "aposentos reais", usurpa a informação pública e a utiliza para questões políticas e de manutenção do poder. E no novo milênio, essa questão adquire traços ainda mais complexos, pois o neoliberalismo, ao mesmo tempo que foi levado pelas forças sociais favoráveis e impulsionou expressivamente a organização e a atividade midiática, representa um profundo colapso na vida democrática e pública.

"Poucas descobertas são mais irritantes do que as que revelam a origem das ideias". É com esta frase de Lord Acton, para quem a liberdade não é um meio para se atingir um fim político elevado, mas o próprio fim, que Friedrich Hayek (2010) inicia sua obra *O Caminho da Servidão*. Para o autor austríaco, os eventos

contemporâneos diferem dos eventos históricos, pois os resultados produzidos pelos primeiros são incognoscíveis ("ainda não são história para nós"), enquanto os históricos podem ter a sua significação avaliada. Desta maneira, tendo julgado alcançar essa "irritabilidade" ao discutir as semelhanças dos rumos da Alemanha Nazista com a Inglaterra da época, sobretudo ao comparar o nacional-socialismo com o socialismo, nota-se que as visões de Hayek estavam bastante equivocadas. Atualmente, pelo afastamento daquele seu tempo contemporâneo incognoscível (histórico para nós no novo milênio), torna-se possível analisar a significação de seus argumentos e entrecruzá-los com a visão de outros autores para alavancar um percurso crítico capaz de iluminar o *caminho da compreensão* perante um dos fenômenos mais devastadores da sociopolítica contemporânea: o neoliberalismo.

Em sua obra, Friedrich Hayek (2010) expõe os traços do seu pensamento individualista frente às ideias políticas e econômicas dos regimes totalitários. Ele considerava que os valores da sociedade moderna estavam ameaçados não apenas pelo fascismo e o socialismo (os quais julga serem idênticos), mas por toda forma de intervenção estatal (ou a "planificação coletivista", contrária à concorrência⁵). Por isso, o autor julgava que um novo liberalismo precisava ser posto em prática para distanciar as nações liberais dos ideais de "esquerda" que circulavam pelas importantes esferas sociais da época e poderiam apresentar altos riscos à estrutura social. Embora ele não tenha pretendido realizar um programa neoliberal na obra, procurando focar mais diretamente nas críticas ao coletivismo, algumas passagens permitem uma visualização de suas intenções e de sua estreita visão, que justapõe a ideia de democracia e livre mercado como tendo significados intercambiáveis:

Muitos dizem, no atual momento, que a democracia não tolerará o "capitalismo". Se na acepção dessas pessoas "capitalismo" significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível. No momento em que for dominada por uma doutrina coletivista, a democracia destruirá a si mesma, inevitavelmente [...] A democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual (Hayek, 2010, p.85-6).

⁵ Segundo Karl Polanyi (2001), o surgimento dos mercados não foi o resultado da emancipação gradual da esfera econômica do controle governamental. Pelo contrário, eles resultaram de uma intervenção consciente e, por vezes, violenta por parte do governo que impôs a organização de mercado à sociedade para fins não-econômicos. Logo, para ele, a fraqueza do século XIX não era o fato de ela ser industrial, mas de ser uma sociedade de mercado. Além disso, ele afirma que a civilização industrial continuará a existir quando a experiência utópica do mercado auto-regulado não for mais do que uma simples memória.

Nesta perspectiva, ele ataca o coletivismo como se fosse incapaz de manter um sistema democrático saudável, debruçando-se sobre argumentos imprecisos e rasos para declarar que seria irracional qualquer outra sociedade organizada pela planificação ou pela intervenção estatal na economia. Como procurou demonstrar Karl Polanyi⁶ (2001), o planejamento e o controle são duramente atacados como a negação da liberdade; a livre iniciativa e a propriedade privada são declaradas como aspectos essenciais da liberdade; e a justiça, a liberdade e o bem-estar, que são criados pela regulação, são denunciados como não-liberdade e condenados à camuflagem de "escravidão". Isto gera um imenso abismo para as possibilidades de integrar as camadas sociais em desvantagem, transformando o poder estatal no inimigo da noção de liberdade. Ademais, o argumento de Friedrich Hayek chega ao ponto máximo de deturpar a própria ideia de democracia:

Tampouco devemos esquecer que muitas vezes houve mais liberdade cultural e espiritual sob os regimes autocráticos do que em certas democracias – e é concebível que, sob o governo de uma maioria muito homogênea e ortodoxa, o regime democrático possa ser tão opressor quanto a pior das ditaduras. Não queremos dizer, contudo, que a ditadura leva inevitavelmente à abolição da liberdade, e sim que a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de ideais, sendo, pois, essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível (Hayek, 2010, p.86).

Nesta passagem, ele coloca a decisão democrática da maioria dos cidadãos e sua organização homogênea e ortodoxa em prol da sociedade como sendo quase o sinônimo de ditadura. Ora, não seria precisamente um significado adequado de democracia? Conforme Robert McChesney (2015) apontou, para esses teóricos neoliberais, "a democracia é permitida desde que o controle dos negócios esteja fora dos limites da deliberação ou da mudança popular, isto é, desde que não seja democracia" (p.111). Sendo assim, por meio dessas passagens, o ataque de Hayek à planificação e ao socialismo vai se desvelando como uma vigorosa estratégia de imposição das liberdades individuais movida pelos interesses de restauração do poder e dos privilégios de classe, reforçando a convicção ilusória de que se afastar do Estado, da regulação e controle, a sociedade caminhará para um lugar distante dos regimes ditatoriais. De acordo com Karl Polanyi (2001), embora o fascismo tenha utilizado essas ferramentas para abolir todas as liberdades, a sua vitória foi

⁶ Por coincidência, os livros de ambos tiveram suas primeiras versões publicadas no mesmo ano. A obra de Karl Polanyi tratou do *New Deal* norte-americano e apontou a sua força justamente por limitar a influência do mercado, enquanto Friedrich Hayek afirmou que essas reformas iriam colocar os EUA em uma trajetória rumo ao totalitarismo e à ruína econômica (Polanyi, 2001).

praticamente inevitável justamente pela obstrução dos liberais às reformas que envolvessem um planejamento, regulação ou controle.

Por conseguinte, o caminho da servidão discutido pelo filósofo austríaco se volta contra ele, pois não parece tomar os rumos de uma preocupação em evitá-la para todos, mas de escudar a parcela privilegiada da sociedade dos perigos que podem surgir caso uma democracia plena ou uma ditadura sejam instauradas. Isto fica evidente no exemplo do Chile, a primeira experiência neoliberal a ocorrer no mundo. Quando se analisa o golpe de Estado ao governo democraticamente eleito de Salvador Allende, que levou ao poder a ditadura fascista do General Pinochet, percebe-se que não foi por acaso que os neoliberais apoiaram-no, pois mesmo o país afundando na ditadura severa que arruinava a dignidade e a liberdade chilena, as elites mantinham suas plenas liberdades econômicas e individuais. O evento foi apelidado de *milagre chileno* apesar do elevado aumento das desigualdades e do regime ditatorial ter deixado um legado danoso para sua população⁷.

Em 1938, quase uma década antes de seu livro, o autor norte-americano Walter Lippman organizara um encontro com vinte e seis pensadores liberais em Paris para debater o destino das liberdades individuais. Foi neste colóquio que o termo *neoliberalismo* foi cunhado e passou a se referir a uma nova modalidade de liberalismo, ao mesmo tempo contra o *laissez-faire* e o bem-estar social (Wilson, 2018). Os efeitos deste colóquio foram interrompidos pela II Guerra Mundial, mas após a nuvem de fumaça ter se dissipado, um grupo de acadêmicos, entre eles, os economistas Ludwig von Mises e Milton Friedman, juntou-se a Friedrich Hayek para fundarem a *Mont Pelerin Society*⁸, em 1947. A contribuição dessa sociedade para os assuntos sobre o mundo deu-se pela criação de um fórum de debates, de estudos e de auto-educação entre os membros, cujo objetivo incluía manter acesas

⁷ O golpe foi promovido por elites domésticas ameaçadas pela inclinação de Salvador Allende ao socialismo, apoiadas pela CIA e pelo governo dos EUA. Um grupo de economistas denominado "Chicago Boys", da Universidade de Chicago, foi convocado para auxiliar na reconstrução do país, que havia mergulhado numa repressiva violência contra as organizações populares e movimentos sociais. A experiência rendeu o Nobel de Economia para Hayek, em 1974, e para Friedman, em 1976, por pressão da elite bancária da Suécia (Harvey, 2007). Alguns neoliberais apelidaram o evento de "milagre chileno" e jornais apontaram a nação como a estrela econômica da América Latina. Contudo, o Chile costumava obter a participação eleitoral de cerca de 95% da população e os adolescentes estavam entre os três grupos de jovens menos alienados e mais otimistas de todo o mundo. Após a ditadura, quase metade do povo não votava mais ou anulava o voto e os níveis de desigualdade chegaram a níveis estratosféricos, ocupando o sétimo pior lugar em um estudo do Banco Mundial envolvendo 65 países: "pelos cânones do neoliberalismo, então, o Chile é um sucesso econômico e político" (McChesney, 2015, p.112).

⁸ Segundo *A Short History of the Mont Pelerin Society*. Disponível em: <https://bit.ly/3COK1xj>.

as chamadas do liberalismo. Através de uma produção intelectual que, segundo seus integrantes, não possuía visões oficiais, manifestos, inclinações partidárias ou até *posições políticas*, o grupo publicou a sua Declaração de Objetivos, enfatizando o intercâmbio de ideias e de não realizarem *propaganda*. Eis o primeiro parágrafo:

Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade humana e da liberdade já desapareceram. Em outros, estão sob constante ameaça pelo desenvolvimento das tendências atuais da política. A posição do indivíduo e do grupo voluntário são progressivamente minadas por extensões de poder arbitrário. Mesmo aquele bem mais precioso do homem ocidental, a liberdade de pensamento e de expressão, é ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição de minoria, procuram apenas estabelecer uma posição de poder em que possam suprimir e obliterar todas as visões, exceto as suas próprias (Mont Pelerin Society, 1947⁹).

Ao utilizarem o termo civilização e o sentido bastante vago para "perigo", estes pensadores se colocaram como falsos portadores dos interesses universais, o grupo que iria atuar na formulação de chaves teóricas para a libertação dos países que julgavam "condenados" (segundo suas próprias visões) por políticas centradas no Estado. Julie Wilson (2018) ressalta um aspecto importante do neoliberalismo, o fato de postular que os humanos devem ser entendidos como seres *ignorantes*, isto é, eles não podem saber o que é bom, justo e valioso (e *possível*), e tampouco devem ser encorajados a criticar ou modificar a sociedade, pois a sua concepção gira apenas em torno da competição no mercado e somente por meio dela podem realizar o seu lugar e propósito na ordem capitalista. As correntes de pensamento contrárias foram taxadas de "ideológicas", embora eles estivessem produzindo um *corpus* de ideias que almejava aceitabilidade e não era inteiramente coerente¹⁰. Portanto, ao contrário do que os intelectuais da *Mont Pelerin Society* declaravam, para que suas ideias fossem aceitas, eles teriam de realizar as mesmas táticas que tanto acusavam os inimigos políticos de utilizar. E a propaganda neoliberal, além de peça fundamental para o convencimento do público a se ajustar às suas regras, sua ascensão e implementação como discurso podem ser encaradas como uma das propagandas mais eficazes da história política moderna:

⁹ Segundo a sua "Declaração de Objetivos". Disponível em: <https://bit.ly/3yqMUmj>.

¹⁰ Para David Harvey (2007), o rigor científico dessa economia neoclássica não se coaduna com seu compromisso político junto aos ideias de liberdade individual e nem sua suposta desconfiança de todo poder estatal se encaixa com a necessidade de um Estado forte e coercitivo que defenda os direitos da propriedade privada e as liberdades individuais.

A interpretação pública da globalização como um fenômeno majoritariamente econômico impulsionado pela dinâmica irreversível do livre mercado e da tecnologia de ponta foi incentivada por executivos de grandes corporações transnacionais, lobistas corporativos, jornalistas proeminentes e especialistas em relações públicas, elites culturais e celebridades do entretenimento [...] essas elites do poder global imbuíram a "globalização" com ideias e significados neoliberais e, assim, empurraram a sua influente narrativa ideológica de "globalismo de mercado" para além das fronteiras nacionais e culturais. Por exemplo, uma dessas reivindicações neoliberais apresenta a criação de mercados globalmente integrados como um processo racional que promove a liberdade individual e o progresso material no mundo (Steger; Roy, 2010, p.53).

O neoliberalismo em suas faces bem mais desenvolvidas no atual cenário econômico da globalização é definido, por David Harvey (2007), como uma teoria das práticas econômicas e políticas que propõe um bem-estar humano por meio da imposição de liberdades e habilidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura social marcada pela propriedade privada e pelos mercados livres. Nesta lógica, o papel do Estado é criar e garantir um arcabouço institucional mínimo que seja adequado a essas práticas. Em decorrência de inúmeras investidas e da ampla disseminação das ideias por atores relevantes no jogo político, atualmente, a teoria preserva profundos "efeitos penetrantes nas formas de pensamento a ponto de se incorporar ao modo de senso comum que muitos de nós interpretamos, vivemos e entendemos o mundo" (p.3). Em virtude disso, prossegue o autor, como todo um aparato conceitual é necessário para que uma ideia se torne dominante, é válido ressaltar que o percurso neoliberal não era de forma alguma inevitável e óbvio, o mundo capitalista passou por muitos experimentos caóticos e deu vários tropeços em direção à neoliberalização até convergir na sua articulação conhecida como o "Consenso de Washington", na década de 1990 (Harvey, 2007).

Manfred Steger e Ravi Roy (2010) consideram o conceito bastante amplo e refere-se a um paradigma que passou a ganhar destaque a partir dos anos 1980. Construído sobre as bases do liberalismo clássico de um mercado auto-regulado, sua nova face surge em várias vertentes e variações e, por isso, eles o conceituam com base em três manifestações: i) é uma ideologia que satura o discurso público com imagens idealizadas e positivas de um mundo consumista e de livre mercado (interagindo com a mídia para vender a versão de um mercado global único); ii) é um modo de governança enraizado em valores empresariais de competitividade, interesses individuais e descentralização, celebrando o empoderamento individual e adotando o livre mercado como o modelo adequado aos governos (ao contrário

de operar ao longo das linhas tradicionais de bem-estar social e aprimoramento da sociedade civil e da justiça social); iii) é um pacote de políticas públicas expresso na fórmula D-L-P¹¹, ou seja, desregulação da economia, liberalização do comércio e privatização das empresas estatais¹² (Steger; Roy, 2010).

Retornando ao David Harvey (2007), a doutrina neoliberal, com suas ações de redução e de combate ao Estado de bem-estar social, apesar da dificuldade de ser reduzida a uma "teoria pura", pode ser separada em duas interpretações: um projeto teórico-utópico para a reorganização do capitalismo ou um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação de capital e de restauração do poder de classe das elites econômicas¹³. De acordo com o geógrafo britânico, as evidências ao redor do planeta tem sugerido que quando os princípios neoliberais colidem com as necessidades de manutenção do poder das elites, eles costumam ser distorcidos ou tão logo abandonados. É neste ponto que se pode reiterar como o neoliberalismo tornou-se uma forma política altamente contraditória, autoritária e antidemocrática e porque as classes dominantes, em níveis superiores de riqueza e poder, apoiam as concepções neoliberais enquanto tentam nos persuadir de sua universalidade e implementação positiva:

[...] trinta anos de liberdades neoliberais não apenas restauraram o poder para uma classe capitalista estreitamente definida. Eles também produziram imensas concentrações de poder corporativo em energia, mídia, produtos farmacêuticos, transporte e até varejo [...]. A liberdade de mercado que Bush proclama como o ponto alto da aspiração humana acaba por ser nada mais do que os meios convenientes para espalhar o poder do monopólio corporativo e a Coca-Cola em todos os lugares sem restrições. Com influência desproporcional sobre a mídia e o processo político, essa classe [...] tem o incentivo e o poder de nos persuadir de que estamos todos melhor sob um regime neoliberal de liberdades. Para a elite, vivendo confortavelmente em seus guetos dourados, o mundo deve realmente parecer um lugar melhor (Harvey, 2007. p.38).

No mesmo contexto, um dos pontos essenciais do neoliberalismo, embora não surja com efeitos tão visíveis, é o fato de dividir os indivíduos em vencedores

¹¹ Por exemplo, os cortes maciços de impostos; redução de serviços sociais e programas de bem-estar; uso de taxas de juros por bancos centrais independentes para manter a inflação sob controle; o enxugamento dos governos; movimentos antissindicais em nome do aumento da produtividade e "flexibilidade trabalhista"; a integração regional e global das economias; e a criação de instituições e práticas para reproduzir o paradigma neoliberal (Steger; Roy, 2010).

¹² Para os autores, as múltiplas vozes que comemoraram o colapso soviético e o decretaram como "o fim da história" e o início de um domínio incontestável do capitalismo de livre mercado, foram silenciados no novo século, que permanece um campo de batalha ideológico, onde vários tipos de ideologias políticas disputam os corações e mentes da audiência global (Steger, Roy, 2010).

¹³ Ele alerta que embora o neoliberalismo seja uma investida para a restauração do poder de classe, isto não significa uma restauração do poder econômico para as mesmas pessoas (Harvey, 2007).

ou perdedores¹⁴. Suas distinções sociais e culturais são ignoradas para promover a responsabilidade pelo respectivo sucesso, transformando os seres em "identidades empreendedoras", cidadãos autônomos e consumidores, guiados apenas por seus interesses imediatos (Steger; Roy, 2010). Em outros termos, ao mesmo tempo que a liberdade pessoal é garantida pelo mercado, cada indivíduo passa a responder pelo bem-estar de si mesmo nas esferas da vida social; e o triunfo ou fracasso são interpretados como virtudes empreendedoras ou falhas pessoais, em vez de serem atribuídos às propriedades sistêmicas (Harvey, 2007). Logo, não é difícil entender como o neoliberalismo "facilita" a vida daqueles nos patamares mais elevados: "isso significa a plenitude da liberdade para aqueles cuja renda, lazer e segurança não precisam ser aprimorados, e uma ninharia de liberdade para o povo, que pode em vão tentar fazer uso de seus direitos democráticos para se abrigar do poder" (Polanyi, 2001, p.265).

Ao interrogar as consequências do neoliberalismo na esfera política, social e cultural, Julie Wilson (2018) apresenta os seus quatro D's, ou seja, os processos que resultam da adoção, aplicação e internalização das práticas neoliberais. Eles são: a *desapropriação*, a qual afeta das camadas mais pobres até partes elevadas da classe média, pois a sua acumulação é facilitada pela redistribuição de recursos dos cofres públicos para os privados; a *desimaginação*, atrelada à ideia de que os indivíduos ignorantes não compreendem a totalidade social, portanto, a educação e o conhecimento devem ser desviados, eliminando-se os desejos e a capacidade de pensamento crítico; a *desdemocratização*, pela qual o poder das instituições públicas é minado ao ser transferido para as elites econômicas, o que o torna um valor antidemocrático; e a *descartabilidade*, pois ao generalizar a competição a todos os domínios da vida social, aniquilar os processos democráticos e gerar as desigualdades, o neoliberalismo cria um exército de seres descartáveis, incapazes de competir (exercer suas liberdades com sucesso no mercado). Assim, em nome da suposta dignidade e liberdade humana, o neoliberalismo engendrou uma visão apartada da realidade social, um projeto ilusório de sociedade que elevou os níveis de desigualdade e impulsionou um gigantesco abismo para as condições de ação e liberdade para as camadas menos privilegiadas:

¹⁴ Retomarei essa discussão no capítulo 3, onde abordarei a questão da meritocracia.

A economia liberal deu uma falsa direção aos nossos ideais. Parecia aproximar-se do cumprimento de expectativas intrinsecamente utópicas. Nenhuma sociedade é possível onde o poder e a compulsão estejam ausentes, nem um mundo em que a força não tenha função. Era uma ilusão assumir uma sociedade moldada apenas pela vontade e desejo do homem. No entanto, isso era o resultado de uma visão de mercado da sociedade que equiparava a economia às relações contratuais e as relações contratuais à liberdade. Fomentava-se a ilusão radical de que não há nada na sociedade humana que não seja derivado da vontade dos indivíduos e que não poderia, portanto, ser removido novamente por sua vontade (Polanyi, 2001, p.266).

Em suma, é por este ângulo que o neoliberalismo começa a desvelar a sua verdadeira máscara. Seus efeitos deletérios passam a ser visíveis pelo longo tempo de exposição a uma vida pública sem a devida participação estatal. A supressão do bem-estar universal e a intensificação das clivagens sociais passam a contribuir ostensivamente para a sua destruição: quanto mais o neoliberalismo passa a ser reconhecido como uma retórica utópica fracassada que *mascara* um projeto bem-sucedido de restauração do poder da classe dominante, mais ele assenta as bases para o ressurgimento dos movimentos de massa que demandam justiça econômica e políticas igualitárias (Harvey, 2007).

Nesse sentido, o autor¹⁵ exibe uma série de contradições em suas práticas que poderiam neutralizar os seus propósitos, como esperar que o Estado fique em segundo plano, mas cobrar que ele se comporte como uma entidade competitiva na política global; o autoritarismo na aplicação do mercado não combina com as suas ideias acerca das liberdades individuais, logo, quanto mais se coloca a favor do primeiro, mais difícil se torna a sua legitimidade (revelando as suas cores antidemocráticas); embora a preservação da integridade do sistema financeiro seja um ponto fundamental, o individualismo irresponsável de seus operadores produz volatilidade especulativa, escândalos financeiros e instabilidade crônica; enquanto as virtudes da competição são colocadas à frente, a realidade é de uma crescente consolidação de oligopólios e monopólios transnacionais; e a mercantilização de tudo junto à destruição das formas de solidariedade podem produzir incoerência social: o neoliberalismo em sua manifestação pura sempre ameaçou invocar seus próprios inimigos (o populismo autoritário e o nacionalismo). Diante disso, cresce em seu núcleo uma vultosa disparidade entre os objetivos públicos declarados do neoliberalismo (o falso bem-estar universal) e suas consequências concretas, isto é, a restauração e a manutenção do privilégio de classe (Harvey, 2007). O impacto

¹⁵ Optei por um resumo dos elementos principais de cada contradição listada em seu livro.

dessas contradições internas será determinante para a dissolução neoliberal. E ao fim de sua trajetória será possível lidar com a realidade de uma nova liberdade:

O fim da economia de mercado pode se tornar o início de uma era de liberdade sem precedentes¹⁶. A liberdade jurídica e real pode se tornar mais ampla e mais geral do que nunca; a regulação e o controle podem alcançar a liberdade não apenas para alguns, mas para todos. A liberdade não como um privilégio, maculado na fonte, mas como um direito prescritivo que se estende muito além dos estreitos limites da esfera política para a organização íntima da própria sociedade. Assim, velhas liberdades e direitos cívicos serão adicionados ao fundo de novas liberdades geradas pelo lazer e segurança que a sociedade industrial oferece a todos (Polanyi, 2001, p.265).

Tendo isso em vista, retorno ao exemplo do empresário e a sua propaganda em prol da destruição dos Shmoos. A esta altura, ficou esclarecido como as forças sociais e o sistema de mídia implantado eram favoráveis às suas intenções, o que o ajudou a ser bem-sucedido. Por outro lado, especificamente sobre a relação com os animais mágicos, deve-se indagar: como algo tão vivo, material, concreto e de incontestável função para melhorar a vida de todos pode ter sido transformado tão depressa em uma grave ameaça universal? Alex Carey (1997) procurou identificar como os interesses particulares dos setores corporativos são disseminados e, deste modo, considerados pela população, não como interesses específicos de um grupo social (os quais protegem seus privilégios e sua riqueza), mas sim como interesses voltados para o bem-estar comum e universal sob o signo da liberdade e do livre mercado. Baseado nisso, essa parte visa discutir a inversão dos interesses e como o empresário foi bem-sucedido ao convencer a população de que os Shmoos eram prejudiciais, apesar dos efeitos positivos (e visíveis) nas suas vidas materiais.

Um modo de refletir acerca deste processo é o de que o empresário apenas fora capaz de efetuar a sua campanha porque conseguiu ofuscar as contradições existentes nas relações de produção e realizar a *inversão dos interesses* de classe, ou seja, ele obteve a legitimação de sua visão particular como a representante dos interesses universais da sociedade. Para compreender este fenômeno social nem um pouco ficcional, é necessário explicar a existência da profunda e antagônica perspectiva de classes no capitalismo. Erik Olin Wright (2004), apoiando-se no

¹⁶ O autor adiciona que o fim da sociedade de mercado não implica de maneira alguma em uma ausência de mercados. Por óbvio, eles continuam a garantir a liberdade do consumidor, a indicar o deslocamento das demandas, influenciar a renda dos produtores e a servir como um instrumento de contabilidade, porém, deixando de ser um órgão de auto-regulação econômica (Polanyi, 2001).

egoísmo racional¹⁷ e na consideração pelo próprio bem-estar material de ambas as classes, ilustra como os interesses gerais de cada uma se apresentam frente a uma hipotética distribuição de Shmoos na sociedade, enumerando-os pelas suas ordens de preferência:

Para os capitalistas, sua primeira preferência é que só eles obtenham os Shmoos, uma vez que, obviamente, ficariam um pouco melhor com Shmoos do que sem eles. Sua segunda preferência é que ninguém os obtenha. Eles preferem que o Shmoo seja destruído do que todos recebam um. Para os trabalhadores, em contraste, sua primeira preferência é que todos os tenham. Dado que o Shmoo fornece apenas as necessidades básicas, não luxos, muitos trabalhadores ainda vão querer trabalhar por um salário para ter uma renda opcional. Esses trabalhadores ficarão um pouco melhor se os capitalistas tiverem Shmoos, bem como os trabalhadores, uma vez que isso significa que os capitalistas terão um pouco mais de fundos disponíveis para investimento (porque eles não terão que comprar suas necessidades básicas). A segunda preferência dos trabalhadores é que só os trabalhadores obtenham os Shmoos; sua terceira preferência é que apenas os capitalistas obtenham os Shmoos; e sua alternativa menos preferida é que os Shmoos sejam destruídos¹⁸ (Wright, 2004, p.7-8).

Note que a opção da classe trabalhadora por destruí-los vem em último lugar, afinal, até mesmo a posse deles apenas pelos capitalistas poderia significar custos básicos mais reduzidos e uma melhoria substantiva nos investimentos e nas condições de trabalho. Essa ordem nas escolhas das classes ajuda a esclarecer um ponto essencial: "a ideia marxista clássica de que a classe trabalhadora é a classe universal¹⁹, a classe cujos interesses materiais específicos são equivalentes aos interesses da humanidade " (Wright, 2004, p.8). Logo, a ideia-chave a ser retirada dessa preferência de escolha dos Shmoos entra em harmonia com a história do Sr. Peel para reforçar o que já foi discutido no primeiro capítulo: no capitalismo, a privação da classe trabalhadora dos seus meios de subsistência e autonomia não são simplesmente um subproduto infeliz da busca pelo lucro ou uma consequência inevitável; mas uma condição necessária para essa busca (Wright, 2004). É por isso que o empresário nem cogitou de todos possuírem os animais mágicos frente à sua destruição, pois de acordo com seus interesses, a dominação e a exploração

¹⁷ Ele organiza a ordem de preferência sem levar em conta os motivos altruístas ou rancorosos, partindo de um egoísmo tipicamente observado na economia neoclássica (Wright, 2004).

¹⁸ Para esclarecer, a ordem dos capitalistas é: i) apenas capitalistas recebem os Shmoos; ii) destruir os Shmoos; iii) todos têm os Shmoos e iv) apenas os trabalhadores têm os Shmoos (Wright, 2004).

¹⁹ O autor ressalta que essa ordem corresponde também ao que pode ser chamado de "preferências rawlsianas", ou seja, as preferências que maximizam o bem-estar das pessoas em pior situação na sociedade. Ademais, elas não derivam de suposições sobre virtudes, nobreza ou um altruísmo da classe trabalhadora, mas de parâmetros objetivos de classe (Wright, 2004).

têm de ser perpetuadas (pela própria sobrevivência de sua condição de capitalista), impedindo que os trabalhadores tenham acesso aos seus meios de subsistência.

Na vida real, infelizmente, os Shmoos não existem. Porém, essas práticas *anti-shmoosianas* podem ser detectadas pela imposição das estratégias e medidas políticas que visam deslocar camponeses e trabalhadores de suas terras férteis ou produções manufatureiras para recrutá-los como força de trabalho assalariada, como na África do Sul, durante o século XIX, onde camponeses foram retirados de suas plantações de subsistência e forçados a trabalhar nas minas em troca de salário para poderem arcar com os altos impostos criados apenas para este fim (Wright, 2004). Além disso, caso a estória do empresário tenha parecido um tanto ficcional, uma vez que uma população inteira "jamais" iria conceber a destruição de algo tão poderoso para o seu sustento, é válido lembrar que o neoliberalismo como um projeto teórico defensor da privatização das instituições públicas, da corrosão dos direitos trabalhistas e previdenciários e da suspensão praticamente integral do Estado, que permanecia providenciando ao menos um mínimo de bem-estar *shmoosiano* para seus cidadãos, conseguiu tornar-se dominante no palco da política e na mídia, sendo amplamente aceito e defendido pela população.

Nesta perspectiva, Thierry Guilbert (2020) demonstrou como o discurso neoliberal (DNL) está deveras enraizado na mídia, orientando as práticas políticas, apresentando argumentos como necessários e auto-evidentes e, principalmente, naturalizando um sistema que oblitera as chances de redução das desigualdades. Seu livro pode ser tomado como um precioso exemplo empírico da inversão dos interesses e das estratégias *anti-shmoosianas*, pois segundo o DNL, o Estado atua como uma instituição "rancheira", criadora de *Shmoos* materializados em políticas públicas e sociais, de regulamentação e intervenção, que frustra a "harmonia" das relações capitalistas e impede a implementação de novas oportunidades (leia-se novas formas de exploração do trabalho). A função deste discurso, afirma o autor, além de instaurar a livre-iniciativa em oposição ao intervencionismo do Estado, é disseminar que ele é o único provedor de riquezas, de democracia e de bem-estar²⁰ (Guilbert, 2020).

Neste panorama, para que o DNL almejasse a ocupação do pensamento no horizonte social, ele necessitava atuar como uma poderosa contraofensiva pautada

²⁰ Ele ressalta que o discurso neoliberal não é homogêneo e é preciso se precaver para não unificar demais a sua visão (Guilbert, 2020).

pelas políticas conduzidas dos anos 1980 e pelas correntes do fim da ideologia nos anos 1990, responsáveis por colocá-lo no patamar ideológico de "único sistema que funciona", e deveria se introduzir no terreno midiático através de mensagens simples e acessíveis, identificáveis, fáceis de difundir e entender (Guilbert, 2020). Portanto, ele surge nos meios de comunicação como algo óbvio, embasado por falas e opiniões advindas do senso comum e com o apelo de leis econômicas tidas como naturais, de surgimento indiscutível e caracterizado "por sua evidência, a qual torna sua invisibilidade aparente, pois a evidência se vê, mas não se percebe" (p.37). É desta maneira que opera a sua dupla dissimulação ideológica, o *sagrado constitutivo* e o *sagrado mostrado*:

A primeira dissimulação é, pois, uma substituição, um passe de mágica: substitui-se o mote da busca do poder por um valor mobilizador, partilhado e evidente (que cada um se dispõe a pensar como essencial), isto é, incontestável. [...] A segunda dissimulação é mais sutil e puramente discursiva. Ela visa mascarar a primeira dissimulação ou, pelo menos, atenuar seu aspecto ostentatório, evitar que a manobra seja percebida, que o estratagema seja visível demais. [...] Daí o recurso à evidência: a partir do momento em que ele se apresenta como senso comum ou evidência, aparentemente, não é mais um discurso (Guilbert, 2020, p.45).

Mais concretamente, o primeiro se trata da busca ou conservação do poder. Em vez de optar pelo uso da violência física para conquistá-lo, o autor afirma que o poder pode dar luz a um discurso que visa substituí-la em prol do assentamento de um terreno mais favorável para a sua conservação. Todavia, o poder não pode simplesmente afirmar sua auto-pretensão de se manter; ele precisa se fazer aceito pela maioria, gerar uma adesão por parte da sociedade; logo, é função da primeira dissimulação, "mascarar, pelo discurso, esse tabu sagrado do poder" (p.43). Por outro lado, há o *sagrado mostrado*, que se impõe como o motivo anunciado das ações e decisões, ou seja, um princípio de racionalização²¹ de suas condutas que precisa ser assegurado e compartilhado pelos membros da comunidade à qual se dirige: "o poder pode então presumir que esse sagrado mostrado que joga com o *pathos* [...] provocará quase mecanicamente a adesão e/ou o consentimento da maioria dos sujeitos, cidadãos, consumidores, etc." (p.45). Portanto, este recurso à evidência da segunda dissimulação é o que obscurece seu aspecto de *propaganda*,

²¹ O autor dá exemplos de sagrados mostrados, como a promessa de alimentação e proteção para a comunidade em troca do controle de um clã; valer-se da crença em Deus e da Bíblia para assentar o poder da Igreja; colocar à frente a fraternidade, liberdade, etc. (Guilbert, 2020).

pois ao tornar o discurso racional, ela mascara o apelo ao sagrado mostrado sob uma aparência de neutralidade, isto é, assim como a carta fora amassada e rasgada para adquirir uma aparência comum, a segunda dissimulação mascara o aspecto esperado do discurso ideológico, seu aspecto proselitista, sob uma forma racional e, portanto, neutra e objetiva (Guilbert, 2020). Então, para resumir:

É essa dupla dissimulação que faz a evidência do discurso ideológico. Essas duas formas de dissimulação completam-se e articulam-se: é porque a manobra ostentatória (e dissimuladora) é ela mesma dissimulada sob uma forma de apresentação racional que o discurso assume seu aspecto evidente. É porque o apelo às paixões é legitimado e modalizado pelo recurso à racionalidade que se pode "aderir naturalmente" a esse discurso (Guilbert, 2020, p.46).

A esse respeito, julguei dispensáveis os detalhes da exposição empírica ou das formas linguísticas que ele detecta nas manifestações do sagrado mostrado invocadas pelos jornalistas nos editoriais franceses. Muito mais importante, são os indícios que desmistificam as "evidências econômicas" reproduzidas pelo DNL, tais como: as representações e conceitos herdados do passado estão em adequação com a realidade econômica atual (o que auxilia sua circulação); a noção de livre-mercado é um mito e não tem nada de natural; os pressupostos de que não se deve proteger e nem ter pena daqueles que investem capital são refutados quando o Estado intervém para desencalhar as corporações endividadas ou falidas; o desvio da noção de eficácia em direção à acepção gananciosa e mercantil; a conjuração da mão invisível do mercado como tentativa de explicação racional e sistemática; e a noção de que os verdadeiros reguladores do mercado são o oportunismo e as emoções, algo contrário e distante de sua suposta racionalidade (Guilbert, 2020).

Some-se a isso outra estratégia fundamental no processo de omissão dessa consolidação do poder, o que faz parecer que não existem interesses antagônicos ou, se existem, que advém de indivíduos isolados e situados contra o bom senso e a racionalidade. Ela se caracteriza pelo que o autor francês admite ser a constante reprodução de *quadros naturais* visando efeitos "desideologizantes". A partir da terminologia de Erving Goffman (1974), de *quadro primário natural*, sabe-se que para todo acontecimento os seres humanos costumam atribuir um tipo de sentido, portanto, "ou percebemos a situação como não tendo nem causa nem intenção humanas, ou analisamos a situação como sendo 'conduzida' socialmente ou como tendo uma origem humana" (Guilbert, 2020, p.82). Assim, uma das características

do DNL é substituir o quadro conduzido pelas ações humanas por um *quadro natural*, apresentando-o sob três características essenciais:

(i) sendo naturais, eles parecem verossímeis, (ii) não tendo "causa nem intenção", eles parecem neutros, (iii) determinados por um universo "puramente físico", parecem inevitáveis. São os traços da evidência [...]: a certeza, a neutralidade, a inevitabilidade. É possível jogar com os quadros apresentando um discurso de maneira racional com todas as garantias aparentes dos índices de credibilidade: o ato de crença "na evidência da coisa mostrada", em sua naturalidade, fornece um quadro natural à situação (Guilbert, 2007, p.184).

Note que o DNL organiza e agrupa suas ideias em condutas que encontram correlação com alguns dos mecanismos de sujeição definidos por Göran Therborn (1980). Em meio ao terreno fértil e enriquecido da atividade midiática neoliberal, esse discurso reitera a noção de *acomodação* ao iluminar os pontos econômicos favoráveis enquanto obscurece o aprofundamento das relações de dominação e opressão; o *sensu de representação* promovido por empresários e corporativistas que surgem no ambiente político como "homens de sucesso", capazes de guiar os dominados e a nação para supostas melhorias nas condições de vida; o *sensu de inevitabilidade*, reforçando o seu poderio, já que os indivíduos pensam não haver alternativas e, por conta disso, furtam-se da prática política (dando vazão à apatia e à descrença pelas figuras públicas, um estratagema da propaganda doméstica de retirada dos riscos da democracia); e a *resignação*, onde o pessimismo funciona como um pesado martelo que decreta a impossibilidade de mudanças diante de algo que está conectado e é experimentado na tessitura social da vida cotidiana.

Jesús Martín-Barbero (1997) considera a inversão como um deslocamento da legitimidade burguesa de "cima para dentro", quando se refere à passagem dos dispositivos de submissão ao consenso. Para ele, o vazio aberto pela desintegração do público é ocupado pela integração que produz o massivo, isto é, "uma cultura que, em vez de ser o lugar onde as diferenças sociais são definidas, passa a ser o lugar onde tais diferenças são encobertas e negadas" (p.168). Isso produz uma crise na legitimidade burguesa que deixa de conduzir à revolução social para se configurar numa recomposição hegemônica²². Além do mais, outro aspecto surge para completar o quadro: *o apagamento das relações antagônicas*. Como o autor procura demonstrar, a massa é designada pela maneira como as classes populares

²² O autor reitera que isto não ocorre por um estratagema das classes dominantes, mas como um elemento constitutivo do novo modo de funcionamento da hegemonia burguesa, da consciência popular e da ideologia dominante (Martín-Barbero, 1997).

vivem suas novas condições de existência, tanto em relação à opressão quanto aos elementos que aspiram à democratização social. Quando a cultura popular torna-se uma cultura de classe (adquire consciência), tão logo ela é minada por dentro para se incorporar à cultura hegemônica, tornando-se cultura de massa (Martín-Barbero, 1997). Assim, a cultura converte-se em espaço estratégico de hegemonia, onde as relações contraditórias e de conflito são apagadas:

Sabemos que essa *inversão* vinha sendo gerada há muito tempo, mas ela não podia tornar-se efetiva senão quando, ao se transformarem as massas em classe, a cultura mudou de profissão e se converteu em espaço estratégico da hegemonia, passando a mediar, isto é, encobrir as diferenças e reconciliar os gostos. Os dispositivos da mediação de massa acham-se assim ligados estruturalmente aos movimentos no âmbito da legitimidade que articula a cultura: uma sociabilidade que realiza a abstração da forma mercantil na materialidade tecnológica da fábrica e do jornal, e uma mediação que encobre o conflito entre as classes produzindo sua resolução no imaginário, assegurando assim o consentimento ativo dos dominados (Martín-Barbero, 1997, p.169).

Na conexão entre neoliberalismo e mídia, para Robert McChesney (2015), o primeiro funciona melhor nos moldes de uma democracia na qual a população é desviada das informações, do acesso e dos fóruns públicos necessários para uma participação efetiva na tomada de decisões. Esse paradoxo da mídia/democracia que o autor norte-americano aborda apresenta dois componentes: a natureza do sistema de mídia corporativa tem implicações terríveis para a nossa política e a cultura, pois a questão de quem o controla e com que propósitos não faz parte dos debates políticos (por isso surgem as posições de que a mídia comercial é algo genuíno e pode ser resolvido com menos intervenção estatal); e o outro refere-se à ideologia da mídia, em particular, pelos discursos que ela sustenta para esconder a sua natureza, tais como o fato de ser o sistema democrático inato, do jornalismo ser democrático e proteger o público contra as influências sobre as notícias e que as empresas "dão às pessoas o que elas querem" (McChesney, 2015). Em suma:

A democracia neoliberal, portanto, tem um subproduto importante e necessário – uma cidadania despolitizada, marcada pela apatia e pelo cinismo. Se a democracia eleitoral pouco afeta a vida social, é irracional dedicar-lhe muita atenção [...] O *Washington Post* observou que a democracia moderna funciona melhor quando os "partidos políticos concordam essencialmente na maioria das principais questões". Ou, mais francamente, como colocou o *Financial Times*, a democracia capitalista pode ter mais sucesso na medida em que trata do "processo de despolitização da economia". É mesmo necessário notar que em uma democracia genuína, a questão de quem controla a economia e para quais

propósitos estaria no centro do debate e da consideração política? (McChesney, 2015, p.111-2).

Para adicionar mais elementos, ao contrário das visões tradicionais do livre mercado como uma esfera aberta e desimpedida de transmissão de opiniões livres e alternativas, pelas quais "os cidadãos ouvem todos os lados e desenvolvem suas próprias ideias", Erik Olin Wright e Joel Rogers (2015) apresentam quatro traços para sustentar essa desmistificação: os donos das empresas de mídia, geralmente, têm opiniões políticas e como eles têm o direito de influenciar suas empresas, eles acabam exercendo um amplo poder de controle sobre o que é produzido²³; a mídia está inserida em um mercado altamente competitivo e lucrativo, pois se houvesse poucas barreiras e qualquer grupo pudesse se unir para criar notícias viáveis, ele seria mais fraco e menos rentável; o vínculo estreito com a publicidade sustenta o objetivo central de obtenção de lucros e marginaliza as notícias relevantes para os interesses públicos, a menos que tenham apelo comercial; e o corte de custos afeta a qualidade das notícias, pois as organizações passam a depender das fontes diretas das empresas, como as Relações Públicas e as conferências de imprensa²⁴.

Neste subcapítulo, abordei como o modelo econômico neoliberal invadiu o cenário mundial com seu projeto teórico de imposição das liberdades individuais a fim de promover uma estrutura social marcada pela quase dissolução completa do Estado, pela iniciativa privada e o livre mercado. Esses processos tinham como objetivos subjacentes garantir a restauração do poder e dos privilégios de classe. Entre as consequências de sua implantação no horizonte social estão o desvio do conhecimento e do pensamento crítico, a redução das instituições públicas e as desigualdades sociais surgidas da competição acirrada em todos os domínios da vida social, o que encerrou um exército de seres humanos descartáveis e incapazes de exercer suas liberdades no mercado. Em seguida, expus a questão da inversão dos interesses, apontando os aspectos que representam, a nível teórico-hipotético, as preferências das classes em relação ao seu próprio bem-estar, o que permitiu

²³ David Harvey (2007) cita o poderoso Rupert Murdoch, dono da *News Corp*, um conglomerado formado por centenas de editoras, jornais e de canais de televisão na Austrália, Inglaterra e EUA. Durante a invasão do Iraque pelos militares norte-americanos, *curiosamente*, todos os seus 247 editores ao redor do mundo, supostamente independentes, apoiaram de forma unânime os ataques. Ademais, Robert McChesney (2015) revela que, em 1998, Murdoch afirmou ter redes e sistemas de TV que atingiam mais de 75% da população mundial.

²⁴ Neste caso, pode-se amarrar a discussão em torno da noção de que se as notícias são organizadas e cuidadosamente elaboradas pelas Relações Públicas, elas ilustram uma visão particular dos fatos. Assim, depender dessas fontes significa que elas estão sendo geradas pelas elites e seus interesses, e não por repórteres examinando minuciosamente os acontecimentos (Wright; Rogers, 2015).

compreender as profundas relações antagônicas nos interesses de cada uma delas. Assim, notou-se como o DNL adentrou a atividade midiática, passou a orientar as suas pautas, apresentar os seus argumentos como auto-evidentes e naturais, além de contribuir para legitimar a inversão dos interesses. Nesta linha de pensamento, ao se transformar num espaço estratégico de hegemonia, a mídia cria um quadro ideológico onde aspectos da realidade são invertidos para que os seus interesses sejam admitidos como a favor do público e das suas necessidades. Para encerrar, o empresário da introdução, representando os interesses das elites corporativas com os da mídia, conduziu a sua campanha, provavelmente, pela ênfase nos defeitos e nos males "prejudiciais" dos Shmoos à economia e ao livre mercado, enquanto os filtros do poder silenciavam as qualidades dos seus bens materiais ao ponto de deixarem de ser percebidos como uma realidade positiva e próspera para todos, o que foi fundamental para gerar o consenso de sua ampla negação pela população.

2.2

A Propaganda Política da Mídia e a Fabricação do Consenso

A propaganda é um reflexo da imensidão, da racionalidade e da obstinação do mundo moderno. É a nova dinâmica da sociedade, pois o poder é subdividido e difundido, e mais pode ser conquistado pela ilusão do que pela coerção. Tem todo o prestígio do novo e provoca toda a animosidade dos desconcertados. Iluminar os mecanismos da propaganda é revelar as molas secretas da ação social e expor à crítica mais perspicaz nossos dogmas predominantes de soberania, democracia, honestidade e santidade da opinião individual (Lasswell, 1938, p.222).

Johannes Gutenberg inventou, por volta de 1440, a primeira prensa gráfica da Europa. Apesar de ter existido seis séculos antes, na China, na forma de blocos de madeira entalhados, os avanços proporcionados pelo inventor alemão incluíram as mudanças para tipos móveis feitos de metal com maior facilidade de aplicá-los em linhas contínuas, o que garantia as impressões com custos reduzidos e maior velocidade²⁵. Até essa época, os livros eram artigos de luxo e considerados como verdadeiras obras de arte, sendo copiados à mão e adquiridos a preços elevados. Isto fez com que o inventor, incomodado com a possibilidade de ela ser marcada como uma imitação ordinária e repudiada pelos ricos compradores, optasse por uma bíblia impressa como primeiro projeto (DeFleur; Ball-Rokeach, 1993).

²⁵ Os coreanos foram os primeiros a utilizar as formas de tipo móvel feitas de metal, cujos métodos advinham da fundição de moedas (Thompson, 2001).

Graças aos seus esforços, a prensa desencadeou profundas transformações no contexto sociopolítico da Europa. Uma vez que a nova produção literária podia expandir e disseminar as ideias em larga escala, uma maior quantidade de pessoas pode se alfabetizar e participar do mercado de leitura, viabilizando o surgimento de bibliotecas, jornais, revistas e livrarias. Em 1480, mais de cem cidades tinham tipografias, impulsionando um amplo comércio de livros e incentivando correntes artísticas e movimentos políticos (Thompson, 2001). Além disso, o autor relembra que a nascente indústria gráfica representou também o aparecimento de redes de poder simbólico que escapavam do controle da Igreja e do Estado e que ambos procuraram usar o ofício para finalidades próprias, encomendando documentos oficiais, comunicações impressas e textos de vários tipos. Quanto à supressão do material impresso, embora as autoridades religiosas e políticas tenham promovido diversas tentativas, pouco sucesso obtinham, pois os editores sempre encontravam meios de burlar os censores (Thompson, 2001).

Nesse ponto, o debate sobre a gênese dos meios de comunicação e as suas consequências para o horizonte social da época revela-se profícuo para a tese, pois, na medida em que o conhecimento se tornava mais acessível ao público, as relações de poder eram iluminadas pelos traços marcantes das lutas e conflitos, tanto para preservá-lo para os grupos historicamente privilegiados e detentores do saber (o alto clero, as elites políticas e a aristocracia), quanto para desafiá-lo em prol da implementação de novas relações. Logo, um dos aspectos primordiais dos meios de comunicação é o de que, além de terem sido responsáveis por impactar e transformar as relações de produção na história moderna, a negociação pelo poder tem atravessado os séculos sem jamais cessar o acompanhamento de seus avanços tecnológico-científicos.

Segundo Melvin DeFleur e Sandra Ball-Rokeach (1993), o final do século XIX e início do XX foi marcado por uma mudança na imagem das sociedades, passando de um sistema tradicional estável, onde as pessoas se mantinham ligadas umas às outras, para um novo ambiente de indivíduos socialmente isolados. A I Guerra Mundial representou, para os autores, um novo gênero de guerra; afinal, os exércitos estavam apoiados e inteiramente dependentes dos complexos industriais de seus países. Por conta disso, a guerra impunha a necessidade de um apoio total de todos os recursos da nação: o moral precisava se manter elevado; as pessoas tinham de ser persuadidas a deixar as suas famílias e alistar-se; o trabalho nas

fábricas teria de ser realizado com vigor inabalável; e precisavam de dinheiro para o seu financiamento (DeFleur, Ball-Rokeach, 1993). Sem a união entre indivíduo e sociedade e laços sólidos de sentimento, seria difícil adquirir as ferramentas de solidariedade para impulsionar os esforços vitoriosos na guerra:

À medida que cada país se comprometeu politicamente com a guerra, surgiu a necessidade mais crítica e urgente de forjar elos sólidos entre o indivíduo e a sociedade. Tornou-se essencial mobilizar sentimentos e lealdades, instilar nos cidadãos ódio e medo contra o inimigo, manter elevado seu moral diante das privações e captar-lhes energias em uma efetiva contribuição para sua nação (DeFleur, Ball-Rokeach, 1993).

Nesse sentido, a propaganda foi o meio empregado para alcançar as metas. Em pouco tempo, afirmam eles, mensagens em prol da guerra invadiram jornais, revistas, filmes, cartazes, etc. a fim de sustentar a persuasão, pois os governos não podiam depender que os cidadãos chegassem a esses resultados por si mesmos. E uma vez que essa persuasão de populações inteiras pelos veículos de comunicação foi conduzida de maneira habilidosa, surgiu a crença na força da mídia de massa para gerar esses respectivos efeitos (não houve uma formulação sistemática, sendo baseada na psicologia behaviorista). Seu nome ficou conhecido como a "teoria da bala mágica"²⁶ e a ideia central era de que a mensagem é um projétil atirado pela arma midiática direto no público e, assim, obtém-se respostas diretas, imediatas e uniformes. Em outras palavras, a teoria admitia que os estímulos atingiriam os indivíduos da sociedade através da mídia, que cada um percebê-los-ia da mesma maneira e eles provocariam uma reação mais ou menos uniforme (DeFleur, Ball-Rokeach, 1993). Segundo Joseph Turow (2020), a teoria era, por óbvio, simplista demais para descrever os efeitos da mídia no público; por um lado, os analistas de propaganda da época não acreditavam que todas as mensagens seriam igualmente persuasivas e, do outro, era bem mais provável que a propaganda funcionasse sob as circunstâncias de *monopólio midiático* do que quando muitas vozes da mídia competitiva discutem sobre as ideias veiculadas²⁷.

Harold Lasswell (1938) considerou a mídia como uma potente ferramenta de persuasão das nações que entraram em conflito na I Guerra Mundial. O autor discorre minuciosamente sobre as técnicas empregadas pelas maiores potências na

²⁶ Há outros nomes para a teoria, como a "correia de transmissão" (DeFleur, Ball-Rokeach, 1993) e a "agulha hipodérmica" (Turow, 2020).

²⁷ No terceiro subcapítulo, discutirei o falso pluralismo da mídia e a falta de diversidade nos seus conteúdos, o que, pelos termos apresentados, a propaganda seria "mais eficiente".

corrida para influenciar positivamente a população e, ao mesmo tempo, demonizar e vilanizar os inimigos. Segundo a sua definição, propaganda refere-se ao controle da opinião por símbolos dotados de significado e demais formas de comunicação social, como as histórias, rumores, imagens, relatórios, etc. Em virtude disso, ela "preocupa-se com a gestão de opiniões e atitudes pela manipulação direta da sugestão social em vez de alterar outras condições no ambiente²⁸" (p.9). Na época, ele e outros pesquisadores procuraram entender seus efeitos, pois tinham receio de que os governantes utilizassem a propaganda para subjugar o espírito das massas através de mentiras e obter o consentimento para a aplicação de suas políticas. Em seu estudo, o cientista político norte-americano declarou que a gestão da opinião pública em períodos de guerra era uma decorrência inescapável das sociedades modernas; porém, para ser bem-sucedida, ela precisa de uma base social:

O sucesso depende dos preconceitos tradicionais, das conexões objetivas entre as nações e da mudança do nível de irritabilidade popular. Não importa quão habilidoso seja o propagandista em organizar sua equipe, selecionar sugestões e explorar instrumentos de transmissão, sua habilidade manipuladora será inútil se não houver justaposição favorável de forças sociais para ajudá-lo (Lasswell, 1938, p.192).

Nessa direção, a propaganda política estudada por Harold Lasswell (1938) tinha um foco específico na condução da sugestão social como forma de vilanizar os inimigos, exacerbar as qualidades de cada país, preparando-os para os esforços da guerra, e buscar aproximações com nações aliadas e neutras. Eram campanhas levadas adiante com propósitos contundentes e estritamente vinculados às chances de sobrevivência da nação. Além dos confrontos físicos nos campos de batalha, "a guerra das ideias" travada em terreno simbólico era uma estratégia fundamental de controle e manipulação da opinião pública de cada país para garantir um destino favorável, conforme a pauta de seus governos.

Um pioneiro nas discussões da influência jornalística foi Walter Lipmann (1998), cujo livro *Opinião Pública*, de 1922, fez emergir o pensamento de que para uma sociedade funcionar de maneira plena era necessária uma espécie de organização independente, cuja atividade envolvia tornar compreensíveis os fatos

²⁸ O autor acrescenta que nem toda propaganda foi bem-sucedida ou consistia em arma ofensiva, mas também como meios de defesa e que ela poderia ser utilizada para fins partidários, pessoais e de classe (Lasswell, 1938).

da realidade (o ambiente externo), de modo que a população pudesse concebê-los como mapas do mundo e tomar decisões contundentes em relação à sociedade:

Pois o ambiente real é muito grande, muito complexo e muito efêmero para um conhecimento direto. Não estamos equipados para lidar com tanta sutileza, tanta variedade, tantas permutações e combinações. E embora tenhamos que agir nesse ambiente, temos que reconstruí-lo em um modelo mais simples antes de podermos lidar com ele. Para atravessar o mundo, os homens devem ter mapas do mundo (Lipmann, 1998, p.16).

Por este ângulo, os indivíduos percebem os fatos a partir de estereótipos formados e assimilados pela cultura, de imagens pré-concebidas ou criadas por si mesmos, as quais o autor chama de *pseudo-ambiente* (Lippman, 1998). São essas imagens mentais, advindas das fontes midiáticas e jornalísticas, consolidadas em padrões de estereótipos e reforçadas por seus interesses, que os ajudam a guiar-se pela realidade, gerando opiniões, respostas e comportamentos no ambiente real:

Suporemos que o que cada homem faz não se baseia em um conhecimento direto e certo, mas em imagens feitas por ele mesmo ou dadas a ele. [...] A maneira como o mundo é imaginado determina em dado momento o que os homens farão. [...] Determina seu esforço, seus sentimentos, suas esperanças, não suas realizações e resultados (Lippman, 1998, p.25-6).

É nesse ponto-chave que ele se debruça para conduzir a sua investigação e examinar como elas são cristalizadas em uma *opinião pública*. Além disso, cético em relação às formas como os indivíduos acessam os fatos do ambiente externo, o autor criticava duramente a atividade jornalística da época, a qual intensificava a estrutura defeituosa dessa disseminação de imagens mentais. Em outros termos, a opinião pública deveria ser organizada para a imprensa e para isso, defendeu que tanto a política quanto o campo industrial não poderiam ser bem-sucedidos sem a presença de uma elite intelectual, especialmente treinada e competente, para reger os assuntos sociopolíticos e tornar os fatos ocultos inteligíveis para aqueles que devem tomar as decisões (Lipmann, 1998).

Em concomitância, o pai das relações públicas, Edward Bernays, sobrinho de Sigmund Freud, procurou sistematizar o conceito de propaganda. Para que ela funcionasse, os indivíduos deveriam cooperar com os ideais, os mitos e tradições compartilhados por um grupo através das relações sociais, criando o que se pode chamar de *coesão social* (Bernays, 1928). Isto posto, trata-se de um conceito não muito divergente em relação às imagens mentais e frisa a manipulação consciente

dos hábitos e das opiniões da população como algo essencial para uma "saudável" sociedade democrática²⁹; pois, se para o Walter Lipmann, tem-se a ideia de elite intelectual, ele nomeia de *governadores invisíveis* o mecanismo de entrelaçamento de pessoas, grupos e associações organizado pela democracia a fim de estruturar as mentes coletivas e simplificar o seu pensamento de massa:

Eles nos governam por suas qualidades de liderança natural, sua capacidade de fornecer as ideias necessárias e por sua posição-chave na estrutura social. Qualquer que seja a atitude que se decida tomar em relação a essa condição, permanece um fato que em quase todos os atos de nossa vida diária, seja na esfera da política ou dos negócios, em nossa conduta social ou em nosso pensamento ético, somos dominados por um número relativamente pequeno de pessoas [...] que entendem os processos mentais e os padrões sociais das massas. São eles que puxam os fios que controlam a mente do público, que controlam velhas forças sociais e inventam novas maneiras de amarrar e guiar o mundo (Bernays, 1928, p.9-10).

Partindo dessa concepção, a propaganda é o braço executivo do governo invisível, uma forma legítima da atividade humana para a disseminação de ideias em larga escala que visam à manutenção da aceitação social e o controle da mente pública. Muito mais do que isso, a propaganda moderna é utilizada para criar ou moldar eventos no intuito de influenciar as relações do público com uma empresa, ideia ou um grupo (Bernays, 1928). Em relação ao seu caráter pejorativo, o autor austro-americano ressalta que "propaganda" é sempre aquilo que é considerado a posição do *outro*, a opinião oposta, jamais as ideias inerentes do próprio grupo, que são costumeiramente tidas como verdades³⁰:

A propaganda torna-se perversa e repreensiva apenas quando seus autores, consciente e deliberadamente, divulgam o que sabem ser mentiras, ou quando visam a efeitos que sabem que são prejudiciais ao bem comum. [...] Um grupo de cidadãos escreve e fala a favor de um determinado curso de ação em alguma questão discutível, acreditando que está promovendo o melhor interesse da comunidade. Propaganda? Nem um pouco disso. Apenas uma declaração clara e forte da verdade. Mas deixe outro grupo de cidadãos expressar opiniões opostas, e eles são prontamente rotulados com o nome sinistro de propaganda (Bernays, 1928, p.22-3).

²⁹ Alex Carey (1997) comenta que no mesmo ano em que Edward Bernays fora homenageado pela *American Psychological Association*, em 1949, a revista *Fortune*, seguindo o exemplo dele, expôs que "é igualmente impossível imaginar uma democracia genuína sem a ciência da persuasão como é pensar em um estado totalitário sem coerção".

³⁰ Neste ponto, a "propaganda" se aproxima da concepção de ideologia como o conjunto de ideias de um indivíduo, grupo ou formação social que possui interesses contrários aos da comunidade, ou seja, na linha dos autores que escreveram sobre o "fim da história" e consideravam o socialismo e o comunismo como as ideologias que precisavam ser combatidas, enquanto a democracia liberal se sustentava como uma declaração evidente, coerente, "clara e forte da verdade".

Larry Tye (1998) dedicou o seu livro à vida desse autor, apontando como as suas campanhas de propaganda tiveram impactos significativos na publicidade. Por exemplo, quando ele começou a trabalhar para George Washington Hill, chefe da *American Tobacco Company*, a fabricante dos cigarros *Lucky Strike*, em 1928. Em menos de um ano, as receitas da empresa aumentaram em U\$32 milhões, em parte pela agressiva investida na criação de uma imagem feminina associada ao ato de fumar; outro exemplo é o de seu livro sendo utilizado por Joseph Goebbels, o Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista, para controlar estrategicamente as massas alemãs³¹; e outro, de quando ele foi responsável por uma guerra não declarada, travada entre a empresa *United Fruit*, o governo dos Estados Unidos e o governo eleito da Guatemala. Sua propaganda foi crucial no processo para depor o líder socialista, Jacobo Arbenz Guzman da presidência e levar o público norte-americano a acreditar que realmente estava lutando contra a tirania³² (Tye, 1998).

Atualmente, mais de cem anos depois de sua primeira publicação, Edward Bernays continua sendo um autor bastante polêmico, cujos argumentos costumam ser anulados, questionados ou redimensionados para os novos tempos. Contudo, um fato permanece incontestável: as suas ideias sobre a manipulação das massas, ao prever situações e antever resultados para aplicar as melhores táticas de coesão social e influência do público engendraram incontáveis impactos sociopolíticos. Além disso, elas auxiliam também na compreensão de como esses teóricos viam a organização da sociedade à luz de uma perspectiva de classe:

Bernays, como Lippmann [...], desconfiava do homem comum, especialmente quando ele se reunia com outros homens comuns. Os teóricos sociais visavam todos fazer o bem, mas achavam que isso era melhor realizado por líderes socialmente esclarecidos – reunidos, no caso de Bernays, pelo conselheiro esclarecido de relações públicas – que substituiriam príncipes, padres e outros governantes benevolentes de tempos passados. [...] Se você não pode confiar no "amador" para fazer as coisas, ele acrescentou em trabalhos posteriores, tente os especialistas, os homens que já ocupam cargos de liderança nos negócios, na política e nas artes, que podem levar a mensagem às massas (Tye, 1998, p.116).

³¹ Quando ficou sabendo dessa informação, Edward Bernays ficou chocado e alegou que não tinha poder para impedir que as suas ideias fossem mal utilizadas e, uma vez que os bandidos estavam usando propaganda, os mocinhos teriam de usá-la para revidar (Tye, 1998).

³² Segundo o autor, a Guerra do Golfo Pérsico tratou-se de uma ideia vendida aos EUA e marcou o triunfo das Relações Públicas. Saddam Hussein fora escalado como um vilão malévolo enquanto os militares do Kuwait foram retratados como soldados lutando contra invasores. Porém, um detalhe havia sido ocultado: a guerra foi elaborada por uma das maiores empresas de Relações Públicas dos EUA, a *Hill and Knowlton*, em uma campanha paga por ricos kuaitianos que eram inimigos de Saddam Hussein (Tye, 1998).

Nesta perspectiva, o conceito de propaganda como vetor de manipulação, influência e controle da opinião pública elucida muitos pontos importantes sobre a complexidade dos fenômenos sociais. Segundo Jean-Marie Domenach (2005), é raro que um indivíduo procure ser levado a um julgamento autônomo; até mesmo em domínios acessíveis, ele sempre vai buscar referências no grupo social em que vive, no jornal ou entre os parentes e amigos:

a opinião, de um lado, não tem esse caráter original, autenticamente pessoal, que alguns lhe conferem mas que é relativa a um grupo ou a muito grupos – e, de outro lado, que não reflete naturalmente a realidade e sim, ao contrário, dela nos dá uma imagem deformada pelos interesses comuns ao grupo, quer interesses de classe, quer interesses profissionais, quer interesses nacionais. Agir sobre a opinião não é, pois, usurpar injustamente a autonomia pessoal; é influir sobre forças coletivas, resultantes de pressões sociais e nas quais o indivíduo não está senão secundariamente empenhado (Domenach, 2005, p.145).

Para o intelectual francês, um setor da propaganda vive em simbiose com a publicidade, como no caso dos EUA, onde as campanhas eleitorais pouco diferem das publicitárias; por outro lado, o outro setor, da propaganda política moderna e sistemática, iniciou-se no século XX com o bolchevismo e o hitlerismo e decorre da fusão da ideologia com a política, tratando-se de uma "violação psicológica", na qual seria impossível o indivíduo resistir. Uma de suas funções, prossegue ele, é fazer emergir a *opinião profunda*, esta que está mais atrelada ao temperamento pessoal, à experiência, às crenças religiosas e filosóficas, no intuito de se passar do oculto ao explícito, dos desejos à tomada de posição (Domenach, 2005). Em virtude disso, ele declara que as democracias da época não souberam inventar uma propaganda eficaz para combater e realizar uma resistência organizada contra o fascismo e, por isso, considera que ela poderia fornecer um esforço adicional aos cidadãos para retomar o controle da vida política e a participação na coisa pública, uma vez que ambas se encontram bastante insuficientes:

Curiosa democracia que não se digna de esclarecer o povo sobre os problemas de que depende a vida e a saúde dele! Os debates públicos limitam-se a disputas que tradicionalmente vêm alimentando as eleições há um século, enquanto os verdadeiros problemas de um Estado moderno não são ventilados nem sequer apresentados, mas continuam privilégio de alguns especialistas. Só nas crises mais graves e, com frequência, tarde demais os governantes se decidem a "dizer a verdade ao país" e o abalo daí resultante nem sempre é salvador (Domenach, 2005, p.165).

No que tange a isso, não se poderia indagar que a democracia liberal nos países ocidentais, incluindo as suas várias particularidades, os diferentes tipos de representatividade e os mecanismos políticos que asseguram os privilégios e os interesses particulares, teria realizado uma propaganda, de fato, vitoriosa e que utiliza a opinião profunda para colocar-se como uma manifestação política auto-evidente e genuína, cuja existência se perpetua justamente pela falta de acesso e de debates acerca dos assuntos públicos e universais? E mais, não teria sido a sua implementação tão triunfante que sua aparente inexistência (em meio à evidência) e a ausência de esclarecimentos é precisamente o seu aspecto mais primordial?

Atualmente, o senso comum tende a considerar a democracia nos termos das liberdades individuais, dos direitos de propriedade e da iniciativa privada, frutos da propaganda neoliberal. No entanto, Robert McChesney (2015) assevera que nada poderia ser mais absurdo, pois houve dezenas de nações mergulhadas em ditaduras políticas que protegiam os direitos do mercado. O seu livro investiga minuciosamente a relação midiática com a subsequente implosão da vida pública e da noção de democracia, alegando que, embora os norte-americanos desfrutem de direitos e liberdades, de eleições e de um governo regido por uma Constituição e um código de leis, um elemento inerente às democracias encontra-se ausente: o governo da maioria sobre a minoria (McChesney, 2015). O atual problema está na configuração do liberalismo como democracia, pois ao invés do ponto nevrálgico do debate girar em torno das decisões da *maioria*, ele deriva para as margens e oculta o fato de ser um sistema que atende às necessidades da *minoría* dominante. Por isso, o autor reitera que mesmo a mídia sendo um elemento central para uma saudável operação da democracia, as condições em que ela atua hoje tornaram-se prejudiciais para sua capacidade de servir aos valores e práticas democráticas. Ela converteu-se em uma *força antidemocrática* poderosa nos Estados Unidos e em graus variáveis pelo planeta: "quanto mais ricos e poderosos os gigantes da mídia corporativa se tornam, mais pobres são as perspectivas para a democracia participativa" (p.2). Em suma, o sistema de mídia cada vez mais corrói os valores democráticos, pois não se esclarece que aqueles no comando não têm interesse que os cidadãos se envolvam nas decisões políticas:

O sistema de mídia está cada vez mais ligado ao sistema capitalista, tanto pela propriedade quanto por sua dependência da publicidade, função dominada pelas maiores empresas da economia. O capitalismo se beneficia de ter um sistema

formalmente democrático, mas o capitalismo funciona melhor quando as elites tomam as decisões mais fundamentais e a maior parte da população é despolitizada. Por várias razões, a mídia tornou-se especialista em gerar o tipo de atividade que se adapta e perpetua o *status quo* (McChesney, 2015, p.3).

A conexão com a propaganda política se dá pelos meios empregados por essa minoria para fazer valer os seus interesses e privilégios e desvirtuar a atenção da vulnerabilidade de suas posições de classe frente à opinião pública. Alex Carey (1997) inicia o seu livro mencionando que o século XX foi caracterizado por três importantes acontecimentos políticos: o crescimento da democracia, a ascensão do poder corporativo e o crescimento da propaganda como meio de proteger o poder corporativo contra a democracia. Em consideração a isso, o sociólogo australiano menciona o sufrágio universal e o movimento sindical como vitórias do sistema democrático e, visto que eles representam ameaças ao poder das elites, passaram a ser combatidos, culminando na subordinação das amplas aspirações democráticas do público aos interesses corporativos³³. Ele denomina de propaganda doméstica aquela dirigida não para controlar ou desviar os propósitos de um inimigo externo em períodos de guerra, mas para efetuar o controle e desviar as intenções do eleitorado sob os auspícios dos interesses de segmentos privilegiados da sociedade (Carey, 1997). Seu fator irônico consiste em parecer uma investida democrática:

Ironicamente, mesmo quando a propaganda corporativa supera a democracia, ela é capaz de criar uma crença popular cada vez mais forte de que o sistema de livre empresa que a patrocina é uma espécie de baluarte e garantidor de uma sociedade democrática: isto é, uma sociedade onde as políticas oficiais e valores estão realisticamente dentro do livre arbítrio da maioria dos cidadãos comuns³⁴ (Carey, 1997, p.20-1).

Na busca por esclarecer as relações que proporcionam essa subordinação, ele encontra na atividade dos cientistas sociais vinculados às corporações, as mais diversas técnicas para eliminar esse "risco da democracia". De tempos em tempos, prossegue o autor, adquire enorme aceitação popular nas sociedades ocidentais a crença de que o capitalismo é explorador e que os negócios e a indústria voltam-se apenas para o lucro e o poder, negligenciando importantes preocupações sociais e humanas. Quando isto ocorre, surgem vários programas visando a reeducação e a

³³ O autor lembra que o uso de técnicas de desinformação para minar a capacidade da população de empregar efetivamente as ideias da maioria ocorreu, pela primeira vez, em 1793, justamente no mesmo ano em que a França concedia o sufrágio universal ao povo (McChesney, 2015).

³⁴ A propaganda permanece como um axioma de ser característica apenas dos regimes totalitários. Então, o fato de ela ser bem-sucedida na persuasão de estarmos livres dela em uma democracia é, portanto, uma de suas conquistas mais significativas (Carey, 1997).

reestruturação das percepções (Carey, 1997). Em virtude disso, ele demonstra um programa elaborado por S. Prakash Sethi, nos anos 1970, por meio do qual pode-se observar os procedimentos a serem conduzidos para proteger as corporações ao lidarem com uma opinião pública adversa na democracia:

1. Não mude o desempenho, mas mude a percepção pública do desempenho dos negócios por meio de educação e informação. 2. Se alterações na percepção pública não forem possíveis, altere os símbolos usados para descrever o desempenho do negócio, tornando-o congruente com a percepção do público. Observe que nenhuma mudança no desempenho real é necessária. 3. Caso ambos (1) e (2) sejam ineficazes, provoque mudanças no desempenho do negócio, aproximando-o das expectativas da sociedade (Sethi *apud* Carey, 1997, p.146).

Nesse sentido, uma das maiores preocupações dos analistas da economia política da mídia tem sido o pleno resgate do ideal democrático e a necessidade de sua plena centralização nos debates públicos. A esse respeito, o percurso traçado sobre a propaganda e as suas diretrizes focadas na manutenção dos privilégios de classe encontra, no final do século XX, um poderoso modelo que permite observar como o poder econômico-financeiro atua de maneira a reproduzir a inversão dos interesses através de cinco filtros que influenciam a organização da mídia e levam a população a adotar determinadas visões e posições políticas, reconhecendo-as como legítimas e sustentando a submissão voluntária e não-coercitiva. Para tanto, retomarei o assunto dos primórdios da propaganda política e da Comissão Creel, uma agência independente do governo norte-americano, criada para influenciar a opinião pública do país na I Guerra Mundial. Para o criador da agência, George Creel (1920), era imperativa a importância de divulgar informações, as causas da guerra e a posição norte-americana sem qualquer *censura* (ou seja, a prática que era atribuída aos alemães). Na época, ele chegou a indagar se a agência poderia ter certeza se cem milhões de habitantes entenderiam o suficiente para aprovar e arcar com os elevados custos de novos encargos tributários, empréstimos e o envio de jovens soldados para morrer nos campos de batalha. As decisões geraram alguns objetivos gerais e procedimentos:

Queríamos alcançar as pessoas através de suas mentes, e não através de suas emoções, pois o ódio tem suas reações indesejáveis. Queríamos fazê-lo, não pela ênfase exagerada do apelo histórico, mas por argumentos irrefutáveis que fariam todos os homens e mulheres saberem que a guerra era uma guerra de autodefesa que deveria ser travada para que as instituições livres não pudessem. [...] Abandonando abruptamente a ideia original que tratava de arquivos e documentos formais, decidimos partir para a "panfletagem popular". O que nos

enfrentava, portanto, era o problema de proceder sistematicamente com o trabalho, de fazê-lo com precisão, com erudição completa e com a plena noção de que o que publicamos teria a autoridade e responsabilidade de uma publicação do governo (Creel, 1920, p.100-1).

Segundo Noam Chomsky (2013), a Comissão Creel teria transformado, em apenas seis meses, uma população pacifista, sem qualquer pretensão de participar da guerra, em um povo histérico e belicoso, desejando a destruição de tudo o que fosse alemão³⁵. Esses teóricos, especialmente Walter Lippman, prossegue o autor, depositavam na propaganda as razões de uma atividade necessária de organização da sociedade, uma vez que os interesses universais eram complexos demais para a opinião pública. Por meio dela, eles pretendiam dividir o sistema democrático em duas classes de cidadãos: a primeira, formada por uma comunidade intelectual, a elite de homens responsáveis que está apta a entender os interesses gerais e deve conduzir os negócios e decidir quais assuntos são os mais válidos ou importantes para a gestão dos assuntos públicos; a segunda, a maioria absoluta da população e chamada de "rebanho desorientado" por Walter Lipmann, dispõe da função de ser somente os espectadores e não os participantes da ação coletiva, recebendo, de vez em quando, a permissão para transferir o seu apoio a um ou outro membro da classe especializada (Chomsky, 2013).

Nessa direção, o filósofo, sociólogo e cientista cognitivo norte-americano aponta o procedimento imprescindível para que este rebanho desorientado fosse devidamente domesticado, a *fabricação do consenso*: "obter a concordância do povo a respeito de assuntos sobre os quais ele não estava de acordo por meio das novas técnicas de propaganda política" (Chomsky, 2013, p.14-5). Era preciso que os indivíduos fossem desviados dos verdadeiros assuntos públicos, isolados uns dos outros, que recebessem apenas pálidas percepções da realidade e que as suas ideias fossem segregadas e separadas por juízos vazios de valor e, principalmente, precisavam ficar amedrontados; do contrário, uma massa organizada pela maioria, articulada e com objetivos concretos, poderia conquistar espaço na arena política, deixando de ser meros espectadores para se tornarem agentes efetivos da mudança social e política (Chomsky, 2013). Assim, retirar o risco da democracia, envolve lidar com o problema de um rebanho desorientado consciente e organizado:

³⁵ Entre os participantes desta campanha estava John Dewey e Edward Bernays (Chomsky, 2013).

O rebanho desorientado representa um problema. Temos de impedir que saia por aí urrando e pisoteando tudo. Temos de distraí-lo. Ele deve assistir aos jogos de futebol americano, às séries cômicas ou aos filmes violentos. De vez em quando você o convoca a entoar *slogans* sem sentido como "Apoiem nossas tropas". Você tem de mantê-lo bem assustado, porque, a menos que esteja suficientemente assustado e amedrontado com todo tipo de demônio interno, externo ou sabe se lá de onde que virá destruí-lo, ele pode começar a pensar, o que é muito perigoso, porque ele não é preparado para pensar. Por conseguinte, é importante distraí-lo e marginalizá-lo³⁶ (Chomsky, 2013, p.28).

Convém ressaltar que essa domesticação nunca é completa e/ou perfeita. Ela está presente na atividade midiática em meio às diversas disputas de sentido, embora sua presença massiva geralmente apresente resultados favoráveis às suas intenções. Como um primeiro teste, ele comenta o caso que ocorreu na greve dos operários da empresa *Steel*, na Pensilvânia, em 1937. Em vez de apostarem em confrontos repressivos, violentos e que terminam em muito transtorno e confusão, os empresários optaram por um novo método para colocar a população contra os grevistas: o plano consistia em apresentá-los como desordeiros, nocivos ao povo e contrários aos interesses gerais (Chomsky, 2013). Outro exemplo ocorreu durante a década de 1960, quando acreditava-se que a democracia estava em crise no país. Na ocasião, amplos setores da sociedade passaram a se organizar, ocupar maiores espaços na arena política e participar mais efetivamente dos assuntos públicos. Pela definição básica de democracia, resalta ele, não se tratava de uma crise, mas de seu avanço, de sua evolução. Entretanto, para a visão dominante dos teóricos e dos interesses da mídia, toda essa organização e participação pública significava um problema para "todos" e, portanto, as imagens mentais passaram a representar uma crise generalizada que precisava ser dizimada urgentemente e a população ser devolvida ao seu estado natural de apatia, de obediência e passividade (Chomsky, 2013). Isto posto, a semelhança de ambos os eventos com os Shmoos afigura-se pela omissão das razões pela greve (seja o aumento dos salários ou a redução da carga tributária) e das condições de participação coletiva, distraindo a população de seus reais resultados, pois se o *rebanho desorientado* percebesse a potência de uma manifestação ou compreendesse a suma importância das decisões da maioria

³⁶ O autor cita a pergunta "você apoia nossas tropas?" como exemplo para demonstrar que esses *slogans* correntes na mídia geralmente não fazem sentido algum. Essa é sua função, não significar nada. São perguntas feitas para retirar a capacidade de racionalização acerca de um problema. Ninguém seria contra as tropas do seu próprio país em atividade no exterior. Logo, esses *slogans* tornam obscuras as informações, visto que muitas pessoas poderiam ser a favor das tropas e contra a política externa. Não há interesse em se saber a opinião do público sobre isso (Chomsky, 2013).

para os interesses universais, ele poderia engendrar grandes problemas para o setor corporativo. É por isso que as imagens mentais criadas pela mídia buscaram enfatizar um sentimento de crise e os grevistas como desordeiros, que atrapalham a vida da comunidade, quebram a harmonia do lar e profanam a ordem social: o poder corporativo precisa de um véu para encobrir os seus interesses particulares.

Com isso em mente, o modelo de propaganda desenvolvido por Edward Herman e Noam Chomsky (2002) considera que os meios de comunicação servem e propagam notícias e conteúdos em nome dos interesses das fontes poderosas que os controlam e os financiam. Ele fora concebido sob uma observação empírica de veículos e empresas de mídia norte-americanas e os autores não se basearam em hipóteses conspiratórias, tampouco na ideia de uma mídia de poder monolítico e vertical. Pelo contrário, eles procuram descrever as forças que moldam a atividade da mídia e como elas desvelam uma inclinação pela proteção do livre mercado, guiada por agentes de grande influência, como o governo dos EUA, os líderes das comunidades corporativas, os proprietários das empresas de mídia, etc. Portanto, o modelo de propaganda a ser discutido torna evidente a incompatibilidade entre as práticas capitalistas e a democracia:

O público não é soberano sobre a mídia - os proprietários e gerentes, em busca de anúncios, decidem o que deve ser oferecido, e o público deve escolher entre eles. As pessoas assistem e lêem em boa parte com base no que está prontamente disponível e é intensamente promovido. As pesquisas regularmente mostram que o público gostaria de mais notícias, documentários e outras informações, e menos sexo, violência e outros entretenimentos, mesmo quando ouve e assiste a esses últimos. Há poucos motivos para acreditar que eles não gostariam de entender por que estão trabalhando mais arduamente com rendas estagnadas ou em declínio, têm atendimento médico inadequado a custos elevados e o que está sendo feito em seu nome no mundo todo. Se [eles] não estão recebendo muitas informações sobre esses temas, o modelo da propaganda pode explicar o porquê: os soberanos que controlam a mídia optam por não oferecer tal material (Chomsky; Herman, 2002, p.18-9).

Obviamente, isso não é tudo o que a mídia faz, apenas que a sua função de propaganda concerne a um eixo central³⁷. Assim, a "beleza" deste sistema é que as divergências ou informações inconvenientes são mantidas à margem de maneira que a sua presença tenha a função de indicar um sistema não-vertical e, ao mesmo

³⁷ Além disso, os autores frisam que estão cobrindo a estrutura e o desempenho da mídia, não seus efeitos sobre o público. Portanto, as forças que moldam a atividade midiática são descritas a partir do que as empresas de mídia fazem sem implicar que os seus efeitos de propaganda seriam sempre eficazes (Chomsky; Herman, 2002).

tempo, impedi-las de se tornarem relevantes o suficiente a ponto de interferir nos objetivos da agenda oficial (Chomsky; Herman, 2002). Em um país regido por um poder central burocrático ou fascista, o controle absoluto da mídia e das outras instituições pode ser facilmente averiguado; porém, é bem mais difícil constatar o teor de propaganda e de um viés ideológico em sociedades onde a atividade da mídia é privada e não sofre censuras abertas e diretas:

Isso é especialmente verdadeiro quando a mídia compete ativamente, periodicamente ataca e expõe a má-fé corporativa e governamental e se apresenta agressivamente como porta-voz da liberdade de expressão e do interesse geral da comunidade. O que não é evidente (e permanece indiscutível na mídia) é a natureza limitada de tais críticas, bem como a enorme desigualdade no domínio dos recursos e seu efeito tanto no acesso a um sistema de mídia privado quanto em seu comportamento e desempenho (Chomsky; Herman, 2002, p.80).

Neste contexto, o modelo de propaganda a ser discutido apresenta cinco filtros que mostram como o poder econômico-financeiro atua *filtrando* as notícias, marginalizando a dissidência e permitindo que o governo e os interesses privados cheguem ao público com a aparência de interesses universais. É através dele que a inversão se torna um processo assegurado e sustentado e, ao mesmo tempo, parece não tomar existência. Além disso, eles ressaltam, os filtros interagem uns com os outros, reforçando-se mutuamente e fixando as definições de noticiabilidade que servem de exemplo para a sua atividade. Por conta disso, as restrições pertinentes a cada um dos filtros são tão poderosas e enraizadas no sistema que o domínio da elite sobre a mídia acaba ocorrendo naturalmente e os jornalistas, frequentemente agindo com integridade e boa vontade, são capazes de se convencer que escolhem e interpretam as notícias "objetivamente", com base em seus valores profissionais (Chomsky; Herman, 2002).

O primeiro refere-se ao tamanho, à propriedade e à orientação de lucros da mídia. Uma vez que são componentes dos conglomerados midiáticos, as empresas estão integradas ao mercado e sofrem pressão dos acionistas e banqueiros para se concentrar em resultados financeiros positivos. Essa tendência foi amplamente acelerada por conta do afrouxamento de regras que limitam a sua concentração, a sua propriedade cruzada e o seu controle por empresas não-midiáticas. Se os seus proprietários deixarem de buscar o lucro, os investidores podem inclinar-se para a venda das ações e por isso eles são uma força presente na condução das empresas de mídia. Logo, uma vez que elas são controladas por indivíduos muito ricos e por

gerentes e supervisores sujeitos às restrições dos proprietários e outras forças do mercado, dificilmente elas veiculariam conteúdos que colocassem em perigo os seus negócios e a alta lucratividade de seus produtos³⁸ (Chomsky; Herman, 2002).

O segundo é sobre a licença de publicidade como fonte de renda da mídia. Um sistema alicerçado em anunciantes tende a dificultar ou eliminar as empresas que dependem inteiramente dessas receitas. Além disso, a presença da publicidade no livre mercado não produz um sistema neutro, onde a escolha do comprador é decisiva. Ela tem um papel fundamental no crescimento da concentração, pois as vantagens obtidas pelos subsídios dos anunciantes lhes permite uma prosperidade que enfraquece as empresas rivais. Como exemplo, eles citam os jornais radicais ou da classe trabalhadora que sofreram desvantagens, visto que muitas empresas se recusam a patrocinar adversários ideológicos ou considerados prejudiciais aos seus interesses. Por serem contra as "mídias hostis", os anunciantes inclinam-se na direção de conteúdos cujos princípios tendem a ser mais conservadores, evitando-se críticas às atividades corporativas ou governamentais. Sob este aspecto, eles fazem uma relevante provocação: a ideia de que largas audiências tornam a mídia mais democrática sofreria da mesma fraqueza argumentativa daquela que defende um sistema político cujo sufrágio é censitário (Chomsky; Herman, 2002).

O terceiro é a dependência da mídia nas fontes e informações fornecidas pelo governo e empresas de negócios, criando uma relação simbiótica com essas fontes poderosas por necessidade e reciprocidade de interesses. Na medida em que ela carece de um fluxo constante e confiável de matéria-prima para as notícias, suas demandas diárias e agendas devem ser cumpridas com rigor. As empresas de mídia não podem se dar ao luxo de colocar repórteres e câmeras em todo lugar onde podem surgir histórias (os custos são elevados para se checar fatos de fontes pouco confiáveis), seus recursos devem ser empregados com cautela, onde se sabe que ocorrerão coletivas de imprensa e notícias válidas em abundância, como as instituições públicas, militares e corporações. Outra razão é que para manter a sua imagem de objetividade e se proteger das críticas ou ameaças de processos, ela precisa de material com exatidão factual. Por meio disso, essas fontes subsidiam a mídia, reduzindo os seus custos, e passam a obter acesso privilegiado, tornando-se fontes rotineiras e fazendo com que outras lutem para alcançar um *status* similar

³⁸ Optei por fazer um resumo geral de cada filtro, estabelecendo as suas partes mais importantes.

(ou são ignoradas³⁹). Os serviços prestados também fazem com que os indivíduos mais influentes utilizem esses relacionamentos pessoais, ameaças ou recompensas para influenciar consideravelmente a mídia, pois em caso de desacordos, o acesso pode ser negado, comprometendo os seus negócios (Chomsky; Herman, 2002).

O quarto recai sobre as críticas (*flak*⁴⁰) como meio de disciplinar a mídia. Trata-se das respostas negativas a uma declaração ou programa específico e pode assumir a forma de cartas, telegramas, telefonemas, petições, projetos de lei, ações judiciais, reclamações, ameaças e ações punitivas. Se produzidas em larga escala ou por indivíduos ou grupos com recursos substantivos, pode resultar em enorme desconforto para as empresas. As críticas por parte dos mais influentes podem ser *diretas*, como mensagens de órgãos federais, solicitando os documentos utilizados na construção da notícia/programa ou de funcionários de agências de publicidade e patrocinadores ameaçando retaliação; ou *indiretas*, na forma de financiamento de monitoramentos de direita destinados a atacar a mídia ou de reclamações com os acionistas sobre a sua atividade. Em ambos os casos, os anunciantes podem se retirar dos acordos, apostando em uma demanda por programações mais alinhadas com seus objetivos e evitando ofender o seu público (ou eleitorado). Além disso, o governo norte-americano é um grande produtor dessas críticas, frequentemente atacando, ameaçando e corrigindo a mídia quando ela reporta notícias as quais não agrada as autoridades (Chomsky; Herman, 2002).

O quinto é a ideologia anticomunista como um mecanismo de controle. O espectro do comunismo como o mal supremo assombra os donos de propriedades privadas, pois ameaça as raízes da posição privilegiada de classe e *status* superior na sociedade. Esse discurso serve para mobilizar a população contra um inimigo comum e, por se tratar de um conceito vago e desprovido de explicações, costuma ser utilizado contra quaisquer indivíduos radicais capazes de ameaçar os interesses particulares das elites. Além disso, ele é convocado amplamente para fragmentar a esquerda e os movimentos trabalhistas, servindo de coringa em situações de puro desespero, nas quais o triunfo do comunismo é o pior resultado imaginável. Um exemplo foi o apoio norte-americano aos governos fascistas no exterior, sendo justificado como um mal menor e necessário (e porque o fascismo não erradica as

³⁹ Eles ressaltam que no caso do Pentágono e de outras instituições públicas/militares, visto que o subsídio é coberto pelos recursos dos contribuintes, os cidadãos acabam pagando para receber uma propaganda filtrada pelos interesses dos poderosos (Chomsky; Herman, 2002).

⁴⁰ Como consta no dicionário *Cambridge*. Disponível em: <https://bit.ly/36ArnJS>.

relações do capital⁴¹). Esse mecanismo exerce uma profunda influência na mídia e quando seu fervor desperta, a demanda por provas e evidências concretas é logo suspensa e surgem as mais variadas personalidades de vital participação para a sua consolidação no senso comum, como os desertores, informantes e oportunistas, os quais assumem como especialistas e permanecem no palco político mesmo depois de expostos como não-confiáveis ou mentirosos (Chomsky; Herman, 2002).

Para resumir, consolidada pelo afrouxamento de leis que poderiam impedir a sua concentração, a dependência nos anunciantes e das fontes confiáveis e tidas como imprescindíveis às suas práticas, a regulação através das críticas advindas de outras instituições de poder e, finalmente, o fato de ser regida por estratégias e normas que desvirtuam e/ou combatem agressivamente as ideias ameaçadoras ou proponentes de uma organização social alternativa, pode-se afirmar que a mídia reflete, em larga escala, os interesses particulares das classes dominantes e busca invertê-los ostensivamente, representando-os como universais. Por conseguinte, a fabricação do consenso pode ser pensada como a convergência total dos assuntos abordados, cujos aspectos iluminam a lógica interna do funcionamento da mídia e apontam para a reprodução das ideias que visam sustentar e justificar as relações de dominação e submissão não-coercitiva na sociedade capitalista⁴²:

Em contraste com a concepção padrão da mídia como impertinente, obstinada e onipresente em sua busca pela verdade e sua independência de autoridade, explicamos e aplicamos um modelo de propaganda que de fato vê a mídia como servindo a um "propósito social", mas não a de permitir que o público assuma um controle significativo sobre o processo político, fornecendo-lhe as informações necessárias para o cumprimento inteligente de responsabilidades políticas. Ao contrário, um modelo de propaganda sugere que o "propósito social" da mídia é inculcar e defender a agenda econômica, social e política de grupos privilegiados que dominam a sociedade doméstica e o Estado (Chomsky; Herman, 2002, p.433).

Embora o modelo tenha sido marginalizado, como os autores previram, ele foi aceito por uma ampla gama de acadêmicos que contribuíram com adaptações e evoluções para diferentes cenários sociopolíticos. A partir de sua publicação nos anos 1980, eles se dispuseram a incrementá-lo com elementos, relações e filtros

⁴¹ Os autores revelam que os liberais do governo de John F. Kennedy ficaram entusiasmados com o golpe militar e a consequente eliminação de um governo populista, responsável por instaurar a ditadura no Brasil, em 1964 (Chomsky; Herman, 2002).

⁴² Em uma passagem, eles expõem que uma análise crítica das instituições deve atender a padrões muito mais elevados e é preciso produzir evidências críveis, argumentos precisos e documentação extensa, isto é, tarefas supérfluas se o pesquisador se mantém dentro da estrutura institucional do consenso (Chomsky; Herman, 2002).

condizentes com o novo milênio. Florian Zollmann (2017) avançou os estudos ao detalhar as dimensões e os indicadores da propaganda a fim de demonstrar como ela deriva a sua força de dois fatores: a *integração ideológica inconsciente* e a *factualidade*. Há vários modos de exemplificar a primeira, como o destaque dado pelas notícias a determinadas perspectivas e a omissão de outras, legitimando as ações estatais ou corporativas, ou mesmo de todo o sistema capitalista; a ausência de críticas substanciais, situando a política externa dos EUA e do Reino Unido como sendo benevolente, suprimindo seus objetivos econômicos subjacentes e os resultados destrutivos da visibilidade e da discussão pública; e as descrições dos eventos sob conceitos intrinsecamente ideológicos, como guerra, crime, massacre, genocídio, democracia, socialismo e terrorismo (Zollmann, 2017). A propaganda visa aproximar e formar uma unidade entre as elites dominantes, pois são elas que detêm o poder de decisão⁴³:

a integração da propaganda também está ligada à ação porque busca não apenas o apoio às condições existentes, mas também visa viabilizar políticas específicas. A integração da propaganda é, portanto, dupla: ela se esforça para fabricar um comportamento complacente de certas frações de elite (por exemplo, elites políticas legislativas, profissionais ou gerenciais), mas também pode impactar o poder de tomada de decisão de outras frações de elite (por exemplo, elites políticas executivas). Assim, integrar a propaganda pode aumentar a capacidade de agir (Zollmann, 2017, p.10).

Quanto à segunda, às vezes, mais relevante que omitir os seus aspectos, é o modo como a mídia cobre os eventos, a frequência com que eles se repetem nas agendas e o seu posicionamento particular; por isso, faz sentido que a propaganda também seja baseada no retrato factual dos eventos, pois assim as elites podem tomar decisões efetivas com base neles (Zollmann, 2017). Neste quesito, a análise adquire dificuldades extras, pois há de se determinar os usos de fatos dentro de uma estrutura em detrimento de outras, podendo haver distorções em diferentes graus, ou seja, a maneira com que eles são abordados é o que vai desvelar as suas dimensões ideológicas e a marginalização dos fatos pode decorrer simplesmente de uma escolha ou ênfase em outros fatos (Zollmann, 2017). Com isso, seu artigo foi de extrema relevância, pois incluiu novas perspectivas acerca da propagação dos interesses particulares por intermédio da omissão e da integração ideológica e

⁴³ Em outro texto, o autor considera adicionar os filtros extras de gênero e raça, enfatizando como a opressão social de ambas entrecruza-se com a esfera de classe para reforçarem as relações de poder em uma mídia controlada essencialmente por homens brancos e héteros (Zollmann, 2019).

por mostrar que a factualidade, um mecanismo crucial para sustentar a falsa visão de que todos os assuntos entram em pauta, tem a função de desvirtuar a influência dos agentes e grupos poderosos no ambiente institucional da mídia.

De acordo com Alan Macleod⁴⁴ (2019), a chegada da internet transformou significativamente a maneira como recebemos as notícias e a confiança na mídia. Novos meios de comunicação surgiram, desafiando as velhas hierarquias. Por este ângulo, ele buscou investigar se o modelo de propaganda ainda pode ser aplicável atualmente. O filtro da propriedade insere-se numa concentração mais alarmante do que antes, pois apenas cinco conglomerados controlam mais de 90% de toda a audiência norte-americana⁴⁵, permitindo menos espaço para jornalistas e tornando praticamente inexistente a diversidade de conteúdos para a prática democrática. A publicidade sofreu profundas mudanças. As empresas vêm injetando muito mais verbas no mercado *online* do que nas outras mídias, pois os anúncios na rede podem ser individualizados e permitem acessar os alvos não apenas em sites de notícias, mas em quaisquer lugares. Por isso, ocorreu uma maior dissociação da publicidade da organização e da produção noticiosa, acarretando em um menor financiamento para o jornalismo. Logo, este filtro encontra-se mais evidente do que nunca, pois impulsionou a enorme pressão para se obter cliques e uma criação de conteúdo menos disposta a irritar os anunciantes (Macleod, 2019).

A dependência das fontes governamentais e corporativas vem atrelada ao colapso da publicidade, cujos cortes no jornalismo renderam efeitos negativos. A profissão tornou-se precarizada e pouco especializada, com inúmeros *freelancers* preenchendo as poucas vagas existentes. Graças a isso, os jornalistas têm de cada vez mais confiar nos contatos conquistados, não podendo se indispor com eles ao reportar informações que questionam as autoridades, além do fato de essas fontes esperarem algo em troca, privilegiando aqueles que estejam alinhados com os seus interesses. Quanto às críticas, elas são um problema maior atualmente. Sendo pré-requisito que os jornalistas utilizem as redes sociais para promover suas histórias e com a tecnologia permitindo uma interação instantânea com o público, as críticas são recebidas em tempo real e podem ser anônimas, inclusive, com grupos inteiros

⁴⁴ Novamente, optei por fazer um resumo geral de cada filtro investigado. Como a tese não aborda a internet, a discussão debruçar-se-á apenas nas suas consequências para os filtros e a mídia. Cabe realçar que seu texto é permeado de exemplos fáticos e congruentes que amparam suas conclusões.

⁴⁵ Eles são a *General Electric, News-Corp, Disney, National Amusements* e *Time Warner*. Além disso, ele alerta que a situação da internet é ainda pior com as gigantes *Google, Facebook, Twitter* e *Amazon* retendo o controle massivo das informações nas mídias e redes sociais (Macleod, 2019).

direcionando um alto volume delas a apenas um indivíduo ou uma organização⁴⁶. O filtro da ideologia anticomunista perdeu a sua força no início do século, o que levou acadêmicos a trocá-lo pelo filtro *antiterrorista*, pelo da dicotomia *nós/eles* (englobando as peculiaridades culturais e étnicas nos países em conflito) ou, de modo mais simples, passando a ser entendido como um filtro para a convergência ideológica da mídia com o neoliberalismo e a globalização, reafirmando-se como o mecanismo disciplinar mais relevante da atividade midiática (Macleod, 2019). Por conseguinte, embora o novo ambiente da internet tenha proporcionado muitos avanços no consumo dos conteúdos da mídia, o modelo de propaganda permanece amplamente válido e aplicável:

As mudanças dramáticas na economia política das notícias e da mídia não levaram a uma era de ouro no jornalismo, mas, de fato, aumentaram a aplicabilidade do modelo de propaganda e aumentaram a força da maioria, se não de todos os cinco filtros da produção de notícias. Longe de desafiar a hegemonia das velhas mídias, a chegada da Internet permitiu que elas estendessem seu domínio para uma nova esfera (Macleod, 2019, p.74).

Daniel Broudy e Miyume Tanji (2018) vão além e propõem a adição de mais um filtro. Ao considerar que a "segurança do Estado" pode ser lida como um código para a "segurança do sistema capitalista global", os autores discutem até onde as respostas da elite acerca dos "vazamentos de segurança" podem explicar o valor dado ao sigilo como uma garantia para a segurança e estabilidade do *status quo*. Embora o sistema seja vulnerável a ataques, como eles procuram demonstrar, então, protegê-lo "exige tanto a manutenção rotineira de atores complacentes que trabalham de dentro quanto a conciliação de fora da mídia, que pode efetivamente educar as massas refletindo as políticas do poder estabelecido" (p.100). Isto posto, o filtro é denominado de *Segurança do Sistema* e ele surgiu na era do pós-11 de setembro, podendo ser pensado como os mecanismos de proteção que sustentam o sistema na doutrina dos *arcanae imperii* (segredos do império), isto é, por meio de palavras, sinais, ações e símbolos de indivíduos trabalhando em várias instituições de liderança na sociedade (Broudy; Tanji, 2018). A existência deste filtro aponta para uma semelhança com a carta roubada dos "aposentos reais", com a qual o seu

⁴⁶ O autor cita o famoso caso de Julian Assange, editor do *Wikileaks*, que publicou documentos e vídeos vazados detalhando crimes de guerra dos EUA. Ele foi acusado sob a Lei de Espionagem e buscou asilo na embaixada equatoriana em Londres, em 2012. Políticos norte-americanos, como Donald Trump, pediram a sua pena de morte, enquanto empresas como a *Mastercard*, *PayPal* e *Visa* removeram os seus serviços do *Wikileaks* (Macleod, 2019).

dono usurpou uma informação pública e passou a utilizá-la para fins políticos. A segurança do sistema, portanto, pode ser decifrada como a manutenção do poder:

[...] o Sistema concede à elite um monopólio virtual sobre a definição dos limites aceitáveis do debate público e controle sobre a interpretação "correta" de termos e ideias-chave. Este é o poder do sistema hoje, impor ao público em geral os desígnios do poder corporativo, político e militar, definir dissidentes e diferenças de opinião com o *status quo* como traidor e relegar à margem da discussão pública denunciante que expõem irregularidades no interesse do próprio público. Nestes tempos em que os interesses da elite corporativa e política se fundiram, os direitos das pessoas corporativas subvertem o valor intrínseco dos direitos individuais dos cidadãos, e os meios de comunicação de massa tiveram uma mão direta na pintura de retratos pouco lisonjeiros de figuras que chamam a atenção do público para abusos⁴⁷ (Broudy; Tanji, 2018, p.102).

Com essa atualização do modelo e o sexto filtro da *Segurança do Sistema*, esvaem-se as assertivas de que ele poderia estar ultrapassado. Por outro lado, há muito ainda a ser avançado, territórios para explorar e relações a serem incluídas. Porém, pelas discussões abordadas, pode-se ter a certeza de que o caminho para uma efetiva compreensão da atividade midiática passa pela análise crítica das suas relações com o poder. Através das pesquisas em propaganda, pode-se desvelar as faces mais obscuras dos pilares de sustentação da dominação e da submissão nas sociedades contemporâneas. Sua inconsistência ou mesmo sua ausência de certos ambientes acadêmicos não poderia sinalizar uma vitória da propaganda? Por conta disso, ela clama pela urgência de mais aprofundamentos e para uma conexão com outras pesquisas e áreas do saber, engendrando bases multi e transdisciplinares com as quais poder-se-á obter resultados congruentes sobre os variados cenários sociopolíticos do novo milênio.

Tecidas essas considerações, este subcapítulo procurou realizar um breve histórico acerca das teorias da propaganda, a fim de elucidar os processos levados adiante pelas elites para controlar a opinião pública e perpetuar a sua manutenção no poder. Seja através de imagens mentais, de governadores invisíveis ou mesmo da propaganda doméstica, observou-se que o sistema democrático sofre pressão das classes dominantes para que as suas ideias sejam aceitas e protejam o poder corporativo contra o governo da maioria. Em seguida, abordei uma característica crucial da atividade midiática, a fabricação do consenso, desvelada a partir do

⁴⁷ Os autores referem-se a Edward Snowden, Chelsea Manning e Julian Assange, que procuraram expor informações privilegiadas e abusos de poder. Suas ações foram chamadas de ilegais e tidas como interpretações *inaceitáveis* de patriotismo (Broudy; Tanji, 2018).

modelo de propaganda política discutido. Seus cinco filtros iluminam as restrições do poder econômico-financeiro e dos interesses da mídia e como eles atuam na instauração dessa conformidade, influenciando a seleção e veiculação de notícias e conteúdos. Assim, tornou-se possível compreender como a mídia, inserida em um mercado altamente competitivo, baseado na lógica do lucro, cujos donos influenciam as diretrizes na produção dos conteúdos, além de estar estreitamente vinculada com os anunciantes, não poderia estar do mesmo lado dos interesses e anseios universais da população. Por fim, lancei mão de algumas produções que visaram atualizar o modelo para demonstrar a sua aplicabilidade nos dias atuais e concluir como a mídia segue retirando os assuntos políticos dos debates públicos e cuja propaganda encoraja os indivíduos a seguir percursos de vida que parecem naturais, razoáveis e auto-evidentes, reforçando a ordem social fixada pelo capital.

2.3

A Auto-Censura e o Pluralismo da Voz Singular do Poder na Mídia

A comunicação está no centro de todas as relações sociais. Sempre que os homens estabeleceram relações regulares uns com os outros, a natureza dos sistemas de comunicação criados entre eles, as formas que tomaram e a medida de eficácia que alcançaram, determinaram em grande parte as chances de aproximar as comunidades ou torná-las una, e as perspectivas de reduzir tensões ou estabelecer conflitos onde quer que tenham surgido (UNESCO, 1980, p.XIII⁴⁸).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, lançou o relatório *Um Mundo e Muitas Vozes*, da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, tendo à frente a figura política de Seán MacBride junto a outros representantes de quinze países, em 1980. Seus objetivos envolviam promover o desenvolvimento humano através da análise dos problemas da comunicação nas sociedades a fim de fortalecer uma comunicação alternativa e descentralizadora. Dito de outra forma, a intenção era promover uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, uma vez que o documento identificava inúmeras disparidades e desigualdades nos acessos à informação; falhas no fluxos de comunicação; o domínio corporativo sobre os seus conteúdos; o monopólio e a concentração midiática e visava solicitar um efetivo pluralismo de ideias. Até os dias atuais, o relatório permanece como um documento de suma importância para as políticas e demandas pela democratização da comunicação global:

⁴⁸ Segundo o site da UNESCO. Disponível em: <https://bit.ly/3uWznR4>.

Este relatório foi o primeiro documento oficial de um organismo multilateral que reconhecia a existência de um grave desequilíbrio no fluxo mundial de informação, apresentava possíveis estratégias para reverter a situação e reconhecia o direito à comunicação. Em consequência, uma série de conferências regionais sobre políticas culturais e políticas nacionais de comunicação, sob o patrocínio da Unesco, foi realizada em várias partes do mundo, inclusive na América Latina (Lima, 2011⁴⁹).

Segundo Murilo Ramos (2000), é no contexto da Guerra Fria que emergiu o conceito de *políticas nacionais de comunicação* no âmbito da UNESCO e como consequência do debate desenvolvimentista que dominou a organização durante quase três décadas. Para o autor, esse relatório tratou-se de um ambicioso projeto, cujos resultados apresentaram imprecisões e visões contraditórias, embora tenha sido "provavelmente o mais completo e instigante trabalho já produzido sobre a problemática da comunicação no mundo contemporâneo" (p.30). Infelizmente, o projeto veio a sucumbir diante do impasse político-ideológico energizado pelos governos neoliberais dos Estados Unidos e da Inglaterra⁵⁰:

Enxergando no debate, não sem uma certa acuidade ótica, a presença dominante de idéias marxistas, o presidente norte-americano liderou o movimento de esvaziamento da Unesco como foro privilegiado de debate e elaboração de propostas de mudanças nos cenários internacionais da comunicação. E o fez da maneira mais eficaz possível, começando por reduzir drasticamente os aportes financeiros com que os Estados Unidos, e seus principais aliados, sustentavam o orçamento daquela organização supranacional, até chegar ao ponto de retirar formalmente o seu país da Unesco, no que seria acompanhado, em seguida, pela Grã-Bretanha e pelo Japão (Ramos, 2000, p.31).

Diante deste panorama, muitos desses problemas surgiram naturalmente do avanço deste modelo econômico. A mídia, para fins de sobrevivência, passou a unir os interesses por maior influência com as garantias de políticas que poderiam perpetuar suas atividades lucrativas. Com base nisso e para dar continuidade aos subcapítulos anteriores, Ignacio Ramonet (2013) indaga: por que a instituição da mídia, pertencente a grupos de elevada relevância no mercado, seria crítica com a globalização e suas práticas neoliberais? A essa questão, pode-se acrescentar mais perguntas: qual a sua intenção em transmitir ideias com as quais o público poderia participar mais ativamente do processo democrático e lutar pelos seus interesses

⁴⁹ Segundo o *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <https://bit.ly/3E9khvN>.

⁵⁰ Ademais, os Estados Unidos condenaram a iniciativa sob o pretexto da UNESCO ter politizado demais os assuntos e ter exibido uma hostilidade em relação às instituições básicas das sociedades livres, como o livre mercado e a imprensa independente, apesar de ter sido o país que sugeriu a sua instituição, em 1977. Segundo o *New York Times*. Disponível em: <https://nyti.ms/37qcRrE>.

universais? Qual o ímpeto dos conglomerados midiáticos em ceder informações que possam fortalecer posições e argumentos contrários à sua própria existência? Qual o papel da mídia como uma instituição de contrapoder e garantia dos direitos democráticos? Qual a relação dos oligopólios no campo da comunicação com o efetivo pluralismo e a diversidade na circulação de ideias? E, por último, qual o papel da comunicação pública e da exigência de maior diversidade informacional?

É no intuito de obter essas respostas que avançarei a discussão para o atual posicionamento da mídia no que concerne o cenário neoliberal e suas estratégias de consolidação e proteção do controle da informação. À luz desses aspectos, irei demonstrar que os laços entre capital e mídia produziram um domínio amplo no mercado que lhes permite ditar livremente o que deve ou não deve ser publicado e vetado. Logo, sem um contrapoder para fiscalizar a informação midiática, esses processos iluminaram a sua atividade de *auto-censura*. Ademais, discutirei como o discurso midiático em prol da liberdade de expressão e de imprensa é, de fato, uma falsa assertiva desenvolvida para escamotear as tentativas de combate aos seus privilégios e para ofuscar a noção de que são os impulsos anti-regulatórios e a extensa concentração que violam o direito público à informação e tornaram-se a negação do afluxo de diferentes ideias pelo horizonte social. Neste ponto, embora as empresas de mídia tenham criado várias fontes de informação e veiculação de notícias e entretenimento, elas pertencem a poucos conglomerados, fazendo a sua atividade reverberar uma única e singular voz de poder que asfixia a diversidade saudável na circulação de visões alternativas e compromete a real pluralidade para o exercício da democracia⁵¹.

No clássico *Liberdade de Imprensa* (2007), Karl Marx demonstrou como a censura ia de encontro à libertação humana, impedindo que ideias percorressem o horizonte social, gerassem críticas e a transformação das lutas materiais em lutas intelectuais. Em sua época, os escritos foram direcionados à censura do Estado e à imposição de restrições à circulação de ideias, significando uma agressão contra o reconhecimento legal da liberdade. A censura sufocava o livre pensamento dos cidadãos, tornava a voz do governo a única voz ouvida e era uma voz que não se

⁵¹ Este subcapítulo pretende também realizar um afunilamento da discussão para um contexto mais voltado para o cenário brasileiro, servindo de ponte para o próximo capítulo. Os temas recorrentes, portanto, têm a função de situá-lo na atividade midiática brasileira, mas sem ignorar o fator global.

manifestava a favor dos interesses universais da população⁵². Para ele, a imprensa livre era uma condição necessária para a participação política e para a ampliação da disseminação de ideias, ou seja, para o fortalecimento do povo:

A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o de redimir. A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição da sabedoria. [...] É universal, onipresente, onisciente. É o mundo ideal que flui constantemente do real e transborda dele cada vez mais rico e animado (Marx, 2007, p.60).

Atualmente, é indiscutível e inegável que a liberdade de imprensa seja um direito das sociedades democráticas. Os meios de comunicação precisam ser livres e independentes para poderem informar os indivíduos e dar a oportunidade para os excluídos participarem dos debates da esfera pública. Por outro lado, pelo que foi exposto até o momento, nota-se um quadro distante desse ideal. O que ocorreu foi a libertação dos meios de comunicação dos grilhões que os amarravam ao Estado, mas sua verdadeira liberdade permanece remota enquanto estiverem acorrentados pelo capital. Segundo Fernando Vieira (2019), Karl Marx procurava desmistificar a crença na suposta neutralidade da imprensa e que de forma imparcial relataria as notícias, permitindo aos leitores assumirem opiniões próprias. Pelo contrário, os leitores eram percebidos como potenciais objetos a serem transformados a fim de incorporarem os valores defendidos pela imprensa da classe dominante. Por isso, ela "assume um papel novo: o de reprodutora dos valores hegemônicos que vão erigir um novo consenso" (p.118). Em oposição aos tempos de Karl Marx, quando a censura estatal era promovida pela monarquia, na contemporaneidade, a mídia e suas empresas privadas assumiram o papel de verdadeiros *censores* da informação pública e do espelho de reflexão dos pensamentos universais da população:

esses grupos de comunicação que tanto reivindicam a liberdade de imprensa e se apresentam como os defensores e baluartes da democracia não estão preocupados nem com a verdade, nem com a democracia [...] Eles ficarão do lado dos bancos que despejam quem não paga a hipoteca; das empresas que fazem demissões para melhorar seus lucros; das corporações que destroem o planeta, desde que

⁵² Conforme a passagem: "O governo ouve somente a sua voz; sabe que ouve somente a sua voz; entretanto, tenta convencer-se de que ouve a voz do povo, e exige a mesma coisa do povo. O povo, portanto, cai parcialmente numa superstição política, parcialmente na heregia política, ou isola-se totalmente da vida política, tornando-se uma multidão privada" (Marx, 2007, p. 65).

continuem contratando publicidade. Assim como defenderão os hospitais e universidades privadas, que com certeza colocarão mais anúncios do que os serviços públicos (Serrano, 2013, p.74).

David Harvey (2007) declara que, muitas vezes, a competição resulta em monopólios ou oligopólios, cujas relações de poder tendem, ao longo do tempo, a aumentar ao invés de diminuir, a menos que o Estado intervenha para neutralizá-las. É por isso que, prossegue ele, a presunção neoliberal de informação perfeita e igualdade de condições para competir é ingenuamente utópica e/ou serve para ofuscar deliberadamente os processos que levam à concentração da riqueza. Nessa perspectiva, Dênis de Moraes (2016) demonstra que a preservação do sistema monopólico e as receitas para a sua expansão são partes inerentes do avanço e da lógica neoliberal. A concentração dos processos produtivos em torno de poucos grupos empresariais tem a finalidade de garantir um maior domínio sobre a cadeia de fabricação, de comercialização, de processamento e distribuição de produtos e serviços, ampliando consideravelmente a lucratividade⁵³. Portanto, ao celebrar a vida voltada para o mercado, reforçar o consumismo e a competição acirrada, a mídia opera na reprodução dos domínios monopólicos, da lógica financeira e das hegemonias constituídas (Moraes, 2016). Por este ângulo, trata-se de um poder que seria capaz de invejar os mais tirânicos totalitaristas:

Os processos políticos neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 arrasaram os sistemas públicos de informação, com o apoio da direita e a indiferença da esquerda, a qual, com razão, associava-os aos ditadores anteriores. Soma-se a isso o papel cada vez mais sofisticado e potente que os meios de comunicação adquiriram nas sociedades democráticas, onde a formação da opinião pública é um elemento essencial para o exercício do poder. [...] Diferentemente dos outros três poderes, o poder midiático não tem nenhuma legitimidade democrática. Ninguém vota nele, ninguém o elege (Serrano, 2013, p.72-3).

No cenário do século XXI, em meio a um movimento global de adaptação às novas leis do mercado e à competição acirrada por maiores audiências e mais anunciantes, as empresas de mídia entraram em crise e perderam rentabilidade. Através de fusões, as "menores" foram gradativamente compradas e integradas em grupos maiores, os quais dispunham de recursos para sanar as dívidas pendentes; e muitos desses veículos adquiridos não mais davam lucros e serviam para que as empresas de mídia tivessem um projeto político e ideológico (Ramonet, 2013). É

⁵³ O autor dá exemplo de três transições que sacudiram o *trade* midiático: A Disney, adquirindo a Capital Cities/ABC por US\$19 bilhões, a Westinghouse comprando a CBS por US\$5,4 bilhões e a Time Warner pagando US\$8,5 bilhões pela Turner Broadcasting Corporation (Moraes, 2016).

por isso que, ao contrário do que ocorria anos atrás, como ressalta o autor, o leitor hoje não é mais capaz de identificar claramente a linha política ou o viés político-ideológico de grande parte dos veículos de mídia⁵⁴, pois em seu afã de seduzir o máximo de pessoas (e aumentar sua parcela no mercado), a mídia dispersou a sua identidade política – seus objetivos incluíram a distorção de sua linha editorial e a sedução dos cidadãos⁵⁵ (Ramonet, 2013). Segundo Octavio Ianni (1999), a mídia hegemônica não apenas provocou o deslocamento da política para novos lugares, mas adquiriu a figura do "príncipe eletrônico", passando a atuar como um legítimo intelectual orgânico dos blocos de poder ou classes dominantes, aprofundando sua presença na formação e conformação das mentes e do coração do público⁵⁶:

O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial. É o *intelectual coletivo e orgânico* das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo. [...] O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de "mentes" e "corações", em escala global (Ianni, 1999, p14-7).

Para o autor, o príncipe eletrônico⁵⁷ é o arquiteto da ágora eletrônica e por meio dele, todos os indivíduos são representados, refletidos, defletidos e figurados sem o risco da convivência e da experiência; nele, tudo pode ser espetaculizado de modo a recriar, dissolver, acentuar e transfigurar o que é inquietante, problemático e aflitivo; as diversidades, alteridades e identidades não precisam se desdobrar em desigualdades, tensões e contradições (Ianni, 1999). Nas suas relações diretas com a "democracia eletrônica", enfatiza ele, dissolvem-se as fronteiras entre público e

⁵⁴ À exceção dessa generalização, acredito que ele esteja referindo-se a um "leitor médio", tomado como uma ilustração dos inúmeros consumidores dos grandes veículos de mídia, mas também pela frequência com que muitos meios não deixam transparecer claramente as suas linhas políticas.

⁵⁵ O autor salienta que esse processo é análogo ao de um técnico de uma empresa. Se um diretor é substituído, outro entra no lugar e continua fazendo as mesmas coisas, mantendo a mesma linha editorial. Não há diferenças, dado que as características do produto são idênticas (Ramonet, 2013).

⁵⁶ Para Antonio Gramsci (1982), os intelectuais orgânicos são aqueles vinculados às suas classes originais. No caso da burguesia, são os arautos das relações de produção burguesas, atuando em sua manutenção. Os intelectuais tradicionais são aqueles que permanecem de formações sociais anteriores. Assim, na luta pelo domínio ideológico, os grupos sociais tentam assimilar e conquistar esses intelectuais tradicionais, pois são peças importantes para a manutenção da hegemonia.

⁵⁷ Cabe realçar que o autor não considera o príncipe eletrônico harmonioso, homogêneo ou, menos ainda, monolítico. Ele se encontra atravessado por disputas e divergências (Ianni, 1999).

privado, acarretando na dissolução da política, por meio da qual ele influencia os partidos, a opinião pública, o debate acerca dos problemas da realidade nacional e mundial, as possibilidades dos eleitores, a controvérsia sobre planos alternativos de governo e os movimentos sociais (Ianni, 1999). Assim, como alerta Venício de Lima (2015), essa desqualificação sistemática da política é um processo da mídia, cujo intuito é legitimar-se como mediadora entre a população e o espaço público, convertendo-se na única instituição credenciada para tal mediação:

Ao agirem dessa forma, [as empresas de mídia] também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender (Lima, 2015, p.101).

Nesse sentido, em um sistema democrático, os poderes institucionalizados têm de suportar oposições, ou seja, um *contrapoder*. O Estado possui as oposições políticas feitas pelos partidos, pelas corporações, sindicatos e leis de proteção ao consumidor; a mídia serve de contrapoder ao Executivo, Legislativo e Judiciário; porém, qual o contrapoder da atividade midiática? Para Ignacio Ramonet (2013), a mídia foi confiscada pelo poder econômico-financeiro, fazendo com que deixasse de funcionar como um contrapoder das estruturas e instituições sociais para atuar como um poder complementar de opressão da sociedade:

Costumamos pensar que os meios de comunicação são essenciais à democracia, mas, atualmente, eles geram problemas ao próprio sistema democrático, pois não funcionam de maneira satisfatória para os cidadãos. Isso porque, por um lado, se põem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam e, por outro, as transformações estruturais do jornalismo – tais como a chegada da internet e a aceleração geral da informação – fazem com que os meios sejam cada vez menos fiáveis ou menos úteis à cidadania (Ramonet, 2013, p.53).

Neste panorama, é famoso o texto de Pierre Bourdieu (1973) de que *a opinião pública não existe*. O autor considera precisamente a pesquisa de opinião como uma agregação estatística que serve como um instrumento de ação política, cuja função é impor a ilusão de ser a soma das opiniões individuais, uma opinião unânime, preparada para reforçar e legitimar as relações que a fundamentam. Com isto em mente, segundo Fernando Vieira (2019), não se pode perder o horizonte da mídia enquanto um espaço classista que reproduz os valores de mundo de uma

determinada classe social ou fração de classe. Ela pauta as suas editorias na defesa implacável da propriedade privada e de todo o arcabouço jurídico que sustenta sua manutenção. Em virtude disso, busca construir uma opinião pública que incorpore esses valores e questione os projetos políticos contestatórios. Em outras palavras, ela "passa a produzir discursos cuja análise traduz o projeto de desqualificação e de criminalização dos projetos que lhe são antagônicos" (p.119). O autor, a partir de uma crítica da mídia na representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), evidencia como ela deslegitima todo projeto que questiona a ordem social capitalista:

Buscando sempre afastar do leitor a objetividade do texto, os jornais tornaram-se simulacros da realidade. O mais grave é que diante da constância da manipulação midiática, a própria mídia passou a crer que os simulacros tornavam-se realidade. Na sua ânsia em se apresentar como a porta-voz da única verdade aceita e possível, a mídia perde sua credibilidade e reforça as críticas aos monopólios da informação (Vieira, 2019, p.130).

Para Dênis de Moraes (2016), o sistema midiático possui a capacidade de fixar sentidos e ideologias ao selecionar os conteúdos que devem ser ouvidos e vistos pelo público, segundo os seus próprios critérios. Ele não é neutro; é parcial e defende com unhas e dentes o lado que escolheu, conforme ele aponta. Mesmo que haja respostas e reações divergentes das audiências, são eles que definem os enfoques editoriais, os atores sociais que participam dos noticiários e programas ou que devem ser marginalizados e/ou excluídos e quais as agendas e pautas serão destacadas ou ignoradas:

Os aparatos midiáticos realizam, constantemente, o controle seletivo de informações e opiniões a serem divulgadas. Isso se manifesta no esvaziamento e na interdição de ideias antagônicas, bem como nas descontextualizações e generalizações que dificultam uma compreensão abrangente do público sobre as circunstâncias que envolvem determinados fatos e controvérsias. [...] Procura-se reduzir ao mínimo o espaço de circulação de visões alternativas e contestadoras – mesmo que estas continuem se manifestando, se reelaborando e resistindo, notadamente no âmbito disperso e descentralizado da comunicação em rede (Moraes, 2016, p.113-4).

As concessões públicas no controle da iniciativa privada e o subsequente monopólio e concentração da informação tornam-se privilégios materializados na forma de poder político, erguendo-se contra dois direitos democráticos cruciais: a *isonomia*, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei; e a *isegoria*, o direito à palavra ou o direito de se expressar em público, tendo suas opiniões publicamente

avaliadas (Chauí, 2017). Como visto, a atividade midiática se encontra em uma posição de incompatibilidade com os valores democráticos. Contudo, ela pode ser examinada agora em relação à sua pseudo-liberdade de expressão e de imprensa, visto que se é ela que decide o que será divulgado e o que será vetado, ela passa a exercer o poder de uma espécie de censura, uma *autocensura*⁵⁸ (Serrano, 2013). Portanto, conclui-se que sem nenhum contrapoder para fiscalizar e regulamentar as suas práticas, a informação veiculada fica amplamente comprometida:

A ideia que eu quero passar é de que existe uma nova forma de censura, diferente da tradicional, mas tão eficaz quanto ela: enterrar a verdade com mentiras ou informações inúteis. Se a impunidade dos meios de comunicação lhes permitir mentir sem assumir nenhuma responsabilidade, eles farão isso constantemente, como de fato o fazem, e o cidadão não saberá discernir a verdade da mentira⁵⁹ (Serrano, 2013, p.77-8).

Sob esta perspectiva, Marilena Chauí (2017) afirma que é o conjunto dos ideais neoliberais com a estrutura autoritária brasileira, o alargamento do espaço privado e a ideologia da competência, os responsáveis por bloquear um direito democrático fundamental, *o direito à informação*. Em relação a esta última, ela a define do seguinte modo: "não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro" (p.23). Basicamente, essa ideologia instaura a divisão social e determina de antemão quem detém o direito de falar e quem deve somente ouvir; assim como prefixa os locais e circunstâncias acerca desta permissão e a forma e conteúdo do que deve ser dito e ouvido. Logo, prossegue ela, é desta maneira que a mídia exerce o seu poder, ditando-nos o que devemos pensar, sentir, falar e fazer, além de realizar-se como uma *manipulação e intimidação* social cultural. Isto posto, vale ressaltar os seus processos:

[...] de um lado, [é] a presença cotidiana (explícita ou difusa), em todas as esferas de nossa existência, da competência como forma que confere sentido racional às divisões, assimetrias, desigualdades e hierarquias sociais – em suma, a interiorização da ideologia da competência pela sociedade; e, de outro lado, sua manifestação reiterada e perfeita na estrutura dos meios de comunicação, que, por meio do aparato tecnológico e dos procedimentos de encenação e de

⁵⁸ Para Noam Chomsky e Edward Herman (2002), esta autocensura é conduzida por profissionais e repórteres que estão firmemente ajustados às realidades dos requisitos organizacionais da mídia.

⁵⁹ O autor menciona o fato de que, atualmente, em nenhum país industrializado existe ao menos um meio de comunicação forte e influente, nascido como resultado da organização de um grupo de cidadãos para se expressar publicamente (Serrano, 2013).

persuasão, aparecem com a capacidade mágica de fazer acontecer o mundo⁶⁰ (Chauí, 2017, p.23).

Sem dúvida, em uma saudável democracia, os cidadãos não podem ficar à mercê das empresas de mídia privadas e as suas decisões acerca do que deve ser publicado ou o que não é merecedor de percorrer o horizonte social. Como mostra José Arbex Jr. (2003), a mídia não tem nada a ver com a suposta "liberdade de informação", pois ainda que as suas corporações disputem igualmente o mercado, não é suficiente para garantir a livre circulação de informações, já que a própria concorrência é regulada pelo mercado. Portanto, os compromissos políticos são postos à frente desta concorrência, fazendo com que, não raramente, determinadas notícias jamais sejam divulgadas e outras sejam intensamente fabricadas. Pascual Serrano (2013) é enfático ao mencionar que sob o véu da liberdade de imprensa, a mídia conseguiu instituir um nível gigantesco de impunidade. Pela interpretação distorcida do conceito de liberdade que inverte a lógica dos interesses, é ela que tem se posicionado, historicamente, contra quaisquer atos e investidas que possam eliminar seus privilégios e exercer alguma forma de controle das suas atividades:

A mídia hoje mente constantemente, manipula, insulta e destrói o prestígio e a trajetória de quem cruzar seu caminho. Sua intolerância a qualquer poder legítimo e democrático que ousar tocar seus privilégios é absoluta. Ela investiu duramente contra os governos progressistas latino-americanos que fundaram televisões públicas, concederam canais de TV e emissoras de rádio para os movimentos sociais, aprovaram leis que obrigam a garantir a veracidade dos conteúdos (Serrano, 2013, p.73).

Sobre isso, Perseu Abramo (2016) apontou a manipulação como uma de suas vitais características⁶¹, pela qual o público é posto em contato cotidiano com uma realidade artificialmente criada, que se contradiz e domina a realidade que ele vive e conhece. Esta relação, segundo ele, é parecida com a que existe entre um espelho deformado e um objeto refletido: "a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem: é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real" (p.38). Diante disso, entre os tipos de manipulação citados, separei os dois que melhor exemplificam a

⁶⁰ Para ampliar, a autora afirma que essas distinções têm como fundamento dividir socialmente os detentores de um conhecimento, seja ele científico, técnico, político, religioso, artístico, etc., que podem falar e têm o direito de mandar, e os desprovidos deste saber, que devem ouvir e obedecer (Chauí, 2017).

⁶¹ É importante destacar que para o autor não é todo material que a imprensa manipula, senão seus efeitos seriam autodestrutivos; mas, também não ocorrem raramente, pois igualmente seriam nulos ou insignificantes (Abramo, 2016).

estratégia discutida. O primeiro é o *padrão de ocultação*, referindo-se à ausência dos eventos reais na produção do conteúdo e não se trata de desconhecimento ou mera omissão, mas um silêncio deliberado sobre os fatos ocorridos na realidade. O segundo é o *padrão da inversão*, responsável pelo reordenamento das partes, substituindo umas pelas outras e realizando a troca de lugares e importância (por conta disso, destrói a realidade original para dar gênese à artificial). Entre as principais, estão a inversão da *relevância dos aspectos*, onde o secundário surge como primário e vice-versa, o particular pelo geral, o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo; a *inversão da forma pelo conteúdo*, pela qual o texto passa a ser mais relevante que o próprio fato que ele reproduz, a palavra no lugar da informação, o tempo e espaço da matéria predominam sobre a clareza da explicação; a *inversão da versão pelo fato*, ou seja, o fato não é mais o que importa, mas a versão que se tem dele pelo veículo de imprensa; e a *inversão da opinião pela informação*, quando o veículo permuta a informação pela opinião, fazendo o juízo de valor passar por juízo de realidade⁶² (Abramo, 2016).

Não obstante, entende-se agora os incontáveis esforços da mídia em vetar e proibir quaisquer órgãos de regulação e controle de suas atividades, pois ela não deseja enfrentar um contrapoder público e escudado pelos interesses universais, perceber a disseminação dos fatos no horizonte social sem ter passado pelas lentes de seus interesses particulares ou testemunhar seus privilégios perdendo força no mercado⁶³. Mais concretamente, pode-se concluir então que a atividade midiática gera graves problemas, pois se debruça sobre a produção de *desinformação*. Para Eugênio Bucci (2000), ela não se deve apenas a presença de maus profissionais, mas às práticas das empresas que revelam a falta de compromisso com o direito à informação e a articulação para excluir os cidadãos das decisões tomadas em seu nome. Para incrementar, segundo Marilena Chauí (2017), através da ausência das

⁶² Os outros tipos de manipulação são: o padrão de fragmentação, o padrão da indução e o padrão global ou específico do jornalismo de rádio e TV (Abramo, 2016). Apesar de vivermos em uma época em que não se fala mais em manipulação midiática com o mesmo teor de antigamente, a análise do autor se mantém extremamente sóbria, perspicaz e atenta para os detalhes da construção da informação midiática.

⁶³ Patrícia Carvalho (2012) expõe o caso da aprovação do projeto que proibia publicidade infantil para as crianças nos meios de comunicação, em 2008: uma reportagem d'*O Globo* mostrou o presidente da ABERT, Daniel Slaviero, dizendo que isso inviabilizaria a programação infantil na televisão e que o poder público não podia interferir. Isso jamais aconteceu e as crianças seguem com incontáveis programas. Além disso, outra reportagem, cujo título era "Liberdade de expressão é o pilar da democracia", mostrou o discurso de João Roberto Marinho, vice-presidente das OG, afirmando que o cidadão é tratado com tutela e que não há democracia com tutela. Como se um projeto de lei aprovado na Câmara, ressalta a autora, não fosse parte do processo democrático.

referências espacial e temporal as notícias impedem os indivíduos de localizá-las histórica, social e geograficamente e, com isso, o mundo real desaparece em meio à saturação de informações e, no final, nada ficamos sabendo apesar da ilusão de termos sido informados:

É este o significado profundo e preciso da ausência de referenciais concretos de lugar e tempo – ou seja, das condições materiais, econômicas, sociais, políticas, históricas dos acontecimentos. Em outras palavras, essa ausência não é uma falha ou um defeito dos noticiários, e sim um procedimento deliberado de controle social, político e cultural (Chauí, 2017, p.27).

Nessa direção, sendo ditado pelo mercado, o modelo de negócios e gestão da mídia apresenta pouca heterogeneidade, uma vez que nenhum veículo deseja ficar para trás e ser engolido pelos rivais na competição acirrada por mais lucros. Isto acaba engendrando uma poderosa reprodução do senso comum. Conforme Sylvia Moretzsohn (2003), é através desta relação que a mídia esconde seu papel decisivo na fabricação de consensos; sem uma ação fundamentada para lidar com os seus sentidos conservadores a fim de transformá-lo, a tendência é que os vícios apreendidos no convívio diário com a transmissão de informação sejam repetidos (sobretudo, pela similaridade com que as empresas conduzem os seus negócios). Diante disso, é preciso frisar a urgência da pluralidade para o resgate dos valores reais de uma sociedade:

O pluralismo consiste no respeito à variedade, isto é, a uma multiplicidade de opiniões, ideias, formas de pensar, comportamentos, interesses de grupo etc. Significa, sem dúvida, um pronunciamento efetivo a favor da tolerância pelas diferentes ideias, opiniões, doutrinas e ideologias políticas que as pessoas defendem e uma garantia de que estas poderão se expressar livremente através dos mecanismos institucionais estabelecidos pela democracia, dentre quais devemos destacar a liberdade de comunicar a outros o pensamento próprio e de poder associar-se em torno das correntes que a cada um melhor representem (Martínez, 2008, p.15).

Como relembra Ignacio Ramonet (2013), para a maioria das pessoas, uma informação se torna verdadeira quando todos os meios de comunicação afirmam a mesma coisa; isto é, se o rádio, a televisão e a internet estão divulgando o mesmo assunto, o público tende a aceitá-lo, pois de maneira intuitiva, a repetição serve como prova de veracidade. Para esta tese, não me refiro às questões de impacto irrisório, às notícias do cotidiano ou os assuntos inofensivos. Para estes, é normal que existam pontos de vista diferenciados, parecidos ou opostos, inclusive, pelas

múltiplas reações desencadeadas nos consumidores. O ponto nevrálgico é o de que mais importante do que a quantidade de veículos midiáticos, é a identificação com a diversidade e a variedade na expressão de pensamentos e visões (Martínez, 2008). Em outros termos, a imensa afluência de empresas midiáticas (na posse de poucos grupos), embora demonstrem pluralidade sob o escopo da quantidade, não espelham a *diversidade* nos seus conteúdos (e menos ainda se forem antagônicos aos seus objetivos neoliberais e particulares):

Diversidade pressupõe revitalizar manifestações do contraditório, confrontar pontos de vista e estimular trocas horizontais entre as culturas de povos, cidades e países. Diversidade se assegura, principalmente, com políticas públicas que valorizem a comunicação como direito humano e contribuam para deter a oligopolização da produção simbólica, a começar por mecanismos democráticos de regulação, de universalização de acessos, de proteção do patrimônio cultural intangível, de usos educativos e comunitários das tecnologias. Diversidade não se esgota nos acréscimos de opções de consumo que, via de regra, impõem ambições mercantis sobre as aspirações sociais por livre expressão e pluralidade. Diversidade só se alcança com o fortalecimento das vozes da cidadania, das dinâmicas participativas e múltiplas práticas culturais e interculturais (Moraes, 2013, p.48-9).

Nesta lógica, a falsa aparência de pluralidade é reforçada pela mídia como um meio de defender suas práticas como democráticas, deturpando o fato de que não há uma vasta variação de ideias e o que se vê são somente repetições de uma mesma visão de mundo galgada pelo poder do capital e impulsionada à exaustão para distorcer a sua essência singular. Segundo Dênis de Moraes (2016), a falta de pluralidade afeta a cidadania, pois acarreta em consequências perversas, como o esvaziamento das reivindicações comunitárias nos noticiários, a criminalização de movimentos sociais e a exclusão de diferentes pontos de vista. Para Jessé Souza (2016), a transmissão de informações tem de ser plural (e diversa) para que todos os indivíduos possam avaliar as opiniões alternativas e realizar os seus próprios julgamentos, pois sem isso, o voto não é consciente. Logo, da mesma maneira que não se pode considerar uma democracia sem uma mídia independente do poder do Estado, por que o equivalente não é aplicado para uma mídia que é inteiramente dependente do poder corporativo, algemada pelo capital e que não provê as bases informativas para uma saudável prática democrática?

No que tange este assunto, Pascual Serrano (2013) afirma que a verdadeira independência surgirá de uma mídia pública e comunitária com a reivindicação da participação estatal sob um papel fundado nos interesses universais. Além disso, é

válido lembrar que nos últimos anos têm ocorrido movimentos de contestação da mídia, os quais estão reavivando as críticas aos seus modos de operação e ao controle da informação. Entre as suas exigências, incluem-se as discussões acerca da proposição de medidas alternativas à concentração e à monopolização, incluir a participação estatal na reestruturação das atividades arrasadas pelo neoliberalismo e a plena regulação dos fluxos globais de dados, sons e imagens (Moraes, 2016). As investidas da esquerda em prol do direito à informação, apesar de terem feito surtir pequenos efeitos e demonstrado avanços, têm esbarrado nos obstáculos do senso comum, onde habitam os argumentos da mídia e a sua defesa dos interesses corporativos. Por conseguinte, é de suma importância a circulação desses debates para que eles possam adentrar o horizonte social, informar os cidadãos a respeito dos objetivos de cada lado e iluminar o caminho para um sistema de comunicação plural, diverso, alternativo e democrático, como desejava o relatório MacBride, despoluindo os vestígios tóxicos causados pelo capital e pela ofensiva neoliberal em sua força mais moderna e evidente. Assim, tendo iniciado o capítulo com uma exposição do neoliberalismo, finalizo com uma citação que busca ressaltar o dever da população no combate à mídia corporativa antidemocrática e na derradeira luta para impedir a vitória de seus interesses particulares:

A vitória neoliberal não seria completa se o vencido não estivesse convicto, não estivesse feliz de ter sido vencido. Ele não deve nem mesmo perceber que foi vencido, deve pensar que está participando da vitória de seu adversário, não percebendo a si mesmo como vítima. No geral, a missão dos meios de comunicação é a de domesticar as sociedades – ou, em outras palavras, a de "levá-las pelo bom caminho" –, mas os cidadãos estão percebendo que as benesses do poder midiático não passam de dissimulação e, assim, aceitando-o cada vez menos (Ramonet, 2013, p.64).

Neste subcapítulo, aponteí como a mídia, inserida nas relações do capital, tornou-se uma força de amplo domínio sobre a informação. Posto que a junção de uma grande quantidade de empresas em poucos conglomerados foi resultado das enormes perdas de rentabilidade, como estratégia para sobrevivência, a mídia teve de dispersar a sua identidade política para atrair mais público e anunciantes e, com isso, reforçou a sua dinâmica: reproduzir os domínios monopólicos, o consumo e a lógica financeira. Além disso, observou-se que a instituição midiática não possui um contrapoder para regular e fiscalizar seus conteúdos e, uma vez que ela detém o controle do que é publicado e vetado, essa auto-censura a tornou incompatível

com as práticas democráticas. Por último, busquei discutir a sua falsa aparência de pluralismo, gerando a impressão de ser uma força a favor da democracia; porém, como não há diversidade nos seus conteúdos, os veículos midiáticos acabam por reproduzir a singular voz de poder do capital, silenciando a oposição e sufocando a saudável multiplicidade de vozes vital para um pleno sistema democrático.

Para concluir, neste capítulo, iniciei abordando a ofensiva neoliberal como uma teoria econômica e política que propõe um bem-estar universal por meio da imposição de liberdades individuais dentro de uma estrutura social que serve para ampliar o livre mercado dentro de um quadro de restauração dos privilégios das classes dominantes. Em seguida, busquei mostrar como os interesses particulares dos capitalistas divergem dos interesses universais da classe trabalhadora e como a instituição midiática atua na inversão desses interesses, inserindo o discurso neoliberal nos seus conteúdos como um fenômeno auto-evidente, natural e óbvio. A partir dessas discussões, exibi as teorias de que para a sociedade funcionar plenamente era essencial uma organização independente liderada por uma elite intelectual e abordei a atividade midiática como estratégia para se retirar o "risco da democracia", até aportar no modelo de propaganda e os cinco filtros do poder econômico-financeiro que criam barreiras na produção das notícias, marginalizam a dissidência e permitem que o governo e os interesses das classes dominantes cheguem ao público como "interesses universais". Na última parte, dediquei a apontar como a mídia converteu-se num amplo poder antidemocrático, escudado pelas falsas assertivas de liberdade de imprensa e expressão para ocultar a sua autocensura e o seu caráter ilusório de instituição que promove a pluralidade e a diversidade de ideias. Por fim, a mídia como a consolidação da dominação e da submissão voluntária e não-coercitiva concerne aos processos que irradiam de suas práticas e sustentam e justificam as imagens de uma ordem social injusta e desigual, resultante das relações capitalistas, além de contribuir para que os interesses universais não sejam difundidos, percebidos, aceitos e discutidos de tal forma que passem a ocupar as esferas públicas de debate.



3. O Contexto das Relações Político-Midiáticas do Brasil

"Ressurge a Democracia". Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições (O Globo, 1964).

No dia 2 de abril de 1964, Odair, trabalhador assalariado, casado, pai de família, ensino médio completo, acordou cedo para comemorar o evento histórico caracterizado pela ascensão do governo ditatorial. Ao sair de casa, correu para a banca de jornal para ver se a edição d'*O Globo* estaria em circulação. Ávido pelas notícias, as suas mãos tremiam quando pousou os olhos sobre o texto e avistou o título que anunciava uma nova era no país: "Ressurge a Democracia". Perscrutou com bastante atenção aquelas letras miúdas, reproduzidas, em parte, na epígrafe acima, sentiu imediatamente as palmas das mãos suarem e o seu coração pulsar de alegria. Emocionado e acreditando ter se livrado do mal vermelho que perseguia a todos, tampouco percebeu a incoerência e a farsa contida naquelas páginas, afinal, como podia ter ressurgido a democracia se vinte e quatro horas antes os militares haviam fechado a redação e impedido a edição anterior do veículo jornalístico que estava justamente divulgando aquelas informações¹?

Neste parágrafo introdutório, Odair não é uma pessoa real. Aliás, talvez até tenha sido, de fato, alguém que experimentou esse momento histórico da mesma forma e a menção de seu nome seja uma grande coincidência, pois o Odair desta introdução foi elaborado para servir como referencial simbólico dos trabalhadores, da visão política e dos sentimentos da época. Assim, se este Odair nunca existiu *per se* enquanto uma pessoa real, ao menos, é sabido que existiram vários Odaires, os "patriotas unidos", advindos de todas as regiões do país, de ambos os sexos, de várias idades, etnias, religiões e orientações sexuais, cujas opiniões juntaram-se às vozes das oligarquias rurais, dos setores conservadores, da burguesia industrial, da classe média, dos pequenos comerciantes e dos meios de comunicação para ecoar um apoio unívoco ao regime nos dias sombrios que iriam suceder o golpe militar.

¹ Conforme o editorial: "Em 31 de março de 1964, a porta principal de O GLOBO, na Rua Irineu Marinho, foi interditada por militares, que tinham ordem do governo de impedir que o jornal fosse impresso: no dia 1º de abril, não houve edição". A data é 2 de abril. Segundo *O Globo*. Disponível em: <https://glo.bo/3gRoDy7>.

No contexto da época, o país enfrentava uma polaridade em torno de um sentimento falso, construído, ideológico. Era um medo daquele comunismo "em potencial", que jamais adquiriu força suficiente para ser uma ameaça significativa. Era um comunismo mais vivo e materializado nos pesadelos das elites políticas e econômicas do que na mente dos intelectuais de oposição; um comunismo que gerava pânico pela contemplação, não do que poderia acontecer à nação se caísse nas mãos dos "inimigos", mas por ver seus direitos e regalias escoando pelo ralo. Conforme René Dreifuss (1981) apontou, a elite orgânica atacava o comunismo, o socialismo, as oligarquias rurais, a corrupção do populismo e entre os principais argumentos estava o de que a prosperidade da nação e a substantiva melhoria dos padrões de vida deviam-se à iniciativa privada e não à intervenção do Estado na economia ou aos métodos socialistas. Como realça Nelson Werneck Sodré (1978), para a burguesia, não importava a ditadura, o policialismo e o governo de força se lhe fosse permitido lucrar à custa do salário.

Nesse sentido, a mídia brasileira jamais aceitou a ideia de ver um governo reformista no poder². Por isso, ela trabalhou duro para deturpar as suas condutas e transformá-las em algo danoso à nação enquanto buscava apresentar os próprios interesses como benéficos e necessários à manutenção da ordem. Essa doutrinação visava infundir ou fortalecer atitudes e visões à direita do espectro sociopolítico, estabelecer percepções negativas sobre o conjunto popular nacional-reformista e unir o emergente bloco de poder com um programa de modernização econômica e conservadorismo sociopolítico (Dreifuss, 1981). Para tanto, a mídia participou na edificação de uma realidade de pavor, articulando a alucinação anti-comunista em um cenário que servia de mecanismo de controle e de mobilização da população. Octavio Ianni (1984) assinala que, sob a ditadura militar, a sociedade expressava a predominância dos interesses da burguesia: a consolidação do regime fora o ápice da dimensão mais visível de um bloco de poder posto em funcionamento a fim de servir à acumulação capitalista e garantir a segurança e a ordem no intuito de criar um ambiente onde as elites dominantes pudessem obter os resultados econômicos do desenvolvimento e do progresso.

² Para José Emiliano (2015), tudo foi feito de comum acordo. O autor cita Thomas Skidmore, para quem a maior parte da mídia brasileira comemorou o golpe de 1964: *Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo*, além de uma cadeia de revistas, jornais e emissoras de rádio dos *Diários Associados*.

Em nossa história, houve muitos momentos evidentes da relação intrínseca entre a mídia e a política. Uma simples busca nos livros é mais do que suficiente para descobrir falhas e insidiosas participações de figuras embriagadas pelo poder, cujas decisões contribuíram para formar as bases de um sistema de radiodifusão amplamente dominado pelos interesses privados. Assim, de início, uma questão importante ao se correlacionar a mídia com o modo de produção capitalista, deve-se à sua dupla posição: como empresas ou grupos corporativos, não há nada que os difira de outros oligopólios ou monopólios encontrados nas esferas comerciais; o ponto-chave é que dentro do sistema de comunicação, eles carregam a influência de um papel ideológico, que pode adquirir extrema relevância numa situação onde os outros têm poder de penetração limitado (Bolaño, 2004).

Dentro desta perspectiva, o regime de distribuição de concessões instalado desde os primórdios de nossa radiodifusão deu vazão a hábitos ilícitos que até os dias atuais se mantêm como um instrumento de barganha política, sustentando as relações promíscuas entre empresas privadas, figuras políticas e o poder estatal. Impelido pela ditadura militar, o grande desequilíbrio no sistema de comunicação brasileiro ocorre por uma das maiores concentrações midiáticas do planeta e pela ausência de regulação, fiscalização e controle na veiculação dos seu conteúdos. Em virtude disso, posto que os cidadãos têm o poder (e os direitos) sobre as suas transmissões radiofônicas através da escolha de seus candidatos, é preciso tornar evidente essa responsabilidade, pois sairão das decisões dessas figuras políticas a aprovação das empresas que terão o *privilégio* de usufruir do espectro radiofônico brasileiro e fornecer informações para a população. Ademais, cumpre ressaltar o dever dos cidadãos de checar se as empresas de comunicação estão exercendo este privilégio em nome dos interesses universais e se não estão produzindo conteúdos que nos afastam da democratização na comunicação.

Tendo isso em vista, é inegável que não se pode discutir a mídia brasileira sem se considerar a influência da Rede Globo de Televisão³ na política nacional. Com significativo apoio do regime militar, ela tornou-se um dos maiores e mais lucrativos grupos de mídia de todo o mundo. Sua extensa história carrega traços polêmicos, obscuros e problemáticos e divide opiniões entre os pesquisadores: os

³ Considerando que a Rede Globo de Televisão passou a fazer parte do Grupo Globo em 2020, a fim de facilitar às alusões à empresa, optei por chamá-la de Rede Globo, uma vez que a maioria dos assuntos referem-se à emissora de televisão.

livros jornalísticos narram os eventos sobre o seu proprietário, Roberto Marinho, enfatizando as suas habilidades para os negócios, as suas relações com a família, empregados e os amigos próximos e a sua importância na comunicação brasileira; por outro lado, muitos autores acadêmicos (expostos neste capítulo) relatam uma série de ocorrências que comprovam as condutas ilícitas e o seu papel de principal agente a impulsionar os interesses privados no setor da radiodifusão brasileira, em detrimento de expectativas mais informativas e democráticas para seus cidadãos. Isto sem mencionar as inúmeras intervenções políticas, ilegalidades planejadas e o excessivo descaso com o poder público, rendendo às atividades da empresa o título de *gangsterismo*, segundo Daniel Herz (1988).

Tecidas essas considerações e retomando o simbólico Odair da introdução, deve-se interrogar: como vozes dessemelhantes, experiências materiais distintas e biografias de vida tão opostas e contraditórias puderam se agrupar sobre um eixo unívoco de apoio ao regime militar, um governo que demonstrava evidentes sinais de destruição das práticas democráticas? Como puderam apoiar e permitir a ampla retirada da liberdade e dos direitos dos cidadãos? De que maneiras se fez possível agrupar do mesmo lado das trincheiras sociais, os pobres e trabalhadores da classe média com os empresários e capitalistas mais ricos do país? Qual a relação desse evento com o campo da radiodifusão brasileira? Como entender a participação e a influência da Rede Globo na política e nas práticas democráticas? Quais as bases da dominação burguesa no Brasil e as suas relações com o neoliberalismo?

É no intuito de obter essas respostas que este capítulo tem por objetivo discutir o contexto político e midiático do Brasil. No primeiro subcapítulo, exibo um breve histórico da radiodifusão brasileira sobre as leis, decretos e projetos de emenda constitucional que avançaram a legislação da comunicação, para depois passar ao exame de como os processos ilegais de barganhas políticas em troca de favores firmaram a grande concentração midiática no país e causaram o profundo vazio regulatório que impede a plena democratização do setor ao contribuir para impedir a aprovação de leis de regulamentação e controle. No segundo, exponho o histórico da Rede Globo, cuja trajetória corporativa é de suma relevância para iluminar as múltiplas relações promíscuas entre a empresa de mídia e a política nacional; ademais, pela análise dos escândalos perpetrados pela emissora, será possível compreender a sua participação estratégica e ideológica na política. No terceiro, discuto os aspectos marcantes que consolidaram a revolução burguesa no

Brasil, passando pela conjuntura do regime militar e da ofensiva neoliberal para entender as relações de dominação no país. Por fim, visto que a ascensão social é assunto de relevância na mídia, adiciono uma explicitação em torno da situação da classe média no novo milênio, buscando relacioná-la dentro do quadro geral da nociva crença no ideal meritocrático.

3.1 A Concentração Midiática e a Desregulamentação da Radiodifusão

Somos um país que nunca teve medidas legais eficazes que impedissem a propriedade cruzada e a concentração na mídia. Por isso, quando se trata da radiodifusão e da imprensa, na verdade, nos antecipamos à tendência de concentração da propriedade manifesta pela chamada "globalização" [...] Esse quadro gerou um fenômeno de concentração sem paralelo. Somos o paraíso da radiodifusão "desregulamentada", submetida apenas às regras e às deformações do mercado (Lima, 2006, p.112-3).

Segundo a Constituição Brasileira, uma emissora de televisão ou rádio só pode existir em território nacional se obtiver uma concessão pública. Isto significa que o Estado tem a responsabilidade de explorar o espectro radiofônico mediante a distribuição de concessões e administrar os serviços que compõem o sistema de comunicação brasileiro⁴. Logo, não há donos dos meios de comunicação no país, apenas detentores de concessões públicas, distribuídas às empresas privadas para a exploração temporária de dez anos, para o rádio e quinze anos para as emissoras de televisão. Disso, nota-se que, no papel, a legislação tem ímpetos democráticos, com o Estado exercendo o controle das outorgas da radiodifusão. Entretanto, ao observarmos nossa história, percebe-se que o setor da comunicação foi dominado por poucos grupos empresariais que, através de relações promíscuas com o poder político, implantaram um gigantesco monopólio privado-comercial, sufocando as condições vitais para um sistema democrático: uma mídia plural e independente.

Esta oposição persevera até os dias atuais. Os empresários de mídia não se veem como concessionários com responsabilidades públicas de informação, mas como proprietários que julgam ter o direito de fazer com as suas emissoras o que lhes aprouver. E desta forma, ocorre a batalha pelo nosso espectro radiofônico: de um lado, um controle estatal para definir aqueles que têm o direito de explorá-lo e com leis desenvolvidas cuidadosamente para garantir uma renovação "eterna" das outorgas; do outro, a iniciativa privada, utilizando todo o seu poderio informativo

⁴ Segundo o *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://bit.ly/3hv8Io8>.

para acusar de censura todas as formas de regulamentação e controle propostas em âmbito legislativo. No centro desse embate, a sociedade civil, passiva e ignorante acerca das leis, normas e decretos⁵ que impedem a plena democratização do setor e contribuem para assentar uma das maiores concentrações midiáticas do planeta.

Para entender as pilastras de sustentação deste promíscuo cenário, é válido partir do começo. Conforme explica Murilo Ramos (2000), a difusão de sinais de áudio e imagens pelo ar tem sido tradicionalmente chamada de *radiodifusão*. O termo foi pela primeira vez mencionado em um instrumento normativo do então governo de Getúlio Vargas, através do Decreto 20.047, de 27 de maio de 1931, no qual estavam expressas as condições para a concessão de serviços radiofônicos e as respectivas exigências técnicas a serem obedecidas pelos concessionários⁶. Foi neste decreto que consagrou-se a radiodifusão como um bem público. Em 1932, é editado o Decreto 21.111, o Regulamento para a Execução dos Serviços de Rádio-Comunicação na tentativa de regular o anterior. Contudo, um instrumento jurídico não pode disciplinar outro de mesmo nível hierárquico, como assinalou Paulino Motter (2019), então, os especialistas consideram o precedente como a primeira consolidação das normas sobre a radiodifusão brasileira.

Na Constituição de 1946, mais um passo foi dado para o estabelecimento definitivo do setor. O artigo 5º, inciso XII, expressa que compete à União explorar os serviços de telégrafos, radiocomunicação ou de radiodifusão, diretamente ou mediante autorização (permissão) ou concessão⁷. Esses dois tipos de licença para exploração dos serviços públicos podem ser definidos como:

A outorga de "concessão" é prerrogativa exclusiva do presidente da República, sendo o instrumento para autorizar a exploração da radiodifusão em caráter nacional e regional (rádio AM e TV). A outorga de "permissão" é competência do ministro das Comunicações, referindo-se à radiodifusão de caráter local (FM). Tanto a permissão como a concessão podem ser transferidas direta ou indiretamente. A primeira se dá quando a licença é vendida de uma pessoa jurídica para outra. A segunda, quando as cotas ou ações representativas do capital social são transferidas de um grupo de acionistas ou cotistas para outro, que assume assim o controle da sociedade (Motter, 2019, p.171).

⁵ Em levantamento da Fundação Perseu Abramo, cerca de 70% dos brasileiros não sabem que os canais de televisão aberta pertencem ao Estado e 60% acreditam que as emissoras são privadas como qualquer outro negócio. Segundo o *Rede Brasil Atual*. Disponível em: <https://bit.ly/36kbafr>.

⁶ Segundo o *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://bit.ly/3iczvWw>.

⁷ Segundo o *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://bit.ly/3pOEEZd>.

Quatro anos depois, inaugurava a primeira emissora de televisão. Marialva Barbosa (2010) destaca o evento de quando técnicos dos Estados Unidos vieram para a instalação dos equipamentos no estúdio e um deles teria notificado a completa ausência de televisores no território nacional, o que obviamente iria anular o empreendimento. Para resolver a situação, Assis Chateaubriand, magnata da comunicação na época e proprietário dos *Diários Associados*, contrabandeou duzentos aparelhos, distribuindo-os por bares e lojas de São Paulo. Graças a isso, em 18 de setembro de 1950, a *TV Tupi Difusora* de São Paulo realizava a primeira emissão da televisão brasileira, mesmo para um escasso público paulista. Durante o evento de inauguração, Chateaubriand destacou o patrocínio de quatro empresas nacionais⁸, cujos recursos foram essenciais para a realização do negócio; afinal, a venda do espaço publicitário tinha de ser justificada (Barbosa, 2010). Isto posto, não chega a ser uma surpresa que somente por conta desse forte apoio comercial fora possível a sua implementação. O fato idílico neste marco histórico é o de que a nossa televisão e suas bases gerais de instalação já nasciam *descumprindo a lei*.

Durante as três décadas que o Decreto 21.111 vigorou, a radiodifusão teve um período de forte expansão, adquirindo maior importância política, econômica, social e cultural, o que estimulou o governo a manter um grande controle do setor (Motter, 2019). Mais tarde, em 27 de agosto de 1962, o poder Legislativo aprovou a Lei 4.117, posteriormente regulamentada pelo Decreto 52.026 de 1963, criando a norma institucional conhecida como o *Código Brasileiro de Telecomunicações*. César Bolaño (2010) busca esclarecer que a sua instituição representou o ápice de um complexo processo de lutas e negociações acerca das emissoras de rádio desde os anos 1920 (posteriormente, englobando a televisão), cujos embates separaram-se em aqueles que defendiam sua função educativa e cultural e os que sustentavam o seu lado comercial. Além disso, o Código dava continuidade à competência da União para o serviço de radiodifusão e tornava as outorgas uma prerrogativa do Presidente da República, depois de ouvido o CONTEL (Capparelli, 1982).

Nesse período, houve um episódio de enorme importância para o futuro da comunicação. Conforme relata Paulino Motter (2019), o presidente João Goulart fizera 52 vetos no texto que lhe fora encaminhado depois da aprovação, os quais atingiam mais diretamente o setor da radiodifusão e retirava as garantias para a

⁸ Foram elas: a Companhia Antarctica Paulista, o grupo Sul América Seguros, o Moinho Santista e a Organização Francisco Pignatari, fabricante da prata Wolff (Barbosa, 2010).

exploração privada desses serviços. A reação por parte dos empresários de mídia desencadeou uma mobilização nacional para pressionar o Congresso a derrubar os vetos. Genira Chagas (2011) assinala como possíveis motivos principais para os vetos, o conturbado momento político nacional, a alta inflação, a desconfiança do empresariado com a capacidade de governança de João Goulart, a forte oposição do Congresso Nacional e dos demais setores da imprensa, a dificuldade na política externa, etc. Portanto, não foi à toa que em meio a esse cabo de guerra político, surgiu uma entidade para defender os interesses dos proprietários de mídia junto ao governo, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que assumiria um papel relevante nos anos seguintes e na futura constituinte. Mas já nessa época, com a sua recém adquirida influência, todos os vetos do presidente foram derrubados, restaurando-se o texto para sua forma anterior (Motter, 2019).

Na Constituição de 1967, poucas foram as mudanças. A União continuava a explorar os serviços por meio de autorização e concessão, mas dessa vez, eles foram resumidos para "serviços de telecomunicações" (passando a englobar as leis de telefonia⁹). Nesse mesmo ano e como parte do Decreto-Lei nº 200, criou-se o Ministério das Comunicações, o qual passou a absorver as funções do CONTEL e assumiu a coordenação das políticas voltadas para o desenvolvimento do sistema nacional de comunicação. Com isso, duas pessoas, o presidente da República e o ministro das Comunicações, passavam a decidir de forma centralizada a quem eles concederiam as emissoras de rádio e televisão (Motter, 2019). Depois, o governo militar promulgou o Decreto-Lei nº 236, tornando o Código bem mais autoritário, impondo penalidades para abusos na radiodifusão, restringindo a propriedade das emissoras e eliminando as possibilidades dos estrangeiros de participarem como donos ou diretores de empresas de comunicação no país¹⁰ (Jambeiro, 2000). Logo, o que poderia parecer um avanço positivo, na realidade, pouco a pouco, veria as concessões tornando-se um instrumento privilegiado de integração nacional:

Neste aspecto, este serviço público vai se concentrar nas mãos de pessoas e grupos identificados com os objetivos do Governo pós-64. Por um lado, monopoliza as emissões nas mãos de uma ideologia unitária e não representativa

⁹ Art. 8º, XV – Compete à União: "explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão: a) os serviços de telecomunicações;". Segundo o *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://bit.ly/3HZmzh7>.

¹⁰ Para Sérgio Capparelli (1982), o rigor para com esse capital estrangeiro deveu-se à experiência do Grupo Globo com a injeção do capital imperialista norte-americano feita pelo grupo Time-Life, os quais serão abordados no próximo subcapítulo.

em termos de um pluralismo ideológico (o que é uma espécie de censura a largos setores da sociedade) e, por outro lado, poupa a ação censória futura, além de preparar caminho para a procura de um consenso em torno do governo, pela propaganda política (Capparelli, 1982, 165).

Cumprir destacar que durante a ditadura, muitas concessões e autorizações foram aprovadas pelos presidentes, que selecionavam os candidatos entre aqueles previamente "aprovados" pelo Ministério das Comunicações. Assentado sobre um viciado e ilegal processo de trocas de favor e barganhas políticas, o regime militar deixou um penoso legado para o nosso sistema de comunicação, dando margem às dificuldades sistêmicas na implantação de uma mídia plural e diversificada. Como relembra Daniel Herz (1988), as distorções na distribuição de concessões para fins políticos e econômicos foram consequências da política adotada pelos governos militares e, posteriormente, na Nova República, os quais reduziram esse serviço público a uma atividade privado-comercial, mesmo sem uma lógica comercial que a orientasse (Herz, 1988). Um exemplo foram as diretrizes fixadas pelo presidente Figueiredo para o setor da radiodifusão, que podem ser conferidas na edição d'*O Globo* de 28 de março de 1979, na qual fica evidente a sua disposição em apoiar o fortalecimento do sistema privado e a formação de redes nacionais para visar a integração nacional (Motter, 2019). Especialmente, a quarta diretriz informa que:

4. A radiodifusão é atividade eminentemente privada, reservada no País exclusivamente a brasileiros. O papel do Estado terá caráter meramente supletivo e dirigido a objetivos específicos; 4.1 A concessão de canais de radiodifusão levará em conta, além dos critérios técnicos e legais pertinentes, a viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos; 4.2 A formação de redes nacionais será estimulada, especialmente no campo da televisão, como meio de apoiar a meta de integração nacional e de assegurar a estabilidade econômico-financeira dos empreendimentos, dentro de um regime competitivo e equilibrado; 4.3 A interiorização da televisão será incentivada pelo uso extensivo da infraestrutura do sistema nacional de telecomunicações (*O Globo*¹¹, 1979, p.10).

Daniel Herz (1988) assevera que mais de setecentas concessões de rádio e televisão foram feitas pelo general Figueiredo a políticos malufistas e seus amigos pessoais (mais de um terço do total das emissoras existentes, até então, no Brasil). Além disso, ele aponta que a política de radiodifusão expressa nessas diretrizes do presidente Figueiredo nada mais é do que o modo de produção de televisão que se tornou viável por imposição das Organizações Globo. Para Paulino Motter (2019), chamava a atenção o ritmo dos processos de outorga, chegando ao cúmulo de se

¹¹ Segundo *O Globo*. Disponível em: <https://glo.bo/3u3T7BN>.

conhecer o vencedor de uma concessão apenas um dia após o encerramento do prazo, "o que dá uma ideia exata do 'exame criterioso' a que eram submetidos os candidatos" (p.185). Esse ritmo frenético de autorização de concessões públicas através de barganhas políticas ocasionou o surgimento de um novo fenômeno no governo Figueiredo:

[...] ao privilegiar os políticos na outorga de concessões e permissões para exploração de canais de rádio e televisão, deu enorme impulso ao surgimento de um novo fenômeno, o "coronelismo eletrônico" [...]. Aproveitando a intimidade com o poder, os políticos lançaram-se gananciosamente na disputa por emissoras de rádio e TV. Na maioria dos estados, surgiram verdadeiros "latifúndios eletrônicos", controlados pelos principais grupos políticos locais (Motter, 2019, p.189-90).

Cabe salientar que na transição política¹², iniciada no governo de Ernesto Geisel e pelo movimento das Diretas Já, em 1984, preparava-se o terreno para a nova fase política. Após o falecimento de Tancredo Neves às vésperas da posse, José Sarney assumiu a presidência para carimbar de vez o nefasto rumo dos meios de comunicação, repetindo as mesmas práticas da ditadura, porém, provando que se podia ser ainda mais inescrupuloso na política. Em junho de 1985, o ministro Antônio Carlos Magalhães encaminhou ao presidente um projeto para alterações no setor. Entre as mudanças, a principal foi a de estender o prazo de carência para autorização de transferência de concessão ou permissão, passando de dois para cinco anos, a partir da data de outorga das licenças (Motter, 2019). Com isso, foi editado o Decreto 91.837, de 25 de outubro de 1985¹³, que falhou em proibir a compra/venda de concessões, não passando de um decreto com poucas alterações nos procedimentos burocráticos para a liberação das outorgas:

Uma leitura atenta revela que as mudanças introduzidas foram mais de forma do que de conteúdo, preservando a prerrogativa do Executivo decidir por "ato de livre escolha" a quem dar as concessões de emissoras de rádio e televisão. Ao fazer essa escolha, a autoridade levará em consideração critérios suficientemente genéricos, muitos deles fundamentados em compromissos referentes aos prazos de instalação da estação e à sua programação, o que só poderá ser verificado posteriormente ao ato de outorga. Portanto, essas modificações não afetaram a essência do sistema, conservando um modelo regulatório que faz com que as

¹² Optei por exemplificar apenas os presidentes que mais se destacaram pelo uso dessas práticas durante o período da ditadura militar e na Nova República, visto que eles, basicamente, seguiam as mesmas diretrizes. Para uma extensa discussão do tema, conferir Sérgio Capparelli (1982), Daniel Herz (1988), Othon Jambeiro (2000) e Paulino Motter (2019).

¹³ Segundo o *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://bit.ly/3JBgAkB>.

concessões de radiodifusão sejam decididas com base em injunções políticas, preferências pessoais e pressões de grupos econômicos (Motter, 2019, p.206).

Neste momento, cumpre realçar que o governo Sarney representou o maior escândalo quanto à distribuição generalizada de outorgas públicas para emissoras de rádio e televisão na história do país, influenciando as decisões tomadas acerca da Constituinte. Esse episódio antidemocrático consistiu em usar as licenças como moeda política para a compra de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para presidente, totalizando 418 concessões que foram deixadas nas mãos de prefeitos, governadores, ex-parlamentares, parentes e sócios, ou seja, cerca de 40% de todas as concessões cedidas até 1993¹⁴ (Jambeiro, 2000). Como Paulino Motter (2019) demonstra, os números são ainda maiores se for considerado todo o período até a nova Constituição (1.028 emissoras), atropelando os seus antecessores e definindo um recorde absoluto. O Minicom fora transformado em uma verdadeira fábrica de concessões¹⁵, prossegue o autor, e por se tratar de uma mercadoria escassa, para atender à alta demanda gerada pelos políticos interessados¹⁶, o governo negociou quinze emissoras da Radiobrás, reduzindo o modesto sistema estatal (uma atitude celebrada pelo empresários ligados à ABERT).

A partir da Constituição de 1988, novos embates proporcionaram uma rota de melhorias para o sistema de comunicação, apesar das dificuldades impregnadas do regime militar. Dois grupos foram responsáveis por polarizar o debate acerca dos novos horizontes: a ABERT, defendendo uma radiodifusão controlada pelo Executivo e pela iniciativa privada; e a Federação Nacional dos Jornalistas, aliada aos parlamentares progressistas, que propunha a criação do Conselho Nacional de Comunicação, um órgão coletivo autônomo com representantes de entidades da sociedade civil para regular o rádio e a televisão (Jambeiro, 2000). Em relação ao artigo 21, incisos XI e XII, as alterações frisaram a separação entre os serviços de telecomunicações da radiodifusão, mantendo o direito do Estado de explorá-los diretamente ou mediante concessão ou permissão¹⁷:

¹⁴ Elas representavam 30% de todas as concessões autorizadas desde 1922 (Jambeiro, 2000).

¹⁵ De novembro de 1987 a setembro de 1988 foram 586 emissoras, resultando numa média mensal de 51,45 concessões, ou seja, quase duas por dia (Motter, 2019).

¹⁶ O autor mostra que dos 91 constituintes premiados com pelo menos uma concessão, 84 votaram a favor do presidencialismo (92,3%) e 82 votaram a favor do mandato de cinco anos (90,1%), portanto, o governo estabeleceu uma base sólida de aprovação pelas concessões (Motter, 2019).

¹⁷ Segundo o *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://bit.ly/3pPy1FT>.

Entre outras resoluções, a Constituição determina, através do artigo 223, que a exploração dos serviços de TV deve ser feita por entidades privadas, públicas e estatais, destacando, de forma inovadora, que estas devem ser complementares. Em relação à proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação, contra o que a Abert se colocava radicalmente, a saída encontrada foi o estabelecimento do Conselho de Comunicação Social, órgão apenas consultivo do Congresso. A nova Carta Constitucional também provocou um deslocamento do eixo de poder do executivo para o legislativo, pois fixa que as concessões – antes de competência exclusiva do executivo – passariam também pela aprovação do Congresso (Jambeiro, 2000, p.56).

Ambos os grupos conseguiram influenciar a redação final, transformando-a no capítulo V, "da Comunicação Social", onde é possível conferir suas maiores contribuições, tais como a de que os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio (art. 220); a promoção da cultura e o estímulo à produção independente e à regionalização cultural, artística e jornalística da produção (art. 221); a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222); a não-renovação da concessão fica dependendo da aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional¹⁸; o ato de outorga ou de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional e o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e quinze para a televisão (art. 223, parágrafos 2, 3 e 5, respectivamente).

Conforme Murilo Ramos (2005), as Organizações Globo exerceram poder de pressão, fazendo com que a nova Constituição viesse impregnada de absurdos normativos, como a transformação do órgão regulador autônomo, (o Conselho de Comunicação Social) em *decorativo* órgão auxiliar do Congresso¹⁹. E anos depois da sua promulgação, nota-se que a Constituição tratou de excelente oportunidade para os poderes locais e regionais consolidarem o que conquistaram na ditadura, utilizando as concessões para manter as benesses conseguidas com os militares (Santos; Capparelli, 2005). Por outro lado, como Venício de Lima (2006) procura destacar, o que poderia ter desencadeado um forte impulso para a democratização da comunicação jamais ocorreu, pois as normas não foram regulamentadas por

¹⁸ Othon Jambeiro (2000) declara a inclusão desta determinação como uma vitória para a ABERT, pois "tal dispositivo torna quase impossível recusar-se uma renovação, uma vez que entre 30 e 40 por cento dos parlamentares têm interesse direto ou indireto em emissoras de rádio e TV, sendo portanto parte interessada no jogo corporativo de influência do Congresso Nacional".

¹⁹ Quanto a estes últimos dispositivos, o autor ressalta que uma concessão pública com prazo de duração na Constituição, ao invés de em contrato administrativo e passível de cassação apenas por votação no Congresso Nacional, torna-se na prática uma atividade privada (Ramos, 2005).

qualquer lei complementar. Assim, o que parecia ser uma importante inovação no setor, estendendo ao Congresso Nacional o poder de outorgar/renovar as licenças (retirando a exclusividade do Executivo), na prática, frustrava o sentimento de um avanço democrático (Lima, 2006). Em outras palavras, o mesmo e velho modelo continuou preservado:

Mesmo a vitória que foi a abolição da censura, à falta de uma regulamentação dos direitos do telespectador, acaba dando munição aos defensores da manutenção do capitalismo selvagem em matéria de comunicação no país, o que se traduz na permanência de forte censura privada, por parte dos concessionários de radiodifusão, que decidem o que será ou não veiculado e de que forma, de acordo com seus interesses políticos e empresariais (Bolaño, 2010, p.96).

Nessa direção, a sua ruptura não ocorreu pela implementação de decretos alternativos à Constituição de 1988 ou por emendas constitucionais para corrigir as redações oficiais, mas em decorrência da reestruturação do setor no cerne das reformas liberalizantes durante o primeiro mandato de FHC (Bolaño, 2010). Para Venício de Lima (2004), neste período, na contramão das políticas públicas de comunicações que ocorria em outros países, a radiodifusão brasileira foi excluída da legislação sobre os serviços de telecomunicações e passou a padecer de um inédito vazio regulatório, favorecendo aqueles que mantinham os seus privilégios. Além disso, o autor cita as regras que entraram em vigor para contribuir com a desregulamentação e a privatização: a Lei 8.977, de 1995²⁰, regulamentando a TV a cabo e permitindo a participação estrangeira de até 49% do capital das empresas concessionárias; e a Lei 9.472, de 1997, ou Lei Geral de Telecomunicações²¹, que permitia ao Executivo estabelecer quaisquer limites à participação estrangeira no capital das prestadoras de serviços das telecomunicações, entre outras que serão vistas adiante (Lima, 2004a).

Uma delas foi o projeto de Emenda Constitucional nº 8, de 1995²², que fez uma pequena modificação, mas de imensos efeitos. A sua promulgação retirou "as empresas sob controle acionário estatal" do artigo 21, inciso XI, incluindo "a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais" e eliminou os

²⁰ A normatização deste serviço foi realizada pelo governo federal sem ouvir o parecer prévio do Conselho de Comunicação Social (Herz *apud* Arbex Jr., 2003).

²¹ Cabe mencionar que o art. 8 criou a Agência Nacional de Telecomunicações, cujas atividades de regulação passou a administrar no lugar do Minicom, apesar de ainda estar vinculada a este.

²² Segundo o site do *Planalto*. Disponível em: <https://bit.ly/3tWYN0l>.

"demais serviços de telecomunicações" do inciso XII, alínea "a", fazendo com que se tornassem obscuras as suas disposições legais:

[o legislador] agrupando todos os serviços de telecomunicações, determinou a competência da União para explorá-los mediante autorização, concessão ou permissão, mas nos termos de uma lei, que disporia sobre a organização daqueles serviços, sobre a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais. Com isto, era posto um fim ao monopólio estatal das telecomunicações, enquanto item constitucional, mas exigia-se uma lei específica para regulamentar esse fim. Mais ainda, surgia a exigência de um órgão regulador, no lugar ou em conjunto com o Ministério das Comunicações. Por fim, a lei deveria cobrir outros aspectos institucionais, ficando subentendido nesses o processo de privatização, ou não, das empresas do Sistema Telebrás (Ramos, 2000, p.173-4).

No final do mandato de FHC, as negociações na radiodifusão focaram na participação do capital estrangeiro nas empresas. Nesta época, passou a vigorar a Emenda Constitucional nº 36, de 2002, que modificou o artigo 222. Nele, está expresso que pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão deve pertencer a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação²³ (parágrafo 1). Mais adiante, em 20 de dezembro de 2002, foi decretada e sancionada a Lei 10.610, liberando a entrada de 30% de capital estrangeiro nas empresas de rádio e televisão (Cabral, 2019). A solução só fora possível, como sublinha César Bolaño (2010), por conta da crise financeira da Rede Globo, que mudou inesperadamente de posição, visando captar esses recursos para a reestruturação da sua dívida externa.

O primeiro governo de Lula deu prosseguimento às reformas que vinham sendo discutidas, mas com poucas modificações positivas. Em 26 de novembro de 2003, Lula assinou o Decreto nº 4.901²⁴, que instituiu o Sistema Brasileiro de TV Digital, no qual o artigo 1º expressa o objetivo de "promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação". O decreto mostra, além dessa intenção, o propósito de atender aos interesses do público e fazer a inclusão digital por meio da televisão. Porém, com as mudanças no governo, não entraram novas empresas e nem chegou o tão aguardado marco regulatório (Carvalho, 2012). Em 11 de agosto de 2004, o Projeto de Lei de Audiovisual que transformaria a Ancine

²³ Segundo o *Planalto*. Disponível em: <https://bit.ly/3t0zrQ0>.

²⁴ Segundo o *Portal da Câmara*. Disponível em: <https://bit.ly/3tC3jIX>.

na Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, cuja função seria a de regular e fiscalizar o setor audiovisual (sob os moldes da agência britânica *Ofcom*²⁵) entrou para consulta pública. As Organizações Globo (junto à boa parte da mídia) foram refratários à regulação e realizaram uma enxurrada de reportagens tratando como *censura* a proposta do Ministério da Cultura. As críticas foram direcionadas, mais abertamente, ao cinema, escondendo o fato que mais incomodava as emissoras: a possibilidade de regulação dos conteúdos. Com isso, obviamente, o projeto não teve condições políticas de seguir adiante e sucumbiu à pressão, sendo cancelado antes mesmo de ser enviado ao Congresso (Carvalho, 2015).

No segundo mandato, duas iniciativas devem ser destacadas: a criação de uma televisão pública, ligada à Rede Brasil de Comunicação, o que representou uma mudança importante na estrutura do sistema; e a realização da I Conferência Nacional de Comunicação. Entretanto, sem ser novidade, ambas não mostraram capacidades de alterar o panorama da radiodifusão brasileira e, tampouco, notou-se avanços quanto à formulação de políticas para sustentá-las (Bolaño, 2010). Nos rumos que seguiu a radiodifusão, pode-se citar a Lei 13.879, de 3 de outubro de 2019²⁶, responsável por permitir a adaptação da modalidade de outorga do serviço de telecomunicações, depois, regulamentada pelo Decreto 10.402, de 17 de junho de 2020²⁷. Para Flávia Guimarães (2021), a primeira reduziu a responsabilidade do Estado pela garantia do acesso aos serviços de telecomunicações, enquanto o segundo, mais especificamente, o seu artigo 6º, vincula as autorizações de uso das radiofrequências sem limite temporal, o que, em ambos os casos, vai de encontro à Constituição Federal. Logo, ressalta ela, as alterações representam ilegalidades que distanciam-se das finalidades encontradas na Constituição quanto ao Estado de bem-estar social e o modelo de exploração definido pela LGT.

Em virtude de tantos problemas e obstáculos, como continuar a insistir na luta para implementar leis de regulação e controle quando, mesmo sendo proibido pela Constituição, incontáveis parlamentares detém concessões públicas de rádio e televisão? Para Eula Cabral (2015), é assustador notar que os parlamentares são proprietários de concessões e, ao mesmo tempo, responsáveis pelas suas próprias

²⁵ Ofcom (*Office of Communication*) é um órgão regulador na Grã-Bretanha que não recebe ordens do governo e presta contas ao Parlamento anualmente. Além de fiscalizar as empresas de telefonia, regula e fiscaliza a programação de televisão e rádio comerciais, com base nas leis aprovadas pelo Parlamento, como o *Broadcasting Act*, de 1996 e o *Human Rights Act*, de 1998 (Carvalho, 2012).

²⁶ Segundo o *Planalto*. Disponível em: <https://bit.ly/3uld9rv>.

²⁷ Segundo o *Planalto*. Disponível em: <https://bit.ly/3JxO4jv>.

renovações. A autora frisa a seção V, artigo 54 da Constituição de 1988, onde está registrado que deputados e senadores são proibidos de firmar ou manter contrato com empresas concessionárias de serviço público e não podem aceitar ou exercer cargo ou emprego remunerado nas emissoras²⁸. Essas relações entre parlamentares e os donos de concessões recebeu o título de "coronelismo eletrônico": as relações de clientelismo político entre o poder público e os proprietários de emissoras que configuram barreiras na mídia, impedindo que o interesse público seja priorizado na frente dos interesses particulares (Santos; Capparelli, 2005). Segundo Venício de Lima (2008), a moeda de troca do coronel eletrônico continua sendo o voto, mas agora com base na informação; e pelo controle das concessões, ele adquire três poderes: a auto-promoção (e também a dos aliados), a chance de hostilizar a opinião dos adversários e influir na opinião pública.

No tocante ao coronelismo eletrônico, ele é uma prática antidemocrática, profundamente enraizada na nossa política e que se constitui num dos principais obstáculos para a democratização da comunicação, sobretudo, por possibilitar que um número cada vez maior de concessionários e os seus representantes se elejam para cargos políticos²⁹ (Lima, 2008). Isto sem contar que essas relações atuam na produção de um consenso político-midiático:

Emissoras de rádio e televisão, mantidas em boa parte pela publicidade oficial e articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permite circularmente a permanência do coronelismo como sistema (Lima, 2008).

Tradicionalmente, para o discurso neoliberal, a livre concorrência é mais do que a garantia da pluralidade midiática e da liberdade de imprensa. Para seus

²⁸ Em 2001, um assessor do PT fez um levantamento que detectou que cinco governadores e 47 do total de 513 deputados federais eram proprietários de emissoras de rádio e/ou televisão. Ele foi resultado do cruzamento de 33 mil informações adquiridas do Ministério das Comunicações, da Anatel e do TSE, entre 1999 e 2001 (Cabral, 2015).

²⁹ O autor registra a iniciativa de alguns deputados, através da PEC 453 de 2005, apresentada ao plenário da Câmara, para acrescentar ao artigo 222, um sexto parágrafo, dizendo que "não se aplica a este artigo o disposto no artigo 54 da Constituição Federal". Portanto, "para evitar ilegalidades ou impedimentos, e abandonando de vez qualquer escrúpulo ético, mais de um terço do total dos senhores deputados encontrou uma forma de resolver o problema: propor a mudança da própria Constituição" (Lima, 2006, p.140). A PEC tramitou pelos anos seguintes até que foi vetada por inadmissibilidade e arquivada em 2008. Porém, em 2015, houve um requerimento de desarquivamento, considerado indeferido, mas que mostra como o quadro está longe de encerrado e novas investidas podem surgir a qualquer momento.

defensores, a desregulamentação daria igual oportunidade para que todos possam ingressar e atuar no ramo (Motter, 2019). Entretanto, o discurso se revela bastante incongruente se lhe for retirado este véu falso e superficial. Afinal, é justamente com uma regulamentação rígida que se pode garantir um verdadeiro terreno com igualdade de competição e concorrência e que não gere danos à sociedade. Para Patrícia Carvalho (2012), essa busca do lucro precisa ser regulada e controlada para não fazer vítimas pelo caminho, sendo a principal, o interesse público. Logo, ao conectar as suas ideias de livre mercado com os reais motivos para legitimar a desregulamentação³⁰, na verdade, o que se pretende é esconder essas relações de promiscuidade que ampliam a manutenção dos monopólios e desvirtuar a imagem de um regime vicioso e ilegal na distribuição de concessões.

Neste sentido, ao acompanhar o breve histórico acerca da regulamentação dos meios de comunicação, percebe-se que os proprietários jamais estiveram em uma posição de preocupação com as perdas de privilégios. Nos momentos que ela se aproximou de uma concreta possibilidade de transformação, suas disposições logo se abrandavam e sucumbiam diante das barreiras impostas pelo capital. Estes processos levaram a um cenário, conforme assinala Eula Cabral (2015), marcado pela profunda concentração midiática e o descumprimento da legislação, onde não há diversidade cultural e de conteúdo, nem espaço para os meios comunitários, pois os empresários e os políticos não levam em conta a sociedade civil. Venício de Lima (2004a) menciona possíveis fatores que contribuíram para a concentração das comunicações no Brasil: um foi a ineficácia do Decreto 236/67 que limitava a participação de "entidades" de radiodifusão a apenas cinco concessões em VHF (nacional) e duas em UHF (estadual), sendo que o Ministério das Comunicações interpretava-as como pessoas físicas; outro foi o período de carência para a troca legal de proprietários, de cinco anos, permitindo aos concessionários a negociação direta com os grandes proprietários e vice-versa; e não havia restrições legais para a formação de redes nacionais/regionais de emissoras de rádio e televisão.

Segundo o *MOM-Brasil*, a extrema concentração e a propriedade cruzada podem ser destacadas como os principais impedimentos ao pluralismo midiático. No cenário atual, observam-se cinco grupos ou proprietários concentrando mais

³⁰ Especificamente no tema da desregulamentação estatal, o neoliberalismo contribui para que leis, impostos, taxas e uma concorrência justa e organizada seja impossível. Por isso, alargaram-se as vantagens e privilégios das empresas mais bem posicionadas no mercado.

da metade dos veículos de mídia: nove deles pertencendo ao Grupo Globo, cinco ao grupo Bandeirantes, cinco à família Macedo (Grupo Record e IURD), quatro ao RBS e três ao grupo Folha, entre outros³¹. Para facilitar a percepção, Venício de Lima (2004a) divide a concentração em quatro tipos: a *horizontal*, que ocorre quando um proprietário detém a posse de múltiplas emissoras dentro de um mesmo segmento; a *vertical*, que é a integração das diferentes etapas da cadeia de produção, onde um único grupo controla todos os passos: a produção, a veiculação, a comercialização e a distribuição; a *propriedade cruzada* consiste em reunir a posse de diferentes tipos de mídia pela mesma empresa ou grupo, como as TV's por assinatura, TV's abertas, rádios, jornais, revistas e, mais recentemente, provedores de internet e celulares; e o *monopólio em cruz*, ou a reprodução, em nível local e regional, da propriedade cruzada.

Tendo isso em vista, essa concentração significa um grave problema, pois instaura as empresas dominantes que adquirem uma poderosa influência no meio político e passam a interferir nas regras democráticas. Ao nível de um monopólio, um único grupo ou proprietário pode erigir imensos obstáculos junto ao governo e às forças do mercado para impedir que a sua posição dominante seja ameaçada. Para Patrícia Carvalho (2015), uma estratégia crucial e "mais fácil" de ser aceita e aprovada seria a regulação econômica: a criação de leis e regras que impeçam um grupo empresarial de ser dono de um jornal e uma emissora de televisão ou rádio na mesma região metropolitana ou estado (ela esbarra no fato de que não interessa aos grupos dominantes, mas poderia fazer valer a livre concorrência e permitir a entrada de novos atores no mercado). São propostas como esta que podem auxiliar a democratização do setor da radiodifusão e comunicação, cujo quadro tenebroso pode ser testemunhado numa passagem escrita há mais de trinta anos, às vésperas da Constituição de 1988, pois ele se mantém assustadoramente atual:

A radiodifusão brasileira chegou a um ponto em que simples reformas são inúteis, isto é, não é possível afirmar o interesse público com a simples definição de critérios democráticos, a serem aplicados às próximas outorgas de concessões. [...] é preciso destacar que a absoluta maioria das emissoras atualmente

³¹ Entre os grupos com dois veículos, estão: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA. Com um veículo, estão: Grupo Sílvio Santos, Grupo Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara, Diários Associados, Grupo de Comunicação Três, Grupo Almicare Dallevo & Marcelo de Carvalho, Ongoin/Ejesa, BBC, EBC, Publisher Brasil, Consultoria Empiricus, Grupo Alfa, Grupo Mix de Comunicação/Grupo Objetivo, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Católica/Rede Católica de Rádio e INBRAC. Segundo o *Media Ownership Monitor Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/35iGz1i>.

concedidas o foram por um processo viciado, corrupto e antidemocrático. Não há como democratizar a radiodifusão brasileira sem uma completa redistribuição das concessões, visando a desconcentração da propriedade e dando prioridade a entidades socialmente representativas (Herz, 1988, p.70).

Conforme Paulino Motter (2019) procurou destacar, no período anterior à Assembleia Constituinte, a ABERT defendia que o controle privado surgia como a única garantia contra o monopólio da mídia e a salvaguarda de maior pluralidade e de liberdade de imprensa. Este assunto foi discutido no capítulo anterior e nada poderia ser mais oposto à liberdade de imprensa e à diversidade do que uma mídia sob o jugo da iniciativa privada e, inteiramente, sujeita às suas regras internas (ou submissa ao poder estatal). Em vista disso, quando a mídia se coloca como uma instituição independente, ela está enfatizando seu afastamento do Estado e o fato de a sua atividade não estar presa ou condicionada à censura estatal, reproduzindo uma suposta imagem exemplar de mídia livre e democrática. Entretanto, como foi observado, a realidade de uma mídia conectada ao poder corporativo tem um teor de liberdade em sintonia apenas com os interesses particulares dos proprietários. Para que os cidadãos possam gozar de uma sociedade com uma política na esfera da comunicação efetivamente livre, diversa e plural para os interesses universais, essa bandeira precisa ser levantada por todas as camadas da sociedade civil, com atuações recorrentes para auxiliar na reformulação de políticas públicas que têm no centro do debate a exigência de qualidade informativa e maior acesso regional e comunitário. Dito de outra maneira, é imprescindível que a população perceba a necessidade de se desvincular a mídia do poder privado e lutar por uma mídia que seja conectada aos anseios e vontades dos cidadãos, uma *mídia pública*.

Robert McChesney (2015) oferece quatro propostas gerais para a reforma da mídia³² e que podem servir para elucidar as transformações necessárias à esfera da comunicação no mundo. A primeira é a criação de uma mídia *não-comercial e sem fins lucrativos*, a qual já existe atualmente nos Estados Unidos, mas é pouco financiada. Uma vez que subsídios e políticas governamentais foram essenciais no estabelecimento da mídia corporativa, a não-comercial pode ser desenvolvida nos mesmos moldes e, como exemplo, ele menciona as deduções fiscais como forma

³² Por óbvio, o autor está pesquisando a sociedade norte-americana e as suas relações com a mídia, no entanto, optei por exibi-las como forma de ilustrar as possibilidades viáveis e servir de exemplo para essas discussões e para uma implantação semelhante em território brasileiro. Além disso, seu objetivo não se resume a detalhar os projetos para um sistema de mídia mais democrático, mas incentivar o debate e a análise e apresentar alguns princípios que podem auxiliar este caminho.

de contribuição dos cidadãos para o seu funcionamento; a segunda diz respeito à uma *transmissão pública*, incluindo redes nacionais, estações locais, televisão de acesso público e estações de rádio comunitárias independentes. O foco principal é na ausência de publicidade e que sejam negadas todas as subvenções de empresas ou organismos privados. Entre os obstáculos, ele afirma que para evitar tentativas de censura por parte das autoridades é preciso um sistema pluralista, controlado de forma independente, inclusive, com possíveis eleições diretas para os cargos de diretores e funcionários de radiodifusão (ou apontados pelos políticos eleitos) e quanto aos recursos, eles podem ser retirados das receitas gerais ou dos subsídios do governo para a mídia corporativa que só beneficia os proprietários³³; a terceira é a *regulação* em prol do interesse público. Tem-se a opção de viabilizar licenças de dezoito a vinte horas por dia para as emissoras, com as horas restantes servindo diretamente ao público (o resultado não seria inferior ao bombardeio comercial e às notícias inúteis, como ele declara); a quarta é sobre *leis antitruste*, responsáveis por romper as empresas maiores e tentar estabelecer mercados mais competitivos, transferindo algum controle das corporações para os cidadãos (ele aponta que se essas leis antitruste forem aprovadas, o sistema continuará sendo comercial, mas muito mais competitivo, embora elas não anulem a demanda pela implementação das três anteriores). Em suma:

O objetivo dessas medidas combinadas não é produzir um sistema de mídia que faça propaganda para a esquerda da maneira que a mídia corporativa é tendenciosa ao capital e ao mercantilismo. O objetivo é produzir um sistema de mídia que seja justo e preciso, que examine escrupulosamente as atividades dos poderosos [...] e que forneça uma contabilidade legítima das diversas visões e interesses da sociedade. Será um sistema que limitará a capacidade dos poucos ricos e poderosos de ter informações de alta qualidade para que possam governar o mundo enquanto a maior parte da população é alimentada com uma dieta de lixo. [...] E mesmo que todas essas quatro propostas fossem promulgadas, a grande maioria da mídia e entretenimento seria fornecida por empresas privadas em busca de lucro sem mais regulamentação de suas atividades editoriais do que atualmente experimentam (McChesney, 2015, p.314).

No Brasil, houve uma tentativa nessa direção, embora a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) seja estatal. Conforme explica Patrícia Carvalho (2012), ela foi criada por decreto em 25 de outubro de 2007, pelo presidente Lula, como uma

³³ O autor faz uma provocação quanto às críticas de que a mídia pública geraria custos adicionais para os fundos públicos: por que essa demanda nunca é feita quando o dinheiro federal vai para os gastos militares, resgates corporativos ou para o FMI? (McChesney, 2015).

sociedade anônima de capital fechado. Segundo o site da empresa³⁴, ela herdou os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e ficou encarregada de unir e administrar as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação. A TV Brasil, subordinada a ela, começou a funcionar em dezembro de 2007, representando um relevante avanço:

Para os idealizadores da chamada TV pública [TV Brasil], ela era uma forma de implantar os ideais de uma televisão democrática que promovesse a inclusão social (digital, inclusive), em um espaço que escapasse da interferência dos radiodifusores privados³⁵. [...] Se utilizarmos o conceito de Leal Filho (1997), porém, elas eram estatais – seriam públicas apenas se fossem financiadas diretamente pelo público, mediante pagamento de uma taxa, como a BBC britânica. Não seria o caso da nova TV pública brasileira, que permaneceria estatal, mas o uso do termo "público" servia aos seus idealizadores para expressar uma televisão mais voltada ao interesse público do que as emissoras que formavam a nova rede tinham conseguido ser até então (Carvalho, 2012, p.188).

Mariana Carvalho e Gisele Oliveira (2021) afirmam que a EBC, por alguns anos, foi a nossa grande esperança. Todavia, após o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, iniciou-se um período de profundo desgaste na democracia do país. Somente cinco dias após assumir a presidência, Michel Temer exonerou o diretor-presidente da EBC. Depois, o governo publicou no dia 1º de setembro de 2016 a Medida Provisória nº 744, que extinguiu formalmente esse cargo e mais o Conselho Curador. Com isso, foram destruídas as principais defesas de autonomia política e administrativa da EBC, passando a comprometer o seu caráter público (Carvalho; Oliveira, 2021). Para as autoras, o ataque continuou bastante intenso e nas eleições presidenciais seguintes, Jair Bolsonaro já ameaçava as bases da EBC:

O candidato repetia publicamente a intenção de extingui-la ou privatizá-la, argumentando que sua estrutura era cara, ineficiente e que não oferecia retorno ao cidadão. Sem apresentar dados ou análises consistentes, o ex-parlamentar continuou a manifestar tais argumentos depois de eleito presidente da República, como no caso de entrevista à Rede Record, reproduzida pela Folha de S. Paulo dois dias após a realização do segundo turno (Carvalho; Oliveira, 2021, p.42-3).

Em 2020, o governo oficializou a intenção de privatizar a EBC e o projeto entrou para a etapa de avaliação e análises, sendo incluído no Programa Nacional de Desestatização. Os ataques à empresa focaram em três questões: o alto custo, a

³⁴ Segundo a EBC. Disponível em: <https://bit.ly/3LP76Uv>.

³⁵ Para a autora, a intenção do governo era ampliar a rede com a adesão de outras TV's da esfera pública, como as educativas estaduais, as universitárias ou comunitárias e havia previsão de editais para seleção de programas independentes a serem veiculados. Seu projeto foi provavelmente o último suspiro do ideal de democratizar a comunicação naquele governo (Carvalho, 2012).

baixa audiência e o seu uso político (Carvalho; Oliveira, 2021). Para rechaçar os argumentos, as autoras apontam o estudo de Octávio Pieranti (2020), que rebate as alegações de alto custo ao mostrar que o Brasil investe €0,73 do orçamento *per capita* em comunicação pública, o que lhe confere o último lugar de 17 países³⁶ (o penúltimo é os EUA com €2,92). Quanto à baixa audiência, a métrica utilizada para calculá-la se baseia no modelo mercantil e, por isso, a EBC fica para trás na audiência, pois nem todos os seus veículos têm sinal aberto nas grandes cidades (o que, inclusive, tem a ver com o fato de não receber investimentos apropriados). E quanto ao uso político, elas não negam que existam apropriações, porém, isso se deve à imaturidade institucional do país, pois as emissoras que atacam a EBC são elas mesmas condutoras dos interesses privados (Carvalho; Oliveira, 2021).

Para encerrar, Paulino Motter (2019) lembra que, justamente pela ausência de um espaço público para o debate e a disputa dos interesses conflitantes, o que prevaleceu foram os interesses dos proprietários da radiodifusão. Nesta lógica, é preciso resgatar o conceito de serviço público, cujo desenvolvimento requer uma criação de meios de comunicação livres e emancipados dos interesses privados:

Esse sistema público será operado por instituições sem fins lucrativos, financiadas publicamente. O financiamento poderá ser feito através de fundos públicos, cuja fonte poderá ser o estabelecimento de uma taxa pelo uso das frequências do espectro eletromagnético. Outra fonte de recursos será a contribuição dos próprios consumidores. [...] No Brasil, as empresas jornalísticas e as emissoras de rádio e televisão contam com inúmeros incentivos e isenções fiscais. Se o governo pode garantir tais vantagens e privilégios – obrigando a sociedade arcar com o ônus desses subsídios dados a grupos privados, muitos deles altamente lucrativos – muito mais poderia ser feito como forma de incentivo a emissoras de rádio comunitárias, pequenas empresas de produção independente. Esses novos meios de comunicação, não estatais e não comerciais, devem receber um tratamento especial do poder público (Motter, 2019, p.51-2).

Neste subcapítulo, busquei apontar que no setor da radiodifusão brasileira, as emissoras de rádio e televisão são concessões públicas e aqueles que detêm as licenças não são proprietários, mas "detentores temporários". Muitas das tensões surgidas desde os primórdios de sua implantação giram em torno do fato de que as empresas corporativas não se veem como tendo adquirido o *privilégio* de explorar esses serviços públicos, mas como se tratasse de um sistema privado, no qual elas exercem a posse completa. Em seguida, iniciei o percurso pelas leis e decretos que

³⁶ Entre os outros, pode-se conferir os gastos da Noruega, destinando €115,49 para o setor; o Reino Unido, com quase €88; e a República Tcheca com €23,98 (Carvalho; Oliveira, 2021).

foram firmando as bases do setor, com seus respectivos avanços legislativos. Por meio de políticas públicas iniciadas anteriormente, mas largamente aprofundadas durante o regime militar, observou-se que a radiodifusão mergulhou em relações promíscuas entre o poder político e os proprietários de mídia, recebendo o nome de coronelismo eletrônico, isto é, as relações de clientelismo que impediram que o interesse público fosse priorizada à frente do corporativo. Através desse viciado sistema de troca de favores e barganhas políticas envolvendo as outorgas, acabou instaurando-se um cenário de extrema concentração midiática no país, impondo incontáveis barreiras para continuar garantindo a falta de controle sobre os donos das licenças (uma quantidade significativa de parlamentares) e o vazio regulatório do setor. Por último, embora não esteja dentro do escopo teórico ou das intenções da tese, estendi o debate sobre a comunicação pública para assinalar a existência de alternativas viáveis e exemplificar os ataques à EBC como uma demonstração visível do choque entre os interesses públicos com a mídia corporativa.

3.2

Rede Globo: O Império Ilegal da Comunicação Brasileira

"Sim, eu uso esse poder", disse ele [...], "mas sempre o faço patrioticamente, tentando corrigir as coisas, procurando os melhores caminhos para o país e seus estados. Gostaríamos de ter o poder de consertar tudo o que não funciona no Brasil. Dedicamos todo o nosso poder a isso". [...] "Se o poder é usado para perturbar um país, para destruir seus costumes, então não é bom", disse Marinho. "Mas se for usado para melhorar as coisas, como fazemos, é bom. Acho que isso não vai ocupar muito a atenção da Assembleia Constituinte" (Riding, 1987, p.4).

Em meados dos anos 70³⁷, a Rede Globo já havia consolidado a liderança e estava sofrendo marcação acirrada pelos censores do regime militar. O roteiro dos primeiros capítulos da novela *Roque Santeiro* foram enviados para Brasília a fim de serem aprovados pela Censura Federal. Mais tarde, as fitas com os capítulos já gravados ficaram presas, a liberação oficial não chegava, o que era estranho. Boni, preocupado, passou a julgar que os militares estavam assustando-os, porque elas não continham nada que pudesse ser vetado. O responsável pelo cerco implacável era o Armando Falcão, para quem "todos os autores de novelas são marxistas disfarçados ou assumidos, que utilizam indevidamente a novela para infiltrar a propaganda de suas ideias, de modo ostensivo ou subliminar". Logo, a liberação

³⁷ Optei por relatar essa introdução em forma de um texto coeso e direto, sem uso de citações. Ela não contém informações adicionais e foi inteiramente retirada do livro de Pedro Bial (2004).

jamais foi concedida. Boni reportou ao Roberto Marinho e recebeu uma "bronca", pois devia ter lhe mostrado o programa. O dono da Rede Globo pediu para assistir o primeiro capítulo e, após o término, ordenou que chamassem o Armando Falcão para ele fazer um editorial no *Jornal Nacional*, pois achou absurda a censura.

Naquela noite, o *Jornal Nacional*, o noticiário mais importante e assistido do país, reportava claramente que o Brasil estava vivendo em estado de exceção, sem liberdade de expressão e a TV Globo transmitia a programação sob censura. Daniel Filho conta que ele e Boni estavam na sala quando o editorial fora lido e caíram "num pranto forte", abraçando-se. Dias Gomes, autor da novela, relatou que "além da interdição do meu trabalho, a Censura exigia a minha cabeça, isto é, a minha demissão da Globo". Roberto Marinho não só se recusou a satisfazer essa exigência, como determinou que, dentre os argumentos propostos à Censura para substituir o texto proibido, constasse um de autoria de Dias Gomes. Dez anos depois, Boni foi à Brasília a mando de Doutor Roberto para receber a notícia de que estava abolida a censura no país e em 24 de junho de 1985, estreava *Roque Santeiro*, tornando-se o maior fenômeno de audiência na história da TV brasileira. Boni declarou que eles saíram ganhando porque a segunda versão era melhor do que a primeira. Por outro lado, a proibição de dez anos representou um prejuízo de meio milhão de dólares, um golpe no orçamento da época, mas o desgaste político proporcionado pelo evento jamais afetou a relação entre Dr. Roberto e Armando Falcão, pois os dois eram *amigos* (Bial, 2004).

Na segunda década do século XXI, a Rede Globo de Televisão continua sendo a empresa líder no mercado brasileiro de comunicação e de televisão aberta. Com uma estrutura gigantesca e uma participação de 40% diária na audiência, é assistida em mais de 190 países, produz três mil horas de jornalismo e duas mil e quinhentas horas de entretenimento por ano, colocando-a no patamar de uma das principais redes de televisão do planeta. Seu sinal chega a 98,37% dos municípios brasileiros e atinge uma população potencial de 99,36%³⁸. Assim, sua audiência é tão massiva que no final de 2017, ela lançou a plataforma *Milhões de Uns* para celebrar o seu alcance: cem milhões de telespectadores³⁹ (o dobro com o público de outros países). Em 2021, o conglomerado lançou um novo projeto que uniu a televisão aberta, a TV por assinatura, o *streaming* e as plataformas digitais, a fim

³⁸ Segundo o *Media Ownership Monitor*. Disponível em: <https://bit.ly/3tK4z6z>.

³⁹ Segundo a *Rede Globo*. Disponível em: <https://glo.bo/3sOowch>.

de se preparar para o terreno das novas concorrências, embora já conseguisse se manter acima dos índices dos serviços de *streaming*⁴⁰.

Nesse sentido, as conquistas da emissora são realmente impressionantes. O trabalho iniciado por Roberto Marinho, em 1925, ao herdar o jornal *O Globo* de seu pai, deve ser exaltado pela visão empreendedora do jovem proprietário e pela competência na condução dos seus negócios. A história de sua implementação e crescimento é estudada em amplas áreas do saber, onde se busca compreender os motivos e o conhecimento que alçaram a empresa ao topo da cadeia radiodifusora. Entretanto, pelo viés crítico, percebe-se que todo esse monopólio e domínio sobre o sistema de comunicação brasileiro não foram realizados sem uma inescrupulosa conduta, a qual serviu de impulso basilar para a empresa se estabelecer no ramo. Daniel Herz (1988) identifica, peremptoriamente, que embora a origem das várias aberrações na radiodifusão brasileira tenha múltiplas causas, a principal delas foi o poderio político e econômico que permitira à Rede Globo formar seu monopólio e comportar-se como um poder autônomo e incontrolável. O autor chega a chamar de *gangsterismo* as diversas ocorrências que circunscrevem a história da emissora e ressalta a necessidade de tornar públicas essas informações:

Essa história, que se tenta dissimular, que se procura manter secreta, precisa ser descrita em todos os seus detalhes. [...] A história da Globo exige um relato que popularize a sua compreensão. Na descrição do gangsterismo, por exemplo, estamos fixando um aspecto da trama que levou a Globo ao poder – o das ações ilegais planejadas – e com isso procuramos aproximar do senso comum o absurdo da existência e da ilegitimidade de um monopólio dessa natureza numa área de enorme interesse público. Entender que a implantação foi criminosa, ilegal, é o primeiro passo para uma crítica mais profunda do seu papel político na dominação e opressão das maiorias (Herz, 1988, p.71-72).

Tendo isso em vista, irei abordar a trajetória da Rede Globo no intuito de realizar uma contribuição para a crítica da ilegalidade dessa empresa, frisando os seus eventos de maior impacto na consolidação, influência e manutenção de seu domínio político e midiático no setor da comunicação brasileira. A intenção não é abranger a totalidade das "ações ilegais planejadas", mas traçar um conjunto de eventos e escândalos que elucidam concretamente as suas relações promíscuas na política e como sua interferência nos assuntos públicos, disfarçada de locutora dos interesses universais, tem sufocado os avanços em prol da democracia e impedido a realização de políticas públicas que visam um maior bem-estar para a população.

⁴⁰ Segundo o *Canaltech*. Disponível em: <https://bit.ly/35Q0EvL>.

Nos primórdios da televisão brasileira, cuja primeira fase foi denominada de *elitista*⁴¹ (1950-1964) por não haver um público numeroso, diversas agências publicitárias, dotadas de vasta experiência em seus países de origem, passaram a utilizar a televisão brasileira como um potente veículo de publicidade, decidindo até o conteúdo dos programas⁴² (Mattos, 2002). Se não havia grandes audiências, ao menos essa injeção de capital estrangeiro tinha função mais ampla e política: não apenas realizar a manutenção do capitalismo, mas também reivindicar um desenvolvimento que pudesse atender aos interesses mais imediatos (Herz, 1988). De acordo com Cristina Brandão (2010), inserida na iniciativa privada, a televisão brasileira seguia o modelo do rádio e iria se apoiar na publicidade, estreitando o elo entre a indústria de bens tradicionais e a de bens culturais.

Desse momento em diante, muitos acontecimentos foram impulsionando a televisão e estabelecendo o seu mercado. Para o que interessa nesta tese, o início da trajetória da Rede Globo pode ser posicionado em julho de 1960, quando a *TV Excelsior* foi inaugurada como a primeira emissora administrada com uma visão empresarial moderna, o que significou um amplo processo de racionalização na produção, na programação e na gestão de negócios (Ribeiro; Sacramento, 2010). Aliás, essa década inteira tornou-se um período-chave, pois a televisão passou a transformar os seus produtos e afastar-se do rádio, do teatro e do cinema. É nesse período que certas práticas de como se fazer televisão se consolidaram. Antes um artigo de luxo, ela começou a se popularizar e se tornar acessível a mais pessoas. Outro aspecto foi a noção de público, depois convertida em índice de audiência, que tornou possível um controle sobre os patrocínios, ajustando-os às diferentes formas de teledramaturgia e a uma grade de programação, cuja base era a ideia da família nuclear (Bergamo, 2010).

A fase populista (1964-1975), impeliu o advento do videoteipe no início da década, fazendo com que a televisão desse uma forte guinada para a redefinição dos programas e a consolidação da grade definitiva⁴³ (Mattos, 2002). As novelas passaram a ser exibidas diariamente, a sua veiculação prendia os telespectadores e

⁴¹ Situei o histórico da emissora nas fases da televisão propostas por Sérgio Mattos (2002).

⁴² O autor relembra que, nas duas primeiras décadas de nossa televisão, era comum os programas serem identificados pelo nome do patrocinador, como Repórter Esso, Telejornal Bendix, Telejornal Pirelli, Telenotícias Panair, Gincana Kibon, Sabatina Maizena, Teatrinho Trol, etc. (Mattos, 2002).

⁴³ Ademais, sua programação também exibia programas dominicais específicos com a ideia de que o domingo necessitava ser visto como um dia diferente dos demais, principalmente por ser o "dia de descanso familiar" (Bergamo, 2010).

possibilitava o hábito de serem assistidas sempre no mesmo horário, inclusive com uma programação variada todos os dias. Nesta época, o golpe realizado pelas forças armadas e a subsequente intervenção militar na mídia transformaram-nos em veículos difusores das ideias que o governo queria promover para a sociedade. Como visto, a distribuição das concessões era uma forma de controle estatal; os veículos com boas relações com os militares e inclinados a sustentar suas políticas eram beneficiados com a concessão de licenças para importação de equipamentos, além de empréstimos, isenção de impostos e publicidade (Mattos, 2002). Os que não se conformaram ou mantiveram uma posição contrária ao regime, como a *TV Excelsior*, tiveram a sua vida empresarial abreviada:

Um dos fatores determinantes para a sua derrocada foi a mudança do cenário político após 1964. A *Excelsior* se pautava editorialmente por um "nacionalismo democrático" e, diante da possibilidade do golpe militar, apoiou a manutenção no poder do presidente João Goulart. Com a consolidação da Ditadura, a emissora sofreu boicotes e uma censura bastante rígida. [...] Até que, em primeiro de outubro de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici assinou o decreto de sua cassação (Ribeiro; Sacramento, 2010, p.110).

O caso da Rede Globo foi bem diferente. Para Sérgio Caparelli (1982), no período de transição da televisão brasileira, três acontecimentos têm destaque: o declínio dos *Diários Associados* (na fase anterior), a queda da *TV Excelsior* e os acordos feitos entre a Rede Globo e o grupo *Time-Life*⁴⁴. Os três acontecimentos possuem um elo em comum, pois representam a criação de um modelo brasileiro de desenvolvimento apoiado no capital estrangeiro; mas o que mais marcou foi o terceiro, revelando o escândalo que originou as relações de promiscuidade entre a Rede Globo e a esfera política. Para o autor, antes de procurar a emissora, o grupo norte-americano contatara *O Estado de São Paulo* e os *Diários Associados* a fim de formar parceria e teria sido recusado nas duas tentativas (Caparelli, 1982). A Rede Globo aceitou a oferta e, semelhante ao nascimento da televisão, nascia sob o signo do descumprimento da lei:

[...] um investimento aberto do grupo norte-americano contrariava o artigo 160 da Constituição, pois uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa da sociedade concessionária da televisão. Por artifício de um contrato de assistência técnica, começaram a entrar os dólares que eram convertidos em cruzeiros por uma empresa que representava os interesses da

⁴⁴ A *Time-Life* é uma empresa norte-americana, fundada em 1961. Faz parte da companhia *Time Inc.* e seu nome refere-se às duas principais revistas, *Time* e *Life*, embora tenha se mantido independente delas. Segundo a *Time-Life*. Disponível em: <https://bit.ly/3tVAxgB>.

matriz norte-americana, a *Time-Life Incorporated*, com sede no Rio de Janeiro⁴⁵ (Capparelli, 1982, p.26).

O primeiro e obscuro contrato⁴⁶, denominado *Contrato Principal*, era uma conta de participação, uma *joint venture*, e foi assinado ainda no governo de João Goulart, em 1962. Ele permitia ao grupo *Time-Life* uma participação de 30% dos lucros líquidos, produzidos pela empresa anualmente⁴⁷. Além disso, determinava também que a Rede Globo deveria prover balanços mensais e anuais e permitir o grupo de examinar os seus livros e arquivos e discutir os negócios da sociedade. O segundo foi um *Acordo de Assistência Técnica*, cujas cláusulas eram vinculadas ao primeiro contrato. Todavia, este segundo estipulava mais uma receita de 3% da renda bruta da Rede Globo durante um período de dez anos (Herz, 1988). Para Murilo Ramos (2005), por causa destes acordos, a emissora obteve a tecnologia e uma forma de fazer televisão que fizeram-na despontar frente às concorrentes:

No acordo *Time-Life*, estava a semente que faria da Globo a principal beneficiária da infra-estrutura de telecomunicações que, nos anos 1970 seria erguida pelo regime militar. No acordo *Time-Life*, estava a semente que faria a programação da Globo imbatível no confronto com suas concorrentes desde então. Ela se tornou monopolista em um sistema oligopólico tecnologicamente fechado, monopólio que até hoje não se conseguiu romper completamente (Ramos, 2005, p.67-68).

Cumprir destacar que houve denúncias. No site da emissora⁴⁸, consta que o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, denunciou-os como ilegais. Com isso, uma campanha foi desencadeada contra a Rede Globo, instaurando uma CPI para investigar. Em abril de 1966, Roberto Marinho depôs na CPI, cujo resultado reprovava os contratos e concluía que eles feriam a Constituição. No entanto, a Rede Globo saiu ileso após o arquivamento do inquérito. O indício da ligação da emissora com o regime militar ficou nítido quando nem a CPI e nem as pressões de Assis Chateaubriand foram suficientes para impedir os militares de arquivar a fraude evidente (Ramos, 2005). E mais:

⁴⁵ O grupo *Time-Life* ficaria responsável por treinar qualquer número de pessoas que a Rede Globo desejasse e orientaria e assistiria a emissora na obtenção de programas de televisão, sobretudo com referência à venda de anúncios (Capparelli, 1982).

⁴⁶ Daniel Herz (1988) reitera que antes mesmo da assinatura oficial de qualquer contrato entre ambas, os milhões de dólares já começavam a fluir para o caixa. A Rede Globo recebeu US\$1,5 milhão que Roberto Marinho afirmou, na CPI de 1966, se tratar de um empréstimo em seu nome.

⁴⁷ Em 1965, as duas empresas assinaram um novo contrato em Nova Iorque, o qual substituiu o anterior, elevando de 30% para 45% a participação dos lucros do grupo norte-americano. A receita caracterizava-se como "aluguel" do prédio da Rede Globo que ela mesma era a dona (Herz, 1988).

⁴⁸ Segundo o *Memória Globo*. Disponível em: <http://glo.bo/3tLSRZh>.

Após 1964, não obstante os resultados da CPI que comprovaram sobejamente o envolvimento ilegal do grupo brasileiro com seu congênere norte-americano, o regime autoritário preferiu desconhecer não só o relatório final da CPI como também o parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações. Depois de um tortuoso processo legal, o segundo presidente militar, general Artur da Costa e Silva, encerrou o caso em setembro de 1968. Na longa tramitação do processo, estiveram envolvidos os líderes empresariais, militares e tecnoburocratas, cujo comprometimento com o movimento de 1964 demonstra inequivocamente a forte ligação entre as Organizações Globo e o "bloco histórico" que "conquistou" o Estado brasileiro naquele ano (Lima, 2004a, p.157).

Não obstante, energizada pelo apoio do *Time-Life* e pela benéfica relação com o regime militar, a Rede Globo foi inaugurada no dia 26 de Abril de 1965, no canal 4. A primeira emissora a construir um edifício para suas instalações e estreir com grade diversificada: jornalismo, programas infantis, mesa redonda de futebol, entretenimento, programas de música e novela⁴⁹. Gabriel Priolli (1985) ironiza a ilegalidade presente no seu conturbado e pernicioso nascimento:

[...] para a Globo nascer, papai e mamãe tiveram de prevaricar, fazendo a coisa nas sombras. Através de uma série de expedientes, formaram a sociedade e foram lutar pelo reconhecimento legal. [...] Nos três anos que se passaram, desde a assinatura dos contratos, o *Time-Life* injetou na empresa não menos que US\$5 milhões e todo um *know-how* técnico, administrativo e comercial, incomparável com o das demais emissoras brasileiras da época (Priolli, 1985, p.48).

Era a época que a televisão afastava-se do estilo de improvisação dos anos 50 para se adaptar aos padrões internacionais de profissionalismo e administração. Uma decisão governamental nesse período afetou bastante o setor e a produção de programas televisivos. Denominado *Ato Institucional nº 5*, durou de 1968 a 1979 e foi o mecanismo que concedeu ao Poder Executivo federal o direito de censurar os veículos e estimular a auto-censura. Por meio dele, o governo passou a realizar recomendações diretas e indiretas a respeito dos conteúdos que seriam veiculados. Ironicamente, a Rede Globo teve seu maior desenvolvimento durante esse período de maior restrição governamental (Mattos, 2002). Uma possível explicação foi a sua dupla função de identificação com o regime militar autoritário:

Primeiro, a Rede Globo representava o modelo de empresa moderna e eficiente, ajustada à política econômica excludente, concentradora e transnacionalizada. A consolidação da Rede Globo como uma empresa forte serviu ao regime porque ela defendia interesses similares aos dele e também, é claro, às próprias Organizações Globo, um conglomerado brasileiro associado direta e indiretamente ao capital internacional. [...] Segundo, em seus telejornais e em sua

⁴⁹ Segundo o *GI*. Disponível em: <http://glo.bo/3iH4UAD>.

programação em geral, a Rede Globo serviu de "agente legitimador" mediante a criação, a manutenção e a reprodução do clima de euforia, possível pela construção de uma representação *distorcida* da vida no país, que legitimava a estrutura socioeconômica à qual a própria Rede Globo estava incorporada. Servindo ao regime autoritário por meio de distorção, omissão e promoção de informação, a Rede Globo servia a si mesma, trabalhando para consolidar seu "virtual monopólio" (Lima, 2004a, p.169).

Deve ser lembrado que um evento responsável por impulsionar a chegada de mais programas às residências do país e avançar a consolidação de uma cultura nacional foi a Rede Nacional de Televisão, da Embratel, patrocinada e organizada pelos militares, em conluio com a Rede Globo⁵⁰, gerando vantagens para ambos:

É possível afirmar que tanto empresários das comunicações quanto dirigentes militares, por motivos diferentes, viam vantagens na integração do país. Os militares queriam a unificação política das consciências e a preservação das fronteiras do território nacional. Os homens da mídia, por sua vez, vislumbravam a integração do mercado de consumo. Um grupo se pautava mais pela dimensão político-ideológica e o outro mais pela econômica. Em princípio, isso não configurou uma contradição. Significou, ao contrário, uma adequação de interesses (Ribeiro; Sacramento, 2010, p.116).

Essa união possibilitou a ampliação do mercado consumidor e a conquista de mais verbas publicitárias, uma vez que uma programação uniforme para todo o território brasileiro diminuía os custos de produção e aumentava a sua capacidade de comercialização (Ribeiro; Sacramento, 2010). Em virtude disso, a Rede Globo passou a dar passos largos em direção à consolidação de seu sucesso. Em 1971, a emissora criou um departamento de pesquisa e análise para planejar a publicidade e adaptar os seus programas a diferentes gostos do público. Era o início da busca pela qualidade técnica que ficou conhecida como "Padrão Globo" e que resultou no gênero da telenovela se firmando como absoluto neste período (Mattos, 2002).

A fase *do desenvolvimento tecnológico* (1975-1985) caracterizou-se pela padronização de sua programação e pela alta sofisticação técnica, com programas em cores que atendiam o que o governo desejava, uma televisão bonita e colorida (Mattos, 2002). Porém, apesar de todo esse desenvolvimento, o quadro de censura continuava bastante rígido, a ponto de os telejornais procurarem aliviar a situação do país, o que levou o presidente Emílio Garrastazu Médici a tripudiar da ausência

⁵⁰ Segundo os autores, apesar de estarem em sintonia, os seus objetivos podiam diferir. Como a ideologia da Segurança Nacional era "moralista" (política e culturalmente) e a dos empresários, mercadológica, o ato repressor muitas vezes desagradava e trazia dificuldades para as empresas de comunicação (Ribeiro; Sacramento, 2010).

de notícias sobre catástrofes, violência ou conflitos⁵¹. Nesta fase, a Rede Globo começou a competir no mercado internacional, exportando novelas e musicais⁵². O conjunto de ventos favoráveis impeliram a emissora ao patamar mais elevado do setor e trouxeram a convicção para seu dono de que seu poderio era imbatível.

Nesse sentido, a Rede Globo passou a dar exemplos de grande prepotência política, os quais renderam inúmeros escândalos, como o de liderar um esquema de fraude nas eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982. Na época, o candidato Brizola não agradava ao regime militar e menos ainda às Organizações Globo, que haviam assumido compromisso com o Wellington Moreira Franco. O esquema consistiu em iniciar as apurações pelo interior, onde o apoio ao governo era maioria, ajudando a criar a ilusão da derrota de Leonel Brizola. A Proconsult, empresa encarregada da contagem dos votos, tinha como principal programador um oficial da reserva do Exército que havia desenvolvido um *software* capaz de subtrair votos de Brizola e adicioná-los ao Moreira Franco. Logo, o papel da Rede Globo seria divulgar a apuração oficial, contribuindo de modo vital para o sucesso da fraude, pois emprestaria credibilidade aos resultados falsos que estavam sendo fabricados (Lima, 2006). No entanto:

O que não estava no plano dos organizadores do esquema fraudulento, todavia, era o desenvolvimento de um serviço próprio de apuração, a partir dos boletins emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Este serviço foi organizado pelo jornal concorrente de *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, juntamente com suas duas prestigiadas emissoras de rádio AM e FM [...]. Com isso, eram apresentados resultados parciais totalmente diversos dos veiculados pela RGTV. Já alertado para a fraude, Leonel Brizola orientou seu partido a desenvolver trabalho paralelo de apuração, utilizando-se de um computador próprio. Essas providências contribuíram para a descoberta da trama, denunciada depois por vários outros órgãos de imprensa (Lima, 2006, p.68).

Com a exposição da fraude, a vitória foi confirmada e Leonel Brizola se tornou o governador do Rio de Janeiro em março de 1983. Sobre este caso, quatro anos depois, numa matéria do *New York Times*⁵³, Alan Riding (1987) destacou o debate sobre o papel dominante da TV Globo na formação da opinião pública no

⁵¹ O presidente declarou em 1973: "Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho (Mattos, 2002, p.104).

⁵² Depois de controlar o mercado interno, a emissora Rede Globo passou a abrir caminho para os territórios internacionais e em 1976, já produzia 75% de seus próprios programas. Em 1979, ela já estava exportando seus programas para mais de noventa países (Mattos, 2002).

⁵³ Segundo o *New York Times*. Disponível em: <https://nyti.ms/35mFEfR>.

momento em que uma nova Constituição estava prestes a ser redigida. Na ocasião, ao entrevistar Roberto Marinho, o jornalista lembrou que Brizola estava deixando o cargo e atribuía a derrota do sucessor à campanha feita pela Rede Globo contra o seu governo. O mega empresário não contestou a alegação:

"Em determinado momento, me convenci de que o Sr. Leonel Brizola era um mau governador", disse. "Ele transformou a cidade maravilhosa que é o Rio em um pátio de mendigos e vendedores ambulantes. Cheguei a considerar o Sr. Brizola nocivo e perigoso, e lutei [contra ele]. Eu realmente usei todas as possibilidades para derrotá-lo na eleição" (Riding, 1987, p.4).

Em 1984, a campanha pelas *Diretas Já* buscava pressionar o Congresso Nacional para a aprovação da proposta de Emenda Constitucional 05/1983, a qual estabelecia a eleição direta para presidente da República, em 1985. Assim que foi marcada a data para a votação, várias manifestações populares e comícios foram desencadeados pelo país, tendo à frente lideranças políticas, artistas e intelectuais que conseguiram impulsioná-las e consolidar uma ampla frente nacional. Segundo Venício de Lima (2006), do ponto de vista da Rede Globo, a *omissão* de cobertura durou até duas semanas antes da votação, chegando ao ponto de ela recusar-se a transmitir o comício de Curitiba; distorcer o de São Paulo, apresentando-o como uma comemoração do aniversário da cidade (minimizando seu caráter político); e depreciar o de Belo Horizonte, levando ao ar apenas imagens rápidas da multidão e um texto que não retratava a magnitude daquela manifestação para o país⁵⁴. De acordo com Eugênio Bucci (2000), no comício de SP, o *Jornal Nacional*, enganou o cidadão brasileiro naquela noite e prosseguiu enganando por várias semanas ao omitir as informações sobre a campanha das eleições: "para quem só se inteirasse dos acontecimentos nacionais pelos noticiários da Globo, a campanha das diretas não existia" (p.29). Contudo, é verdade que, na reta final, a Rede Globo alterou o seu comportamento e deu ampla cobertura para a sua audiência nacional sobre a grande manifestação no Rio de Janeiro (Lima, 2006). A Emenda Constitucional acabou não sendo aprovada por uma pequena margem de votos.

No site da emissora, *Memória Globo*⁵⁵, ela reconhece alguns equívocos nas coberturas de importantes momentos da vida política brasileira e justifica as

⁵⁴ Conforme o autor, o comício em Curitiba se tratava de evento político sem precedente naquela capital, levando 50 mil pessoas às ruas; em São Paulo, foram entre 250 e 300 mil pessoas na Praça da Sé; e em BH, o comício levou mais de 300 mil pessoas às ruas (Lima, 2006).

⁵⁵ Segundo o *Memória Globo*. Disponível em: <http://glo.bo/3JPnEtK>.

decisões tomadas na época. No texto, consta que as manifestações populares não entraram nos noticiários por decisão direta de Roberto Marinho, pois ele temia que uma ampla cobertura pudesse se tornar um fator de inquietação nacional. Em relação à decisão de cobri-las, uma explicação foi noticiada na revista *Veja*, de setembro de 1984: "a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional", afirmou ele. Um dos diretores, Woile Guimarães, declarou, na época, que ministros e generais ligavam para Roberto Marinho ameaçando retirar a sua concessão. Entretanto, a Rede Manchete de Televisão, emissora concorrente, estava cobrindo os comícios e manifestações para o país. Ela não estaria sofrendo as mesmas ameaças? O fato é que o problema jamais passou pela efetiva proibição do regime militar, mas por uma possível perda de audiência que ela enfrentava:

Ao posicionar-se sistematicamente por *distorção, omissão e promoção* de informação contra causas populares, a Rede Globo entrou em via de colisão com a imensa maioria de seu público telespectador. Essa via de colisão poderia representar, a curto prazo, mais do que pedradas em repórteres e vaias a atores. Poderia representar perda de audiência, credibilidade e, por conseqüência, de anunciantes e lucros. Até porque, durante os 90 dias de seu quase silêncio em relação à campanha das Diretas Já, por exemplo, uma das redes surgidas em 1980 e que havia começado a funcionar em meados de 1983, a Rede Manchete de Televisão, tentava firmar seu principal telejornal, em horário quase simultâneo ao *Jornal Nacional*, cobrindo exatamente a campanha e se apresentava, portanto, como uma alternativa para os telespectadores (Lima, 2004a, p.154-5).

A justificativa de iniciar a cobertura apenas quando a paixão popular havia se elevado é descabida, sobretudo porque os militares consideravam a campanha uma ameaça real à sua permanência no poder. Venício de Lima (2004a) assevera uma explicação mais plausível: somente após a definição da nova configuração do bloco histórico, ou seja, quando uma articulação contando com a participação de Roberto Marinho tinha assegurado a liderança em torno de Tancredo Neves (e os interesses da empresa junto à política), com ou sem eleições diretas, é que a Rede Globo decidiu interromper a omissão da cobertura. Ao saber que, a despeito dos resultados da campanha, os seus interesses e seu poder continuariam garantidos, a emissora pode retornar ao seu *disfarce* de uma força de suporte aos interesses e anseios universais da população.

A fase *da transição e da expansão internacional* (1985-1990) concerne à passagem do regime militar para o regime civil. A televisão brasileira alcança uma maturidade técnica que lhe permite lançar as suas produções anteriores, reprisando sucessos em horários antes ocupados pelos enlatados estrangeiros. Ademais, surge

uma maior competição entre as redes e emissoras e um avanço significativo na direção do mercado internacional, com a Rede Globo liderando a implantação de uma expansão sistemática no exterior (Mattos, 2002).

Em 1985, a Rede Globo chega aos 20 anos como o centro de um império que abrange mais de quarenta empresas, possuindo sete emissoras de propriedade total, seis emissoras de propriedade parcial e trinta e seis afiliadas, tornando-se a quarta maior rede privada de televisão do planeta, atrás apenas das três gigantes norte-americanas (CBS, NBC e ABC). Além da televisão, as Organizações Globo envolviam dezoito emissoras de rádio AM e FM, o segundo maior jornal diário do país, duas editoras de revistas e livros, uma produtora de vídeo, uma distribuidora de fitas videocassete, três gravadoras e produtoras de publicidade (Herz, 1988). Gabriel Priolli (1985) celebrou, ironicamente, a data para a *Vênus Platinada*:

É claro que você já sabe que a Rede Globo de Televisão faz 20 anos, neste 1985. Imagine se ela deixaria de avisar todo mundo, perdendo a chance de fazer um enorme auê com essa data tão redonda. [...] É claro que, nessas horas, vamos esquecer a cobertura patronal das greves, a segunda bomba que "sumiu" do Puma no Riocentro⁵⁶, o computador pedessista das eleições de 1982, a adesão de última hora à campanha das diretas-já! Vamos mais é mergulhar no torpor das horas televisivas e fazer na festa da Globo a mesma figuração que fazemos há 20 anos (Priolli, 1985, p.46).

No que tange a Nova República, apesar da ruptura no plano político e das mudanças, o predomínio da burguesia e o sistema de comunicação resultantes dos vinte anos de ditadura militar mantiveram-se inalterados (Herz, 1988). A emissora veria seu poder ficar ainda mais fortalecido no renovado cenário, pois serviria de anteparo para sustentar as novas relações. Baseado nisso, não parecia haver mais limites para Roberto Marinho, resultando no escândalo da troca de favores entre ele e o ministro Antônio Carlos Magalhães, em 1986:

Na repercussão pública das denúncias, destacaram-se dois episódios. No primeiro, Magalhães usou ostensivamente seu poder de Ministro ajudando Marinho a arrancar do empresário Mário Garnero o controle da indústria de telecomunicações NEC. No segundo, Marinho tirou da TV Aratu da Bahia, os direitos de retransmissão da Rede Globo e os concedeu à TV Bahia. E então a denúncia do deputado Elquisson Soares, feita quase dois anos antes, passou a ser

⁵⁶ O autor refere-se à explosão de duas bombas em um carro no Riocentro, em 1981. Tratou-se de um atentado terrorista organizado por integrantes do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do RJ. O objetivo era incriminar os grupos contrários à abertura política que estava em andamento. No entanto, uma das bombas explodiu longe do alvo e a outra, prematuramente, vitimando dois dos responsáveis. Segundo o *Último Segundo*. Disponível em: <https://bit.ly/3utGS3q>.

de domínio público: o próprio Ministro das Comunicações controla indiretamente uma concessão de televisão (Herz, 1988, p.63).

Pouco tempo depois, mais um indício da nociva influência, em específico, na ocorrência em que o presidente José Sarney submeteu a nomeação do ministro da Fazenda à aprovação de Roberto Marinho (Lima, 2006). O autor mostra que as relações entre ambos não se resumiam apenas à amizade, pois as emissoras do presidente no Maranhão eram afiliadas da Rede Globo, ou seja, era um vínculo de "sócios do mesmo negócio". Isto posto, a entrevista do ex-ministro Mailson da Nóbrega à revista *Playboy*, em 1999, serve para elucidar a influência midiática do dono da Rede Globo e seu privilegiado poder político:

Entrevistador: Mas, voltando na história, que traz tantas dicas para o presente, como o Sr. se tornou ministro da Fazenda?

Mailson: Em dezembro de 1987 eu era o secretário-geral do Ministério da Fazenda e o ministro era o Bresser Pereira. Um belo dia ele se demitiu e o presidente José Sarney me convidou para assumir interinamente. Ele me disse: "Vai tocando enquanto decido o que fazer" [...] Fui convidado pelo [jornalista] Paulo Henrique Amorim para fazer um pingue-pongue ao vivo no "Jornal da Globo". A entrevista repercutiu pra burro. No outro dia o presidente me ligou dizendo que tinha gostado muito. [...] Conversei umas seis horas com o presidente. Ele me convidou, mas disse que nada poderia ser anunciado ainda porque precisava aparar algumas arestas.

E: Disse quais eram?

M: Não, mas a aresta era o Roberto Marinho, que tinha outro candidato para o cargo [...].

E: Quem lhe contou?

M: Eu deduzi. Naquele dia, de volta a Brasília, fui ver os noticiários e não tinha saído nada no "Jornal Nacional". Nada [...].

E: O Senhor reagiu, se articulou?

M: Sinceramente, não. O presidente tinha dito que o problema era dele. Continuei tocando. No dia 5 de janeiro [de 1988], o presidente me ligou perguntando: "O Senhor teria algum problema em trocar umas ideias com o Roberto Marinho?". Respondi: "De jeito nenhum, sou um admirador dele, até gostaria de ter essa oportunidade".

E: Nunca tinha conversado com ele até essa data?

M: Não. A Globo tinha um escritório em Brasília, no Setor Comercial Sul. Fui lá e fiquei mais de 2 horas com o doutor Roberto Marinho. Ele me perguntou sobre tudo, parecia que eu estava sendo sabatinado. Terminada a conversa, falou: "Gostei muito, estou impressionado". De volta ao Ministério, entro no gabinete e aparece a secretária: "Parabéns, o senhor é o ministro da Fazenda". Perguntei: "Como assim?". E ela: "Deu no plantão da Globo" [Jornal Nacional].

E: Quanto tempo o senhor levou da sede da Globo para o Ministério?

M: Uns 10 minutos. Ou seja, em 10 minutos o Roberto Marinho ligou para o presidente, estou supondo, porque o presidente nunca me contou nada. Imagino que conversaram e o presidente deve ter dito que então eu seria o ministro. E aí valeu o instinto jornalístico do Roberto Marinho e ele tocou no plantão.

E: O Sr. ainda não tinha a confirmação do próprio presidente?

M: Logo tocou o telefone e era o presidente me chamando ao Planalto. Cheguei lá e ele já estava com o ato de nomeação pronto. Assinou na minha frente. Daí foi tudo divulgado (Lima, 2004b, p.53-4).

Para Pedro Bial (2004), esse fatídico episódio de nosso "folclore político" teria sido desmentido pelo próprio presidente Sarney, defendendo-se, ao dizer que fora ele quem nomeara o Mailson, que procurara "Doutor Roberto" apenas para conversar sobre o futuro ministro e ele teria perguntado se poderia dar o furo no *Jornal Nacional*. Não há provas e documentos para ratificar um dos lados, mas é válido destacar que a defesa de Sarney é um tanto intrigante. Seria normal para o ex-presidente submeter uma lista de nomes de seus ministros para serem passados pelo crivo do dono da Rede Globo? Depois do mandato, quando Roberto Marinho foi perguntando se devia favores a Sarney, sua resposta foi "não" e resumiu-se a dizer que recebera de presente um papagaio da Tailândia e sua gaiola. Porém, vale lembrar que José Sarney havia lhe dado uma concessão pública para explorar a nova tecnologia da TV a cabo (Bial, 2004).

Para avançar, é impossível suprimir desta promíscua trajetória a campanha eleitoral de 1989, cujos debates dos candidatos à presidência, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, obtiveram vastos índices de audiência, gerando impactos relevantes nos resultados. Esta ocasião foi a primeira vez que a nação acompanhava o processo eleitoral e os argumentos dos candidatos (Mattos, 2002). Então, o que era para representar um avanço democrático no terreno político, com a mídia exercendo seu papel de mediadora e operando imparcialmente para prover informações saudáveis com as quais o povo pudesse realizar escolhas racionais, ficou marcado por mais um escândalo. Venício de Lima (2004a) atesta que Collor, o governador de Alagoas, recebera cobertura positiva nos programas jornalísticos da Rede Globo, refletindo a visão particular de Roberto Marinho. As notícias iam ao ar, convocando o país a se unir em torno de um candidato moderno, otimista e representante da *renovação*, um autêntico "caçador de marajás". Sendo assim, sob o título de cobertura "collorida", o autor expõe os dados de sua vasta presença nos telejornais da emissora, uma frequência bem maior do que a dos outros candidatos (incluindo a não-cobertura dos fatos negativos de Collor e a supercobertura dos fatos negativos de Brizola e/ou Lula). Além disso, convém ressaltar que houve um problema ético quando se soube que o IBOPE prestava consultoria ao Collor e era contratado da Rede Globo (Lima, 2004a). Por causa disso, compreende-se porque

as pesquisas divulgadas (quando eram⁵⁷) passaram a ocupar uma posição central no jornalismo da emissora:

Realizadas (ou divulgadas?) com periodicidade variável (semanal, quinzenal), as pesquisas incluíam uma pergunta aos eleitores que projetava a disputa para o segundo turno e, como Collor não mais perdeu o primeiro lugar desde abril [...], a questão era saber quem seria o seu adversário. Dito de outra forma, a pesquisa passou a se comportar como se um dos vencedores do primeiro turno já pudesse estar definido e a fixar na memória do eleitor o nome de Collor como sendo este vencedor (Lima, 2004a, p.238).

Neste quadro, pouco antes do segundo turno das eleições, ocorreram dois debates entre os candidatos, ambos transmitidos pelas quatro principais emissoras: Globo, SBT, Bandeirantes e Manchete. Para coroar a campanha "collorida", no dia seguinte, a Rede Globo fez duas edições do debate, uma para o *Jornal Hoje* e outra para o *Jornal Nacional*. A primeira teria deixado Roberto Marinho irritado e ele decidiu que o tratamento a ser dado na segunda teria de ser diferente:

[...] seus operadores internos, a mando, inverteram o que havia sido feito na edição do início da tarde. A ordem vinda de cima foi clara: fazer uma edição com o pior de Lula e o melhor de Collor. Que ninguém relutasse diante dessa ordem (Emiliano, 2015, p.59).

Segundo Mário Sergio Conti (1999), após ter assistido à versão do *Jornal Hoje*, Roberto Marinho disse que Collor ganhara, mas que a edição fora favorável ao Lula, sendo inadmissível para os padrões da Globo. Seus filhos, Roberto Irineu e João Roberto Marinho, também concluíram que a edição estava ruim e, como num "jogo de futebol", ela transformava a vitória de Collor por cinco a zero em um empate. Assim, por esses e outros motivos, a edição foi considerada polêmica, sobretudo, porque Collor teve mais tempo quando ambos estavam empatados⁵⁸. A defesa da emissora⁵⁹ sustenta que os responsáveis usaram o critério de edição de uma partida de futebol, onde são escolhidos os melhores momentos de cada time.

⁵⁷ "A Globo não divulgou ontem a pesquisa semanal do IBOPE. Na pesquisa Gallup, divulgada quinta-feira, Collor havia caído quatro pontos percentuais. O IBOPE afirma que não fez a pesquisa e que o intervalo era um "buraco contratual" previsto. Mas o comitê de Collor foi informado, por fontes do IBOPE, que a pesquisa foi realizada e o candidato caiu entre quatro e cinco pontos. Também o Instituto Vox Populi, que trabalha para Collor, não divulgou pesquisa esta semana. Collor teria caído sete pontos. A palavra mais ouvida ontem nos demais comitês era manipulação. Circulava ontem em São Paulo: 'Quando Collor cai, o IBOPE não sai'. Segundo a *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://bit.ly/3u25QX4>.

⁵⁸ As pesquisas do IBOPE e Datafolha colocavam ambos os candidatos em um empate técnico, com o primeiro apenas um ponto percentual à frente do outro (Conti, 1999).

⁵⁹ Segundo o *Memória Globo*. Disponível em: <http://glo.bo/3JTccx8>.

O objetivo, como exposto no site, era que "ficasse claro que Collor tinha sido o *vencedor* do debate, pois Lula realmente havia se saído mal". No final do texto, a emissora reconheceu o erro e concordou que provocou um inequívoco dano à sua imagem, chegando à conclusão de que um debate eleitoral não pode ser tratado como futebol. Em vista disso, muito mais pernicioso que um debate editado para fins particulares foi a participação da Rede Globo na campanha "collorida", vista com extremo orgulho por Roberto Marinho em uma entrevista em 1993:

Perguntou o repórter: "Mas o senhor reconhece que a Rede Globo e *O Globo* influenciaram [o público] para a eleição do (presidente) Collor?". Respondeu Roberto Marinho: "Sim, nós promovemos a eleição do Collor e eu tinha os melhores motivos para um grande entusiasmo e uma grande esperança de que ele faria um governo extraordinário". Realmente, Collor realizou um governo extraordinário, deixando para a posterioridade o registro de vultosas realizações na esfera da corrupção (Bucci, 2000, p.30).

A fase *da globalização e da TV paga* (1990-2000) registrou um número ainda maior de videocassetes, estimulando um expressivo aumento das produtoras independentes. Houve também avanço de inúmeras emissoras regionais e muitos investimentos em infra-estrutura, visando o crescimento da produção e exportação dos programas (Mattos, 2002). Esta foi a época da chegada da TV por assinatura como resultado do desenvolvimento global, buscando atender as demandas de um público ávido por conteúdos mais especializados e segmentados. Segundo Valério Brittos e Denis Simões (2011), ela teve importante atribuição na reorganização do setor, posto que atuou na construção dos novos padrões tecno-estéticos no próprio modelo de negócios, gerando novos hábitos de consumo.

É válido lembrar que a figura de Roberto Marinho se tornara tão gigante que lhe rendeu o documentário *Beyond Citizen Kane*⁶⁰, de Simon Hartog, no ano de 1993. O filme foi uma produção do *Channel 4*, do Reino Unido, e aborda a sua vida e soberania à frente das OG, fazendo referência ao protagonista do filme de Orson Welles (1941), cuja trama acompanha o magnata do jornalismo nos Estados Unidos e seu império das comunicações. Pouco tempo depois, o filme chegou ao Brasil por fitas de vídeo caseiras que circularam por vários lugares, sendo exibido até no Congresso Nacional. O documentário crítico aborda um pouco da história da televisão no país por meio de depoimentos de vinte e uma pessoas e há indícios

⁶⁰ Utilizei algumas partes da matéria para compor este parágrafo. Segundo *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <https://bit.ly/3Hxr7MC>.

de que a veiculação tenha sido censurada, dado que, após duas sessões no Museu da Imagem e do Som de São Paulo, as fitas foram confiscadas sob a alegação de problema técnico. Na época, suspeitou-se que a Rede Globo havia comprado seus direitos para impedir a veiculação. Porém, inusitadamente, trechos do filme foram ao ar, sob o comando de Leonel Brizola, durante o horário eleitoral gratuito.

Deve ser lembrado que a crise durante o governo Collor instaurou-se pela sua imprevisibilidade e por conta do presidente ter contrariado os interesses das elites econômicas. José Emiliano (2015) afirma que a insatisfação se deu pela falta de rumos nítidos e pela ausência de um programa concreto do que por propostas reformistas. Não obstante, os escândalos eram silenciados e/ou ignorados pelos meios de comunicação e pela Rede Globo⁶¹. Quanto ao processo de *impeachment*, a emissora alegou que desde as primeiras denúncias o *Jornal Nacional* passou a dedicar parte de seu noticiário à crise política⁶². Contudo, é preciso notar que ela não está se referindo às evidências anteriores⁶³, mas às denúncias feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor, à revista *Veja*, em maio de 1992, quando a crise realmente eclodiu e a mídia não podia mais ignorar a sua existência. Isto posto, para o autor, não é difícil concluir que a mídia entrou no jogo apenas quando as condições tornaram-se intoleráveis e quando ela desejou que a crise explodisse com a devida intensidade (Emiliano, 2015).

Na campanha eleitoral de 1994, despontava o príncipe neoliberal da mídia, Fernando Henrique Cardoso, junto a um bloco conservador poderoso ao seu lado, que unia forças econômicas, a mídia e figuras políticas poderosas: "O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, exalava um nada surpreendente otimismo, entrando na campanha pró-FHC de cabeça" (p.75). Todavia, após quatro anos, algo parecia ter mudado, a mídia veiculava notícias desagradáveis, como as secas no Nordeste e elevada taxa de desemprego. O presidente ficou inconformado com o cenário pintado pelo jornalismo. Para José Emiliano (2015), ele necessitava de sua outrora

⁶¹ Mário Sergio Conti (1999) comenta sobre a omissão da emissora e duas ironias da época: "Naquela noite de sexta-feira, por fim, foi ao ar o último capítulo de *Anos Rebeldes*. A minissérie tivera bons índices de audiência e fora acompanhada com atenção pelos jovens. [...] os estudantes foram os primeiros a protestar, não houve repressão, e o movimento se estendeu, atraindo todas as classes sociais. Havia uma segunda ironia: Roberto Marinho ainda apoiava Collor. O *Jornal Nacional* noticiava a crise política com recato. Mas, com *Anos Rebeldes*, a Globo contribuiu involuntariamente para engrossar as manifestações pela destituição do presidente" (p.503).

⁶² Segundo o *Memória Globo*. Disponível em: <http://glo.bo/3tPVA40>.

⁶³ José Emiliano (2015) indaga por que motivo a crise não teria explodido antes se a esmagadora maioria das coisas ditas por Pedro Collor já havia sido revelada muito antes pela revista *IstoÉ*.

típica estratégia, o silenciamento e a ocultação dos fatos ou que não se enfatizasse tanto os problemas sociais e políticos. Logo, a campanha presidencial seguinte passou praticamente invisível pela televisão. Segundo Fernando Azevedo (2006), a Rede Globo ignorou a campanha eleitoral e não houve um debate entre os candidatos em nenhuma das redes nacionais. Sem dúvida, ocorreu que os planos futuros para mais um mandato do presidente tucano envolvia esta invisibilidade, a qual teve enorme participação na reeleição de FHC, o favorito nas pesquisas⁶⁴:

Albino Rubim destaca o fato de que a Rede Globo, sempre que os fatos não a obrigassem a seguir linha diversa por alguma contingência muito especial, adotou a tática do silenciamento tanto quanto às eleições como às graves questões nacionais. [...] O Jornal Nacional realizou um agendamento e um enquadramento de temas marcadamente favoráveis a Fernando Henrique Cardoso e, insista-se, sempre que pôde, guardou silêncio sobre problemas que saltavam à vista e sobre até mesmo a competição eleitoral. São diversas as táticas midiáticas nessa eleição. Não variam, no entanto, quanto à estratégia: trata-se de derrotar Lula, como nas duas eleições anteriores (Emiliano, 2015, p.84).

Em 1995, a Rede Globo inaugurou o maior centro de produção da América Latina, chamado de Projeto Jacarepaguá (Projac⁶⁵), que passou a abrigar todas as suas produções (Mattos, 2002). Orçado em US\$120 milhões, tornou-se o lar dos maiores estúdios de TV do mundo, com ilhas de edição, uma fábrica de figurinos e cinco cidades cenográficas usadas para a gravação de telenovelas da emissora⁶⁶. César Bolaño (2004) lembra que diante do volume de produção da Rede Globo e dos novos negócios da TV por assinatura, o Projac foi uma grande necessidade e um investimento positivo, pois a emissora deixava de pagar a maioria dos estúdios alugados. Não obstante, esse investimento foi insuficiente para conter a queda da audiência na televisão. Enfrentando cada vez mais uma concorrência intensificada (perdendo fatias expressivas de audiência para a TV segmentada), uma solução da Rede Globo (e outras emissoras) foi popularizar seus programas em prol de atingir um público de condições econômicas mais baixas. Como resultado, notou-se um considerável declínio na qualidade geral dos produtos. Assim, a televisão aberta, mais uma vez na sua história, passou a apelar para toda forma de sentimentalismo, de banalização dos conteúdos, de proliferação de sexo explícito e obscenidades,

⁶⁴ Até mesmo o presidente do TSE, uma autoridade que não podia admitir partidarismos, confessou em uma entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, que a permanência do presidente era "um fato indispensável para a manutenção e consolidação do modelo econômico que foi implantado no Brasil" (Emiliano, 2015).

⁶⁵ Em março de 2016, o Projac foi rebatizado para "Estúdios Globo".

⁶⁶ Segundo a *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://bit.ly/34gOIHK>.

de vulgaridade e baixarias que serviam de desprimorosa memória dos tempos que, pelo visto, não estavam superados⁶⁷: a televisão grotesca de décadas antes⁶⁸:

Em 1997, a baixaria nos programas de televisão foi apresentada com requintes que escandalizaram o país, forçando o governo a tomar uma posição. O requinte foi tanto que, por exemplo, o Faustão apresentou o "Sushi erótico", quando uma bela mulher, completamente nua, coberta por sushis e sashimis (iguarias da culinária japonesa), foi usada como se fosse uma travessa, enquanto atores globais se serviam dos petiscos e a nudez da modelo era aos poucos revelada. Isto sem falarmos sobre o exagero da erotização da programação infantil da TV, mostrada não apenas nas roupas colantes e na dança sensual das apresentadoras e acompanhantes, tipo "Xou da Xuxa" e sua paquitas (Mattos, 2002, p.134).

A fase *da convergência e da qualidade digital* (2000-) é o período em que as tendências resumiram-se na convergência da televisão com a internet, o que a tornou cada vez mais segmentada e com programas diferenciados e voltados para grupos étnicos, associações, jovens, velhos, etc. (Mattos, 2002). Houve mudanças na qualidade dos programas, embora, por via de regra, a televisão aberta brasileira jamais tenha realmente se livrado ou dado um fim aos impulsos grotescos. A Rede Globo continuou como a líder no ramo, com uma larga diferença para as demais, mesmo tendo perdido uma boa parcela da audiência em meio aos novos modelos de competição. Entre os eventos de maior proeminência, destaca-se a criação da TV Globo Internacional, em 1999. Além disso, tendo em vista que esse é o recorte temporal de análise das ficções seriadas, daqui em diante, optei por enfatizar mais os aspectos que envolvem a sua influência na política e seus interesses neoliberais impulsionados pelas práticas jornalísticas.

Nessa direção, em 2002, no início do novo milênio, algo inusitado ocorria no cenário político brasileiro: a eleição para presidente da República de um ex-metalúrgico sindicalista. Tratou-se de uma imensa vitória para as pautas esquerdas reformistas, mas ela não veio sem múltiplas tentativas da mídia de cortá-la pela raiz. A invisibilidade da cobertura anterior tinha sido mais do que suficiente para garantir a reeleição do "príncipe neoliberal". Por isso, quando a oposição passou a manter a liderança de Lula com folga nas pesquisas, seria apropriado que os meios

⁶⁷ Sérgio Mattos (2002) relata a implantação de um manual de qualidade contra o baixo nível da programação da televisão pelo Secretário Nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, em 1998.

⁶⁸ Por julgar desnecessário, optei por não incluir esse período vulgar da nossa TV. Mas ele pode ser basicamente resumido como uma época em que as emissoras apelavam para uma programação de baixa qualidade, cuja estética e conteúdo são de extremo mal gosto. Os motivos responsáveis pelo seu retorno à programação foram mencionados e é válido ressaltar que "foi a Globo a principal responsável pela estética do grotesco, que liderou a audiência de tevê entre 68 e 72, justamente o período do boom econômico-financeiro" (Sodré, 2001, p.102).

de comunicação voltassem a injetar suas energias na campanha eleitoral. A Rede Globo, um ano antes, iniciava a elaboração de um ambicioso e abrangente projeto, que consistia em levar os candidatos para entrevistas nos seus três telejornais: o *Bom Dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *Jornal da Globo*⁶⁹, cujos critérios principais incluíam a prioridade do debate de ideias e o compromisso do direito de defesa, em caso de matérias investigativas com denúncias contra cada um deles.

De acordo com Luis Felipe Miguel (2003), a emissora atribuiu a si própria a posição de regente das eleições, fazendo com que essas regras fossem garantidas e, uma vez que os candidatos optaram por evitar uma contenda com a empresa, submeteram-se às imposições. Além disso, ele aponta para a busca excessiva da Rede Globo pela *imparcialidade* ao tratar dos fatos, por um lado, para se afastar das críticas do passado; e do outro, porque a noção de imparcialidade guarda um potente aspecto da influência da mídia no jogo político, isto é, ela fixa o espaço do politicamente aceitável por meio de duas estratégias:

A mais evidente consistia na obtenção de promessas por parte dos candidatos. Nas entrevistas e nos debates, o âncora do Jornal Nacional, William Bonner, cobrava de todos (em especial dos três oposicionistas) a "manutenção dos contratos", o pagamento das dívidas externa e interna e o compromisso com o ajuste fiscal. Da forma como o diálogo era posto [...], parecia que Bonner exigia algo tão evidente quanto a honestidade no trato com o dinheiro público, isto é, algo que não permitisse discordâncias no campo da política e que marcasse o desviante como portador de um déficit moral. A outra estratégia se dava no agendamento e no enquadramento dos temas (Miguel, 2003, p.304).

A esse respeito, ficou mais do que evidente que o recorte feito iluminava determinados aspectos em detrimento de outros, beneficiando uma interpretação específica do mundo social e de suas alternativas (Miguel, 2003). Não obstante, conforme revelou José Emiliano (2015), após dois anos no poder, o projeto social e político encabeçado por Lula começou a sofrer um implacável cerco comandado pela mídia. Era 2005 e os ataques contariam com a artilharia pesada de uma mídia insatisfeita pela perda de uma figura alinhada com seus ideais no poder Executivo. Patrícia Carvalho (2012) relembra que a posse do senador Hélio Costa no cargo de ministro das Comunicações e a forte guinada na política do governo (indo de uma posição favorável ao interesse público para a televisão digital e os interesses das emissoras), levantou grandes suspeitas de uma troca de favores: as emissoras deixariam de acusar o presidente pelo mensalão e, em troca, teriam um indicado

⁶⁹ Segundo o *Memória Globo*. Disponível em: <https://glo.bo/35nOyK8>.

pelas Organizações Globo (lutando pelos seus privilégios). Contudo, nos meses de julho a setembro, as denúncias de corrupção circulando pelo Congresso invadiram os noticiários: o *Jornal Nacional* chegava a ter mais de dois terços de seu tempo dedicados à crise, isto quando a exatidão factual não era esquecida ou suas pautas não cobriam os assuntos relevantes para o país⁷⁰ (Lima, 2006).

No que tange a isso, Venício de Lima (2006) enumera seis exemplos em que a mídia inverteu a garantia constitucional da presunção de inocência para uma aviltante "presunção de culpa" em ocorrências e denúncias referentes ao Partido dos Trabalhadores e ao Lula. Para o autor, as Organizações Globo demonstraram um jornalismo antiético e longe do ideal de profissionalismo em três situações: a primeira, nos saques de nove petistas nas agências do Banco Rural, atribuindo-os ao "mensalão". A lista, contendo o nome dos envolvidos, havia sido levantada por um deputado de oposição ao PT e líder na Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, do PFL. Sem checar a veracidade, o *Jornal Nacional* levou a matéria ao ar. No dia seguinte, após terem constatado que não era confiável e a lista continha nomes de dois assessores de Rodrigo Maia, não houve esclarecimentos ou reconhecimentos de irresponsabilidade sobre o dia anterior.

Outro caso ocorreu no esquema conhecido como "valerioduto". Mesmo divulgando no título que ele havia sido utilizado pelo PSDB em 1998, a manchete imputa uma falsa ideia de que o publicitário é quem teria inventado esse esquema, reforçando uma corrupção "exclusiva" do PT. Por último, houve o famoso caso do "presidente sabia", sobre o acordo de dez milhões de reais entre o PT e o PL. Na época, embora o presidente tivesse dito que nada sabia e que se sentia traído por práticas inaceitáveis das quais jamais tomara conhecimento, o *Jornal Nacional* destacava a manchete de que o presidente Lula e seu vice, José Alencar, sabiam das negociações ilícitas. A entrevista utilizada pelo telejornal foi a concedida pelo ex-deputado Valdemar da Costa Neto à revista *Época* e cujas respostas em nada

⁷⁰ Os assuntos são: a aprovação pelo Congresso do Fundo Nacional de Habitação (para subsidiar a construção e recuperação de moradias para a população de renda mais baixa); os índices sobre a criação de novos empregos com carteira assinada; a ausência sobre as conferências nacionais promovidas por movimentos sociais (Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Trabalho, etc.); e o esclarecimento de denúncias relativas à crise política, como a de Furnas, cuja auditoria interna não encontrara evidência de desvios, como denunciado pelo deputado Roberto Jefferson (Lima, 2006).

indicavam que Lula sabia da origem do dinheiro, que pagaria o acordo ou seria um eventual caixa dois⁷¹ (Lima, 2006).

Cumprido destacar que o segundo mandato de Lula continuou sob intensos ataques midiáticos. Em 2010, o PT precisava destacar um substituto que pudesse dar continuidade aos projetos do partido. Porém, não havia essa pessoa, o partido estava dividido. As rupturas e as múltiplas denúncias e casos de corrupção foram corroendo suas bases aliadas e dilaceraram a reputação dos possíveis pretendentes. Uma solução encontrada foi trabalhar a imagem de Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil. Desde o momento que foi anunciada, iniciou-se a ofensiva anti-Dilma. Para Jose Emiliano (2015), a mídia unia-se de novo para um combate sem tréguas às novas estratégias do PT. Houve um encontro em São Paulo, em março de 2010, denominado de I Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, promovido pelo Instituto Millenium⁷², cuja pauta pretendeu ditar o rumo da cobertura das eleições presidenciais. Seus anfitriões eram: Roberto Civita, da *Editora Abril*, Otávio Frias Filho, da *Folha de São Paulo*, e Roberto Irineu Marinho, da *Rede Globo*. E mais:

A velha mídia rasgou a fantasia. O jornalismo, ora, o jornalismo, fosse mandado às favas. Importante mesmo era derrotar o PT, evitar a vitória de Dilma – se ela vencesse, vociferavam os barões midiáticos, seria o terceiro mandato petista –, um escândalo. [...] não é que houvesse novidade. No entanto, com o Instituto Millenium, a articulação golpista da mídia assumia uma natureza mais orgânica, mais escancaradamente política (Emiliano, 2015, p.124).

Em agosto de 2010, Dilma abria 17 pontos de vantagem sobre o candidato José Serra, do PSDB, o que lhe concederia a vitória no primeiro turno⁷³. Sobre as entrevistas na Rede Globo, Afonso de Albuquerque (2013) afirma que, em síntese, as perguntas dirigidas a Serra colocaram-no em uma posição de superioridade em relação à sua reputação, enquanto as de Dilma, colocaram-na em uma posição de inferioridade e a sua interpretação dos fatos era desmentida perante as evidências supostamente incontestáveis. José Emiliano (2015) cita alguns ataques da mídia,

⁷¹ Em uma matéria intitulada "A típica fraude exemplar", a *Carta Capital* concluía que "não há, até o momento, nenhuma indicação de que Lula conhecesse e tivesse avalizado as operações clandestinas da dupla Delúbio e Marcos Valério para saldar dívidas de campanha, pagar supostos mensalões ou servir de eventual caixa para o partido ou dirigentes petistas. [...] Em momento algum – tanto em *Carta Capital* quanto em *Época* – se diz que naquela ocasião Lula sabia que a fonte de recursos para cooptar o PL seria ilegal" (Lima, 2006, p.31-2).

⁷² Pelo apoio concedido ao fórum, pode-se automaticamente verificar que seus interesses não eram os mesmos do público. Entre eles, a ABERT, a ANER, a ANJ e a ABAP. Inclusive, alguns dos seus integrantes mais antigos participaram das Marchas da Família com Deus pela Liberdade e deram apoio posterior à ditadura militar (Emiliano, 2015).

⁷³ Segundo o *G1*. Disponível em: <http://glo.bo/3wYNS9P>.

como o caso de Erenice Guerra, aliada da presidente na Casa Civil, pelo qual se tentou vinculá-la à suposta acusação de tráfico de influência; outro foi a guerra religiosa contra a candidata, acusando-a de ser a favor do aborto, conseguindo até mesmo apoio do papa Bento XVI, que recomendou aos bispos a orientarem os fiéis; e o episódio da "bolinha de papel". Sobre este último, ele relata os eventos: era outubro, no calçadão de Campo Grande, no Rio de Janeiro, onde ocorria uma manifestação do sindicato de funcionários da Fundação Nacional de Saúde, que Serra demitira seis mil funcionários, em 1999. Um deles teria acertado-o com um pedaço de papel na cabeça. Certamente orientado, Serra foi para o hospital, onde fez uma tomografia jamais divulgada. A bolinha de papel tornou-se um projétil que o mesmo avaliou o peso em meio quilo (Emiliano, 2015). O *Jornal Nacional* exibiu a matéria como uma "bobina de fita crepe", mas foi desmentido pelo SBT:

Só que o SBT não embarcou nesse jogo: exibiu, também em horário nobre, a bolinha de papel, ela mesma, com sua consistência insignificante, batendo na cabeça de Serra: ele nem se altera, somente olha para o chão tentando descobrir a razão do triscado. Serra virou piada mundial na internet. Junto com ele, a Rede Globo e a montagem da farsa. O milagre não viera (Emiliano, 2015, p.141).

A vitória da candidata em nada mudaria a percepção da mídia ou aplacaria os seus ânimos. Anos depois, a conjuntura política do país começava a efervescer sentimentos de raiva e decepção pelo governo. Era geral o sentimento de desgosto pela baixa qualidade dos serviços públicos e a impunidade da corrupção assolando o terreno político. Segundo Eugênio Bucci (2016), uma energia nova e inesperada começou a se juntar, ganhou densidade e explodiu, transformando-se nas jornadas de junho de 2013. Essas manifestações, convocadas pelo Movimento Passe Livre, tiveram, como objetivo inicial, protestar contra o aumento de vinte centavos na tarifa dos ônibus do Rio e São Paulo, mas tomaram proporções imensas por todo o país, dominando as capitais e fazendo com que a pancada atingisse o discurso do governo federal (Bucci, 2016). Conforme Jessé Souza (2016), existe uma linha nítida de continuidade entre essas jornadas e o futuro golpe. No intervalo de quase três anos foram realizados ataques sem tréguas ao governo federal. Diante disso, a questão principal para o autor é entender como protestos localizados, com pautas focadas nos municípios, foram manipulados a se federalizarem para atingirem a popularidade de Dilma. A primeira referência no *Jornal Nacional*, no dia 10 de junho, enfatizou o lado negativo, o tumulto e o prejuízo ao trânsito (Souza, 2016).

Apenas uma semana depois, o jornal mudou, passando a definir os protestos como pacíficos, retirando aquela carga de incômodo e tornando-o positivo:

A cobertura do *Jornal Nacional* no dia 19 de junho passou por uma transformação decisiva. A federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidente, começou a ganhar corpo com a criação de palavras de ordem pelo próprio jornal, que passava agora a promover e incentivar as manifestações como explosão democrática do povo brasileiro. Pela primeira vez o *Jornal Nacional* mostrou queda de popularidade da presidenta Dilma: de 79% de contentamento com o governo em março de 2013 – sua maior aprovação histórica – para 71% em junho. Apesar de a queda inicial ter sido apenas moderada, percebia-se claramente que os protestos podiam ser canalizados para atingir a presidenta (Souza, 2016, p.91).

Prossegue o autor, com os ventos dessa popularidade em queda soprando a favor, a mídia passou a se associar às instituições jurídicas e policiais, ampliando o processo de deslegitimação do governo eleito. A palavra "corrupção" ganhava as ruas e se tornava a bandeira central deste movimento midiático-jurídico; a PEC 37 era escandalosamente martelada pelo *Jornal Nacional* e os protestos perderam seu sentido popular quando manifestantes de esquerda ou ligados a outros partidos políticos passaram a ser hostilizados pela horda de pessoas vestindo a camisa da seleção e a bandeira do Brasil⁷⁴ (Souza, 2016).

Nas eleições de 2014, a revista *Veja* deu mais um exemplo de jornalismo partidário irresponsável. No dia 23 de outubro de 2014⁷⁵, ela publicou em seu site a capa da próxima edição com as fotos de Dilma e Lula e os dizeres: "Eles sabiam de tudo"⁷⁶. Dois dias depois, a *Folha de São Paulo*⁷⁷ estampou o título da matéria, corroborando com a investigação da revista *Veja*, e a Rede Globo levou ao *Jornal Hoje* e ao *Jornal Nacional* as mesmas acusações de que ambos sabiam de tudo na Petrobras, escudando-se na estratégia do "segundo à *Veja*" (Emiliano, 2015). Na coluna de 24 de outubro de 2014, de Merval Pereira, um dos principais articulistas do *O Globo*, dois dias antes do segundo turno, ele afirmou que "o impeachment da presidente será inevitável, caso ela seja reeleita no domingo. Corremos o risco de

⁷⁴ O autor afirma que o *Jornal Nacional* sugeria em suas coberturas que os "amarelinhos" reagem espontaneamente enquanto os "vermelhos" eram militantes profissionais sectários (Souza, 2016).

⁷⁵ Segundo a *Veja*. Disponível em: <https://bit.ly/3iXO3tv>.

⁷⁶ Para José Emiliano (2015), o núcleo da matéria da *Veja* resume-se a cinco linhas, onde diz que o doleiro teria declarado que Lula e Dilma sabiam de tudo, mas a revista não apresentou uma única e escassa prova de que ele tenha declarado isso.

⁷⁷ "Doleiro acusa Lula e Dilma, que fala em terror eleitoral". Segundo a *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://bit.ly/38BFWkH>.

estarmos condenados a uma crise institucional das grandes⁷⁸". Assim, a reeleição explanou a polarização política que tomou maior proporção no primeiro discurso do candidato derrotado, Aécio Neves, onde ele prometeu realizar uma oposição incansável e intransigente⁷⁹. Um mês depois, ele disse representar o sentimento de indignação da população e que havia perdido para uma "organização criminosa"⁸⁰.

Diante deste panorama, a reeleição de Dilma colocaria mais combustível no antigo embate entre o PT e a mídia. O Partido dos Trabalhadores chegava ao "seu tetra", tornando cada vez mais difícil um apaziguamento com seus inimigos, sobretudo pelo acirrado resultado das urnas⁸¹. Para Sylvia Moretzsohn (2016), os adversários nunca se conformaram e contestaram o resultado, denunciaram fraude, pediram recontagem de votos e, apenas quatro dias após a eleição, protocolavam o primeiro de 37 pedidos de *impeachment* que iriam ser apresentados ao longo do mandato da ex-presidente. Segundo Eugênio Bucci (2016), o período foi marcado pela aceleração dos protestos e o Estado permanecendo surdo às reivindicações sociais da população; nas manifestações, existia uma única demanda: o combate à corrupção. A breve explicação do cenário político é fundamental, pois João Feres Jr. e Luna Sassara (2016) analisaram o período posterior à reeleição e o papel da mídia na crise política que se agravava. Os autores, denominando esse período de "terceiro turno", apontam que os principais jornais brasileiros promoveram uma campanha excessivamente contrária à presidente Dilma: por análise quantitativa, a cobertura negativa da mídia saltou de 96 matérias, notícias, artigos de opinião e editoriais contrários, de outubro a dezembro, para 229, em janeiro; e para 322, em março. O jornal *O Globo*⁸² exibiu semelhante comportamento nas suas edições, mas, numa delas, deixou ainda mais explícita sua posição em relação à ilegalidade

⁷⁸ Segundo o acervo d'*O Globo*. Disponível em: <http://glo.bo/3fhq75O>. Cheguei a esta coluna por meio da discussão em Sylvia Moretzsohn (2016).

⁷⁹ Segundo o *Senado Notícias*. Disponível em: <https://bit.ly/3qRKeua>.

⁸⁰ Segundo a *Carta Capital*. Disponível em: <https://bit.ly/3LCx3Gc>.

⁸¹ A saber, Dilma Rousseff foi eleita no segundo turno com 51,64% dos votos, contra 48,36% de Aécio Neves. Disponível em: <https://bit.ly/3ND2yB1>.

⁸² O editorial de 4 de agosto de 2016 começa reforçando que tudo ocorreu dentro dos limites legais e com absoluto respeito ao direito de defesa. Em seguida, parte para atacar as tentativas do PT de prolongar o processo, acusando-as de serem "chicanas parlamentares", "pedidos descabidos" para se ouvir testemunhas já citadas na defesa e "manobras desesperadas". Por último, ressalta que essa demora "ameaça colocar o país de volta à estaca zero do final da gestão Dilma" e revela toda a sua opulência de visões antidemocráticas: "Não importa se virão ou não denúncias que comprometam Temer. Não se pode é barrar o processo de impedimento de Dilma em nome disso. Apressar-se o desfecho do *impeachment* é o melhor para o país". Disponível em: <http://glo.bo/3LmowqB>.

do golpe. Para completar, Cileide Alves (2016) avança essa questão, alegando que a posição do jornal assumiu um tom bem agressivo:

O jornal carioca, econômico nos editoriais na era Collor, não ficou um dia sem fazer uma crítica ao governo, à Dilma ou seus aliados. [...] Publicou 29 editoriais no período de minha pesquisa. Foi igualmente duro na escolha dos adjetivos e no tom dos ataques. Usou bastante as expressões lulopetismo, sempre em tom pejorativo, e bolivarianismo, para definir ideologicamente o governo e o PT. Em 25 de janeiro, afirmou que o governo realizava o "projeto de equiparar o Brasil à Venezuela". Escreveu que "impeachment não é golpe" em mais de um editorial. Lendo esses textos, impossível não lembrar o esforço do Estadão em 1964 para explicar que "revolução não era golpe" (Alves, 2016, p.307).

Em relação ao *impeachment*, apesar do arsenal pesado da mídia, ainda lhe faltava um elemento decisivo: a construção de um discurso coerente. De acordo com Jessé Souza (2016), nosso aparelho jurídico-policial, notoriamente partidário, fornecia material ilegal à imprensa, com a Rede Globo articulando, selecionando, manipulando e incendiando seu público com a produção de uma corrupção apenas *unilateral*. O juiz Sérgio Moro, eleito personalidade do ano do jornal *O Globo*, foi blindado pela mídia ao vazar a conversa de Dilma com Lula, divulgada por uma autorização ilícita que, em outros países, sofreria severas consequências, como a perda do cargo⁸³ (Souza, 2016). Quanto a isso, prossegue o autor, tornou-se nítido o acordo entre os agentes que há tempos tentavam encerrar a política do PT:

A elite financeira, a mídia – sob comando da TV Globo –, o parlamento comprado e a casta jurídica se unem e decretam o fim do governo eleito. Com o golpe consumado, todos os interesses que se articularam partem direto para a rapina e para o saque do espólio. Vender as riquezas brasileiras, o petróleo à frente, cortar os gastos sociais, posto que o que vale agora é apenas o interesse do 1% mais rico e fazer a festa da turma da "privataria"⁸⁴ (Souza, 2016, p.131).

Após nove meses de tramitações, em 31 de agosto de 2016, a presidente Dilma Rousseff foi afastada do poder Executivo. Entre os deputados que estavam sendo investigados pela *Operação Lava Jato*⁸⁵ por suspeitas de recebimento de propinas, 80% votaram a favor do processo, como Eduardo Cunha, presidente da Câmara e réu por lavagem de dinheiro e corrupção. No Senado Federal⁸⁶, figuras

⁸³ Em 2019, Sergio Moro pediu desculpas ao STF por autorizar a divulgação de escutas telefônicas entre Lula e Dilma Rousseff, dizendo que "não teve intenção de provocar polêmicas, conflitos ou constrangimentos". Segundo a *EBC*. Disponível em: <https://bit.ly/3yj0ZmG>.

⁸⁴ Amaury Ribeiro Jr. (2011) apresenta os documentos secretos e descreve os eventos responsáveis pelo *maior assalto ao patrimônio público brasileiro* e os trâmites ilegais das fortunas tucanas.

⁸⁵ Segundo a *Exame*. Disponível em: <https://bit.ly/3LOboe2>.

⁸⁶ Segundo o *Senado Federal*. Disponível em: <https://bit.ly/3kLacfA>.

ilustres e recorrentes em processos de corrupção, colaboraram com votos a favor, como Fernando Collor de Mello, Aécio Neves, Aloysio Nunes, Tasso Jereissati e Romero Jucá. Aliás, este último envolveu-se na questão do áudio vazado com o Sergio Machado⁸⁷ (ambos do PMDB), "esclarecendo" as razões do *impeachment*: obstruir a *Operação Lava Jato* e aliviar as investigações de políticos suspeitos de atos ilícitos. Com isso, depuseram do cargo uma presidente que jamais havia sido investigada ou apresentou indícios de participação ilegal:

[...] a imprensa estrangeira, que já se havia escandalizado com o espetáculo grotesco da votação do *impeachment* na Câmara, ressaltou, caprichando na ironia, o disparate que a mídia brasileira ignorava ou minimizava: que uma presidente eleita por mais de 54 milhões de votos, sem qualquer indício de ter cometido algum crime – muito menos em benefício próprio –, estava sendo derrubada por políticos notoriamente corruptos (Moretsohn, 2016, p.140).

Paralelamente, na operação envolvendo os poderes Legislativo e Judiciário e a Polícia Federal, ocorreram as investigações do famoso "Caso do Tríplice", cuja sentença proferida pelo juiz Sérgio Moro condenou o ex-presidente Lula a 9 anos e 6 meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, na primeira instância; e a 12 anos e 1 mês, em segunda instância, tornando-o inelegível para a campanha presidencial de 2018 (ele liderava as pesquisas⁸⁸). Conforme João Feres Jr.⁸⁹, a Rede Globo repetiu a mesma disposição para a manipulação das notícias com a finalidade de produzir efeitos políticos: a culpabilização de Lula e a transformação de Sérgio Moro em herói nacional pela luta anti-corrupção. Para o autor, quando William Bonner anuncia que Lula nega as acusações em relação à propriedade do tríplice, ele o faz em tom de deboche. Em seguida, enquanto ele narra os fatos do interrogatório, ao fundo, vê-se a animação de um cano de óleo jorrando notas de cem reais, uma estratégia conhecida do jornal. Ele conclui, portanto, que o tom da reportagem foi tendencioso e buscou desqualificar a defesa de Lula, apresentando uma imagem do juiz de compostura e seriedade. Por fim, a polarização entre o PT e seus adversários, como Jair Bolsonaro, permaneceu acirrada até o resultado das urnas, no segundo turno, que concedeu à vitória ao candidato do PSL⁹⁰.

⁸⁷ Segundo o *El País*. Disponível em: <https://bit.ly/3Fnlpwh>.

⁸⁸ Uma semana depois de ser condenado em segunda instância, Lula aparecia em primeiro lugar com 37% das intenções de voto para as eleições de 2018. O candidato que venceu, Jair Bolsonaro, tinha 16%. Segundo o *GI*. Disponível em: <http://glo.bo/3qXlIIa>.

⁸⁹ Segundo a *Carta Capital*. Disponível em: <https://bit.ly/3EMShhM>.

⁹⁰ Jair Bolsonaro teve 55,13% e Fernando Haddad, 44,87% dos votos válidos. Cerca de 30% foram em branco, nulos ou abstenções (42 mi). Segundo o *GI*. Disponível em: <http://glo.bo/3SLccUd>.

Neste subcapítulo, a discussão situou a emissora Rede Globo junto às fases da televisão brasileira, ressaltando a sua participação na conjuntura política que compreendeu o período entre os escândalos nos acordos com o grupo *Time-Life*, passando pela época em que alcançou elevada posição durante o regime militar (e constituiu uma parceria vantajosa para ambos, realizando a integração nacional e a disseminação de conteúdo político-ideológico), até o apoio ao golpe que afastou Dilma Rousseff do poder Executivo e os eventos que culminaram na condenação de Lula, tornando-o inelegível para as eleições de 2018⁹¹. Na esfera dos negócios, a emissora impôs um elevado padrão de qualidade técnica, fundando um modo brasileiro e particular de produção televisiva. Como ressaltou Daniel Herz (1988), do ponto de vista da economia, a Rede Globo foi o grande instrumento de criação e estimulação de um mercado nacional unificado; contudo, no âmbito da política, como um instrumento ideológico, ela obteve poderes jamais experimentados na história do país, traficando a ideologia "modernizante-conservadora". Em face do exposto, é inequívoca a participação promíscua da Rede Globo, a qual recebeu o título de um verdadeiro *gangsterismo* pelo autor. Ao longo de seu percurso, suas intervenções na política estiveram sempre em conformidade com os interesses do poder corporativo e privado, inclusive à frente da legislação, e não mediu esforços para fazer valer a sua ambição e mexer as peças no tabuleiro eleitoral para colocar no poder (ou retirar) os que estavam alinhados com sua posição.

3.3 Dominação e Meritocracia: Os Privilégios nas Desigualdades Sociais

As classes burguesas não querem (e não podem, sem destruir-se) abrir mão: das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente "abrissem" a ordem econômica, social e política perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (Fernandes, 1976, p.363-4).

Em uma noite⁹², quatro cavalheiros conversavam sobre alguns assuntos da mais alta transcendência e metafísica, resolvendo de maneira amigável os árduos

⁹¹ Optei por excluir a posição da Rede Globo em relação à presidência de Jair Bolsonaro por conta da proximidade temporal e a dificuldade de uma análise contundente e objetiva do tempo presente.

⁹² A introdução foi baseada no conto "O Espelho", de Machado de Assis (1994), de onde retirei os elementos principais para a introdução, tentando manter a essência literária da obra.

problemas do universo. Um quinto estava calado, pensativo e sua participação no debate resumia-se a resmungos de aprovação. Esse homem chamava-se Jacobina, tinha a mesma idade dos outros, cerca de quarenta e cinco anos, e era provinciano, capitalista, inteligente e instruído. Entre suas virtudes, não discutia nunca, posto que, paradoxalmente, ele considerava as discussões uma forma polida do instinto batalhador que jaz nos seres humanos como uma herança bestial; e assim, ele se defendia sempre que lhe perguntavam. Desta vez, um dos presentes contestou sua visão e o desafiou a atestar o que afirmava. Jacobina acatou e falou por quarenta minutos, dividindo a opinião dos companheiros. Isto porque ele defendia que cada criatura humana traz duas almas consigo, uma que olha de dentro para fora e outra que olha de fora para dentro. Segundo ele, essa alma exterior pode ser um espírito, um homem, um objeto, e quem perdê-la, fica sem metade da existência, tanto que já houve casos em que a sua perda implicou a perda da existência inteira.

Para ilustrar, Jacobina relatou um caso de seus vinte e cinco anos, quando era pobre e acabava de ser nomeado alferes da Guarda Nacional. O acontecimento causara um rebuliço na família, trazendo alegria sincera e pura a todos. Porém, em sua vila havia uns despeitados, cujo motivo não era outro senão que o posto tinha muitos candidatos e eles haviam perdido. Mas no geral, muitas pessoas ficaram satisfeitas com a nomeação e a prova era de que o cargo lhe fora dado por *amigos*. Certo dia, a sua tia o convidou para o seu sítio, pois desejava vê-lo e pediu que ele levasse a farda. Extasiada com a notícia, passou a lhe chamar de alferes para cá, alferes para lá, e alferes a toda hora, apesar do rapaz pedir-lhe que o chamasse de Joãozinho. O entusiasmo da tia chegara ao ponto de ela mandar pôr no seu quarto um grande e imponente espelho, herdado de uma das fidalgas da corte de D. João VI. E diante de tantos carinhos e atenções, Jacobina percebeu uma transformação. A sua alma exterior que antes era o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza e passou a ser tudo o que seu novo posto representava. As dores e as alegrias humanas não mais obtinham dele sentimentos de compaixão, não havia mais razões para sorrisos. O alferes havia eliminado o homem.

Em uma manhã, a sua tia teve de deixar o sítio às pressas porque uma das filhas estava mal à morte e Jacobina ficou só com os poucos escravos da casa. No entanto, eis que na primeira noite, eles aproveitaram a situação para fugir! O rapaz ficou triste, não sabia se deveria ir atrás da tia ou tomar conta da casa. Sua solidão tomou proporções enormes, nunca os dias passaram tão devagar. Ele andava pela

casa como sonâmbulo, um defunto desolado, um boneco mecânico. Ao dormir, o sono lhe dava alívios, pois sua mente acessava a alma interior; mas ao acordar, a sua consciência sofria pela falta da exterior. Ele passou a sentir o cansaço físico e dores pelo corpo. À sua volta, tudo era um enorme e infinito silêncio. Ao fim de oito dias, lembrou-se do espelho e foi até seu quarto. Um surto de medo percorreu o seu corpo quando ele viu estampado um reflexo esfumado, difuso, e atribuiu o fenômeno à excitação nervosa. Levantou o braço, de mau humor, e viu o gesto ser copiado, mas continuava esgaçado, mutilado. Subitamente, num impulso, resolveu vestir a farda. Aprontou-se todo, ajeitou os olhos e contemplou a figura integral, nenhuma linha de menos ou contorno diverso, de um perfeito alferes. A sua alma exterior, perdida na ausência dos carinhos da tia e fugida com os escravos, surgia suntuosa através do espelho. Daí em diante, a cada dia, a uma certa hora, vestia-se de alferes, sentava-se na frente do espelho, lia, meditava, por duas ou três horas, e despia-se outra vez. Seguindo esta rotina, ele não mais sentiu solidão.

No conto "O Espelho", de Machado de Assis (1994), ficamos sabendo da estória do jovem Jacobina que teve a sua alma exterior transformada ao conquistar o posto de alferes e experimentar as sensações e regalias que acompanhavam a sua nova posição na sociedade. Por negligência, ele cometera um erro que lhe roubou essa alma, fazendo-o se sentir perdido, deslocado da realidade. Porém, em um ato de desespero, vestiu a farda e a recuperou inteiramente, pois ela havia passado a habitar na sua vestimenta. O conto realiza um fascinante exame da alma humana, levando em conta as suas subjetividades, identidades, os seus lugares nas relações sociais da época e como eles são construídos à luz de nossos reflexos observados no comportamento dos outros. Um dos elementos mais viscerais do conto jaz na separação das duas almas, efetuando a divisão da consciência dos seres humanos em um eixo externo, da nossa *aparência* perante à sociedade, e de um interno, da nossa *essência* e constituição por natureza, e desvelando, de modo brilhante, como as ações do cotidiano e a relação com outras pessoas podem contribuir para fazer com que a primeira passe a governar integralmente a segunda.

Com isto em mente, este subcapítulo fará uma exposição teórica visando a reunião das discussões anteriores para integrá-las à realidade brasileira e criar uma substância tangível capaz de ser observada concretamente nas ficções seriadas. Na primeira parte, abordo a meritocracia, um fenômeno bastante impulsionado pelas narrativas midiáticas e que promove exatamente o oposto do que declara, isto é, a

reprodução de privilégios por meio de um discurso que busca justificar e legitimar os abismos nas condições materiais de existência e de competição no mercado. O ponto nevrálgico é o de que os argumentos em prol das aquisições e vitórias pelo mérito tendem a escamotear os privilégios e os diferentes pontos de partida das classes na corrida social pela obtenção do bem-estar e pela satisfação dos desejos, além do determinante fundamental, a pura sorte. Em seguida, exponho um breve cenário da transformação da sociedade brasileira para o capitalismo e algumas de suas particularidades quanto à dominação burguesa, inclusive, tendo em conta os efeitos da ofensiva neoliberal no novo milênio. No final, junto os temas a fim de esclarecer a questão da classe média junto aos processos responsáveis por manter as maiores vantagens apenas para os que detêm privilégios, realçando os aspectos da ilusória noção de mobilidade social galgada pelos esforços individuais.

O conceito de meritocracia surgiu pela primeira vez⁹³ de forma sistemática no livro satírico de Michael Young (1961). Na obra, um autor imaginário discorre sobre as mudanças históricas na Inglaterra e vislumbra um sistema social futuro no qual a divisão de classes não se dava em torno de relações de propriedade ou familiares, mas pelo quociente de inteligência. Nele, as pessoas realizam etapas de seleção na infância para se determinar as crianças mais brilhantes, aquelas aptas a um ensino capaz de fazê-las desenvolver as suas capacidades a nível máximo. As demais, reprovadas nesses testes, são relegadas aos patamares inferiores, tendo de buscar no trabalho simples e manual os meios de sua sobrevivência. As posições sociais são, então, definidas pelo número reduzido de indivíduos possuidores do mérito (inteligência, habilidades e talentos) e os desprovidos dele. Diante disso, o autor demonstra que o sistema, ao ser levado às últimas consequências, renderia situações insustentáveis e bastante danosas para os desfavorecidos, posto que a superioridade intelectual da elite seria justificada numa operação "igualitária" e a baixa capacidade dos "sem-mérito" impediria a luta e a proteção contra os abusos da elite intelectual (Young, 1961).

Com o passar do tempo, essa estrutura da sociedade meritocrática deixou de significar algo nocivo e o termo foi apropriado pelos usos populares, incluindo importantes figuras políticas. Em uma coluna do jornal *The Guardian*⁹⁴, de 2001,

⁹³ A primeira edição é do ano de 1958 e, apesar de ser considerado o "criador" do termo, o autor menciona o uso corrente dele em jornais de pequena circulação por volta de 1860 (Young, 1961).

⁹⁴ Segundo o *The Guardian*. Disponível em: <https://bit.ly/3dBWKYr>.

Michael Young expôs a sua insatisfação com os perigos de sua utilização sem os devidos cuidados⁹⁵. No texto, ele discorre sobre como a meritocracia está em voga e cada vez mais os meritocratas acreditam em seus avanços, o que poderia torná-los presunçosos (mais do que as classes aristocráticas que ascendiam socialmente por conta das relações familiares), uma vez que esses recém-chegados ao poder acreditam ter a moralidade ao seu lado. Conforme Michael Sandel (2020), existe uma noção profundamente enraizada nas intuições morais da cultura ocidental de que os nossos destinos refletem nossos méritos. O filósofo norte-americano se vira para a teologia bíblica para mostrar como ela nos ensinou que os eventos naturais adquirem uma razão para os humanos: um clima favorável e a colheita abundante seriam recompensas, enquanto a seca e a pestilência, punições para o pecado. Essa perspectiva é a semente da meritocracia, pois reflete a crença de que o universo moral organiza-se para alinhar a prosperidade com o mérito, o sofrimento com a transgressão; a riqueza passa a ser fruto dos talentos e esforços e, em oposição, a pobreza é tida como a pura indolência (Sandel, 2020).

Neste sentido, se pensarmos em termos de mercado, não há nada de errado em contratar as pessoas com base no mérito. O leque de candidatos costuma ser extenso e as empresas optam por filtrar aqueles com pontuações maiores em seus currículos. Então, se contratar com base no mérito é uma prática boa e sensata, o que poderia estar errado com a meritocracia? (Sandel, 2020). Baseado no capítulo que aborda o neoliberalismo, a proliferação descontrolada deste ideal no horizonte social, além de obscurecer os antagonismos nas relações de produção capitalistas, oferece um sistema danoso de mobilidade social, no qual a competição é aguçada e as pessoas convertem-se em seres atomizados, cujo único propósito é o interesse competitivo e a vitória a qualquer custo. Como ficará nítido mais adiante, quando a sociedade sustenta o ideal meritocrático, acreditando na promoção de qualidades louváveis como a iniciativa, motivação, perseverança e determinação, ela recai em uma justificativa moral corrosiva, deixando de perceber que, ao invés de melhorar as condições de vida e as oportunidades para todos, na verdade, está acentuando as desigualdades e criando abismos injustos cada vez maiores entre os cidadãos.

Diante desta perspectiva, desde a sua infância, os indivíduos são rigorosa e regularmente preparados para a intensa vida competitiva da sociedade. Uma boa

⁹⁵ Ele critica os discursos de Tony Blair, afirmando que provavelmente o primeiro ministro não lera seu livro e a forma como usa o termo é prejudicial para a sociedade.

alimentação junto aos brinquedos lúdicos tornam-se essenciais para uma correta formação da cognição e das sinapses cerebrais. Mais tarde, os estudos, os cursos extras de idiomas e outras disciplinas, os esportes, os exercícios físicos, o lazer e a cultura, as viagens e a aquisição de *gadgets* tecnológicos garantem uma melhor infraestrutura de aprendizado e desenvolvimento. Na universidade, são colocados à prova em condições de "igualdade", embora milhões de alunos atravessem essas etapas em variados graus de fruição. Com o diploma, procuram empresas e locais para trabalhar, torcem pela contratação e por um salário justo. Para isso, apelam para os conhecidos da família, amigos, parentes, professores e qualquer pessoa de seu círculo social que possa dar um empurrão especial. Graças a uma bem-vinda herança ou uma linha de crédito aguardada por longo tempo, pode-se começar um negócio ou investir na bolsa de valores por meio dos agentes experientes. Para alguns, há a oportunidade de crescer via casamento e, para outros, evitá-lo a fim de receber gordas pensões. Às vezes, as oportunidades surgem quando menos se espera e alguém nos coloca em uma nova trajetória de vida.

No bojo deste processo, é difícil para um indivíduo bem-sucedido deixar de atribuir sua trajetória de sucesso aos seus talentos e esforços empregados. Uma vida inteira dedicada à acumulação de habilidades e conhecimentos, passando as noites em claro, abrindo mão de desejos e prazeres pessoais, aplicando o intelecto de maneira produtiva e estratégica para focar exclusivamente nos seus objetivos, naturalmente, tende a gerar um sentimento de orgulho e mérito. Por outro lado, ao deixarem de perceber os incidentes que surgem para melhorar consideravelmente os resultados a seu favor, eles deixam também de perceber que suas trajetórias não ocorrem em um cenário biográfico desprovido de benefícios, privilégios e sorte: o ambiente familiar, os riscos de saúde, a situação financeira, os cortes de gastos da empresa, o mercado e suas flutuações são alguns exemplos de acontecimentos que influenciam ativamente e diretamente as rolagens de dados do cotidiano social. Por esse motivo, ser capaz de ultrapassá-los indica algo muito mais extenso e complexo do que apenas o júbilo de acreditar como suficiente o emprego dos próprios talentos e esforços⁹⁶. Principalmente quando o trabalho manual passou a ser degradado em

⁹⁶ Para esclarecer, isso não significa que as pessoas não devam comemorar as suas vitórias, afinal, o sucesso também possui um papel fundamental ao funcionar como modelo de habilidades a serem perseguidas e dominadas para se atingir a excelência em determinado ramo de atividade.

troca daquela ocupação mental da elite derivada dos talentos natos ou aprendidos nos disputados cursos de excelência.

Mais especificamente, em um processo seletivo⁹⁷, é plausível sustentar que os candidatos tenham, mais ou menos, as mesmas qualificações para uma vaga, do contrário, nem seriam selecionados. Dentre eles, haverá apenas um vencedor e a qualquer um que consiga realizar o feito, pode-se atribuir o mérito da conquista. O problema jaz na consolidação desse mérito por meio de uma narrativa que ignora o detalhe de que todos os outros concorrentes também eram plenamente capazes. Mesmo em uma ocasião onde não haja dúvidas de que a escolha fora definida por um processo perfeito, sem falhas, pode-se sempre indagar se um candidato melhor ou mais preparado não desistira de participar ou se a abertura da vaga naquele momento específico da vida impediu um concorrente de se inscrever no processo seletivo. Assim, é óbvio que para a maioria das pessoas nos cargos de sucesso e prestígio, as suas habilidades, talentos e conhecimentos foram fundamentais para que ocupassem essas posições; contudo, o ponto-chave é o de que elas terem sido escolhidas, em específico, para os seus cargos, é determinado pela sorte⁹⁸.

Tendo isso em vista, Robert Frank (2016) aponta para o principal fator de sucesso, a *pura sorte*: "as recompensas prodigiosas que se acumulam para poucos vencedores nesses mercados atraem um número enorme de concorrentes. E quanto mais competidores houver, mais a sorte importa" (p.10). Dada a impossibilidade de mensurar com precisão os esforços das pessoas à luz dos méritos conquistados, salvo aqueles que não possuem habilidades ou talentos mínimos para as profissões e alcançaram as suas posições por conta da riqueza ou das relações privilegiadas de família (e, por isso, eles devem reconhecer o valor da sorte) e os super gênios, capazes de se sobressair em quaisquer ambientes (mas também precisam dela para superar as dificuldades biológicas ou sociais), sobra a imensa parcela de pessoas na luta pela realização de sonhos e dos objetivos profissionais, cujas condições se tornam, mais favoráveis ou não, dependendo de fatores externos às suas vontades e percepções. Para resumir, na roleta da vida social, a sorte surge como a variável

⁹⁷ Utilizei o termo "processo seletivo" por ser a situação mais comum, mas pode englobar outras circunstâncias, como a votação de uma banca, a decisão de um prêmio, as notas no esporte, etc.

⁹⁸ O autor enumera uma série de exemplos de atores, atletas e esportistas que se tornaram gigantes por conta de determinadas condições. Seja pela desistência, acidente ou morte de um "adversário", o caminho ficou aberto para eles obterem o sucesso. O talento artístico, esportivo ou profissional dessas pessoas não é posto em dúvida, eles venceram por serem os melhores, ainda que dentro de um quadro onde seus maiores obstáculos tornaram-se ausentes ou conseguiram reunir as mínimas condições materiais de vida para perseguirem a profissão.

determinante, pois escolhe quais, dentre todos os candidatos munidos de méritos, poderão avançar⁹⁹. Isto posto, sabendo-se que "a melhoria individual por meio da mobilidade social ascendente é uma opção para alguns, mas não para a grande maioria" (Elster, 2005, p.123), a que serve a ideia de sucesso atrelada aos méritos? Como uma narrativa de aplicação dos esforços para o sucesso pode ser nociva?

No que tange a isso, Erik Olin Wright e Joel Rogers (2015) adicionam: por que é tão importante perceber que alguma forma de desigualdade é injusta? Posto que é complexa a discussão sobre os problemas que envolvem a justiça social, um diagnóstico sobre se tal fenômeno é justo ou injusto perpassa dois julgamentos: um de caráter moral, que vê a desigualdade como um fenômeno injusto e outro, de caráter sociológico, de que é possível remediá-la pelas transformações sociais¹⁰⁰. Em virtude disso, é mais provável que as pessoas apoiem os esforços para mudar as instituições sociais quando elas reconhecem algo como injusto, ao contrário de quando pensam que não há injustiças (Wright; Rogers, 2015). A fim de ilustrar este ponto, os autores expõem o contraste entre dois modos de se pensar a justiça social: na concepção do *fair play*, "jogo limpo", as desigualdades são justas desde que as regras de competição dos indivíduos por bens valiosos sejam igualmente justas (é a metáfora da competição esportiva, onde os atletas partem de posições iguais e não há trapaças); na concepção das *fair shares*, "das partes justas", todo mundo tem direito a uma parte dos recursos da sociedade que seja suficiente para se viver uma vida digna. O termo suficiente indica *satisfatório* a ponto de permitir a participação plena do exercício dos direitos e liberdades civis e desenvolver as suas capacidades e talentos. Particularmente, em uma sociedade rica, a população tem o direito aos cuidados de saúde, moradias decentes e a uma nutrição adequada e os perdedores dessa competição, ainda assim, merecem suas "partes justas" das recompensas (Wright; Rogers, 2015). Isto posto, a validação perpetrada pelo ideal meritocrático, em vez de contribuir para uma sociedade mais igualitária, segundo as formas de sua aparência, na prática, sufoca o julgamento em relação às classes

⁹⁹ É uma obviedade que as pessoas que se esforçam mais e aplicam seu tempo em coisas e tarefas das quais retiram conhecimento, experiência e prática estão muito mais preparadas e próximas do sucesso. No entanto, não há nexos causais que confirme, sem se adentrar uma discussão metafísica, o emprego dos talentos e esforços como unicamente capazes de gerar sucesso para os indivíduos.

¹⁰⁰ Para eles, o que se torna uma injustiça social é se há coisas que podem ser feitas para minimizar os efeitos de tal injustiça ou "má sorte" na vida das pessoas e nada é feito (Wright; Rogers, 2015).

menos favorecidas, reduzindo-o à percepção falha de que os abismos sociais são justos e os admite com base nos valores morais exclusivos do *fair play*¹⁰¹:

[...] para muitas pessoas há uma sensação mesquinha de que, por si só, o *fair play* na distribuição de renda e outros bens valiosos não é um princípio inteiramente satisfatório. Embora sofrer por "má sorte" seja consistente com a doutrina do *fair play* – afinal, muitos atletas perdem competições por causa de um azar aleatório – parece um pouco duro tratar a má sorte na vida da mesma forma que tratamos a má sorte em uma partida de futebol. [...] Desigualdades acima desse nível podem ser justificadas com base no jogo limpo, mas todos têm o direito de viver acima da pobreza; e, portanto, o princípio das *fair shares* deve evitar que a desigualdade empurre as pessoas para abaixo da pobreza (Wright; Rogers, 2015, p.249-50).

Para avançar na mesma questão, a importância do reconhecimento da sorte na obtenção do sucesso se torna essencial nas discussões sobre as desigualdades (ironicamente, a má sorte como pretexto é mais presente no senso comum), pois conforme esclarece Robert Frank (2016), o lado obscuro na alucinação do ideal meritocrático é que os indivíduos bem-sucedidos, que não consideram a sorte nas suas conquistas pessoais e são totalmente alheios aos seus privilégios, por muitas vezes, tendem a ser relutantes em apoiar os investimentos públicos e igualmente alheios às desvantagens que outras pessoas enfrentam¹⁰². O contrário também se aplica, pois se os indivíduos acreditam que em um futuro não muito distante, eles irão obter altos ganhos com base nos seus méritos, eles igualmente tenderão a ser menos inclinados a apoiar políticas públicas de favorecimento ao bem-estar geral. Por este ângulo, conforme Michael Sandel (2020), a tirania do mérito decorre do fato de que a meritocracia é corrosiva para as sensibilidades cívicas, uma vez que quanto mais pensamos em nós mesmos como seres auto-suficientes e inteiramente dignos do sucesso, mais difícil se torna obter gratidão e humildade, sem as quais é difícil cuidar do bem estar comum (e caminhar na direção de uma visão alinhada e comprometida com a das *fair shares*).

Nessa linha de pensamento, Pierre Bourdieu (1986) declara que a estrutura de distribuição dos tipos de capital representa a estrutura imanente do mundo

¹⁰¹ Os autores mencionam que, mesmo se alguém rejeitar a concepção das *fair shares*, há de levar em consideração o destino das crianças. Enquanto elas forem criadas por famílias em condições de imensa desigualdade, suas circunstâncias de participar do *fair play* serão profundamente minadas: "se você realmente leva a sério a ideia de *fair play* na igualdade de oportunidades, então você tem que considerar o problema da distribuição de recompensas – as *fair shares* – como um meio para alcançar a dura igualdade de oportunidades do *fair play*" (Wright, Rogers, 2015, p.250).

¹⁰² O autor sinaliza que as pessoas que tendem a acreditar que o sucesso depende apenas de seus esforços e têm uma noção exagerada de seus talentos, podem achar mais fácil reunir os tipos de esforços necessários e serem bem-sucedidas. Por outro lado, aquelas com crenças mais realistas, podem achar difícil reunir a vontade para superar os obstáculos para o sucesso (Frank, 2016).

social, isto é, o conjunto de regras que regem seu funcionamento e determinam as *chances de sucesso* para as devidas práticas. Ao discorrer especificamente sobre o capital cultural, ele afirma sua ruptura em relação às conjecturas do senso comum, cujas visões para o sucesso/fracasso acadêmico são efeitos de aptidões naturais: a "transmissão e aquisição são mais disfarçadas do que as do capital econômico, ele está predisposto a funcionar como capital simbólico, ou seja, não ser reconhecido como capital e reconhecido como competência legítima" (p.244). Por isso, não é à toa que o discurso adentrou o horizonte social com força máxima: ao contrário da época da aristocracia, quando a velha elite legava a sua posição e títulos de forma hereditária, é bastante sedutora a ideia de um sistema puramente baseado na noção de que não importa quem alguém seja ou de onde tenha vindo, qualquer um pode reunir os talentos aos esforços e escalar os degraus da sociedade. Porém, é preciso frisar, como ele alerta, que a transmissão do capital cultural se trata de uma forma *oculta* de transmissão hereditária do capital econômico e recebe um peso maior nesse sistema de reprodução, visto que as transmissões diretas e visíveis tendem a ser mais fortemente censuradas e controladas (Bourdieu, 1986). O capital precisa da promoção dessa imagem para refletir um mundo desprovido daquilo que é uma de suas razões de existência; é ele que torna os jogos sociais, segundo o sociólogo francês, algo mais do que simples jogos de azar que oferecem momentaneamente as possibilidades de um milagre:

A roleta, que oferece a oportunidade de ganhar muito dinheiro em um curto espaço de tempo e, portanto, de mudar seu *status* social quase instantaneamente, e na qual a vitória do giro anterior da roda pode ser apostada e perdida a cada novo giro, dá uma imagem bastante precisa desse universo imaginário de competição perfeita ou igualdade de oportunidades perfeita, um mundo sem inércia, sem acumulação, sem hereditariedade ou propriedades adquiridas, em que cada momento é perfeitamente independente do anterior, [...] e todos os prêmios pode ser conquistados, instantaneamente, por todos, de modo que a cada momento qualquer um pode se tornar qualquer coisa (Bourdieu, 1986, p.241).

Para a compreensão das bases dessas relações no país, Florestan Fernandes (1976) parte de minucioso estudo para discutir como ocorreram a transformação do capitalismo e a dominação burguesa no Brasil. Ele declara que as estruturas da sociedade colonial foram fundamentais para moldar a nação subsequente, uma vez que determinaram as proporções e os alcances dos dinamismos incorporados do mercado mundial. Ao contrário da Europa, não houve uma ruptura profunda das relações de poder, mas uma articulação de interesses entre as oligarquias rurais e a

burguesia. Na sua visão, a revolução burguesa brasileira pode ser situada no fim do Império e começo da República, marcando a origem da modernidade no país. No início, ela se deu por uma transição que inaugurava, mesmo sob a hegemonia em crise das oligarquias, uma recomposição das estruturas de poder. No eixo Rio-São Paulo, continua o sociólogo, havia "ilhas burguesas" onde o comércio era seu ponto de encontro e o local de convergência de seus interesses. Desde o começo, elas impuseram que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito de dominação de classe; logo, em oposição às burguesias que forjaram instituições de poder social próprias e apenas utilizaram o Estado para arranjos específicos, as "associações de classe" da nossa burguesia buscavam exercer pressão e influência sobre o Estado, orientando e controlando a aplicação do poder estatal para os seus fins particulares (Fernandes, 1976).

Para aprofundar, ele afirma que as transformações capitalistas obedeceram a ritmos históricos característicos das economias dependentes e subdesenvolvidas, engendrando uma ordem social equilibrada entre as potencialidades econômicas e socioculturais dos tempos oligárquicos e a integração e funcionamento desse novo sistema, que ele chama de *ordem social competitiva* (Fernandes, 1976). Isto posto, por conta das raízes históricas, segue o autor, essa ordem social acabou prendendo o presente ao passado, pois se, em dado momento, a decadência e o colapso dos estamentos e castas foram acelerados, no outro, acorrentou a expansão capitalista ao privatismo particularista e autocrático, resultando numa sociedade atravessada por contradições manifestadas por pressões *dentro da ordem* (Fernandes, 1976). Em outras palavras:

[...] ela engendra uma ordem social em que, além da desigualdade de classes, conta poderosamente o privilegiamento dos privilegiados na universalização da competição como relação e processo sociais. Em consequência, a ordem social competitiva resultante é pouco agressiva na quebra das barreiras à expansão do regime de classes e muito moderada na irradiação e imposição dos novos padrões de relações de classe, como se temesse a "racionalidade burguesa" e devesse acolher para sempre os critérios anticompetitivos do velho mundo senhorial¹⁰³ (Fernandes, 1976, p.168).

¹⁰³ Ele menciona que a transição foi marcada por conflitos e oscilações em meio a desagregação da ordem social escravocrata e a gênese da nova ordem, no difícil parto de um "estilo burguês de vida". O elemento capitalista na sociedade prévia serviu como um obstáculo econômico, social e político, uma espécie de "reação de cima pra baixo" (Fernandes, 1976).

Para Nelson Werneck Sodré¹⁰⁴ (1978), a revolução burguesa no país teve por características a existência de uma massa camponesa numérica e produtora de bens econômicos; de numerosa pequena burguesia com função política destacada; de um proletariado pouco numeroso, mas crescente e com formas de organização em desenvolvimento, embora ainda fracas; e uma burguesia recente, ascensional e com amplas perspectivas nacionais. Disso resulta uma burguesia dividida em duas frações: "a que se associa ao imperialismo e a que resiste ao imperialismo; [...] a primeira não pretende nenhuma participação na Revolução Brasileira; à segunda se convencionou chamar de *burguesia nacional*" (p.247). Um aspecto importante dessa burguesia nacional é o de que "ela existe e não existe". Octavio Ianni (1992) afirma que ela existe enquanto expressão dos interesses dos setores sociais ligados às indústrias, agricultura, comércio e bancos, de empresas no mercado nacional de capitais nativos e que revelam suas reivindicações e seus interesses em partidos, associações, sindicatos e meios de comunicação, bem como nos *lobbies* do poder governamental; por outro lado, ela inexistente, pois não se manteve e nem se mantém independente, ou seja, pelas injunções econômicas, ela é levada a acomodar-se:

Essa burguesia, portanto, não avançou nem avança para um projeto político alternativo para a sociedade nacional. Não vai além da própria visão de setor de classe, corporação. Joga com as outras classes sociais, compreendendo as médias, o operariado e o campesinato, de modo tímido, pouco elaborado. Parece reear a mesma aliança que procura. Teme a força política dessas classes, principalmente o risco de compartilhar o poder. Assusta-se com a ideia de reformas sociais, compreendendo a agrária, habitacional, educacional, bancária e outras. Não tem compromissos com a democracia reivindicada nas lutas das classes assalariadas. Não construiu nem constrói um projeto de cunho hegemônico, porque não interpreta os interesses das outras classes e muito menos da sociedade como um todo. Apenas defende os próprios interesses corporativos. Quando se sente ameaçada pelo imperialismo, apela às "massas". E quando é desafiada pelos setores assalariados e camponeses, organizados e ativos, corre aos quartéis e às embaixadas das nações imperialistas (Ianni, 1992, p.69).

Nesta lógica, muito diferente do que se verifica no cenário europeu, onde as massas populares gozavam de condições de organização, a realidade do país é que sua enorme população dispersa e variegada tornava difícil a reivindicação de direitos e conquistas políticas expressivas através de enfrentamentos concretos aos

¹⁰⁴ Estou ciente de que cada autor apresenta uma leitura marxista diferente, focada de maneira mais aprofundada em questões epistemológicas específicas. No entanto, o objetivo aqui é expor que eles concordam quanto à noção da revolução burguesa no Brasil apresentar especificidades no processo de transformação do cenário político, da implantação das relações de produção, da organização da estrutura social em consideração com os elementos culturais e econômicos de um sistema político marcado por relações perpetuadas pelo colonialismo e regime escravocrata.

poderes dominantes. Para Florestan Fernandes (1976), a burguesia não assumiu o papel de *paladina da civilização* ou *instrumento da modernidade*; pelo contrário, ela se comprometeu com tudo que lhe fosse vantajoso e pudesse tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira. Por isso, a própria burguesia (e as oligarquias) ajustou-se à situação seguindo sua linha de interesses, "preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora" (p.205). Conforme Jacob Gorender (1998) declara, embora a Abolição da Escravidão não deixe de ser propriamente uma "revolução", pela via política, ela deu um vigoroso impulso para a eliminação das formas de exploração esgotadas, abrindo caminho para a expansão de processos que vinham sendo instaurados e eram mais adequados às forças produtivas. Para o historiador, uma questão considerável é que após essas transformações, a burguesia industrial não tinha mais razões para revolucionar a ordem social¹⁰⁵. Ademais, se é fato que a burguesia brasileira não se comportou como uma espectadora passiva diante dos acontecimentos históricos, também é verdadeiro que ela não precisou realizar uma *revolução* para se tornar a classe dominante (Gorender, 1998).

Quanto a isso, Octavio Ianni (1984) apresenta uma discussão do caráter da sociedade civil brasileira e se a revolução burguesa se deu pela via "prussiana"¹⁰⁶. Ele constata que é antiga a ideia do povo brasileiro e suas atuações políticas como sendo "amorfas" e incapazes de fazer frente ao poder autoritário estatal e às forças das classes dominantes. Em seguida, ele afirma que em nossas formas históricas sempre houve constantes e reiteradas soluções autoritárias, de "cima para baixo", as quais organizaram o Estado por meio de interesses oligárquicos, imperialistas e burgueses. Com base nisso, ele denomina essa tomada de posição burguesa frente às contradições, de *contra-revolução burguesa* permanente, isto é, sempre que as condições permitiam e havia avanços políticos populares, as classes dominantes juntavam as suas forças para garantir e fortalecer o Estado burguês (Ianni, 1984). Nos tempos da ditadura militar, o Estado fascista se impôs como o bloco de poder articulado pelas demandas e exigências da burguesia financeira, engendrando um

¹⁰⁵ Para exemplificar, o autor discorre sobre o embate entre a política econômica dos latifundiários e a propriedade latifundiária. Se a burguesia industrial podia chocar-se contra a primeira, não havia razões para combater a segunda e, de fato, ela jamais tomou a iniciativa para uma reforma agrária; tais impulsos resultaram sempre das massas camponesas (Gorender, 1998).

¹⁰⁶ A noção da *via prussiana* foi elaborada por Lenin e a *revolução passiva*, por Gramsci. O autor comenta que elas tem sido empregadas de maneira a enfatizar o autoritarismo do Estado frente à escassa existência de análises sobre o envolvimento das classes sociais em conflitos que geraram transformações significativas (Ianni, 1984).

divórcio entre o Estado e a sociedade civil tão acentuado que o povo se sentia estrangeiro dentro do próprio país (Ianni, 1984). Além disso, como o autor busca evidenciar, o golpe expressou uma vitória crucial da contra-revolução burguesa, sobretudo, por instituir uma aparência isolada dos interesses burgueses:

Desde que se instalou amplamente no poder estatal, mediatizada pela colaboração e associação de latifundiários, setores da Igreja, tecnocracia civil e militar e outras categorias sociais, a grande burguesia conseguiu instaurar a sua ditadura sem *aparecer* como a classe ditatorial. Tudo pareceu resumir-se e desvanecer-se na ditadura militar. Na prática, foi a própria burguesia que inspirou ou comandou a contra-revolução burguesa representada pelo golpe de Estado de 1964 e a ditadura criada desde essa data. Fez prevalecer a proposta reacionária, antidemocrática, fascistóide, que vinha propondo e ensaiando desde anos anteriores. Nem a burguesia imperialista, nem a nativa (em geral associadas em seus interesses, empresas e negócios) têm compromissos com a democracia (Ianni, 1984, p.99).

Jacob Gorender (1998) afirma que o Golpe Militar de 1964 foi o resultado da aliança do setor empresarial, dos latifundiários e das empresas multinacionais com auxílio do governo dos EUA e a intervenção executiva das Forças Armadas; com isso, o Estado não se colocou por cima da sociedade civil, ele se tornou mais burguês. Os governos pós-64 e os seus ideais de modernização, prossegue o autor, colocaram as empresas estatais nos trilhos firmes da máxima eficiência capitalista, ostentando lucros invejáveis e comparáveis aos do capital privado (considerando que atuavam em condições monopolistas e podiam contar com fundos especiais criados pelo governo e o acesso privilegiado aos financiamentos internacionais). Entretanto, uma vez que cada empresa estatal que se torne bem-sucedida, passa a ser uma demonstração prática de que o *capital privado* pode ser dispensado como agente do processo econômico, enfatiza ele, os argumentos antiestatistas servem como uma espécie de exorcismo para a consciência burguesa e a chamada opinião pública (Gorender, 1998). Por conta disso, é relevante observar que as burguesias têm interesses em manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo e impedir que a sua dominação e seu controle estatal fiquem deteriorados¹⁰⁷ (Fernandes, 1976). De resto, o autor aponta um elemento especial nos seus comportamentos de classe que é inexistente nos capitalismo da Europa e dos Estados Unidos:

A burguesia não está só lutando [...] para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua

¹⁰⁷ Como será observado mais adiante, muitas das ficções seriadas apresentam considerável teor antiestatista, enfatizando a corrupção e a decadência dos seus aparelhos sob olhares pessimistas.

sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. [...] Essa variação, puramente histórica, é no entanto central para que se entenda o crescente divórcio que se dá entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa. [...] Isso nos coloca [...] diante do poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva¹⁰⁸ (Fernandes, 1976, p.296).

Diante deste panorama, fica evidente que os alicerces do domínio burguês detêm um forte poder econômico, político e social de alcance nacional, o controle da máquina política estatal e vínculos com os interesses e o mercado internacional a fim de garantir as suas formas de socialização, cooptação, opressão e repressão intrínsecas à sua dominação (Fernandes, 1976). Em outras palavras, a dominação burguesa tornou-se muito mais do que uma força político-econômica espontânea, polarizando todo o conjunto de instituições conectadas ao seu poder, consolidando uma rede auto-defensiva e repressiva e originando uma grande superestrutura de bloqueio e opressão que a transforma na única fonte legítima de poder político; portanto, ela se impõe como o ponto de partida e chegada de quaisquer mudanças sociais e ergue-se como uma barreira para destruir toda tentativa de oposição às concepções do que entende como a *ordem legal* da sociedade competitiva¹⁰⁹; por isso é tão difícil deslocá-la politicamente através de pressões e conflitos se eles continuam se mantendo "dentro dessa ordem" (Fernandes, 1976).

Nessas condições, o autor detecta as implicações políticas que localizam e explicam sociologicamente a estrutura política da autocracia burguesa e como ela se concretizou historicamente, alterando o significado das relações e conflitos de classe. Ao interrogar as necessidades a que essa "máquina de opressão de classe institucionalizada" responde, ele declara que a dominação burguesa é a chave para explicar a existência e o aperfeiçoamento do capitalismo selvagem no país e, com isto em mente, ele identifica suas três funções derivadas¹¹⁰: i) a dominação busca a preservação e o fortalecimento das condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de modo a

¹⁰⁸ Para ir além, segundo o autor, "as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural 'revolucionário' de mando absoluto, que deve beneficiar a parte 'ativa' e 'esclarecida da sociedade civil'" (Fernandes, 1976, p.302).

¹⁰⁹ O autor enumera algumas dessas concepções: segurança nacional, democracia, as relações de classes, liberdade sindical, desenvolvimento econômico, civilização, etc. (Fernandes, 1976).

¹¹⁰ Optei por fazer um resumo geral das três funções identificadas, conforme consta no livro.

imprimir ao poder burguês uma continuidade histórica e o máximo de eficácia; ii) ela visa a ampliação e aprofundamento da incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no financiamento das nações hegemônicas para assegurar os processos de acumulação, desenvolvimento econômico e de modernização tecnológica; iii) ela procura alargar, preservar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina estatal, de maneira a elevar a fluidez entre o poder estatal e sua dominação, imbuindo o poder burguês de uma base institucional de auto-afirmação, auto-defesa e auto-irradiação de sua natureza em alcance nacional¹¹¹ (Fernandes, 1976). Quanto às duas primeiras, ele ratifica a defesa consciente, ativa e organizada pelas classes burguesas de um tipo especial de "solidariedade de classe" que articula interesses convergentes e divergentes por todos os seus estratos:

De um lado, só é essencial, para ela, a defesa e a promoção de interesses comuns da burguesia nacional e internacional (relativos à intocabilidade da propriedade privada, da iniciativa privada e do controle burguês do poder político estatal); e a filtragem de interesses divergentes se faz na base de concessões mútuas e de ajustamentos recíprocos, que anulam ou reduzem drasticamente o impacto revolucionário dos deslocamentos de interesses burgueses dominantes. Com isso, a própria dominação burguesa interpõe-se entre os antagonismos de classe intrinsecamente burgueses e sua fermentação nas esferas econômica, sociocultural e política. A unidade no bloco de classe adquire um teor altamente conservador, que se pode polarizar, facilmente, em torno de orientações de valor e de comportamento reacionários (Fernandes, 1976, p.305).

No ponto central desta discussão, é impossível refletir sobre a dominação burguesa brasileira sem levar em consideração as desigualdades. Segundo Octavio Ianni (1992), mesmo depois de quase cem anos da proclamação da República e do fim do regime escravo, o elo básico da problemática nacional ainda recai sobre as disparidades econômicas, políticas e socioculturais que rodeiam os grupos étnico-raciais, as classes e formações regionais. Para ele, o desenvolvimento capitalista e sua vasta fábrica de desigualdades sociais e de antagonismos; a prosperidade e o aparelho estatal em descompasso com o desenvolvimento social e as dificuldades da fome, a falta de habitação e as precárias condições de saúde são circunstâncias

¹¹¹ Segundo o autor, apesar de nunca ter existido no país uma fase pré-revolucionária, firmada por compromissos antiburgueses das classes assalariadas e destituídas, a conjuntura sempre se mostrou *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação e de desarticulação da própria dominação burguesa; logo, os estratos burgueses divergiam nos interesses e a falta de soluções ou superações acabavam inibindo ou paralisando muitas das potencialidades da dominação, as quais poderiam ser conciliadas se o grau de unificação do poder burguês tivesse avançado com maior velocidade, especialmente, no *nível institucional* (Fernandes, 1976).

dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna (Ianni, 1992). De acordo com Florestan Fernandes (1976), a burguesia nunca teve como articular ou absorver inteiramente os interesses antagônicos, pois a parcela de indivíduos que se classificam dentro da ordem é pequena demais para que se possa fazer da condição burguesa um elemento de estabilidade econômica, social e política; enquanto, por outro lado, o volume dos que não se enquadram ou apenas parcialmente, é muito grande, acirrando o temor de classe e a inquietação social. Por conseguinte, por mais que o seu nível de organização não seja elevado, a dominação pode ser assegurada pelos apoios institucionais, sobretudo quando desencadeiam-se pressões dentro da ordem e a burguesia pode, enfim, consolidar o seu domínio aplicando seu sistema de repressão e opressão "autocrático", o que ele denomina de *contra-revolução prolongada* (Fernandes, 1976). Diante disso, o seu efeito é uma dominação burguesa fechada em si mesma e nos seus interesses e confinada aos seus próprios privilégios e meios de ação:

Temos, aí, não a ordem social competitiva "ideal", mas a que se torna possível em uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. Ela se ajusta como uma luva ao capitalismo dependente e às sequelas do desenvolvimento desigual interno ou da dominação imperialista externa. Contudo, ela não lembra, nem de longe, a flexibilidade dessa mesma ordem nas condições de um desenvolvimento capitalista autônomo ou hegemônico; e tampouco pode preencher suas "funções normais" quanto à dinamização do regime de classes. Porque ela é uma ordem social competitiva que *só se abre* para os que se classificam positivamente em relação a ela; e que *só é competitiva*, entre os que se classificam positivamente, para as classes possuidoras, ou seja, para os ricos e poderosos (Fernandes, 1976, p.331).

Nesta direção, José Paulo Netto (1995) relembra a crise do socialismo nos anos 1990, quando a ordem social burguesa recuperou seu velho mito do "fim da história" e ganhou ressonância, direcionando as sociedades à liberdade fundada no mercado, impelida pelos neoliberais. A ordem burguesa, declara o autor, manteve uma das suas mais peculiares contradições: as possibilidades de libertação e de realização humana em meio a realidades regressivas e repressoras; a diferença das possibilidades em relação às realidades é o que manifesta seu aspecto de barbárie (Netto, 1995). Como visto, Friedrich Hayek (2010) declarou que não há dúvida de que no regime de concorrência o alcance das oportunidades pelos pobres é muito mais limitado que as acessíveis aos ricos, mas sua liberdade é maior do que a de um indivíduo que possui mais conforto material numa sociedade de outro gênero. O autor não esclarece os fatores acerca dessa liberdade ou do conforto material,

mas defende que "tal coisa é possível, pois o sistema de concorrência é o único em que o enriquecimento depende *exclusivamente* do indivíduo e não do favor dos poderosos" (p.114).

Anos depois, essa ordem social competitiva vem reduzindo amplamente os espaços para os indivíduos que se classificam positivamente, restando aos que não se classificam a miséria e a pobreza extrema¹¹². Segundo David Harvey (2007), é neste contexto neoliberal e da diminuição dos recursos pessoais derivados do livre mercado que o compromisso pelo bem-estar foi amplamente transferido para as liberdades individuais, gerando efeitos deletérios. Afinal, conforme o Estado retira a provisão de bem-estar para os seus cidadãos e diminui sua participação em áreas como a saúde, educação e demais serviços sociais, camadas inteiras da população ficam mais expostas à pobreza. Baseado nisso, pode-se perceber que esse sistema engendrou uma competição que enfatiza a responsabilidade individual e atribui o fracasso às falhas pessoais, culpando as vítimas por seus defeitos e incapacidades. A morte social se torna o resultado para esses perdedores: por não terem valor econômico, eles deixam de contar como cidadãos e, assim, o neoliberalismo segue assentando sua cultura sádica e perversa, onde os ricos são exaltados, e os pobres, desprezados, presos ou mortos (Wilson, 2018).

Com isto em mente, é oportuno notar que, ao contrário das possibilidades para a escalada social (ou nos termos de Hayek, as viabilidades para os indivíduos competirem igualmente), na verdade, o neoliberalismo passou a cobrar credenciais cada vez mais especializadas e segue afunilando as chances e oportunidades para a participação universal, relegando as maiores vantagens de ação somente aos que detêm privilégios (os classificados positivamente na ordem social) e, portanto, impossibilitando a "corrida justa" que tanto preconiza. Além disso, cumpre realçar um aspecto primordial da mobilidade e da ilusória noção de que quanto mais livre for o mercado, mais oportunidades e igualdade de competição terão os indivíduos:

Em termos de permeabilidade das fronteiras de classe, isso significa que quanto mais uma estrutura de classes é dominada pelas relações capitalistas, maiores serão as barreiras à aquisição da propriedade capitalista. [...] Isso vai contra as mitologias populares do capitalismo, onde se acredita que quanto mais aberto e irrestrito for o "livre mercado", maior será a oportunidade para os indivíduos sem

¹¹² Segundo o autor, um único dado basta para indicar a "eficiência" na promoção do crescimento econômico e bem-estar: "a abrangência do 'mundo desenvolvido' reduziu-se de 33% da população mundial, em 1900, para cerca de 15%, em 1989 (Hobsbawm *apud* Netto, 1995, p.43).

propriedade acumularem riqueza e, assim, atravessarem a fronteira de classe entre assalariados e capitalistas¹¹³ (Wright, 2004, p.88).

Uma das principais características ideológicas da transição brasileira para o neoliberalismo é que ele foi disfarçado e justificado como um programa para a estabilização da inflação, apesar do fraco desempenho no crescimento¹¹⁴ (Saad-Filho; Morais, 2018). Segundo os autores, o novo modo de competição incluiu a extensa desnacionalização, a fusão de capitais nacionais e estrangeiros e o padrão de especialização determinado por imperativos globais, ao invés das necessidades econômicas domésticas; além disso, eles sugerem que na experiência brasileira, o neoliberalismo é limitado em quatro níveis: por conflitos sociais, a precarização do trabalho, desemprego, consumismo, hegemonia ideológica e ferramentas legais de repressão; pela restrição do balanço de pagamentos, surgida através da escassez de divisas, pagamentos em atraso e disputas regulares por empréstimos de última hora; pelas elevadas taxas de juros, as quais criam incentivos para empréstimos externos em vez de investimentos; pelas finanças adquirindo papel muito maior na determinação da política econômica e os níveis de produção, emprego, consumo, investimento e crescimento, impondo políticas monetárias e cambiais, que servem para seu próprio benefício (Saad-Filho; Morais, 2018). Essas restrições exigiram do país vastas entradas de capital estrangeiro, integrando-o na acumulação global, contudo, às custas de uma economia algemada pelos seus interesses financeiros:

Após a transição para o neoliberalismo, o Brasil permaneceu uma economia desigual, dependente e geradora de pobreza, mas, ao contrário do ISI¹¹⁵, tornou-se uma economia de baixo crescimento, onde o desempenho foi permanentemente limitado pela ameaça de balanço de pagamentos e crises cambiais [...] O emprego manufatureiro diminuiu e a capacidade produtiva caiu em setores importantes, especialmente a indústria de bens de capital. A economia perdeu dinamismo e capacidade de criação de empregos. O Estado brasileiro tornou-se ainda menos capaz do que antes de lidar com os problemas de coordenação, reestruturação, crescimento econômico, geração de empregos e distribuição de renda (Saad-Filho; Morais, 2018, p.78-9).

¹¹³ O autor parte da formulação de Pierre Bourdieu de que quanto mais central para um sistema de poder e privilégio for uma "forma de capital", maior será a preocupação daqueles que o detêm para salvaguardar a sua reprodução (Wright, 2004).

¹¹⁴ Segundo os autores, ele foi garantido pelo plano Real de estabilização da inflação, em 1994, nos governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A taxa média de crescimento econômico na década de 1990 foi de apenas 1,8% ao ano, a mais baixa do século, sendo menor do que a chamada "década perdida", de 2,6% ao ano, em 1980. Em contraste, entre 1933 e 1980 a economia cresceu, em média 6,4% ao ano (Saad-Filho, Morais, 2018).

¹¹⁵ Sigla para *Import-substituting industrialization*, que significa uma "substituição de importações pela industrialização doméstica" (Saad-Filho; Morais, 2018).

Nesta linha de pensamento, José Paulo Netto (1995) declara que a crise do Estado de bem-estar social evidencia uma dinâmica específica da ordem burguesa, a de que sua reprodução tende a requisitar a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital é obrigado e como seu desenvolvimento atingiu um patamar cada vez mais incompatível com as suas instituições; a essência desta ofensiva neoliberal é restaurar o livre mercado e impor o Estado mínimo como a única alternativa viável para a democracia (Netto, 1995). E mais:

A grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira, em todas as latitudes, apreenderam minimamente as experiências do desenvolvimento capitalista neste século: nenhum grande burguês (e/ou seus executivos mais responsáveis) tem a menor ilusão acerca do abstencionismo estatal ou do mercado "livre"; nenhum deles imagina que a crise é uma invenção marxista; nenhum deles pretende erradicar mecanismos reguladores da economia. O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é "reduzir a intervenção do Estado", mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe (Netto, 1995, p.80-1).

De acordo com Octavio Ianni (1998), os processos neoliberais atuaram na direção de extensas reformas do Estado, da desregulação da atividade econômica e das privatizações das empresas governamentais relativas à habitação, à saúde, aos transportes, à educação e à previdência. Tratado como ineficaz, o poder estatal é dispensado dos empreendimentos que interessam à iniciativa privada e assume novo papel, o de estabelecer e fiscalizar as regras do jogo, "mas sem jogar". Além disso, prossegue o sociólogo, o neoliberalismo diz respeito à transnacionalização das forças produtivas, posto que altera as formas de vida e de trabalho, práticas e imaginários; e das relações de produção, pois envolve instituições e organizações, modos de pensar e agir, que agilizam e generalizam as condições de operação dos "fatores de produção", implicando em um Estado reorganizado e dinamizado à luz de um desenvolvimento desigual, contraditório e combinado: *desigual*, devido às irregularidades e os desníveis nas forças produtivas e nas relações de produção; *contraditório*, porque carrega as tensões e atritos entre os subsistemas econômicos nacionais e regionais frente ao global; e *combinado*, pois além das contradições e extremas desigualdades, formas de subordinação ou integração são desenvolvidas, onde os blocos dominantes orientam ou administram os emergentes (Ianni, 1998).

Em consonância com essa visão, Ricardo Antunes (2018) assevera que a divisão internacional do trabalho tenderá a se aprofundar ainda mais, seguindo um movimento *desigual e combinado* que atingirá os países de forma diversificada. Para o cientista social, o novo dicionário "corporativo" ressignifica os termos no ambiente empresarial, como colaboradores, parceiros, resiliência, sinergia, metas, sustentabilidade, responsabilidade social, etc., para escamotear a precariedade do trabalho, a informalidade, os subempregos, a eliminação de postos de trabalho, a "pejotização" é ampliada, criando-se verdadeiros escravos digitais; com isso, entra no cenário o "empreendedorismo" para amenizar o flagelo das novas relações do capital e a retirada dos direitos trabalhistas vigentes. Portanto, ele alerta que se a lógica não for urgentemente confrontada para fins de uma alteração concreta, os novos proletários de serviços se encontrarão diante de uma realidade triste e outra trágica: oscilando entre a liberdade do desemprego e a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*¹¹⁶ (Antunes, 2018).

Para retomar à discussão de meritocracia, Jessé Souza (2016) reitera que as sociedades modernas não são sociedades onde os indivíduos lutam em condições de igualdade de oportunidades, mas sociedades que perpetuam, desde o berço, os privilégios de classe. O discurso meritocrático surgiu para rejuvenescer a prática de dominação política das elites, inaugurando novos tipos de acesso e manutenção do poder. No Brasil, como o autor aponta, os processos histórico-sociais fizeram surgir os "desclassificados", uma classe formada pelos indivíduos esquecidos, à margem, abandonados e desprezados unicamente pela ausência total ou parcial de atributos que definem a dignidade (Souza, 2016). Partindo de posições desiguais e enfrentando múltiplos obstáculos em meio ao percurso de suas vidas, este grupo (ao qual podem ser incluídas mais parcelas da população), não reúne as condições materiais básicas para competir no mercado de trabalho e obter chances reais de ascensão social. Logo, afirmar que as classes mais baixas seriam incapazes de conquistar degraus mais elevados por serem preguiçosas ou burras é uma opinião infundada que gerou muita polêmica em âmbito acadêmico e, infelizmente, ainda

¹¹⁶ O autor discorre majoritariamente sobre o trabalho na era digital e nos serviços proporcionados pelas novas tecnologias do capital. A "pejotização" faz referência à pessoa jurídica que algumas empresas requerem dos seus empregados, mascarando as relações de assalariamento e falsamente se apresentando como "trabalho autônomo" para burlar direitos trabalhistas (Antunes, 2018).

é incentivada pelo senso comum enviesado pelos privilégios quase invisíveis que pequenas parcelas da sociedade possuem¹¹⁷:

Ao contrário dos filhos das classes populares, que têm que estudar e trabalhar a partir da adolescência – o que implica, quase sempre, não fazer nem um nem outro bem, – os filhos da classe média podem se dedicar apenas aos estudos. É isso que permite a eles se concentrarem no capital cultural mais valorizado para o mercado de trabalho, onde entrarão mais tarde. [...] Como esses vínculos são realizados na socialização familiar, no recôndito dos lares, e em tenra idade, eles não são percebidos como privilégio. Por isso a classe média e suas frações se tornam a classe por excelência da crença na "meritocracia". [...] Cria-se, portanto, a ilusão de um mérito individualmente construído, e não determinado familiar e socialmente (Souza, 2016, p.61-2).

Nesse contexto, o autor afirma que a classe média se coloca como mais culta e inteligente que os pobres, mas torna-se instrumento de interesses que não compreende e possui poucas fontes alternativas para uma reflexão autônoma, além do veneno midiático cotidiano (Souza, 2016). Com chances mais prováveis de um descenso para os escalões inferiores do que de uma concreta ascensão, ela acredita apoiar-se num sistema imparcial e justo com a promessa de alavancá-la com base nos esforços, mas, na prática, acaba tragada para as margens dos estratos médios, onde se contorce para pagar escolas e planos de saúde caros, enfrentar empregos sem futuro e lidar com o sentimento de humilhação por "terem falhado". Ademais, sem os diplomas de "nível elite", a classe média enfrenta discriminação em um mercado que concentra privilégios e desigualdades tóxicas, cuja exclusão adiciona um insulto moral aos seus danos materiais, frustrando os esforços e garantindo que a maioria absoluta de seus integrantes não esteja à altura dessas conquistas; e mesmo que as condições permaneçam toleráveis e/ou acessíveis, a meritocracia entrega sua vida espiritual a um declínio lento e devastador¹¹⁸ (Markovits, 2019).

Para Florestan Fernandes (1976), o traço primordial da evolução da ordem social foi o grande crescimento das "classes médias" em escala nacional; logo, não

¹¹⁷ Em 1994, Richard Herrnstein e Charles Murray escreveram *The Bell Curve* (1994), cuja teoria central aponta para a inteligência como a principal responsável pela trajetória biográfica de um indivíduo, onde um QI elevado é fator de ascensão e um inferior relaciona-se com a pobreza. Para eles, não foram os processos de dominação, exploração, a escravidão e o racismo estrutural que proporcionaram a pobreza, mas sim que os negros e pobres seriam desprovidos da inteligência imprescindível para a mobilidade social. A obra foi recebida com bastante polêmica e é lamentável que exerça influência e presença em certos círculos acadêmicos.

¹¹⁸ O autor enfatiza que, embora a classe média seja excluída das vantagens, a meritocracia não garante a inclusão direta da elite. A desigualdade meritocrática também atinge e aguça a hierarquia social, fazendo com que a elite tente desesperadamente sustentar a sua casta, passando a enfrentar uma existência precária, cuja ansiedade naturalmente os isola do resto da sociedade.

houve um "despertar das massas", mas o das classes médias, e o maior problema é que a sociedade brasileira não está preparada para dispor dos recursos e nem das potencialidades sócio-econômicas para atender as expectativas dos privilegiados de "segunda grandeza". Ricardo Antunes (2018) assinala que as classes médias englobam um conceito amplo, pois são compostas pelos indivíduos que exercem um trabalho predominantemente intelectual, o que acaba separando-os da classe operária, além de divergirem nas questões do consumo e dos valores simbólicos. Por este ângulo, como o grupo que preserva o ideal meritocrático, a classe média é uma das principais vítimas. Seu imaginário fixa os valores dominantes, "mas por serem destituídas dos meios materiais e simbólicos da dominação e da riqueza, vivenciam um cenário em que a oscilação e a incerteza são mais frequentes do que a estabilidade e a ascensão" (Antunes, 2018). Quanto a isso, Jessé Souza (2018) alega que a "alta classe média", mesmo com altos salários, tem origem e trajetória da classe média e o fato de se perceber como integrante da elite faz parte da ilusão objetiva que lhe permite obedecer os interesses de seus patrões. Logo, o desafio é impedir que as clivagens internas da classe média destruam as possibilidades de uma consciência voltada para a ação coletiva e conectada aos interesses da classe trabalhadora como um todo:

As clivagens que as atingem e as particularizam são muito mais profundas. [...], nos últimos tempos temos presenciado uma expansão significativa de setores médios que, em seu processo de assalariamento, pelas formas de realização e vínculos que passam a assumir com o trabalho que desenvolvem, sofrem uma crescente proletarização¹¹⁹. [...] É por isso que a consciência das classes médias aparece frequentemente como *consciência de uma não classe*, ora mais próxima das classes proprietárias, como ocorre em seus segmentos mais altos, como os gestores (de médio e alto escalão), administradores, engenheiros, médicos, advogados, etc., ora mais próxima dos valores, ideários e práticas da classe trabalhadora, quando tomamos os seus segmentos mais proletarizados (Antunes, 2018, p.60).

Nessa direção, posto que a interpretação do mundo é sempre feita sob uma base moral, decorrente de uma noção explícita ou implícita de virtude e do que é o bem e a boa vida, o predomínio do dinheiro e do poder pressupõe a colonização da esfera moral (Souza, 2018). Em um país como o Brasil, onde seis bilionários concentram a mesma riqueza do que metade da população mais pobre, em torno

¹¹⁹ A tese que funciona como fio condutor do livro, segundo o autor, é a de que as sociedades estão presenciando a constituição e a expansão de um novo proletário de serviços (Antunes, 2018).

de 100 milhões de pessoas¹²⁰ (no cenário pós-pandemia, o quadro é ainda pior¹²¹), são compreensíveis os motivos que sustentam a reprodução meritocrática; pois, as classes dominantes não podem revelar suas intenções abertamente, do contrário, haveria revoltas: "não há dominação de poucos sobre muitos sem o recurso à mentira e ao engano. [...] a opressão precisa ser moralizada, difundindo-se a ilusão de que o interesse do dominado é levado em conta" (p.48).

A analogia de Gerald Cohen (1983) pode ser conjurada mais uma vez para desvelar como a meritocracia ofusca este quadro social. Ao promover o exemplo do indivíduo que pegou a chave e conseguiu escapar, ela dissemina a ideia de que a fuga está ao alcance *universal*, isto é, ela fabrica uma chave-mestra com a qual poder-se-ia magicamente abrir a porta sucessivas vezes. Por meio da sua narrativa de superação e esforços individuais, onde alguns fatores do sucesso são ocultados ou ignorados, a fuga é retratada como uma possibilidade viável e racional, sujeita apenas à vontade dos indivíduos¹²². Neste ponto, é muito fácil para a meritocracia se sustentar nos indivíduos bem-sucedidos e considerar inevitáveis as suas vitórias quando já realizaram suas conquistas e delas são retirados os exemplos favoráveis para justificar a falsa liberdade coletiva e a falta de chances e oportunidades para todos. Por fim, pode-se concluir que a essência do ideal meritocrático é seu *duplo disfarce* na produção de uma *pseudopanaceia* para as desigualdades: *pseudo*, visto que não há uma intenção genuína de curá-las (ou feriria as relações de produção capitalistas) e, por isso, produz a narrativa dos vitoriosos para distorcer as relações injustas em torno dos méritos e talentos e, simultaneamente, *panaceia*, pois oculta os privilégios subjacentes de classe e os fatores relativos à sorte, providenciando uma justificativa "remediável" para os abismos de renda e de oportunidades para a população, iluminando as pequenas probabilidades de sucesso como chances reais de mobilidade social baseadas em esforços impossíveis de se mensurar. Assim, a

¹²⁰ Segundo o *El País*. Disponível em: <https://bit.ly/3wV1uRF>. Ademais, os 10% mais ricos do país detêm quase 60% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres viram sua participação reduzir. O 1% mais rico concentra 48,9% da riqueza patrimonial brasileira e a renda dos 50% mais pobres do mundo é equivalente a metade do que era em 1820. Disponível em: <https://bit.ly/3fvnoG8>.

¹²¹ Durante a pandemia, 42 novos bilionários integraram a lista dos mais ricos do mundo, com alto número de brasileiros, enquanto a pobreza extrema não para de subir, obrigando muitas pessoas a comprar ossos para fazer sopa. Segundo o *Carta Capital*. Disponível em: <https://bit.ly/3fxkHnh>.

¹²² Como uma crítica criativa a essa reprodução e uma tentativa de rejeitar o discurso meritocrático por meio de seus próprios argumentos, uma provocação na internet, de autor desconhecido, propõe um *reality show* com a participação dos empresários mais ricos do país. Se bastam os esforços para o sucesso, eles terão de provar isso ao viver em um bairro pobre da capital e trabalhar de segunda a sábado, ganhando apenas um salário mínimo para sustentar a família. E quem conseguir obter o primeiro milhão de reais será declarado o vencedor do programa.

raiz do problema não perpassa a correção de suas supostas falhas, a reorganização das oportunidades e/ou da política criminal do país¹²³, mas a total eliminação do ideal meritocrático e suas falsas impressões sobre a liberdade e igualdade; a luta deve ser contra as desigualdades sociais e os processos que as sustentam:

a urgência, no Brasil como na maioria dos países do planeta, é lutar em todas as direções não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social que, em todo lugar, impele ao crime e normatiza a economia informal de predação que alimenta a violência (Wacquant, 2004, p.8).

Para encerrar, convergi as discussões da dominação burguesa no Brasil com os ideias meritocráticos e a manutenção dos privilégios de classe enquanto se omite as razões pelas desigualdades sociais e as mínimas chances de sucesso para as classes mais baixas, independentemente do quanto empregarem seus esforços. Retornando ao sociólogo imaginário de Michael Young (1961), a meritocracia engendrou a "nova elite" cujos privilégios são legitimados e justificados por um discurso vazio de significado, mas que fora muito bem aplicado, pegando carona nos ventos da impulsão neoliberal no cenário global. Sendo uma das receitas para o consenso sociopolítico, ela adentrou profundamente o horizonte social, obtendo adeptos para a sua visão de não ser mais "necessário rebaixar os padrões tentando estender uma civilização superior aos filhos das classes mais baixas" (Young, 1961, p.177). Assim como no conto da introdução, o capitalismo deformou a alma exterior humana, a dominação a destruiu para uma grande parte da população e a meritocracia providenciou o espelho para os indivíduos poderem se admirar, alheios aos privilégios e às desigualdades sociais. Esta situação no atual cenário global parece estarrecidora e o aumento dos abismos de renda sugerem que estamos a uma longa distância da transformação social. Nas palavras de José Paulo Netto (1995), "a aposta na superação da ordem burguesa não é um voto fideísta num futuro escatológico – é uma projeção calçada em tendências reais" (p.55), portanto, a paralisia da vontade social pode e deve ser combatida, mas antes é preciso *quebrar o espelho*.

Neste subcapítulo, abordei a meritocracia e os seus efeitos deletérios para a sociedade, analisando como o seu avanço pelo senso comum foi adquirindo uma

¹²³ Loïc Wacquant (2004) comenta o paradoxo da penalidade neoliberal, a qual pretende remediar com mais Estado policial e penitenciário aquilo que a ideia de "menos Estado" econômico e social proporcionou: a escalada da insegurança objetiva e subjetiva pelo aprisionamento em massa dos pobres, inúteis e insubmissos.

maior proeminência por estar atrelada às questões morais, refletindo a crença de que o universo organiza-se para alinhar o sucesso com o mérito, além das fortes investidas da mídia e de figuras públicas que viam nela maneiras de justificar seus elevados privilégios. Em seguida, explorei a sorte como a variável determinante no sucesso dos indivíduos. Seja a loteria natural da vida humana, seja o fato de as etapas da vida serem atravessadas sem um amplo domínio sobre seus resultados, expus algumas razões de ela ser ocultada das trajetórias de vitória e sucesso dentro do ideal meritocrático. Em paralelo, demonstrei a importância de registrá-la como um fenômeno relevante da mobilidade social, uma vez que os indivíduos alheios à sua existência tendem a ser igualmente alheios às dificuldades que outras parcelas da sociedade enfrentam. Na parte seguinte, expus o caráter histórico que permeou a transformação do capitalismo e os aspectos responsáveis por engendrar a gênese da dominação burguesa no Brasil, sem deixar de incluir a influência neoliberal na política contemporânea do país. Por fim, discuti a posição da classe média nesse contexto de dominação neoliberal e meritocrática, apontando sua relação ambígua com os interesses das classes dominantes e os efeitos desvantajosos para ela.



4.

A Quimera Global e a Inevitável Indefinição da Realidade

Mas o entretenimento tem o mérito não apenas de ser mais adequado para ajudar a vender mercadorias; é um veículo eficaz para mensagens ideológicas ocultas. Além disso, em um sistema de alta e crescente desigualdade, o entretenimento é o equivalente contemporâneo dos "jogos de circo" romanos que desvia o público da política e gera uma apatia política que ajuda a preservar o *status quo* (Chomsky, Herman, 2002, p.18).

Na mitologia grega clássica havia um monstro lendário e horripilante que aterrorizava a região ancestral da Lícia, na Ásia Menor (atualmente, a Turquia¹). Era filho dos gigantes Tifão e Équidna, a mãe dos monstros. Entre os seus irmãos, estava Cérbero, o cão de guarda do submundo de Hades; o Dragão da Cólquida, protetor do velocino de ouro conquistado por Jasão; e a Hidra de Lerna, morta por Hércules em um dos doze trabalhos. Seu nome era Quimera e tinha três cabeças: uma de leão, uma de cabra e outra de dragão, além de um rabo de serpente. Pelas lendas, a criatura só poderia ser destruída por quem estivesse montado em Pégaso, o famoso cavalo alado e imortal, surgido do pescoço ensanguentado de Medusa quando esta fora derrotada por Perseu. Este herói foi Belerofonte, filho de Glauco, que atirara suas flechas de uma altura onde as rajadas de fogo da boca caprina não puderam atingi-lo. Graças à sua coragem, o herói livrou a região da catástrofe e da sua terrível dominação para o bem de todos os povos e nações.

A análise das mitologias constitui-se como um poderoso exercício de auto-conhecimento. Desde os primórdios da civilização, os mitos possuíam a função de orientar os seres humanos, fazê-los compreender as suas posições no mundo e representar as suas estruturas mentais, emocionais e cognitivas através de sentidos atribuídos aos fenômenos que, muitas vezes, não continham nenhuma explicação: "rememorando os mitos, reatualizando-os, renovando-os por meio de certos rituais, o homem torna-se apto a repetir o que os deuses e os heróis fizeram 'nas origens', porque conhecer os mitos é aprender o segredo da origem das coisas" (Brandão, 1999, p.39). Como paisagens imagéticas que espelham os seus desejos, anseios, medos e impulsos, os mitos aplacavam a curiosidade humana e forneciam blocos de conhecimento para a organização das sociedades. Assim, ao vislumbrar a sucessão de eventos envolvendo os feitos de Belerofonte, nota-se com nitidez

¹ Há diferentes leituras dos mitos e muitos detalhes são omitidos ou sobrepostos a outros ao longo das incontáveis narrativas. Para simplificar e gerar uma ilustração contundente, utilizei as versões de Menelaos Stephanides (2016) e Junito de Souza Brandão (1990, 1999, 2005).

que o maior perigo a ser enfrentado pelo herói era justamente uma ameaça a toda vida humana: a *imaginação perversa exaltada*². Em outras palavras, os terríveis inimigos combatidos pelos heróis da mitologia grega são os monstros que habitam o nosso inconsciente (Brandão, 1990). Sobre isso, em particular, a besta Quimera elucida substantivamente essa imaginação perversa ao desvelar um simbolismo complexo de criações imaginárias, nascidas das profundezas do inconsciente. Para o autor, ela configura-se como os desejos exaltados pela frustração e sofrimento a partir de três pulsões:

O monstro seduz e destrói a quem a ele se entrega. Não se podendo combatê-la de frente, é necessário persegui-la com ardor e surpreendê-la em seus refúgios mais profundos. [...] A Quimera poderia, de outro lado, ser interpretada como uma deformação psíquica, caracterizada por uma imaginação fértil e incontrolada. A cauda de serpente ou dragão³ corresponderia à perversão espiritual da vaidade; o corpo de cabra à sexualidade perversa e caprichosa; a cabeça de leão a uma tendência dominadora, que corrompe todo e qualquer relacionamento social (Brandão, 1999, p.245).

Nesse sentido, os monstros que devoram inocentes e destroem regiões e países inteiros podem ser, geralmente, associados a efeitos perniciosos de reis e governantes pervertidos e os perigos que envolvem combatê-los perpassam a ideia de que humanos fracos, moralmente degenerados, imprudentes ou desprovidos de ímpeto se tornam presas fáceis e são logo devorados. Então, para se restabelecer a paz, faz-se necessário um herói dotado de qualidades superiores e uma integridade ímpar e, portanto, não é à toa que estrangeiros costumam exercer essa função, pois não foram ainda "tocados" pela perversão local. Ademais, como uma constatação ontológica perspicaz de que os humanos não estão em condição de vencer por si mesmos, Palas Atená sente que precisa enviar a Belerofonte o cavalo alado como ajuda espiritual (um símbolo do pensamento criativo e da imunidade à imaginação perversa). Juntos, eles formam a base do ideal grego da harmonia dos desejos: "o

² Belerofonte matou sem querer o seu irmão em Corinto e foi exilado, segundo as tradições. Ao chegar a Tirinto, foi recebido pelo rei Preto, cuja esposa era Estenebéia. Após tê-la negado, a rainha o acusou falsamente de tentar violentá-la, enfurecendo o seu marido. Sem desejar sujar as mãos e irritar os deuses, Preto enviou-o ao seu sogro, o rei Ióbates, da Lícia, com a missão de que providenciasse a sua morte. Depois de se sentar à mesa com o herói e não desejando violar as leis sagradas da hospitalidade, o rei incumbiu-o de matar a Quimera, eliminar os Sólimos e aniquilar as Amazonas. A missão certamente seria o fim de Belerofonte. Porém, tendo se saído bem-sucedido a cada tarefa, o rei juntou os seus guerreiros mais bravos e ordenou uma emboscada, resultando na morte de todos pelas mãos do herói. Ióbates reconheceu a origem divina de seu hóspede, revelou o conteúdo da carta e ofereceu a sua filha, Filônoe, em casamento (Brandão, 1990).

³ Na versão aqui apresentada, a tríade quimérica refere-se somente às três cabeças.

verdadeiro herói é o que sabe resistir nesta luta contínua, equilibrando-se nos dois planos: o nível da elevação sublime e o plano da vida concreta" (p.216).

Muitos séculos depois da mitologia grega como um *corpus* dominante de relatos épicos, feitos lendários e mitos grandiosos para entreter e explicar a gênese e o papel dos seres humanos no universo, as narrativas ficcionais continuam sendo essenciais na organização da percepção humana sobre o espaço e o tempo. Posto que o funcionamento do mundo é complexo, o seu compartilhamento faz com que a realidade deixe de ser uma atmosfera completamente intangível e se torne algo sensível, apreensível e compreensível. Se considerarmos o mundo hoje, os modos de transmissão e apreensão tornaram-se mais velozes e apurados. As novas formas de consumo, como a invenção do *streaming* e os canais de produção de conteúdo independente tornaram a investigação dessas narrativas um intrincado e complexo processo de avaliação e interpretação, além de apresentar dificuldades no percurso de uma pesquisa que visa investigar a dimensão ideológica das ficções seriadas da televisão na atualidade. Para o público, o ritual de sentar-se em frente ao aparelho televisor em hora marcada, ler um livro ou folhear as páginas de uma revista ou jornal foram substituídos por celulares, *tablets* e computadores, cuja atividade de recepção é realizada de modo instantâneo e em qualquer lugar:

A ficção, numa sociedade caracterizada pelo alto grau de espetacularização do cotidiano midiático, e em que as novas técnicas de simulação visual, tornadas possíveis com a informática, permitem antecipar o real físico, reproduzi-lo e manipulá-lo, situa-se, paradoxalmente, num lugar incômodo: parece estar em toda parte, "contaminando" as instâncias do real (Figueiredo, 2010, p.80-1).

Douglas Kellner (2001) já assinalava que os indivíduos eram submetidos a fluxos inesgotáveis de imagens e sons dentro de suas casas, o que dominou a vida cotidiana, fornecendo modelos do que significa ser bem-sucedido ou fracassado, homem ou mulher, poderoso ou ineficaz, o que é bom ou mau, moral ou imoral, positivo ou negativo, e designando os mitos que auxiliam a construir uma cultura dominante. Além disso, prossegue o autor, ela reordena as percepções de espaço e de tempo, suprimir as distinções entre imagem e realidade e elaborar novos tipos de experiência e subjetividade. Os seus sedutores produtos modelam a demanda e as necessidades dos consumidores; logo, a mídia tornou-se uma poderosa força de socialização: as suas imagens substituíram a família, a escola e a Igreja como os árbitros de gostos, valores e pensamentos (Kellner, 2001).

No cerne deste processo, a televisão, sendo um meio de comunicação e um meio de produção, é um instrumento influente de transmissão sociocultural nas experiências individuais e coletivas. Como um aparelho contemporâneo similar à atividade dos *Aedos*⁴, os poetas gregos da antiguidade que cantavam e recitavam versos de relatos e feitos épicos para perpetuar a fama de guerreiros e heróis, a televisão (e suas ficções seriadas) demonstra um poder ainda maior de incrustar-se no imaginário e na memória dos indivíduos, organizando os seus pensamentos e reproduzindo os valores e tradições das sociedades como uma fonte abundante e inexaurível de entretenimento e informações. Assim, no que tange a isso, cumpre interrogar: de que maneiras a televisão e as suas ficções seriadas reproduzem a dominação e ocultam os processos histórico-sociais da exploração e os privilégios de classe? Quais suas evidências quanto à inversão dos interesses? E, por último, há espaço para críticas em nível sistêmico que apresentam ideias alternativas?

Tecidas estas considerações e dada a complexidade do objeto e seu campo específico na Comunicação Social, é preciso tomar como aspecto basilar a noção de que a ficção assenta-se como um formidável paradoxo da ontologia humana. Segundo Mario Bunge (2006), os conceitos de fato, aparência e ficção constituem uma família, pois nenhum deles faz pleno sentido se isolado dos demais membros. Em virtude disso, ele reconhece que as aparências são fatos percebidos pelos seres conscientes e que as ficções, ou são imensas distorções de fatos, ou invenções não relacionadas a eles. Em específico, ele as distingue entre as ficções *disciplinadas*, empregadas para explicar e dar conta das coisas reais (os objetos matemáticos); e as ficções *selvagens*, as quais criam a ilusão de se escapar da realidade, ou seja, as que pertencem ao mundo das artes, as divindades e os universos paralelos (Bunge, 2006). Isto posto, as ficções são vitais não apenas para o exercício da pesquisa e da construção teórica, mas para constituírem modelos que visam a explicação de fatos; portanto, por mais que haja uma nítida distinção entre fatos e ficções, não havendo possibilidade de os confundir, há o paradoxo de que *as ficções acabam sendo o caminho para a realidade* (Bunge, 2006).

O autor se debruça sobre as ficções disciplinadas para argumentar sobre a necessidade de fazer com que não sejam reificadas, mas utilizadas para elucidar,

⁴ Os *Aedos* eram poetas-cantores, cujo dom fora concedido por Apolo, deus da música e da poesia, ou pelas Musas, cantoras divinas. Eles viajavam pelas cidades e vilarejos, narrando o repertório de lendas de seu povo e os atos heróicos de deuses e homens do passado, em festivais, feiras e praças. Homero, o maior poeta de todos os tempos, era um *Aedo* (Stephanides, 2016).

refinar ou sistematizar ideias filosóficas orientadas para a ciência. Logo, ele relega as selvagens ao seu campo natural artístico (ou à filosofia imoderada⁵). A despeito de esta tese não se basear nas ficções matemáticas, pode-se retirar grande proveito desses argumentos por meio da concepção de que o objeto empírico, "as ficções seriadas selvagens", são percebidas pelas audiências como *fatos*, cujas distorções devem ser explanadas pelo rigor do exame científico: "nenhuma pessoa realista pode negar o poder de algumas ficções, como as da matemática na exatificação e unificação de ideias, e as da ideologia em mobilizar ou congelar pessoas" (p.190). Sendo assim, o ponto nevrálgico acerca dessas ficções é o de que os fatos ocorrem *independentemente* de serem ou não reparados ou fantasiados, contribuindo para moldar as nossas percepções da sociedade:

A tríade fato-aparência-ficção ocorre em todas as esferas da vida. Na verdade, ao tentar entender ou controlar um pedaço do mundo, muitas vezes é preciso distinguir e interrelacionar três camadas: o fato, a aparência e a ficção. Por exemplo, alguns políticos e meios de comunicação inventam ficções sobre a vida pública e essas ficções contribuem para moldar nossas percepções da sociedade. Enquanto isso, as correntes políticas e econômicas continuam a fluir sob ficções e aparências, em grande parte [sem ser] afetadas e detectadas e, portanto, além de nosso controle. O cidadão incauto pode, assim, involuntariamente se tornar uma vítima do que tem sido chamado de armas de engano em massa. Por outro lado, os cidadãos alertas e responsáveis são céticos construtivos: eles começam por descascar camadas superficiais da realidade, para descobrir os mecanismos sociais ocultos e assim poder agir sobre eles (Bunge, 2006, p.xii).

A esse respeito, não é a proposta desta tese discutir os alcances e diferentes graus de apropriação e/ou interpretação das ficções seriadas; mas a partir da noção de que suas conexões e relações com os indivíduos ajudam a constituir e reforçar o imaginário sociocultural brasileiro, uma minuciosa observação de seus aspectos cruciais imbuídos de símbolos, opiniões e juízos de valor, permite a realização de inferências, visto que esses conteúdos são apreendidos como *fatos* e, portanto, têm implicações diretas para o substrato ideológico da sociedade. Diante disso, através da junção de todos esses elementos, buscarei desvelar a anatomia de um monstro implacável, uma besta político-midiática de imensa proporção e poder destrutivo, nascida no núcleo das contingências histórico-sociais das relações capitalistas e

⁵ "[...] Nós inventamos ficções em todas as esferas da vida, particularmente na arte, matemática, ciência e tecnologia. [...] Uma ficção disciplinada obedece às leis contidas em uma teoria exata. A ciência, a tecnologia e a filosofia séria usam apenas ficções disciplinadas, sobretudo matemáticas, como os conceitos de conjunto, relação de equivalência, função e consistência. O lugar certo para ficções selvagens é a arte – ou a filosofia imoderada" (Bunge, 2006, p.216-7).

dos processos ilegais que acompanharam a evolução do setor de radiodifusão no país. Este monstro pode ser chamado de *Quimera Global*⁶.

Em 1975, o coronel Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações, foi quem registrou talvez a sua primeira aparição em território nacional. Na ocasião, ele afirmou que o poder da televisão poderia representar uma grande ameaça ao servir como instrumento de apoio ao governo militar ou à oposição, ameaçando fugir do alcance de qualquer instituição e órgão de controle e regulamentação para se converter na *hidra* de nossos dias (Lima, 2005). Sobre isso, pode-se ressaltar que o termo "quimera" é atribuído tanto a um conjunto que resulta da combinação de diferentes elementos quanto às coisas decorrentes da nossa imaginação⁷. Por essa razão, neste capítulo, discuto o *habitat* natural da besta, a televisão, expondo as bases teóricas da linguagem televisiva e a sua homogeneidade na produção de mensagens frente à heterogeneidade da vida prática a fim de entender os aspectos que a tornam um dos principais aparelhos de manutenção das relações capitalistas e as suas particularidades sociopolíticas na constituição da realidade social. Além disso, visto que esse monstro ideológico surge frequentemente no horizonte social diegético da emissora⁸, enuncio uma discussão das ficções seriadas, em especial, da telenovela e da sua capacidade de espelhar a realidade, ofuscando importantes aspectos da realidade social concreta.

"Costuma-se dizer que a televisão alterou nosso mundo" (Williams, 2016, p.23). É com essa frase que o sociólogo e teórico da comunicação galês inicia seu livro, cujos objetivos incluem a investigação deste aparelho eletrônico como uma tecnologia cultural específica, incluindo o seu desenvolvimento, suas instituições, suas formas e efeitos. Para o autor, ao contrário do cinema, cujo desenvolvimento capitalista focou, inicialmente, na produção (e mais tarde, na distribuição em larga escala como forma de controlar e organizar o mercado), na radiodifusão, buscou-se investir primeiramente nos *meios de distribuição* (o investimento na produção resumiu-se somente ao necessário para torná-la possível e atraente); assim, "não apenas o fornecimento de instalações de radiodifusão precedeu a demanda, mas os

⁶ De forma alguma considero que todas as opiniões e posicionamentos da população são formados por influência direta da Quimera Global. Porém, é impossível negar que a história política do país, da segunda metade do século XX aos dias atuais, não esteja conectada às atividades da emissora e aos seus ímpetos "bestiais" no campo jornalístico e na sua produção de conteúdo.

⁷ Segundo o dicionário *Priberam*. Disponível em: <https://bit.ly/3DZr4tQ>.

⁸ A diegese é o mundo ficcional de uma narrativa, fruto da imaginação ou da invenção de um autor, ou seja, o espaço e o tempo pertencentes à realidade interna de uma trama.

próprios meios de comunicação precederam seu conteúdo" (p.37). A sua expansão derivou, em grande parte, do fornecimento de programas e serviços que abriram o caminho para os investimentos da publicidade comercial internacional⁹:

O caráter "comercial" da televisão, então, precisa ser visto em vários níveis: como a produção de programas para o lucro em um mercado conhecido; como um canal de publicidade; e como uma forma cultural e política diretamente moldada por e dependente das normas de uma sociedade capitalista, que vende tanto bens de consumo como um modo de vida baseado neles, em um *ethos* que é ao mesmo tempo gerado localmente, por interesses capitalistas e autoridades internas, e organizado internacionalmente, como um projeto político, pelo poder capitalista dominante (Williams, 2016, p.52).

Conforme elabora Umberto Eco (1993), a televisão não é um gênero, mas um "serviço", um meio técnico de comunicação onde se veicula ao público outros gêneros de discurso comunicativo e formas de espetáculo já existentes (e que na televisão iriam adquirir novos padrões) ou idealizadas especialmente para o seu espaço. A potência deste "serviço" se deve à sua conjugação de várias formas de expressão, às vezes, totalmente distintas. Ao estabelecer inovações nas condições de cada uma dessas formas (jornalismo, publicidade, teatro filmado, cinema, etc.) e aglutiná-las em uma nova condição expressiva, prossegue o autor, é importante entender *a quem* ela se dirige e exatamente *o que* os telespectadores fruem quando se encontram diante de sua tela (Eco, 1993). Assim, como uma vitrine da indústria cultural e pautada pelo regime de livre concorrência, a lógica da televisão tendeu à criação e à determinação dos tipos de público, dos programas mais aceitos e dos gostos médios para facilitar a integração com os anunciantes; logo, visando atingir o máximo de consumidores, a mensagem televisiva passou a determinar as várias imposições de satisfação do público, traçando um modelo daquilo que se pretende representar tal qual se desejaria que fosse um cliente ideal¹⁰. Este modelo têm a função de servir como um "gosto médio", abarcando as inúmeras preferências dos telespectadores e, ao mesmo tempo, devolvendo-lhes não o que eles querem, mas o que devem desejar:

⁹ O autor comenta que em alguns seriados norte-americanos, as agências de publicidade participam do processo de seleção e desenvolvimento dos roteiros, influenciando os seus conteúdos, seja por meio da aprovação ou da negação de certos temas e ideias (Williams, 2016).

¹⁰ Ele dá como exemplo o fato de que quando um programa para *teenagers* é produzido, atenta-se para a ideia de um *teenager* modelo, uma imagem, um cliente ideal do produto anunciado. Logo, mesmo que depois os telespectadores modifiquem o gosto do programa, ele foi, antes de tudo, uma inconsciente política cultural que determina os espectadores (Eco, 1993).

A televisão tem, portanto, a capacidade de tornar-se o instrumento eficaz para uma ação de pacificação e controle, a garantia de conservação da ordem estabelecida através da reproposta contínua daquelas opiniões e daqueles gostos médios que a classe dominante julga mais próprios para manter o *status quo*. [...] Numa civilização em que, ao contrário, o respeito pela autonomia individual é um princípio declarado, e a multiplicidade das opiniões, um artigo de fé, e em que, todavia, por exigências econômicas, se realiza uma direção "oculta" da opinião a fim de orientá-la no âmbito do sistema, a indústria cultural, ao propor ao público sua implícita e fácil visão do mundo, adota os meios da persuasão comercial, mas ao invés de dar ao público o que ele quer, sugere-lhe o que deve querer ou deve acreditar que quer (Eco, 1993, p.346-7).

Neste ponto específico, concordando com o filósofo e semiólogo italiano, Douglas Kellner (2001) reitera que uma produção voltada para o lucro impõe aos executivos da indústria cultural a necessidade de confecção de produtos que sejam populares e que vendam e, por isso, devem ser eco da vivência social. Ademais, "as pessoas realmente modelam comportamentos, estilos e atitudes pelas imagens da televisão; os anúncios por ela veiculados de fato desempenham certo papel na manipulação da demanda do consumidor" (p.303). Por conseguinte, como buscou elucidar o teórico-crítico norte-americano, a televisão comercial é regida, em larga escala, por um conjunto de imagens, sons e histórias que tentam produzir efeitos de realidade, atuando na conformação de pensamentos:

a televisão hoje em dia assume algumas das funções tradicionalmente atribuídas ao mito e ao ritual (ou seja, integrar os indivíduos numa ordem social, celebrando valores dominantes, oferecendo modelos de pensamento, comportamento e sexo para imitação, etc.). Também argumentamos que o mito televisivo resolve contradições sociais da mesma maneira como Lévi-Strauss descreveu a função do mito tradicional, e que ele fornece mitologias do tipo descrito por Barthes, mitologias que idealizam os valores e as instituições contemporâneas, exaltando, portanto, o modo de vida vigente (Kellner, 2001, p.304).

Partindo da maneira como a televisão foi inaugurada no Brasil, em 1950, quando Assis Chateaubriand contrabandeou duzentos aparelhos para tornar viável sua primeira emissão, mais do que mero entretenimento e informação, percebe-se o enorme foco na sua distribuição e na influência do espaço publicitário, visto que o magnata da comunicação fez questão de destacar o patrocínio das empresas nacionais, cujos recursos foram essenciais para a realização do negócio. Conforme Sérgio Caparelli (1982), a televisão brasileira apareceu para ampliar o mercado e nessa fase já era possível vislumbrar sua extrema tendência à concentração, pois é sintomático que a sua implantação foi realizada pelo dono do maior conglomerado midiático da época e, inclusive, detentor de várias propriedades cruzadas (jornais,

rádios, revistas, editoras, etc.). Nesta lógica, ele afirma que é imprescindível situar a televisão na dupla vinculação econômica e política entre os países hegemônicos e países dependentes; apenas desta forma poder-se-á revelar como este aparelho tornou-se um instrumento de classe com a função de reprodução ideológica:

Em grande parte dos casos a integração através da televisão não é real mas fictícia: os meios de comunicação e, especialmente a televisão, podem exercer uma influência na mudança de padrões, de hábitos, necessidades ou valores, mas não integrá-los, por sua capacidade produtiva, dentro do sistema econômico. É possível preparar ou antecipar essa integração. [...] Do ponto de vista da classe dominante, a indústria cultural senta-se como instância apta a propiciar o conjunto de meios necessários à difusão generalizada da cultura da coalizão dominante. [...] A televisão talvez fosse o melhor meio para representar esta espécie de integração. Porque refletia a acumulação e a concentração de capital, era formada por um oligopólio da indústria da informação, estava situada num país dependente e tendia a reproduzir internamente as disparidades a nível internacional¹¹ (Caparelli, 1982, p.33).

Para Muniz Sodré (2001), "a televisão é uma técnica, um eletrodoméstico, em busca de necessidades que a legitimem socialmente" (p.14). Como um sistema homólogo às regras econômicas do mercado, prossegue ele, seu conceito pode ser pensado à luz das relações sociais que ela induz; logo, a ideologia não se define como os conteúdos veiculados, mas na própria informação enquanto uma forma unilateral de relação social que separa radicalmente falante de ouvinte. Assim, o monopólio da fala, elaborado pelo autor, refere-se a este "roubo da palavra" dos indivíduos, pelo qual o aparelho apropria-se simbolicamente das possibilidades de resposta e lhes devolve um discurso autoritário sobre esta palavra. Isto acarreta na interiorização de modelos de controle que fazem os indivíduos orientarem os seus impulsos para objetos de desejo admitidos pela ordem social (Sodré, 2001). Dito de outro modo:

[...] o controle tem de ser assumido individualmente pelos próprios controlados. É o controlado quem controla (interiorizando os modelos ideológicos da ordem produtiva) – e nisto reside a astúcia do Poder. [...] A eficiência da dominação, portanto, consiste em ocultar, do melhor modo possível, o controle totalitário dos pensamentos, dos gestos, da palavra, enfim do desejo (Sodré, 2001, p.45).

Nessa direção, prossegue ele, a *aparência* da televisão tem como propósito a eliminação da sua verdadeira finalidade, insinuando a necessidade geral de uma

¹¹ O autor salienta que culpar exclusivamente a televisão pela presença norte-americana no campo dos costumes seria incorrer em um grande erro. Para ele, a televisão age apenas como reforço e, quando muito, detecta predisposições entre o público e os desenvolve, sendo peça importante no novo sistema de dominação (Caparelli, 1982).

informação homogênea e abstrata¹² – ou seja, as pessoas são informadas para que não busquem a informação; o controle da fala elimina a "relação concreta da troca comunicacional em favor de uma ordem abstrata e unívoca, regida por um código que não admite ambivalência ou transgressão" (Sodré, 2001, p.49-50). Os efeitos dessa homogeneização apresentam características evidentes quando se concebe o desenvolvimento de artifícios próprios para a construção de realidades variadas, o que Elizabeth Duarte (2004) nomeia de *meta-realidade*, *supra-realidade* e *para-realidade*¹³: a primeira é o tipo de realidade discursiva que tem como referências o mundo exterior e natural, cujos acontecimentos a televisão não detém o controle, como os telejornais, documentários, reportagens, entrevistas, etc. Seu propósito é o de apresentação do mundo exterior, comprometendo-se com a *veridicção*, com o regime de crença na verdade e fidelidade aos acontecimentos e aos atores sociais; a segunda é o tipo de realidade sem compromisso com o mundo exterior, mas com uma coerência interna ao discurso que produz, como as obras ficcionais: as séries, telenovelas, seriados, minisséries, filmes, etc. É pautada pela suspensão do regime de crença e pelo compromisso com a *verossimilhança*, obedecendo as regras, leis e convenções da ficção; a terceira é o novo tipo de realidade criada pela televisão, sem quaisquer referências ao mundo exterior, mas sim a um mundo paralelo cujos acontecimentos são artificialmente construídos no interior do próprio meio, como os *reality shows*, *talk shows*, etc. Seu intuito é o de *visibilização* plena: a televisão propõe um real artificial, cujo regime de crença expõe (com as suas incoerências) muito mais do que a verdade, isto é, a equivalência entre o real e sua visibilização (Duarte, 2004). Por fim, a grande relevância na criação destas realidades se deve às formas como a televisão representa a vida humana:

O papel mais importante que a televisão desempenha como mídia dominante na contemporaneidade decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), etc. – e, em particular, da própria política e dos políticos. É, sobretudo, através da televisão, em sua centralidade,

¹² Para o autor, a televisão realiza um processo de "abstração da situação concreta", encobrendo o essencial, a atividade prática concreta da vida material, e institui, por sua vez, a homogeneidade de uma relação abstrata. Em outros termos, a sua intenção é que não haja gratuidade na comunicação, que nenhum pensamento e significado fique fora do limite da economia de mercado (Sodré, 2001).

¹³ Optei por um resumo dos três conceitos, conforme eles constam em seu livro. Ademais, segundo a autora, cumpre ressaltar que muitos programas, frequentemente, recorrem a uma mistura dos três tipos de realidade (Duarte, 2004).

que a política é construída simbolicamente e que adquire um significado (Lima, 2006, p.87).

Nesse contexto, a televisão como parte integrante do "príncipe eletrônico", conforme mostrou Octavio Ianni (1999), registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza tudo o que poderia ser considerado a realidade e o imaginário: "[ela] transforma a realidade, seja em algo encantado, seja em algo escatológico, em geral virtualizando a realidade em tal escala que o real aparece como forma espúria do virtual" (p.16). Na sua plena tentativa de disseminar o real, a televisão constrói a realidade na forma de um sistema de *representações sociais*, o modo de conhecimento ideal, pois implica num processo imagético ou figurativo (Sodré, 2001). Portanto, a representação de um fenômeno social, afirma o autor, constitui-se num grupo de imagens estruturado pelo jogo das significações sociais ou pelos sujeitos da representação:

as representações sociais servem para formar opiniões e comportamentos, ajustando-os à realidade tal como existe numa determinada formação social. [...] Mas esta tendência sistemática a um *sincretismo* [...] leva a televisão a não poder exprimir claramente os valores de nenhuma classe em particular. Assim, ela é impelida a uma homogeneização dos diversos conteúdos culturais, isto é, a redução dos mesmos a modelos facilmente aceitáveis pelo público. Esses modelos de representações sociais têm fraca coerência fora do sistema da televisão. Isto implica em dizer que os modelos são criados pelo *medium* a partir de estereótipos culturais e devolvidos ao público na forma de uma relação impositiva, que é a relação televisiva (Sodré, 2001, p.77-8).

Segundo Maria Immacolata Lopes (2009), a presença da televisão em um país como o Brasil, situado na periferia do mundo ocidental, poderia ser descrita como um *paradoxo* a mais, pois em sua história sempre buscou-se representar os seus contrastes acentuados entre riqueza e pobreza, arcaísmo e modernidade, norte e sul, litoral e interior, campo e cidade, etc.; logo, a televisão estaria implicada na reprodução de representações que perpetuam diferentes imagens da desigualdade e discriminação. Todavia, como a autora demonstra, também é preciso reconhecer que sua profunda entrada na sociedade deve-se à sua peculiar capacidade de criar e alimentar um *repertório comum*, pelo qual pessoas de diferentes classes sociais, gerações, sexo e regiões, podem se reconhecer umas às outras:

Longe de promover interpretações consensuais, mas antes, produzir lutas pela interpretação de sentidos, esse repertório compartilhado está na base das representações de uma comunidade nacional imaginada que a televisão, mais do que qualquer outro meio, consegue captar, expressar e atualizar

permanentemente. [...] A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe ou região. Ao fazê-lo, ela torna disponíveis repertórios anteriormente da alçada privilegiada de instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a igreja, o partido político, o aparelho estatal (Lopes, 2009, p.23).

Marilena Chauí (2006) afirma que para atender aos interesses econômicos de patrocinadores e anunciantes, rádio e televisão dividem a sua programação em blocos de sete a dez minutos com os intervalos comerciais ocupando as lacunas. Portanto, em um mundo saturado pela televisão, essa divisão transforma as nossas concentrações em blocos de duração similar que, pouco a pouco, vão se tornando um hábito: "a atenção e a concentração, a capacidade de abstração intelectual e de exercício do pensamento foram destruídas. Como esperar que possam desejar e se interessar pelas obras de arte e de pensamento?" (p.52). Sobre isso, Umberto Eco (1993) relembra a observação de um estudioso de que um filme transmitido pela televisão perde metade da sua eficácia e que ela seria destituída de possibilidades artísticas. Entretanto, ele afirma que cada meio de comunicação tem leis precisas acerca do material a ser trabalhado e desenvolvido juntamente às técnicas que são empregadas; logo, não é que não há possibilidades artísticas, mas sim que ela dá péssimos resultados quando se deseja transformá-la em veículo de obras pensadas e realizadas para outra destinação (Eco, 1993).

De acordo com Elizabeth Duarte (2004), a origem fundada pelos interesses econômicos manteve a sua função informativa comprometida com o mercado e o poder: "É a concorrência, medida via audiência, quem define a qualidade, o rumo e a vida dos produtos televisivos [...]. Seu teor informativo e cultural, sua função pedagógica e social são valores secundários" (p.17). Para ela, o entretenimento é o seu comprometimento principal, é o que chancela a sua produção de informação, ou seja, a leveza e a superficialidade dos conteúdos, o *espetáculo*; desta maneira, a televisão não se constitui como espaço apropriado para o tratamento de conteúdos densos e profundos, característicos das obras de arte, mas isto não significa que seus produtos sejam de má qualidade (Duarte, 2004).

Neste panorama, Sérgio Caparelli¹⁴ (1982) afirma que a televisão brasileira tem algumas finalidades, atendendo a objetivos para muito além da diversão e da instrução. Ele cita as quatro funções mais primordiais: a primeira é a *ampliação da produção*, pois ela se beneficiou da infraestrutura para a aceleração do capital,

¹⁴ Optei por um resumo das funções, conforme consta em seu livro.

dando continuidade ao objetivo capitalista e oferecendo novas possibilidades na acumulação de capital; a segunda é a de *propaganda para os produtos*, servindo como veículo importante para a publicidade das mercadorias e impulsionando a criação de demandas e as suas conseqüentes satisfações pela aquisição de bens de consumo. Uma vez que ela faz parte, ao mesmo tempo, da estrutura econômica e da superestrutura, na busca de uma audiência sempre mais ampla e contínua, não são as audiências que compram os programas assistidos, mas elas mesmas que são vendidas como produto aos anunciantes; a terceira é a *ampliação do mercado e do setor de comunicação*, pelo qual mais camadas da sociedade passaram a participar do mercado consumidor e cujo aumento foi marcado por uma forte concentração de propriedade; a quarta é a *difusão da ideologia dominante*, que age como um instrumento de classe, reforçando as ideias dominantes por meio da internalização dos seus valores enquanto desmobiliza os dominados das ações que buscam uma superação da sua condição subordinada. Em outras palavras:

Resulta evidente a importância dos meios de comunicação e a televisão em especial, na difusão da ideologia e sufocamento ou recuperação de formas alternativas de expressão que não aquelas da ideologia dominante. [...] A ideologia na televisão entremostra-se nas mais diversas, fazendo com que seja ideológico tanto seu conteúdo, quanto a própria técnica de filmar, montar e produzir um programa. Às vezes, esses conteúdos ideológicos da televisão são latentes, outras vezes, manifestos. Finalmente, a própria linguagem da televisão, através do primeiro plano, plano americano, close, etc., podem servir, de uma maneira ou de outra, para a difusão da ideologia da classe dominante (Caparelli, 1982, p.121).

Para John Thompson (2001), quando a televisão invade o cenário mundial, ela se torna o mecanismo supremo na transmissão e difusão de conteúdos, sendo uma de suas conquistas técnicas a capacidade de utilizar uma vasta quantidade de deixas simbólicas (auditivas e visuais), ao contrário dos outros aparelhos, que são limitados a apenas um tipo (tanto a palavra falada ou escrita). Mais de vinte anos se passaram desde a publicação de seu livro e todo este tempo foi significativo para configurar novos avanços para a televisão, sejam eles meramente técnicos ou comerciais: a TV em alta-definição, os dispositivos OTT como oferta paralela às empresas de cabo, os canais de *pay per view*, as plataformas de *streaming* ou de *video on demand*, etc. Em virtude disso, mesmo que eles tenham transformado as experiências de recepção, a televisão aberta permanece sentada no trono como o

tipo de transmissão que ainda alcança a maior quantidade de público nos EUA¹⁵ e no Brasil¹⁶. A riqueza simbólica da televisão, prossegue o autor, é devida à forma similar de interação face a face, uma vez que seus comunicadores são ouvidos e vistos e movimentam-se através do espaço e do tempo da mesma maneira que nas interações sociais do cotidiano, apesar de seu *caráter monológico*, implicando que seu fluxo de mensagens ocorre predominantemente em sentido único:

As mensagens que são intercambiadas numa quase-interação televisiva são produzidas na sua maioria esmagadora por um grupo de participantes e transmitidas para um número indefinido de receptores, que têm relativamente poucas oportunidades de contribuir diretamente para o curso e o conteúdo da quase-interação¹⁷. [...] Para a grande maioria dos receptores a única maneira que eles têm para intervir na quase-interação é na decisão de sintonizar a televisão, de continuar com ela ligada, de prestar algum grau de atenção, de trocar de canal ou de desligá-la quando não tiver nenhum interesse na sua programação (Thompson, 2001, p.89).

Nessas condições, o autor norte-americano realça as suas formas de "ação à distância", cujos traços gerais envolvem o fato de serem orientados para as ações ou indivíduos situados em contextos espaciais ou temporais remotos (Thompson, 2001). A partir disso, ele distingue as suas quatro formas, sendo a última a mais relevante para a tese¹⁸. A primeira, ele denomina de *destino receptor*, que pode ser direto quando os produtores surgem diante da câmera e falam diretamente para ela através de monólogos endereçados a um número indefinido de receptores, fazendo com que eles tenham a impressão de estarem sendo particularmente interpelados (o noticiário televisivo). No caso do indireto, os produtores interagem uns com os outros, mas dirigem-se também para a variedade de receptores ausentes do local, alterando o monólogo para um diálogo que remove muitas incertezas (entrevistas televisivas ou coletivas de imprensa); a segunda é o *cotidiano mediado*, formado pelo fluxo de atividades ordinárias da vida cotidiana. A esfera de produção se dá

¹⁵ Em 2021, a emissora NBC teve um aumento de 9% no total de telespectadores e um aumento de 7% em adultos dos 18 aos 49 anos. A CBS ficou estável no primeiro quesito, mas aumentou em 1% na faixa dos adultos. Ambas se juntam à ABC e à FOX, em terceiro e quarto lugares, como as redes de televisão mais assistidas. Segundo a *Variety*. Disponível em: <https://bit.ly/3xGYOYS>.

¹⁶ No Brasil, em pesquisa da *Kantar Media*, a televisão aberta ainda é a transmissão mais assistida (em todas as faixas etárias), na frente das plataformas de *streaming* e da TV por assinatura, sendo também o principal meio de informação geral do público. Disponível em: <https://bit.ly/35Q0EvL>.

¹⁷ O autor ressalta que os receptores podem telefonar ou escrever para as empresas de televisão a fim de manifestar apoio ou repúdio por certos programas; podem formar grupos de pressão para influenciar a programação e as emissoras podem abrir canais para ouvir a opinião do público, mas são intervenções utilizadas por um número muito reduzido de telespectadores (Thompson, 2001).

¹⁸ Optei por fazer um resumo dos quatro tipos de ação, conforme eles se encontram no livro.

pelas ações e interações filmadas ou gravadas para depois serem transmitidas para os receptores distantes. Ela ocorre mais frequentemente quando os indivíduos, nas suas tarefas cotidianas, percebem (ou supõem) que estão sob a mira de câmeras ou gravadores e orientam os seus próprios comportamentos; a terceira são os *eventos mediados*, as grandes ocasiões planejadas com antecedência para as transmissões ao vivo que interrompem o fluxo normal de acontecimentos (os casamentos reais ou a posse de um presidente). Os indivíduos que participam destes eventos estão cientes que eles estão sendo transmitidos ao vivo (Thompson, 2001).

A quarta forma é a *ação ficcional*, referindo-se aos produtos midiáticos de caráter ficcional: a construção de histórias inteiramente inventadas e representadas por indivíduos para receptores que as percebem da mesma maneira. Para o autor, mesmo que ela se distinga de outras ações à distância, é nítido que na prática atual da produção televisiva a diferenciação entre o ficcional e o não-ficcional pode ser difícil de ser estabelecida, pois as matérias que compõem os jornais e entrevistas são editadas e integradas num produto audiovisual que se diferencia dos eventos como realmente ocorreram (Thompson, 2001). Conforme Vera Lúcia Figueiredo (2010) assinalou, os noticiários televisivos recorrem, muitas vezes, ao gênero da narrativa policial a fim de organizar os sentidos, aproximando-se do melodrama e seu maniqueísmo, no intuito de conferir organicidade à realidade fragmentada que nos cerca. Sobre isso, Marilena Chauí (2006) declara que enquanto os noticiários apresentam-nos um mundo irreal, sem geografia e sem história, sem causas nem consequências, isto é, um mundo descontínuo e fragmentado, as telenovelas criam o sentimento de realidade através de três processos principais:

1) o espaço se torna exótico quando corresponde ao do nosso cotidiano (os lugares conhecidos causam admiração e distanciamento simplesmente por sua conversão em imagens no vídeo) e se torna familiar quando corresponde ao exótico e desconhecido (todos os lugares que não conhecemos se tornam próximos e familiares porque suas imagens estão presentes no local onde nos encontramos); 2) o tempo dos acontecimentos telenovelísticos é lento para dar a ilusão de que, a cada capítulo, se passou apenas um dia de nossa vida ou de que se passaram algumas horas, tais como realmente passariam se fôssemos nós a viver os acontecimentos encenados; 3) as personagens, seus hábitos, sua linguagem, suas casas, suas roupas, seus objetos são apresentados com o máximo de realismo possível, de modo a impedir que tomemos distância diante deles [...] Em resumo: o noticiário se apresenta como ficção (o acontecimento não tem densidade, é um espetáculo irreal) e a novela se apresenta como realidade (os episódios são espacializados e temporalizados de modo a produzir a ilusão de que são fatos) (Chauí, 2006, p.51).

Precisamente sobre o tipo de informação (e representação) que transmitem as novelas, a autora declara que elas reforçam o senso comum social, mantendo a clareza do corte vertical maniqueísta, a naturalização da pobreza e das hierarquias sociais, o desejo de "subir na vida" e a recompensa dos bons em meio à punição dos maus (Chauí, 2006). Para Muniz Sodré (2001), com a cultura massificadora que a televisão impõe, ela consegue sincretizar coisas tão diversas como o real e o imaginário, *homogeneizando-os*, e cujo impacto se verifica na produção de puras abstrações que abalam as categorias da ficção. Para ele, o tratamento dado às suas formas perpassa uma dramatização dos fatos reais e trata realisticamente o campo do imaginário, reduzindo a fantasia a um mero reflexo que inverte as verdadeiras condições de existência da relação televisiva com o mundo:

Entre o mundo e sua imaginação no vídeo, há um abismo, mas este não é preenchido pelo imaginário à solta, pois toda a lógica do *medium* consiste em dissimular o abismo por meio da restauração familiar do contato perdido, por meio da saturação do olho pela imagem repetida, na superabundância da relação informativa (Sodré, 2001, p.79).

Com enorme influência do folhetim europeu do século XIX, a telenovela brasileira é, sem dúvida, a ficção seriada mais típica de nossa televisão. Segundo José Marques de Melo (2010), depois do grande sucesso de *Direito de Nascer*, de 1964, o gênero se consolidou no mercado brasileiro e as emissoras Tupi e Record passaram a investir bastante nas obras, mobilizando escritores, atores e diretores. Sérgio Caparelli (1982) assinala que o seu surgimento se deu na fase em que o aparelho carecia de audiências, portanto, ela é o tipo de produto minuciosamente planejado para angariar mais telespectadores e vendê-los aos anunciantes. Além disso, prossegue ele, as produções deste período procuraram utilizar fórmulas que tiveram sucesso em outros países, mesmo com uma linguagem televisiva ainda em desenvolvimento. Diante disso, a percepção da consolidação da telenovela como o gênero de maior apelo popular permite observar importantes questões nas relações entre as ficções seriadas e a realidade social:

É a telenovela e sua relação com o real que trazem maiores discussões sobre o papel ideológico desempenhado por esse produto: o folhetim difundido pela televisão é um fragmento do texto ideológico da formação social, onde ele se inscreve, ele não representa o real, ele integra o real. [...] esses folhetins suscitam, no telespectador, um sentimento de familiaridade com o que é mostrado e o que é reconhecido, neste universo fictício, não são os processos reais que estruturam uma formação social, mas um ponto de vista sobre esses processos. Em outros

termos, o que é reconhecido é o mundo da ideologia dominante que se mostra. É assim que ele fala na telenovela como simulação e dissimulação. Simulação: o folhetim reconstrói o real sob a égide da ideologia dominante. Dissimulação: os processos reais que se operam na formação social são, assim, ocultados¹⁹ (Caparelli, 1982, p.139-40).

Para José Marques de Melo (2010), buscando atingir uma audiência vasta e heterogênea, as telenovelas são produzidas para os diferentes segmentos capazes de viabilizar a sua identificação com os telespectadores. Para tanto, ela utiliza uma linguagem coloquial e de fácil entendimento; uma disposição mais inclinada aos personagens de classe média (a maioria se identifica mais com os estratos médios e porque constituem um padrão socioeconômico desejável); e o mito da ascensão social, o catalizador dos anseios e aspirações da população. Em virtude disso, é este imaginário, sob o comando do princípio de realidade, que reforça o *status quo* a partir de parâmetros morais da família (Sodré, 2001). O autor relembra o *Código Hays*²⁰, o qual regulamentava o cinema norte-americano, dos anos 1930 a 1968, para demonstrar como a moral doméstica ainda se impõe na televisão como uma relação classificatória de fatos econômicos, sociais e políticos:

[...] os conflitos sociais reduzem-se a conflitos entre pessoas; a vida econômica do país passa a ser explicada pelo arrazoado da economia doméstica ou, no máximo, pela microeconomia empresarial; o fato político é tratado como projeção de personalidades singulares (conhecendo-se as suas biografias, suas anedotas, seu caráter, supõe-se conhecer o fato político). Em resumo, para o sistema da televisão, a lógica do mundo pode ser a mesma das relações interpessoais modeladas pela família (Sodré, 2001, p.82-3).

Maria Immacolata Lopes (2009) confirma a telenovela como o gênero que conquistou imenso reconhecimento do público, transformando-se na figura central de identidade da nação. A grande razão disso deve-se à sua fusão com dispositivos narrativos anacrônicos e imaginários modernos e o seu caráter único de narrativa como *recurso comunicativo*, transmitindo "representações culturais que atuam, ou ao menos tendem a atuar, para a inclusão social, a responsabilidade ambiental, o respeito à diferença, a construção da cidadania" (p.22). Assim, tendo atingido esse

¹⁹ É válido realçar que o autor não considera o gênero da telenovela, em si, ideológico, mas que muitas delas estariam comprometidas com o sistema. Além disso, ele enfatiza que pretender que o gênero tenha sido criado apenas para alienar e realizar uma manipulação ideológica é considerar a indústria cultural um bloco monolítico onde não há interesses conflitantes (Caparelli, 1982).

²⁰ Conforme o autor evidencia, o código estipulava que: a) será mantida a santidade da instituição do casamento e do lar; b) não se justificará o adultério; c) nenhum filme ou episódio ridicularizará qualquer crença religiosa (salvo as crenças dos indianos, dos amarelos e dos negros, notadamente, raças inferiores); d) não serão ridicularizadas as leis e não se suscitará jamais a simpatia para com a violação da lei (Sodré, 2001).

patamar, ressalta a autora, a telenovela converte-se em espaço de problematização, sintetizando o público e o privado, o político e o doméstico, a notícia e a ficção, combinando convenções do documentário e do melodrama, que acabam sendo o processo que "tipifica a telenovela brasileira e que cria o quase paradoxo de se ver o Brasil mais nessa narrativa ficcional do que no telejornal" (p.26).

Em decorrência do nosso sistema televisivo, para Sérgio Caparelli (1982), as telenovelas mantêm uma relação familiar com suas audiências, fazem parte da família e dialogam como integrantes dessa família, pois estabelecem vínculos com ela: "para simular contato íntimo com o espectador, a linguagem da televisão se apóia na família como grupo receptor necessário" (p.140). Portanto, como Maria Immacolata Lopes (2009) afirma, é a lógica das relações pessoais e familiares que preside a narrativa dos problemas sociais nas telenovelas; é esta a sua capacidade de conceber as pessoas por meio das relações afetivas, imbricadas na experiência do cotidiano e vivenciada de modo subjetivo, emotivo, político, cultural e estético, ou, nos termos da autora, na sua "narrativa caleidoscópica e multidimensional do cotidiano vivido pelos brasileiros" (p.24). Diante disso, esta familiaridade inerente e que pode ser traduzida nos termos das interpelações e qualificações da ideologia, desdobra-se em elementos narrativos poderosos de consolidação do imaginário:

[...] na medida em que a estória é contada sob o ponto de vista de um personagem, essa centralização da narrativa provoca no espectador a necessidade de vê-lo como seu substituto. Para entender ou fazer parte do jogo discursivo da telenovela, o telespectador tem de participar da narrativa com os olhos do personagem que lhe acena do vídeo. Essa participação só é possível quando o conteúdo traz, ao público, valores que fazem parte de seu meio e de sua cultura, no mais das vezes re-trabalhados sob o crivo do código das classes dominantes. [...] Que soluções aos conflitos oferecem as telenovelas? No mais das vezes, é utilizado o mito da ascensão social. Ou, então, a figura de um *self made man* sobrenadando todos os problemas. Não esquecendo os personagens que abandonam uma posição mais crítica em relação ao meio ambiente por se descobrirem quixotes em um mundo de moinhos poderosos. Se o personagem mantém a posição contrária aos valores, prontamente é descaracterizado, pois a origem de suas ações revelam que só age assim por uma razão individual (Caparelli, 1982, p.140-1).

Sem dúvida, como uma experiência comunicativa, as telenovelas acionam o que a autora denomina de mecanismos de conversação, compartilhamento e de participação imaginária. Posto que o público sente-se parte dessas narrativas, seus significados circulam pelas conversas do cotidiano, mobilizando informações dos seus conteúdos: "as pessoas, independentemente de classe, sexo, idade ou região

acabam participando do território de circulação dos sentidos das novelas, formado por inúmeros circuitos onde são reelaborados e ressemantizados" (p.29). Como exemplo, tem-se as gírias e os comportamentos incorporados na linguagem do dia a dia; os nomes de personagens batizados em crianças (ou utilizados para designar um caráter particular das pessoas); padarias e lojas adquirem títulos de novelas; as ações ou características de um personagem podem ser objetos da mobilização de sindicatos, políticos, gays, do movimento negro e comunidades étnicas²¹ (Lopes, 2009). Dito de outro modo, a telenovela foi convertida numa forma narrativa que espelha a nação, mas que também é modo de participação da nação imaginada:

Quando uma novela galvaniza o país, nesse momento ela atualiza seu potencial de sintetizar o imaginário de uma nação, isto é, a sua identidade, ou o que é o mesmo, de se expressar como *nação imaginada*. Essa representação, ainda que estruturalmente melodramática e sujeita à variedade de interpretações, é aceita como verossímil, vista e apropriada como legítima e objeto de credibilidade. Há um consenso na literatura em denominar esse imaginário como *moderno*, uma vez que as novelas movimentam os *imaginários modernos* da nação sobre alguns eixos temáticos recorrentes e que, em síntese, são: a mobilidade social, a nova família, a diversidade sexual, racial, étnica, a afirmação feminina, a renovação ética (Lopes, 2009, p.31).

No que tange ao objeto, Arlindo Machado (2000) nomeia de *serialidade* a apresentação descontínua e fragmentada dessa experiência televisual, a qual julga ser a principal forma de estruturação de suas obras audiovisuais. A necessidade de alimentar sua programação ininterrupta com material audiovisual, explica o autor, fez com que este modelo de repetição infinita fosse implementado para dar conta da produção intensiva de diversos programas²²:

No caso específico das formas narrativas, o *enredo* é geralmente estruturado sob a forma de *capítulos* ou *episódios*, cada um deles apresentado em dia ou horário diferente e subdividido, por sua vez, em blocos menores, separados uns dos outros por *breaks* para a entrada de comerciais ou de chamadas para outros programas (Machado, 2000, p.83).

Nesse sentido, para resolver a questão da divisão das ficções seriadas em capítulos e episódios, além dos elementos que as separam em séries ou seriados, o

²¹ A autora afirma que é recorrente a identificação de personagens ficcionais com figuras públicas verdadeiras entre as tramas e os problemas reais. Além disso, houve casos em que as tramas foram fundamentais para aprovar o Estatuto do Idoso e o Estatuto do Desarmamento, com a Lei Maria da Penha rondando constantemente as obras (Lopes, 2009).

²² O autor lembra que não foi a televisão que criou a forma seriada. Há inúmeros exemplos na literatura, como *As Mil e Uma Noites*, e os *folhetins* publicados em jornais no século retrasado. Contudo, foi o cinema, por volta de 1913, que forneceu o modelo básico de serialização que vemos na televisão hoje, em decorrência de mudanças no mercados dos filmes (Machado, 2000).

autor elucida os três tipos centrais da serialidade na televisão: no primeiro, tem-se uma única narrativa (ou várias delas entrelaçadas e paralelas) que se sucede mais ou menos linearmente ao longo dos *capítulos*. É o caso das telenovelas, *séries* e minisséries, as quais pertencem a uma construção teleológica (fundada em um ou mais conflitos iniciais básicos que irão gerar um desequilíbrio a ser possivelmente restaurado no fim); ii) no segundo, há uma história completa e autônoma, com um início, meio e fim, cujos *episódios* repetem os mesmos personagens principais e a mesma situação narrativa (embora haja exemplos de produtos que quebram essa regra). São os *seriados*, que podem conter inúmeras variantes (ou temporadas) ao longo de suas existências; iii) no terceiro, o único recurso preservado é o "espírito geral das histórias" ou sua temática. Em cada episódio, não somente a narrativa se encerra e é diferente das outras, mas também mudam os personagens, os cenários e, possivelmente, até a equipe técnica, como os diretores e roteiristas. É o caso dos seriados que têm apenas o título ou o estilo em comum²³ (Machado, 2000).

Para encerrar, Elizabeth Duarte (2004) sublinha que, sendo um negócio, a televisão busca e necessita impor-se aos consumidores, o que interfere na adoção de determinadas estratégias comunicativas. Especificamente na produção de obras audiovisuais, pode-se perceber os fatores de suma importância que implicam nas etapas prévias de criação e organização da produção, tais como o investimento da emissora quanto ao tipo de inserção do programa na grade, como a periodicidade, dia, horário e a duração; os custos envolvidos com cenários, atores, tecnologias; a participação do programa nas pautas de outros programas; os tipos de patrocínio escolhidos e o perfil dos telespectadores que a emissora projeta como o possível público-alvo da audiência (Duarte, 2004). Embora essas estratégias não estejam presentes diretamente na análise, é válido realçar que elas são parte considerável na constituição dessas obras audiovisuais, pois elas engendram os primeiros vetos que deformam os roteiros já em sua origem e durante a fase de produção.

Neste capítulo, desenvolvi uma discussão a fim de situar a base teórica da televisão e das ficções seriadas junto à proposta da tese e elucidar os pontos vitais da relação televisiva com a sociedade. Ao perceber sua influência na consolidação

²³ É oportuno ressaltar que o autor menciona possíveis misturas desses três tipos, como as novelas, que podem continuar *ad infinitum* em alguns países. Além disso, note que as unidades seriadas são chamadas de capítulos para as séries e episódios para os seriados. E uma vez que o terceiro tipo foi retirado do recorte do objeto (pela ausência de núcleos narrativos complexos), apenas os dois primeiros serão abordados na análise.

de padrões, hábitos, necessidades e valores, é possível compreender o gigantesco poder de persuasão e a amplitude de suas mensagens. Esta presença ostensiva foi responsável por alçá-la ao patamar de um dos dispositivos centrais nos processos de manutenção da dominação e da submissão voluntária e não-coercitiva. Assim, como um potente veículo de expressão dessa reprodução ideológica, a televisão desafia o pensamento crítico a encontrar nas suas entrelinhas o seu real poder de ingerência, escondido por trás de falas aparentemente ingênuas. Em seus domínios imagéticos, subjaz um pensamento orgânico às relações capitalistas (naturalizado pela excessiva repetição, sob doses homeopáticas, de sua realidade espelhada), já que desvelar e iluminar as contradições sociais (ou propor meios de combatê-la) seria destruir a si mesma e eliminar os fatores responsáveis pela sua gênese.

Como visto, Venício de Lima (2004a) afirma que a mídia deliberadamente *distorce, promove e omite* informações com objetivos políticos. Logo, é sob estes três pilares que construí a anatomia da Quimera Global como a materialização das relações de dominação na mídia, cujas cabeças atuam simbioticamente por meio de imagens perversas destrutivas²⁴ que bafejam representações que distorcem as relações de dominação e classe, promovem os interesses das classes dominantes ao apagar as contradições e omitem as causas das desigualdades como condição intrínseca do capital. Mais especificamente, a *cabeça de cabra*²⁵ (e sua perversão caprichosa) acumula a relação de poder inerente à sua existência e, por isso, portase como aparelho de sua manutenção, capturando as audiências pelos prazeres do consumo e entretenimento, provocando sensações de admiração e fascínio pelas narrativas e seduzindo-os pela ostentação de nobres qualidades. Ao mesmo tempo, trata-se de um encanto superficial, inautêntico, que distorce e perverte as relações de dominação e classe, designa culpados para seus próprios defeitos e transforma seus oponentes políticos em objetos de hostilidade irracional; a *cabeça de leão* (e sua tendência dominadora) corrompe as relações sociais com a sua eterna busca

²⁴ O conceito de *perverso* na tese tem o sentido de algo corrupto, traiçoeiro, que realiza mudanças para um estado pior, como exemplo, a perversão do olhar e dos significados. Porém, sem implicar que seja proposital. Segundo o dicionário *Priberam*. Disponível em: <https://bit.ly/3y4xrbx>.

²⁵ O termo tragédia advém das palavras "tragos" (bode/cabra) e "oidé" (canto) e, supostamente, foi criada pelos Sátiros (seres meio bode e meio humanos que cantavam pelas florestas). À vista disso, o "canto da cabra" é a representação de uma situação dramatizada da qual não se pode escapar e que, geralmente, apresenta a queda de indivíduos nobres e superiores. Ela resulta numa catarse que expurga os humanos de suas dores, gerando terror e piedade, mas também alívio. Além disso, em inglês, *scapegoat* (em sentido literal, "cabra/bode de fuga"), significa bode expiatório, referindo-se à pessoa culpada por algo que outras fizeram, mas também concerne à pessoa que é objeto de hostilidade irracional. Segundo o *Merriam-Webster*. Disponível em: <https://bit.ly/3riUMCx>.

pela satisfação dos desejos. Impulsionada pela inversão dos interesses e a força da meritocracia, ela se debruça sobre a sociedade com um olhar enviesado de classe, promovendo a competição entre os indivíduos e originando justificativas irreais para reproduzir os privilégios das elites; e a *cabeça de dragão* (e sua perversão espiritual da vaidade) apresenta a realidade na melhor versão idealizada por seus "deuses criadores", cuja composição é fútil, rasa e leviana, divorciada das relações sociais contraditórias e das causas que engendram as desigualdades. A excessiva repetição das suas imagens tem ímpetos traiçoeiros, pois contribui para solidificar o imaginário sociocultural, fixando as noções e percepções acerca do que existe, do que é certo e possível dentro de um quadro dominante e sistêmico²⁶.

Para concluir, sendo a besta e o seu *habitat* natural, a televisão (junto às ficções seriadas), indissociáveis uma da outra, a Quimera Global, como a força ideológica que instaura a inevitável indefinição da realidade social, é decorrente da sua intrínseca necessidade de reproduzir a ordem social vigente e assegurar sua coesão, concebendo e espelhando realidades que sintetizam o imaginário por meio de ideias e valores alinhados com os interesses das classes dominantes, os quais auxiliam a desmobilizar os dominados das ações que buscam a superação da sua condição subordinada. Para se combater o monstro, é imprescindível que as suas recepções imagéticas sejam dosadas com observações atentas sobre os conteúdos, impondo o equilíbrio entre o espetáculo da vida cotidiana e a elevação sublime da atividade crítica, pois, conforme enfatizou Umberto Eco (1993): "uma civilização democrática só se salvará se fizer da linguagem da imagem uma provocação à reflexão crítica, não um convite à hipnose" (p.353).

²⁶ As afirmações relativas às ações das cabeças foram sustentadas ao longo de toda a tese.



5. A Metodologia Marxista de Análise da Sociedade Burguesa

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história (Marx, Engels, 2007, p.86-7).

Na sociedade contemporânea existem diversos tipos de conhecimentos: há o conhecimento prático da vida cotidiana que auxilia os indivíduos a organizarem suas vidas; há o conhecimento artístico, nascido da necessidade de compreender e dar sentido ao mundo à nossa volta; há o conhecimento mágico-religioso da fé e das crenças, vontades e esperanças humanas; há o conhecimento profissional e da atividade laboral, que impulsiona a produção material e provê a subsistência; há o conhecimento filosófico, cujo intuito é gerar questionamentos sobre as condições da existência humana; e há o conhecimento científico, debruçado na atividade de comprovação dos resultados por meio de experimentações na eterna busca pelas respostas e leis gerais. Diante disso, mesmo que cada um desses conhecimentos seja aplicado em variadas formas e propósitos, pode-se afirmar que o único dessa lista capaz de desvelar a estrutura e a dinâmica da essência de um dado fenômeno observado na natureza ou nas sociedades humanas, é o *conhecimento científico*¹.

Nesse sentido, é inegável que o pensamento de Karl Marx tenha acarretado profundas consequências para as Ciências Sociais. Sua antropologia filosófica nos legou uma ontologia à luz da produção e da atividade material humana; sua teoria econômica buscou analisar as relações capitalistas e, ao dividi-las em suas mínimas partes para compreender a sua essência, revelou o seu caráter histórico; suas ideias singraram os agitados mares epistemológicos e fundaram o continente-história²; com sua inquietante preocupação, delineou a sua teoria política das lutas

¹ Introdução inspirada em José Paulo Netto (2011), onde ele expõe a citação de Karl Marx, na qual a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras, como a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso, etc.

² "Esta obra gigantesca que é *O Capital* contém simplesmente uma das três grandes descobertas científicas de toda a história humana: a descoberta do sistema de conceitos (portanto, da teoria científica) que abre ao conhecimento científico aquilo que podemos chamar de 'Continente-História'. Antes de Marx, dois 'continentes' de importância comparável já haviam sido 'abertos' ao conhecimento científico: o Continente-Matemática, pelos gregos do século V a.C. e o Continente-Física, por Galileu" (Althusser, 2013, p.56).

de classes e participou das manifestações e círculos de debates internacionais da classe trabalhadora; e vislumbrou imagens pálidas de um futuro onde os grilhões da dominação, exploração e opressão capitalista terão sido destruídos, permitindo a emancipação humana e a todos os indivíduos buscarem a auto-realização de suas capacidades individuais e coletivas.

Em meio a outras preocupações, houve um problema de caráter teórico-metodológico que acompanhou a vasta produção do autor: a *aparência*; ou seja, o primeiro contato com o objeto: "as verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas" (Marx, 1982, p.158). A aparência não deve ser confundida jamais com a *essência*³ dos fenômenos, desvelada por meio de uma minuciosa investigação das relações e contradições constituídas na totalidade da vida social. Para Octavio Ianni (1988), o que torna essencial a análise dialética é que as coisas não são transparentes, as relações não surgem claras e ordenadas nas ações e na consciência das pessoas; as ideias, conceitos, doutrinas e teorias podem exprimir as relações sociais de modo incompleto ou invertido. Segundo Tom Bottomore (2013), nenhum modo de produção exigiu tanto trabalho intelectual para que seu método de exploração fosse descoberto, uma vez que nas sociedades anteriores ao capitalismo, as formas de exploração eram transparentes. Portanto, na busca pela compreensão dos fenômenos socioeconômicos, Karl Marx captou a essência da realidade social através da conexão com uma ciência do movimento real do objeto histórico, revelando o segredo da realização do lucro na sociedade burguesa, o que originou a ciência da economia⁴.

Nesta perspectiva, exatamente por vivermos em uma sociedade que ofusca e torna velados certos aspectos das relações sociais que compõem a realidade, é que é preciso transpor a imagem falsa de sua aparência para se poder vislumbrar a sua essência (sua estrutura e dinâmica), que viabiliza a dominação e a exploração. Para tanto, uma maneira de refletir acerca do materialismo histórico é considerá-lo um *corpus* teórico que envolve a doutrina da concepção materialista da história, o núcleo científico e social da *práxis* marxiana; cuja afirmação central é a de que as

³ Além disso, segundo o autor, a ciência seria supérflua se a forma de manifestação (sua aparência) e a essência das coisas coincidissem imediatamente (Marx, 2017).

⁴ Segundo Tom Bottomore (2013), a economia ortodoxa tem se empenhado em velar este segredo. Ademais, "o capitalismo é único no que diz respeito à ocultação de seu método de exploração por trás do processo de troca, o que torna a análise do processo econômico da sociedade uma exigência imprescindível para a sua superação" (p.236).

lutas de classes e a trajetória básica da história humana podem ser explicados pelo desenvolvimento das forças produtivas (Bottomore, 2013). Mais especificamente, segundo Friedrich Engels (2012), o materialismo busca a grande força motriz e a causa final dos processos históricos importantes no desenvolvimento econômico das sociedades, dos modos de produção, na divisão em classes distintas e nas lutas dessas classes umas contra as outras:

A concepção materialista da história parte da proposição de que a produção dos meios de sustentação da vida humana e, ao lado da produção, a troca das coisas produzidas, é a base de toda estrutura social; que em toda sociedade que apareceu na história, a maneira pela qual a riqueza é distribuída e a sociedade dividida em classes ou ordens depende do que é produzido, como é produzido e como os produtos são trocados. Deste ponto de vista, as causas finais de todas as mudanças sociais e revoluções políticas devem ser buscadas, não no cérebro dos homens, não na melhor compreensão do homem sobre a verdade e a justiça eternas, mas nas mudanças nos modos de produção e troca (Engels, 2012, p.94).

Neste ponto, embora Karl Marx tenha nos apresentado às interrelações que compõem o capital na sociedade burguesa, ele não nos deixou uma sistematização acerca de seus pressupostos teórico-metodológicos, o que acabou por engendrar múltiplas interpretações e resultados ambíguos ou mesmo opostos entre os autores de tradição marxista. Portanto, no primeiro momento, exibirei alguns textos onde ele expõe com maior clareza sua metodologia. No segundo, além de destrinchar as instâncias da pesquisa, para não incorrer no erro de gerar suposições divorciadas de seu complexo sistema teórico, irei acrescentar comentários advindos de outros autores marxistas, pois dessa maneira poderei preencher com segurança as lacunas que surgirão pelo trajeto. Em seguida, passo para a exposição dos procedimentos metodológicos junto às etapas da pesquisa, incluindo a justificativa e os objetivos. Em suma, a intenção aqui não é defender cegamente o seu método; a opção pelo materialismo histórico deveu-se ao fato de que, na minha concepção, atualmente, ele provê as respostas mais contundentes e concretas das Ciências Sociais para a compreensão dos fenômenos a serem analisados.

Um ponto de partida é a guinada nos estudos do jovem Marx em a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, na qual a religião é posta em xeque e disso surge uma crítica voltada ao acerto de contas com as formas profanas de alienação. Para o autor, visto que a religião é uma maneira de enfrentar um mundo insuportável, uma necessidade metafísica de despejo de frustrações e esperanças ou uma atividade entorpecedora da miserável realidade humana, enfim, o *ópio do*

povo, o que se deveria criticar são as condições que garantem e impulsionam a sua existência, ou seja, para que se possa abandonar as ilusões, há a exigência de que se abandone a condição que necessita de ilusões: "a religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo" (Marx, 2010, p.146). Para Florestan Fernandes (1995), esta obra expõe as relações entre a filosofia e o proletariado como uma relação recíproca: a filosofia representa para o proletariado a capacidade de consciência crítica e o proletariado, para o filósofo, a liberação do pensamento. Diante disso, o avanço significativo desta obra é que a atividade filosófica crítica de Karl Marx deixa de ser uma atividade teórica para se tornar uma *práxis* transformadora de consciências; ela adquire a responsabilidade de desenganar os seres humanos, capacitando-os a pensar e agir por si mesmos:

A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. [...] A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política (Marx, 2010, p.146).

Dois anos mais tarde, morando em Bruxelas, na Bélgica, depois de ter sido expulso da França, Karl Marx e Friedrich Engels se debruçam nos estudos sobre a sua *ciência da história*. O livro *A Ideologia Alemã*, de 1845/46, revela as ásperas críticas dos autores aos novos hegelianos, para quem as relações entre os homens, a sua atividade, os seus grilhões e as barreiras eram produtos de sua consciência, logo, podiam ser trocados por uma consciência humana livre dessas obstruções⁵. A crítica serviu de alavanca para um delineamento inicial do método à luz de um rompimento com a tradição idealista:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (Marx, Engels, 2007, p.86-7).

Em uma nota de rodapé, eles declaram que conhecem apenas uma história, a ciência da história, que pode ser examinada por dois lados: a história da natureza

⁵ Para Karl Marx e Friedrich Engels (2007), os jovens hegelianos tinham de lutar contra as ilusões da consciência: "Essa exigência de transformar a consciência resulta na exigência de interpretar o existente de outra maneira, quer dizer, de reconhecê-lo por meio de uma outra interpretação. [...] Esquecem apenas que [...] ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente" (p.84).

e a dos humanos; e ambas não podem ser separadas, pois elas se condicionam de maneira recíproca. Enquanto a primeira diz respeito à chamada ciência natural, é sobre a segunda que eles se debruçam para examinar, uma vez que quase toda a ideologia se reduz a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela (Marx; Engels, 2007). Essa ciência da história não parte do campo das ideias para o da realidade material; pelo contrário, desloca o outrora protagonista da história, o espírito e sua autoconsciência, para focar nos seres humanos, esses indivíduos reais que, através de sua atividade laboral de sobrevivência, produzem a sua própria vida material, o seu próprio *modo de vida*:

indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (Marx; Engels, 2007, p.93).

A esse respeito, os autores procuraram demonstrar que a realidade não fora sempre da forma como é apresentada, mas que havia sido *produzida* e, se assim o foi, pode ser *transformada*. A análise das sociedades deve partir da compreensão dos processos sociais de indivíduos determinados pelos diferentes modos de como eles agem, produzem e desenvolvem as suas atividades materiais, considerando-se as relações com os meios sociais e com as condições materiais de sua existência. Essa é a contribuição epistemológica de Karl Marx e Friedrich Engels, a semente do seu materialismo histórico e a ideia-chave de sua *filosofia científica*⁶: ao invés de descermos do *céu à terra* como a filosofia alemã dominante da época, devemos nos elevar *da terra ao céu*, isto é, não se deve partir daquilo que é dito, imaginado ou representado pelos seres humanos para se chegar aos indivíduos propriamente

⁶ Segundo Tom Bottomore (2013), é válido realçar que o materialismo dialético é considerado, de modo geral, como a filosofia do marxismo, diferindo da ciência marxista, o materialismo histórico: "a primeira geração de marxistas foi marcada pelos dois mais famosos livros dos dois fundadores, *O Capital* de Marx e o *Anti-Dühring*, de Engels. O primeiro representava a ciência econômica básica do materialismo histórico. [o segundo], foi considerado como a 'forma final' dada à filosofia do marxismo, o materialismo dialético" (p.409).

de carne e osso; pelo contrário, deve-se partir dos seres humanos ativos e de seus processos de vida para evidenciar o desenvolvimento de seus reflexos ideológicos (Marx; Engels, 2007). Através dela, pode-se desvelar o processo empiricamente constatável da aparência de autonomia de certas formas de consciência:

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx, Engels, 2007, p.94).

Neste quadro, os autores declaram que quando este processo ativo de vida é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, segundo os idealistas; portanto, onde termina a especulação, começa a ciência real, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos seres humanos (Marx; Engels, 2007). O método, obviamente, ainda se encontrava em estado embrionário, apesar do enorme passo na direção de interrogar as condições de existência à luz da atividade material dos seres humanos e as ideias subjacentes aos intercâmbios das relações sociais. Mas, a partir desta época, os autores passaram a usar o materialismo histórico como o "fio condutor" de seus estudos (Bottomore, 2013).

Na obra de Pierre-Joseph Proudhon, intitulada *Sistema das Contradições Econômicas* ou *Filosofia da Miséria*, de 1846, o filósofo e economista autodidata francês apresenta um quadro onde sua alternativa para o capitalismo se concentra na abolição da propriedade privada, mas sem passar por uma via revolucionária. Suas ideias defendiam uma conciliação entre as partes, incluindo a criação de um banco operário para empréstimos sem juros aos trabalhadores. No entanto, talvez a sua maior contribuição tenha sido o fato de que, após a sua leitura, Karl Marx lançou o livro *Miséria da Filosofia*, de 1847, criticando duramente as posições de Proudhon e seu "reformismo utópico", além de afirmar que ele não compreendera nem a origem e nem o desenvolvimento histórico. As razões baseiam-se em uma interpretação superficial e mesmo errônea da dialética hegeliana, a fórmula lógica do movimento ou "o movimento da razão pura":

Tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, existe e vive graças a um movimento qualquer. Assim, o movimento da história produz as relações

sociais, o movimento industrial nos proporciona os produtos industriais, etc. [...] Se se encontra nas categorias lógicas a substância de todas as coisas, imagina-se encontrar na fórmula lógica do movimento o *método absoluto*, que tanto explica todas as coisas como implica, ainda, o movimento delas⁷ (Marx, 1985, p.104).

Mais adiante, o autor menciona que este método consiste em "se opor, se compor, formular-se como tese, antítese, síntese ou, ainda, afirmar-se, negar-se, negar sua negação" (Marx, 1985, p.105). Disso resulta o movimento dialético, no qual uma tese funde-se com sua antítese, gerando uma síntese. A partir dela, uma nova tese se forma e que fundir-se-á com sua antítese para gerar novas sínteses, e assim por diante. Em outras palavras, explica ele, dado que a razão se põe como uma tese, ela desdobra-se em dois pensamentos contraditórios: o sim e o não, o positivo e o negativo, cuja fusão engendra um novo pensamento, a síntese, e deste processo nasce um grupo de pensamentos: "O que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e a sua fusão numa categoria nova" (Marx, 1985, p.109). Desta maneira, por meio da sua crítica, ficou evidente a característica que Proudhon teria terminantemente negligenciado⁸:

Aplique-se este método à economia política e ter-se-á a lógica e a metafísica da economia política ou, em outros termos, as categorias econômicas que todos conhecem traduzidas numa linguagem pouco conhecida, o que lhes dá a aparência de recém-desabrochadas de uma cabeça da razão pura - porque estas categorias parecem engendrar-se umas às outras, encadear-se e entrelaçar-se umas às outras graças ao exclusivo trabalho do movimento dialético. [...] O Sr. Proudhon, apesar de todo o seu grande esforço para escalar o cimo do sistema das contradições, jamais conseguiu passar dos dois primeiros degraus da tese e da antítese simples e, ademais, só os alcançou duas vezes - numa delas, caiu de costas (Marx, 1985, p.105).

José Paulo Netto (2011) salienta que é neste texto que Marx avança duas ideias fundamentais, trabalhadas com maiores desdobramentos apenas dez anos depois: a primeira refere-se às categorias econômicas como "expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção" (Marx, 1985, p.106); e "as relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo" (Marx, 1985, p.107). As passagens evidenciam o momento que ele passa a conjugar o seu projeto político-revolucionário com o seu método teórico-científico, avançando significativamente

⁷ Nas palavras do autor, "Mais tarde, veremos como o Sr. Proudhon conseguiu reduzi-la às mais mesquinhas proporções" (Marx, 1985, p.105).

⁸ A dialética de Georg Hegel exerceu grande influência na base de suas investigações acadêmicas e na sua economia política, apesar de ele chegar a invertê-la por completo, como será visto adiante.

a sua visão da economia política e realçando o fato de as relações sociais serem produtos *históricos e transitórios*:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. [...] Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (Marx, 1985, p.106).

Esse caráter efêmero das relações sociais é de extrema importância para se compreender não somente o movimento dialético, mas os aspectos intrínsecos das instituições de sua época. Conforme ele aponta, para os economistas burgueses, só existem duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais; e é interessante notar em suas produções teóricas que as instituições feudais são dotadas de uma artificialidade, enquanto as instituições do mundo moderno, regido pelas normas da burguesia, são tidas como naturais⁹ (Marx, 1985). Em virtude disso, da mesma forma que se pode debruçar sobre o sistema feudal e entendê-lo como um modo de produção fundado por relações antagônicas, contraditórias, as quais geraram a síntese *capitalismo*, deve-se realizar uma análise do atual modo de produção com uma lupa metodológica capaz de desvelar as atuais contradições, ou seja, desnudar a sua falsa aparência de naturalidade produzida pela sociedade burguesa¹⁰:

Dizendo que as relações atuais - as relações da produção burguesa - são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, essas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais. Houve história porque existiram instituições da feudalidade e porque, nelas, encontram-se relações de produção inteiramente diferentes das da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, logo, eternas (Marx, 1985, p.115-6).

⁹ O autor afirma que os clássicos, como Adam Smith e Ricardo, representam uma burguesia que lutava contra os restos da sociedade feudal, trabalhando para depurar suas relações econômicas e aumentar as forças produtivas, dando impulso à indústria e o comércio; e que não têm outra missão que a de demonstrar como as novas leis econômicas são superiores às feudais (Marx, 1985).

¹⁰ Nos tempos feudais, os servos já continham "todos os germes da burguesia" e estavam em luta contra as camadas aristocráticas; portanto, no momento que a burguesia se impôs, incorporou as forças produtivas que havia desenvolvido e destruiu as formas econômicas e as relações civis que lhes correspondiam, sobretudo, a sua expressão oficial, o Estado político (Marx, 1985).

Em Londres, no berço do capitalismo e, portanto, na melhor oportunidade de testemunhar em primeira mão as relações de produção instauradas na Inglaterra e o avanço das forças produtivas capitalistas, foi que Karl Marx mergulhou no estudo da sociedade burguesa. Ele analisou documentações históricas, percorreu a bibliografia produzida no campo da economia política, os avanços científicos que rebatiam na indústria, acompanhou os desenvolvimentos da economia, etc. (Netto, 2011). Seu método atinge um patamar maduro e pode-se começar a compreender melhor suas categorias: "para elaborar a reprodução ideal (a teoria) do seu objeto real (que é a sociedade burguesa), Marx descobriu que o procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material¹¹" (p.39). Isto posto, não é a toa que nos *Grundrisse*¹², de 1857/1858, e na *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859, que se testemunha o poço de apontamentos mais concretos do seu método:

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começamos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples (Marx, 2011b, p.76-7).

Para o autor, os economistas do século XVII iniciam do "todo vivente", a população, a nação, o Estado, e terminam em relações determinantes, abstratas e gerais, como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc.; mas elas se mostram insuficientes e, portanto, é preciso dar início à viagem de retorno, chegar de novo à população, não como a "representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações" (Marx, 2011b, p.77). Observe que a *abstração* para Karl Marx "é a capacidade intelectual que permite extrair de sua

¹¹ Por riqueza material, entende-se as *condições materiais da vida social* (Netto, 2011).

¹² Em alemão, *Grundrisse* significa planta baixa, um esboço, a fundação de uma obra.

contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável" (Netto, 2011, p.44). Em outros termos, o seu método consiste em realizar um processo analítico completo, partindo-se de uma determinação geral, a população, por exemplo, que no início apresentar-se-á como algo abstrato, caótico (pois carece da compreensão de suas partes), para se chegar às suas determinações mais simples. Então, deve-se refazer a trajetória, retornar à totalidade inicial, mas agora abastecido das noções acerca dessas determinações e munido da rica e concreta totalidade de relações. Segundo Octavio Ianni (1988), evidencia-se o empenho da análise em apanhar os objetos em sua concretude, como as relações entre pessoas, grupos, classes sociais ou países, reconhecendo as ficções do pensamento ou da consciência, mas sem se limitar a essa descoberta, sabendo que ela somente se completa quando esta ficção se torna transparente, revelando a representação obscura, invertida ou evasiva das relações¹³. Por isso, o erro dos economistas do séc. XVII foi o de terem terminado os seus processos analíticos em determinações abstratas, sem efetuarem o crucial retorno para atingir o concreto:

O último é manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via [a dos economistas], a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento¹⁴ (Marx, 2011b, p.77-8).

É válido acrescentar que, para o autor, uma vez que a sociedade burguesa é a mais desenvolvida das organizações históricas de produção, as categorias que expressam as suas relações permitem compreender todas as formas de sociedade anteriores: "a economia burguesa fornece a chave da economia antiga [...], mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade" (Marx, 2011b, p.84). José Paulo Netto (2011) assinala que isto não significa a inexistência de

¹³ Para o autor, trata-se de ir até o fundo dessas relações, inclusive, apanhando as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto e que estão impregnadas nele (Ianni, 1988).

¹⁴ Ademais, ele explica seu afastamento de Hegel: "Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental" (Marx, 2011b, p.78).

diferenças históricas: "as categorias não são eternas, são historicamente determinadas e esta determinação se verifica na articulação específica que têm nas distintas formas de organização da produção" (p.49). Diante disso, a Economia Política ganhava uma sólida sustentação teórico-científica para as investigações sobre a totalidade das formações sociais, para as quais, a reprodução da realidade como uma atividade mental tornou-se capaz de gerar um conhecimento teórico concreto, posto que, antes, ela era revestida para os economistas burgueses apenas de observáveis abstrações (determinações abstratas). Em suma:

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*. [...] Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta (Marx, 2011b, p.85-6).

Em *O Capital* (1867), seu *magnum opus*, o objetivo era investigar o modo de produção capitalista, considerando a totalidade das suas relações de produção e circulação ou, nos termos teórico-metodológicos, "desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna" (Marx, 2013, p.115). Seu método, como agora é possível conceber, se afasta do sistema hegeliano¹⁵, visto que este se baseia na dialética idealista que parte das ideias para se determinar o real, quando o de Marx apresenta uma dialética materialista que parte do real, do concreto efetivo, para se determinar as condições de existência das ideias. Além do mais, a indissociável conexão entre a elaboração teórica e a formulação metodológica do autor se torna nítida nesta obra, esclarecendo que é impossível uma análise do método marxiano sem a necessária referência teórica; assim como a sua teoria social é ininteligível sem a consideração de seu método (Netto, 2011).

No posfácio da segunda edição alemã, Karl Marx copia uma longa citação do economista russo, Ilarión Ignátievich Kaufmann, quem ele julga ter descrito

¹⁵ "Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu *oposto*. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem" (Marx, 2013, p.129).

acertadamente seu método: na passagem, o russo alega que o filósofo alemão teria descoberto as leis dos fenômenos da sociedade capitalista, procurando investigar, por meio delas, como seus efeitos se manifestam na vida social. Por conceber o movimento social como processo histórico-natural, essas leis são independentes da vontade, da consciência e da intenção dos homens, mas, além disso, elas atuam determinando as suas vontades, consciências e intenções. Logo, o exame racional deve confrontar um fato, não com a ideia, mas, com outros fatos, uns em relação aos outros, em suas diversas fases de desenvolvimento que devem ser investigadas com a mesma precisão (Kaufmann *apud* Marx, 2013). E mais:

Para ele [Marx], tais leis abstratas não existem [...]. De acordo com sua opinião, ao contrário, cada período histórico possui suas próprias leis [...]. Tão logo a vida tenha esgotado um determinado período de desenvolvimento, passando de um estágio a outro, ela começa a ser regida por outras leis. [...] Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todas as épocas e em todos os lugares. Ao contrário, ele assegura que cada etapa de desenvolvimento tem sua própria lei da população [...]. Com o desenvolvimento diverso da força produtiva, alteram-se as condições e as leis que as regem. Ao propor a si mesmo a meta de investigar e elucidar, a partir desse ponto de vista, a ordem econômica do capitalismo, Marx apenas formula, de modo rigorosamente científico, a meta que se deve propor toda investigação exata da vida econômica [...]. O valor científico de tal investigação reside na elucidação das leis particulares que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de determinado organismo social e sua substituição por outro, superior ao primeiro. E este é, de fato, o mérito do livro de Marx¹⁶ (Kaufmann *apud* Marx, 2013, p.127-8).

Ao comentar sobre o texto, Karl Marx confirma a necessidade de distinção do modo de exposição para o modo de investigação. Para ele, a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar as suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear o seu nexos interno; somente depois de terminado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o seu movimento real (Marx, 2013). Octavio Ianni (1988) aponta que o autor inicia *O Capital* pela análise minuciosa da mercadoria e a desdobra em valor de uso, valor de troca, passando pela análise do valor trabalho, o divórcio entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, o trabalho alienado, a divisão social do trabalho, a coalizão operária, o proletariado, a burguesia, o sindicato, a greve, as lutas sociais, a repressão policial

¹⁶ Nesta citação, é possível notar a posição anti-positivista de Karl Marx: "Os antigos economistas equivocaram-se sobre a natureza das leis econômicas ao compará-las às leis da física e da química [...]. Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstra que os organismos sociais se distinguem entre si tão radicalmente quanto os organismos vegetais se distinguem dos organismos animais [...]. Sim, um e mesmo fenômeno é regido por leis totalmente diversas em decorrência da estrutura geral diversa desses organismos, da diferenciação de alguns de seus órgãos, da diversidade das condições em que funcionam, etc." (Kaufmann *apud* Marx, 2013, p.128).

e o Estado burguês, etc., fazendo surgir o capitalismo como uma totalidade, cuja historicidade é dada pelo jogo dos antagonismos produzidos no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Diante disso, há muito mais a se considerar quanto ao método de Marx, o seu materialismo histórico ou a teoria marxiana da história. Dar conta de abarcar a sua extrema complexidade e incluir as reflexões de importantes marxistas geraria um texto que, se exposto em suas minúcias, transbordaria as páginas da tese com incontáveis citações que arrastariam para as margens o propósito de tornar os seus pressupostos menos difíceis e obscuros. Um exemplo é o de que como suas obras geraram enorme influência, alçando-o ao patamar de um dos autores mais citados da história moderna, um número elevado de correntes teóricas surgiram a partir de suas interpretações, e elas estão apoiadas, muitas vezes, em premissas contrárias:

Começemos pelo pressuposto evidente de que a história do marxismo não pode ser considerada como algo acabado, já que o marxismo é uma estrutura de pensamento ainda vital e sua continuidade foi substancialmente ininterrupta desde o tempo de Marx e Engels. [...] Em segundo lugar, não se quer pressupor que o objeto dessa História seja um único marxismo específico, para não falar mesmo de um "verdadeiro" marxismo contraposto a outros falsos e "desviantes". [...] À parte isso, acreditamos que – hoje menos ainda, mas também já no passado – não existe um único marxismo, mas sim muitos marxismos, frequentemente empenhados (como se sabe) em ásperas polêmicas internas, a ponto de negarem uns aos outros o direito de se declararem marxistas" (Hobsbawm, 1979, p.12-4).

Para concluir, é natural que a opção por este método seja acompanhada de críticas imediatas acerca de *qual marxismo*, se ele é "ortodoxo ou desviante"¹⁷ e em que medida atualiza as categorias de análise do autor. Visto que também estão envolvidos na pesquisa os fatores ideológicos, epistemológicos e políticos que os pensadores carregam consigo, procurei trazer para esta tese uma certa "unidade na diversidade" de correntes marxistas, sabendo que, como expôs Eric Hobsbawm (1979), ela deriva de um coerente *corpus* teórico, incluindo os problemas práticos que Marx esperava resolver. Logo, não se trata de se basear em um acordo teórico e/ou político, mas aderir aos objetivos em comum, que visam a crítica do modo de produção capitalista. Isto posto, é a partir deste instrumental teórico-metodológico

¹⁷ Um exemplo das abundantes especificidades nas correntes marxistas perpassa a própria noção de contradição: ela pode ser vista como uma situação na qual existem múltiplas condições para a reprodução de um sistema que não podem ser satisfeitas simultaneamente; uma contradição pode ser uma situação onde as consequências não intencionais de uma estratégia subvertem a realização de seus objetivos pretendidos; e uma contradição pode ser um antagonismo social subjacente que produz conflitos (Wright; Levine; Sober, 1992).

que formarei as bases para a investigação dos conteúdos das ficções seriadas. Para este fim, limitei-me a estabelecer um percurso geral que permitirá o entendimento de suas categorias e a suma importância de sua aplicabilidade nos dias atuais, mas sem deixar de conectá-lo a mais teorias que poderão auxiliar na sistematização e condução das operações de análise, tendo em vista seus pressupostos essenciais.

5.1

As Instâncias da Pesquisa e as Conexões Teórico-Epistemológicas

Imagine quão triste seria a situação do cientista natural se os objetos de sua investigação tivessem o hábito de reagir ao que ele diz sobre eles: se as substâncias pudessem ler ou ouvir o que o químico escreve ou diz sobre elas, e provavelmente pular dos recipientes e queimá-lo se não gostassem do que viam no quadro negro ou em seu caderno. E imagine a dificuldade de testar a validade de fórmulas químicas se, repetindo-as por tempo suficiente ou de maneira suficientemente persuasiva, o químico pudesse induzir as substâncias a se comportarem de acordo com elas – com o perigo, porém, de que elas decidissem irritá-lo fazendo exatamente o oposto. [...] Sua tarefa seria ainda mais inútil se os produtos químicos pudessem ver através de suas táticas, organizar-se para guardar seus segredos e conceber contramedidas para suas manobras – o que seria paralelo ao que o estudante dos assuntos humanos tem que enfrentar (Andreski, 1973, p.20-1).

A alfabetização midiática¹⁸ postula que é prática imprescindível para uma sociedade a compreensão dos conteúdos da mídia como uma fonte produtora de sentidos e a formação de cidadãos com plenas capacidades de análise e reflexão crítica dos conteúdos. A observação aplicada dessas narrativas contribui para a plena formação de consumidores mais atentos e produtores de conteúdos menos irresponsáveis, além de permitir aos alunos e pesquisadores enxergar aquilo que se encontra subjacente, impulsionando amplamente o enfrentamento das barreiras hegemônicas e tornando as audiências um grupo capaz de melhor avaliar os seus produtos e efeitos na sociedade. Para Richard Campbell *et al* (2017), por exemplo, desenvolvê-la é alcançar a compreensão da mídia junto aos seus significados, cujo processo crítico perpassa as etapas de descrição, análise, interpretação e avaliação e as quais permitem às sociedades tornarem seus cidadãos mais engajados e mais criteriosos como consumidores. Segundo Joseph Turow (2020), seu objetivo não é formar uma audiência de cínicos e desconfiados dos meios de comunicação, mas auxiliar no processo de se pensar de maneira educada sobre as forças que moldam os produtos da mídia e suas relações intrínsecas com a cultura e os eixos de poder.

¹⁸ Para mais informações sobre a alfabetização midiática, conferir Peyton Paxson (2010), Robert McChesney (2015), Richard Campbell *et al* (2017) e Joseph Turow (2020).

Partindo dessa concepção, a análise das ficções seriadas brasileiras é fruto de um longo percurso de estudos e pesquisas galgados pela minha vontade, desde a adolescência, de me especializar no universo da estrutura dramática e da escrita artística e técnica do roteiro cinematográfico. Por ter cursado Cinema, além de um ensino profissional do campo, fui exposto a incontáveis percepções teóricas sobre a sétima arte e às críticas que englobavam os seus aspectos técnicos, estilísticos, artísticos e políticos, alicerçando a minha visão do Cinema como uma ferramenta potente para a crítica das realidades sociais. Findada a graduação e ávido por um maior conhecimento, passei a me inscrever em muitos cursos, *workshops* e uma pós-graduação em roteiro, os quais me proporcionaram o primeiro entendimento das etapas que engendram a construção de narrativas tanto no audiovisual quanto na literatura e, sobretudo, para despertar o interesse pelos estudos em televisão. Paralelamente, comecei uma pós-graduação em História da Sociedade Brasileira, responsável por definir os meus novos rumos em âmbito acadêmico e fazendo surgir um forte interesse pela compreensão da cultura política brasileira e as suas raízes históricas assentadas em relações de dominação largamente desiguais.

Posteriormente, ingressei em outra pós-graduação na PUC-Rio, visando os estudos específicos no campo da Comunicação Social, cuja monografia de fim de curso, finalmente, posicionou-me na área de análises das ficções televisivas sob um exame da reprodução ideológica. Um ano depois, fui aprovado no mestrado com um projeto voltado para a análise da violência em quatro ficções seriadas que se passam no Rio de Janeiro. O resultado positivo incrementou o meu escopo de análise e me proporcionou a segurança para abarcar uma quantidade superior de obras ficcionais. Ademais, por não ter encontrado semelhante estudo na academia brasileira, o impulso de gerar uma contribuição válida para o campo consolidou a decisão final de ingressar no doutorado com o presente projeto de pesquisa. Nele, depus tudo que aprendi pelo caminho, abri mão de visões estreitas sobre certas correntes epistemológicas e cheguei ao final consciente das dificuldades existentes na produção de conhecimento e satisfeito pelas conclusões e pelo resultado válido para legar ao campo da Comunicação Social brasileira.

Antes de adentrar o modelo, uma vez que a tese enquadra-se no paradigma marxista, Maria Immacolata Lopes (2003) aponta os princípios metodológicos que surgiram entre suas principais abordagens e regem as suas aplicações nos estudos de Comunicação: i) a análise é centrada no produto e na produção cultural, na qual

fazem-se inferências em relação ao consumo dentro de uma modalidade histórica; ii) o estudo opera com modelos macroestruturais, englobando as categorias de classe social, dominação, hegemonia, ideologia, etc.; iii) o nível do estudo da cultura e comunicação é o *nível ideológico das ações sociais*, no qual reside o significado social (as mensagens dos produtos culturais são também meios de dominação); iv) o seu nível interpretativo é marcado pela busca de princípios determinantes do "sentido da ação social", isto é, das formas de consciência que correspondem a determinada configuração histórico-social¹⁹. Logo, munido destas cruciais considerações, inicio a formulação do modelo expondo que, para a autora, ele se trata de uma construção metodológica cuja base é o campo de pesquisa como uma totalidade estruturada, da qual elaboram-se seus componentes que são de ordem *paradigmática*, os níveis e instâncias de pesquisa, e *sintagmática*, suas fases e etapas (Lopes, 2003). Especificamente, do ponto de vista metodológico, o campo é concebido como uma articulação dessas diferentes instâncias e etapas, onde cada um dos níveis atravessa cada uma das fases:

Como campo dinâmico, a pesquisa se configura como estrutura e como processo. Como *estrutura* porque apresenta uma articulação de natureza "vertical" entre níveis, instâncias ou dimensões: epistemológica, teórica, metódica e técnica. Como *processo* realiza-se mediante uma articulação de tipo "horizontal" entre fases, ou momentos da investigação: a definição do objeto de pesquisa, a observação, a descrição e a interpretação. Assim entendido, o campo de pesquisa é definido essencialmente por uma dinâmica que resulta de uma rede de articulações verticais e horizontais tecida pelo raciocínio científico (Lopes, 2003, p.95-6).

Nesse sentido, exatamente por conta de sua dinâmica intrínseca, prossegue a autora, o campo de pesquisa não é redutível a uma sequência de operações ou de procedimentos necessários e imutáveis com os quais o pesquisador deverá seguir à risca. Essa concepção linear, em oposição à sua, converte a metodologia em um receituário a ser seguido, um ritual de operações rotineiras (Lopes, 2003). Assim, dado que toda pesquisa deve percorrer essas quatro instâncias metodológicas em paralelo às suas etapas, pretendo explicar cada um desses momentos de acordo com a ordem exposta em seu livro, vinculando-os às discussões expostas ao longo da tese quando impreteríveis para a construção do modelo metodológico. Defendo que desta maneira, poderei "isolar" as particularidades da pesquisa a fim de que o meu raciocínio científico e a minha aplicação metodológica fiquem mais claros.

¹⁹ Optei por exibir os princípios tal como eles estão descritos em seu livro.

A primeira é a instância que exerce uma função de vigilância crítica e se traduz como movimentos ou operações destinadas à explicitação dos obstáculos epistemológicos e de sua possível autocorreção e à construção do objeto científico (Lopes, 2003). Como um paradigma que se debruça sobre a sociedade burguesa a fim de entendê-la como uma totalidade histórica, optei pelo método marxista por conta de seus pressupostos acerca da compreensão da realidade social e as suas subsequentes explicações para suas relações contraditórias e, principalmente, pela sua percepção da importância de se atravessar o eixo da aparência para se chegar à essência dos fenômenos sociais. Quanto aos obstáculos epistemológicos, Stanislav Andreski (1973) assevera que a propensão dos objetos humanos de investigação a reagir ao que é dito sobre eles cria três tipos de barreiras ao desenvolvimento das Ciências Sociais: a primeira, de natureza metodológica, consiste nas dificuldades que envolvem as tarefas de verificação das proposições capazes de influenciar os acontecimentos que se propõem a descrever ou analisar; a segunda decorre das pressões sobre os rumos da investigação e a divulgação de seus resultados, pois são motivadas pela consciência primária de que a coisa dita pode influenciar o que irá acontecer (e também pelo desejo, seja dos dominantes ou das massas, de ouvir o que lhes agrada); a terceira é produzida pela desordem provocada pela operação das duas acima, na forma de amplas oportunidades para se livrar das falsidades e das cripto-propagandas. Além disso, estritamente acerca do método marxista, há outros obstáculos epistemológicos a serem destrinchados com o auxílio de autores marxistas, pois suas contribuições são valiosas para tornar a visão sobre os limites e os alcances do materialismo histórico mais congruente.

Para José Paulo Netto (2011), a concepção teórico-metodológica de Marx apresenta inúmeras dificuldades, indo desde as derivadas de sua complexidade interna até as que tratam equivocadamente a obra marxiana como um todo. Entre os marxistas, há autores cujas influências positivistas não foram superadas, o que culminou na ideologia política stalinista; na esfera dos adversários, a crítica se concentra em dois eixos temáticos: a suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas e o pretense determinismo no seu universo teórico, o qual estaria comprometido pela teleologia evolucionista (Netto, 2011). Portanto, é necessário renunciar essas posições para gerar um afastamento de noções pré-construídas e que poderiam embotar as operações de análise. Quanto ao caminho efetuado por Marx nas suas investigações da sociedade burguesa, ele afirma que se tratou de

um longo trajeto de descobrimentos e revelações científicas até o filósofo alemão chegar ao conhecimento teórico que:

*é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto*²⁰ (Netto, 2011, p.20-1).

Nesta perspectiva, segundo Octavio Ianni (1988), pela análise dialética ou por meio deste "movimento analítico", as categorias passam a exprimir as relações existentes, podendo-se identificar, do processo produtivo às relações políticas de antagonismo e dominação, a verdadeira condição das lutas de classes (a luta da burguesia para manter o regime capitalista e a dos operários para transformá-lo). Florestan Fernandes (1995) salienta que escrever sobre as lutas de classes é algo que já se fazia antes com a contribuição de historiadores, economistas e ensaístas, o que Marx fez foi aproveitar essas correntes para lhes dar o caráter de totalidade histórica, ou seja, uma explicação científica das lutas de classes. Desta maneira, Octavio Ianni (1988) afirma que Marx compreendeu a investigação dialética como um momento de autoconsciência das condições antagônicas entre as classes, como uma reflexão crítica e revolucionária que, a partir da *dialética do real*, conseguiu iluminar as contradições que engendram as estruturas de apropriação econômica e dominação política:

Ocorre que a dialética não é apenas uma forma de pensar. É um modo de ser; ou melhor, o modo de ser do real. O mundo dos fatos e acontecimentos é um mundo dialético. Cabe ao pensamento – em forma dialética tão aprimorada quanto possível – apanhar a dialética do real. [...] Marx apanhou a dialética do real em sua forma mais desenvolvida. E o real aqui é o capitalismo (Ianni, 1988, p.147).

Cumprido destacar que, ao mesmo tempo que o objeto de investigação tem existência objetiva (a sociedade burguesa e suas relações não dependem do sujeito para existir), a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é de *externalidade* (Netto, 2011). A questão da neutralidade axiológica é resolvida

²⁰ Em outras palavras, por meio de procedimentos analíticos para operar uma síntese concreta, o pesquisador reproduz, no plano ideal, do pensamento, a estrutura e a dinâmica (essência) do objeto investigado (Netto, 2011).

pelo próprio Marx, quando ele se coloca como um teórico da classe proletária²¹. Portanto, longe dessa externalidade, o sujeito está implicado no objeto, excluindo rigorosamente quaisquer pretensões de "neutralidade", embora seja válido reforçar que esse aspecto não exclui a objetividade do conhecimento; afinal de contas, a teoria tem uma instância de verificação de verdade: a *prática social e histórica* (Netto, 2011). Por este ângulo, ele ressalta que a teoria não é reduzida a um exame sistemático das partes do objeto e à construção de modelos explicativos, como nas tradições empirista ou positivista; tampouco constitui-se como um mero reflexo mecânico do pensamento espelhando a realidade²²:

Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (Netto, 2011, p.25).

Ao retornar à indissociável conexão entre a teoria e o método, José Paulo Netto (2011) expõe três categorias nucleares na concepção marxiana: a *totalidade*, a *contradição* e a *mediação*. A primeira refere-se ao fato de a sociedade burguesa se constituir como uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, integrada por totalidades de menor complexidade e, por conta disso, a realidade social pode ser apreendida como um *complexo constituído por complexos*; a segunda, além de ser uma totalidade estruturada e articulada, ela é dinâmica, pois o seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica (sem as contradições, elas seriam totalidades inertes, e o que a análise registra é sua contínua *transformação*); a terceira é sobre as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades diversas e entre elas e a totalidade maior, portanto, tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* pelos distintos níveis de complexidade e pela estrutura peculiar de cada totalidade. Não obstante, sem estes sistemas de mediações (internas e externas), a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto

²¹ "Assim como os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária" (Marx, 1985, p.118).

²² Além disso, ele enfatiza que também não é uma construção de enunciados discursivos sobre os quais a comunidade científica estabelece ou não consensos intersubjetivos, jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, como os pós-modernos (Netto, 2011).

(Netto, 2011). Dito em outros termos, Florestan Fernandes (1995) aponta que é a capacidade de procurar a explicação do todo na situação histórica global²³, isto é, de notar a relação entre capital e trabalho, os quais estão presos um ao outro por meio das contradições, e das relações recíprocas, inseridas na concepção dialética, que Marx obteve o conhecimento que é uma verdadeira reprodução da realidade. Isto posto, encerro com as suas palavras acerca da exigência de uma ciência social histórica atada à *práxis* da luta dos trabalhadores pela transformação da realidade:

Em suma, necessitamos de uma ciência social histórica que abarque a totalidade da situação humana, que possa apreender a um tempo natureza e personalidade, estrutura e dinamismo, economia e sociedade, ideologia e verdade, o movimento histórico efetivo como ligação entre passado e presente e como criação incessante de um futuro novo, pelo qual a negação do presente apareça como abolição revolucionária da situação existente pela atividade coletiva dos seres humanos. Uma ciência social histórica que combine, intrínseca e objetivamente, a crítica de si mesma com o conhecimento à crítica da ordem existente tal como ela se produz pela luta de classes, pela desalienação ativa e pela autoliberação coletiva dos oprimidos, ou seja, que se manifeste univocamente como teoria e prática, como expressão autêntica da verdadeira ciência em sua capacidade de transcender ao enquadramento ideológico burguês e de fazer parte do "movimento que abole o presente estado de coisas", isto é, de ser comunista, de identificar-se com a situação social de interesses de classe dos trabalhadores e com o que ela significa para o advento e o desenvolvimento de um novo ciclo histórico revolucionário (Fernandes, 1995, p.37).

A segunda instância é a *teórica*, o momento de formulação sistemática das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação, correspondendo às operações de adequação dos modelos teóricos ao objeto empírico de investigação (Lopes, 2003). Uma vez que o materialismo histórico constitui-se como um *corpus* de teorias que é indissociável um do outro, neste caso, o paradigma marxista é o seu próprio "sistema teórico global" e, por conta disso, evitam-se os problemas de integração teórica dentro de um mesmo paradigma ou da convergência teórica e epistemológica de vários paradigmas (Lopes, 2003). Quanto à problemática da pesquisa, segundo a autora, trata-se de uma visão global do objeto da pesquisa e do domínio científico no qual ela se desenvolve, permitindo uma interrogação sistemática dos aspectos da realidade relacionados pelo sistema das questões teóricas e práticas (Lopes, 2003). Diante disso, posto que a tese foca na análise das ficções seriadas brasileiras de drama da

²³ De acordo com Tom Bottomore (2013), cabe destacar que o materialismo histórico não pretende explicar todos os detalhes da história. Na sua ampla perspectiva, muitos acontecimentos históricos são acidentais. E a teoria também não visa explicar cientificamente o comportamento individual, embora busque situá-lo dentro de seus limites históricos.

Rede Globo produzidas no séc. XXI, a interrogação central é a seguinte: de que maneiras as ficções seriadas retratam as contradições e como elas atuam na reprodução da ordem social capitalista pela distorção das relações de dominação e classe, pela promoção dos interesses das classes dominantes e pela omissão das causas das desigualdades como uma condição intrínseca do capital? Isto posto, no intuito de concluir a *explicitação conceitual*²⁴ para enfrentar o objeto empírico em sua totalidade, expus a fundamentação teórica nos demais capítulos para que a exposição argumentativa se aproxime de respostas pertinentes e concretas.

A instância *metódica* é o lugar de enunciação das regras que irão estruturar o objeto científico, impondo a ele uma certa ordem entre seus elementos; logo, se trata do "espaço do método" propriamente dito (Lopes, 2003). Inicialmente, uma análise marxista da mídia investiga as maneiras com que suas ideias subjacentes manifestam os interesses particulares das classes dominantes em um contexto de mínimas contradições, ao contrário de uma pesquisa baseada na realidade social. Assim, posto que uma operação desta instância é a *causação*²⁵ e, tendo em vista a dificuldade de alcançar uma sistematização para se observar concretamente essas reproduções, optei por adicionar um modelo que irá iluminar suas partes obscuras e elucidar mais objetivamente as relações que desvirtuam as contradições.

Robert Alford e Roger Friedland (1985), ao reconhecerem o papel crucial do Estado como fonte de conflito político, resgatam três perspectivas históricas do campo das Ciências Políticas para integrá-las em uma nova teoria do Estado das sociedades ocidentais capitalistas. Para os sociólogos norte-americanos, cada uma delas compreende um nível particular de análise, uma visão de mundo típica e um método próprio, além de um olhar distinto das principais dimensões sociais, como o Estado e suas relações com a sociedade, cuja importância na consciência e ação dos indivíduos depende das condições históricas e políticas específicas²⁶ (Alford; Friedland, 1985). A primeira é a *pluralista*, cujo domínio de análise recai sobre o comportamento político de um indivíduo ou grupos de indivíduos e a influência de suas interações na tomada de decisão governamental; logo, ela foca exatamente

²⁴ Segundo a autora, a explicitação conceitual é a consistência semântica da teoria como corpo de conceitos; ela prepara o teste das hipóteses, permitindo operações referenciais sobre os objetos de investigação, na medida que, a partir da definição dos conceitos, estes podem ser progressivamente decompostos em indicadores empíricos (Lopes, 2003).

²⁵ Segundo a autora, a causação consiste em traçar conexões entre proposições, variáveis, teses e fatos que podem surgir na forma de determinação, de causas múltiplas de intensidade diversa, de relações significativas, associativas, de variáveis independentes e dependentes, etc. (Lopes, 2003).

²⁶ Optei por fazer um resumo geral de cada uma das perspectivas, conforme expostas no livro.

nas interações entre cidadãos e representantes, onde as habilidades, preferências e recursos, principalmente, quando engendram assuntos controversos, explicam os resultados políticos (os assuntos e conflitos giram em torno de quem será eleito ou apontado, quem será demitido ou renunciará, quem será preso, solto, julgado ou condenado, etc.). Uma vez que ela enfatiza o consenso político e a ordem galgada estritamente pelo caráter democrático do Estado, as tensões geradas são mediadas pelo sistema de partidos e pela liderança governamental, que buscam equilibrar as demandas dos grupos com as dos interesses públicos. A sua palavra de autoridade é a *governança* e a explosão nas manifestações sociais é vista como uma falta de instituições políticas apropriadamente desenvolvidas (Alford; Friedland, 1985).

A segunda, a *gerencial*, visa compreender os seus elementos burocráticos, as organizações ou redes interorganizacionais, assumindo que elas possuem uma significativa autonomia das relações da sociedade. Seu foco é nas suas estruturas, tanto de dentro quanto de fora do Estado e a dominação das elites que controlam essas relações, ou seja, como as estruturas organizam e protegem a si mesmas dos assuntos que não conseguem gerenciar ou controlar. É a "teoria da elite", formada a partir da concepção de alianças militares, executivas, corporações burocráticas, que tomaram o poder das tradicionais instituições democráticas, como os partidos políticos, as eleições, etc., e agregaram-se para gerenciar os conflitos em torno da centralização e fragmentação. A sua palavra de autoridade é a *capacidade* da elite de encontrar mecanismos que possam coordenar as pressões tanto da centralização quanto dos seus interesses organizados para fragmentar a autoridade estatal; logo, a insurreição social é vista como resultado de mudanças temporárias no equilíbrio organizacional, isto é, o efeito dos momentos de desmoroamento estatal (Alford; Friedland, 1985). A terceira é a *classista*, que pretende explicar o Estado através de suas relações com o regime capitalista. Seu domínio abarca as relações sociais contraditórias e de classe na manutenção das barreiras institucionais entre Estado, capitalismo e democracia. Uma vez que a acumulação tende a limitar a eficácia da democracia e a autonomia da burocracia estatal, ela analisa como o poder real e potencial da classe trabalhadora é subordinado às exigências da gestão de crises pelo Estado. A sua palavra de autoridade é a *contradição*, cuja mediação estatal é realizada pela segregação das funções críticas para a acumulação de capital das funções que absorvem as lutas políticas de classes, portanto, os protestos sociais são tratados como manifestações dessas contradições (Alford; Friedland, 1985).

Em relação à questão do poder, os autores afirmam que cada perspectiva situa-se em um nível primário de operação: na pluralista, o poder é *situacional* e medido pela influência individual (ou do grupo) nos resultados dos conflitos; na gerencial, o poder é *estrutural/organizacional*, percebido na capacidade do Estado e das organizações corporativas de dominarem um ao outro; na classista, o poder é *sistêmico* e inferido a partir da reprodução social das relações de dominação e de exploração²⁷. Tendo isso em vista, um determinado assunto político²⁸, frisam eles, é identificado pela sua ideologia e as questões que ela abrange, sabendo-se que ele não pode ser definido em termos de táticas específicas ou de sua influência em políticas particulares, pois cada uma das situações engendra múltiplos níveis de poder, como a votação, a barganha legislativa, a influência pessoal, as manobras burocráticas, as manifestações de rua, etc. (Alford; Friedland, 1985).

Diante desta lógica, por meio da metáfora de um jogo, os autores avançam a discussão e desenvolvem um quadro teórico que engloba uma tipologia em torno de seis lutas políticas (em nível situacional, estrutural e sistêmico) que ocorrem nas sociedades capitalistas, reconhecendo a autonomia das suas instituições, das alianças estratégicas de interesses e suas ações contingentes, as quais diferem nas táticas específicas, nos princípios ideológicos que utilizam para obter apoio e nos atores que dependem dessas táticas para mobilização de apoio (Alford; Friedland, 1985). Diante disso, Erik Olin Wright²⁹ (2015) sugere que as lutas relacionadas à sociedade e ao poder sistêmico podem ser pensadas como as lutas para se definir qual "jogo deve ser jogado" (capitalismo *versus* socialismo); as lutas pelo poder estrutural ocorrem sobre as "regras do jogo" (as reformas ou as visões reacionárias que modelam um tipo de capitalismo); e as lutas envolvendo o poder situacional estão preocupadas com "os movimentos dentro do jogo", isto é, as jogadas dentro de um conjunto fixo de regras (como realizar os seus interesses dentro das regras, por exemplo, as táticas dos liberais em oposição às dos conservadores). Com isso,

²⁷ Em cada perspectiva (com seu método específico), os três níveis de poder (situacional, estrutural e sistêmico) estão presentes e são importantes, porém, cada uma delas foca especialmente em um nível de poder como principal, conforme destacado em itálico (Alford; Friedland, 1985).

²⁸ Os autores citam como exemplo a reunião no gabinete do presidente para decidir sobre a invasão do Vietnã: o seu componente situacional aponta para as influências sobre as decisões, as barganhas e habilidades políticas dos indivíduos envolvidos; o componente estrutural pode ser avaliado pelo conflito entre as agências governamentais e civis pelos recursos a serem empregados e o prestígio nacional; e o sistêmico recai sobre o impedimento do desenvolvimento socialista no mundo, o qual possui consequências diretas para a reprodução do capitalismo nos EUA (Alford; Friedland, 1985).

²⁹ A opção pela citação deste autor é devido ao seu resumo preciso da tipologia destacada.

nota-se que nas sociedades contemporâneas, múltiplos jogos ocorrem ao mesmo tempo e com variadas regras, sendo elas inconsistentes ou não com o jogo vigente (e suas múltiplas possibilidades de jogadas³⁰).

Nessa direção, é óbvio que uma sociedade é muito mais complexa do que as relações nessa tipologia. Contudo, esse modelo pode funcionar bem para ajudar a ilustrar os elementos que encontram-se ajustados aos níveis de poder, sobretudo as representações em nível situacional e organizacional, das quais retirarei as ideias que subjazem as lutas reformistas, reacionárias, liberais ou conservadoras e seus esforços para influenciar opiniões e práticas de indivíduos ou grupos sociais quando elas se engajam em processos que ampliam ou reduzem as lutas por mais avanços sociais. Em suma, os fatores políticos podem ser resumidos de tal forma:

O poder situacional, [...] existe onde a competição aberta e informada entre participantes relativamente iguais – indivíduos e grupos – ganha apoio de círculos eleitorais orientados para essas questões e exerce influência sobre líderes políticos suscetíveis. O poder estrutural é criado no curso do conflito da elite para criar estruturas estáveis de dominação – na forma de organizações complexas com autoridade legal – que serão capazes de controlar a agenda de situações políticas futuras. O poder sistêmico se torna visível quando as relações existentes entre capitalismo, Estado e democracia são ameaçadas e reproduzidas ou transformadas (Alford; Friedland, 1985, p.421-2).

A contribuição desses autores para o modelo teórico-metodológico se dá na forma de providenciar uma maneira objetiva de perscrutar as ficções seriadas, amparando a investigação com um mapa conceitual auxiliar pelo qual poder-se-á tornar evidentes as formas que aparentam ser desprovidas de substância política e pelo fornecimento de dispositivos concretos para a exposição argumentativa cujo compromisso é ser perceptível e verificável. Ademais, galgada no fato de que as situações políticas perpassam sempre os três níveis de poder, a tipologia oferece uma saída válida para o problema de algumas correntes que julgam o capitalismo como uma visão de mundo baseada *inteiramente* na coesão social. Pelo contrário, as múltiplas interrelações dos níveis não permitem que a ideologia seja reduzida a

³⁰ O autor identifica as correntes da sociologia pertencendo a um domínio principal de análise (mas não exclusivo): a *marxista* está ancorada no problema de qual jogo deve ser jogado, no cerne da teoria estão as ideias que promovem alternativas emancipatórias ao capitalismo; a *weberiana* situa-se no nível das regras do jogo, para a qual o capitalismo é o único "jogo viável" na sociedade e as suas regras institucionais recaem sobre como os mercados são organizados e regulados e os modos pelos quais os jogadores adentram as trocas; na *durkheimiana*, tanto o capitalismo quanto suas regras já estão dados, então ela se concentra nos movimentos dos jogadores, onde as pessoas em variadas microclasses desenvolverão identidades diversificadas e farão movimentos diferentes para realizar os seus interesses (Wright, 2015).

uma ou poucas visões de mundo que pretende reforçar. Se ela fosse tratada como um fenômeno de amplo domínio e totalmente desprovida de contradições, como outros estudos acerca do poder procuram enfatizar, a análise iria repetir o erro de julgar a sua essência a partir da aparência que ela se empenha em manifestar.

Não obstante, apesar de árdua a tarefa de distinção entre jogos, regras e jogadas, pois meros detalhes participam de composições elaboradas, o capitalismo é o jogo dominante: uma *aparência consensual* em nível sistêmico, donde as suas especificidades acerca das regras/jogadas (os eixos situacionais e estruturais) são definidores dos conflitos que geram seus pilares de sustentação³¹. Partindo desta lógica, ao conceber que as relações de dominação e de exploração são ocultadas em nível sistêmico no processo de reprodução ideológica da mídia, não é difícil perceber que suas narrativas amenizam as contradições e resguardam o consenso, apresentando, com maior frequência, apenas as regras e jogadas alinhadas com os múltiplos interesses presentes nas camadas sociais. Assim, a visão *anti-capitalista* permanece obscura nos conteúdos midiáticos e daí surgem muitas das bases que alicerçam a submissão não-coercitiva, decorrente de uma naturalização da ordem social pela ausência de elementos contraditórios³².

A instância técnica é o lugar da construção dos dados e do objeto empírico. É nesse momento, segundo a autora, que se deve operar logicamente uma série de passos a fim de adequar o campo doxológico, isto é, o da realidade cotidiana, com o campo teórico, o da formulação dos fatos científicos (Lopes, 2003). Este nível conta com algumas operações, como a *observação*, cujas diretrizes exigem que os dados sejam pertinentes a determinadas teorias para se constituírem em "objeto"; a *seleção*, onde os dados são selecionados e classificados no intuito de se realizar uma descrição dos tipos empíricos (envolvendo três operações de transformação técnica³³); e a *operacionalização*, que concerne a um conjunto de operações que realizam a conexão entre o dado e o fato, entre o conceito (enunciado teórico) e o

³¹ Quanto a isso, o autor enfatiza a importância do eixo organizacional: "é sempre possível que o efeito cumulativo de pequenas mudanças nas regras possa alterar a natureza do jogo a tal ponto que, eventualmente, um novo jogo esteja sendo jogado" (Wright, 2015, p.121).

³² Sobre isso, uma das potências desta metáfora é também iluminar a falsa aparência de pluralidade da instituição midiática, desvelando que os seus conflitos se dão sobre as regras e jogadas internas e não acerca de críticas em nível sistêmico de reprodução do capitalismo.

³³ Elas são: a *quantificação*, por meio da qual as informações são transformadas em indicadores empíricos e estes em variáveis e fatores mensuráveis; pela *codificação*, os traços significativos do objeto são reunidos em categorias; e pela *descrição*, os fenômenos concretos são organizados em tipos empíricos por meio de inferências indutivas (Lopes, 2003).

fato empírico (referente real), interagindo com as técnicas de observação dentro da pesquisa (Lopes, 2003). Essas operações foram realizadas ao longo da tese e na parte introdutória deste capítulo a fim de preencher o "vazio metodológico". Seus detalhes serão exibidos a seguir, nas etapas e fases da pesquisa. Isto posto, cumpre justificar os motivos pelos quais cheguei à listagem das ficções seriadas a serem examinadas³⁴. Os critérios selecionados objetivamente são:

1) *Produções da Rede Globo de Televisão*: a emissora apresenta a maior produção de conteúdo audiovisual da América Latina, a maior audiência nacional e, portanto, o maior potencial difusor de conteúdos ideológicos em todo o país. Além disso, as concorrentes não produzem uma quantidade relevante de ficções seriadas das quais poder-se-ia fazer inferências em nível macro de análise³⁵;

2) *Século XXI*: as ficções seriadas produzidas no recorte temporal (2001-2020) salientam o interesse analítico no tempo presente. Logo, é essencial que se leve em conta a totalidade da produção audiovisual neste período para a obtenção de uma compreensão completa e congruente acerca dos conteúdos reproduzidos e também para que se possa inferir sobre padrões de repetição/reprodução;

3) *Gênero drama (de conteúdo adulto)*: uma vez que a análise se debruça na sociedade capitalista, as ficções seriadas que não apresentaram uma concepção realista e naturalista foram descartadas, como as de terror, sobrenaturais, de época, as infantis ou de comédia. As duas últimas, sobretudo, por conterem intencionais ou, eventualmente, situações inverossímeis, implausíveis, improváveis ou mesmo impossíveis, dadas as relações dramáticas e personagens imbuídos de "absurdos" em prol de objetivos cômicos, o que invalida a proposta da análise;

4) *Linearidade narrativa*: a importância de um arco dramático (a evolução particular ou universal dos personagens e eventos em uma trama) que interligue os episódios e forme núcleos narrativos complexos é crucial para a identificação de aspectos concernentes às consciências, opiniões e valores correspondentes a cada personagem. Por conta disso, aceitei um mínimo de quatro episódios/capítulos que um mesmo núcleo tenha de atravessar a fim de validar uma ficção seriada;

³⁴ Dada a complexidade de se isolar as práticas a serem conduzidas em cada instância ou etapa da pesquisa, optei por exibir o recorte do objeto na instância técnica e as perguntas que irão permear a investigação na etapa de observação, no próximo subcapítulo.

³⁵ Em 2020, a audiência da Rede Globo foi maior do que a soma de todas as outras emissoras de televisão aberta no país. Ademais, ela produziu treze ficções seriadas (algumas ela exibiu apenas um episódio para divulgar sua plataforma *Globoplay*), mais do que o dobro da emissora que ficou em segundo lugar, a *TV Cultura*, com seis séries (OBITEL, 2020).

5) *Primeira temporada*: nada é mais imprescindível para a proposta do que um produto audiovisual que não tenha sido "manchado" pela opinião pública e por uma audiência crítica, seja profissional ou amadora, entre o período de produção e o início das exposições (de maneira que afete seu conteúdo). Em muitos casos, para uma segunda temporada, a emissora realiza alterações expressivas de personagens e situações dramáticas com base na resposta do público, viabilizando pensamentos e ideias impossíveis de serem abstraídas de seu contexto ideológico³⁶;

6) *Objeto alcançado*: Cidade dos Homens (2002); Antônia (2006); Força-Tarefa (2009); Na Forma da Lei (2010); A Cura (2010); Suburbia (2012); A Teia (2014); O Caçador (2014); Dupla Identidade (2014); Sob Pressão (2017); Carcereiros (2018) e Segunda Chamada (2019).

5.2 As Etapas da Pesquisa e os Procedimentos Metodológicos

[...] as opções e decisões que caracterizam o trabalho metodológico tocam diretamente a questão da responsabilidade científica do pesquisador. É que não há receitas para se fazer as opções metodológicas durante uma pesquisa. Há critérios que devem ser levados em consideração em função de sua pertinência na investigação, mas nem todos se aplicam igualmente e com o mesmo peso. O investigador é obrigado a optar e por isso deve usar critérios o mais explicitados possível. Entretanto, isso não o exime da responsabilidade intrasferível de optar e deste modo empreender operacionalmente na pesquisa uma estratégia metodológica que atenda à natureza aberta e dinâmica da pesquisa científica (Lopes, 2003, p.161).

O segundo momento da formulação do modelo metodológico da autora é o de construção/reconstrução da pesquisa em sua articulação pelas diferentes etapas metodológicas, cuja primeira, a *definição do objeto*, constitui-se pelas operações teóricas feitas em função dos fenômenos da comunicação que se deseja investigar; iniciando-se pelo exercício da vigilância epistemológica por meio da justificativa da escolha do assunto e das razões que levaram a tal escolha (Lopes, 2003). Isto posto, ao resgatar a epígrafe do primeiro capítulo, na qual Terry Eagleton (2019) questiona como a classe trabalhadora poderia assumir o comando numa formação social, cujo poder encontra-se sutil e difusamente presente em todas as esferas da vida cotidiana, ao invés de amplamente percebido como alheio e opressivo, nota-

³⁶ Justifico a decisão com base no intuito de compreender a produção e a emissão desses conteúdos sem que eles passem pelas etapas de co-criação com o público, estabelecidas através de pesquisas de opinião e audiência, mesmo que refiram-se somente a um viés comercial e de entretenimento. Portanto, não é que as ficções seriadas perdem o seu teor ideológico ao serem expostas às opiniões dos consumidores, mas pelas discussões polêmicas na tese, um produto "limpo" dessa interferência permite a observação e a realização de inferências mais concretas sobre a veiculação das ideias.

se a suma importância de um estudo capaz de enxergar para além das aparências dos fenômenos sociais concebidas como fatos inevitáveis, naturais e/ou justos.

Com isto em mente, conforme busquei demonstrar na tese, parece-me uma demanda imperiosa a compreensão de como a ideologia reproduz a ordem social capitalista, distorcendo as relações de dominação e exploração e ocultando as suas contradições. A ascensão do neoliberalismo ampliou de maneira considerável os abismos nas capacidades dos indivíduos de funcionarem plenamente como seres humanos e o que se percebe é um extenso alargamento dos privilégios de classe nas últimas décadas. A mídia como a instituição de maior relevância e impacto na propagação de informações tem se posicionado a favor dos interesses particulares alinhados com estes objetivos, transformando-os em falsos interesses universais. Assim, como foi discutido ao longo dos capítulos, não se trata de analisar novos fenômenos sociais, mas examinar as suas novas formas e alcances no século XXI. No tocante a esse projeto, não encontrei uma produção acadêmica semelhante em universidades brasileiras, isto é, que tenha pretendido realizar uma sistematização da totalidade da reprodução ideológica nas ficções seriadas sob um viés crítico, que atravessasse o eixo de classes e apresentasse respostas em nível sistêmico.

Ao proceder de uma análise minuciosa, poderei me aproximar dos modos pelos quais a ideologia é veiculada em um cenário contemporâneo e compreender as suas determinações dentro dos processos de reprodução. Além disso, a pesquisa pode proporcionar um material relevante e de sustentação para futuras críticas aos meios de comunicação, estejam elas integradas ao *corpus* teórico marxista ou não. Afinal, ao perceber e entender como a mídia (especialmente, a televisão) veicula os conteúdos que obscurecem as contradições das relações sociais, pode-se chegar a esclarecimentos concretos dos aspectos responsáveis pela paralisia da vontade social frente às possibilidades de mudança. Isto sem falar na contribuição teórico-metodológica para o campo, ao incluir uma perspectiva marxista contemporânea; atualizar suas categorias em face aos fenômenos econômicos e sociopolíticos do novo milênio; incorporar teorias que ajudam na análise das formas de consciência e, por fim, englobar a missão da alfabetização midiática através de uma exposição argumentativa simples, objetiva e verificável, no intuito de iluminar as barreiras que inibem o poder de ser percebido como alheio e opressivo.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é compreender de que maneiras as ficções seriadas retratam as contradições dentro dos três níveis: sistêmico, organizacional e situacional para perceber como elas atuam na reprodução da ordem social pela distorção das relações de dominação e classe, pela promoção dos interesses das classes dominantes e pela omissão das causas das desigualdades como condição intrínseca do capital. Os específicos são:

1) Averiguar os elementos que apontam para a *dominação e submissão* de classe, levando em conta a sua estrutura, a mobilidade e as consciências de classe num contexto atravessado pela ausência de contradições, pelos mecanismos de sujeição e obediência e pelas justificativas do ideal *meritocrático* e dos privilégios de classe, além de examinar se há críticas em nível *sistêmico*;

2) Investigar a percepção da realidade social diegética pelos personagens e examinar as relações que permeiam suas condições materiais de vida, observando as suas consciências de classe e as maneiras com que são representadas as suas *percepções/observações* sobre o que existe, as *noções acerca das consequências* dentro de um leque de opções sobre o que é possível e como se dão os elementos desejáveis sobre o que é certo em termos de *benefícios e ganhos materiais*;

3) Desvelar as ideias subjacentes que envolvem as *desigualdades sociais* e as formas como os processos de dominação e exploração são omitidos de modo a naturalizar as suas existências e/ou justificá-las como a consequência dos atributos individuais, como subproduto de processos culturais ou referente à natureza das oportunidades, e verificar as condições em que os personagens observam e acatam as suas capacidades de funcionarem plenamente como seres humanos;

4) Contribuir com um conhecimento teórico-metodológico de pesquisa em Comunicação Social à luz de uma perspectiva marxista, galgada não apenas em iluminar os traços obscuros das estruturas de poder na sociedade, mas oferecer um quadro de referência para futuras pesquisas no campo.

Hipóteses

Uma vez definida a problemática de pesquisa, a sua elucidação conceitual junto a um quadro teórico de referência e a construção do objeto empírico, passa-se à fase de formulação das hipóteses, cuja função é fornecer a conexão necessária

entre teoria e os fatos, conduzindo à elaboração de uma estratégia de investigação ou desenho de pesquisa (Lopes, 2003). Uma vez que os pressupostos do método marxista corroboram com a posição de que a instituição midiática é um aparelho reprodutor da ideologia e dos interesses das classes dominantes no poder, logo, as hipóteses desta pesquisa podem ser descritas como a confirmação de cada um dos objetivos levantados acima. No entanto, por questões de objetividade, enumerei-as, sendo a primeira, a hipótese central, e as hipóteses derivadas. Elas são:

1) As ficções seriadas não demonstram críticas, em nível sistêmico, apenas de maneira consensual; elas não denotam evidências acerca das ideias que podem desvelar ou racionalizar a superação do modo de produção capitalista;

2) As ficções seriadas ocultam as contradições capitalistas sistêmicas, mas contêm conflitos particulares em nível organizacional e situacional que promovem os interesses das classes dominantes;

3) As ficções seriadas entrecruzam as dimensões ideológicas para formar um quadro que inclui excessivos mecanismos de sujeição e obediência.

4) As ficções seriadas englobam regras acerca da distorção e perversão dos processos de dominação e classe, tornando-os inexistentes ou minimizados;

5) As ficções seriadas omitem as causas das desigualdades sociais como uma condição intrínseca do capital, além das relações que impedem os indivíduos de funcionarem plenamente como seres humanos.

A segunda etapa da pesquisa é a *observação*, cujas operações destinam-se à reconstrução empírica da realidade, coletando e reunindo evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo; logo, é etapa essencial, pois ela se prende aos propósitos teóricos da investigação que repercutem na reconstrução e, ao mesmo tempo, deve desenvolver técnicas de controle do próprio processo de observação (Lopes, 2003). Para a autora, posto que a realidade não é suscetível de apreensão imediata, é imperativo que o pesquisador faça a crítica epistemológica da observação, do contrário, uma vez "em campo", ele pode acabar vendo muito e identificando pouco ou pode somente enxergar o que confirma as suas concepções (Lopes, 2003). Assim, no que tange às suas operações, elas se dividem na coleta de dados e na amostragem. Quanto à primeira, cabe lembrar que é exigida uma reflexão crítica dos critérios de seleção, pois a sua representatividade, composição e dimensão devem ser enquadradas em função da pesquisa a ser realizada. Logo, os dados primários serão obtidos por meio da prática analítica acompanhada de

um registro sistemático das relações nas ficções seriadas, sem a integração com dados secundários, salvo as matérias jornalísticas e consultas bibliográficas que irão ajudar na ilustração da composição argumentativa. A amostragem delimita o universo de investigação, isto é, um conjunto de unidades (pessoas ou não) que se converte nas fontes de informação (Lopes, 2003). Segundo o problema de caráter teórico-metodológico apontado pela autora, a organização das amostras para as pesquisas que incluem o conceito marxista de classe social foi resolvido por uma extensa discussão no primeiro capítulo, onde ficaram esclarecidos os indicadores empíricos que problematizam os lugares de classe dentro de sua estrutura³⁷.

De acordo com a autora, a terceira e a quarta etapas podem se apresentar de forma conjunta e entrelaçada, conforme o método de exposição adotado por um pesquisador (embora as suas operações e objetivos jamais se confundam do ponto de vista da análise científica). Por conta disso, optei por integrá-las na exposição e depois, partir para os apontamentos relacionados à tese. Isto posto, a *descrição* é desenvolvida através da operação de análise descritiva em dois passos: o primeiro constitui-se dos procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados³⁸; o segundo abrange os procedimentos analíticos que destinam-se à construção do "objeto empírico", isto é, a reprodução do fenômeno concreto descrito através de seus caracteres essenciais (Lopes, 2003). Conforme a autora salienta, ela é responsável por fazer a ponte entre a observação e a interpretação, conferindo ao pesquisador as ferramentas pertinentes para uma sólida descrição, agarrando-se a esta última, para que ambas providenciem as condições concretas do conhecimento científico. A descrição, portanto, deve observar a construção dos personagens, suas ações na trama, o arco dramático, os níveis e peculiaridades dos conflitos, as relações entre os personagens (e deles com a diegese), as nuances nos diálogos e nos subtextos e os comportamentos para que possa esclarecer em que medidas as ficções seriadas apresentam os três níveis de poder.

³⁷ "nessa operação de amostragem é necessário apontar uma questão crucial para a pesquisa social empírica que envolve a amostra por classes sociais. Trata-se de um problema teórico-metodológico da organização da amostra nas investigações que lidam com o conceito marxista de classe social" (Lopes, 2003, p.145).

³⁸ Mais especificamente, esse passo implica em: i) realizar o tratamento estatístico, ou seja, fazer tabulações para encontrar concentrações, frequências e tendências na documentação coletada; ii) assegurar o "domínio" sobre a massa de dados coletados, pois permite identificar e selecionar os fatos de significação para o tratamento analítico; e iii) conseguir um conhecimento prévio de todas as possibilidades da documentação em relação aos objetivos teóricos e práticos (Lopes, 2003).

É na última fase, a da *interpretação*, que a pesquisa atinge a condição de cientificidade; é a etapa que, segundo a autora, envolve a teorização dos dados empíricos dentro da perspectiva teórica adotada no início da pesquisa e quando os dados são integrados em uma totalidade que se torna igualmente objeto teórico e empírico (Lopes, 2003). O quadro teórico de referência para a tese irá fornecer os métodos interpretativos adequados para uma explicação das relações inerentes ao objeto. Dito de outro modo, o método realizará o processo de generalização e de abstração, sempre com base no campo histórico, buscando as relações estruturais do fenômeno no todo social por meio da contradição (Lopes, 2003). Para finalizar, há três observações cruciais sobre essas duas últimas etapas da pesquisa³⁹:

A primeira diz respeito ao objetivo de cada uma dessas etapas. A análise descritiva visa à reconstrução da realidade do fenômeno por meio de operações técnico-analíticas que convertem os dados de fato em dados científicos. A análise interpretativa visa à explicação do fenômeno mediante operações lógicas de síntese e de amplificação levando a análise a um nível superior de abstração e de generalização. [...] A segunda observação é sobre a questão do alcance e da validade científica das pesquisas descritivas que não atingem a etapa interpretativa. [...] A terceira e última observação é decorrente das anteriores e diz respeito à dicotomia que se estabeleceu em Comunicação entre pesquisas quantitativas e pesquisas qualitativas (Lopes, 2003, p.152-4).

Tecidas estas considerações, cumpre destacar os procedimentos que irão reger a aplicação da descrição e a interpretação das ficções seriadas. Os critérios de seleção levaram em consideração a exposição teórica junto ao cenário político-midiático, ambos abordados nos capítulos anteriores. Diante disso, a organização e classificação das categorias para a exibição argumentativa obedecem ao arranjo pautado pela *descrição* das unidades de análise seguida da interpretação dos dados e respostas geradas à luz de determinados procedimentos:

1) Uma introdução com informações da época da exibição; os profissionais nos cargos de direção e roteiro; o número de temporadas e uma mini-trama para alicerçar os pontos analisados, situando a análise no enredo da obra;

³⁹ Em relação a estas duas últimas, a autora declara que é falsa a dicotomia entre as pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo na investigação social, pois além da dificuldade de se estabelecer um limite preciso entre ambas, há uma relação de *complementaridade*: "É que comumente o uso de métodos estatísticos gera pesquisas descritivas, enquanto métodos qualitativos produzem pesquisas interpretativas. [...] Apesar de cada uma ter sua lógica implícita, não se pode esquecer que as operações quantitativas se apóiam em dados qualitativos originalmente coletados" (Lopes, 2003). Além disso, não se poderia concordar que a análise dos dados quantitativos com a produção de inferências são uma atividade interpretativa e a exposição das interpretações um ato descritivo?

2) Os aspectos técnicos de maior relevância para a análise, ou seja, aqueles que fixam as obras em suas propostas estéticas audiovisuais e a elucidação dos elementos de sua estrutura dramática, incluindo o gênero da obra, a exposição dos protagonistas e antagonistas de forma a proporcionar uma perspectiva acerca do arco dramático e das relações que compõem os núcleos de personagens e de ação (os conflitos e rupturas que influenciam ou danificam a sua estrutura e, portanto, a inteligibilidade dessas relações) e o desfecho, sinalizando as características mais distintas do clímax e da resolução;

3) Um parágrafo de exposição de ideias positivas ou de cunho progressista encontradas nas obras junto à discussão de seus avanços em termos sociopolíticos ou críticas quanto à posição da obra acerca de um tópico, incluindo comentários breves que envolvem questões de gênero, raça, orientação sexual, etc.;

4) Uma "visão geral" das obras, a fim de resumir os elementos abordados e organizar a exposição de suas formas sob a metáfora do jogo, apontando os traços primordiais sobre as representações de caráter estrutural (gerencial) ou situacional (pluralista) e indicando as possíveis ideias críticas em nível sistêmico (se houver).

5) A exposição da análise, desvelando as ideias subjacentes que envolvem as contradições, os processos de dominação, à estrutura de classes e as causas das desigualdades sociais (se expostas), atrelando-as aos mecanismos de sujeição e às três dimensões subjetivas, findando o *corpus* da exibição argumentativa;

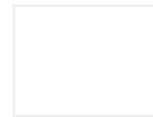
6) Uma conclusão para reunir os pontos principais analisados em torno de uma visão objetiva que dê conta da inteligibilidade de suas relações, conferindo-lhes um caráter concreto de existência.

Para finalizar, a última etapa é a *conclusão*, quando o investigador realiza o balanço dos resultados alcançados; logo, corresponde à menção dos objetivos conseguidos e das contribuições da pesquisa para o avanço dos conhecimentos no campo ou do tema do objeto (Lopes, 2003). Individualmente, a conclusão de cada ficção seriada fará um apanhado dos assuntos observados e discutidos dentro de seu contexto individual, como mostrado acima. Subsecutivamente, no capítulo das considerações finais, a conclusão recairá sobre as inferências que visam responder as questões relativas à totalidade das obras produzidas, revisando-as brevemente para gerar os desfechos no tocante aos objetivos cumpridos, à confirmação ou não das hipóteses (e em que medidas elas não puderam ser comprovadas, se houver exemplos) e aos fatores que fizeram parte diretamente do processo de pesquisa,

sem deixar de apontar os limites da tese e como ela pode e deve servir para refinar as pesquisas sobre a reprodução ideológica na mídia, sobretudo, por meio de sua contribuição teórico-metodológica:

Em primeiro lugar, apresenta-se a necessidade do conhecimento metodológico. A fragilidade, quando não a ausência, do domínio metodológico no *corpus* de pesquisas que analisamos mostrou, talvez de forma aguçada, uma situação que é geral no campo da Comunicação. O dualismo teoria-metodologia é bastante acentuado, quando se sabe que a exigência é de equilíbrio e de articulação entre esses dois níveis. Não se faz *teoria* a não ser dentro de determinada *estratégia metodológica*, e esta, sem teoria, redundaria num *esqueleto sem carne*. Acreditamos, no entanto, que não basta detectarmos este obstáculo, mas é possível superá-lo por meio de medidas que fortaleçam o que chamamos de formação profissional em pesquisa (Lopes, 2003, p.159).

Para concluir, neste capítulo, apresentei as instâncias e fases da pesquisa a fim de construir o instrumento teórico-metodológico com o qual será conduzida a análise marxista da mídia, tendo as ficções seriadas como objeto. Sua exibição em separado teve o intuito de tornar mais nítida a sua construção e também para que a conexão com as outras teorias pudesse ser visualizada de modo mais concreto. Na próxima parte, exponho as análises das ficções seriadas em ordem cronológica e de acordo com o recorte estipulado anteriormente.



6. As Ficções Seriadas: Entretenimento no Jogo Capitalista

6.1 *Cidade dos Homens*: O Tráfico de Drogas e a Violência Invisível

Eu nunca iria querer morar num lugar assim. Parece uma prisão. O problema daqui é falta de segurança. Eles vivem com grade, câmera, porteiro, que fica te vigiando. E mesmo assim aqui tem muito assalto. Na favela, não tem porteiro e nem câmera e nem assalto. Aqui é a fronteira entre lá e aqui. Lá, é um país e aqui é outro. [...] Os *playboys* gostam de ver o morro na televisão, pra ver como é ruim aqui e achar melhor morar lá. Eles passam aqui para comprar drogas, filmar ou fazer reportagens. [...] A droga pra eles é que nem tempero, eles pagam pra achar melhor viver na prisão – Acerola

O seriado *Cidade dos Homens* foi exibido na emissora Rede Globo em quatro temporadas, sendo a primeira de 15 a 18 de outubro de 2002. Seus quatro episódios foram escritos por diversos roteiristas, como Cesar Charlone, Fernando Meirelles, Jorge Furtado, Katia Lund, Paulo Lins, Regina Casé, George Moura e Guel Arraes. A direção ficou a cargo de Cesar Charlone, Katia Lund, Paulo Lins, Fernando Meirelles e Regina Casé. Tendo sido inspirado em um episódio especial de fim de ano da série *Brava Gente* (2000), adaptado por Bráulio Mantovani, o seriado foi considerado uma "continuação" do filme *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles e exibido como parte da programação da Semana da Criança, promovida pela emissora. As cenas foram todas gravadas nas favelas Santa Marta, Rocinha e Morro do Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro e seu elenco, inclusive os atores principais, foi formado por integrantes dos grupos Nós do Cinema e Nós do Morro. A trama gira em torno de Acerola e Laranjinha, dois garotos de 13 anos que precisam enfrentar diversos problemas em uma adolescência na pobreza e em um ambiente dominado pelo tráfico de drogas e a violência¹.

O imaginário social da época, empurrado pelo sucesso de *Cidade de Deus*, passou a encontrar nessa intensa temática uma abertura para o deleite do público. O cenário não era nenhuma novidade no audiovisual brasileiro², nem o seu estilo narrativo, os personagens e menos ainda as situações a serem enfrentadas. Porém, havia razões plausíveis para uma boa recepção da audiência. A estética da câmera na mão, com planos recortando e detalhando os minuciosos aspectos da favela, adquiriu enorme força e imprimiu um naturalismo visceral. Aliada a uma direção

¹ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3BP2riz>.

² Por exemplo, *Notícias de uma Guerra Particular* (1999), de João Moreira Salles e Kátia Lund; *Babilônia 2000* (2001), de Eduardo Coutinho e *Ônibus 174* (2000), de José Padilha.

afiada com a proposta e uma narrativa dramática bem elaborada, seu sucesso era praticamente garantido. Some-se a isso o talento de Douglas Silva e Darlan Cunha, cujas performances contribuíram de maneira significativa para o seu triunfo. Além disso, pode-se destacar também o trabalho do restante do elenco em seus variados papéis, sobretudo, dos bandidos e coadjuvantes dos protagonistas.

A princípio, nota-se que a sua estrutura dramática se constitui na retratação de dois protagonistas carismáticos, Acerola (Douglas Silva) e Laranjinha (Darlan Cunha), lidando diariamente com os piores antagonistas nas vidas de quaisquer adolescentes: a dificuldade financeira de suas famílias, o ambiente dominado pela extrema violência, a insalubridade da favela, a ausência de uma figura paternal de apoio e o tráfico de drogas assediando regularmente as suas liberdades e prazeres. Cada um dos quatro episódios analisados é totalmente independente e se apresenta como uma fatia na vida dos garotos, envolvendo um problema que, na maioria das vezes, é resolvido por suas próprias inteligências e experiências, adquiridas pela vivência neste ambiente³. Consequentemente, não há intenção de um desfecho ou uma situação final específica, apenas uma pequena alusão à continuidade da vida.

Um detalhe relevante é a sua finalidade de ensinar "as regras da favela". Porquanto os telespectadores são formados, de modo geral, por seres extraterrenos àquela realidade, o seriado precisava montar as bases mínimas para uma relação de compreensão e identificação sobre as normas e leis locais, isto é, quem manda na favela, quem obedece, a hierarquia do mundo do crime, os fatores morais que envolvem as relações com os moradores, como se dá a troca de poder, etc. Para não soar falso ou artificial, a saída foi realizá-la de um modo que pudesse integrar as regras à estória, como na explicação de Acerola associando os eventos durante as guerras napoleônicas e o bloqueio continental com os conflitos e a guerra pelo controle do tráfico de drogas na favela e, depois, com as imagens de bandidos ilustrando a lição da professora de História. Através dessas estratégias, o público é convidado e conviver em meio aos personagens e testemunhar na pele as situações

³ No primeiro episódio, eles sofrem para conseguir dinheiro para um passeio escolar e depois ficam sem poder entregar o remédio para a avó de Laranjinha por causa da invasão de bandidos, com risco de ela passar mal e morrer; no segundo, a irmã de Acerola começa a namorar um traficante e ele começa a receber várias regalias, aproveitando-se delas para humilhar os amigos; no terceiro, os dois protagonistas trabalham de carteiros e desenham um mapa da favela, que acaba nas mãos dos policiais e eles precisam arranjar um modo de consertar o erro ou sofreriam graves problemas; no quarto, acompanha-se a dualidade na vida de Uólace (nome do Laranjinha) e Vitor, dois garotos com experiências de vida completamente diferentes e tentando se encontrar em meio aos problemas da adolescência, financeiros e de família.

típicas pelas quais eles atravessam cotidianamente, absorvendo rapidamente as relações sociais que ocorrem e por quais critérios morais essa realidade se pauta.

A favela no seriado é composta por pessoas trabalhadoras, de boa índole, que são desprovidas de oportunidades para melhorarem suas condições materiais e cujos esforços são empregados por questão de sobrevivência. Em paralelo, há uma ideia de um território em caos, sem leis (feitas pelo gerente do tráfico), sem uma moral definida, dominado por normas próprias e onde se constata a total ausência do Estado (a não ser pelas raras ações da força policial). A esse respeito, não há representações críticas em nível sistêmico, apenas voltadas para uma idealização de jogadas, envolvendo teores sociopolíticos dentro de um ideal hegemônico. Em outras palavras, o jogo capitalista não produz as desigualdades, a sua crítica às regras se dá pela exposição das mazelas da política brasileira, como a violência, a corrupção e a falta de investimentos em um eixo organizacional que ilumina o desprezo do Estado pela comunidade. As ações dos personagens, individuais ou características de um grupo, expõem as jogadas típicas de influência no âmbito do combate à violência nas favelas e na ação política de insinuar o tráfico de drogas como seu principal agente causador e não de consequências sistêmicas.

Para iniciar a análise, uma questão observada é a de que o seriado caminha por um terreno acidentado quando aponta os defeitos da má administração pública e expõe os personagens como incapazes de realizar plenos funcionamentos como seres humanos, mas apenas em nível situacional e estrutural. Nele, são as ações de indivíduos, de bandidos ou de garotos de rua que adquirem sentido e situam os telespectadores nas relações inerentes da comunidade. Logo, a violência *subjetiva* acompanha o seriado a todo o tempo e se disfarça de protagonista para encobrir a genuína antagonista da estória, a violência *objetiva*⁴ (embora seja construída com evidente qualidade dramática). A enorme pobreza retratada nas cenas é fruto dos processos de exploração e das consequências de políticas públicas, mas a narrativa ignora esses pontos ou os apresenta sob uma posição neutra. Assim, a imagem retida em nossas mentes por meio das sucessivas situações violentas afasta toda percepção das raízes histórico-sociais que engendraram essas péssimas condições materiais de existência e grava fundo na retina os traços relativos as decisões

⁴ A saber, a violência subjetiva é aquela realizada pelos sujeitos, como assaltos, latrocínios, brigas, estupros, espancamentos, etc.; a objetiva, por outro lado, é a violência invisível, sistêmica do modo de produção capitalista, a violência que se pretende esconder e é julgada como normal, "um mal necessário", ou seja, a pobreza, a fome, a falta de oportunidades, etc. (Zizek, 2009).

individuais que separam os indivíduos bem-sucedidos nessa resistência à tentação do crime daqueles que, por várias razões, caíram diante de seu poderoso chamado.

Uma evidência desta reprodução ocorre no episódio de abertura, quando Acerola observa os prédios da Zona Sul e divaga sobre uma possível "vida no asfalto", declarando que "jamais iria querer morar num lugar assim, [pois] parece uma prisão" (conforme explicitado na epígrafe). A fala é estranha e deslocada da realidade do protagonista, pois não há nada nas suas condições materiais expostas (e também nas de Laranjinha) que poderiam fazê-lo adotar esse ponto de vista e optar pela moradia na favela mesmo se tivesse oportunidade de se mudar para os prédios cheios de "grades, câmeras e porteiros". As implicações desta sequência parecem ser um equívoco do personagem, todavia, ela adquire sentido ao sugerir, palidamente, que as condições materiais dos moradores da favela permitem que eles tenham *escolha* e, portanto, que *optaram* por permanecer nesse local. Logo após essa despropositada aceitação de sua vida material, a percepção de Acerola fica ainda mais incongruente no caminho para a escola, quando ele é obstruído por garotos de rua que se aproximam, quebram seu material escolar e o agredem sem razão, inclusive, roubando o seu dinheiro. Em virtude desse acontecimento, onde está a segurança e a liberdade que ele há pouco acabara de afirmar e defender⁵?

Mais adiante, o seriado rompe com a ficção e divide as experiências reais dos atores através de relatos apresentados por eles mesmos sobre as atrocidades que traficantes costumam realizar nas favelas cariocas: Emerson Gomes, 12 anos, diz que um rapaz foi "picotado" pelos cinco amigos e que outro levou tantos tiros no rosto que teve de ser colocado de costas no caixão; Douglas Silva, de 14 anos, revela que certa vez estava dormindo e acordou com uma pistola sendo apontada para o seu rosto, além de já ter visto três defuntos boiando; Robson Rocha, de 17 anos, conta como seu primo faleceu por causa do tráfico; Marcos Junqueira, de 13 anos, menciona como foi abordado para comprar drogas; e Darlan Cunha, de 14 anos, revela que seu tio morrerá queimado após um botijão explodir durante um tiroteio entre policiais e bandidos. Afora a frieza e a naturalidade com que eles relatam esses acontecimentos, fruto talvez da indiferença adquirida pelo constante contato com essa violência, percebe-se uma intenção em registrar uma violência

⁵ No final do episódio, os dois são proibidos de subir as escadas para chegarem na casa da avó de Laranjinha. Então, por que Acerola defenderia também um lugar onde o direito de ir e vir pode ser revogado a qualquer instante?

factual e real, uma violência que não fora construída para o roteiro ou que é parte da criatividade de seu autor, mas uma violência que gera consequências diretas na vida dos personagens e dos atores.

Nessa direção, longe de se considerar toda essa crueldade perpetrada pelos bandidos do tráfico como algo leviano, ao menos pode-se indagar o porquê de não terem sido exibidas cenas ou falas que abordassem todo o pavor de se presenciar essas pessoas convivendo em moradias precariamente construídas, em meio à insalubridade dos esgotos a céu aberto e infestados de ratos e sem estrutura básica para uma vida minimamente digna. Frente à violência subjetiva que, claramente, traz grandes danos às suas vidas, a violência objetiva é relegada a segundo plano, suas repercussões indiretas perpassam a noção de que o verdadeiro problema é a boca de fumo e os bandidos e, caso eles sumissem, todo o resto seria considerado plenamente normal e natural, além de omitir drasticamente as causas sistêmicas desta miséria e as condições aterradoras dessa forma de existência. Isto posto, os mecanismos de sujeição da acomodação e do medo surgem para pintar uma tela, cuja composição de traços finos e cores sombrias, simboliza o sangue jorrado de corpos inocentes e as inquietações de uma violência onipresente. Assim, mantidas as razões da violência objetiva à sombra, o que sobra são seus efeitos tenebrosos em meio ao excessivo contato com a violência subjetiva.

O fato de conviverem diariamente em meio à violência desnuda um quadro tenebroso sobre os jovens da comunidade. Abandonados pelo Estado e relegados à própria sorte, como outros milhares de garotos de baixa renda, eles precisam se reinventar e encontrar seus próprios recursos para escapar do apelo e sedução das facilidades que o crime proporciona⁶. Some-se a isso a completa inexistência das figuras paternas e, em parte, maternas: a mãe de ambos os protagonistas passam o dia inteiro fora de casa e seus pais não são conhecidos⁷. Em quatro episódios, as situações enfrentadas pelos protagonistas os aproxima da morte em metade deles⁸. Então, novamente, como poderia Acerola declarar aquelas coisas no início? Um modo de enxergar o seu "equivoco" passa por duas linhas tênues: na primeira, a

⁶ A aproximação com os traficantes renderam duas situações vantajosas para Acerola e Laranjinha: em uma, Acerola passou a ser respeitado na favela e abusou do *status* adquirido e, na outra, ambos trabalharam como carteiros para o gerente do tráfico, ganhando uma "boa" quanta de dinheiro.

⁷ No caso da mãe de Laranjinha, ela passa a semana toda fora de casa e retorna apenas nos fins de semana. Até mesmo João Victor, introduzido no quarto episódio, teve um pai ausente durante a sua infância (embora sua mãe seja suficientemente presente).

⁸ No primeiro, eles estão numa farmácia, próximo de onde inicia-se um tiroteio; no terceiro, ambos jogam fora a carta de um homem e ficam prestes a serem assassinados na boca de fumo.

favela seria tudo o que existe para ele; é onde ele nasceu, cresceu e fez amigos. Se dentro é perigoso, fora dela, onde enfrentaria ainda o desconhecido, é muito pior, pois, no fundo, ele percebe que a sua realidade não se alteraria consideravelmente se fosse morar "no asfalto".

A segunda recai sobre ele não entender inteiramente a falta de opções para um garoto negro da sua idade, o que representa o estigma de "favelado" em vários círculos sociais e por ele acreditar que teria mais opções de sucesso permanecendo onde está, naturalizando sua exclusão e o distanciamento da obtenção de seu bem-estar. Entretanto, o vértice de ambas é que ele sabe que precisa manter distância do crime⁹, se espera algo de seu futuro, um aprendizado que ronda os moradores como o primeiro item de uma longa lista moral a ser seguida à risca. À vista disso, em âmbito situacional (se ele se mantiver moralmente firme e honesto, se suas condutas vencerem a sedução do crime e se ele se enquadrar num comportamento submisso), o crime surge como o definidor último das barreiras que são erigidas ou derrubadas em seu percurso, ou seja, de acordo com sua força de vontade, de seus atributos e de sua capacidade de reverter os pesados processos socioculturais que o afligem e não os obstáculos sistêmicos que geram as maiores complicações para o seu destino, distorcendo a realidade de que ele possui ínfimas chances de ser integrado à sociedade. Além disso, essa separação sugere também que a culpa pelo fracasso ou de cair no mundo do crime depende inteiramente das decisões pessoais, ofuscando as múltiplas razões que podem levar um indivíduo a tomar essa decisão, mesmo sabendo o que pode representar para a sua vida.

O último ponto da análise dá ênfase total ao quarto episódio, onde pode-se acompanhar duas estórias paralelas, a de Uólace (Laranjinha) e a de João Victor, ambos da mesma idade, mas de níveis sociais diferentes e com esperanças frente à retribuição da sociedade completamente díspares. Particularmente, em uma cena na rua, João Victor e seus amigos se deparam com Acerola, Laranjinha e Duplex e os dois grupos se entreolham e expõem seus preconceitos incrustados de classe. O ápice desta sequência acontece quando eles param em frente a uma vitrine de loja para contemplar um par de tênis que haviam visto na televisão. Eles percebem à

⁹ Acerola é requisitado a levar uma pistola para a base do morro a mando de um chefe do tráfico e é quase capturado por um policial; quando ele trabalha de carteiro (forçado pelo chefe), se não tivesse consertado o problema com o mapa, seu destino poderia ser outro; e Laranjinha tenta pedir dinheiro à uma senhora de forma ríspida quase simulando um assalto, na esperança de conseguir dinheiro para comer.

meia distância, a atividade de dois homens estranhos, falando ao celular. Acerola e Laranjinha acreditam que os "riquinhos" estejam protegidos por dois seguranças enquanto João Victor e seu melhor amigo acham que são dois bandidos fazendo a cobertura dos "pivetes" (eles expõem as suas opiniões em *voz over*). Em um dado momento, os homens se aproximam e não eram nem bandidos e nem seguranças, mas fizeram com que os quatro corressesem desesperados e, na frente da vitrine, permanecessem Lucas, o amigo rico, e Duplex, o mais "pobre"¹⁰ entre eles.

Nessa passagem, é possível desnudar uma leitura da vida social a partir de um relevante traço ideológico. Os seis garotos representam diferentes condições materiais dentro da estrutura de classes. Porém, devido à suposta ameaça externa (ilusória), verifica-se que, metaforicamente, os pontos extremos da sociedade não participam dos conflitos enfrentados pelos estratos médios, visto que encontram-se tão apartados da realidade, seja escondendo-se nas propriedades ou dormindo em colchões pelas calçadas, que simples ameaças como essa são impertinentes. Além disso, Duplex e Lucas também não participaram da externalização dos preconceitos, pois suas posições na estrutura de classes os mantêm tão distantes desses assuntos que eles parecem insignificantes para suas existências. É na classe média e pobre, portanto, que recaem os efeitos notórios dos problemas sociais: a primeira deposita na segunda a responsabilidade e a culpa pelas dificuldades; em oposição, os pobres devolvem as críticas pela repulsa à falta de mobilidade que os impedem de escalar os mesmos degraus da escada social. Este confronto ocorre porque ambas as classes não percebem que os abismos e fronteiras que as separam não são tão distantes e intransponíveis como pensam e, em vez de combaterem os males que determinam suas condições materiais de vida, preferem trocar ofensas e ameaças na tentativa de dominar uma à outra. Isto posto, em nível organizacional, esse conflito expõe uma estratégia que interessa ao poder hegemônico, o estímulo pela divisão de dois grupos igualmente oprimidos e explorados, no intuito de se evitar formações de classes com consciências acerca desses processos intrínsecos à "invisível" dominação. Em suma, na falta de uma consciência "para si", resta aos oprimidos descontar a sua raiva sistêmica em outros oprimidos.

Para concluir, observou-se que o seriado retrata uma favela habitada por pessoas honestas e trabalhadoras, cuja violência é parte integrante de suas vidas: a

¹⁰ Sem entrarmos na questão de como medir os diferentes graus de pobreza, as aspas referem-se ao fato de Duplex ser do lumpemproletariado e não possuir nem um lugar próprio para dormir.

subjetiva reforça o imaginário em torno da favela, desvelando a brutalidade e a crueldade dos traficantes; por outro lado, a objetiva, como a força que impede os moradores de funcionarem plenamente como seres humanos, permanece invisível, apagando suas reais condições de miséria (social e política). A presença do Estado é tímida, mas quando se faz presente, mesmo indiretamente, o seriado apresenta seus aparelhos como corruptos, despreparados e ineficientes. Além disso, omite-se a existência da favela como produto dos processos de exploração do capitalismo, eclipsando-a através do deslocamento para os conflitos e preconceitos entre duas classes igualmente oprimidas. Em nível situacional, o seriado exhibe um mundo do crime, onde a força de vontade dos indivíduos para evitá-lo é iluminada como uma decisão positiva, mesmo ignorando os obstáculos sistêmicos que determinam as suas reais chances de escolha e o fato de que Acerola e Laranjinha possuem ínfimas chances de serem integrados à sociedade.

6.2 Antônia: A Força da Mulher e a Fantasia da Ascensão Social

Oh, oh, Antônia brilha, / Antônia sou eu, Antonia é você, / oh, oh, Antônia brilha, / E qualquer uma, Antônia pode ser! / Hum, sei que sou capaz de lutar, / e com dignidade minha paz encontrar, / força para resgatar, / vou buscar música da alma. / Com sabedoria, eu vou libertar, / eu tenho o dom, esqueço a guerra eu tenho o som, / vim trazer de volta o sonho de vencer, / vou te mostrar como lutar, como viver. / Hey, mulher o grito a força, / união perseverança, / lutar, crescer, saber viver, / fé, compaixão, amor no coração, / ah, tô pronta pra jogar estou, / e vou avante, sou Lena, / sou forte corro ao gol, / jamais desisto, e corro risco, / eu não desisto não, / eu não desisto, e corro risco, / e não desisto não, / Oh, oh, Antônia brilha, / Antônia sou eu, Antonia é você – Música-tema do seriado

O seriado *Antônia* (2006) foi produzido pela O2 Filmes e exibido na Rede Globo de 17 de novembro de 2006 a 19 de outubro de 2006. Seus cinco episódios foram escritos pelos roteiristas Elena Soárez, Fernando Meirelles, Jorge Furtado, Luciano Moura, Tata Amaral, Claudia Tajés, Claudio Galperin e Fabrizia Pinto. A direção foi de Luciano Moura, Tata Amaral, Roberto Moreira, Gisele Barroco e Fabrizia Pinto. Baseado no filme homônimo, dirigido por Tata Amaral, o elenco do seriado é o mesmo do filme e foi escolhido depois de mais de 600 testes. A trilha sonora foi composta pelas próprias cantoras e a colaboração de Parteum e Beto Villares, com a participação dos rappers Thayde e Max B.O., do Z'África e Slim Rimografia e do cantor Hyldon. A trama é sobre quatro amigas, Preta (Negra Li), Barbarah (Leilah Moreno), Mayah (Quelynah) e Lena (Cindy Mendes), da Brasilândia, um bairro pobre em São Paulo, que formam o grupo "Antônia" para

realizarem o sonho de se tornarem cantoras profissionais enquanto passam pelas dificuldades na vida de pessoas de baixa renda¹¹.

A temática apresenta muitas semelhanças com os cenários dos seriados da cidade do Rio de Janeiro, embora nessa versão paulista, a violência surja de forma mais esporádica e tímida. Apesar da falta de sucesso do filme¹², o seriado teve boa recepção do público. A intenção de sua criadora era trazer uma outra perspectiva da favela: "quando comecei a pesquisa para o filme, percebi que as pessoas da periferia estavam cansadas de serem identificadas com pobreza e violência. Achei mais importante representar esse universo de maneira afirmativa. [...] Há um desejo da classe média de falar da violência e circunscrevê-la à periferia e isso é muito perverso¹³". A fotografia e a direção conduziram as histórias apresentando o bairro e a sua comunidade de um ponto vista realista e sóbrio. Não há inovações estéticas e as emoções da trama recaem sobre a atuação das personagens, cujas performances mostraram que possuem talento. Destacam-se também os trabalhos de Maria (Sandra de Sá), no papel da mãe da Preta, Marcelo Diamante (Thaíde), o produtor do grupo e a pequena Emília (Nathalye Cris), filha de Preta.

Quanto à sua estrutura dramática, não foi detectada nenhuma relação de antagonismo concreta, isto é, não há um personagem ou uma força materializada que faça uma oposição aos seus objetivos profissionais, apenas alguns dispersos e pequenos dilemas, todos facilmente solucionáveis¹⁴. Não obstante, essa ausência de obstáculos concretos deixa a trama defasada e imobilizada. Não há um "grande mal" à espreita ou um impedimento *real* que elas tenham de transpor para colher o prêmio no final (deslanchar na carreira e alcançar a fama), mesmo a trama abordando quatro mulheres pobres que vivem em um bairro onde a própria vida e as suas dificuldades natas instituem situações que poderiam ser incluídas como perfeitas antagonistas. Uma conclusão para isso é que ele foi construído sob as bases de um videoclipe e por isso a trama teria pouco valor. Logo, com uma

¹¹ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3QMr6bI>.

¹² Segundo a *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://bit.ly/3w8ob56>.

¹³ Segundo o *Uol Entretenimento*. Disponível em: <http://bit.ly/2AWtgR4>.

¹⁴ Apenas o quarto e o quinto episódios apresentam um impulso dramático mais evidente, quando a personagem Preta é impedida de chegar à delegacia por conta do trânsito/criminalidade; e, no outro, para levar a mãe para uma clínica de saúde. No primeiro, elas precisam de dinheiro para o estúdio e as fotos; no segundo, para as cópias do álbum; e o terceiro talvez seja considerado um feito inédito na TV brasileira. O episódio apresenta uma total ausência de elementos dramáticos; não há uma simples cena que possa minimamente posicioná-lo como um produto dramático, não há objetivo algum a ser conquistado, nada para impedi-lo e, tampouco observa-se a resolução de algum problema ou do restabelecimento da situação inicial.

montagem característica dessa proposta, a música, os cenários e os planos abertos das protagonistas cantando em vários lugares, restam poucas dúvidas de que sua intenção era transformar o grupo fictício em um trabalho real para além das telas. No final, a estória deixa em aberto o futuro, indicando, com a apresentação delas, que certamente elas estariam na rota do sucesso nacional que tanto almejavam.

Em relação aos possíveis avanços, qualquer telespectador percebe a leitura do seriado como um exemplo nítido do progresso sociocultural defendido pelos movimentos sociais de resistência à opressão de gênero e raça, elevando o poder e a capacidade feminina de se erguer, lutar e assumir o controle de suas vidas. A obra detém o mérito de posicionar quatro mulheres negras como protagonistas e, por conta disso, carrega a bandeira de uma importante evolução no pensamento da televisão brasileira. Composto de guerreiras identitárias fortes, o grupo simboliza a luta por uma vida melhor e pela satisfação de desejos profissionais em paralelo com a vivência de problemas comuns à experiência feminina negra. Portanto, não é à toa que parte considerável das cenas é dedicada às jogadas estratégicas em prol das minorias e de ideias reformistas no âmbito da ação coletiva social. Apesar dos poucos desafios enfrentados por elas e que impediram-nas de demonstrar ainda mais força, perseverança e disposição para combater as opressões, a mensagem é positiva e eleva os brios das camadas mais pobres e oprimidas, além de trazer uma visão da cultura do rap e do *hip-hop*, auxiliando as lutas contra o preconceito.

O seriado apresenta o bairro da Brasilândia, em São Paulo, como um lugar habitado por pessoas de baixa renda e poder aquisitivo. São pessoas batalhadoras, que buscam a sobrevivência em meio a um ambiente desprovido do poder estatal, evidenciado por várias falas de personagens. A análise não detectou nenhum traço ou aspecto que possa representar uma crítica em nível sistêmico. Sua narrativa vê o jogo do capitalismo como um sistema injusto e de muitos problemas endêmicos, cujas discussões giram em torno de transtornos estruturais, como a violência, os meios de transporte público, etc. A nível situacional, cada protagonista apresenta um modelo arquetípico que abarca um ou mais fatores sociais costumeiramente vivenciados pelas mulheres na sociedade. Dessa forma, as situações retratadas funcionam como jogadas necessárias em prol de maior aceitação de seus direitos e de combate ao preconceito. A nível organizacional, ao contrário, ele apresenta o quadro de uma sociedade debilitada pela má gestão de um Estado, tido como uma instituição autônoma, divorciada da sociedade civil e ineficaz para resolver as

mazelas sociais. Ademais, pela conjunção de seus elementos dramáticos, o seriado apoia-se em regras e movimentos que ignoram as causas das desigualdades sociais e minimizam os seus efeitos nocivos, principalmente quando expõe uma trajetória profissional largamente desprovida de dificuldades e uma mobilidade social alheia aos infortúnios das cantoras não funcionarem plenamente como seres humanos.

Para iniciar a análise, Preta exhibe o símbolo da maternidade e da mulher trabalhadora desrespeitada no local de trabalho e que precisa se reinventar para criar a filha sozinha. Mesmo assim, ela é a alavanca e a alma do grupo, sem Preta, não haveria Antônia e a personagem carrega o fardo exemplarmente. Funcionária de um posto de gasolina, o patrão não paga seu salário há meses e ela se desdobra para conseguir que Hermano, pai de Emília, ajude-a na criação da menina. Ela é a personagem, dentre as protagonistas, que experimenta a violência do bairro em primeira mão, posto que Hermano incendeia um ônibus e depois é preso enquanto cuidava da filha. A violência subjetiva é tratada como um problema endêmico das comunidades empobrecidas, mas ela surge de maneira tímida, na cena do ônibus incendiado e pelo jornalismo televisivo. A naturalidade com que Preta procede e aquiesce esta violência gera indícios relevantes do consenso sistêmico em torno da violência objetiva.

Barbarah transparece os preconceitos e o isolamento social típico de uma ex-presidiária. O público não tem acesso ao delito cometido por ela (talvez para vetar quaisquer juízos de valor sobre a personagem), mas pode-se perceber o fardo que ela terá de carregar para sempre, como a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Malgrado a personagem não sofrer um ataque direto devido à sua condição, sabe-se pelo contexto e algumas falas que o preconceito estará sempre à espreita, rondando-a como um fantasma do passado. Em relação à sua dimensão subjetiva, em um dado momento, ela se ofende ao ser confundida com uma garota de programa. Mas depois, quando o grupo precisava de dinheiro, ela volta atrás na sua decisão e aceita cobrar do rapaz por aquela noite e acaba recebendo a quantia de duzentos e cinquenta reais¹⁵. Por um lado, a sua posição em relação ao que julga ser moralmente correto e a sua decisão posterior galgada nos benefícios imediatos do dinheiro embaralha as suas noções acerca do que é possível e certo,

¹⁵ Ela conhece o rapaz em um bar e quando eles vão para o hotel, ele pergunta quanto ela cobra pelo programa, achando que ela era uma prostituta. Ela fica profundamente ofendida e vai embora aos berros. No outro dia, eles se encontram em um bar e ela achou conveniente cobrar o valor.

desvelando traços de sua personalidade (pouco desenvolvida na trama); e por outro, é como se ela não pudesse exercer sua liberdade feminina e aceitar a oferta (ou rejeitá-la sem se ofender) sem antes obter uma plausível justificativa moral.

Lena representa o signo da resistência ao machismo, a um relacionamento abusivo e opressivo, à violência psicológica doméstica e, de maneira mais direta, ao levante das lutas feministas. Ela inicia a trama em uma relação tóxica com JP, um namorado machista que é contra o grupo por achar que sua namorada só quer se exibir. Em uma cena, quando ambos discutem acerca do papel da mulher no lar (para ele, seria o de empregada doméstica), ela se irrita e resolve sair de casa. Sua participação tem a função de atuar como um espelho de reflexão das situações angustiantes que as mulheres enfrentam, somando o preconceito e a misoginia aos seus problemas naturais do cotidiano. Assim, a mensagem de Lena é educativa e positiva. O fato de ser decidida e obstinada gera uma consciência que permite essa transgressão otimista, pois ela entende o que é possível e certo no horizonte de sua luta por afirmação. Aliás, cabe ressaltar que enquanto Barbarah estava presa, ela não tinha forças para combater o que lhe desagradava e sentia-se tão aprisionada quanto a amiga, aceitando as suas condições às duras penas; mas uma vez juntas, elas puderam fortalecer uma a outra e confrontar os seus medos e receios. Por esse ato corajoso e essencial para criar uma conexão com o público feminino, ela recebe um prêmio na forma de um novo relacionamento com um grafiteiro gentil (embora a sua participação não seja muito explorada para realizar inferências).

Mayah caracteriza uma ideia dúbia sobre a mulher e a conjugação da vida matrimonial com a profissional. Sendo a protagonista de menor carga dramática, uma cena relevante ocorre no último episódio, quando ela pressiona o produtor Marcelo Diamante para morarem juntos, apesar de jamais ter demonstrado algum interesse mais profundo por ele. Ao dizer que "não deseja ficar sozinha", pode-se observar sua consciência por meio de duas considerações: por um lado, ao tomar a iniciativa, ela ressalta a força feminina e a determinação de tomar decisões em busca de seus desejos; por outro, pela maneira como se expressa, ela revela uma subjetividade pautada na ideia de que o sucesso pessoal e profissional são apenas possíveis se conjugados com uma relação ou casamento estável. Com sua carreira prestes a deslançar, a sua preocupação em se apressar para resolver essa parte da vida demonstra certos aspectos influentes da opressão de gênero que bloqueiam a

sua percepção de que nada a impede de se tornar uma cantora famosa e ser feliz enquanto solteira, a não ser a sua própria consciência.

Todos esses elementos individuais agarrados às suas personagens servem para adicionar doses extras de crítica social, sendo óbvio que ostentam a intenção de um diálogo direto com as telespectadoras, principalmente as das classes mais baixas¹⁶. Por outro lado, à luz de um eixo de classes, de certas questões de cunho sociopolítico e pelo vínculo contextual que a obra propõe com o meio social delas, as mensagens acabam emaranhadas nos fios condutores dos privilégios de classe. No seriado, as três definições de desigualdades sociais são retratadas abertamente: as cantoras estão inseridas num ambiente social com poucas chances de sucesso e elas não possuem praticamente nenhuma autonomia, dignidade ou mesmo graus elevados de liberdade ou recursos para agir em prol de seus sonhos; portanto, são notórios os abismos nos alcances de recursos para as personagens. Todavia, como as suas dificuldades são resolvidas tão facilmente? Pelo modo como a estrutura dramática é desenvolvida e apresenta a resolução das etapas, essas contradições perdem a sua posição de obstáculos notáveis e graves para adquirirem o caráter de meros empecilhos ordinários que quaisquer indivíduos enfrentam cotidianamente. Por conta disso, pode-se afirmar que a ausência de recursos dramáticos mínimos que poderiam justificar de modo plausível sua curva de ascensão tão rápida rumo ao sucesso denota uma fantasia da ascensão social defendida pela meritocracia.

Para desenvolver a crítica, após ter sido solta, Barbarah retorna ao grupo e elas combinam de gravar um álbum. A primeira barreira a surgir pelo caminho se dá pelos custos do estúdio e das fotos. Apesar de elas combinarem de trabalhar para obterem o dinheiro, a mãe da Preta lhe oferece um bolo de notas, encerrando o problema. Cabe realçar também que o salário de Preta estava atrasado há meses e, provavelmente, a sua mãe não teria esse dinheiro sobrando¹⁷, o que aponta para uma imagem distorcida de que salário atrasado não gera impedimentos reais para pessoas pobres. Em seguida, elas necessitam de mais dinheiro para arcar com as despesas das cópias do álbum, a fim de divulgá-lo nos camelôs de São Paulo. A segunda barreira é transposta instantaneamente pela quantia que Barbarah obtém

¹⁶ Defendo que se o seriado passar por uma análise inteiramente divorciada do eixo de classes, será possível retirar traços relevantes e aspectos positivos para as lutas identitárias, mas que falham em enxergar e relacionar as opressões a um quadro maior de dominação.

¹⁷ Nada impede a mãe de Preta de ter um dinheiro guardado em casa e usá-lo como quiser. A questão não é se sua existência é possível ou provável, mas o de encobrir facilmente o obstáculo.

junto ao rapaz do interior. Daí em diante, não enfrentam mais nenhum obstáculo tangível, além de dois DJ's que negam tocar a sua música por estarem no meio do trabalho. Diante disso, uma frentista, uma garçonete, uma panfletadora de trânsito e uma ex-presidiária não precisaram suar nem por um segundo para cumprir as etapas básicas da carreira. A sensação é de que não há falta de oportunidades ou de recursos para as cantoras e as adversidades do seu meio social simplesmente sumissem por elas estarem investindo em suas carreiras. Nem mesmo o fator sorte é levado em consideração ou trabalhado dramaticamente.

Não obstante, as personagens são talentosas, o que torna o seu progresso aceitável, mas elas não foram construídas na trama como artistas extraordinárias, cujo sucesso é inevitável; pelo contrário, o próprio seriado pretendeu realçar um lado simplório das cantoras, frisando a sua modéstia no que tange ao bairro onde vivem (talvez até para enfatizar os efeitos do sucesso). Paralelamente, o produtor Marcelo Diamante consegue inseri-las em *shows* maiores a cada episódio¹⁸ (em tamanho e público): no primeiro, elas cantam numa concessionária de automóveis para poucas pessoas; no segundo, numa boate lotada; no terceiro, num festival de rap para centenas de pessoas; no quarto, em um programa de televisão ao vivo; e no quinto, no estádio para cerca de quinze mil pessoas. Some a isso o fato de que elas reclamaram dos locais que ele escolhera, mesmo sob dificuldade¹⁹. Se na elaboração teórica foi exposta a metáfora do aposento que ilustra a não-liberdade dos trabalhadores, então, é como se o seriado providenciasse uma *chave mágica*, capaz de abrir a porta para todo mundo, livrando-os dos processos de exploração e suprimindo a condição que os mantém "aprisionados". Diante disso, é nessa dupla associação que se verifica as jogadas típicas do ideal meritocrático: a conjugação de obstáculos irrisórios com a materialização da ascensão vertical na carreira das cantoras configuram uma paisagem alinhada com as suas consciências, ou seja, de

¹⁸ Uma vez que Marcelo Diamante aceitara ser o produtor do grupo, até pela *expertise* no ramo, é óbvio que seria ele quem ficaria responsável em alavancar a carreira das cantoras. Assim, quando me refiro a elas não terem realizado nada substancial é em relação aos obstáculos de vida.

¹⁹ Quando elas ficam sabendo que terão de panfletar para divulgar o seu primeiro show, elas ficam chateadas (e por serem só quatro músicas); Barbarah reclama que Marcelo Diamante precisa fazer cópias dos CD's para a divulgação; no camarim da televisão, Barbarah reclama que o programa escolhido por Diamante é ruim (no final, elas saem reclamando que o programa costuma ter uma baixa audiência); e na delegacia, ele aproveita a presença de jornalistas para divulgar o trabalho do grupo, mas Mayah reclama que ele está utilizando o difícil momento para fazer o *marketing* (por causa de sua visão, o jornal publicou uma matéria sobre o grupo).

que inexistem abismos adicionais para as pessoas de baixa renda e de que é possível e fácil vencer, bastando "pegar a chave e sair".

Para concluir, apesar de "esburacada", a narrativa de Antônia revela traços importantes na luta por avanços sociais, uma vez que os simbolismos subjacentes a cada protagonista atuam efetivamente na representação das lutas particulares ou universais das mulheres negras. Em nível situacional, elas são apresentadas como guerreiras e assim o deve ser, pois representam as figuras de inúmeras mulheres na mesma condição. Em separado, esses aspectos iluminam os traços evidentes da sua proposta de resistência, mas postos em conjunto, eles começam a iluminar as regras e jogadas que ocultam os abismos existentes para as camadas mais pobres. Isto posto, ao aprofundar a análise e confrontá-la com o eixo de classe, observa-se que pouco fazem para comprovar e garantir esse *status*. Em várias ocasiões, nada acontece e, em outras, não houve desenvolvimento dramático para justificar e/ou explicar as suas ações. Logo, a reprodução ideológica se dá, em grande parte, por essa leviana busca da satisfação dos desejos e pela anulação das contradições da sociedade capitalista. Em outros termos, ao apresentar as protagonistas avançando na carreira apesar de nada significativo ser feito em relação a isso, o seriado traça um arco dramático que reforça a fantasia da ascensão social garantida pelo mérito, cujas jogadas pulverizam a barbárie e as distâncias sociais, demonstram etapas de superação irreais ou condições pífiyas a serem resolvidas e distorcem a exploração, omitindo os elementos que engendram as dinâmicas das desigualdades sociais ou situam-nas no eixo organizacional de crítica às políticas públicas do governo. No modo de produção capitalista, a passagem de indivíduos do grupo dominado para o grupo dominante é de suma importância, pois sustenta a ilusão de um sistema neutro, sem a intervenção humana. Por consequência, enquanto Pretas, Barbarahs, Mayahs e Lenas atravessarem as fronteiras de classe para realizar os seus sonhos de maneira tão simples e fácil, acharemos o mundo menos injusto e desigual.

6.3 Força-Tarefa: A Relação Simbiótica entre Corrupção e Estado

A nossa missão está cumprida, mas não espere medalhas, tenente. Eu vou conseguir o mandato, mas antes, preste bastante atenção nas minhas palavras. O nosso dever, o nosso compromisso, é cumprir as leis. De fora das leis, o que sobra é a barbárie, a selvageria, é o horror. O horror, tenente. Da próxima vez que você agir sem o meu consentimento e fora da lei, eu juro, eu te expulso da polícia, tenente! – Coronel Caetano

O seriado *Força-Tarefa* foi exibido na emissora Rede Globo, em três temporadas, sendo a primeira de 14 de abril a 2 de julho de 2009. Foi escrito por Fernando Bonassi e Marçal Aquino, dirigido por José Alvarenga Jr., Mário Márcio Bandarra, Rogério Gomes e José Luiz Villamarin. As sequências foram gravadas em muitos bairros e cenários externos e no presídio de Bangu. Na fase de preparação, o elenco assistiu a palestras com policiais do serviço reservado e fez aulas de tiro para aprender a usar armas de fogo. A trama é sobre uma equipe de investigação da corregedoria da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cuja função é investigar a ação de policiais e perseguir os profissionais acusados de infringir a lei. A equipe é formada pelo Coronel Caetano (Milton Gonçalves) e mais seis integrantes, Tenente Wilson (Murilo Benício), Sargento Selma (Hermila Guedes), Sargento Genival (Osvaldo Baraúna), Cabo Oberdan (Henrique Neves), Cabo Irineu (Juliano Cazarré) e o Praça Jorge (Rodrigo Einsfeld)²⁰.

Quanto às questões técnicas, o seriado apresenta um visual interessante. A direção de fotografia trabalhou com um jogo de luzes semelhante ao do cinema e sombras cortadas em forte contraste. Diante desta composição, os telespectadores são postos diante de um Rio de Janeiro noturno, oculto, inseguro, bem distante das imagens clássicas da cidade maravilhosa, apresentada em cartões postais. A paleta de cores adiciona tons melancólicos, afinal, uma equipe que investiga os colegas de trabalho para incriminá-los precisa aprender a viver em meio à desconfiança e à ameaça de morte. O resultado é um produto audiovisual com inúmeras cenas de tensão e alívio, recebido positivamente pela audiência, segundo o site da emissora. Além disso, a oportunidade de ver policiais corruptos sendo levados à prisão, com certeza, possui os ingredientes necessários para agradar o grande público. Sobre o elenco, um fator interessante: todos os personagens corruptos ou bandidos foram interpretados por atores pouco conhecidos na emissora, salvo um ou outro que já desempenhou alguns papéis anteriores. Talvez tenha sido intencional, para revelar uma criminalidade "sem rosto", passível de irromper em quaisquer níveis sociais, lugar e hora. As performances de Murilo Benício e de Milton Gonçalves merecem um destaque pelo talento e naturalidade com que representaram seus personagens. A música de abertura ficou por conta da canção "Polícia", gravada pelos Titãs.

²⁰ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3DWeATS>.

A estrutura dramática dividiu cada episódio em uma estória independente, com início, meio e fim, embora um arco dramático acompanhe o desenvolvimento dos personagens do núcleo principal, avançando as suas relações pouco a pouco, como no relacionamento entre o tenente Wilson e a sua namorada, Jaqueline. Esta base dramática permite que o seriado prossiga criando estórias indefinidamente, sem que se perca sua identidade. Esse pode ter sido um dos motivos que garantiu a renovação por mais duas temporadas. Pela sua proposta, em muitos episódios, a trama parece resolvida às pressas, sem um devido tempo de evolução e resolução das ações. Isto talvez tenha ocorrido por conta da sua duração de trinta minutos, ao invés dos habituais quarenta minutos para as obras desse gênero. Em relação às forças de oposição, isto é, os personagens corruptos em suas redes de criminosos, elas proporcionaram boas relações de antagonismo, ajudando a impelir a trama sem artificialismos, apesar da ausência de conflitos que atravessassem episódios e pudessem ser desenvolvidos sob outras perspectivas. No final, por conta da sua configuração dramática, não houve um desfecho explícito e a resolução concreta de conflitos abertos, salvo pela explicação da situação de Jonas com o Wilson.

Entre as questões secundárias, apesar de a equipe de policiais contar com uma mulher e isso sugerir representatividade feminina, toda a potência crítica se esvai quando suas qualidades e capacidades são deixadas de lado. A princípio, se ela conquistou essa vaga em um meio altamente masculinizado, a personagem tem de ser, minimamente, dotada de atributos superiores e condizentes. Isto posto, há uma série de clichês em relação a uma mulher na polícia e situações inconsistentes quanto à sua competência²¹. Em outros termos, a sargento Selma, corajosa, forte e homossexual, não contribui de maneira efetiva para as investigações, o que suscita dúvidas sobre como ela conquistara essa vaga se não demonstra qualquer talento. Assim, nas cenas em que ela é alvo constante das brincadeiras de Irineu, o seriado poderia levantar excelentes críticas sobre estas situações no ambiente de trabalho, mas acaba apresentando um quadro que corrobora com a visão misógina presente nos personagens. Em uma reunião, Selma dá uma ideia sobre o caso, mas Irineu a provoca, aludindo que os seus dois neurônios femininos haviam funcionado (aliás, uma piada deste tipo no meio do trabalho demonstra a falta de profissionalismo e

²¹ Essa questão esbarra na ideia de que se ela conquistou essa vaga, provavelmente, ela ultrapassou uma grande quantidade de homens, provando para aqueles que a aprovaram, um valor excepcional como policial. No entanto, não é isso que se observa em suas atitudes e na sua construção épica.

seriedade da equipe). Para se defender, ela insulta o seu órgão genital masculino (comparando-o a uma pistola de menor calibre), arrancando risos de todos na sala. A incongruência nessa fala ilumina pontos relevantes sobre as questões de gênero: com seu comentário, Irineu insinuara que ela seria burra, mas recebeu um escárnio de cunho sexual, ou seja, enquanto ele deu a entender que o lugar dela não era ali, a réplica de Selma passa longe de esbarrar na questão do talento, inteligência ou competência, como se estivesse "confirmando" a razão da piada²².

Na visão geral, o seriado apresenta uma equipe de policiais que são parte de uma força paralela e autônoma, concebida para investigar a própria corporação e resolver os problemas de corrupção interna. De início, o ambiente tem um clima profissional, no qual os personagens demonstram comprometimento e caráter para ocuparem a função. No entanto, logo percebem-se as brincadeiras em momentos de seriedade e decisões tomadas sem apelo racional, respaldadas por um quadro de incompetência, onde eles não parecem ser os responsáveis pelo cumprimento de suas missões. Isto posto, não houve críticas em nível sistêmico, o seriado desconhece o jogo capitalista, enquadrando as suas formas ideológicas apenas no embate entre dois aparelhos de Estado (o investigador e o investigado), pontuando as regras que serviram para assentar as relações de corrupção e ilegalidades em meio às jogadas morais dos policiais, pautadas pelas noções de que esses atos ilícitos existem, mas que é certo e possível combatê-los, mesmo tornando evidente a total impossibilidade de alterações consideráveis. Quanto às desigualdades sociais, elas não são tratadas de maneira direta, até por conta da proposta, que busca focar mais exclusivamente nas atividades ilícitas dos investigados.

Para iniciar a análise, a característica mais notável da equipe é a imposição da preservação da identidade dos investigadores. Eles precisam manter uma vida dupla para que não sejam perseguidos ou coagidos a interromper as investigações. Todavia, ao longo dos episódios, ocorrem uma série de situações em que o tenente Wilson é desleixado quanto ao segredo de sua real identidade. Seja apresentando-se pelo seu verdadeiro nome ou quando é descoberto pelo inimigo, ao checar a sua

²² Em outra situação, Genival e Irineu observam Selma, de dentro do carro, tocar o interfone de um prédio. Os dois indagam se ela tem ido à academia para malhar. Em seguida, Irineu olha para a parte de baixo do corpo dela e diz: "e pensar que tem gente que é contra mulher na PM". Essa fala desvela um subtexto relativo a outra incongruência: eles também não querem uma mulher na PM, ao menos como uma contribuição feminina competente, mas que ela sirva como enfeite, um objeto de contemplação masculina, cuja finalidade única é evocar o lado sexual. Novamente, o roteiro nada apresenta em favor de Selma para que o argumento dos policiais seja refutado.

carteira, etc., percebe-se que esse descuido não é condizente com o seu trabalho. O nome Wilson poderia ser fictício, mas há uma situação em que a sua namorada, Jaqueline, revela-o para os milicianos da favela e, inclusive, conhece a sua patente na polícia. Talvez essa "distração" e as descobertas pelos investigados funcionem como um gatilho para disparar novas e tensas situações dramáticas, porém, fazem com que grande parte dessas cenas se tornem inverossímeis e pinte uma imagem de despreparo por parte do Serviço Reservado da PMERJ. Em matéria da *Gazeta do Povo*²³, de 2009, percebe-se a história de Airton (nome fictício), um policial cujas funções são as mesmas dos personagens da série: levantar informações para o comando prender os criminosos, apreender drogas, desocupar uma certa área e até mesmo se infiltrar entre os bandidos para colher informações. É evidente a sua preocupação com a preservação da identidade, ao ponto de nem mesmo os seus colegas de profissão saberem que ele é policial. Além disso, na contramão do que ocorre no seriado, ele nunca participa da captura de criminosos, salvo em último caso, quando não há outro jeito.

Esse despreparo é um dos principais elementos da análise, pois ele desvela as jogadas contraproducentes em relação às próprias regras representadas para a instituição policial. Para explicar, nesse embate de Estado *versus* Estado, o seriado separa essas duas partes em dois grupos; os investigados são corruptos e bandidos, enquanto os investigadores são despreparados e incompetentes. Não são poucos os exemplos: as perguntas e observações esdrúxulas por parte da equipe e atitudes infantis durante situações sérias e graves levantam questões quanto à competência e o profissionalismo; o tenente Wilson anuncia para uma mulher que o seu marido havia falecido, mas ele ainda estava vivo (não confirmaram com o laboratório) e tiveram de desmentir a versão anterior, causando constrangimento; Selma tenta fazer contato com o coronel Caetano dentro do banheiro do galpão do criminoso e é flagrada por sua amante; um colega do Wilson é assassinado a sangue frio, mas ele desconfia do caso e pede ajuda aos policiais para investigarem, no entanto, ele é ignorado "por falta de provas" (apesar do inquérito estar incompleto) e resolve agir sozinho. Sobre este último exemplo, visto que o Serviço Reservado tem como principal diretriz a investigação dos atos e práticas ilegais dos agentes de polícia, por que desautorizar a posição do tenente diante dessa suspeita concreta e válida?

²³ Segundo a *Gazeta do Povo*. Disponível em: <http://bit.ly/2QWBlht>.

Logo, pelo conjunto desses exemplos, a operação da equipe adquire a imagem de um aparelho mal administrado e inepto para realizar a sua função de remover da corporação os maus elementos.

Outro ponto analisado foi o código de leis que pauta a moral da equipe de policiais controlada por Caetano. No último episódio, o tenente Wilson invade a casa do traficante Dogão sem mandado judicial, na esperança de encontrar provas para incriminá-lo e o delegado que o protegia. Graças à essa infiltração ilícita, eles conseguem prendê-los e dissolver a rede criminosa que vendia drogas apreendidas pela polícia de volta aos traficantes. Na delegacia, o coronel Caetano aproxima-se de Wilson e reprime sua ação, sintetizando duas questões relevantes sobre a visão do seriado: a primeira é a de que, mesmo para prender um delegado corrupto, a lei deve ser respeitada e cumprida, jamais infringida, pois é ela que assegura a noção de que todos são iguais (ela é supostamente igual para todos); a segunda recai no embate das duas corporações. Enquanto a investigada apresenta profissionais que, claramente, descumprem as leis, o Serviço Reservado não pode cometer o mesmo erro. O recado carrega o peso de sua autoridade no comando da equipe e, de fato, ele está correto em repreendê-lo, porém, com uma observação mais aprofundada, percebe-se que, na verdade, a mensagem é direcionada aos telespectadores. Posto que as regras observadas no seriado apontam para um sistema colapsado e débil, o seriado faz uso de uma faca moral para realizar um corte vertical que divide as duas corporações em suas distinções particulares, mascarando que, em quase todo o resto, elas são praticamente idênticas.

Para avançar essa questão, tem-se acesso à instituição policial apenas pelos agentes que conduzem atividades ilegais, salvo um ou outro exemplo de policiais honestos que acabaram tragados para as redes criminosas. No entanto, não é este o grupo em evidência, por mais que, a nível situacional, ele suscite imagens de uma corrupção sem controle e entranhada nas raízes do sistema. É sobre a equipe de Caetano e, especificamente, nas ações de Wilson, que recaem os juízos morais e de valor como uma forma de tentar separá-los dos adversários investigados. Sendo fiéis às leis e cumprindo suas missões sem que sejam utilizados métodos ilegais, eles revestem-se de uma aura paladina para tentar encobrir as suas características mais evidentes: a incompetência. Some a isso o fato de que em quase metade dos

episódios, não foram eles os responsáveis pela captura e prisão dos criminosos²⁴. A imagem de que são corretos e respeitam as leis, além de ser o elemento épico que engendra os maiores efeitos dramáticos de antagonismo, pois claramente os vilões não a cumprem, é parte do maniqueísmo inerente às tramas televisivas. Portanto, é no equilíbrio entre essas duas (ideias) que o seriado desliza as suas representações pessimistas do aparelho de Estado; de um lado, a corrupção correndo à solta e, do outro, um grupo correto e bem intencionado, mas inábil em suas particularidades para lidar com o problema, formando a relação simbiótica de regras e jogadas que transparecem o mecanismo do medo, em meio às imagens de crimes acontecendo de modo desenfreado e sem uma resistência competente e à altura para impedi-lo; e a resignação, pois diante de um quadro que retira a confiança depositada pela sociedade nas instituições de investigação, o que sobra é a visão estarecedora de que não há possibilidades de melhora ou de mudanças significativas.

Para concluir, o seriado entrega um produto com visual interessante e com cenas que exploram a tensão e a angústia vivenciadas por esse grupo de agentes do Serviço Reservado da PMERJ. Uma vez que cada episódio encerra uma estória diferente, os telespectadores são postos em contato com um número superior de missões que eles têm de resolver, o que, invariavelmente, acentua as suas relações internas e com os investigados. Grosso modo, o que pode-se testemunhar é que a equipe de policiais é representada por meio de ações pueris e débeis, embora, no final os alvos sejam capturados (mesmo que não sejam eles em quase metade dos episódios). As situações vividas pelos personagens minimizam a responsabilidade e a competência necessárias à profissão enquanto representam um aparelho estatal com dificuldades de providenciar o serviço que lhe cabe. A análise notou também a posição moral de Wilson e seus colegas como um elemento para ampliar o clima de tensão, mas que acaba acentuando o quadro pessimista quando exposto junto aos exemplos de despreparo. Portanto, esta é a relação simbiótica que resplandece a corrupção e a sua incapacidade de eliminá-la.

²⁴ Caetano, Wilson e o restante da equipe são responsáveis diretos pela captura dos criminosos em sete episódios. Nos outros cinco, ocorrências externas ou outros fatores é que contribuíram para as prisões. E há absurdos, como num episódio em que um "policia traidor" rende todo mundo e avisa que o carro na frente da delegacia era parte do seu bando, mas ao tentar sair, é metralhado e o carro vai embora. Qual o propósito de todo esse plano se a intenção era matá-lo?

6.4 Na Forma da Lei: As Apostas Morais e a Vitória da Impunidade

Edu era um rapaz como qualquer um [...] e foi covardemente assassinado. Eu, meu noivo e meus quatro colegas reconhecemos o suspeito, que foi preso, julgado e inocentado. Tudo na forma da lei. [...] As leis existem e precisam ser respeitadas. Num futuro muito próximo, nós as faremos respeitar. A gente não pode deixar que o poder político e o poder econômico manipulem as leis. A gente quer um país melhor e vamos conseguir. Chega de impunidade no Brasil! – Gabriela Guerreiro

A série *Na Forma da Lei* foi ao ar entre 15 de junho e 3 de agosto de 2010 pela emissora Rede Globo. Seus oito episódios da única temporada foram escritos por Antônio Calmon e a colaboração de Guilherme Vasconcelos e Leandra Pires. A direção é de Wolf Maya, Emerson Muzeli e Miguel Rodrigues. O autor buscou a inspiração em uma cerimônia de formatura, na qual a turma de Direito dedicou a celebração a um colega assassinado nos primeiros períodos. A trama inicia em 2003, quando um grupo de amigos formado por Ana Beatriz (Ana Paulo Arósio), Célio (Leonardo Machado), Gabriela (Luana Piovani), Ademir (Samuel de Assis) e Edgar (Henri Castelli) testemunham o assassinato de Eduardo (Thiago Fragoso), um colega de faculdade, pelas mãos de Maurício Viegas (Márcio Garcia), o ex-noivo de Ana e filho do Senador Viegas (Luís Melo). Anos mais tarde, depois da formatura, eles passam a ocupar cargos de promotora, juiz, delegada, jornalista e advogado, respectivamente. Ainda abalados pela morte cruel de seu amigo e por Maurício Viegas ter sido inocentado, eles juraram prendê-lo e farão de tudo para colocá-lo atrás das grades, "na forma da lei"²⁵.

O departamento de arte apresentou um figurino que trabalhou muito bem a personalidade de cada um deles, remetendo aos seus gostos pessoais, estilos de vida e seus comportamentos. A paleta de cores, variando entre tons frios e mais escuros, adiciona alguns traços notáveis às cenas, simbolizando as divergências e os contrastes existentes. A fotografia utilizou planos para conferir uma agilidade cativante neste tipo de série e a direção demonstrou grande comprometimento com a proposta do roteiro. O elenco apresentou performances sólidas e elogiáveis, funcionando de modo orgânico para dar vida à instituição jurídica em todas as suas formas. A atuação de Luís Melo está irrepreensível e pode-se também dar um destaque para Ana Paula Arósio e Luana Piovani, nos papéis de duas mulheres fortes e destemidas, e para Carolina Ferraz como esposa de Maurício Viegas.

²⁵ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3wMscfi>.

A estrutura dramática se debruça sobre o famoso gênero de drama policial investigativo (jurídico), bastante atraente para o público. O núcleo de personagens principal é formado pelos companheiros de faculdade, com o seu juramento como o fio condutor da trama. Cada episódio apresenta uma estória com início, meio e fim, relacionada, direta ou indiretamente aos negócios de Maurício Viegas e/ou de seu pai. Ao solucioná-los, o grupo de amigos avança as investigações e dá passos na direção do cumprimento de seu objetivo e juramento. Esses casos pontuais de cada episódio auxiliam na construção épica dos personagens e das suas relações, aquecendo o antagonismo, sobretudo ao introduzir relações paralelas de conflito e gerar pistas e provas a serem utilizados rumo à caça do vilão. O avô de Célio, Dr. José Pedro (Paulo José), funciona como uma espécie de mentor ou um conselheiro do grupo, mas também, como professor e doutrinador, encarna uma entidade do Direito que surge para fazer suas avaliações jurídicas ou exprimir juízos de valor pessimistas que dão o tom da visão esboçada na série. No final, posto que os dois alvos foram eliminados, o grupo não consegue cumprir o seu juramento, apesar de se portarem como se tivessem conquistado algo muito melhor.

Entre as questões secundárias, destacam-se a postura e o comportamento de Gabriela Guerreiro e Ana Beatriz na condução das investigações chefiadas pela primeira. A série a retrata como uma delegada federal eficiente e guerreira, cujo sobrenome parece indicar. Porém, mais do que isso, ela realiza um trabalho em equipe organizado e com integridade profissional, um traço incomum nas ficções seriadas da emissora. Em âmbito familiar, ela e seu marido, Luís Otávio, invertem as tradicionais funções do lar, com ele assumindo a criação das duas filhas. Nessa linha, a promotora também demonstra enorme fibra e coragem, características valiosas para ela se manter nesse ambiente de trabalho e que ajudaram a valorizar a personagem. Apesar das situações em que ela foi salva pelos colegas, tampouco ela foi vítima ou carecia dessa ajuda; pelo contrário, as cenas resultaram em uma representação positiva de gênero, explorando também, embora mais timidamente, a homossexualidade de Ademir. Ademais, o delegado Pontes (Maurício Mattar), no papel de um homem inescrupuloso e corrupto foge totalmente do estereótipo homossexual, um ponto positivo, e podia ter sido mais aprofundado. Outra mulher a mostrar força foi a esposa de Viegas, Maria Clara, embora ela conhecesse muito bem o marido e soubesse que sua psicopatia requeria cuidados extras (no final, ela é morta por ele por ter lhe dado a notícia da morte de seu filho).

Na visão geral, a série apresenta um quadro mistificador da esfera jurídica. Inicialmente, ela apela para uma urgente moralidade como uma forma de tratar dos problemas sociais e criminológicos do país. Como se a troca das colunas de sustentação fosse suficiente para transformar todo o edifício sistêmico em que ela se debruça. Assim, não há críticas a nível sistêmico e as regras que busca delinear não perpassam uma exposição crítica das desigualdades, a competição exacerbada e o ímpeto ambicioso da acumulação capitalista. Portanto, a culpa não recai sobre os processos causadores dos abismos sociais na sociedade brasileira, mas de modo situacional, sobre indivíduos inescrupulosos, capazes de tudo para obter os lucros e que veem os crimes como uma maneira prática de conduzir os seus negócios. O dinheiro parece adquirir traços da ilegalidade e da perversidade que impera no país, embora sua má distribuição seja atribuída a fatores organizacionais, ou seja, às regras institucionais, cujas estruturas jurídicas corruptas são incapazes de lidar, ocultando a sua atuação intrínseca pela sua manutenção. A batalha principal se dá entre dois poderes públicos digladiando-se em meio aos privilégios, benefícios e falsas promessas de interesses universais. A corrupção é estereotipada e atrelada à casta política sem uma condução crítica sobre os processos que a tornam real e possível no Brasil. Em suma, a impressão é que as mazelas de nossa sociedade são frutos da ação de egoístas que insistem em não se submeter à ordem e às leis.

O primeiro ponto da análise é que os protagonistas são construídos para representarem indivíduos bem-sucedidos em suas carreiras, onde cada um deles ocupa o "topo" da pirâmide profissional. Uma vez que tenham obtido isso, eles podem deslizar livremente por condutas éticas sem a necessidade de enfrentar os conflitos em relação à desobediência da lei para benefício próprio. Em vista disso, posto que são formados por uma concepção moral inabalável, os cinco enxergam uma realidade que é justa e adequada para aqueles que se enquadram nas leis e nas regras da sociedade. Suas noções acerca do que é possível e bom perpassam a sua posição de alta classe média e na crença de que podem combater o sistema pelas mesmas armas com que foram bem-sucedidos individualmente. Em contraponto, enquanto eles são notáveis, corretos e nutrem a grande vontade de modificar o cenário institucional, os seus adversários são milionários antiéticos que fizeram dinheiro dobrando as leis a seu favor ou bandidos espertos que viram no mundo da criminalidade a chance de enriquecerem. Dito de outro modo, são milionários influentes por conta da corrupção estatal e de privilégios políticos que utilizam a

máquina do Estado para servir aos seus interesses, ignorando que eles estejam alinhados com os interesses particulares das classes dominantes.

Não há um meio termo e chega-se ao absurdo de considerar um problema da instituição o fato de os advogados defenderem seus clientes. Eles sofrem lições de moral de integrantes do grupo e de outros personagens, sendo tratados como coniventes dos seus réus: uma juíza repreende um advogado que omitira a origem ilícita de bens e dinheiro de seu cliente, explicando que ela sempre fora honesta e o máximo que conseguira conquistar na vida foi um apartamento de dois quartos em Copacabana; a promotora Ana Beatriz berra com um advogado, culpando-o de defender os bandidos e as pessoas mais sujas da cidade; Edgar e o Dr. Mourão discutem sobre princípios éticos e como o filho não iria seguir os mesmos passos "errados" do pai (um advogado rico que defendeu os clientes, possivelmente, mais culpados do país). O direito à defesa e as ações dos advogados são representados como fatores responsáveis pela existência do caos e da criminalidade que os juízes e a promotoria têm de combater como heróis.

Neste panorama, é sobre esta concepção maniqueísta, onde os bons lutam para prender e fazer justiça e os maus utilizam as brechas na lei para escapar e tripudiar da instituição jurídica, que a trama se debruça. Neste quadro, onde se frisa intensamente a impunidade na esfera política e criminal como se estivesse apartada dos processos histórico-sociais e não parte intrínseca das relações de produção e jurídicas que sustentam esses pilares, poucos são os personagens livres da prática criminosa que não tenham sido vítimas ou estejam lutando para não cometer delitos²⁶. Diante disso, como em um jogo de pôquer, a série concebe um arranjo de protagonistas que formam a combinação perfeita de naipes e cartas para concretizar uma espécie de *Royal Flush*²⁷ jurídico, ou seja, a única mão que julga apta a derrotar os bandidos e os advogados inescrupulosos. É nesta disposição que a série aposta todas as suas fichas. No entanto, mesmo obtendo vantagens, o grupo encontra-se "impotente", como nas palavras de Ana Beatriz, indicando que pelo

²⁶ Entre eles, estão as crianças, a Nininha (Monique Alfradique); o Dr. José Pedro (Paulo José); e o marido e pai das filhas de Gabriela, Luiz Otávio (Olivetti Herrera).

²⁷ O *Royal Flush* no pôquer é o jogo mais alto e corresponde a uma sequência de cinco cartas, do dez ao ás, todas do mesmo naipe. Ademais, "pot" refere-se à soma de dinheiro em fichas que os jogadores apostaram durante uma partida.

envolvimento deles no caso do homicídio de Eduardo Moreno, a sua participação direta seria anulada²⁸.

O primeiro adversário no caminho deles é João Carlos Viegas, um senador inescrupuloso que reúne tudo que há de mais sórdido e imundo da velha política e da casta de figuras intocáveis do poder Executivo e do Legislativo, que há tempos implantaram as bases da impunidade no país. Além dele, todos os personagens da esfera política, como o deputado, o governador e os integrantes do partido são retratados como peças de uma máquina estatal corrupta. Longe de insinuar que a série não esteja espelhando a realidade do país, a questão deve girar em torno das tensões levantadas pelos efeitos dessa corrupção no cenário sociopolítico. Há um choque evidente promovido pelas práticas dos políticos e a mudança positiva nas regras do jogo proposta pelo grupo de amigos, mas ele ignora inúmeras variáveis responsáveis pela origem dessas relações, mantendo as representações somente em nível situacional e organizacional. A esperançosa ideia de transformar as práticas jurídicas de dentro perde-se pelo caminho quando se constata que nem mesmo o turbinado arranjo de heróis fora capaz de cumprir a missão, chancelando a própria descrença da série frente à imanência da corrupção.

A relação dos antagonistas perante o cerco da mídia e da polícia às suas atividades ilícitas apontam para um importante detalhe: o pavor da classe política não é ser presa ou condenada, mas a perda dos eleitores. E para garanti-los, valem as ideias mais estapafúrdias. Em oposição à argúcia e à retórica para lidar com as denúncias de corrupção, características muito bem imbuídas no senador por serem comuns entre as ilustres figuras políticas do país, suas ações para fugir da pressão midiática e obter uma vantajosa opinião pública beiraram à loucura. Ele arma um plano ridículo com o seu amigo médico e pede que lhe ensine a dar um tiro no coração e sobreviver. Assim, depois de aprender o local onde o projétil deveria atingi-lo, ele faz um testamento, vai para a sua sala e comete o ato. Ao acordar, ele confirma que a mídia o perdoara e que não haveria mais CPI, como se todos os jornais se pautassem sob as mesmas regras e visões políticas²⁹ e ele não tivesse

²⁸ Gabriela ainda adverte que os seus chefes não querem que eles atrapalhem as investigações da Operação Carcará, que mira nas atividades ilícitas do senador.

²⁹ Em uma cena, Ademir pega um jornal e lê o editorial, que faz um pedido de desculpas formal ao senador, requisitando a anulação da sua cassação e que ele volte a ocupar a sua posição no Senado. Depois, ele atira o jornal na mesa com raiva. A sua reação é estranha, pois ele, sendo jornalista, não deveria saber que é somente a opinião de um único veículo? Ele desconhece a existência de jornais com preferências por diversos candidatos e que produzem notícias para protegê-los?

inimigos na esfera do poder. No entanto, ele não contava com o vazamento de um áudio gravado que o incriminava e, por isso, o partido requisitou a sua renúncia e a sua consecutiva expulsão.

Não obstante, mesmo o plano não tendo dado certo, o senador passou a agir com extrema calma e uma estranha clarividência, dando a impressão nítida de saber sobre seu futuro. Em nível situacional, ele sabia que a sua carreira e imagem estavam arruinados (ele seria condenado ou teria de renunciar), mas apesar dessa ruína pública, a sua morte possuía poderosos efeitos simbólicos: como estandarte dessa corrupção desenfreada que sabe se proteger dos assuntos que não consegue gerenciar, a série ratifica o pessimismo em nível organizacional, ao lhe consagrar a vitória contra um sistema que ela acredita ser incapaz de capturá-lo³⁰. Por esse motivo, sendo a impunidade o maior desafio a ser enfrentado e suplantado pelos amigos, ela vence quando desata os nós que prendiam o senador às investigações que provavelmente iriam incriminá-lo, arrasando as esperanças dos heróis ávidos pela justiça. Derrotados pela quase "inutilidade" no seu combate à corrupção, o senso de inevitabilidade surge no horizonte diegético e reflete uma esfera política condenada à miséria moral e à corrupção endêmica, uma realidade desprovida de reais possibilidades de mudança, encerrando visões de mundo desacreditadas na viabilidade de regras e jogadas capazes de alterarem significativamente o sistema.

Esse destino nem um pouco trágico do senador para a instituição jurídica encontra na relação com o seu filho, Maurício, a mesma sensação de impunidade. Ambos representam duas faces criminais que o grupo de amigos menos poderia tolerar: a corrupção e a evasão de divisas perpetradas pelo pai; e os assassinatos conduzidos pelo filho (quase todos sem propósito na trama). Por consequência, chega a ser curioso que o senador se mostre acuado quando as suas falcatruas são divulgadas na mídia enquanto Maurício não vê problema algum em continuar sua sequência de homicídios, inclusive, em lugares públicos e à luz do dia, mesmo sabendo que está sendo perseguido e investigado. Neste ponto, a série embaralha as ações ilegais de cada um e mistura as noções de impunidade existente no poder público com a esfera penal, incluindo as relações de classe e os privilégios.

³⁰ Não há uma razão plausível para a morte do senador da forma como ocorreu. Em meio aos tragos no charuto, mesmo sabendo-se que ele havia saído de uma recente operação, ele fechou os olhos e faleceu. A série não deixou evidente se houve complicações na cirurgia do coração, o que teria feito muito mais sentido do que morrer de maneira instantânea com um charuto na mão.

Não obstante, apesar de uma participação proeminente, os políticos não são os reais inimigos da "liga da justiça" (nome dado ao grupo pelo senador), mas o seu filho, Maurício Viegas, o verdadeiro oponente a ser derrotado e o motivo do juramento na faculdade. Mesmo sem efetuar julgamentos no que tange às mortes provocadas, é difícil crer que qualquer pessoa, inclusive o filho de um senador da República, alguém com muita visibilidade pública, pudesse escapar ileso de tantas provas, evidências, indícios e a investigação sistemática de profissionais peritos no ramo, com poder para incriminá-lo e que o odeiam profundamente. Por isso, a série trata com extrema ingenuidade a perseguição ao vilão e à sua rede criminosa, principalmente quando a maioria das vítimas estava em seu caminho³¹ e geraram provas concretas contra ele. Além disso, há o exemplo de situações em que as leis foram obscurecidas, seja por desconhecimento dos autores ou de não esclarecê-las propositalmente. Em uma cena, Viegas ataca o juiz Célio, aponta uma arma para ele e é levado à delegacia. No local, seu advogado comunica ao delegado que ele possui imunidade parlamentar por ter assumido a vaga de senador como segundo suplente. Para um público que pode não dominar as garantias constitucionais e o código de leis, a cena sugere um grande descontentamento pelas leis brasileiras. A razão desse ocultamento é desconhecida, mas pode ser sugerida quando se sabe que não existe imunidade para parlamentares quando cometem um crime antes de sua diplomação, isto é, mesmo saindo "impune", Viegas teria de responder pelos crimes normalmente, algo bastante distante do que é representado na série. Por um lado, mesmo que pareça não haver uma grande diferença, na prática, essas ideias geram efeitos deletérios: ao deturpar as prerrogativas constitucionais e demonstrar a consciência do personagem em sintonia com a ideia de que é possível a prática criminosa sem quaisquer receios de sofrer pesadas punições, a instituição jurídica adquire grossas camadas ideológicas de inverdades, reforçando o senso comum com informações estreitas sobre a impunidade³².

³¹ As vítimas foram um casal que Ana Beatriz o acusa de ter matado antes da faculdade; o Eduardo Moreno, na festa; a sua amante, a modelo famosa Denise Willians (Ellen Roche), que todos no RJ sabiam do caso; o deputado federal Newton Lopes (Osmar Prado) e sua esposa; o Azambuja, dono da rede de supermercados; o garoto que foge da Unidade de Correção; a testemunha no caso dos hotéis; os dois homens no estacionamento do Fórum, o delegado Moreira; a Nazaré, esposa e mãe do neto do senador; o governador Marco Antônio, o psiquiatra da clínica, o segurança da casa dele; e sua esposa, Maria Clara Viegas.

³² Um exemplo recorrente é o das notícias em jornais que obscurecem o fato de um suspeito ter sido liberado para responder em liberdade, a fim de frisar a falsa noção de que ele não responderá pelo crime, de que não será preso ou promover a imagem de inépcia dos dispositivos jurídicos.

Retomando o discurso da delegada Gabriela Guerreiro (reproduzido, em parte, na epígrafe), os amigos procedem da ética e da crença nas leis para fazê-las serem respeitadas e impedir que o poder político e econômico interfiram na forma de se julgar as leis. Todavia, na contramão de todas essas bases assentadas, a série confirma o seu pessimismo e a descrença na capacidade do Direito e da instituição jurídica ao realizar um giro no desfecho da trama. Se em cada episódio eles davam um passo adiante para pegar os vilões "na forma da lei", no último, eles recuam e retornam a um ponto mais afastado do que de onde saíram, pois é o inimigo que providencia os meios pelos quais ele perde o fatídico confronto. Na cena, Viegas acaba exagerando na dose de drogas e vai a uma clínica psiquiátrica para se tratar. De repente, ele tem um surto psicótico e mata o governador e o médico, fugindo para sua residência. No jornal, o grupo fica sabendo da ocorrência e corre para o local. Ana Beatriz e Célio levam pistolas, entram no prédio e sobem de elevador³³.

Desse momento em diante, inicia-se um faroeste urbano à brasileira. O juiz é atingido por um tiro no peito e a promotora jura vingá-lo. Em seguida, ela vai ao encontro de Viegas na cobertura e consegue acertar dois tiros não-letais. Quando está prestes a finalizá-lo, a sua munição acaba, mas ela é salva no último segundo pela Gabriela, posicionada no telhado de um prédio e que usou um rifle de longa distância para eliminar o inimigo e aniquilar o juramento do grupo e a sua crença nas chances de combater a impunidade. Com essa investida e a sua própria morte, Viegas apostou alto contra a instituição jurídica e venceu a rodada final de apostas ao fazer o grupo "foldar" e se retirar do jogo. Desta maneira, essa sequência aflora a resignação em sintonia com sua paisagem pessimista, perpetuando uma visão estreita acerca da impossibilidade de mudança na esfera jurídica, rechaçando as alternativas possíveis através de outros métodos e suscitando o conformismo que sustenta os privilégios de classe. Em outros termos, se até mesmo um *Royal Flush* jurídico e moral, criado e afiado em todas as suas minúcias para ser uma máquina perfeita de investigação, avaliação e aplicação da lei, falha no cumprimento de seu objetivo vital, o que seria capaz de resolver?

Para concluir, a proposta da série envolve uma trama enérgica de caça aos vilões da corrupção e da criminalidade desenfreada do país. Como obra televisiva,

³³ Há um detalhe intrigante nesta cena. O prédio está tomado por equipes e viaturas policiais, mas a promotora e o juiz conseguem entrar para caçá-lo. Mesmo que tivessem recebido a permissão, qual a razão de se arriscar a morrer imaturamente se desde o princípio a lógica era prendê-lo?

ela entrega um produto interessante, apesar dos absurdos na narrativa e das ações ingênuas dos protagonistas. O núcleo dos amigos surge como a materialização de um falso moralismo que procura modificar a instituição jurídica sem atacar o seu verdadeiro problema. Porém, até mesmo esse planejamento inicial desaba perante o pessimismo subjacente à obra: os dois antagonistas que o grupo jurara colocar atrás das grades triunfam sobre eles, tripudiam da Justiça e morrem satisfeitos de perpetuar a visão estreita de impunidade. Além disso, a sua perspectiva da esfera jurídica cobre os interesses, influências e ilegalidades que ocorrem na política do país, mas ilumina a corrupção estatal como um fenômeno apartado das relações de produção e das circunstâncias histórico-sociais da sociedade brasileira. Por fim, as desigualdades surgem apenas de modo indireto, evidenciando o traço marcante da série de que elas não têm implicações diretas na constituição da política nacional.

6.5 A Cura: O Pavor das Elites pela Saúde Coletiva e Gratuita

Ela não pode estar curada. A gente vai entrar lá e dizer pra ela que ela não está curada. [...] Se isso sair daqui, essa cidade vai virar uma cidade de romeiros, uma cidade de gente desesperada, buscando uma cura milagrosa que não vão ter. Eu já vi isso acontecer. É uma verdadeira tragédia! – Dr. Turíbio Guedes

A série *A Cura* foi exibida pela emissora Rede Globo entre 10 de agosto e 12 de outubro de 2020. Seus nove episódios da primeira temporada foram escritos por João Emanuel Carneiro e Marcos Bernstein. A direção de núcleo é de Ricardo Waddington. A produção contou com uma equipe de 150 pessoas, entre técnicos e elenco formado por 80% de atores mineiros. Para construir o seu papel de médica, a atriz Andréia Horta visitou o Instituto Médico Legal e os outros assistiram a vídeos explicativos sobre a profissão, inclusive, tiveram aula de corte em prótese com uso de aparelho cirúrgico para tornar as cenas mais reais. A trama é sobre o retorno de Dimas (Selton Mello), um rapaz formado em medicina, à sua antiga cidade de Diamantina. Na infância, fora acusado de ter matado um garoto e, por isso, foi morar em São Paulo. Após vinte anos, ele retorna como médico-cirurgião para encarar o seu passado e as pessoas que parecem não ter se esquecido da sua história. Sua habilidade para diagnósticos impossíveis o coloca em uma situação difícil quando Edelweiss (Inês Peixoto) vê muitas semelhanças dele com o antigo médico, Dr. Otto (Juca de Oliveira), acusado pelos cidadãos de criminoso e louco ou tratado como um santo curandeiro. Com o tempo, Dimas descobre ter o mesmo

talento de Otto para curar com poderes que a ciência moderna não pode explicar. O problema é que os enfermos curados começam a morrer e a população passa a culpá-lo. Em paralelo, o público acompanha a vida de José Silvério (Carmo Dalla Vecchia), um homem inescrupuloso e vil que foi amaldiçoado por um indígena no século XVIII, contrai uma "doença do espírito" e procura a cura para sobreviver³⁴.

A fotografia faz um excelente trabalho, destacando o clima interiorano e as belas paisagens de Diamantina. Os planos gerais são convidativos e apresentam os cenários com uma atmosfera realista e típica do lugar. A opção por esta cidade foi positiva e valorizou o lado histórico do município e de uma Minas Gerais em seus peculiares detalhes. O departamento de arte está impecável na organização dos objetos de cena e figurinos, sobretudo nas cenas do passado. A afiada maquiagem e os efeitos especiais da doença de José Silvério impressionam pelo talento de sua equipe de artistas. Aliás, a combinação dos departamentos impressiona pela alta qualidade técnica e estética, com uma palheta de cores que aviva os aspectos da cultura local. Por essa minuciosa atenção aos detalhes, tem-se a sensação da brisa fresca e o aroma delicioso de bolos, tortas e doces saindo pelas janelas das casas. A performance dos atores, no geral, é envolvente com destaque extra para Andréia Horta, Inês Peixoto, Nívea Maria, no papel de uma mãe e fervorosa religiosa que havia cometido um pecado e Carmo Dalla Vecchia, preciso nas minúcias de seu personagem e contido na medida certa para dar vida ao impiedoso José Silvério.

A estrutura dramática repousa sobre um gênero misto de suspense, drama e sobrenatural e relata a típica estória do retorno do protagonista com um passado obscuro e polêmico. As especificidades de Diamantina e a cultura local, embora pudessem ser mais exploradas, geram um mundo inconfundível atraente para os telespectadores. As referências do passado acompanham seu desenvolvimento no presente, ora avançando suas explicações, ora apresentando novos mistérios. Se o poder de Dimas é o elemento central de impulso dramático no presente, a maldade de José Silvério e o sofrimento imposto a ele servem como indicações épicas do mistério a ser desvendado. Com o tempo, descobre-se que a sua relação com o garoto curandeiro ficou mal resolvida e, por conta disso, ela "atravessa" os séculos em conflito na busca por uma solução espiritual. Segundo o autor, a trama "é uma espécie de trajetória cármica. Um ajuste de contas através dos séculos"³⁵. No final,

³⁴ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3uVZtFe>.

³⁵ Segundo o *Uol Entretenimento*. Disponível em: <https://bit.ly/3Fi3jMt>.

o confronto ocorre entre Dr. Otto, a reencarnação de José Silvério, e Dimas, seu filho, mas que se tornou possuidor dos poderes do garoto³⁶.

Uma particularidade da estrutura dramática digna de ser destacada é o seu enredo e o modo como foi conduzido pelos episódios. Os elementos narrativos, os personagens, o cenário, o arco dramático e a cadência das interrelações foram, no início, bem desenvolvidos, com poucas exceções³⁷. No entanto, a partir do sétimo episódio, a estória dá uma guinada estranha, uma peripécia atípica e meio insana, onde os alicerces montados começam a desabar e a gerar uma reação em cadeia que faz os personagens parecerem perdidos, inteiramente descolados de seu universo diegético e desmemoriados de suas funções e objetivos construídos. No intuito de dar um final distante de um provável clichê, a reviravolta se torna tão desproporcional às bases implantadas que os personagens cometem absurdos e/ou ações completamente injustificadas. A série foi o primeiro trabalho do roteirista principal neste formato, o que pode ter influenciado a sua dinâmica. A partir do clímax até o desfecho, poucas situações se sustentam de forma coerente. Pode-se até chegar a suspeitar que os roteiristas tenham abandonado o projeto no meio do caminho e que outros assumiram o compromisso sem ter lido os roteiros prévios. Ou pode ter havido um problema de produção e a emissora teve de apressar o seu desenvolvimento e resolução, reduzindo a quantidade e a qualidade dos episódios finais. Isto posto, uma vez que a análise se debruça sobre estes eventos para gerar resultados congruentes, eles serão questionados ou explicados ao longo da crítica.

Como uma questão secundária atrelada a este problema, tem-se o principal erro da trama, uma falha temporal nos eventos que envolvem o sumiço de Otto, o qual já surge de modo implausível³⁸. Além disso, ao longo das cenas, as pessoas referem-se à sua "morte" como tendo acontecido trinta anos antes e, em paralelo,

³⁶ Cabe justificar que por este conteúdo sobrenatural e as cenas envolvendo as curas mágicas de Dimas, a série só não ficou de fora do recorte de gênero, pois a estória de José Silvério se mantém apartada dos eventos atuais e também porque os traços metafísicos dos milagres perpetrados por Dimas são anulados pelos seus efeitos dramáticos.

³⁷ Uma delas é a fofqueira na janela de sua loja de artigos gerais. Em todos os episódios, ela surge conversando ao telefone e maltratando os clientes, sempre realçando seu ódio pelos turistas. Em um episódio, ela arranca a mercadoria das mãos de uma cliente e a expulsa da loja. Apesar do tom cômico, sua postura é inadmissível e nem um pouco condizente com o seu *status* social e sua atividade profissional. A sua aversão pelas pessoas que são parte de sua fonte de renda e meio de sobrevivência é incoerente, afinal, quem expulsaria os clientes de onde se é o proprietário?

³⁸ Como pode Otto ter desaparecido por trinta anos sem deixar vestígios, cometendo crime contra a fé pública e mantendo a sua velha casa e os pagamentos dos impostos de sua empresa em dia? Em uma cidade do interior de Minas Gerais, onde todos se conhecem e sabem tudo da vida uns dos outros, ninguém jamais teria lhe avistado, entrando e saindo da cidade, ou teria questionado como os seus negócios e propriedades continuavam funcionando?

ficamos sabendo que Dimas fugira da cidade apenas vinte anos antes. Assim, toda a infância do protagonista deveria ter ocorrido na ausência do velho médico, o que não aconteceu. Quando Gildinha (Dayse Belico) revela que sabia que Otto é quem tinha sido o causador da morte de Cristiano, seu filho, imediatamente quebra-se o eixo temporal, pois o garoto era da mesma idade de Dimas e sua morte foi a razão de ele ter se exilado de Diamantina. Logo, o velho médico ainda estava realizando os tumultos pela cidade depois do período que a trama considera o seu sumiço e se apóia para justificar uma sucessão de fatos. Além disso, no final, Otto confessa que jamais curara alguém e que tudo havia sido armação, mas não há justificativas para essas mortes (nem José Silvério matava inescrupulosamente); pelo contrário, elas trariam desconfiança e riscos para o seu enriquecimento às custas do povo. Logo, como ele conseguiria arrebanhar tantos seguidores sem nenhuma prova dos milagres (mesmo falsa) e fazendo o mal a todos que se aproximavam³⁹?

Outra questão são os assassinatos mal resolvidos de Edelweiss, Cristiano, Wesley e o suicídio de Genival. Totalmente abandonados na estória, eles tinham a incumbência de manter o suspense e gerar boas alavancas dramáticas, mas a trama chega ao seu fim revelando-nos de modo implausível que o culpado por todos eles fora o Dr. Otto. Disto resultam algumas questões: por que ele mataria Edelweiss que o defendia para todo mundo e incitava dúvidas naqueles que não conheciam o seu passado? Como a cidade poderia ignorar a morte da mulher que horas antes invadira o evento de inauguração de uma ala no hospital e humilhara as pessoas presentes? Além disso, embora tenha sido um plano inútil (ela estava enfrentando os mesmos inimigos dele), por que um homem que não queria ser visto na cidade iria correr o risco de entrar no hospital para lhe aplicar uma injeção letal sem que nenhum funcionário testemunhasse o ato? Em outro momento, ele aproveitou para enfiar um objeto afiado no peito de Graciema sem quaisquer razões para correr risco novamente e estragar os seus planos. E quando Rosângela terminou de fazer a autópsia em Edelweiss e um empregado do necrotério disse que não haveria enterro e o corpo seria levado direto para o cemitério, ninguém realizou um exame

³⁹ Não duvido que uma pessoa muito carismática seja capaz de arrebanhar um grupo de pessoas como seguidores e fazê-los acreditar em suas supostas curas milagrosas. Há inúmeros exemplos na vida real. Contudo, Dr. Otto, além de ser uma farsa completa em termos de cura espiritual, a forma com que ele se expressa sobre o passado e pela quantidade de mortes que deixara pelo caminho, não condizem com a de um homem que conseguiria ter muitos seguidores e fazer rios de dinheiro.

no cadáver para determinar a causa da sua morte, o que provavelmente indicaria a injeção letal?

Mesmo tendo sido ameaçada na época por Otto para culpar Dimas pela morte de seu filho e "abafar o caso", por que motivo, vinte anos depois, Gildinha iria chamá-lo de assassino aos berros, no meio da multidão, durante uma procissão na rua? E por que ela iria implorar, aos prantos, para os policiais levarem-no preso quando ele curara Edelweiss na cabana? A situação de Wesley também levanta questões inconcebíveis. Ele levou um tiro no meio da rua e nada foi realizado para encontrar o culpado, mostrando apenas seu funeral no cemitério. E talvez o maior absurdo da série tenha sido o Otto convencer Genival, o homem que desistira de matá-lo no passado por fidelidade, a atirar em seu filho e, em seguida, por amor a uma causa muito mal elaborada e justificada, conseguisse que ele pegasse a arma na mesa e cometesse suicídio. Por fim, nas cenas em que Otto e Ciro conversam, para disfarçar a verdadeira informação dos telespectadores ambos agem como se seus planos realmente envolvessem a "cura". Eles estavam sozinhos na residência do médico, não havia porquê eles manterem a charada. Logo, se o objetivo sempre fora a morte do médico pelas mãos de Dimas, por quais motivos eles agiriam de modo tão contraproducente? No fim das contas, muito mais grave que as mortes de causas dúbias ou inconsistentes, são esses "esquecimentos" por parte do poder público. O descaso com o trabalho das instituições do Estado e da força policial não são incomuns nas obras da emissora, mas sua total ausência ou esquecimento de suas atribuições chama a atenção pela intenção do que se deseja reproduzir.

De maneira geral, a série retrata o ambiente sociocultural de uma cidade de Minas Gerais, onde os costumes e tradições regem as relações e os valores dos personagens. Diamantina surge como um lugar pacato e de habitantes afeiçoados às suas origens. O núcleo principal abarca, majoritariamente, pessoas de elevado *status* social, representando a elite local, como o prefeito, o diretor, os médicos do hospital, e classe média, como as donas de estabelecimentos comerciais pequenos. Os personagens orbitais são formados pelos pacientes pobres, cujas enfermidades são adversidades por conta da falta de dinheiro ou por seu estado terminal. Pouco se revelou sobre eles e não houve uma ampliação narrativa que incluísse questões acerca das relações assimétricas em âmbito social. Não há grandes abismos nas desigualdades sociais, mas elas têm participação direta nas dinâmicas ideológicas. O conflito de classes retratado apresenta elementos a nível organizacional, cujas

regras apontam para um jogo que sufoca as possibilidades e alternativas válidas para o bem-estar universal, apresentando as múltiplas jogadas que favorecem os privilégios de classe. Assim, a dominação, invisível ao olho nu de uma apreciação passiva, é desvelada a partir dos embates entre as elites locais e os pacientes de baixo poder aquisitivo e as vítimas. Por fim, a série não elucida nenhum traço de uma crítica em nível sistêmico do jogo capitalista.

Para iniciar a análise, as lutas de classes surgem dos conflitos de interesses entre os que defendem a manutenção do estado imanente das coisas, conservando as suas posições de prestígio e *status*, e os que percebem em Dimas a força para a mudança, para uma melhoria das suas condições de vida. Portanto, é notório o corte vertical que divide os personagens em suas posições de classe e ilumina as suas intenções: de um lado, os privilegiados, social e economicamente: o prefeito, o diretor e suas respectivas esposas, lutando para impedir os avanços dos poderes mágicos de Dimas; do outro, a classe trabalhadora, pobres, necessitados e todos os que precisam acreditar na materialização de seus mais puros anseios. Há casos que esboçam uma contradição⁴⁰, embora mantenham a participação como elementos secundários. Isto posto, curiosamente, cada integrante dessas elites simboliza uma instituição da sociedade: o prefeito como o Estado⁴¹; o diretor do hospital como a posição superior das classes médias técnicas e avançadas; a Margarida como as Igrejas e as visões conservadoras; as donas dos estabelecimentos comerciais como o mercado; e mesmo Dona Nonoca, a fofqueira da cidade, no papel de apuração e transmissão das informações, representa os meios de comunicação.

Nesta direção, as vítimas dos assassinatos carregam o simbolismo do outro lado da moeda, a parte da população dominada e subordinada às regras impostas, ilustrando, em nível situacional, como as ações e o comportamento da elite anula, marginaliza e exclui os grupos sociais desprivilegiados: Edelweiss era uma pária, uma louca que ninguém dava crédito e vivia à margem da sociedade; o Cristiano como símbolo dos enfermos e doentes de baixa renda que morrem na ambulância e nas filas dos hospitais por descaso das autoridades; a Graciema como a velha

⁴⁰ Camilo, filho do prefeito, descobre toda a verdade sobre o Dr. Otto e muda de lado; e a Dona Margarida, mãe de Dimas, porém, seus motivos são galgados mais por fatores religiosos e morais (relativos ao seu adultério) do que políticos e sociais.

⁴¹ Curiosamente, outras qualidades reforçam ainda mais os seus símbolos: o prefeito tem como amante a pária (na forma de um amor efêmero, falso e superficial); o diretor é extremamente cético no que envolve as relações com Otto; o mercado é uma bêbada, sem controle e que age somente por suas próprias regras; a religião peca no adultério com o poder, mas teria "boas intenções"; e a fofqueira não se vende pelo dinheiro e odeia os turistas, ou seja, "às intervenções externas".

turrona e fechada para as novidades, representa o tradicional, o conservadorismo que não avança, está estagnado; e o Wesley, sendo homossexual, pela perseguição sofrida devido às ideias retrógradas que percorrem o horizonte social, cuja morte alegórica é causada pelo pai fanático. No meio de todos, o Dr. Otto, exprimindo a *essência do poder* que essas instituições buscam ou temem, dependendo de suas relações com ele. Nesta leitura, é por isso que o prefeito quer matá-lo; ele precisa liquidar a sua conexão com o poder e parecer imparcial para o povo; o diretor do hospital o odeia vivamente, pois Otto ilumina os pesadelos da alta classe média de vê-lo aliado ao povo ou próximo a ele; Graciema se torna vítima e sucumbe diante dessa força capaz de fulminar o tradicionalismo; Genival aceita se suicidar como o reflexo dos corpos à sua inteira disposição; e Ciro, seu amigo e companheiro de tantos anos, espelha os *free riders*, aqueles que veem a chance de obter regalias e adquirir privilégios sem realizar contribuições (por isso que quando Dimas desiste de matar Otto, seu avô continua a incriminá-lo; ele acredita que ainda pode lucrar algo com o amigo vivo).

No sétimo episódio, Dr. Otto faz dois monólogos poderosos, sobrepujando as incertezas do protagonista. Quando Dimas o pressiona por ter desaparecido e forjado a sua própria morte, o velho médico usa a perseguição dos diamantinenses como forma de justificar o seu exílio, apelando para uma situação supostamente idêntica à de Dimas⁴². Ele cita o avô, Ciro (Rogério Márcico), "como o homem que conseguira enxergar a maldade da corja e ficara ao seu lado esse tempo todo". Depois, se coloca numa posição de inferioridade, oferecendo-se para ser entregue à polícia caso não mereça confiança⁴³. No segundo, Otto aquiesce a dureza de ser perseguido e afirma que "os hipócritas, os medíocres e os urubus da cidade não podem admitir que estejam diante de um iluminado", e alerta Dimas: "todo mundo vai virar contra você, exatamente como fizeram comigo, quando meu dom se manifestou". Depois, o médico diz ter se revoltado quando notou que o prefeito e

⁴² Obviamente, como ficamos sabendo na resolução, toda essa conversa era uma mentira, inclusive quando diz que Margarida foi colocada contra ele pelos moradores. O problema do uso de mentiras como ferramenta para criar tensão ao distorcer a realidade diegética é que justamente a falta de informações é que cria o suspense, portanto, quando múltiplas mentiras se interpõem sem a possibilidade de explicá-las, a trama fica confusa e as ações realizadas pelos personagens perdem completamente seu sentido.

⁴³ No casarão, Otto diz a Ciro que Dimas precisa conhecer a *verdadeira* história e é advertido pelo amigo de que seria perigoso. Eles estão sozinhos e planejando o avanço de seus objetivos, então não haveria necessidade de mentira entre os dois (embora seja visível que o plano é omitido por causa do público). Assim, qual seria a verdadeira história se aquela contada pelos moradores é a real, como confirmada no final, e que ele realmente é um monstro assassino e um farsante?

o médico eram corruptos e que estava sendo usado pelos velhos amigos (numa cena, Lucinha fala que seu pai se tornara o prefeito da cidade pela ajuda de Otto). No entanto, como explicar o fato de um homem responsável por deixar um rastro de morte se "revoltar" contra os que tinham razão para odiá-lo? Para responder, é preciso resgatar os elementos concernentes ao papel de Dimas.

No que tange às ações que circundam o protagonista, Dimas é retratado como a personificação absoluta da saúde pública em seu funcionamento infalível e real, a materialização de sua energia na prática. Desde o seu retorno, ele nunca é deixado em paz, pois, por onde ele passa, Dimas derrama o genuíno terror sobre a elite local e os que têm investimentos e lucram com a enfermidade dos pobres. Por outro lado, os marginalizados e dissidentes sentem-se atraídos, pois veem nas miraculosas curas a panaceia para os seus problemas reais. Em São Paulo, ele era considerado um exímio diagnosticador, mas ao descobrir a caixa de ferramentas de Otto, seu poder adquire força; o momento em que ele retira o véu da descrença é quando a cura em Edelweiss é confirmada. Então, a sua consciência sofre uma reviravolta: ele aquiesce a existência do seu talento místico, percebe que o mundo precisa da sua ajuda e seu dom deve ser aplicado, independentemente da vontade, e que o certo e o bom para si e para os demais necessitados é abdicar de quaisquer recompensas capazes de contaminar o seu destino. Por fim, como um peregrino das narrativas religiosas, ele decide seguir o misterioso ímpeto do coração e passa a agir inteiramente em função do que seu simbolismo representa⁴⁴.

Nesse sentido, a noção de "cura gratuita", embora seja uma abstração dessa análise, é possível realizar inferências acerca das imagens consolidadas pelos seus efeitos na série⁴⁵. Em outros termos, mesmo tendo causas metafísicas, seu impacto é visível e ilumina as regras que envolvem a sua crítica em nível organizacional. A princípio, o avanço gradual do poder de cura de Dimas e das pesadas investidas de Dr. Otto para desmentir os "boatos" alinhados à sua consciência e postura vão pintando uma paisagem mental favorável ao seu símbolo coletivista, como se a série defendesse uma saúde ao alcance de todos, uma vitória "dimasiana" contra um Estado corrupto e subserviente aos interesses da elite, uma ideia de bem-estar

⁴⁴ Dimas cura uma mulher acidentada no meio da rua, salvando-a, inclusive, de seu câncer; depois, cura o Carlindo, um homem que estava em coma na UTI; e numa das cenas mais belas, ele pega seus instrumentos, martela as costas de Graciema e a faz voltar a andar após trinta anos.

⁴⁵ A série não deixa evidente se o hospital da cidade é privado, apesar de indicar que ele também não é público, pois o Dr. Turíbio Guedes contrata Dimas conforme sua vontade e não por meio de concursos públicos ou organizações sociais da saúde.

social universal, uma possibilidade tangível de redução das desigualdades sociais, onde os pobres se aproximariam um pouco mais de funcionar plenamente como seres humanos. A elite local, sua oponente no início, parece estar equivocada ou dotada de perversão, pois Dimas é ingênuo e não tem noção das consequências de seus atos, exatamente como uma alma pura e boa é frequentemente retratada⁴⁶.

Cumprir destacar agora o elo entre a analogia da saúde pública e os eventos precipitados⁴⁷ dentro do enquadramento de sua dimensão ideológica. Ao chegar ao desfecho, a trama sofre a transmutação já citada e inverte os hemisférios dessa imagem pró-coletivista. No momento do descobrimento que os personagens que odiavam Dr. Otto estavam corretos desde o início, toda essa edificação simbólica desmorona na frente dos telespectadores, restando apenas ruínas de uma ilusão. A ideia de Dimas, fundada no clima de misticismo positivo e universal, é duramente esmigalhada pelos inimigos, pulverizando o fato de Dr. Turíbio ter falsificado os prontuários e de o prefeito ser corrupto e ter contratado Genival para matar Otto (as suas causas são imediatamente perdoadas por estarem certos sobre o inimigo). Diante disso, as novas regras e jogadas consolidam dois mecanismos de sujeição que agregam a elite como um grupo preocupado com os interesses da população e das classes mais baixas e dotado de habilidades superiores para reger a sociedade: com o senso da representação, tem-se uma elite que cuidava do bem-estar do povo ao afastar Otto de sua cidade e a deferência ocorre a partir da defesa concreta dos valores defendidos pela elite e, estando certa no seu juízo, mostrava-se altamente qualificada para a sua habilidade superior de gerir os assuntos públicos.

Por fim, o sentimento de pertença gerado pela complacência com aqueles que foram enganados pelo velho médico ofusca o corte vertical inicial que ilumina as lutas de classes, omite as contradições existentes e coloca ambos os lados como seres de um mesmo universo, dividindo ideias e interesses em comum, apesar das

⁴⁶ Talvez o ponto-chave dessa representação tenha sido quando Otto declara fortemente que curara tantas pessoas que o poder havia se esvaído. Se não estivesse mentindo e o poder fosse efêmero, o simbolismo perderia a sua força.

⁴⁷ Uma vez que Otto necessitava de Dimas para conduzir seus planos, a melhor forma de conseguir o seu apoio seria mostrando-se cruel e impiedoso gratuitamente? E um detalhe importante: quando ele percebeu que Dimas realmente tinha o poder da cura, não seria o caso de pedir que tentasse retirar a sua maldição em vez de morrer? Da mesma forma com José Silvério, toda a trajetória do maligno homem para se ver livre da doença que tanto o afligia gera, inexplicavelmente, um final enigmático e confuso. Pela sua atitude, parece que ele desejava se vingar do garoto, embora não tivesse tido acesso algum ao conhecimento de sua maldição. Sua intenção de morrer não apresenta nenhuma causa plausível que justifique o ato. E se a mãe do garoto estava prestes a ser morta em ameaça, por que ele iria pedir para o garoto matá-lo e não curá-lo?

diferentes posições perante as chances de vida e ao poder. O véu que encobriu os injustos privilégios da elite distorce e justifica a dominação pela absolvição dos seus atos ilícitos. A maneira mais rápida de se destruir uma ideia se dá pela sua vinculação explícita às aplicações violentas e subversivas. Uma vez que Otto se revelou violento e impiedoso, impulsionando o maniqueísmo clássico com que as ficções seriadas tratam a realidade social, o ato de mandar assassiná-lo é revestido de uma aura de proteção da comunidade, um mero detalhe na condução de uma elite que pauta as suas ações sabendo "o que é melhor para todo mundo". Por isso que, no final, a cidade toda volta ao normal e não houve provas da inocência de Dimas. Ele se tornou o novo Dr. Otto, incorporando a essência das regras a serem destruídas. Assim, não é a toa que a demonstração clara de não haver espaço para ele e sua "cura universal" nessa sociedade se dá, figurativamente, por ele terminar a estória na prisão, no lugar onde seus opositores simbolicamente gostariam de acomodar todos os seus "maiores pesadelos" e esconder qualquer manifestação de interesses contrários à manutenção dos seus privilégios. Esta foi uma maneira de explicar a estranha guinada na trama e de providenciar interpretações razoáveis e concebíveis frente às suas dimensões ideológicas embaralhadas dramaticamente.

Para concluir, a série apresentou uma trama envolvente e com excelentes qualidades visuais. Pelos motivos do final não se encaixar com a proposta inicial, foram muitos os elementos confusos e inverossímeis, dos quais a análise buscou retirar uma narrativa inteligível e congruente. A divisão inicial dos personagens nas posições antagônicas de classe, além das referências individuais em relação às instituições sociais permitiram uma leitura das lutas de classes, iluminando os que defendem a manutenção do estado imanente das coisas, protegendo e conservando os seus privilégios e aqueles que percebem em Dimas a força para a mudança. Em nível organizacional, a série apresentou regras que buscam eliminar as alternativas para o bem-estar universal, enfatizando as jogadas que escondem os privilégios de classe e surgem como imagens de preocupação e apelo às camadas mais pobres. Em relação a Dimas suscitar uma ideia de saúde pública, ela toma força ao longo dos episódios, sobretudo, pelos entraves dicotômicos entre as intenções positivas do protagonista e a aparência mesquinha da elite local (cujas jogadas a favor desta regra pareciam lhe dar vantagens). Contudo, as suas esperanças foram destroçadas pelos inimigos, cujas acusações e opiniões estavam corretas desde o início e, por conseguinte, colocaram-nos no patamar dos verdadeiros defensores da sociedade,

de uma elite prestativa e que pertence ao mesmo universo das camas mais pobres, dividindo sentimentos e interesses em comum e perpetuando os seus privilégios.

6.6 Subúrbia: A Força do Milagre Divino na Ascensão Social

A vida é assim. Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre no meio da tristeza! – Mãe de Santo (Guimarães Rosa)

A série *Subúrbia* foi exibida na Rede Globo entre 1º de novembro e 20 de dezembro de 2012. Sua única temporada conta com oito episódios escritos por Luiz Fernando Carvalho, que assina a direção-geral, e Paulo Lins. O quadrinista Pedro Franz adaptou a série para o formato de história em quadrinhos, publicada pela LFC Produções, Globo Marcas e o estúdio Retina 78⁴⁸. A trama acompanha a vida de Conceição (Érika Januza), depois que ela deixa sua cidade no interior de Minas Gerais para viajar ao Rio de Janeiro ainda menina. Depois de um acidente no trânsito, ela é salva por uma mulher que a leva para a sua casa e cuida dela em troca de favores domésticos. Anos depois, já adulta, ela sofre uma tentativa de estupro do noivo da patroa e vai morar com a sua amiga Vera (Dani Ornellas) em Madureira. Neste bairro, ela conhece o jovem rapaz Cleiton (Fabrício Boliveira), por quem se apaixona, mas terá profundas decepções e sofrimentos. No final, eles conseguem resolver os problemas, ficar juntos e se casar⁴⁹.

A série faz uso da estética realista, buscando planos inusitados e um tom estilístico autoral para retratar o bairro de Madureira e o Rio de Janeiro sob lentes diferenciadas. A fotografia se impõe e coloca os telespectadores em meio às duas faces da mesma pobreza, explorando os contrastes dos dois núcleos principais. O elenco principal foi formado por não-atores, entre eles, artistas do *Afroreggae* e do *Nós do Morro*. As performances são dignas de nota positiva, principalmente, as atuações de Fabrício Boliveira e da ex-gari, Ana Pérola. A trilha sonora atua como a força que embala o cotidiano dos personagens, desvelando os seus traços de personalidade e suas construções identitárias. Composta por clássicos do funk, do charme, do samba, da MPB, cada etapa possui sua música para preencher a tela e completar com harmonia e pujança a paisagem audiovisual da série. As canções

⁴⁸ Segundo o *Omelete*. Disponível em: <https://bit.ly/38cz4K5>.

⁴⁹ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3LDaIHX>.

de Conceição são suaves e delicadas; as do seu Aloysio remetem a um tempo mais antigo, do rádio; as de Cleiton ajudam a desvelar uma personalidade conturbada e de traços contraditórios e a de Jéssica é a batida característica dos tempos de baile funk dos anos 90⁵⁰. Em ocasiões específicas, a trilha sonora realiza dissonâncias líricas, como a música de Roberto Carlos no decorrer de uma tentativa de estupro e, depois, quando Conceição chega em casa após ter sido praticamente estuprada por Cleiton no motel. A música é o elemento mais forte da série e serve como os traços de expressão artística que move o universo diegético e funciona como fator de escapismo e prazer, de impulsos carnavais ou a energia capaz de unir as pessoas.

A estrutura dramática da série repousa primariamente sobre os múltiplos e repetidos sofrimentos que ocorrem à protagonista, cujo nome lhe fora dado em homenagem à Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Acima do propósito de se contar uma história desencadeada por eventos de conflito direto, os momentos de dor que revestem a protagonista é que costuram a narrativa e criam uma colcha de retalhos épicos para apresentar sua vida. O antagonismo é estabelecido pela alusão à Virgem Maria, como se a protagonista descesse dos Céus, agraciada pela força divina e imunizada contra os pecados para absorver o sofrimento humano e ajudá-los a expiar suas aflições e angústias. É por isso que a personagem mantém uma pureza desconectada da sociedade, toca o coração das pessoas que atravessam o seu caminho e passa por situações que simbolizam a agonia sofrida por uma alma totalmente desprovida de malícia. Ao fim de sua trajetória, ela se torna quase uma santa, operando o milagre de salvar o amado da morte e fazê-lo nascer novamente pela dádiva do matrimônio.

A representação feminina é composta de um arranjo sistemático de certos arquétipos que criam uma conjunção interessante acerca do comportamento e das diferentes atribuições do papel social da mulher. Sem adentrar uma especificação, observa-se a presença deles em construções como a da mãe e protetora dos filhos; da irmã evangélica, digna, batalhadora e equilibrada; a casta sensual, ingênua e delicada; a caçadora lasciva, hedonista e de espírito livre, entre outras. Quanto a isto, cumpre ressaltar que Jéssica e Conceição geram um poderoso contraste, onde uma surge como o exato oposto da outra, duas faces que juntas se negam, sem se anular: a primeira se realiza na condição de objeto sexual, impondo-se como uma

⁵⁰ Ironicamente, a música se chama "It's Automatic", do *Freestyle*, como se quisesse simbolizar o efeito "automático de sedução" que Jéssica causa nos homens ao passar nas ruas e dançar no baile.

mulher determinada; a segunda é pura, recatada, tímida e confia nos outros para que eles a conduzam pelos caminhos corretos. Em virtude disso, as cenas em que ambas disputam a atenção de Cleiton simbolizam a dualidade do prazer carnal e do imediatismo terreno frente à moralidade religiosa e a preservação do espírito que todo mundo tem de enfrentar ao longo da vida.

Entre as questões secundárias, pode-se incluir uma crítica à tentativa de estupro de Cleiton⁵¹, um descuido narrativo condenável e negligente que desvelou uma faceta tenebrosa de sua narrativa. Primeiramente, não obtemos conhecimento de uma parte relevante da infância e adolescência de Conceição, somente quando ela se torna adulta e passa a trabalhar como empregada doméstica. Pela maneira como a personagem foi construída, é notório que ela não tenha enfrentado muitas situações de aprendizado e experiências, permanecendo como uma pessoa simples e ingênua, se não até *infantil*. Logo, suas definições acerca do que é bom e mau na vida humana perpassam uma pureza e uma simplicidade ao nível de uma santa, como supõe-se ter sido proposital pelos roteiristas, embora ela esteja envelopada por uma sexualidade pouco condizente com a sua personalidade. Por ser atraente, Conceição chama a atenção por onde passa e a série explora bem os incômodos e as situações de desrespeito e assédio vividos pelas mulheres em suas rotinas. No espaço de poucos dias, ela sofreu duas tentativas de estupro e foi raptada pelo juiz em sua motocicleta. Contudo, o que poderia ser uma forte crítica social, amparada por uma enxurrada de situações traumáticas na intenção de chocar o público com as jogadas necessárias para mudanças urgentes nas regras, revestiu-se de uma aura mórbida e contraproducente: a pessoa a quem ela havia confiado a sua vida e trocava carinhos tornou-se responsável pela experiência mais constrangedora e traumática de sua vida e tudo de forma dramaticamente gratuita.

É senso comum o fato de que a realidade social é formada por um universo de possibilidades e há uma infinidade de razões para se explicar e/ou justificar as

⁵¹ Para uma descrição detalhada, era aniversário de Cleiton e Conceição aceitara seu convite para comemorarem em um motel, mas ela havia deixado claro as suas intenções de se manter virgem até o casamento. Depois de um tempo, embriagado, ele tentou forçá-la a tirar a roupa na banheira de hidromassagem. Vendo que sua namorada oferecia resistência, acreditou que se tratava de um sinal verde e a arremessou na cama, pulou por cima dela e começou a arrancar o seu sutiã e a sua calcinha, enquanto ela gritava de desespero. Por sorte, ela conseguiu acertá-lo e ele caiu ao chão, dando tempo suficiente para que ela vestisse uma calça e saísse seminua, correndo pelas ruas. Antes de chegar em casa, ela o confrontou, dizendo que isso não era amor. Porém, aos berros, ele respondeu que era amor sim. A família testemunhou o estado lastimável de Conceição e os homens pressionaram Cleiton para confessar o que havia acontecido. Vendo que ele receava em falar, ela interveio e o defendeu, inventando uma história de que tinham sido atacados.

ações humanas. Acerca deste caso, incontáveis mulheres sofrem violências diárias e ficam acuadas de denunciar seus agressores e acabam aceitando as agressões por não terem condições de fugir ou encerrá-las. Cada uma dessas mulheres toma suas atitudes com base no que elas julgam possível e certo dentro de um leque viável de opções (dentro de suas condições materiais de existência): algumas de casam com esses homens enquanto outras conseguem escapar e reconstruir as suas vidas. Isto posto, quando a série expõe um ato de violência dessa natureza, em especial, no arco dramático envolvendo os protagonistas, sem qualquer justificativa ou ação passível de resolução dramática e depois encerra a estória com um belo casamento sob juras de amor eterno, o que está buscando concretizar? Um estupro seria um erro banal que pode ser consertado por um mero arrependimento vazio? Ou seria mero "descompasso" no caráter de Cleiton durante um momento de embriaguez? Pela conjunção dramática de toda a temporada, percebe-se que ela não trouxe uma crítica à violência doméstica, nem um alerta às telespectadoras, tampouco tratou-se de um exame consciente e racional sobre a misoginia. Apresentar uma relação amorosa entre duas pessoas e incluir uma tentativa real de estupro sem uma base justificativa e, paralelamente, desenvolver o ato de sua redenção sob a desculpa de Cleiton ter cometido um descuido por "excesso de amor", é simplesmente gratuito e lamentável que seja aprovada para ir ao ar na televisão brasileira.

Tecidas essas considerações, a série retrata uma família pobre e simples do bairro de Madureira, cuja educação aponta para uma moral baseada em valores religiosos. O ambiente familiar é agradável, eles se ajudam, têm carinho uns pelos outros e respeito mútuo. Não houve críticas em nível sistêmico e as desigualdades não foram representadas sob um viés crítico do jogo capitalista, embora seja mais do que evidente que a família e os amigos passam por dificuldades e problemas financeiros. Quando estão presentes de modo indireto, elas surgem como facetas e resquícios pálidos de uma realidade naturalizada e cuja "salvação" se dá por uma forte crença no Divino. Inclusive, a série chega a pontuar o fato de serem pobres por conta de uma possível escolha do Altíssimo para que eles fossem "testados" a viver dignamente. Por causa disso, a fé e as expressões artísticas são os elementos que alimentam as suas almas e geram sentido para as suas existências. Há também uma proveitosa disposição de tolerância religiosa, cujas jogadas criam mensagens positivas sobre a relação amistosa entre uma filha evangélica e uma mãe devota de uma religião de matriz africana. Quase não houve relações concretas para iluminar

os traços organizacionais, portanto, é em nível situacional, mais especificamente, nas ações individuais de Conceição e de Cleiton e os bandidos que desvelam-se as mais relevantes reproduções da série. Pela proposta narrativa, não houve também a presença concreta e sugestiva de mecanismos de sujeição e obediência.

No momento em que decide abandonar a sua residência e se mudar para a casa da sua amiga em Madureira, Conceição atravessa a fronteira da condição de uma subproletária para a de uma mulher pobre, desprovida de praticamente todos os bens materiais. Este é o ponto de ruptura na sua trajetória narrativa, marcando uma mudança na sua percepção sobre estilos de vida, valores e comportamentos completamente inéditos. Este sentimento de união proporcionado pelos moradores da casa e de sua amiga Vera serve de contrapeso para os vários problemas que ela enfrenta, porém também desvelam inverdade sobre sua condição social. Ela chega somente com a roupa do corpo, não sabe ler/escrever, sofre para arranjar emprego, mas age constantemente como se a falta de dinheiro fosse um mero detalhe. Aliás, quando o assunto é a Conceição, a família inteira parece esquecer seus problemas característicos das classes mais baixas. Como dito anteriormente, talvez a intenção fosse pontuar apenas o prazer e a felicidade que pode ser encontrada em quaisquer lares com amor e ternura e nada impede que um grupo de indivíduos "adote" uma pessoa e a traga para seu lar sem requisitar nada em troca. Todavia, ao aprofundar o nível de análise, nota-se uma conjuntura que distorce as relações de dominação e promove os privilégios de classe ao ocultar o eventual papel da sorte na loteria da vida humana.

A questão gira justamente em torno da enigmática "sorte" que acompanha Conceição. Sem considerar a sucessão de sofrimentos que ela enfrenta, os quais afastariam quaisquer argumentos de considerá-la afortunada, o pontapé inicial de sua sorte se dá quando uma menina sai sozinha do interior de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, em cima de um trem de carvão e, ao fugir do "centro de correção juvenil", sofre um acidente que lhe garante uma moradia minimamente decente⁵². Em seguida, a personagem passa a receber uma sequência de prêmios sem realizar quaisquer esforços; eles simplesmente caem "gratuitamente" do céu, pulverizando as adversidades de seu *status* social e classe. E todos estes prêmios são adquiridos

⁵² Apesar de Sylvia explorar a menina como empregada doméstica e, possivelmente, sem lhe pagar um salário, o que não deve ser consentido como algo viável, ao menos, até ela sofrer a tentativa de estupro, sua moradia era uma alternativa menos aterradora entre outros possíveis destinos.

sem o menor desejo inicial de aquisição: nas primeiras vezes em que frequenta um baile funk, ela é selecionada para dançar no palco e vence o concurso de melhor dançarina⁵³; o *promoter* da festa delicia-se tanto com essa ideia que lhe oferece a oportunidade de dançar na sua equipe por um salário mínimo por noite, três vezes por semana⁵⁴; em outra ocasião, Conceição é apresentada ao presidente da escola de samba local e é imediatamente convidada a ser rainha de bateria⁵⁵, mesmo que jamais tenha frequentado a quadra ou aprendido a sambar (não há uma cena que represente sua ligação com o samba). Por isso que seu discurso de agradecimento pelo título de rainha é vazio, pois a personagem nada fez para conquistá-lo, apenas reforçar um mérito baseado na pura crença e na vaga esperança de ascensão social das classes mais baixas.

Nesse sentido, é interessante notar as referências adjacentes que reforçam essa mensagem. Ao receber o seu primeiro pagamento como dançarina de funk, Lourival toma o bolo de dinheiro de sua mão e o joga para o alto, simbolizando pouco apreço por algo que, incontestavelmente, é de suma importância para a sua família. Ademais, Vera e Mãe Bia hesitam mais de uma vez em aceitar uma parte do dinheiro quando Conceição o oferece em troca da moradia e da alimentação, o que seria logicamente aceitável, mas ambas agem como se não precisassem e não houvesse nenhum problema financeiro na família. A situação torna-se ainda mais estarrecedora quando Conceição desiste deste trabalho depois de ver o Cleiton no baile, dançando com Jéssica no meio da pista. Um salário muito mais elevado que o de profissões que requerem um nível universitário de estudos e, provavelmente, superior aos ganhos de toda a família de Vera, é logo abandonado por um motivo tão pequeno e fútil, como se outras chances logo estivessem a caminho. Em suma, essa postura parece contaminar os personagens, elevando-os acima dos problemas mundanos e retratando um desapego inverossímil acerca de suas necessidades⁵⁶.

⁵³ Os telespectadores ficam sabendo posteriormente que o namorado de Jéssica é o atual chefe do tráfico local e que ele ameaça de morte o *promoter* se ele não retirar a faixa de Conceição. Em outro dia, ele desobedece a ordem, porém nada acontece (o chefe só morre muito tempo depois).

⁵⁴ O valor do salário mínimo no ano da série era de R\$622,00. Com os três bailes semanais, ela iria faturar mais de 1800 reais por semana, dando uma média de 7400 reais por mês.

⁵⁵ Ademais, uma vez que ela aceitou o convite de ser a rainha de bateria, o presidente da escola de samba, como um gesto de agradecimento, ainda pagou por toda a sua cerimônia de casamento.

⁵⁶ A Mãe Bia e Vera abriram as portas da casa para Conceição por amor ao próximo, compaixão pela sua situação de vida e uma enorme generosidade. Elas nunca cobraram por esse favor e nunca mostraram qualquer intenção. Logo, a crítica não é por elas terem recusado o dinheiro, mas pelas razões e o *modo* como o fizeram.

Conceição desconhece seu mundo histórico-social e sua posição de classe e, por isso, atua como se a realidade à sua volta tivesse desvencilhado-se das contradições e dos conflitos imanentes à dominação e à subordinação. Depois de oficializada sua desistência como dançarina, Vera liga para o posto de gasolina a fim de ajudar a amiga a cobrar pelo serviço que não fora remunerado. Pelas cenas dedicadas a essa sequência, é possível afirmar que Conceição não trabalhou mais do que três dias, no máximo⁵⁷. E quando Cleiton fica sabendo que ela está atrás do pagamento, ele reúne alguns dos bandidos e vai até lá para cobrar pessoalmente. Consumido pela raiva, ele chega ameaçando o ex-patrão, toma o dinheiro à força (um valor nitidamente mais alto do que ela teria direito), pisa no seu pulso para quebrá-lo e metralha a parede da sala, deixando-o transtornado. Em seguida, ele manda o seu amigo levar a quantia para Vera, que depois a entrega à Conceição. As duas se mostram amolecidas pelo seu gesto e, deslumbrada, Conceição parece iniciar o processo de remissão por ele tê-la estuprado. As cenas deixam nítido que a consciência de Conceição é frequentemente reforçada pelas estranhas noções de que é possível e certo a conquista de desejos sem o menor esforço (nem mesmo para fazer a ligação pessoalmente para o ex-patrão), culminando na deturpação de que sua situação é algo bom e positivo e, portanto, que não haveria forças sociais atuando para impedir a satisfação de suas vontades.

A posição de Cleiton na trama desvela outra faceta relevante. Sua mãe foi abandonada pelo pai ainda grávida e perdeu seu filho mais velho para o mundo do tráfico. Inconsolável por estas ausências, ela se torna alcoólatra e auto-destrutiva, esquecendo-se de que ainda tinha um filho. O resultado é uma relação fraca com Cleiton que o deixa fragilizado perante o chamado constante dos bandidos para a criminalidade. A violência permeia incessantemente os personagens, mas a série propõe uma visão de que se há amor e carinho entre os entes queridos, é possível apoiar-se uns nos outros e lutar contra o sedutor apelo do crime. Essas relações evidenciam a importância do seio familiar na constituição moral dos indivíduos, tanto que os filhos e netos de Mãe Bia e seu Aloysio "estão blindados" e sequer chegam perto de cruzar as fronteiras da criminalidade. Por outro lado, ilumina-se a entrada no mundo do crime como causa direta de uma decisão moral frente às outras, resultantes dos processos de dominação e exploração que criam condições

⁵⁷ Curiosamente, Vera ainda fala ao telefone que quer os direitos, como o décimo terceiro, férias e etc., mas pelas cenas, Conceição trabalhara apenas dois ou três dias ou uma semana, no máximo.

miseráveis de existência, impedindo que esses indivíduos funcionem plenamente como seres humanos e não sigam outras opções para além do tráfico.

O estopim para o afundamento de Cleiton se dá quando ele perde o amor de Conceição depois do ato execrável da tentativa de estupro. Atormentado pela morte do irmão, ele fica sabendo que Tutuca, chefe do tráfico, fora o responsável pela sua dor. Em meio à tentativa de evitar se envolver com os bandidos, ele acaba se convencendo num delírio, onde as pessoas supostamente estavam lhe pedindo para matá-lo (e livrar a comunidade deste mal). Assim, os transtornos que estavam habitando a sua mente fizeram-no sucumbir diante do apelo dos criminosos. Suas definições de bom ou mau ou o que é possível ou não na existência humana deram lugar ao ímpeto e ao imediatismo da vingança. Após cumprir a sua missão, "não havia motivos" para continuar ao lado dos bandidos e não retornar à vida anterior, mas ele deixara-se seduzir pela sede de poder, tornando-se alguém igual ou pior do que os assassinos do seu irmão. Por esta sequência, Cleiton deu margem à uma violência pouco condizente segundo a sua construção de personagem. Como chefe do tráfico, ele passou a representar tudo que é oposto a uma noção de zelo e amor ao próximo presentes na família de Vera⁵⁸. Isto posto, cumpre destacar que toda essa violência subjetiva perpetrada pelo protagonista aponta, novamente, para uma escolha baseada em uma decisão moral, ignorando-se a violência objetiva como uma das razões subjacentes para a infelicidade que se abateu sobre sua família.

No penúltimo episódio, o juiz lidera uma operação da polícia no baile funk para prender Cleiton. Em meio ao tiroteio, o juiz caminha tranquilamente, sem se importar ao seu redor, confiante de que não seria atingido por nenhum projétil. Ao ver que os bandidos começavam a cair mortos, ele dá gargalhadas histéricas, como se tivesse algum problema mental. Seria uma crítica de que a Justiça do país dá fortes risadas diante da guerra ao tráfico em sinal de desprezo pela sua função ou seria um indício de sua inépcia para lidar com o problema? No final, Cleiton é metralhado e deixado submerso no rio por vários minutos. Por sorte, ele se cura sozinho, fazendo com que a série adquira tons de sobrenaturalidade. Ao retornar, ele atribui ao evento um milagre de Deus, converte-se ao evangelismo e se torna um novo homem, renovado e regozijado pelo amor de Jesus. E feliz por ver o seu

⁵⁸ Entre os exemplos, há o grande consumo de bebida alcoólica, um comportamento gratuitamente violento e impiedoso, a soberba como novo chefe do tráfico, a perdição para a luxúria e o apego excessivo aos bens materiais, ao dinheiro e às práticas hedonistas do sexo.

amado recuperado, Conceição aceita seu pedido de casamento e ambos terminam a história sob beijos e juras de amor. Este final não deixa de ser intrigante, pois a "prova de amor" de Cleiton fora simplesmente sobreviver? Ele teve oportunidade para abandonar o tráfico e/ou de não precisar matar todas aquelas pessoas, mesmo assim, Conceição foi capaz de perdoá-lo do crime de estupro e homicídio, mas uma pergunta permanece no ar: que etapa de provação é esta que para se mostrar digno de sua amada, um personagem revela-se mais desmerecedor de seu amor?

Para concluir, a série carrega toda a responsabilidade de uma tragédia à la brasileira, na qual desenrola-se uma narrativa que visou representar a condição da mulher negra e pobre em um dos países mais violentos do mundo, onde o racismo e a misoginia encontram-se profundamente entranhando em suas abjetas raízes. O percurso da protagonista é marcado pelos tormentos sucessivos, passando pela violência ao corpo, pelo teste da vaidade, as tentativas de subversão da alma e a fragmentação do coração. Porém, esses preconceitos quase não foram trabalhados de modo crítico, chegando a parecer inexistentes na trama. A velocidade com que Conceição se recupera dos traumas e das dores que são passíveis de causar males profundos na alma chega a ser intrigante; e mesmo depois de recuperada, ela age como se nada tivesse acontecido. Neste ponto, a sociedade diegética vislumbrada pela série, em seu propósito mórbido de apresentar uma relação amorosa insólita (tanto para o lado positivo quanto o negativo), peca pela artificialidade com que expõe seus personagens e respectivas ações, esvaziando qualquer teor realista. De maneira geral, é como se eles vivessem em um mundo paralelo. O jogo capitalista é retratado consensualmente, onde não existem contradições e dificuldades que os pobres e as mulheres negras, frequentemente, têm de enfrentar, salvo pelos crimes sexuais. Por fim, observou-se uma preponderância da sorte como elemento que oculta a realidade histórico-social e as causas das desigualdades e apresenta uma crença na ascensão social e nas transformações materiais na vida dos indivíduos pautada pela fé e na "salvação" proporcionada pelas vontades divinas.

6.7 A Teia: A Autoridade Estatal e a Dualidade de Classe

"Posso saber quanto você ganha, delegado, por mês? Eu tenho muita coisa guardada, delegado. Delegado, eu vou sair logo, vou descer pela porta da frente ou pela de trás. Por que a gente não pensa num acerto justo pra nós dois? Porra, eu não sou político, minha palavra vale mais do que o meu dinheiro" - Marco Aurélio Baroni

A série *A Teia* foi exibida pela Rede Globo entre 28 de janeiro e 1º de abril de 2014. Seus dez episódios da única temporada foram escritos com a colaboração de Carolina Kotscho e Bráulio Mantovani e a direção-geral de Rogério Gomes. As histórias baseiam-se no arquivo pessoal do delegado da Polícia Federal, Antonio Celso dos Santos e Marco Aurélio Baroni sendo inspirado em Marcelo Borelli, o homem conhecido por roubar 60 quilos de ouro da carga de um avião em Brasília e, um mês depois, foi acusado de sequestrar outro avião com 61 passageiros e R\$5 milhões de reais a bordo. A trama acompanha a operação de investigação montada pelo delegado Jorge Macedo (João Miguel) para perseguir a quadrilha de Baroni, que roubara a carga de um avião no aeroporto de Brasília. Aos poucos, ele vai se aproximando de cada um, descobrindo as suas relações nos negócios ilícitos que envolvem a gigantesca teia de crimes e ilegalidades praticadas pelos criminosos. Enquanto isso, Marco Aurélio Baroni, sua namorada, Celeste, e Ana Teresa, a sua filha, fogem para o interior do país no intuito de esperar a poeira baixar e montar uma equipe para realizar um novo roubo, no aeroporto de Curitiba⁵⁹.

Entre os aspectos técnicos, a fotografia surge como um grande destaque, sobretudo pela quantidade de planos curtos e rápidos que ressaltam a agilidade dos assaltos e a emoção das fugas em meio aos tiroteios. A iluminação composta de fortes contrastes auxiliou na construção visual estética, embora a sua escuridão em várias ocasiões cause um descolamento da narrativa. A direção realizou um bom trabalho em manter viva a perseguição, explorando bem as relações entre os personagens e injetando a dosagem certa no ritmo das cenas, isto é, sem a adição de muitos elementos com que o público pudesse perder a vontade de acompanhar as investigações. O departamento de arte apresentou um resultado positivo em um ambiente cênico marcado por locações externas. Com a ajuda da fotografia, eles pintaram um bonito quadro das paisagens do país e suas características diferenças regionais. Quanto ao elenco, a performance de Andreia Horta e João Miguel estão afiadas e sobressaem-se, particularmente, nas cenas em que estão juntos, o que contribuiu para desvelar aspectos interessantes e valiosos de seus personagens.

A estrutura dramática se debruça sobre o gênero clássico de perseguição, bastante utilizado em séries norte-americanas, onde os bandidos se valem de tudo para despistar a polícia, fugas de carros, helicópteros, avião, etc. Ela é apresentada

⁵⁹ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3Ab0dsW>.

na forma de fatias de ação coletadas de um imenso leque de eventos dramáticos. Exatamente como indica o título, forma-se uma teia interligando diversos pontos de vista com o público tendo acesso aos eventos antes do roubo e aos paralelos à fuga do líder do bando. Os *flashbacks* foram o recurso utilizado para atingir este efeito, por meio dos quais, a cada episódio, os telespectadores são postos diante de alguma informação nova sobre um personagem da quadrilha, sua relação com os demais criminosos e os motivos que levam à sua morte. Por outro lado, eles geram um pouco de confusão se as bases da trama não estão ainda bem alicerçadas e o vaivém de cenas em diferentes eixos temporais faz com que o público precise de um reforço para acompanhar a estória⁶⁰, principalmente no primeiro episódio, como será analisado em seguida.

Na primeira cena, o público é apresentado ao instante em que os policiais encontram Baroni e fecham o cerco em um pedágio para capturá-lo. Na fuga, seu caminhão capota e desce rolando ribanceira abaixo. No acidente, a sua namorada, Celeste, desmaia e ele pensa que ela está morta. Então, ele pega a filha dela e foge para o mato, quando o delegado Macedo surge para ajudá-la. Em seguida, a série corta para um *flashback* de três meses antes, pouco antes do roubo, e é neste ponto que a trama se inicia. Isso faz com que praticamente todos os episódios aconteçam no passado⁶¹, o que enfraquece a potência dramática da série. Os outros *flashbacks* são dispositivos épicos de enriquecimento dos personagens e servem para explicar as suas relações anteriores ao roubo, mas este acaba estragando um dos elementos mais divertidos e cativantes de uma série de perseguição policial: o momento em que o protagonista enquadra o antagonista. Por um lado, é justo afirmar que houve um confronto final com uma sequência de fuga repleta de ingredientes interessantes para o xeque-mate do delegado; por outro, diversos aspectos paralelos perderam o seu peso quando o público ficou sabendo que o casal estaria no caminhão naquela cena do pedágio, ou seja, não houve suspense na agressão sofrida por Celeste e se ela abandonaria o Baroni; na cena da troca de mala no shopping, era óbvio que Baroni escaparia ileso; quando Macedo chamou Celeste pelo nome verdadeiro no curso de espanhol (e depois quando ela o viu no posto de gasolina a quilômetros de onde estavam), já se sabia que ela nada diria

⁶⁰ Os *flashbacks* da polícia surgem na forma de lapsos de memória do delegado Macedo a fim de ajudá-lo a descobrir mais pistas. Este uso é positivo, pois os policiais da equipe não têm relações prévias ao caso e, através deles, o público apreende suas deduções e passa a conhecê-los melhor.

⁶¹ A cena do pedágio e do posterior acidente ocorre no nono e penúltimo episódio.

até o último segundo; quando os policiais perdem a trilha do caminhão, era notório que eles logo iriam retomá-la; logo, todas essas cenas tiveram suas cargas dramáticas drenadas por um *flashback* inicial dispensável e que nada acrescentou à trama⁶².

A perseguição ocorre em um tabuleiro nacional envolvendo várias regiões por onde as peças se movem com habilidade e revelam a árdua tarefa que o delegado tem de enfrentar. O antagonismo é, portanto, definido nos parâmetros de um jogo, onde cada lado simbolicamente realiza uma rolagem de dados e avança os espaços, lidando com a resolução da ação e passando a vez para o adversário, e também como se a trama convidasse os telespectadores a desenvolver uma história inteligível a partir do quadro informativo de suspeitos criado pelo delegado. Esse detalhe traz à tona outro resultado positivo, uma vez que, aliado ao mosaico de relações que vão se encaixando em cada episódio, esta peculiaridade de tornar os telespectadores participantes das investigações é envolvente e faz a série deslizar para longe do lugar comum, apesar de estar recheada de clichês. Ademais, o arco dramático principal é atravessado por cenas que careceram de maiores cuidados para movimentar as tramas paralelas. Talvez pela falta de espaço e/ou tempo, elas tenham sido insuficientemente desenvolvidas e por isso pouco ajudaram a tornar a série mais dinâmica⁶³, inclusive, perdeu-se a chance de reforçar vigorosamente o universo dos protagonistas e gerar impulsos dramáticos a favor da proposta.

Entre as questões secundárias, pode-se citar o fato positivo da naturalidade com que as orientações sexuais são retratadas. Sem caricaturas ou estereótipos que separam as pessoas, a série não faz uso da sexualidade como elemento central de construção arquetípica; pelo contrário, o homossexualismo desliza para a margem

⁶² Ademais, uma obra que propõe uma grande quantidade de *flashbacks*, sobretudo se lança alguns deles em pontos futuros de outros *flashbacks*, deve ter cuidado para não ocorrerem severas falhas dramáticas, como no episódio 4, cuja abertura se dá dois anos antes num helicóptero, onde Clayton é ameaçado a ser atirado para fora por um delegado da Polícia Civil, Márcio Gomes, que desejava o dinheiro de um roubo. A cena corta para o tempo atual e Clayton entra na delegacia aterrorizado e querendo ser preso, pois (ainda) estava sendo perseguido pelo delegado e seus policiais. Sua fala confirma a perseguição. Todavia, no episódio 9, em um *flashback* de um ano antes, Baroni matou o Márcio Gomes por causa da tortura que sofrera (esse evento também fora descoberto e confirmado por Macedo no oitavo episódio). Logo, de quem o Clayton estava fugindo apavorado se o delegado havia morrido um ano antes? E como ele teria expulsado a quadrilha de Curitiba se Baroni o matou assim que deixou a prisão?

⁶³ Algumas dessas tramas paralelas incluem o namoro da mãe do delegado com um ex-senador que fora preso por corrupção e o nome dela apareceu nas investigações como uma fonte ligada a ele; a relação do delegado com a esposa e com a filha careceu de maiores explicações; a sabotagem do irmão do delegado, que empenhou-se em passar o patrimônio de sua mãe com Alzheimer para o nome dele e falhou em cima da hora; e a relação entre Baroni e a sua ex-esposa, mãe de seu filho.

do universo deles e torna-se um mero detalhe natural de suas personalidades. Essa despreensão fica ainda mais nítida quando a agressão de Wanda à sua namorada, Suzane, é posta em contraponto com a violência com que Baroni espanca Celeste ao pensar que ela estava grávida. As duas acabam perdendo seus agressores e é uma lástima que recursos dramáticos ou épicos extras não tenham sido incluídos para tornar mais complexas essas relações doentias de ambos os casais. Isto posto, um detalhe precisa ser duramente criticado: no dia seguinte à agressão, Celeste vê Suzane fumando um cigarro e a repreende por ela estar grávida. Como resposta, ela explica que havia visto na internet que fumar até três cigarros por dia durante a gravidez não teria problema. Em um país no qual os índices de baixa educação e de analfabetismo (funcional) atingem níveis estratosféricos⁶⁴, a cena é totalmente desprezível e gratuita, tornando-se um imenso desserviço para a população⁶⁵.

Na visão geral, uma vez que a série usa praticamente todas as cenas para focar na agilidade e na tensão proporcionada pela caçada da polícia aos culpados pelo roubo, sobra pouco espaço para uma qualificação mais detalhada das cenas e representações que incluem questões políticas e sociais. No entanto, há de se notar que a conduta profissional do delegado Macedo foge à representação frequente da polícia na emissora, retratando-o como uma pessoa séria, inteligente, altamente treinada e capacitada para sua função. Como líder da equipe, ele desbanca os fios da grande teia criminoso contando apenas com sua astúcia e um pouco do auxílio de seus assistentes (mesmo que a ajuda tenha sido na forma de pequenas tarefas delegadas por ele mesmo). Não houve críticas em nível sistêmico; a série não enfoca o jogo capitalista, mantendo reduzidos os componentes externos à sua proposta. Diante disso, em nível organizacional, observou-se no embate entre os policiais e os bandidos a composição de regras que apontam para a autoridade estatal frente às jogadas de ambos os lados do tabuleiro, que reforçam ou minam essa imagem.

O primeiro componente da análise recai sobre o trabalho de polícia. Posto que ele se apresenta contraditoriamente em relação às demais séries analisadas,

⁶⁴ No Brasil, segundo uma pesquisa nacional em 2019, a taxa de analfabetismo em pessoas de 25 ou mais anos de idade foi estimada em 6,4%. E se somados todos os níveis de instrução abaixo do ensino superior completo, temos uma população de 78,5% de pessoas somente com ensino médio, fundamental ou sem qualquer instrução no país. Disponível em: <https://bit.ly/3Ot3SFQ>.

⁶⁵ A realidade brasileira é a de que 87% das mulheres que fumam não abandonam o cigarro durante a gravidez. Na matéria, nota-se que diminuir a quantidade diária de cigarros não é uma alternativa porque as consequências são negativas. Portanto, o tabagismo é completamente contraindicado na gravidez. Disponível em: <https://bit.ly/3yAOH18>.

chama a atenção o cuidado com os diálogos e o comportamento de cada policial no ambiente de trabalho⁶⁶. Não há brincadeiras ou ofensas gratuitas fora de hora, mas uma condução profissional de indivíduos que têm uma missão e precisam cumpri-la, pois este é seu objetivo. Embora esta sinalização possa parecer óbvia, é a única ficção seriada da tese que apresenta pontos positivos e uma competência na representação da instituição policial. Esta sobriedade é notória no fato de que há policiais bons e honestos e policiais maus e corruptos, numa dosagem segura e equilibrada. A partir desta perspectiva, a série suscita a ideia de que o crime não compensa e que, de um jeito ou de outro, os criminosos irão pagar⁶⁷. Da forma que foram expostas as relações, não houve escapatória para os alvos de Macedo: aos poucos, cada um sucumbiu aos seus avanços e foi capturado ou morto pelo resto da quadrilha. Sua eficiência chegou a transbordar e atingir os colegas de profissão, quando percebe-se, na sequência de cenas do último episódio, que a ex-mulher de Baroni dava continuidade à teia de crimes, mas Germano, o delegado de Curitiba, já estava tirando suas fotos e iniciando mais uma perseguição.

Um modo de refletir sobre o eixo ideológico mais marcante é a dualidade de classe no comportamento e personalidade de Macedo em relação à de Baroni, seu rival. Como faces opostas de uma moeda que simboliza o preço irrisório das suas vidas para a sociedade, ambos dividem a qualidade de serem calculistas e de saberem prever os próximos passos dos oponentes. Entretanto, eles se apresentam no começo em posições contraditórias em relação ao caráter e, aos poucos, vão revelando as suas peculiaridades internas, a ponto de inverterem por completo a situação inicial, quando quebram as máscaras que escondiam suas reais essências. Para exemplificar, Macedo carrega um passado obscuro que lhe rendeu a expulsão da polícia cearense e o apelido de delegado *pinga-sangue*, um segredo somente revelado através de manchetes de jornais e comentários dos colegas de profissão, nos quais ele teria, supostamente, espancado uma pessoa até a morte. Ele aparenta ser um homem sério, impaciente e sem nenhum remorso deste tenebroso passado. Em contrapartida, embora saibamos que Baroni é um dos vilões, ele se mostra um rapaz pacato, simpático e gentil. Sua forma de se comunicar é tranquila e educada,

⁶⁶ Entretanto, em algumas cenas, os diálogos entre Tabora e Libânio são confusos e não informam nada sobre a situação que ambos estão vivenciando naqueles determinados momentos.

⁶⁷ Paralelamente, a série também aponta a corrupção nos poderes políticos quando o senador Gama é solto e a operação Ragnarok se mostra um fracasso no final, embora haja poucos exemplos.

demonstrando enorme carinho pela sua namorada, Celeste, e a filha dela, e agindo como o genro que toda sogra gostaria de ter.

Conforme as investigações avançam, passamos a perceber que o apelido de Macedo não condiz tanto com a sua personalidade. Mesmo ele sendo severo no ambiente de trabalho e que às vezes pega pesado com os criminosos capturados, é difícil acreditar que ele possa ter realizado algo de tamanha inclemência, pois ele se revela um homem honesto, correto e amoroso com a sua filha (embora tenha problemas de entendimento com a esposa), mas no fundo, é uma boa pessoa que deseja apenas terminar a investigação, recuperar o seu antigo emprego e voltar a viver próximo delas. Em uma conversa com Germano, ele confessa a acusação, mas diz que não estava no local na hora do ocorrido⁶⁸. Em oposição, ao assumir a liderança da quadrilha, as ações de Baroni passam a resplandecer a sua verdadeira imagem, pois a máscara de bom moço lhe é arrancada do rosto e sua face obscura é exposta: um homem cruel e inescrupuloso, uma alma distorcida e desequilibrada de um psicopata com tendências violentas aleatórias⁶⁹. Além disso, descobre-se que ele largara a faculdade para mergulhar nas emoções do submundo do crime. Embora ele tenha sido o personagem mais bem trabalhado, talvez pela carência de detalhes ou pela baixa performance do ator, sua postura impediu que esses traços lampejassem com vigor a ambivalência da sua personalidade.

As implicações dessa dualidade, além do óbvio propósito de tornar mais ambíguos e complexos os personagens, perpassa um entrave ideológico sob o véu de um maniqueísmo engambelado pelas suas apresentações iniciais dúbias. Aliás, os dois históricos de vida apresentam um confronto contraditório desde o período da infância dos personagens. Baroni era filho de um rico empresário que o agredia fisicamente e a mãe, levada por um instinto de proteção, matara o seu marido com um martelo e inventou a história de que eles tinham sido assaltados. Jorge Macedo teve um pai humilde durante a infância no Ceará e ele era provavelmente rígido e impaciente, pois expulsara a sua mãe de casa e ele só voltou a vê-la anos depois.

⁶⁸ A sua situação é corroborada pelo superintendente Muniz quando, ao telefone, ele comunica à jornalista que Macedo jamais fora condenado pelo caso e não tem ficha suja, ou seja, indica que houve um julgamento e ele fora inocentado.

⁶⁹ Entre elas, há a do acidente de carro, onde ele plantou uma arma próximo ao veículo para que o jovem tivesse mais problemas junto à polícia; o motoqueiro de sua quadrilha que ele consegue derrubar no chão e o mata friamente; a vingança do policial civil e o fato de ele repetir a tortura de triturar os dedos da mãe dele (assim como fizeram com a sua mãe); a tortura do Ney, ao cortar a sua orelha diante de sua filha; e a sádica, doente e escatológica tortura da garotinha, além de outras situações no passado (a morte da mãe e do filho do segurança da empresa que assaltaram), etc.

Assim, enquanto um tinha as condições para utilizar a sua criatividade e educação em algo produtivo e se tornar um empreendedor de sucesso, o outro, mesmo com informações pálidas sobre seu passado pode-se inferir que ascendeu socialmente.

Nesta perspectiva, o entrechoque se dá sobre os três eixos que alicerçam as suas subjetividades. Em ambos, as consciências em relação ao que existe, é certo e possível sobre o mundo, foram invertidas de tal modo que, mesmo sob um viés maniqueísta, iluminam o ponto-chave da maneira com que eles percebem as suas condições materiais, as noções acerca das consequências de seus atos e o que eles julgam desejáveis em termos de ganhos materiais. O ápice dessa colisão de forças, cujas fagulhas decorrentes iluminam o pálido espectro das lutas de classes, se dá na cena em que eles estão no avião, com Baroni algemado, rumo a Brasília para ser preso. Sua posição e educação superiores frente às do delegado revestem-no de uma aura intocável, confirmada pelos sentimentos de segurança pela riqueza escondida. Ele não possui dúvidas do que irá enfrentar e se mostra confiante e nada incomodado com o impacto que o vídeo da tortura causara no público. Não é à toa que o início do diálogo é marcado pela curiosidade do Baroni em relação ao salário do delegado, que aproveita para lhe responder ironicamente "bem mais do que você agora". A resposta desperta no antagonista uma declaração debochada, de que logo sairia da prisão, seja "pela porta da frente ou de trás"⁷⁰.

Ainda tentando sustentar a sua superioridade, Baroni procura justificar a abjeta tortura da garotinha como um meio de ajudá-la a enfrentar as *injustiças* da vida. O delegado indaga sobre as injustiças e Baroni insinua que ele "sabe do que se trata", recebendo a confirmação. De modo sutil, ambos parecem confirmar a mesma perspectiva, todavia, Macedo o surpreende ao lhe apresentar a sua versão das injustiças que lhe são conhecidas e nega participar do acordo de soltá-lo em troca de dinheiro, causando a ruptura na confiança do oponente. Uma leitura desta sequência admite que, como filho do capital (simbolizado pelo pai empresário), Baroni atuava sem limites e desimpedido pelas regras implantadas por um sistema que o favorece. Na esfera criminal, testou os aparelhos estatais para ver até onde poderia chegar (na cena da fuga da prisão, ele ignorou a possibilidade de fugir no

⁷⁰ Marcelo Borelli, o criminoso real, foi condenado a 172 anos de prisão em relação aos 21 atos na fita gravada com a tortura da criança. A pena foi depois revista e ele teria que ficar preso por vinte e dois anos. Na cadeia, foi espancado pelos detentos e sofreu abusos, pelos quais contraiu o vírus HIV, responsável pela sua morte em 2007. Ironicamente, seu pai verdadeiro não morreu durante a sua infância, ele foi à *falência*. Disponível em: <https://bit.ly/3d2jXp7>.

helicóptero, pois tinha noção de que seria absolvido por falta de provas) e, por um longo tempo, consagrou-se vitorioso, escalando os degraus da organização para se tornar o líder da quadrilha. Afora o fato de que se tratava de um criminoso cruel e perseguido pela polícia, as ideias que alicerçam as jogadas dos dois lados sugerem a imagem do poder corporativo frente aos entraves do poder estatal. Nas figuras de Macedo e Baroni, essa pálida ilustração do confronto sociopolítico de classes chega ao fim quando a calma de Baroni, amparada até o momento pela segurança de sua riqueza e privilégios, é estilhaçada diante de um adversário escrupuloso e inabalável da estirpe do delegado. O vilão não esperava enfrentar um adversário imune ao seu domínio. Assim, a maior vitória de Macedo não foi a de tê-lo levado à prisão, mas por tê-lo destruído no campo da consciência, revelando seu segredo: a máscara que encobria e conservava o seu verdadeiro poder na sociedade⁷¹.

Para concluir, uma vez que a proposta da série era focar em cenas de ação e tensão, sobrou pouco espaço para considerar elementos mais gerais e externos, dos quais se poderia retirar alguns contrapontos. No entanto, apesar de estar longe de defender possíveis mudanças estruturais, o que se pode acompanhar foi uma posição política calcada numa visão de mundo otimista e sóbria, que separa bem os problemas levantados e foca nas ações individuais ou de determinados grupos para pintar a paisagem que julga condizente com a realidade. No imenso tabuleiro montado pela sua narrativa, os dois lados agem como jogadores inteligentes. Não há visões reducionistas acerca da atividade do Estado e das suas instituições, elas simplesmente cumprem a função que lhes é dada da melhor forma como podem. No final, por ter sido bem-sucedido na missão, o seu chefe, Muniz, o convida a integrar a operação Ragnarok, que investiga políticos corruptos. No entanto, a série termina sem que Macedo confirme se continuaria na polícia de Brasília ou se retornaria para a sua terra natal. Infelizmente, não houve segunda temporada e o possível confronto entre duas instituições estatais, cujos adversários ocupariam cargos públicos. Certamente, teria sido um enorme deleite para os telespectadores observarem o delegado Macedo de novo em ação, destruindo suas consciências.

⁷¹ Na estória, o pai de Baroni estava lhe dando uma surra, quando a mãe interveio para protegê-lo e acabou sendo também agredida pelo marido. Em seguida, num ato irracional, ela o acerta com um martelo na cabeça, matando-o instantaneamente. Os jornais noticiaram que um bandido havia sido o responsável. Porém, o que mais parece ter humilhado e destruído Baroni foi a lembrança de que ele havia se tornado igual ao pai (e não por ser um criminoso sádico e impiedoso).

6.8 Caçador: A Relação Dúplice Moral do Caçador e da Presa

Em cada pessoa mora uma inocência própria. A minha inocência não me traz felicidade e nem me tranquiliza. Como posso ser caçador e presa ao mesmo tempo? Será que sou um caçador que não sabe para onde a mira está apontada? – André Câmara

O seriado *O Caçador* foi exibido na Rede Globo do dia 11 de abril a 11 de julho de 2014. Sua primeira temporada apresenta 14 episódios que contaram com os roteiros de Fernando Bonassi, Marçal Aquino, José Alvarenga Jr., Sergio Goldenberg, Ronaldo Santos, Victor Navas e Lucas Paraíso. A direção ficou por conta de José Alvarenga Jr. e Heitor Dhália. A trama é sobre André Câmara (Cauã Reymond), um policial honesto e dedicado que integra a Divisão Antissequestros da Polícia Civil, cujo líder é o seu pai, Saulo Câmara (Jackson Antunes). Na comemoração da aposentadoria e do aniversário de Saulo, André revela que sua equipe achara o cativo do garoto sequestrado e iriam realizar a invasão naquela madrugada. A força policial entra na residência e descobre que a criança havia sido removida pouco antes, pois alguém da equipe vazara a informação. André descobre o envolvimento do pai entre os culpados. No dia seguinte, os policiais fazem uma batida em sua casa e coletam provas, entre elas, um celular plantado para incriminá-lo e André é levado preso para a delegacia. Saulo revela o motivo da traição, pois ele tinha somente mais seis meses de vida por conta de um câncer em estágio avançado. Em seguida, ele pede que seu filho se incrimine para salvá-lo da prisão e da desgraça, reconhecendo que as provas são frágeis e poderiam ser facilmente desmentidas. André aceita o sacrifício por amor ao seu pai que ainda lhe promete gravar um depoimento, confessando a participação no sequestro, para livrá-lo da pena. Pouco mais de três anos depois, André é liberado e inicia a busca das provas de sua inocência, quando o Delegado Lopes (Ailton Graça) o convida a ser um caçador de recompensas do submundo do crime⁷².

Quanto à parte técnica, é mais um seriado que apresenta uma estética do cinema com muitas cenas envolvendo câmeras frenéticas, uma iluminação pesada e dura e momentos introvertidos, de um silêncio excruciante, que desvela o estado de espírito do protagonista. A cidade do Rio de Janeiro é retratada com elementos distantes de sua típica paisagem, dando lugar a becos escuros e noites sombrias. Uma vez que o protagonista desliza por ambientes do submundo do crime é de se

⁷² A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3SlyEmJ>.

esperar cenas que tiram o fôlego dos telespectadores e os deixam enclausurados em aposentos lúgubres, sem a menor noção do que poderá acontecer em seguida. Sobre o elenco, Alejandro Claveaux e Cleo Pires encarnaram seus personagens de maneira habilidosa. Cauã Reymond entregou uma performance acima da média, intercalando momentos cativantes, mas deixando a desejar em outros⁷³. Talvez a maior qualidade do seriado seja a capacidade de mexer com o ânimo do público, entregando cenas recheadas de violência e situações de tirar o fôlego, sobretudo pelo excelente uso da trilha sonora, que cumpre o seu papel de imobilizá-los e torná-los indefesos em suas cadeiras.

O gênero do seriado é bastante conhecido do público e procurou manter os mesmos elementos clássicos. Em cada episódio, o Delegado Lopes apresenta um cliente interessado em contratar André para caçar pessoas desaparecidas, sejam elas do submundo do crime, da máfia ou apenas fugitivos de seus países por conta de envolvimento ilícitos. Em paralelo, acompanhamos a busca do protagonista por respostas sobre seu passado e as pesadas investidas de Kátia Câmara (Cléo Pires), namorada de seu irmão, o Delegado Alexandre (Alejandro Claveaux), que se aproxima com segundas intenções, convertendo-se em objeto de seu desejo para alimentar a toxicidade da relação fraternal. No desfecho, André descobre que Marinalva, filha de Ribeiro, foi quem tivera a ideia de realizar o sequestro do filho de Paulo Sultão, o traficante mais perigoso do local⁷⁴. Numa cena em que André está prestes a morrer queimado, o bandido recebe um telefone e descobre que o filho estava vivo. Com isso, ele é reintegrado à polícia, mas não antes de viajar ao Paraguai para matar o Ribeiro, descobrir que ele era seu verdadeiro pai e sua mãe revelar que encontrara o depoimento filmado de Saulo em uma caixa velha, livrando-o da culpa pelo sequestro.

A plasticidade com que é construída a estrutura dramática, torna exagerada a sua proposta e apresenta elementos que inviabilizam a trama. O maior exemplo é o de quando Saulo permitira que Ribeiro invadisse a residência de André para incriminá-lo. Na delegacia, ele buscou justificar o seu desesperado ato diante do

⁷³ Um dos maiores exemplos é no episódio 12, quando André está prestes a entrar na pilha de pneus para ser queimado vivo, no famoso "micro-ondas", e seu comportamento é apático, como se fosse um mero inconveniente, apesar de estar contemplando a possibilidade da morte.

⁷⁴ Para incrementar, Marinalva era dançarina de uma casa noturna quando conheceu Paulo Sultão. Mais tarde, ao descobrir que ele teria uma filha com sua esposa (ele lhe prometera que viveriam juntos), sentiu-se traída e o expulsou de sua vida. Porém, por vingança, revelou seu plano de sequestrar o filho dele para Ribeiro, que depois chamou Saulo para fazer parte. O resgate foi pago e a criança dada a ela, mas em vez de devolvê-la ao traficante, entregou a um matador.

filho, afirmando ter certeza de que ele iria denunciá-lo. Contudo, se ele o conhecia tão bem, como declarou, por que acreditar que seria mais complicado para o filho esconder a verdade de todo mundo e desistir da denúncia do que aceitar a prisão para ajudá-lo? Uma visita naquela manhã ao filho e fazer-lhe a mesma proposta não seria mais prático e menos danoso para ambos? Além disso, como integrantes da força policial, suas experiências não lhe renderiam o conhecimento de que um julgamento levaria mais de seis meses⁷⁵ (terminando após a morte de Saulo) ou que um depoimento gravado por um pai para salvar um filho seria de muito pouca utilidade perante um júri? E quando ficou combinado que ele iria se sacrificar pelo pai (que afirmou que as provas eram *frágeis*), os dois não poderiam planejar uma defesa mais contundente com a qual André pudesse manter a sua inocência e, após a morte do pai durante o julgamento, fosse inocentado? Essas são perguntas que permanecem sem resposta diante da sua baixa qualidade narrativa e dramática.

Não obstante, é válido comentar a relação de André com a sua família. Por conta de sua condenação, sua mãe e seu irmão nutrem um profundo sentimento de raiva e desprezo, optando por mantê-lo afastado de suas vidas. Em uma cena na clínica psiquiátrica, a mãe vê os dois filhos brigando e diz que "só tem uma coisa boa que você pode fazer pro que sobrou da nossa família, sumir de vez da nossa vida", deixando-o furioso ao ir embora. Esta situação, embora sutil e sintomática das emoções que envolvem o trio, acaba eclipsando a incapacidade de André de perceber o óbvio: em seu leito de morte, Saulo não fora capaz nem de revelar sua inocência para a própria família. Como se descobre, mais tarde, que ele gravara o depoimento (aceitando a humilhação que eles teriam de enfrentar), por que ele iria manter essa informação escondida das pessoas que melhor poderiam ajudar André a se recuperar? Os motivos deste "deslize" não são explanados na estória, apesar de serem passíveis de crítica pelo descuido narrativo⁷⁶. Afinal, a perda do apoio da mãe e o desprezo do irmão, mostrados como frutos diretos de sua condenação,

⁷⁵ No final, descobre-se que Saulo jamais recebera a sua parte do dinheiro do sequestro. Como a sua morte deveria ocorrer durante o julgamento e, sabendo pela gravação que deixara que essas eram as suas intenções, não seria o caso de ele dar um último depoimento no tribunal, ao vivo ou gravado, antes de falecer? E caso ele jamais tivesse tido a intenção de fazer isso, algo que não foi considerado pelo seriado, uma vez que não recebeu o dinheiro, não poderia usar toda a sua força e influência na polícia para salvar o filho da condenação?

⁷⁶ Em momento algum ficou esclarecido que Saulo possuía algum sentimento de vingança ou de tentar prejudicar a vida do "filho". Pelo contrário, a mãe de André revela que seu pai amava-o mais do que a seu irmão e o depoimento final confirma os seus sentimentos. Além disso, por que ele iria gravar o depoimento e não revelar à família ou colocar uma prova tão importante em uma caixa de sapato velha sem comunicar a ninguém?

são importantes forças paralelas de impulsão dramática que jamais existiriam em um universo condizente com o que deveriam ser as reais intenções de Saulo.

Quanto à visão geral, no que tange ao título, ele refere-se obviamente à atividade profissional de André como caçador de recompensas, embora também sugira que ele seja um caçador das provas de sua inocência. Embora a sucessão de eventos confusos e absurdos tenha apresentado dificuldades extras à análise, não houve uma crítica em nível sistêmico. O seriado observa o jogo capitalista de modo indireto, cujas regras desvelam-se pelas ações e intenções dos personagens, formando um submundo do crime desenfreado frente à impossibilidade estatal de cercear suas práticas e onde dois grupos principais, André, Lopes e seus aliados e os criminosos, se enfrentam para sobreviver. Dado que a realidade pintada é suja, imoral, pervertida e desonesta, André carrega a tocha que ilumina o caminho das jogadas: um ex-policial que, agindo praticamente sozinho, desfere duros golpes na criminalidade, encarnando quase uma força sobrenatural de combate ao crime. É neste eixo que estão posicionadas as principais questões a serem destrinchadas na análise. Por fim, as desigualdades sociais encontram-se latentes e são tratadas nas cenas como uma enfermidade ignorada por não haver uma cura.

De início, um fato chama bastante a atenção: na prática, André não é um caçador. Pela conjunção dos aspectos que constituem essa atividade, com certeza ela não envolve a captura de "presas" que surgem por livre e espontânea vontade diante dele ou por lhe serem entregues sem o mínimo esforço. Diante disso, pode-se dizer que a sua função primordial é pulverizada pela superficialidade com que são conduzidas as investigações. As pistas que ele seleciona para iniciar e guiar as suas buscas são intuitivas e óbvias, descaracterizando a suposta experiência que deveria ter (o modo como ele apura e orienta as suas "caçadas" não tem nada de especial e poderia ser facilmente realizado pelas mesmas pessoas que o estavam contratando). Além do mais, ele parece ter sido imbuído de uma "aura mágica", cujo poder é o de fazê-lo obter informações instantaneamente e sem o dispêndio de quaisquer esforços investigativos, chegando ao nível de receber confissões de arrependimento ou culpa gratuitamente dos personagens em momentos destoantes de seus comportamentos e intenções.

Por outro lado, expressivas evidências permitem confirmar a sua condição de presa⁷⁷. Após cumprir pena, André constata que não sabe ser um "fora da lei", pois jamais aprendera a jogar pelas regras deste lado do tabuleiro e, no submundo do crime, aqueles que desconhecem ou ignoram as habilidades para a sua auto-sobrevivência se tornam, rapidamente, a presa de seus inimigos. Na abertura do seriado, ele chega a indagar: "como posso ser caçador e presa ao mesmo tempo?". A pergunta serve como o prenúncio da complexa situação a ser encarada e é essa dupla alegoria que carrega as dimensões mais relevantes da reprodução ideológica no seriado: uma poderosa identificação moral que justifica suas atitudes ilícitas e a dualidade na posição de classe que existe entre as duas profissões ocupadas pelo protagonista durante momentos diferentes do seriado.

A primeira é a de consolidar em André uma imagem humana, de falhas e erros e suas possibilidades de correção, gerando uma identificação imediata com o seu comportamento, seus ideais e valores. Os freios morais que ele enfrenta após a prisão são frutos da criação dada por sua família e que vai se tornando dissonante em meio à sua nova atividade. Sua visão de mundo enquanto um bom policial que perseguia sequestradores estava dotada do ímpeto moral para melhorar o mundo e combater as pessoas más e criminosas. Todavia, quando aceita ser preso para não prejudicar o pai, ele falha em seu primeiro teste. O André que fora ensinado a agir sob rígidas regras de conduta e uma honestidade inabalável, de repente, se viu como cúmplice de um crime hediondo, fazendo com que a sua vida desmoronasse antes mesmo de ser condenado. Disso resulta o enorme vazio que embaralha suas definições do que é bom e/ou mal na existência humana, produzindo fortes efeitos depressivos. Um exemplo ocorre nas cenas em que ele defronta o irmão e este lhe aponta uma arma ameaçadoramente (por mais vezes do que seria plausível). Sem saída, André implora por um tiro de misericórdia, um tiro que possa tirá-lo de uma situação quase trágica e da qual não sabe escapar.

⁷⁷ Seu papel de presa é reforçado pelos incontáveis momentos em que ele é capturado de surpresa, seja onde estiver e apesar de estar sempre às escondidas, vivendo uma vida de foragido: quando ele é metralhado no ponto de ônibus, assim que deixa a penitenciária; quando invade a antiga casa de Ribeiro e, coincidentemente, dois bandidos de Paulo Sultão esperavam por ele; dois policiais em uma moto sabiam a hora e local onde ele estaria para tentarem metralhá-lo; ao dirigir seu carro por uma rua qualquer, ele cai na armadilha dos bandidos e troca tiros; Paulo Sultão sabia a hora exata e a rua em que ele iria passar dirigindo e usa um de seus carros para provocar um acidente e ameaçá-lo de morte; quando André está indo visitar a igreja evangélica, ele leva uma coronhada de um policial a mando de seu irmão e desmaia; após visitar a casa do chinês que o contratou, André leva uma pancada na cabeça, desmaia, e vira prisioneiro da máfia chinesa; os bandidos de Paulo Sultão sabem o restaurante exato em que André irá almoçar para poderem capturá-lo; entre outros.

Esses efeitos vão se aprofundando a cada episódio, escancarando os traços de sua conturbada consciência, conforme André adquire clientes mais perigosos⁷⁸. Sendo quase impossível manter-se inocente numa atividade profissional que exige uma completa imersão em um território repleto de criminosos, o seriado precisava minimizar ou justificar as situações em que ele comete inúmeros delitos penais, seja ocultando suas ações criminosas ou amparando-as como "legítima defesa". Entre as principais, estão a morte do guarda-costas de Manuel Benítez, o mesmo que havia matado o delegado Lopes; os dois policiais na moto que aguardavam sua chegada e começaram a atirar na sua direção; a morte do alemão nazista em que ele foi cúmplice; e a morte dos dois funcionários da clínica psiquiátrica⁷⁹, entre outras infrações. Para o telespectador, pode ser fácil compreender as suas razões e justificar sua conduta criminosa em prol de limpar o seu nome. Inclusive, como vítima do embaralhamento moral sofrido, André não se enxerga como um criminoso, sobretudo porque seus crimes revestem-se de uma aura que exclui sua culpabilidade em âmbito moral, algo explorado pela equipe de roteiristas. Com isso, ele julga estar fazendo o correto na trajetória rumo à sua inocência, malgrado seja um correto obtuso e deformado, responsável por corroer o seu caráter e suas noções éticas. O resultado foi um acúmulo de crimes para seu manchado histórico de antecedentes criminais. E o quadro fica ainda mais complicado quando se sabe que ele tem intenção de retornar à polícia. Assim, é possível indagar novamente: qual a finalidade de cumprir os seus objetivos e restaurar sua inocência no caso do sequestro, mas retornar à prisão por conta de novas infrações penais? Que motivos iriam levá-lo a sair da imundície, sujando-se ainda mais?

Por este ângulo, apenas uma causa surge como a principal: a sua pena de prisão de mais de três anos. Longe de esbarrar no horizonte do senso comum para reiterar os argumentos óbvios de que a vida no cárcere é transformadora e gera estigmas para aqueles que a enfrentaram (talvez incuráveis), o ponto nevrálgico é que a sua prisão decreta um corte vertical na sua vida e desvela traços preciosos

⁷⁸ Sem adentrar a questão de julgar o nível de periculosidade de cada contrato realizado, o que seria impossível mensurar, ao menos, pode-se basear que no começo, ele enfrentava indivíduos isolados, cujas ações não interferiam em problemas de maior escala; porém, mais para o final, ele passa a lidar com indivíduos perigosos, escudados por redes criminosas, como no caso dos dois bicheiros, no da máfia chinesa no RJ e no do Ribeiro como chefe do tráfico no Paraguai.

⁷⁹ O seriado não deixa evidente que os dois funcionários da clínica estivessem mortos, mas isso não retira a culpabilidade por outros crimes, pois visivelmente ensanguentados, eles foram vítimas de um ataque. Além disso, há muitos exemplos de pessoas que morreram por um envolvimento direto ou indireto com André em diversos episódios.

acerca das suas posições de classe, mascarando uma visão sobre o Estado através da dupla imagem do "caçador e presa". Quando era parte da força policial, André revelava uma educação simples, era trabalhador e honesto, muito por conta de seu pai, um delegado da divisão anti-sequestro e de passado "ilibado" (segundo a sua própria perspectiva⁸⁰). De repente, ele testemunha o que uma corrupção endêmica é capaz de destruir, pois mesmo tendo sido diagnosticado com câncer, uma vida toda com dignidade e integridade não fora suficiente para que Saulo rejeitasse o convite de Ribeiro para participar do crime hediondo de sequestro de uma criança (o mesmo crime que ambos investiram a carreira toda para combater). Ademais, a facilidade com que alguns personagens aparentemente bons tomam decisões de extrema gravidade moral chega a ser perturbadora, sugerindo, em um quadro mais geral, que a honestidade não compensa num sistema decrépito de regras corruptas e indivíduos egoístas.

Outros policiais legitimam esse quadro pessimista, representado pela força policial como uma instituição em plena decadência e cuja ineficácia é exacerbada. A própria rapidez com que Ribeiro consegue se tornar um criminoso de gigantes proporções no Paraguai, odiado até por outros criminosos de lá, é um indicativo da linha tênue que o seriado posiciona para separar o Estado da prática criminal. Seu irmão, o delegado Alexandre, construído para carregar algum ideal mínimo de honestidade e consciência, ainda assim é retratado como um policial totalmente inexperiente e despreparado psicologicamente para o cargo. Até o delegado Lopes expressa uma imoralidade em múltiplas situações ao lidar com as pessoas caçadas. No entanto, o episódio em que isso fica mais descarado é quando André está num restaurante e o local é invadido por bandidos que prendem as pessoas na cozinha enquanto aguardam a chegada do "patrão". Mesmo com barulho de tiros, eles não precisam se preocupar, pois "sabem" que não há policiamento algum nesta cidade do seriado para detê-los ou incomodá-los. Inclusive, o traficante Paulo Sultão⁸¹, o

⁸⁰ Assim como André não acredita ter se tornado um criminoso, quando seu pai afirma que sempre fora honesto, é bem provável que sua consciência estivesse desalinhada com esta fala, até pelo fato de ter aceitado participar do sequestro de uma criança, uma decisão complexa e bastante sádica de ser tomada por alguém que viveu a vida inteira neste meio com uma "moral inabalável".

⁸¹ Pelo conjunto das ações desencadeadas, é evidente que a espera dos bandidos pelo seu chefe foi algo programado. Depois de colocarem as pessoas na cozinha, eles se sentam para comer e beber chope, como se tivessem todo o tempo do mundo. O único celular que eles apreendem é o de Tais (Bárbara Paz), ou seja, os outros tinham seus meios de se comunicar com o mundo lá fora. Uma operação desta espécie deveria ocorrer na maior rapidez possível, com Paulo Sultão, obviamente, encontrando os bandidos antes da invasão. Assim, se a sequência foi construída para visar efeitos dramáticos e gerar tensão, ela peca pela profunda perda do senso de realidade.

chefe da quadrilha, nem se prontificou a estar lá no momento da invasão, e chegou atrasado, confirmando a visão pessimista. Dentro desta paisagem caótica, não há como deixar de perceber dois mecanismos de sujeição e obediência: a resignação, na forma da escuridão que obscurece quaisquer resquícios positivos e reproduz as impossibilidades de mudança diante de um sistema descontrolado; e o medo, reforçado pelas constantes visões de criminosos agindo de modo desenfreado e sem preocupações e ainda enfrentando policiais ineptos e corruptos.

Nesse sentido, o suposto enaltecimento do Estado (e do sistema jurídico e penal), quando a sentença de André foi resolvida "em menos de seis meses", deve ser examinado com bastante precaução, descartando-se a exposição implausível e negligente de sua efetividade. Principalmente, porque esta situação específica não condiz com o restante das representações negativas da instituição estatal. Por um salário baixo da polícia, os agentes são retratados à beira de se transformar no que devem combater e isto quando não são totalmente inexperientes e incompetentes. Em compensação, quando André deixa a prisão e passa a atuar por conta própria e dependendo apenas de si mesmo, uma significativa transformação opera em sua consciência. Ele se torna uma espécie de símbolo da energia e do vigor individual, uma entidade que ilumina as características positivas da ação individual frente às coletivas. Ao adquirir a "independência" quando se converte em um caçador livre das amarras estatais, ele se torna competente, eficaz e preciso em suas maneiras de combater o crime, um empreendedor nato do ramo de caçadas humanas. Portanto, não é à toa que o personagem adquire a habilidade "mágica" para resolver todos os problemas que o Estado é supostamente incapaz: com uma mão, ele solidifica a insuficiência do poder público, criticando as regras que sustentam as suas práticas e, com a outra, reitera as qualidades individuais da sua nova visão de mundo.

Por fim, é interessante notar os possíveis motivos que levaram o seriado a descartar a sua culpa nos crimes cometidos. Tendo sido perdoado antes mesmo de saber que o depoimento de Saulo existia, ele conseguiu "provar" sua inocência por ter apenas entregue o filho de volta ao traficante, ou seja, sem interposição alguma de meios legais responsáveis por isso. Além do mais, o Estado seria talvez o seu maior aliado na caçada pelas provas de sua inocência, mas em momento algum ele pareceu interessado nessa ajuda. Pelo contrário, os crimes cometidos foram todos anulados por incompetência da máquina estatal e suas instituições retratadas como ineptas para lidar com a criminalidade. Essa questão transborda e atinge também

Marinalva, que foi salva da morte no último minuto e escapou para se esconder na igreja⁸² sem ser jamais investigada por ter sido a mandante decisiva do sequestro.

Para concluir, o seriado apresentou uma trama com boas doses de ação e intrigas. Sob o pano de fundo de um protagonista carismático que se tornou um caçador de recompensas depois de ser preso no lugar do pai e de querer buscar sua inocência a qualquer custo, a sua narrativa pode ser considerada interessante se forem suspensos muitos dos absurdos que ocorrem e da evidente inviabilização da estrutura dramática. Em relação à análise, ao ser imbuído de uma falsa destreza e uma infalibilidade incoerentes com a sua construção, André é retratado como um símbolo de oposição ao poder público, ao mesmo tempo que em nível situacional, reforça, através das caçadas facilmente resolvidas, a superioridade e eficiência das ações individuais no combate ao crime. Em outras palavras, sem uma crítica direta ao jogo capitalista, o seriado expõe as mazelas da nossa sociedade como as regras institucionalizadas de um sistema decadente e corrupto, construindo um quadro de profundo pessimismo acerca do Estado e da força policial, retratados como sujos e incompetentes. No final, André é mostrado num carro de polícia, fardado e pronto para mais uma missão. Se antes ele era inocente e fora condenado, desta vez, ele fora absolvido em meio a inúmeros crimes. Seria esta cena uma manifestação de sua vontade implacável de melhorar o mundo ou a alegoria de sua vitória frente à decadência do sistema? Se houvesse a segunda temporada, certamente, o público estaria ávido em saber qual André estaria no comando das suas ações.

6.9 Dupla Identidade: A Corrosão em Série dos Aparelhos Estatais

E eu nem vou precisar [provar], porque, com certeza, com a sua extradição, eu duvido que você consiga escapar de uma condenação nos Estados Unidos. Eu vou ter um prazer inenarrável de sentir o cheiro da tua carne fritando na cadeira elétrica! – Vera Müller

A série *Dupla Identidade* foi exibida pela emissora Rede Globo de 19 de setembro a 19 de dezembro de 2014. A sua única temporada conta com treze episódios escritos por Glória Perez e a direção geral de René Sampaio e Mauro

⁸² Um assunto paralelo, mas que convém enfatizar, é quando André visita Marinalva na igreja e seu marido, o pastor (Bukassa Kabengele), revela que no passado era uma travesti conhecida como Jane (enquanto mostra as marcas de bisturi que removeram as próteses dos peitos) e, segundo suas palavras, "até que o Senhor me convocou para servir ao seu exército". Sem relação dramática alguma com a trama e, portanto, gratuita, é bastante lamentável observar um personagem sugerir que a identidade de gênero das travestis seria uma espécie de "doença" ou "perversão" passível de cura pelo discurso religioso.

Mendonça Filho. Para construir sua estória, a autora se baseou nas conversas com psiquiatras e especialistas em perfis psicológicos⁸³. A trama é sobre os homicídios em série cometidos por Eduardo Borges (Bruno Gagliasso), os quais resultaram na criação da equipe policial de investigação sob o comando do delegado Alexandre Dias (Marcelo Novaes). Pela quantidade de mortes similares e a pressão pública cobrando a resolução do caso, Vera Müller (Luana Piovani), autora de livros sobre *serial killers* e psicóloga forense, é apontada pelo governador para contribuir com a sua experiência adquirida no FBI. Paralelamente, Eduardo trabalha no gabinete do senador Otto Veiga (Aderbal Freire Filho) como advogado de sua equipe e tem a meta de escalar os degraus da carreira política, tornando-se, a curto prazo, seu suplente. Enquanto buscava relatórios sobre os crimes na delegacia de polícia a mando do senador, ele avista Rayane Gurgel (Débora Falabella), uma das pessoas que havia trabalhado com a última vítima. A partir daí, a estória acompanha os objetivos de Edu em meio aos assassinatos, o seu relacionamento conturbado com a namorada Ray e seu perverso jogo de gato e rato com a equipe de policiais⁸⁴. A segunda temporada chegou a ser confirmada, mas foi cancelada posteriormente⁸⁵.

Quanto ao seus aspectos técnicos, a série apresenta uma boa direção, um departamento de arte afiado e uma fotografia instigante. A imagem típica do Rio de Janeiro, de sol, calor e praias é posta de lado para nos apresentar uma cidade sombria e soturna, o cenário perfeito para a macabra realidade onde a trama será desencadeada. A frieza⁸⁶ com que Edu conduz seus crimes transborda pelas cenas, invadindo o psicológico e congelando as emoções tanto dos personagens quanto do público. Logo, não há momentos de alegria, prazeres leves e sorrisos, apenas o mal-estar e o sofrimento de uma caçada a um homem implacável e doente que deixa um rastro de dor e agonia pelo caminho. As atuações de Bruno Gagliasso e Débora Falabella são impecáveis. A série foi bem-sucedida ao expor, do lado dele, o descaso e a indiferença de um psicopata perante uma relação vazia; e do lado dela, as expectativas frustradas de uma mulher sensível e frágil, que de repente se vê namorando um assassino. Essa performance de alta qualidade fica evidente diante dos prêmios conquistados. A trilha sonora completa o quadro ao introduzir

⁸³ Segundo *O Globo*. Disponível em: <https://glo.bo/3786gzq>.

⁸⁴ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3RrbRVw>.

⁸⁵ Segundo a *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://bit.ly/39jFSmT>.

⁸⁶ Theodore Robert Bundy, o Ted Bundy, notório *serial killer* norte-americano que confessou trinta homicídios de 1974 a 1978, serviu para a montagem do personagem psicopata de Bruno Gagliasso.

músicas do Sepultura para nos aproximar da mente do personagem e nos ajudar a "revelar a verdadeira alma de cada um"⁸⁷.

A estrutura dramática repousa sobre o gênero clássico do drama policial e alguns temperos brasileiros foram adicionados para entregar uma obra com boas emoções. Há dois núcleos principais, o grupo de investigação da polícia e o Edu. Ambos movimentam-se e alavancam a trama a partir dos passos do outro, em uma conexão dramática simbiótica. A princípio, pela constituição deste tipo de gênero, os protagonistas deveriam ser os policiais, no entanto, a série inverte as posições e transforma o enredo na ascensão política de Edu em meio aos crimes, relegando o papel de antagonista ao delegado e sua equipe. Em relação à sua composição, há uma grande quantidade de cenas confusas, impertinentes e/ou inverossímeis, ora resolvidas às pressas e de maneira leviana, ora deixadas de lado, incorrendo no grave erro de esquecer personagens e objetos-chave⁸⁸. Seja pela experiência da autora em telenovelas (onde há incessantes exposições a cada capítulo), seja pela dificuldade do gênero, os diálogos contêm muitas explicações desnecessárias ou intenções e falas absurdas, o que torna seu desenvolvimento dramático artificial e plástico. Além disso, os personagens parecem tomar conhecimento do universo narrativo ao adentrar o horizonte diegético pela primeira vez, como se estivessem conhecendo aquele mundo ao mesmo tempo que os telespectadores, quando, na verdade, suas ações deveriam ser condizentes com as relações prévias construídas para eles (e as relações deles com o espaço narrativo).

Para a visão geral, a série retrata uma profunda descrença no Estado e nos seus aparelhos: a figura política do senador, a força policial e o sistema judiciário. Todos são apresentados como incompetentes, corruptos e despreparados para lidar com a genialidade e a materialização ideológica do protagonista. Não há críticas em nível sistêmico; a série observa o capitalismo como um jogo que engendrou regras de uma corrupção endêmica e desenfreada. Diante disso, seu aporte em relação às estruturas do poder estatal é de extremo exagero negativo, deturpando sua função e as suas áreas de competência por meio de construções poderosas que corroem quaisquer imagens positivas. Em outras palavras, o Estado está em frangalhos e os seus aparelhos, quebrados e obsoletos, transmitindo a sensação de

⁸⁷ Segundo o *Extra*. Disponível em: <https://glo.bo/3fjr6zJ>.

⁸⁸ Um exemplo de personagem-chave esquecido foi o Ivan, amigo de Edu, defenestrado por ele durante um coquetel. O objeto é o isqueiro de Edu. Ambos serão melhor abordados adiante.

que não se pode tentar mudar aquilo que não tem conserto e que, portanto, a única saída é destruí-lo. Isto posto, a análise inicia pela exaltação neoliberal de Edu, cujas jogadas procuram gerar valor e aceitação para a imagem que ele carrega. Em seguida, sob o eixo organizacional, discutirei o embate entre o protagonista e os aparelhos estatais, cada um impondo suas regras e jogadas típicas, a partir de três exemplos que reforçam visões estreitas e perniciosas sobre o Estado. O resultado é uma pintura desanimadora, pessimista em relação às suas condutas burocráticas, jurídicas e políticas. Por fim, as desigualdades sociais não tiveram proeminência suficiente para serem incluídas na análise.

Inicialmente, nota-se que Edu representa o ideal do *Self-made man*, isto é, o homem que conquista seu sucesso e destaque por conta dos próprios esforços, o jovem implacável, dotado de qualidades e inteligência superior, que desafia as normas impostas e atinge a vitória por mérito individual. Sua trajetória biográfica revela um rapaz que veio dos Estados Unidos para o Brasil, estudou e formou-se em Direito e Psicologia, conseguiu se integrar à equipe de advogados do senador e fazê-lo acreditar que estava diante de seu sucessor na carreira política. Tudo feito por conta própria, sem a ajuda de ninguém (isto fica evidente pela ausência de amigos de Edu). Para funcionar como estandarte neoliberal, Edu precisa se apoiar na contraofensiva às pautas de esquerda presentes no país desde o início do século e reproduzir a ideia enganosa de que ele se trata do "único sistema que funciona". Por isso, não chega a ser surpresa que seus adversários, tanto aqueles no percurso de sua glória individual na carreira política quanto os que desejam vê-lo atrás das grades, sejam retratados como incompetentes, desonestos e despreparados para lidar com a mente brilhante de um homem e seu ideal imbatível. Atuando sozinho, Edu consegue enfrentar, derrubar e corroer todas as instituições e indivíduos que ousam invadir o seu caminho. Nada e ninguém consegue pará-lo, ele está sempre dois passos à frente, traçando estratégias e antevendo as situações para anular os efeitos indesejados. Apesar de capturado no final, a sua vitória se deve à sua bem-sucedida missão de destroçar o Estado, fazendo-o parecer incapaz de atender aos problemas do país.

Em plena sintonia com o seu discurso político, Edu representa também o novo frente à destruição do velho, a energia brutal que precisa aniquilar depressa

o antigo, o tradicional, o conservadorismo arcaico⁸⁹. Todos os personagens de mais idade, sem exceção, são destruídos e/ou seduzidos pela mente perspicaz e afiada de um jovem em rota de colisão com as estruturas, normas e valores ultrapassados da sociedade. O fato de Edu matar as suas vítimas não chega a danificar a imagem neoliberal que ele intenciona resplandecer, pois as ações que participam da sua ascensão profissional, social e política (em paralelo aos efeitos destrutivos), não ocorrem *por causa* ou *por consequência* dessas mortes, salvo pela defenestração de Ivan⁹⁰. A série evidencia que a sua condição é patológica, portanto, ele está blindado de juízos de valor. As ideias subjacentes aos seus pensamentos e à sua efetiva ação de mobilização neoliberal podem ser desveladas ao separar Edu em seus dois poderosos arquétipos, o seu *duplo viés ideológico*: o do herói que ativa determinados mecanismos de sujeição para disseminar um discurso político que julga restabelecer o equilíbrio das relações sociais por meio da urgente redução da influência estatal; e o rebelde, cujo conjunto de qualidades é minuciosamente construído para ele despejar seus raios corrosivos nas estruturas antiquadas e se auto-evidenciar como uma nova força política. Isto posto, será possível observar cada um desses elementos em meio às suas relações com a força policial, com o senador e com o sistema jurídico, em seu posterior julgamento.

O delegado Dias, à frente do grupo de investigação da força policial, ocupa uma posição de liderança numa equipe "elite" (segundo as suas palavras), porém, ele se apresenta como um homem perdido, inseguro, despreparado para a função. Sua relação com Vera é de desprezo pelo seu conhecimento adquirido no FBI, um sentimento que contagia os demais membros do grupo⁹¹. Diante de uma série de assassinatos dos quais a sua equipe não possui nenhuma pista, a presença dela, apontada diretamente pelo governador para o cargo, em vez de celebrada e bem-vinda como um auxílio extra, é tratada como um empecilho. Não obstante, é senso comum que ainda hoje as mulheres sofrem preconceitos no ambiente de trabalho e

⁸⁹ Outros exemplos de jovens completam o quadro: Ivan, seu amigo de faculdade, investiga o caso da documentação e é o único a descobrir que Edu é culpado; o filho do senador, Otto Veiga Junior, é um garoto lúcido, muito mais maduro e racional que o pai, percebendo logo as suas falhas em relação ao Edu; a filha do delegado, Tatiana, embora seja seduzida por Edu e fique cega diante de suas ações criminosas, é esperta a ponto de enganar o pai e a mãe em mais de uma oportunidade.

⁹⁰ A única vítima de Edu que cruzara o seu caminho profissional e significou uma ameaça aos seus planos foi o seu amigo Ivan e, mesmo assim, a sua morte foi esquecida pela série, deixando de ser investigada pela polícia ou considerada minimamente estranha, como será desenvolvido adiante.

⁹¹ O policial Nelson, repetidas vezes faz piada com os argumentos de Vera ou presume-os como algo insano, sem fundamento, apesar de estar longe de seu conhecimento. Outra policial também desdenha das observações de Vera.

precisam constantemente provar o seu valor perante os homens, sobretudo em um ambiente masculinizado como o de uma delegacia de polícia. O que poderia tornar essas cenas uma crítica contundente, infelizmente, faz com que a visão misógina adquira força, pois a própria personagem reforça este pensamento. Apesar de estar correta nas suas observações sobre Edu e de ter sido a primeira a desconfiar dele, ela em nada se aproxima da imagem de uma especialista desse campo, cuja lógica e argumentos deveriam impor respeito sobre os que nada compreendem sobre o assunto. Além disso, quando as primeiras provas começam a surgir, três eventos, ocorridos num breve intervalo, evidenciam a incompetência e o quadro caótico da delegacia: eles encontram o celular de uma das vítimas no *apartamento do filho do senador*, onde ficou comprovado que o político passara a noite com ela; o ex-noivo de outra vítima encontra o isqueiro de Edu, *futuro suplente do senador*, no local onde ela fora raptada; e Ivan, *um dos funcionários do senador*, cai do terraço de um prédio durante um coquetel, onde ele e Edu discutiram sozinhos momentos antes da queda, e ninguém desconfiou ou investigou se era mesmo suicídio.

Ao observá-los em conjunto, chega a ser espantoso que o delegado seja incapaz de montar as peças, que nenhuma suspeita fora levantada e absolutamente nada foi feito diante dessas informações. Quando eles descobrem quem era o dono do isqueiro, imediatamente, levantaram um relatório sobre a vida de Edu, onde estavam declarados sua profissão, sua educação e o trabalho voluntário no GAV⁹². Porém, tão logo Edu mostrou um B.O sobre um falso roubo de documentos e do isqueiro, o delegado deixou de considerar o objeto como uma prova válida e digna de investigação, mesmo quando outras situações continuavam apontando para Edu como o assassino: o "suicídio" de Ivan. Ele era o único na companhia do rapaz na cobertura do hotel, mas o que se percebe é que, para esta equipe de policiais, basta alegar que uma pessoa estava alterada e nervosa antes de cair de um prédio que, aparentemente, todos aquiescem como suicídio e arquivam o caso. E, ainda por cima, a mando do senador, Edu integrou a equipe para que pudesse "acompanhar" as investigações. A falta de visão e a inépcia de Dias e dos outros policiais não se encerram por aí: quando Ray denuncia seu namorado como o assassino, eles são incapazes de voltar a considerar as provas anteriores e estabelecer uma conexão;

⁹² Por meio desse levantamento de dados eles não teriam descoberto sua mudança de nome e a sua vida nos Estados Unidos? Ademais, uma futura vítima havia feito ligações para o GAV e a Vera é a única que percebeu uma correlação, os outros policiais foram incapazes de juntar os pontos.

quando eles encontram um pedaço do bastão de beisebol sujo de sangue na casa de Edu, Dias o leva para mostrar ao senador, mas acaba se distraindo e a esposa do político queima a prova principal; quando Edu foge da prisão com Vera de refém, não houve um policial designado para persegui-los, entre outros. Diante de tantos exemplos reproduzindo uma gestão estratégica limitada e ineficiente por parte da polícia, como não se resignar perante à fraqueza dessa representação da segurança pública? Não é à toa que a intervenção do FBI tenha sido conduzida como "um sopro de alívio", pois quando eles retiram Edu dos tribunais brasileiros e expressa o absurdo de considerar a pena de morte⁹³ como uma lei válida, a série anula o último resquício de crença no sistema brasileiro.

A relação do senador Otto Veiga com Edu carrega efeitos destrutivos de igual intensidade. Inicialmente, há um detalhe na narrativa que deveria ter sido revisado antes das filmagens, pois inviabiliza sua estrutura dramática. Assim que Edu fosse cogitado para ser o seu suplente, o seu histórico de vida seria varrido minuciosamente. Com isso, não seria difícil descobrir que ele morara na Flórida e era procurado pelo FBI (mesmo que pelo seu outro nome, Brian⁹⁴). Afinal, espera-se que um senador tenha uma equipe competente, sendo perfeitamente razoável e lógico esperar que qualquer candidato a uma vaga de suplente seja um membro de sua inteira confiança ou do partido. Sobretudo, quando se trata de um político que está envolvido em esquemas ilegais e corrupção e deveria ter mais inteligência. Todavia, não é o que a série parece querer retratar, pois no mesmo dia que Edu apresentara o seu plano de combate ao estupro e ganhara a atenção do senador, o mesmo virou-se para ele e lhe disse que o considerava um filho. Afora as emoções individuais de um homem solitário, as quais não estão em análise, é a partir desse alicerce emocional que mais eventos absurdos reforçam a corrosão estatal.

O próprio apontamento de Edu como suplente, quando o senador percebe a sua candidatura em ruína, pode ser indicado como uma decisão tola. Mesmo que não haja nada que o impeça de apostar na capacidade profissional do jovem, que figura pública continua se associando a uma pessoa cujas provas apontam para seu

⁹³ Quando a personagem Vera fica sabendo do envolvimento de Edu nos crimes cometidos nos Estados Unidos, ela diz "vale lembrar que na Flórida tem pena de morte". E em outra cena, diz "só lá ele vai conseguir pagar pelos crimes que cometeu, não vai ser aqui".

⁹⁴ Quanto a esse detalhe, é possível fazer um questionamento: trata-se de um erro de estrutura dramática ou apenas mais um indício dessa descrença na capacidade e na competência da classe política? E quanto à investigação policial, quando finalmente tiveram provas concretas de Edu e ele teve o rosto revelado na mídia, ninguém da polícia ou até mesmo entre os jornalistas, teria descoberto essa informação? Ninguém na internet ou amigos nos Estados Unidos?

envolvimento em atos criminosos⁹⁵? Em uma cena, o senador relembra a Dias que eles são amigos há dez anos e que sua posição de secretário de segurança se devia a ele. Então, quando Dias lhe mostrou o pedaço do taco de beisebol com sangue e fez um apelo para que o amigo desligasse seu nome dessa relação, por que ele seguiu teimando na inocência de Edu? Qual seria o problema em afastá-lo até que o caso fosse resolvido? Portanto, nota-se que a amizade de uma década é incapaz de oferecer uma dose mínima de argúcia para conter os raios corrosivos de Edu ou acordar o senador de seu transe. Em nenhum momento na série, ele e Assis param para juntar as peças e perceber as artimanhas do protagonista. Pelo contrário, ambos agem feito loucos, incapazes de perceber suas falhas, considerando toda prova contra Edu como um ataque pessoal e de ameaça à máquina pública. Logo, como símbolos da *velha política* e dessa casta de sanguessugas que a série buscou destruir para dar espaço às novas formas de organização social, o final do senador é condizente com essas intenções. Em um último ato de tolice, o senador salvou Edu de helicóptero e emprestou seu sítio em Lagos para que ele pudesse fugir. A mídia acabou descobrindo que três mulheres foram mortas na cidade e, uma vez que Edu usara seu revólver (dado a ele por sua esposa) para matar um policial em um tiroteio, sua carreira estava finalmente arruinada.

O sistema jurídico também não sai incólume da avalanche de incoerências corrosivas. Assim que Edu é capturado em Lagos e levado para a prisão, seu julgamento se inicia no dia seguinte. A evidência disso é que durante a audiência, começaram a chegar as notícias de que os corpos das mulheres estavam sendo encontrados, além do policial Nelson ainda estar recebendo as provas dos crimes (entre elas, a arma que Edu atirara no policial). A velocidade com que o tribunal foi formado é totalmente irreal e reforça a descrença na competência do aparelho jurídico; além de ter sido, por óbvio, amplamente iluminada por uma condução absurda dos eventos. Quase todos os elementos nas cenas do tribunal parecem ter sido construídos para elevar a potência de Edu perante os demais: não há quase provas contra ele (pois não fora dado tempo o suficiente para serem incluídas); ele parece ser o único ser humano racional, calmo e experiente em todo o ambiente; a presença da filha de Dias, sem que ele soubesse, serviu para desmoralizá-lo; e o

⁹⁵ Em outro momento de tolice, o senador Otto Veiga, desesperado, atira no candidato da oposição, acertando a pasta que ele carregava, contendo o dossiê que o arruinaria politicamente. Depois, ambos os candidatos chegaram a um acordo de não prestar queixas. Por que esse acordo? Não seria a vitória política mais fácil da história para o seu adversário?

promotor Silvio e Vera perdem a compostura e se descontrolam diante da frieza dele, parecendo perdidos em meio ao espetáculo artificial de defesa. Ao término da audiência, Edu dá um depoimento praticamente decretando a obviedade de sua inocência, carimbando suas qualidades superiores e o mecanismo da deferência: nenhum dos profissionais que possuem anos à frente dele em experiência foram capazes de oferecer um freio sequer à sua suprema natureza para reinar em dois dos três poderes democráticos.

Para encerrar, o senso de representação acurado e implacável de Edu pode ser testemunhado nas situações mais estarrecedoras da série, as que envolveram a massa de indivíduos incrédulos quanto aos crimes de Edu. De maneira geral, com uma noção completamente divorciada da realidade histórico-cultural do país, eles não carregam um pingão de dúvida na sua inocência, a ponto de uma multidão de pessoas aparecer nos portões da penitenciária para protestar contra a sua prisão. A cena suscita uma ideia de pertencimento, como se os súditos tivessem reconhecido o seu verdadeiro líder e tivessem de brigar por ele. O ex-noivo de uma das vítimas chega a iniciar uma cruzada para provar que Edu não era o assassino procurado, empregando todos os seus esforços e dando entrevistas para jornalistas no intuito de criticar a polícia. Convicto na sua insana percepção dos eventos, ele cria uma petição *online*, gerando uma turba de adeptos enlouquecidos e ávidos pela soltura imediata de um mero desconhecido. Afinal, de onde surgiu esse ímpeto irrefreado para defender o único suspeito dos crimes hediondos que pararam o país e cujas evidências concretas estão contra ele? A sequência é curiosa, pois exalta a posição crítica de que as massas são burras e desprovidas de argúcia, sendo responsáveis por apoiar a liberdade dos criminosos, mas, ao mesmo tempo, desvela um impacto visível das qualidades superiores de Edu, cujos apelos para corroer as instituições do Estado encontram um terreno fértil em meio aos interesses da sociedade.

Estes são os efeitos avassaladores da extensão discursiva materializada em Edu. Sua ideia precisa ser promovida como uma opinião geral, auto-evidenciada pela naturalidade com que é representada. Ao longo dos episódios, percebe-se que a sua consciência compreende o mundo exterior de modo diverso: suas noções do que existe e de que é possível se tornar uma figura política poderosa em paralelo a uma série de crimes, demonstram uma soberba condizente apenas em um cenário onde seus oponentes sejam completamente ineptos nas suas profissões. No final, até mesmo sua prisão pelo FBI carrega potentes mensagens. Ironicamente, quando

a mídia passou a noticiar que ele era procurado nos EUA por quatro crimes, como num passe de mágica, os personagens caíram em si e ninguém mais ousou tentar inocentá-lo, pois a operação fora efetuada por uma organização que não faz parte dos aparelhos a serem corroídos. Na última cena, Ray o avista sendo levado pelos agentes ao aeroporto. Edu olha para ela e abre um sorriso de satisfação, posto que, mesmo diante de uma pena de morte, ele sabia que conseguira realizar sua missão: sobrepujar os aparelhos estatais, arruinar os seus oponentes na esfera político-ideológica, disseminar a sujeição pelo horizonte social e, por tê-la engravidado, plantar a semente de uma ideia para germinar em seu ventre e garantir a sua eterna reprodução. Sua vitória estava completa.

Para concluir, a série apresenta uma trama recheada de ação e situações de tirar o fôlego, apesar da quantidade de situações despropositadas. Uma vez que a análise detectou um quadro pessimista em relação às instituições estatais, o papel de protagonista foi dado a Edu. Em nível organizacional, os aparelhos estatais surgem por imagens de inépcia e incompetência, sendo incapazes de compreender ou conter os seus raios corrosivos: a força policial, o senador e o sistema jurídico são todos tragados e deixados prostrados diante de sua sedução e perspicácia. Até mesmo Vera, a especialista no campo, torna-se a sua vítima mais de uma vez. Em nível situacional, percebeu-se que Edu simboliza a exaltação de uma visão à luz dos méritos e das liberdades individuais, promovendo o novo frente à decadência do velho e, por isso, as suas jogadas concretizam-se em derrubar implacavelmente os que ousarem cruzar o seu caminho. Mesmo com diversas provas contrárias, ele é ignorado pelas investigações e apoiado irracionalmente por uma massa seduzida pelo seu poder discursivo auto-evidente. Por conseguinte, se há algo impecável é a sua construção narrativa, desvelando a posição política que visa reduzir a efetiva influência estatal na vida pública. Dentre todas as obras analisadas, Edu receberia a alcunha de "o grande destruidor de Shmoos".

6.10 *Sob Pressão*: O Penoso Diagnóstico da Saúde Pública Brasileira

É assim que o Brasil funciona. Crime é deixar as pessoas morrerem. Se a gente não for [conivente], morrem dez por dia. Inclusive, o seu paciente com asma. E aí, o que a gente faz? – Dr. Samuel

O seriado *Sob Pressão* está no ar desde 25 de julho de 2017 pela emissora Rede Globo em co-produção com a Conspiração Filmes. No ano de 2021, levou

para as telas a sua quarta temporada⁹⁶. A obra foi inspirada no livro *Sob Pressão: A Rotina de Guerra de Um Médico Brasileiro* (2016), do médico cirurgião Márcio Maranhão, e foi baseada no filme de 2016 e tem a autoria de Jorge Furtado, Luiz Noronha, Claudio Torres e Renato Fagundes. Os nove episódios de sua primeira temporada retratam estórias inspiradas em casos reais e foram escritos por Lucas Paraizo e Jorge Furtado com a colaboração de Antonio Prata e Márcio Alemão. A direção-geral é de Andrucha Waddington. A trama é sobre os desafios enfrentados por uma equipe de médicos de um hospital público em Cascadura, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro. O casal protagonista formado pelo cirurgião-chefe, Dr. Evandro (Júlio Andrade), e a Dr^a. Carolina (Marjorie Estiano), cirurgiã vascular, atua em meio a diversos problemas de infraestrutura e o descaso com a área da saúde, além da interminável entrada de pacientes na emergência⁹⁷.

O seriado propõe uma estética realista, com uma fotografia que gera a impressão dos telespectadores estarem na recepção do hospital ou vagando por suas salas e corredores como um curioso observador. Não há intenção de retratá-los com exagerada bravura e os planos secos e frios confirmam essa proposta. A direção entregou um produto emocionante, conduzindo os planos com extrema segurança. A sensação transmitida é de constante tensão pelos dramas vivenciados pelos pacientes e médicos, principalmente nos momentos em que eles se sentem impotentes diante da péssima infraestrutura ou quando precisam ultrapassar os limites da profissão para salvar mais vidas. Julio Andrade e Marjorie Estiano estão impecáveis em seus papéis, como atestam os diversos prêmios que a dupla conquistou. A química entre ambos foi minuciosamente calibrada por um texto preciso que explora com qualidade as suas diferentes facetas como profissionais, indivíduos e par romântico. Há de se comentar também a seleção do elenco para muitos dos pacientes, cujos atores e atrizes apresentaram um enorme talento.

A estrutura dramática se debruça sobre o hospital como protagonista. É ele que conduz as estórias, chegadas e saídas, dos dramas vivenciados pelos pacientes e pela equipe médica. O gênero é comum e famoso em países como os EUA e, por isso, tem muito apelo comercial e de público. Suas bases seguem o mesmo molde e alicerçam uma configuração narrativa capaz de ser repetida indefinidamente. Distribuído em uma média de três casos por episódio, as angústias e sofrimentos

⁹⁶ A quinta temporada foi ao ar em junho de 2022. Disponível em: <http://glo.bo/3BGRNd3>.

⁹⁷ A trama e as curiosidades estão no *Memória Globo*, disponível em: <http://glo.bo/3BGhcUg>.

não dão tempo para os telespectadores respirarem e é esta a sua intenção e maior conquista. Talvez seja por isso que o seriado chegou à sua quarta temporada com o fôlego intacto e pronta para receber mais uma remessa de estórias no seu quinto ano. Ademais, no meio das adversidades, a equipe médica faz o possível para lidar com seus problemas pessoais e conjugais e os traumas do passado ainda mal resolvidos, enquanto lutam para manter os pacientes vivos.

A trama explora bem o drama dos pacientes e das pessoas que aguardam por notícias positivas. Os arcos da equipe médica são avançados em plena sintonia com o desenvolvimento e a evolução de suas propostas épicas, desvelando pouco a pouco os segredos que há entre eles. Não há romantização do trabalho médico, a equipe comete enganos, erra e acerta, duvida das próprias capacidades e mistura o lado profissional com o pessoal, na tentativa de superar o descaso com a saúde no país. Quando isso ocorre, o hospital surge também como opositor, um personagem que age como obstáculo para os objetivos dos médicos e como a energia brutal de decisão acerca do destino de todos. Além disso, no centro cirúrgico não há espaço frequente para momentos cômicos, por isso, vale ressaltar a destreza do roteiro em desenvolver a relação amorosa do anestesista Amir com suas duas namoradas e as situações engraçadas que irrompem de suas tentativas de não ser descoberto. As cenas manifestam-se quase sempre em paralelo com situações de extrema tensão, trazendo alívio e impulsionando a curiosidade do público.

Entre as questões secundárias, vale ressaltar o ponto positivo com que o roteiro utiliza estratégias educativas para informar o público. Em meio aos casos, surgem atitudes e conselhos para ensinar-lhe como lidar com as situações e os seus possíveis desdobramentos. Entre os mais notáveis, estão o de abuso sexual por parentes na estória da adolescente que se auto defenestrou quando vira seu pai entrar no quarto; o comovente segredo da médica Carolina, cuja automutilação é fruto de ter sido abusada por seu pai desde criança e a sua tentativa de suicídio; o rapaz que contraíra o vírus HIV sem saber e, por sorte, não passara para a esposa e o filho; uma mãe tenta de todas as formas impedir o desligamento das máquinas que mantêm o seu filho em coma, mas descobre que ele é doador de órgãos; uma mulher chega escoriada, vítima de violência doméstica e Evandro pergunta se ela conhece a lei Maria da Penha, entre outros. Para complementar, cartelas exibidas no final dos episódios ressaltam o imprescindível alerta social e de saúde pública, geralmente, referindo-se a um caso esmiuçado no dia.

Diante deste panorama, a rotina é a de um hospital público em um bairro pobre do Rio de Janeiro, logo, a maioria dos pacientes atendidos são, por óbvio, das classes mais baixas e incapazes de obter condições melhores para si mesmos ou planos de saúde. Há alguns casos de enfermos e vítimas de acidente de classes mais altas, levados até lá por questões de emergência. Porém, no geral, o seriado manteve as desigualdades do lado de fora de suas portas (no ambiente hospitalar, todos são tratados da mesma forma e não há exemplos de casos em que a pobreza tenha tido participação decisiva nas estórias). O foco é o de que acima da vontade de curar as pessoas e vê-las em um estado melhor, encontra-se a batalha da equipe médica contra as péssimas condições de trabalho. É neste eixo organizacional que ela se posicionará quase inteiramente. Pela exposição das dificuldades na área da saúde, o seriado foca na crítica de um jogo capitalista mergulhado na corrupção, cuja convivência dos médicos é tida como necessidade intrínseca. No final, há uma singela comparação com a rede privada de saúde, mas sem teor crítico.

No eixo organizacional, um aspecto basilar surge da evidente ausência do poder público: os médicos e funcionários do hospital estão à deriva no comando de uma embarcação "prestes a afundar". Na sala de comando, Samuel, o diretor, é um típico homem institucionalizado devido aos anos de trabalho. Tal qual um autêntico burocrata que compreendeu os limites de sua profissão é sobre o seu personagem que se faz a ponte com os efeitos da corrupção. Seja pela compra de um tomógrafo e cilindros de oxigênio superfaturados ou pelo desligamento das máquinas que mantém um paciente em coma induzido, seu comportamento trivial diante de situações polêmicas ilumina os mecanismos da acomodação, do senso de inevitabilidade e a resignação perante a negligência do Estado. Por outro lado, a convivência que eles têm de se submeter para conseguir o mínimo de condições de trabalho é um dos efeitos do sistema decadente no qual eles se veem obrigados a participar. Assim, longe de expandir a crítica para um diagnóstico mais preciso deste corrupto *paciente estatal*, Samuel e sua equipe médica nada podem fazer a não ser colocá-lo em coma e torcer pela sua recuperação.

A representação do ambiente hospitalar apresenta forte semelhança com o senso comum. Em nosso país, há um problema endêmico em diversas esferas e a saúde chama mais a atenção pelos seus efeitos concretos e imediatos. As pessoas morrem por falta dos equipamentos, as filas são quilométricas, pessoas chegam e vão embora sem serem atendidas. Desta forma, o seriado entende que a corrupção

endêmica é a causadora principal dos problemas, mas não discute os elementos que os tornam reais, pois não é a sua proposta. Por isso a frieza na abordagem do descaso não tem a intenção de criticar as suas razões de existência. Inclusive, o Dr. Evandro chega a render-se à corrupção⁹⁸, quando aceita o dinheiro oferecido por um paciente (para ter um quarto privativo) apenas para gastá-lo com remédios e num presente para um senhor em estado terminal. Em vez de obter benefícios para si, ele utiliza as regras do sistema para suavizar as suas responsabilidades.

A química entre o Dr. Evandro e a Dr^a Carolina desvela relevantes traços de suas consciências. Os dois são pessoas completamente diferentes, opostas no modo de ver a realidade e de conduzir a profissão. Contudo, como duas peças que, em separado, não conseguem lidar com os reveses da vida, juntos, eles geram o encaixe perfeito. Evandro é cético e puramente racional na profissão, defendendo o conhecimento da medicina acima de qualquer crença religiosa. Ele não chega a demonstrar consciência de classe, mas um anseio voltado para o amor ao próximo e de ajuda aos necessitados. Na vida pessoal, é um perfeito idealista⁹⁹, acredita que as coisas podem mudar somente pela transformação das ideias e por isso acha tão difícil se desvencilhar do fantasma da ex-mulher. Por um prisma reverso, Carolina é emocional no trabalho, acredita no poder da fé e da religião e comove-se com os enfermos em estado terminal. No âmbito privado, os traumas de sua infância e a automutilação tornaram-na uma mulher rígida no que tange a abrir o seu coração. Sob certas descargas emocionais, como o imprevisto de ver o seu vídeo cair na internet, ela demonstra controle da situação e grande habilidade racional. Diante disso, onde ele é cético, ela é sonhadora; onde ela é sensata, ele é ingênuo. E este poderoso contraste avança para camadas mais profundas: Evandro toma remédios para enfrentar a realidade e seguir com as suas responsabilidades enquanto Carolina se automutila para fugir da mesma realidade, da qual encontra-se exausta a ponto de tentar o suicídio; se suas cicatrizes encontram-se marcadas na carne, as dele estão incrustadas na alma e na saudade pela esposa morta.

Suas "convivências" com a corrupção resumem-se a uma cena que cada um deles tem com o diretor do hospital. Evandro fica revoltado ao saber que o Estado está pagando por um tomógrafo de 32 canais, mas recebendo um de 16 pelo dobro

⁹⁸ Considerei apenas as situações em que ele "se corrompe" sem necessidade. Logo, a cena em que ele assina o documento de um tomógrafo superfaturado não dependia apenas de sua moralidade.

⁹⁹ Um interessante atributo deste simbolismo é o personagem gostar de estudar Nefologia (o estudo das nuvens), para onde supostamente "ergue sua cabeça" em seus momentos de folga.

do preço. Ele chega a perguntar se Samuel estaria "levando um por fora", mas é duramente repreendido. Ao ser convencido de que sem o aparelho mais pessoas iriam morrer, ele assina o documento, xingando o país. Carolina aborda Samuel com um documento em mãos, dizendo que o hospital está pagando quinze reais pelo metro cúbico de oxigênio, quando o preço de mercado é de três reais. Samuel responde que é assim que funciona no Brasil e mesmo sob protesto da médica de que sendo coniventes, as coisas nunca vão mudar, ele ressalta que crime é deixar as pessoas morrerem. A relação deles com as implicações que a corrupção traz para seu local de trabalho levantam assuntos relevantes para o público, que passa a observar seus efeitos viscerais na saúde a partir de outra perspectiva. No entanto, pela soma dos fatores reunidos, a posição ingênua dos personagens e a "necessária conivência", expressam, mesmo com as melhores intenções, a inevitabilidade de uma corrupção como fruto estrito da má política, desconsiderando os elementos responsáveis pelos abismos sociais e os traços positivos da saúde pública frente às investidas privatizantes.

Nesta perspectiva, curiosamente, esses imbrólios estruturais do hospital parecem adquirir mais proeminência e se tornar piores conforme os episódios avançam. De início, nota-se a falta de dois drenos para uma cirurgia, fazendo com que Evandro utilize uma mangueira de jardim para drenar a paciente; depois, tem-se a queda de luz, as goteiras na sala cirúrgica, a falta de um tomógrafo, a falta de cola biológica (para um paciente de alto risco de morte) e ausência de bolsas de sangue reservas, culminando no caos do descaso total no último episódio, quando Evandro teve de interromper todos os atendimentos, salvo os casos mais graves. Propositamente ou não, é sob este contraste que o seriado desenvolve a sequência em que ele salva um jovem de um ataque de epilepsia no mercado e é apresentado ao seu pai, um empreendedor do ramo da saúde privada. Em seguida, a Evandro é oferecida uma vaga sem que se deixe de realçar as qualidades do estabelecimento: monitoração por vídeo, salas equipadas com aparelhos de última geração, etc. O médico acaba aceitando e logo no primeiro dia, termina a cirurgia com enorme sucesso, apesar de não parecer estar se sentindo bem, aquele não é o seu local¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Uma paciente reclama que o ar condicionado de seu quarto privativo havia quebrado e ela sentira muito calor, inclusive, sendo grossa com o médico quando ele lhe fez uma pergunta sobre a dor na barriga. É evidente a disparidade nas condições de atendimento e tratamento dos pacientes neste hospital particular, mas a opção por uma cena que uma paciente chega a reclamar de algo tão fútil pode ser considerada algo proposital para ampliar ainda mais as diferenças.

Ao receber uma ligação de Carolina para lhe avisar que ocorrera um acidente de trem, na cena seguinte ele surge caminhando pelo corredor, abandonando o lugar.

Uma vez que os reais motivos das desigualdades não adentram as portas do hospital-protagonista, o que esse contraste significa? Tomando a conjunção de todos os elementos, é perfeitamente aceitável que Evandro retorne ao seu antigo hospital, abandonando a rede privada. Lá é seu lugar, é onde se sente melhor, mais completo, em meio aos seus pares e os necessitados, além dos laços emotivos e fraternais com a equipe médica comandada por Samuel. Ele mesmo já dissera que havia recebido propostas e jamais tinha aceitado. O retorno ao hospital público, uma decisão louvável diante dos desafios, chancela a sua crença na melhoria da saúde pública e reúne três convicções em uma única escolha: a de que é certo, bom e possível lutar para uma transformação deste quadro. Entretanto, a forma de se lutar é que ofusca as relações de dominação e opressão.

Baseado nisso, não é que Evandro seja um revolucionário, mas ele deseja uma mudança estrutural, assim como a maioria absoluta dos brasileiros. No fundo, ele tem a compreensão de que a existência da rede privada implica diretamente na falência da rede pública, pois o sucateamento da segunda é um projeto deliberado para que a primeira consiga sobreviver e lucrar. Ele não demonstra abertamente a sua posição¹⁰¹, mas pelas ações, ele acredita que por meio de pequenas ajudas e dos esforços diários de cada pessoa, buscando melhorias para si e para os outros, mudanças expressivas poderiam ocorrer. Assim, esta é a armadilha ideológica que desnuda, em nível situacional, uma das posições políticas do seriado: como se a corrupção pudesse magicamente desaparecer se todos se tornassem honestos. Dito de outra maneira, embora os telespectadores fiquem comovidos com suas nobres atitudes e o seu caráter e torçam para que existam mais "Evandros" nos hospitais públicos, é uma visão ingênua aceitar que os problemas da área da saúde podem ser sanados somente pelas ações individuais, ignorando-se suas raízes sistêmicas.

Para concluir, o seriado apresenta alta qualidade dramática, uma direção impecável e uma trama emocionante, assentada em um gênero bastante atrativo para o público. Sob um viés crítico da saúde pública, as histórias comoventes que preenchem os episódios têm uma função social positiva e benéfica. Por outro lado, observou-se que os problemas estruturais surgem como efeitos de uma corrupção

¹⁰¹ Parto da noção de que uma crítica em nível sistêmico, expondo as reais razões pelo descaso e caos da saúde pública seria contraproducente em relação à visão dominante.

endêmica que atinge as camadas mais profundas da sociedade. O capitalismo é tratado como um jogo perverso que gera inevitáveis graus de pobreza, porém, as ideias que acompanham a sua narrativa tendem a frisar um defeito apenas em suas regras. Além disso, as jogadas em torno das ações de Evandro e Carolina sugerem a crença de que as relações capitalistas poderiam ser "consertadas" por meio de indivíduos cientes das necessidades do próximo. Por fim, as desigualdades sociais não foram abordadas diretamente, a sua presença se deu pelos indivíduos pobres e enfermos que enfrentam as péssimas condições do hospital como se elas fossem meras decorrências das decisões estatais e da má política.

6.11 Carcereiros: A Desgraça do Estigma de Presidiário

Traumático. Muito traumático. Queira ou não queira é meu monstro. Entender como o ser humano consegue fazer certas crueldades. Vim da rua para ser agente penitenciário, eu era uma pessoa praticamente sem malícia criminal. Entender a maldade, entender o crime e aquelas pessoas. Para sobreviver naquilo, passei maus bocados. E convivo com meus monstros, tenho eles guardados. De vez em quando eles aparecem, [...] mas passa, depois volta, e assim vai – Depoente (Ex-Agente Penitenciário)

O seriado *Carcereiros* foi ao ar pela Rede Globo de 26 de abril de 2018 a 22 de janeiro de 2021, em três temporadas. Inspirada na obra homônima de Drauzio Varella, sua primeira temporada tem 15 episódios, escritos por Marçal Aquino, Fernando Bonassi e Dennison Ramalho. A direção é de José Eduardo Belmonte e a do documentário dos ex-carcereiros é de Pedro Bial. A trama é sobre Adriano (Rodrigo Lombardi), um historiador formado que é agente penitenciário para seguir os passos do pai, Tibério (Othon Bastos). Ele vive com a sua esposa, Janaína (Mariana Nunes) e sua filha, Livia (Giovanna Rispoli). Na penitenciária, Adriano é ajudado pelos colegas, Valdir (Tony Tornado), Vinícius (Jean Amorim) e Isaías (Lourinelson Vladimir) para enfrentar os desafios cotidianos da profissão, convivendo junto à violência e insegurança¹⁰².

Quanto aos aspectos técnicos, o visual do seriado é o seu grande chamariz. Dotado de um naturalismo e realismo viscerais, a fotografia realiza um trabalho excelente ao colocar os telespectadores como supostos presidiários, encarcerados pelos planos apertados e sufocantes, dignos da realidade enfrentada pelos presos. A iluminação se aproxima do cinema e seus fortes contrastes entre luz e sombra, criando a atmosfera pesada, desprovida de paz e tranquilidade, existente nas mais

¹⁰² A trama e as curiosidades estão no *Gshow*, disponível em: <http://glo.bo/3Cso08y>.

de mil e trezentas unidades prisionais do país. Os tons escuros e soturnos, criados pelo departamento de arte, completam a pintura tenebrosa do desprazer e a tristeza reinantes num ambiente desprovido de liberdades e sob as constantes ameaças de tortura e morte. Quase não há momentos de alegria, pois mesmo quando Adriano está distante do trabalho e próximo de sua família, ele parece carregar o fardo de uma profissão custosa para o psicológico humano. Para aqueles que se submetem a essa carreira, na qual permanecem constantemente em contato com a violência, a morte, a perda e a dor, mesmo o aconchego do lar se torna estranho e incômodo.

A temática apetece o imaginário sociocultural brasileiro, expondo as suas ínsitas paixões pela violência exacerbada e pelo seu senso de justiça calcado no doce sofrimento dos culpados. Lançada um ano antes, na plataforma *Globoplay*, isto pode ter contribuído para uma recepção bastante positiva por parte do público na estreia¹⁰³, mantendo-se sem grandes variações. Muitos elementos participam desse enorme apelo e expurgação pela violência, como a rotina de trabalho dos agentes carcerários; as relações entre os prisioneiros; a estrutura hierarquizante e assustadora das falanges e grupos inimigos; as leis e condutas morais próprias do espaço; a corrupção endêmica do sistema e suas consequências organizacionais na gestão do presídio; e os subterfúgios que os presos encontram para requisitar e/ou favorecer uns aos outros em prol de melhorias nas condições de encarceramento, são alguns dos elementos poderosamente atrativos e até estranhamente sedutores. Afinal de contas, uma parte tão constitutiva da vida contemporânea em sociedade, como a instituição penitenciária, gera grande curiosidade para os telespectadores.

Em relação à sua estrutura dramática, o seriado repousa sobre o tema das séries de violência em presídios, em especial, *Carandiru, Outras Histórias* (2005) que, inclusive, compartilha profissionais da equipe de roteiristas. Os palcos das histórias são as três penitenciárias: a Vila Rosário, Lavapés e Filinto Prates. Essa opção dos criadores pode ter sido resultado do plano de se cobrir as vidas de muitos personagens presentes na obra de Drauzio Varella. Afinal, são diretores de presídio, chefes de segurança, carcereiros e outros funcionários com aspectos tão díspares entre si que seria problemático juntá-los em apenas um núcleo principal. Baseado nisso, o seriado pode ter tentado também cobrir um grande número de histórias para demonstrar que cada um dos presos tem seu próprio passado. Porém,

¹⁰³ O seriado registrou 25,7 pontos de média e 40,8% de participação, sendo a melhor faixa entre as séries nos últimos anos. Segundo o *UOL*. Disponível em: <https://bit.ly/3e48Rkk>.

essa multiplicidade de elementos espremidos fez com que Adriano personificasse as ações, comportamentos e características de muitos carcereiros, o que tornou as suas atitudes controversas e impertinentes¹⁰⁴. Ademais, é interessante notar que o antagonista não são os presos e, tampouco a penitenciária, mas as consequências dos atos de Adriano. O clima de incerteza e insegurança que domina a sua mente faz com que o protagonista tenha de racionalizar praticamente todas as decisões no trabalho e os efeitos de uma escolha errada ou impensada são bastante nocivos à sua saúde mental. Por fim, pela sua proposta de apresentar uma minitrama com começo e fim em cada episódio, o desfecho da temporada fica em aberto, com um final difícil para o protagonista ao ver a sua namorada sendo levada pela polícia, provavelmente, para outra penitenciária.

Na visão geral, o seriado busca acompanhar a árdua profissão de Adriano e os confrontos incessantes com os indivíduos que foram desprovidos da liberdade. A rotina da penitenciária é o gatilho que impulsiona as adversidades, explorando os casos que envolvem as histórias de alguns presos. O jogo capitalista não adentra os altos muros de suas instalações, permanecendo no âmbito externo, assim como muitos dos elementos que envolvem as extremas desigualdades e os motivos que engendram parte dos elevados números da criminalidade. Por isso, não há críticas em nível sistêmico, apenas regras que sustentam essa política criminal ou buscam melhores condições de encarceramento, além das jogadas que apontam para o comportamento dos presos como algo inerente ao *status* de detento, encerrando justificativas para as torturas físicas e mentais que recebem. Isto posto, apesar dos diferentes tipos penais¹⁰⁵, eles são estigmatizados e retratados como indivíduos que perderam sua humanidade, "presos incuráveis" e que não devem ser libertados para retornarem à vida em sociedade. Além disso, não houve representações que tenham feito reluzir concretamente quaisquer mecanismos de sujeição, salvo pelo medo, sustentando as imagens de um sistema incapaz de conter a violência.

Para iniciar a análise, as penitenciárias do seriado não apresentam quase nada de fora do imaginário pré-concebido acerca da vida no cárcere brasileiro. Em

¹⁰⁴ Além disso, a quantidade de atrocidades que ocorre ao protagonista (incluindo o sequestro de sua filha), se ocorresse na mesma velocidade na vida real, a profissão seria uma insanidade.

¹⁰⁵ No ciclo de jan-jun de 2021, havia pouco mais de 820 mil presos no país. O número de presos por crimes contra a pessoa (homicídio e violência doméstica) era de 74 mil, cerca de 9%; e de 34 mil para crimes contra a dignidade sexual, cerca de 4%. Em contrapartida, mais de 200 mil presos por porte de droga, seja tráfico ou associação para o tráfico, cerca de 24%. Segundo o INFOPEN. Disponível em: <https://bit.ly/3SCpVNp>.

nível organizacional, são explícitas as críticas quanto a falta de verbas, a carência de funcionários, a falta de regulamentação e vigilância nas atividades dos presos, a superlotação das celas, a corrupção atingindo também os agentes carcerários¹⁰⁶, etc. As rebeliões são constantes, presos morrem sem que nada seja feito e quase sempre o confronto com criminosos superiores ou os chefes das falanges resultam diretamente em retaliações externas ao ambiente prisional, indicando a extensão do mundo do crime e a liberdade com que os detentos continuam agindo mesmo atrás de pesados portões de ferro. Em um episódio, um dos carcereiros depoentes chega a dizer que alguns presos têm mais *mordomia* do que ele em sua residência. Além disso, as relações dos presos com os agentes e entre si possuem as mesmas peculiaridades, regras e consequências, mas é justamente esse o caminho que o seriado encontra força para ser diferente e fazer deslizar as suas violentas estórias.

Nesse sentido, há um diferencial de enorme impacto e ele se dá pela figura do protagonista. Adriano, construído para ser um homem médio, um funcionário dedicado e honesto, como outros, que conduz o seu trabalho da melhor forma que consegue, adquire ímpetos simbólicos e torna-se a materialização da crença na Justiça, no Direito Penal e na Instituição Penitenciária. Pelas suas ações, é nítido que ele se pauta com base nos valores e nos Direitos Humanos, respeitando todos os presos e tratando-os como iguais. Logo, frente às condições precárias exibidas, é como se ele agisse para tentar equilibrar o entrechoque de duas forças: o caos na representação da unidade prisional e da criminalidade com a sua convicção de que com um trabalho escrupuloso e correto é possível estimular resultados positivos. Por este ângulo, Adriano é um ícone das regras promovidas por grupos sociais em prol de melhores condições nos presídios, na esperança de humanizar a instituição e atuar na redução dos índices criminais. Frequentemente, ele atravessa os limites de suas funções para consertar algo que julga estar errado, apaziguar os conflitos ou, simplesmente, ajudar o próximo. Entre os exemplos, há o de quando ele corre risco de vida para salvar o filho do chefe de uma facção, detido em outra ala; a ajuda ao Baiano, um preso boxeador que teve o pedido de competir negado pelo juiz (e reclama da falta de políticas de reabilitação e ressocialização de detentos);

¹⁰⁶ No nono episódio, após desconfiar da lista de mulheres que estavam visitando um preso, Adriano investiga e descobre que o chefe da segurança, Juscelino, era sócio em um negócio de prostituição que aliciava mulheres para os presos que podiam pagar. Ele foi imediatamente preso. Ademais, um agente novo era irmão de um preso e estava facilitando a entrada de drogas. Também houve depoimentos afirmando que muitos agentes acabam sucumbindo e "trocam de calça".

ao procurar uma maneira de livrar uma cela de um espírito atormentado e aliviar a superlotação; e quando protege um assassino de crianças de ser morto, etc.

Este simbolismo sofre um giro quando Adriano vai cobrir as férias de um agente e ele acaba perdendo a cabeça. A insegurança é um sentimento constante na vida desses agentes e ela se torna, na prática, uma ferramenta de trabalho com a qual se deve rapidamente aprender a operar, seja para não causar mais problemas ou mesmo manter-se vivo, como vários episódios enfatizam. Na sua penitenciária, ele sempre toma as rédeas para resolver os conflitos e contratemplos que surgem pelo caminho, e não iria ser diferente na Lavapés. Porém, ele não contava que as normas mudam de lugar para lugar e, neste novo local, a pressão da rotina iria se mostrar tão desregulada que os picos de tensão gerariam descargas psicológicas nocivas nos agentes, afetando suas consciências. Com isso, as noções de Adriano acerca da sua realidade e o que julga ser correto para um melhor funcionamento da unidade prisional são transformadas no momento em que ocorre a ruptura com o que ele aquiescia ser possível de ser feito. Quando a filha do diretor do presídio é sequestrada, eles acreditam ter sido obra do Kadafí, um homem com fama de ser um abjeto sequestrador. Na cena, Adriano assiste à tortura causada pelo carcereiro Jasão¹⁰⁷, na qual o preso leva fortes pancadas com uma barra de ferro, o que o deixa prostrado no chão. Mais tarde, enervado pelas ameaças dos sequestradores, ele o leva para a sala, a fim de descobrir o paradeiro da menina. A tensão começa a escalar porque Kadafí continua jurando que é inocente, até que Adriano perde o controle e ameaça arrancar-lhe a orelha, quando Jasão o interrompe, anunciando que acharam o cativo e Kadafí estava dizendo a verdade.

Apesar do seriado ter sido cuidadoso ao colocar como alvo dessa explosão repentina um sequestrador perigoso para a sociedade, não deixa de ser visível que no âmago de seu simbolismo, Adriano passa a carregar o mais puro furor do senso comum, como uma força que o puxa para baixo e distante de sua imagem anterior. Nesse entrechoque de ideias, o terrível engano cometido se sustenta pela visão de um homem com defeitos, passível de perder o controle e que errara no impulso, mas tentando "acertar". O sistema prisional é tido como falho, mas a condução desses métodos mais brutos e desumanos torna-se impreterível para se manter a paz, sobretudo, quando se lida com seres "desprovidos de humanidade" (e cujos

¹⁰⁷ Em uma cena anterior, ele já havia testemunhado outra tortura, na qual Jasão lhe apresentou um revólver apreendido como justificativa para a utilização de seu método.

aspectos responsáveis por arrancá-la são solenemente descartados). Assim, esvaise o fato de que, para demonstrar seu método alternativo sem uso da "violência", ao tentar obter informações de um detento acerca do paradeiro de um alambique ilegal, ele tenha ameaçado um preso de colocá-lo na solitária com um estuprador, vestindo apenas uma calcinha. Claramente, para Adriano, tortura é apenas física, jamais *psicológica*¹⁰⁸. E o contraste fica expresso quando, um pouco mais adiante, ele retorna à racionalidade e entende que passara dos limites. O diretor lhe entrega uma barra de ferro para que ele pudesse "fazer as honras" e violentar o verdadeiro culpado pelo sequestro, mas ele recusa, apesar de que a sua consciência estava modificada, talvez irreparavelmente.

Os depoimentos do documentário paralelo à ficção levantam consideráveis exemplos das regras e jogadas que permeiam a narrativa. Primeiramente, chega a ser estranho que alguns personagens deem declarações, pois acaba obscurecendo as intenções da proposta, retirando o seu caráter de um documentário baseado nas experiências reais de homens que foram agentes penitenciários. Outro ponto é o de que não há comentários de ex-detentos (suas vozes não importam?). Sobre isso, mesmo que o título indique a perspectiva unilateral dos agentes, todavia, sustento que neste universo prisional, a participação daqueles que estiveram algum dia do outro lado das grades e sofreram na pele os corolários desse sistema decadente, definitivamente, traria mais substância para as discussões, agindo como poderoso catalisador para desmistificar muitas visões estreitas. Disto resulta que a maioria dos assuntos abordados resumem-se ao mal que os presos cometem e às punições a que eles são submetidos *dentro* da prisão, excluindo-se as relações externas, cujas razões e fatores carregam enorme peso na definição dos seus destinos.

Neste panorama, por um lado, os depoimentos expõem a vulnerabilidade do cargo de agente penitenciário e os muitos desafios que eles têm de enfrentar para cumprirem suas tarefas ou burlar certas regras em prol da paz e segurança de todos no presídio (alguns ex-agentes comentam o trabalho que é feito para tentar regenerá-los para a vida social exterior); por outro lado, eles apresentam os traços de uma visão de mundo enviesada (também pelas suas experiências) que olha para a situação da criminalidade como uma escolha racional dos criminosos: em dado momento, um entrevistado declara que não consegue entender como o ser humano

¹⁰⁸ Aliás, o fato de ele torturar psicologicamente os presos e ainda se gabar disso não parece ser condizente com a sua construção épica, além de ir contra às formas de consciência instauradas.

consegue fazer tanta crueldade. Em seguida, a câmera mostra um monte de presos assassinados pelo pátio, após uma rebelião. Este ponto contribui para ilustrar o estigma de presidiário no Brasil, algo que permeia todos os episódios. Os presos são "unificados" em torno de representações que os interligam por uma identidade coletiva, apesar dos diferentes tipos penais que estejam cumprindo (e além de uma série de outras possíveis razões para a formação do caráter). Em outras palavras, eles são agrupados em torno de um ideal que os vislumbra como animais, pessoas que perderam sua humanidade e não há outro lugar na sociedade para habitarem.

Diante deste quadro, a discussão retorna à questão da violência subjetiva e objetiva. Um seriado que proponha como cenário principal um presídio (e neste caso, foram três), por óbvio que suas tramas e cenas seriam recheadas da violência visível e que mexe com os brios dos telespectadores, levantando-os da cadeira em toda as cenas que Adriano é espancado e corre sérios riscos de vida ou um "preso safado" encontra seu destino final. Em contrapartida, a violência objetiva, apesar de manifesta explicitamente pela situação dos presídios e isso impulsiona jogadas que possam permitir alterações de regras, não é problematizada do ponto de vista das causas de sua existência. Pelo contrário, como a análise buscou demonstrar, as representações sugerem um grupo de indivíduos que optou por arcar com essas consequências, ignorando os parâmetros originadores da gama de opções de vida para os mais pobres, deformando suas percepções sobre o que existe e suas noções acerca do que é possível em se tratando destas consequências. Portanto, enquanto a violência subjetiva transmite a atmosfera desse realismo visceral da sociedade, a objetiva continua descartada no patamar de "invisível", mantendo escondidas as vísceras abertas da realidade concreta.

Para concluir, o seriado apresenta um visual sedutor e uma proposta que põe os telespectadores em contato direto com as relações existentes no presídio, transformando-os em supostos hóspedes desse clima macabro, cujos momentos de agonia e dor são mais frequentes do que as batidas policiais para revista das celas. Quanto às suas representações, o seriado realiza críticas gerais sobre as condições precárias estruturais, administrativas e burocráticas dos presídios e o protagonista reveste-se de uma aura que se agarra aos ideais dos Direitos Humanos na tentativa de promover um equilíbrio e trazer algumas perspectivas menos desumanas para o debate público do encarceramento. No entanto, quase como uma regra global de seu universo diegético, os presos adquirem uma imagem negativa, de "presos

incuráveis" e indivíduos bestiais e desalmados, como se a sua condição de detento justificasse um único caminho biográfico. Há presos violentos e que, de fato, não podem conviver em sociedade, mas como procurei explicar, sua unificação em torno deste ideal, longe de promover esclarecimentos acerca da criminalidade e/ou a compreensão dos diferentes tipos penais, a imagem que ressoa para além de suas muralhas é a de que são todos animais selvagens em potencial, mesmo em uma penitenciária com quase dois mil detentos e que, pelas estatísticas, os presos por crimes hediondos e contra a vida ou a dignidade sexual sejam a minoria.

6.12 Segunda Chamada: A Educação Contra os Preconceitos

Não confunda briga com luta. Briga tem hora para acabar, luta é para uma vida inteira –
Natasha (Sérgio Vaz)

O seriado *Segunda Chamada* foi exibido pela Rede Globo a partir de 8 de outubro de 2019. A sua primeira temporada foi baseada na peça teatral *Conselho de Classe*, de Jô Bilac, e conta com onze episódios escritos por Carla Faour e Julia Spadaccini e a colaboração de Giovana Moraes, Jô Bilac, Jô Abdu, Máira Motta e Victor Atherino. A direção-geral e artística é de Joana Jabace. As gravações ocorreram na antiga Escola do Jockey Club de São Paulo e foi dirigido por Breno Moreira, João Gomez e Ricardo Spencer. O nome da escola fictícia é um tributo a uma das mais importantes escritoras negras do país: Escola Estadual Carolina Maria de Jesus. Quanto à trama, ela se desenvolve a partir do núcleo principal de personagens, formado por Lúcia (Débora Bloch), professora de língua portuguesa, que retornou recentemente às salas de aula após ser afastada por conta da morte traumática de seu filho, Marcelo (Artur Volpi), atropelado em frente à escola. Ela mora com o seu marido, o Dr. Alberto (Marcos Winter), que sofreu uma apoplexia (derrame cerebral) e precisa de intensos cuidados médicos. Lúcia tem uma relação amorosa com o professor e diretor, Jaci (Paulo Gorgulho) e os dois contam com os talentos em sala de aula (e fora também) da professora de Matemática, Eliete (Thalita Carauta), uma mulher independente, decidida e forte; a professora de História, Sônia (Hermila Guedes), uma mulher esgotada e que sofre agressões físicas do marido, Carlos (Otávio Muller); e o novo professor de Teatro, Marco André (Silvio Guindane), recém chegado à escola. Em seus onze episódios, além

dos problemas do sistema educacional, alunos e professores enfrentam as difíceis situações do cotidiano, responsáveis por gerar estórias comoventes¹⁰⁹.

Como um produto valioso e um registro necessário¹¹⁰ em meio ao cenário político conturbado no país, a temática do ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos) aborda os problemas vivenciados pelos indivíduos dos setores mais pobres da sociedade. Por se tratar de uma modalidade de ensino noturno, quase todas as cenas são, obviamente, noturnas, mas apesar do clima sombrio dos dramas vividos pelos personagens, não há uma sensação de afastamento e tristeza. Pelo contrário, as estórias são apresentadas de forma habilidosa e emocionante. Em termos técnicos, os departamentos de fotografia e arte retratam uma estética interessante, desvelando o sublime e a poesia em meio às agruras da pobreza e das evidentes desigualdades, mas o ponto primordial da obra é a direção impecável de Joana Jabace, em seu primeiro trabalho na emissora, aliada a um elenco talentoso, cujas atuações de Débora Bloch e Hermila Guedes merecem destaque especial.

Sua estrutura dramática apresenta o núcleo principal dos professores, cujas estórias privadas entrelaçam-se com as dos alunos para formarem os alicerces das subtramas ocorridas a cada episódio, com o arco dramático revelando a evolução das interrelações do corpo docente e, especialmente, de Lúcia e a morte do filho. A escola desponta como o palco de alegrias e desilusões, de batalhas para se obter educação em meio às guerras diárias pela sobrevivência. Sendo assim, muito mais do que ensinar as suas disciplinas, os professores vão além das funções escolares e tornam-se psicólogos e conselheiros na ajuda aos alunos com os problemas, além de providenciarem doses extras de força e coragem para que consigam o diploma. As relações de antagonismo se dão de duas maneiras: a pobreza e as dificuldades para driblar as adversidades sociais. A primeira reflete as barreiras que os alunos têm de enfrentar para continuar estudando; e a segunda, pelas investidas contra os preconceitos entranhados na sociedade sob suas variadas aparências. Sobre isso, é interessante notar que, num episódio, um personagem pode assumir uma posição preconceituosa e, em outro, ele passe a ser alvo dos ataques, experimentando as agruras de enfrentá-lo na pele, a fim de aprender importantes lições.

¹⁰⁹ A trama e as curiosidades estão no *Gshow*, disponível em: <http://glo.bo/3C3SI6A>.

¹¹⁰ Talvez, não acidentalmente, o seriado tenha adquirido força para ser produzido e exibido, justamente no primeiro ano do mandato de um governo federal cujas ideias e pautas apresentam a mais profunda falência moral e cognitiva, inseridas num dos enquadramentos sociopolíticos mais atrasados, danosos e repulsivos na história do país.

Quanto às questões secundárias, há um fator um tanto intrigante na trama. Nenhuma relação heterossexual em toda a temporada apresenta-se como saudável ou mesmo ordinária, salvo a relação construída entre Sônia e Marco André e da qual obtém-se pouca informação. Após décadas de um pensamento conservador da emissora, talvez as autoras tenham aproveitado o momento (e a liberdade) para injetar altíssimas doses de resistência social, principalmente, graças às aberturas proporcionadas por inquietantes e ativos movimentos sociais. Além disso, essa suspensão das relações heterossexuais saudáveis possui a importante tarefa de iluminar os componentes defeituosos e deploráveis da sociedade brasileira, como a homofobia, o abuso e a violência física e psicológica cometidos pelos homens às mulheres. Logo, não há espaço para mulheres fracas. Sônia é a que mais reluta em corrigir seu problema e denunciar o marido agressor, mas seu comportamento tem uma função evidente, criar uma espécie de modelo, de exemplo a ser seguido, pois um número elevado de mulheres se encontra na mesma situação. É por isso que, no final, ela supera seus medos e aflições e consegue sair de casa. Aliás, todas as personagens saem fortalecidas das suas construções arquetípicas, com conquistas positivas e visíveis, decorrentes de suas mútuas ajudas. O modo como as autoras abordaram o tema, inserindo nos diálogos as opiniões e discursos antagônicos no horizonte do senso comum, foi uma estratégia fecunda para a ilustração do quadro social de preconceito, onde venceram os argumentos que elas intencionam ensinar – o de que as mulheres não têm de ter vergonha da sua condição e devem ir à luta, a situação pode mudar. Não obstante, as questões de gênero envolvem pautas mais profundas, a de que gestos e atitudes de enfrentamento podem ajudar a combater a opressão à mulher, sobretudo, ao cumprir com o seu papel de *aula*, iluminando o caminho das telespectadoras na busca de seus direitos.

Quanto à visão geral, pelo título, sabe-se que segunda chamada é quando se falta a uma prova ou teste e a instituição de ensino permite que o aluno tenha outra oportunidade. Diante disso, os personagens são alunos que teriam "falhado" em estudar quando eram crianças e agora têm uma segunda chance para buscarem conhecimento e melhorias para suas vidas. E como se esses elementos ainda não fossem suficientemente interessantes para a proposta, o seriado ainda transforma os telespectadores em alunos, matriculando-os automaticamente em seu curso de "Realidade Social e Respeito ao Próximo", onde a cada episódio, ou melhor, *aula*, exibe-se um preconceito ou manifestação de ódio contra um indivíduo ou grupo

social minoritário, ensinando o que já se esperava ser *óbvio* no senso comum – a tolerância e o respeito ao próximo. Isto posto, não há críticas em nível sistêmico; as suas representações vislumbram e sustentam um jogo capitalista, cujas jogadas e regras contra o preconceito¹¹¹ permitiriam uma vida social menos indigna e penosa (embora não menos competitiva). Portanto, são essas pautas, em nível *situacional*, e o entrechoque das ideias com as regras conservadoras e reacionárias subjacentes na sociedade que completam os pontos principais de crítica, além de uma pálida inclinação meritocrática que oculta as razões do fracasso do aluno. No final, a maioria dos personagens consegue o diploma; porém, restaria saber se os telespectadores, para quem talvez também fora direcionado o título, passaram pelo teste, saindo dessa experiência com a aprovação e uma compreensão das noções de esfera pública e privada¹¹² para uma coexistência social mais pacífica.

Inicialmente, a análise detectou que nenhum dos personagens demonstra possuir sequer uma fração do que poderia ser entendido como a realização plena dos seus funcionamentos como ser humano. Em outras palavras, as suas vidas são apresentadas como sendo as únicas possíveis de serem vividas, são vidas opacas, sem sentido, desprovidas da satisfação de vontades e prazeres concretos, vidas de sonhos impossíveis, de raras alegrias, vidas construídas, enlatadas e produzidas para ocuparem posições técnicas ou subdesenvolvidas. A ausência de personagens ricos ou de condições financeiras asseguradas desvela uma paisagem sombria de crítica social e que procura demonstrar a realidade das classes menos favorecidas, cujos indivíduos não são donos de si mesmos e enfrentam uma luta diária pela sobrevivência. Quem está desempregado sofre e se desespera por não conseguir um emprego; aqueles que o têm, fazem malabarismos para assegurá-lo, e também não se sentem plenamente realizados. Marco André, o professor de teatro e filho adotado de uma médica, é talvez a única exceção, sendo o personagem de maior poder aquisitivo. Ele apresenta um comportamento tranquilo e despreocupado até quando recupera o seu carro roubado e constata que levaram tudo, inclusive as

¹¹¹ Quanto aos problemas abordados, nota-se que após resolvido algum conflito, nos episódios seguintes, os personagens, muitas vezes, agem como se não tivesse havido nenhum preconceito, não há resquícios dos conflitos. A velocidade com que eles aprendem e consertam os seus erros é *irreal*, mas talvez por conta de um apelo "desesperado" das autoras, esta é a velocidade com a qual os telespectadores precisam se identificar.

¹¹² O seriado pode ser inteiramente analisado por esse outro escopo teórico, abordando os problemas da sociedade brasileira em compreender efetivamente o que significam as esferas do público e privado, tão bem trabalhadas nos episódios. Além disso, outros temas sociais, como a homofobia e a transfobia, infelizmente, não foram aprofundados aqui por falta de espaço.

poltronas. Simbolicamente, a sua participação representa o fato de que mesmo em meio à pobreza e às desigualdades, a arte não se deixa ser entrelaçada por esses problemas mundanos e resiste à sua maneira. Através de sua ajuda, a arte serve de anteparo aos alunos e professores, proporcionando um consolo, elevando a alma e contribuindo com sua dose de libertação e crença para uma vida melhor. A prova disso é que suas aulas de teatro auxiliaram os alunos a se expressar e entender um pouco melhor o lugar de cada um deles, além de providenciar as forças para seguir enfrentando a violência das suas condições de vida.

A propósito, longe de querer mensurar ou comparar o quanto a violência *subjetiva* causa danos pessoais irreparáveis, é imprescindível ressaltar o horror e a monstruosidade de se verificar a violência *objetiva* como a verdadeira antagonista. Em seus episódios, atesta-se sem dificuldade um posicionamento crítico contra as estruturas de poder, porém, as regras introjetadas em sua narrativa apontam para pessoas que, embora tenham vidas difíceis, estão tentando encontrar o seu espaço em um mundo *capaz* de comportá-las, contanto que mantenham-se moralmente firmes e cumpram as suas responsabilidades básicas. Diante disso, percebe-se uma visão de mundo, um traço do substrato ideológico presente na emissora, no qual os esforços individuais adquirem proeminência e surgem como jogadas decisivas e auto-suficientes para driblar as desigualdades e para uma mudança estrutural em suas vidas. Ora, não há nada de errado em se empenhar para obter maiores ganhos e vencer a extrema pobreza, mas quando suas cenas agrupam a ideia de que *basta* o esforço individual para vencer, isto é, sem se considerar os fatores relativos aos talentos, habilidades, conhecimentos ou a pura sorte (ou pior, mostrando aqueles que "falham" como se não tivessem se esforçado o suficiente), o seriado contribui para engessar o mito da ascensão social, obliterando, ao mesmo tempo, dois traços inerentes ao capitalismo: o fato de que a distribuição desigual dos atributos pelas unidades da sociedade tampouco tem a ver com a falta de esforços e o de que não há condições viáveis para todos ultrapassarem as barreiras de classe. Em outras palavras, por um lado, as suas representações desvelam a macabra face de um modelo decadente e hostil, no qual a competição gera inúmeras dificuldades para o lado mais enfraquecido; por outro, oculta os aspectos de um sistema que só pode continuar a existir se as suas relações de produção permanecerem as mesmas (no sentido de reproduzir essas condições materiais dos menos privilegiados).

Neste momento, pode-se recolher os fragmentos representados a fim de se obter uma percepção geral de suas inter-relações e como elas implicam na questão ideológica. No sexto episódio, duas histórias se entrecruzam poderosamente para reforçar essa atmosfera dos esforços individuais. Maicon Douglas é um motoboy desempregado que se desespera com a falta de recursos para sustentar sua esposa e filho pequeno. Por conta disso, ele resolve assaltar a escola onde estuda. À noite, ele esconde o rosto no banheiro com uma máscara e invade a turma de Lúcia com uma pistola, mas durante o assalto é desarmado por Cleiton e tem a sua identidade revelada. Os alunos se revoltam e tentam linchá-lo enquanto outros correm para chamar o diretor Jaci. A professora consegue acalmar os ânimos e tirar todos os alunos da sala de aula, porém, Maicon consegue fugir pela janela. Na porta da escola, ele é morto a tiros para o horror de Lúcia, que se sente culpada. Nesse ínterim, ocorrem os eventos em torno de Silvio, um morador de rua tranquilo, que sonha completar a educação básica para arrumar um emprego e uma vida melhor. Depois de uma aluna reclamar de seu mau cheiro, a professora Eliete pede que ele se lave na torneira da escola e, mais tarde, anuncia que conseguiu um quarto bagunçado para ele passar as noites. Silvio agradece, mas por não poder trazer o seu cão, ele desiste e volta para as ruas. No final, ele "tranquiliza" Eliete, pois acredita que a água do chafariz terá retornado e poderá se lavar antes da aula.

Nessa direção, todas as histórias são atemporais na trama e poderiam ser inseridas a qualquer momento sem danos à sua estrutura dramática. Então, por que elas surgem juntas? Afora o insano ato de um colega assaltar a própria turma e a professora que tanto respeita, ao ilustrar o assalto simultaneamente com a situação do mendigo, a cena adquire conotações especiais. Afinal, se Silvio, que é calmo e não tem um teto para dormir, consegue desistir de morar num quarto improvisado por conta do amor ao cão e agarra-se firmemente ao sonho de arrumar emprego e se estabilizar, a decisão de Maicon converte-se em um potente simbolismo de viés duplo: frente ao seu condenável ato de violência, instantaneamente, pulveriza-se a condição de morador de rua como uma alternativa abominável e inaceitável para torná-la algo viável, um ideal minimamente honesto e de dignidade. Logo, a vida de sub-proletário reveste-se de uma decisão moral a ser validada socialmente, pois mesmo nesta situação decadente (inclusive, na qual, poder-se-ia esperar um ato de desespero), ele mantém sua lucidez, esperança e valores aceitáveis pela sociedade.

Esta é a força que ambas as mensagens promovem em conjunto: o assalto desastrado de Maicon tem suas causas reais removidas do ato e a ele são somados ingredientes que demonstram o crime como uma escolha pessoal, tomada devido à sua "incompetência" de se integrar ao sistema, embora o impulso tenha sido a sua incapacidade de funcionar plenamente como ser humano. Diante disso, recai sobre o personagem o julgamento de que poderia tê-lo evitado, obscurecendo o fato de que a alternativa é "igualmente" inviável e inaceitável. Essas imagens ganham um reforço ideológico quando a professora Eliete, curiosamente, a mesma que tentara ajudar Silvio, reprova a sua atitude criminoso, mencionando que conseguira criar a filha sozinha, que "nem nos piores momentos (ela) pensou em fazer uma coisa dessas" e que "todo mundo pode fazer uma *escolha* também"¹¹³.

O homicídio de Maicon serve de conexão e elucida mais elementos. Ao longo dos primeiros episódios, os telespectadores são apresentados aos problemas estruturais da escola, tais como o curto-circuito, o ventilador queimado e as goteiras nas salas de aula, entre outros. A princípio, eles surgem como elementos épicos de um reflexo da realidade vista nas escolas públicas brasileiras; contudo, quando se tornam um bloqueio real para a realização das ações dos personagens, eles passam a adquirir portentes traços dramáticos¹¹⁴, impulsionando a crítica em relação à falta de verbas para a educação. Todavia, no sétimo episódio, quando Lúcia chega para lecionar na noite seguinte ao crime, ela vê a poça de sangue de Maicon intacta e um homem soldando a grade de proteção em cima do muro. Nesta lógica, de onde surgira a verba para colocar grades de um dia para o outro? A escola tem recursos, mas eles não são utilizados para melhorar as condições de ensino? O sangue do rapaz ainda nem havia secado e o trabalho já estava quase completo. Pela construção épica de Jaci e as situações que permitem inferir sobre a sua consciência, ele não é um diretor negligente ou desonesto. Por conseguinte, a mensagem é simples e direta: há críticas sobre as regras que engendram a falta de recursos provenientes da gestão pública; porém, pode-se obtê-los rapidamente

¹¹³ Quanto a isso, resta saber se essas escolhas da população poderão contar com boas doses de sorte no futuro: "mais pobre levaria 9 gerações para atingir renda média do país". Segundo o *UOL*. Disponível em: <https://bit.ly/2GNjyaj>. "Brasil é o segundo pior em mobilidade social em ranking de 30 países". Segundo a *BBC*. Disponível em: <https://bbc.in/2H0WQeo>. E também, "Brasil é um dos países com menor mobilidade social em ranking global". Segundo a *Exame*. Disponível em: <https://bit.ly/30UvHRN>.

¹¹⁴ Um exemplo é a cena em que os alunos realizam suas provas embaixo de dezenas de goteiras e o alagamento da sala faz com que Sônia tenha de mover a sua turma para outra sala.

se o substrato ideológico surge para reforçar que a prioridade "não é a educação", mas nos proteger dos que não aceitam tornar-se insubmissos moradores de rua.

Como último aspecto da análise, a potência criativa das autoras deu asas a inúmeras histórias comoventes, cujas complexidades englobam as desigualdades, a pobreza e os preconceitos, gerando reflexões críticas e debates cruciais para os avanços sociais, como o caso da Solange, que abandona o seu bebê na escola por não ter como cuidar ou com quem deixar; a transfobia sofrida pela Natasha; a tentativa de estupro de Reginaldo após dar uma pulseira para Sônia e ela negar o presente; a bolsa de estudos que Gislaine quase perdeu num concurso de redação por ser garota de programa; o óbito de Rita depois de ter tomado um abortivo, ao descobrir que estava grávida da quarta criança; a violência sofrida por Aline, que surge na aula com o olho roxo e as amigas aconselham a denunciar o namorado; a situação de Jurema, forçada pelo marido a abandonar a escola, pois não queria que ela fosse mais educada do que ele; a acusação de roubo à Valquíria, por ela ser ex-presidiária; a expulsão de Marcelo depois do pai descobrir que ele é homossexual, entre outras. Essas histórias apresentaram muitos assuntos profundos e dinâmicas que produziram um relevante número de jogadas alinhadas, em graus variados, à proposta do seriado. Portanto, discorrer sobre todas elas, inundaria as páginas da análise com descrições de atitudes positivas e necessárias para as lutas sociais.

Nesse sentido, selecionei a história de Wallace, a fim de expandir a questão dos esforços individuais como um processo que oculta os privilégios de classe ao retirar as causas das desigualdades de seu *locus* real, para inseri-las nos indivíduos e nas suas ações. Com uma participação discreta na trama, pouco se fica sabendo de Wallace ao longo da temporada, apenas que trabalha duro como pedreiro e dá o seu máximo para ajudar a mãe e a irmã. Todavia, a sua participação ganha enorme destaque, sobretudo, por ter sido o único aluno a não receber o diploma. Por conta desse trabalho pesado (e das horas extras que o patrão o forçou a cumprir), ele não fora capaz de estudar o suficiente para apreender toda a matéria. Em virtude disso, tentou colar na prova final, mas foi pego pelo diretor Jaci, sendo imediatamente reprovado. Desesperado, subiu no telhado da escola e quase pulou para o suicídio, só não o fez por conta da ajuda e carinho da professora Lúcia.

Em um diálogo entre os dois, ela lhe diz que todos os alunos vivem vidas difíceis e que, se ele estudar e se empenhar mais, poderá dar uma vida melhor para a mãe dele e a irmã; assim, a superação é retratada como algo que tem que vir *de*

dentro, com *cada um* tendo de ser *responsável* para encontrar a sua *própria força* para superar as dificuldades. Chega a ser curioso que ela reconheça que a vida é dura com os alunos e que o seriado tenha mostrado um padrão hostil com Wallace, mas proponha uma ideia que o responsabiliza por algo fora de seu controle. O que se deve constatar é que há uma sociedade cujas contingências histórico-sociais arrancaram de Wallace as condições para uma vida digna e, não satisfeita, ainda erige inúmeras barreiras para obstruir o seu caminho, impedindo-o de seguir seus sonhos. Logo, não são os "Wallaces" que têm de mudar ou "se esforçar mais" para serem aprovados, mas que sejam reconhecidas as falhas sistêmicas e combatidas as ideias que insistem em culpabilizar os indivíduos por não conseguirem realizar plenos funcionamentos como seres humanos. No final, seus colegas recebem os diplomas e, na sua última conversa com a professora, ele aquiesce a *própria* falta de esforço e promete se matricular de novo para o ano seguinte¹¹⁵.

Para concluir, o seriado compromete-se com uma importante reflexão dos preconceitos existentes na sociedade. No campo das lutas contra a opressão de gênero e raça, ele se posiciona firmemente, iluminando diversas jogadas em prol dos avanços sociais, cujas ideias precisam ser urgentemente sustentadas. As regras enfatizaram, mais nitidamente, os problemas concernentes à falta de recursos por parte do Estado. Sob o eixo dos privilégios e uma leve alusão à meritocracia, ele apresentou uma pintura mais complexa, de traços finos e textura pálida, na qual os elementos representados possuem a força de omitir as causas das desigualdades sociais. A análise percebeu que, mesmo contendo críticas sociais consistentes, o substrato ideológico da emissora ainda permeia seus episódios, desvelando uma visão de classe cujos interesses não se importam que Wallace, Maicon, Silvio e os outros jamais tenham tido suas necessidades básicas atendidas; deles é esperado que sejam empenhados, que se reinventem, que driblem as dificuldades da vida, que saibam utilizar os seus talentos e habilidades, que consigam tomar as decisões corretas e que tenham, acima de tudo, *paciência* – e isso, sem escorregarem para o mundo do crime, acatando a condição de moradores de rua com suas esperanças.

¹¹⁵ Ironicamente, numa matéria do *Gshow*, essa ideia também é reproduzida: "quem não se dedicou tanto assim, pode acabar reprovando". Disponível em: <https://glo.bo/3iTeJsS>.



Considerações Finais e Perspectivas Futuras de Análise

No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente o seu caráter antagônico que, inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódio subversivos. [...] Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria (Marx, 1985, p.117).

Esta tese pretendeu realizar uma análise marxista de certas ficções seriadas produzidas, no século XXI, pela maior emissora da América Latina, a Rede Globo de Televisão, na intenção de desvelar como ocorre a sua reprodução ideológica e as relações de dominação em seus conteúdos. Para tanto, usei autores de múltiplas disciplinas e áreas do saber, cujos apontamentos puderam proporcionar as bases teóricas para o devido enfrentamento do objeto. O campo da Comunicação Social brasileiro se debruça sobre vastas possibilidades de pesquisa ao combinar teorias, conceitos e formulações de diversas correntes epistemológicas, tornando o próprio ato de investigar os procedimentos de análise, uma pesquisa à parte. A opção pelo método deveu-se à sua capacidade de providenciar respostas sobre os fenômenos observados; todavia, por apresentar dificuldades na sistematização de uma análise específica de conteúdos ficcionais, busquei incluir uma chave teórica que pudesse dar conta de múltiplas camadas simbólicas. Diante disso, sustento que foi possível atingir resultados concretos e que desvendam traços relevantes acerca da essência das relações de dominação. Para uma exposição específica dos resultados obtidos, retomo as discussões de cada capítulo para pontuar, no final, os alcances e limites de cada um dos objetivos e hipóteses levantadas.

No capítulo 1, iniciei pela exposição da história do Sr. Peel e a descoberta do "segredo da colônia" como a ilustração do caráter histórico-social das relações de produção capitalistas. Em seguida, busquei nos textos de Karl Marx as bases teóricas para um dos conceitos mais relevantes do materialismo histórico, o que trata das relações de produção e das forças produtivas, incluindo as questões que envolvem a infraestrutura e a superestrutura. Com isso, observou-se que para os seres humanos continuarem produzindo as suas vidas, eles precisam reproduzir as suas condições de produção. A estrutura econômica de uma sociedade determina as formas jurídicas e políticas que atuam na superestrutura, embora esta não seja

reduzível à primeira e possua relativa autonomia. Quanto à dominação de classe, ela permeia os processos que perfazem uma totalidade complexa e contraditória, na qual o poder estatal é exercido em meio às lutas de classes (embora sua atuação esteja mais inclinada para a reprodução dos interesses dominantes). Em seguida, parti de uma elaboração das desigualdades sociais para demonstrar como a sua manutenção é produzida na sociedade por meio de determinados mecanismos, como a exploração. Segundo a perspectiva adotada, ela pode ser entendida como a apropriação do trabalho de uma classe por outra, realizada por conta dos direitos de propriedade e a distribuição desigual de bens alienáveis. Ademais, a analogia da não-liberdade coletiva serviu para orientar e resumir a presente condição da classe trabalhadora, mergulhada em processos sustentados pela ação humana que determinam a sua existência produtiva e impedem grandes parcelas de indivíduos de competir no mercado e/ou funcionar plenamente como seres humanos.

O conceito de classe foi o assunto seguinte. No intuito de compreender em que medidas ele ainda se mantém apropriado para as investigações da sociedade capitalista contemporânea, abordei as passagens onde Karl Marx assinalou, mais claramente, as suas propriedades internas. Porém, a tarefa mostrou-se árdua, pois o autor jamais chegou a sistematizá-lo e, uma vez que o conceito é inerentemente complexo, encontrava-se "apagado" das discussões acadêmicas. Assim, busquei as respostas na estrutura de classes, a qual explica as suas inúmeras relações internas e seus elementos contraditórios, inclusive acerca da grande área cinza central da classe média. Quanto a isso, uma saída foi perceber que os indivíduos dos estratos médios podem conter ideias opostas e contraditórias tanto em relação à burguesia quanto à classe trabalhadora, contribuindo para definir sua posição no espectro de classes a partir da noção de que eles atuam ou servem como portadores de certas relações de produção. Além disso, ficou evidente que a tarefa da análise marxista para o futuro é enquadrar as lutas de classes em uma teoria coerente que inclua os conflitos culturais não relativos à classe. Na última parte, foquei na teoria da ideologia, levando em consideração a produção teórica Karl Marx, passando pelas formulações de outros autores com o propósito de organizar o seu enredamento polissêmico. A partir das categorias de fetichismo da mercadoria e da reificação, explanei como no capitalismo as relações sociais surgem como fatos desprovidos da ação e influência humana, adquirindo a aparência de um movimento autônomo e independente. Por fim, a teoria da ideologia de Göran Therborn coloca-a como o

aspecto da condição humana sob o qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes num mundo dotado de sentidos e que atua na interpelação dos indivíduos para uma ordem social, qualificando-os para os papéis que exercerão. Esse sistema ideológico engendra processos político-econômicos que acarretaram em sanções denominadas de mecanismos de sujeição e obediência, cuja atuação é garantir os efeitos da dominação burguesa sobre os grupos dominados. Em todos os subcapítulos, procurei realizar uma atualização das categorias através do diálogo com autores marxistas a fim de inseri-las no mundo contemporâneo.

No capítulo 2, apresentei a estória dos Shmoos como os animais mágicos que simbolizam as políticas públicas em prol da redução das desigualdades e dos abismos na capacidade dos indivíduos de funcionarem plenamente como seres humanos. Com a demonstração de sua distribuição hipotética, tornou-se evidente que os interesses do empresário eram antagônicos em relação às classes para as quais os animais eram de suma importância; e pelo sucesso na sua propaganda, pode-se notar um traço marcante da atividade midiática e o seu comportamento frente à preservação do poder. Como um elemento da superestrutura, a instituição midiática tem por função a reprodução da ordem social; logo, muito mais do que entretenimento e informação, coube salientar que as suas mensagens encerram valores e significados que asseguram a dominação, contribuindo largamente para a manutenção da submissão voluntária e não-coercitiva e da paralisação social junto às possibilidades efetivas de mudança. Com isto em mente, analisei a mídia em relação ao capitalismo, observando como o modelo econômico neoliberal invadiu o cenário mundial e as esferas culturais, econômicas e sociopolíticas com seu projeto teórico de imposição das liberdades individuais a fim de promover uma estrutura social marcada pela minimização do Estado, pela iniciativa privada e o livre mercado, além dos objetivos subjacentes de garantir a restauração do poder e os privilégios de classe. Entre as consequências da sua implementação no horizonte social, encontram-se o desvio do conhecimento e do pensamento crítico e a redução das instituições públicas junto à ampliação das desigualdades sociais, engendrando um exército de seres humanos descartáveis e incapazes de exercer as suas liberdades no mercado. Tendo adentrado a atividade midiática, o impulso neoliberal passou a orientar as pautas e contribuir para a inversão dos interesses, ampliando a difusão dos interesses das classes dominantes sob uma "máscara dos interesses universais" e adquirindo a aparência de um fenômeno auto-evidente e

natural. Portanto, ao transformar-se em um espaço estratégico de hegemonia, a mídia cria um quadro ideológico onde os aspectos da realidade são invertidos para que esses interesses sejam admitidos como sendo a favor dos dominados.

A propaganda política elucidou os processos levados adiante pelas elites para controlar a opinião pública e perpetuar a sua manutenção no poder. Como foi visto, seja por imagens mentais ou governadores invisíveis, o sistema democrático sofre pressão das classes dominantes para que suas ideias sejam aceitas e protejam o poder corporativo contra o governo da maioria, apelando para as estratégias que buscam retirar "o risco da democracia". Em seguida, a fabricação do consenso foi desvelada a partir do modelo de propaganda política que iluminou as relações do capital com a mídia e como a conformidade é instaurada pela consolidação desta inversão junto aos cinco filtros das restrições que o poder econômico-financeiro impõem à sua atividade. Sua aplicabilidade nos dias atuais deveu-se à atualização por parte de produções teóricas que seguiram apontando como a mídia retira os assuntos políticos dos debates públicos e cuja propaganda encoraja os indivíduos a seguir percursos de vida que parecem naturais e razoáveis, reforçando a ordem social fixada pelo capital. Na última parte, expandi a discussão para abarcar a sua organização e produção de informação, segundo a perspectiva de que ela se tornou um poder antidemocrático. Para embasar o polêmico argumento, incluí inúmeros autores brasileiros e estrangeiros que apontam a concentração e os conglomerados como resultado das enormes perdas de rentabilidade e a exigência de reproduzir os domínios monopólicos e a lógica financeira. Nesta linha, sem um contrapoder para regulamentar e fiscalizar seus conteúdos e, como é ela que detém o controle do que é publicado e vetado, pode-se perceber que a mídia institui uma auto-censura, pois considera apenas os próprios interesses e exclui as vozes que não se encaixam nos seus propósitos, tornando-a uma força incompatível com as práticas democráticas. Por fim, discuti a falsa aparência de pluralismo, uma vez que não há diversidade nos conteúdos e os veículos acabam por reproduzir apenas a singular voz de poder do capital, sufocando uma saudável multiplicidade de opiniões para o sistema democrático.

No capítulo 3, o tema centrou-se no setor da radiodifusão brasileira e que as emissoras de rádio e televisão são concessões públicas. Ao analisar o histórico das leis, decretos e projetos de emenda constitucional que avançaram a legislação da comunicação, ficou claro que através de políticas públicas a radiodifusão deu

vazão a muitos processos ilegais de barganhas políticas em troca de favores que firmaram as bases da concentração midiática no país e causaram o profundo vazio regulatório que impede a democratização da comunicação. Este "coronelismo eletrônico" dificultou que os interesses universais fossem priorizados à frente dos privados. Por último, a trajetória corporativa da Rede Globo serviu para situar as suas múltiplas relações promíscuas com a política nacional, cujas "ações ilegais planejadas" junto aos escândalos perpetrados, receberam o título de gangsterismo. Pelos motivos apresentados, foi possível perceber a influência da emissora como um instrumento de dominação e participação na manutenção dos seus interesses, inclusive à frente da legislação, visto que a empresa não media esforços para fazer valer a sua ambição, passando por cima e derrubando os obstáculos legais quando eles interferiam nos seus planos.

Para situar os capítulos anteriores na realidade brasileira, exibi os pontos mais marcantes responsáveis por engendrar a revolução burguesa e consolidar as relações peculiares que caracterizaram as transformações do capitalismo no país, passando pela conjuntura do regime militar e da ofensiva neoliberal para entender as relações de dominação nos dias atuais. Em paralelo, por ser a mobilidade social um assunto recorrente nas mensagens da mídia, procurei abordá-la sob o enfoque da meritocracia e seus efeitos deletérios para a sociedade. Atrelada a uma questão moral, seu avanço no senso comum esconde as raízes de seus impulsos na direção de providenciar a narrativa do vitorioso pelo mérito para justificar os privilégios elevados, desfrutados por certas camadas da população, enquanto desloca a culpa sistêmica para os próprios indivíduos. Por isso, julguei imprescindível explicar a sorte como a variável determinante no sucesso, pois aquelas que estão alheias à sua existência tendem a ser igualmente alheias às dificuldades que outras parcelas da sociedade têm de enfrentar num ritmo constante de sobrevivência. Ao juntar os tópicos, adicionei uma explicitação em torno da situação da classe média no novo milênio, em primeiro lugar, pelas lacunas dessa grande área cinza central que não foram resolvidas no primeiro capítulo e, segundo, para relacioná-la no contexto de dominação neoliberal e meritocrática, apontando as suas relações ambíguas com os interesses das classes dominantes e os efeitos nocivos para ela.

No capítulo 4, discuti as bases teóricas da televisão e das ficções seriadas para elucidar os aspectos essenciais de suas relações com a sociedade. Com isso, pude demonstrá-la como um aparelho de extrema influência na consolidação de

padrões, hábitos e valores, constituindo-se como um dos principais dispositivos da vida contemporânea a atuar na manutenção das relações capitalistas de dominação e da submissão voluntária e não-coercitiva da vida contemporânea. Indo desde a sua potência de conjugar várias formas de expressão ao processo de abstração da vida social concreta, ela institui uma homogeneidade do ponto de vista da esfera sociopolítica. Ademais, entre suas funções de servir para a ampliação da produção e do capital, da propaganda para a venda de produtos e a ampliação do mercado, ela age como instrumento de classe, difundindo as ideias dominantes por meio da internalização dos valores, enquanto opera, paralelamente, na desmobilização dos dominados das ações que buscam a superação da sua condição subordinada.

No capítulo 5, expus o modelo teórico-metodológico com base no método marxista de análise da sociedade burguesa. Para tanto, iniciei pela exposição dos textos em que Karl Marx exhibe com maior clareza a sua metodologia. Em seguida, iniciei sua organização e sistematização, utilizando uma construção metodológica que trata o campo de pesquisa como uma totalidade estruturada, onde elaboram-se os componentes de ordem paradigmática, os níveis ou instâncias da pesquisa, e de ordem sintagmática, as suas fases ou etapas. Uma vez que toda pesquisa percorre esses oito passos simultaneamente, optei por explicar cada um deles em separado, permitindo a observação de suas particularidades. Ao destrinchar as instâncias, acrescentei discussões de marxistas para preencher as lacunas da metodologia. Uma dessas contribuições foi a teoria de Robert Alford e Roger Friedland (1985), que possibilitou um modo objetivo de perscrutar as ficções seriadas, amparando a investigação com um mapa conceitual esclarecedor. Através dele, pude tornar evidentes as formas que aparentavam ser desprovidas de substância política, além de fornecer dispositivos para a exposição argumentativa, cujo compromisso nesta tese era ser perceptível e verificável.

No capítulo 6, a análise das ficções seriadas mergulhou nas suas formas e simbolismos para detectar as suas relações. Em termos técnicos, elas dividiram-se em sete seriados e cinco séries, cujas temáticas incluíram enredos que abordaram a violência nas favelas e comunidades; o trabalho da força policial contra o crime e a própria corporação; as relações jurídicas do tribunal e o tratamento dado a diferentes tipos de réu; dramas sociais e urbanos; redes de criminalidade, o pavor de um assassino em série à solta; os sofrimentos de pacientes no hospital público; as unidades prisionais e as relações dos presos com os agentes penitenciários; e a

educação para adultos que não puderam se alfabetizar quando crianças¹. Em vista disso, tratam-se de temas bastante heterogêneos, apontando que a emissora busca produzir conteúdos diversificados e que abarquem uma ampla gama de pessoas, lugares, profissões e níveis sociais, apetrechando variadas esferas de público e do imaginário sociocultural brasileiro. Outro ponto é sua divergência estilística. Cada ficção seriada apresenta particularidades tão específicas na sua forma de produzir, montar e retratar seu universo narrativo que, em muitos momentos, elas parecem nem ter sido feitas pela mesma emissora e equipes em comum. Esta minúcia foi responsável por causar dificuldades extras para a correlação de suas formas, o que permitiria inferências gerais mais concretas acerca do período analisado.

Inicialmente, é preciso pontuar que o conjunto de ficções seriadas, embora tenha apresentado variedade sob o escopo da temática e das tramas, onze entre as doze selecionadas, trouxeram a violência explícita para dentro de suas diegeses. Esta informação ilumina uma qualidade dramática que influencia nas produções da emissora e o tipo de obra aprovada para a etapa de produção. Não é novidade alguma que a violência seja vendável e que atraia enormes audiências; as emoções e angústias que ela causa nos telespectadores são motivos suficientes para o entendimento pela procura e apreço de suas narrativas. Mesmo quando ela surgiu de maneira mais indireta, em *Antônia* e *Sob Pressão*, o seu espírito ainda se manifestou por meio de uma briga, um assalto, um ônibus em chamas, uma troca de tiros e até quando ela ocorria "fora da tela" e os personagens tinham de lidar com seus efeitos práticos, no caso dos médicos de plantão.

Tendo isso em vista, percebe-se que a violência subjetiva, esta que gera o imenso apelo do público e é ingrediente indispensável, teve um importante papel: desvelar o intenso foco nas suas ações e impactos, deixando a violência objetiva de fora dos holofotes. Por estar atrelada a fatores sistêmicos, era esperado que esta violência "invisível" da pobreza, da fome, da falta de oportunidades e condições de sobrevivência e competição, que se propõe esconder e é julgada como normal ou um "mal necessário" (Zizek, 2009), não seria encarada de frente nessas obras audiovisuais. Logo, como um padrão, quando a violência objetiva parecia adquirir elementos dramáticos para funcionar como obstáculo na trama ou mesmo clarear a

¹ Todas as obras são do gênero drama, pois fazia parte dos requisitos para o recorte do objeto; no entanto, algumas misturam-no com outros tipos, como suspense, policial, espiritualidade, médicas, *noir*, investigativo e romance.

incapacidade dos personagens de funcionar plenamente como seres humanos, ela convertia-se em detalhe ou era ofuscada, escondendo as chances de ser superada.

Outro ponto observado é o de que cinco obras apresentaram uma temática voltada para as favelas, comunidades e bairros desprivilegiados, abordando tramas em torno de personagens com nenhuma ou poucas capacidades de ação, como em *Cidade dos Homens*, *Antônia*, *Suburbia*, *Carcereiros*, *Segunda Chamada*, onde os ambientes são geralmente representados por pessoas trabalhadoras, de baixa renda e boa índole, desprovidas de oportunidades de vida e cujos esforços empenham-se na sobrevivência e na busca por melhores condições. Essas obras, especialmente pelo fato de que elas tangenciam diretamente as desigualdades sociais, poderiam resplandecer intensamente as críticas de suas razões de existência, manifestando argumentos para além da imposição de regras e/ou jogadas visando a sua redução, o que não ocorreu. Além disso, curiosamente, as séries e seriados que abordam a favela em relação ao tráfico de drogas tiveram seu último produto audiovisual no ar em *Suburbia*, em 2012, se a segunda versão de *Cidade dos Homens* (2017) for desconsiderada, afinal, de seus quatro capítulos, mais de 80% da trama se dá na forma de imensos *flashbacks* (quase a duração de episódios inteiros), constituindo um dos motivos de ter sido descartada da análise. Talvez o formato tenha chegado ao fim da validade e neste segundo impulso, a emissora decidiu por repetir grande parte das histórias ou situar os novos telespectadores naquele mundo e possibilitar futuras temporadas (como chegou a ocorrer em 2018). O aspecto percebido é que de 2014 em diante, ela produziu ficções seriadas mais voltadas para perseguições envolvendo forças policiais e criminalidades "mais elitizadas" e, quando esse tema também parece ter saturado, retornou às obras das classes baixas, mas pelo viés do hospital público, da penitenciária e da educação para adultos.

Tecidas essas considerações primárias, quanto aos objetivos, o principal era entender *de que maneiras essas ficções seriadas retratam as contradições*. Ele foi atingido, na medida em que, pelo modelo teórico-metodológico conectado às regras do jogo, permitiu a constatação da completa ausência de críticas em nível sistêmico. Sendo assim, a primeira hipótese também foi confirmada: o capitalismo é vislumbrado como um jogo orgânico às realidades imaginadas e não é posto em xeque como uma contingência histórico-social ou relações específicas que fundam uma determinada formação social. Algumas propostas, evidentemente, não teriam razões diretas para levá-lo em consideração, entre elas, *Força-Tarefa*, *A Cura*, *A*

Teia e Dupla Identidade; enquanto, em outras, ele surge como um jogo injusto e desproporcional, mas dentro de uma racionalidade que o vislumbra como natural e auto-evidente. Assim, o quadro formado é o de que elas não denotam indicadores concretos da presença de ideias que possam desvelar ou racionalizar formas de superação das relações capitalistas.

Nesta lógica, a outra "metade" do objetivo principal era o de compreender como *elas atuam na reprodução da ordem social pela distorção das relações de dominação e classe, pela promoção dos interesses das classes dominantes e pela omissão das causas das desigualdades como uma condição intrínseca do capital*. Ele foi alcançado pela possibilidade de enxergar que as contradições do modo de produção se dão em nível organizacional e situacional, ou seja, elas giram dentro do próprio jogo dominante, exprimindo as lutas de diferentes setores da sociedade na imposição de regras e jogadas para fazer valer os seus interesses particulares. Por este ângulo, posto que as obras partem de uma emissora corporativa, pode-se notar uma quantidade maior de representações inclinadas na direção dos interesses das classes dominantes, incluindo as justificativas em prol do ideal meritocrático e a promoção dos privilégios de classe. Entre os exemplos, destacam-se a ascensão social em *Antônia*; as relações que acompanharam o fim de ambos os Viegas, pai e filho, em *Na Forma da Lei*; a insólita inversão dos acontecimentos em *A Cura*; as representações que instituíram André como símbolo das liberdades individuais, em *O Caçador*; e, novamente, uma pálida aparição da meritocracia em *Segunda Chamada*. Logo, a segunda hipótese foi confirmada: as ficções seriadas ocultam as contradições capitalistas sistêmicas, mas contêm conflitos particulares em nível organizacional e situacional que promovem os interesses das classes dominantes.

O segundo objetivo consistiu em investigar a percepção da realidade social diegética pelos personagens e *examinar as relações que permeiam suas condições materiais de vida, observando suas consciências de classe e as maneiras com que são representadas as suas percepções/observações sobre o que existe, as noções acerca das consequências dentro de um leque de opções sobre o que é possível e como se dão os elementos desejáveis sobre o que é certo em termos de benefícios e ganhos materiais*. Neste ponto, cada ficção seriada apresentou particularidades na maneira de conduzir as ações, comportamentos e intenções dos personagens e o objetivo foi alcançado pelas suas explicitações, levando-se em conta a estrutura de classe e seus elementos internos. Em virtude disso, cumpre destacar que suas

consciências apontaram para múltiplas regras e jogadas e as que foram atribuídas a um cunho mais progressista, apresentando incentivos para os avanços sociais, ocorreram, na maioria das vezes, sobre questões de gênero, de orientação sexual e de afirmação racial e étnica, em *Antônia, Na Forma da Lei, Suburbia, A Teia, Segunda Chamada* e *Carcereiros* (este último, na figura do protagonista e as suas ações com base nos ideais dos Direitos Humanos). Quanto a isto, percebeu-se que as obras contêm substâncias de resistência, embora em número reduzido.

Em relação aos mecanismos de sujeição, as presenças marcantes foram o *Senso de Representação*, aludindo aos elementos que ilustram as intenções das classes dominantes como parte do universo dos dominados e que elas governam em seu benefício; o *Medo*, exposto em paralelo com a violência e a insegurança, surgiram da incapacidade estatal de lidar com eles e, com isso, sugerem jogadas típicas para a aplicação de regras alinhadas aos interesses dominantes; o *Senso de Inevitabilidade*, através das reiteradas referências à falta de possibilidades de superação, principalmente, quando elas retratam figuras públicas incompetentes e corruptas e frisam a paisagem de um sistema político incapaz de ser derrubado; a *Deferência*, exibindo as qualidades superiores das classes dominantes, enquanto iluminam os caminhos positivos e possíveis apenas por meio de suas orientações; e a *Resignação*, enfatizando os aspectos da realidade social sob a visão pessimista das instituições, sendo uma, entre as principais, a que permeia o Estado e o poder estatal. Assim, a terceira hipótese foi confirmada: as ficções seriadas entrecruzam as dimensões ideológicas para formar quadros que incluem diferentes mecanismos de sujeição e obediência, embora com uma intensidade abaixo do suspeitado.

Por outro lado, existe um padrão nas ficções seriadas analisadas e ele se dá pelas constantes atribuições ao Estado como um conjunto de instituições políticas, administrativas e burocráticas em situação deplorável. Há uma ideia geral de um país caótico, onde as leis não funcionam e a força policial, o sistema jurídico e os poderes Executivo e Legislativo são tratados em meio à corrupção endêmica e à falta de valores morais sem qualquer condução crítica sobre os processos ínsitos que a tornam real e possível na sociedade brasileira. Dito de outro modo, atrela-se à corrupção fatores como a incompetência, o despreparo e a excessiva inépcia dos servidores e profissionais públicos, apresentando aparelhos estatais em frangalhos, quebrados e obsoletos, sem considerar que grande parte de suas razões deve-se a elementos sistêmicos, decorrentes das lutas de classes e que asseguram as relações

de dominação. Isto posto, quando se percebeu, ao longo da tese, que os interesses das classes dominantes têm visado a superação das instituições estatais junto aos avanços da ofensiva neoliberal, pode-se inferir que as regras representadas sob a forma de críticas à atividade estatal partem da realidade fática de um país deveras corrupto, para distorcê-la, sobretudo, pelo viés da falta de argúcia e competência (um padrão recorrente e que não, necessariamente, espelha as instituições) e, com isso, estabelecer uma correlação com a necessidade de sua diminuição. Este é um dos pontos mais visíveis na análise e que apontou como a demolição simbólica de suas instituições perverte as relações que a sustentam e omite as suas intenções subjacentes. Diante disso, a quarta hipótese, de que as ficções seriadas englobam regras acerca da distorção e perversão dos processos de dominação e classe e os torna inexistentes ou minimizados, confirma-se no âmbito do entrechoque com as instituições que perfazem o Estado, além dos outros exemplos supracitados.

O terceiro objetivo específico envolvia as desigualdades sociais e *como os processos de dominação e exploração são omitidos de modo a naturalizar as suas existências e/ou justificá-las como a consequência dos atributos individuais, como subproduto de processos culturais ou referente à natureza das oportunidades, e verificar as condições em que os personagens observam as suas capacidades de funcionarem plenamente como seres humanos*. Pela análise dos ambientes sociais e suas relações com os personagens, ele foi cumprido pela explanação das formas de consciência com que eles agiam e compreendiam o seu meio social. De modo geral, elas não apresentaram as causas das desigualdades sociais, seja por razões específicas de proposta audiovisual ou não, e também houve poucas atribuições e justificativas. Por ser um elemento sistêmico, havia motivos lógicos para suspeitar desta omissão, porém, em relação ao impedimento de funcionarem como seres humanos, apenas um terço das obras abordou esse ponto com maior profundidade, como *Cidade dos Homens*, *Antônia*, *Suburbia* e *Segunda Chamada*. Assim, as três primeiras suavizaram os obstáculos por meio de elementos dramáticos e, a última, apresenta um personagem que cometeu um crime pelo desespero de não conseguir providenciar as necessidades para a sua família, porém, em contraponto às cenas que envolvem as decisões do mendigo, a ideia de que ele tinha alternativas acaba isolando este exemplo. Portanto, a quinta hipótese é confirmada pela omissão das causas das desigualdades sociais, mas sem exemplos suficientes para determinar as justificativas e inferir correlações em relação à sua totalidade, apesar do fato de

que elas não representam empecilhos para os indivíduos funcionarem plenamente como seres humanos.

O último objetivo específico era de ordem teórico-metodológica e mirava *na contribuição de um conhecimento para o campo da Comunicação Social à luz de uma perspectiva marxista, galgada não apenas em iluminar os traços obscuros das estruturas de poder na sociedade, mas oferecer um quadro de referência para futuras pesquisas no campo*. Neste sentido, ele foi atingido pela estruturação de um modelo teórico-metodológico que conectou outras teorias para tornar a análise um processo mais objetivo e verificável. Além disso, ele permitiu que se pudesse averiguar onde as contradições representadas estão posicionadas, providenciando respostas acerca de seu apagamento em nível sistêmico e das lutas direcionadas às classes (incluindo questões de gênero, orientações sexuais, raças e etnias, embora não tenham sido foco da análise) ocorrendo em nível organizacional e situacional, iluminando as que apontam regras e jogadas na direção dos interesses das classes dominantes ou que defendem pautas para os avanços sociais. Por fim, nos estudos marxistas de mídia, os eixos da ideologia e classe são nevrálgicos na compreensão dos fenômenos relacionados às estruturas de poder, cujas ideias se encontram subjacentes à atividade midiática. Por isso, espero que esses conceitos frutifiquem mais pesquisas na área, ampliando as reflexões críticas, providenciando resultados sobre a influência midiática nas relações de dominação e esclarecendo as formas com que elas podem ser combatidas.

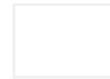
Para concluir, a televisão foi observada como o *habitat* natural da Quimera Global, a besta ideológica criada no núcleo das contingências histórico-sociais do capitalismo e dos processos ilegais que acompanharam a evolução da radiodifusão no país. Como observado, o monstro instaura a inevitável indefinição da realidade social, pois defini-la traria a plena exposição das contradições para dentro de seu universo imagético, o que inviabilizaria suas formas de existência (a ausência de críticas em nível sistêmico se deve também à sua aparência consensual). Além disso, ela relacionou e conectou as discussões como a ilustração material e fática da distorção das relações de dominação e classe, da promoção dos interesses das classes dominantes e da omissão das causas das desigualdades como condição intrínseca do capital. Isto posto, a Quimera Global reconhece as possibilidades de mudança e de resistência, pois é notório, em suas narrativas, o acompanhamento dos avanços sociais pelas jogadas em prol dos movimentos sociais. No fundo, ela

guarda a crença de que, além de serem possíveis, seus resultados são iminentes. Assim, suas três cabeças não partem de uma perversidade interna ou autogerada; elas nutrem as suas representações da composição sociopolítica e cultural do país, mas espelhando-a sob bafejadas de fogo que impõem os seus interesses de classe frente aos interesses universais e ocultam ou ignoram os elementos que oferecem obstáculos sistêmicos à sua concepção de organização social. Em suma, cumpre ressaltar que esta tese não tem a pretensão de se assumir ou viabilizar-se como um "texto-Belerofonte", apesar de defender que uma discussão acerca das questões abordadas deva sobrelevar-se acima do senso comum para que a Quimera Global ou outros monstros ideológicos sejam combatidos com flechas críticas, coerentes e lógico-argumentativas, capazes de desvendar e dissipar seus efeitos.

Ao término, permanecem as dúvidas não sanadas e ansiedades para novos estudos. Muitas lacunas deixadas em aberto, seja por transbordarem a proposta da tese ou por apresentarem complexidades que demandam ainda outras ferramentas, são a comprovação nítida de que uma pesquisa científica é um processo contínuo. Quanto às perspectivas futuras, o modelo teórico-metodológico formulado, junto aos conceitos de classe e ideologia e à metáfora das regras do jogo, podem ser levados adiante, em conjunto ou separadamente (permitindo ainda a conexão com mais teorias), em inúmeras pesquisas que visem examinar a mídia e seus produtos, tais como as investigações de filmes comerciais ou autorais, no intuito de entender a profundidade dos conteúdos sociopolíticos e prover conclusões pertinentes sobre o teor crítico em nível sistêmico; o exame das práticas e mensagens jornalísticas, baseadas na "objetividade profissional", e se elas suscitam regras e/ou jogadas que explanam seus pontos de vista acerca dos acontecimentos e da produção noticiosa; as propagandas e a publicidade, junto às suas relações intrínsecas com o mercado, podem ajudar a desvelar a posição de jogadas típicas atreladas ao consumo e em que medidas elas conseguem captar a atenção dos receptores; e mais livros, *sites* e conteúdos *online*, até mesmo outras ficções seriadas, nacionais ou estrangeiras, as quais podem envolver formas simbólicas sobre as lutas e os movimentos sociais, desvelando sentidos que iluminam as jogadas de pautas progressistas, reformistas, reacionárias, feministas, dos *queer studies*, dos movimentos negros, etc.

À guisa de um encerramento comprometido com o campo acadêmico e à minha profissão, ressalto que para tudo na vida existe a divisão entre o conhecer e o desconhecer. Pensadores, acadêmicos e intelectuais produzem o conhecimento

sobre o mundo em que vivemos a fim de entender a essência dos fenômenos para além de suas aparências. Esta é uma tarefa laboriosa, desenvolvida em prol da evolução da humanidade em suas múltiplas áreas do saber, onde alguns ainda têm o ímpeto e a satisfação de utilizar as suas inquietações para prover respostas que contribuam para os rumos de uma vida mais digna e menos desigual e injusta para todos, como os autores e autoras citados por toda a tese. Inspirando-me neles e nas suas produções acadêmicas, carregarei esta missão até o último dos meus dias.



Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ALBUQUERQUE, Afonso de. "Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentiáveis ao Jornal Nacional". In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 16, nº 2, maio/ago., 2013.

ALTHUSSER, Louis. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado". In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. "Advertência aos leitores do livro I d'O Capital". In: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo : Boitempo, 2013.

ALFORD, Robert; FRIEDLAND, Roger. **Powers of theory: capitalism, the state, and democracy**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1985.

ANDRESKI, Stanislav. **Social sciences as sorcery**. London: Ebenezer Baylis and Son, 1973.

ALVES, Cileide. "Jornais apoiam o impeachment de Dilma?". In: **Observatório da Imprensa**, nº 900, ano 21, 30 de abril de 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARBEX JR., José. "Uma outra comunicação é possível (e necessária)". In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

ARON, Raymond. **The opium of intellectuals**. New Jersey: Transaction Publishers, 2001.

ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro : Nova Aguilar 1994.

ATKINSON, Will. "Beck, Individualization and the Death of Class: A Critique". In: **British Journal of Sociology**, 58:3, pp-349–66, 2007.

AZEVEDO, Fernando. "Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político". In: **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, nº 1, pp. 88-113, abr./maio, 2006.

BARBOSA, Marialva. "Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil". In: RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.

BARTH, Hans. **Truth and ideology**. Berkeley: University of California Press, 1976.

BECK, Ulrich. "Beyond Class and Nation: Reframing Social Inequalities in a Globalizing World". In: **British Journal of Sociology**, 58:4, pp-679–705, 2007.

BECKER, Samuel. "Marxist Approaches to Media Studies: The British Experience". In: *Critical Studies in Mass Communication*, n. 1, pp.66-80, 1984.

BELL, Daniel. **The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties**. New York: Free Press, 1988.

BERGAMO, Alexandre. "A reconfiguração do público". In: RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.

BERNAYS, Edward. **Propaganda**. New York: Horace Liveright, 1928.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2004.

BLACKBURN, Robin. **Guia breve da ideologia burguesa**. Porto: Tipografia Nunes Ltda., 1974.

BOLAÑO, César. **Mercado brasileiro de televisão**. São Paulo/Aracaju: Educ, 2004.

_____. "O modelo brasileiro de regulação do audiovisual em perspectiva histórica". In: **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 4, nº 4, pp. 94-103, 2010.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOURDIEU, Pierre. "A opinião pública não existe". In: **Les Temps Modernes**, 318, 1973.

_____. "The Forms of Capital". In: RICHARDSON, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, pp. 241–58, 1986.

BRANDÃO, Cristina. "As primeiras produções teleficcionais". In: RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega, volume 1**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Mitologia grega, volume 2**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Mitologia grega, volume 3**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BRITTOS, Valério; SIMÕES, Denis. **Para entender a TV digital: tecnologia, economia e sociedade no século XXI**. São Paulo: Intercom, 2011.

BROUDY, Daniel; TANJI, Miyume. "System Security: A Missing Filter for the Propaganda Model?". In: BROUDY, Daniel; PEDRO-CARAÑANA; KLAHEHN, Jeffery. **The propaganda model today: filtering perception and awareness**. Westminster: University of Westminster, 2018.

- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BUNGE, Mario. **Chasing reality: strife over realism**. Toronto: University of Toronto Press, 2006.
- CABRAL, Eula. "Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações". In: **Revista EPTIC**, v. 17, nº 3, 2015.
- CABRAL, Eula. **Desafios das políticas de comunicação**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2019.
- CAMPBELL, Richard; MARTIN, Christopher; FABOS, Bettina. **Media & culture: mass communication in a digital age**. Boston, New York: MacMillan, 2017.
- CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre, L&PM, 1982.
- CAPP, Al. **Li'L Abner**. Princeton, WI: Kitchen Sink Press, 1992.
- CAREY, Alex. **Taking the risk out of democracy**. Sydney: University of NSW Press, 1997.
- CARVALHO, Patrícia. **Conflitos na TV digital brasileira**. Rio de Janeiro-RJ, Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2012.
- _____. "Regulação do audiovisual no Brasil: tudo outra vez de novo". In: **Revista EPTIC**, v. 17, nº 2, pp. 137-152, maio-agosto 2015.
- CARVALHO, Mariana; OLIVEIRA, Gisele. "Por que ainda precisamos falar de comunicação pública". In: **Cadernos de conjuntura das comunicações LaPCom - Ulepicc-Brasil 2021: pandemia, liberdade de expressão e polêmicas regulatórias na comunicação eletrônica**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2021.
- CHAGAS, Genira. **Na frequência do poder: radidifusão no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2011.
- CHALITA, Mansour. **Os mais belos contos da maior obra de ficção de todos os tempos: As Mil e Uma Noites**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Ltda., 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006
- _____. "Comunicação e democracia". **Paulus – Revista de Comunicação da FAPCOM**, v.1, nº 2, 2017.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 2002.

COHEN, Gerald. "The Structure of Proletarian Unfreedom". In: **Blackwell Publishing**, vol. 12, n. 1, pp.3-33, 1983.

_____. **Karl Marx's theory of history: a defence**. United Kingdom: Oxford University Press, 2001a.

_____. **Self-ownership, freedom, and equality**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2001b.

_____. **Rescuing justice and equality**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Fronteira, 1973.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do planalto: a imprensa e o poder nos anos Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CRICK, Bernard. **In defence of politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

CREEL, George. **How we advertised America: the first telling of the amazing story of the committee on public information that carried the Gospel of Americanism to every corner of the globe**. USA: Harper & Brothers, 1920.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Brasil: Coletivo Periferia, 2003.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. Ed: Ridendo Castigat Mores, 2005.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Elizabeth. **Televisão: ensaios metodológicos**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ELSTER, Jon. "Exploring Exploitation". In: **Journal of Peace Research**, nº 1, vol. XV, 1978.

_____. "Belief, Bias and Ideology". In: HOLLIS, Martin; LUKES, Steven. **Rationality and Relativism**. MIT Press, pp. 123-148, 1982.

_____. **Making sense of Karl Marx**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1999.

_____. **An introduction to Karl Marx**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2005.

EMILIANO, José. **Intervenção da imprensa na política brasileira: 1954-2014**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2015.

ENGELS, Friedrich. **Socialism: utopian and scientific**. Chicago: Charles Kerr & Company, 2012.

FERES JR., João; SASSARA, Luna. "O terceiro turno de Dilma". In: **SAÚDE DEBATE**, Rio de Janeiro, v. 40, pp.176-185, dez., 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. **Narrativas migrantes: literatura, roteiro e cinema**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 7 Letras, 2010.

FRANK, Robert. **Success and luck: good fortune and the myth of meritocracy**. Princeton : Princeton University Press, 2016.

FUCHS, Christian. **Communication and capitalism: a critical theory**. London: University of Westminster Press, 2020.

FUKUYAMA, Francis. The end of history?. **The National Interest**, n.16, pp. 3-18, 1989.

_____. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. São Paulo: Zahar, 1975.

GOFFMAN, Ervin. **Les cadres de l'expérience**. Paris: Minuit, 1974.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

GUIMARÃES, Flávia. "A regulamentação do novo modelo de telecomunicações". In: **Cadernos de conjuntura das comunicações LaPCom-Ulepice-Brasil 2021: pandemia, liberdade de expressão e polêmicas regulatórias na comunicação eletrônica**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2021.

- HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HASLUCK, Alexandra. **Thomas Peel of Swan River**. New York: Oxford University Press, 1965.
- HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HERRNSTEIN, Richard; MURRAY, Charles. **The bell curve**. New York, London: The Free Press, 1994.
- HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **A revolução francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- _____. Neoliberalismo. In: **Contexto Internacional**, v. 20, nº 1, pp-91-106, jan./jun., 1998.
- _____. "O Príncipe Eletrônico". In: **Perspectivas**, São Paulo, pp-11-29, 1999.
- JAMBEIRO, Othon. **Regulando a TV: uma visão comparativa no Mercosul**. Salvador: EDUFBA, 2000.
- JAROUCHE, Mamede. **Livro das mil e uma noites. Vol. 1, ramo sírio**. São Paulo: Globo, 2006.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.
- KINGSTON, Paul. **The Classless Society**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- LARRAIN, Jorge. **Marxism and ideology**. London: The MacMillan Press, 1983.
- LASSWELL, Harold. **Propaganda technique in the World War**. USA: University of Michigan, 1938.
- LIMA, Venício de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004a.
- _____. "Sete teses sobre mídia e política no Brasil". In: Revista USP, São Paulo, n.61, p. 48-57, março-maio, 2004b.
- _____. "Globo e Política: 'Tudo a Ver'". In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. "As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política". In: **Revista Adusp**, jan., 2008.

_____. "Da cultura do silêncio ao direito à comunicação". **Observatório da Imprensa**, ed. 669, 2011.

_____. "A direita e os meios de comunicação". In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LIPPMAN, Walter. **Public opinion**. New Jersey: Transaction Publishers, 1998.

LIPSET, Seymour Martin. **Political man: the social bases of politics**. New York: Doubleday & Company, 1960.

LOPES, Maria Immacolata. "Telenovela como recurso comunicativo". In: **Matrizes**, ano 3, nº 1 ago./dez., 2009.

_____. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MACBRIDE, Séan. **Many voices, one world: towards a new, more just, and more efficient world information and communication order**. International Commission for the Study of Communication Problems, UNESCO, 1980.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac-SP, 2000.

MACLEOD, Alan. **Propaganda in the information age: still Manufacturing consent**. London and New York: Routledge, 2019.

MARKOVITS, Daniel. **The meritocracy trap: how America's foundational myth feeds inequality, dismantles the middle class, and devours the elite**. New York: Penguin Press, 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍNEZ, Ángela. "A concentração dos meios de comunicação em sociedades democráticas: perigo para a liberdade de expressão ou condição de subsistência?". In: **Cadernos Adenauer VIII**, Rio de Janeiro, nº 4, 2008.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, col. "Os economistas", 1982.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo : Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MCCHESENEY, Robert. **Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times.** New York: The New Press, 2015.

MCLELLAN, David. **Ideology.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

_____. **The thought of Karl Marx: an introduction.** London: The MacMillan Press, 1992.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. "Proprietários da Mídia". **Intervozes: Coletivo Brasil de Comunicação Social**, s/a.

MELO, José Marques de. **Televisão brasileira: 60 anos de ousadia, astúcia, reinvenção.** São Paulo: UMESP de Comunicação, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. "A Eleição Visível: A Rede Globo Descobre a Política em 2002". In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, nº 2, pp. 289-310, 2003.

MORAES, Dênis de. **Crítica da mídia & hegemonia cultural.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faber, 2016.

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopolística à democratização da informação.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MORETZSOHN, Sylvia. "Mídia, "opinião pública" e as possibilidades de um novo senso comum". In: **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

_____. "A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida". In: FEIXO, Adriano de; RODRIGUEZ, Thiago. **2016: o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, pp.116-141, 2016.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da Constituinte: Interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2019.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OBITEL. **Ficção televisiva Ibero-americana em tempos de pandemia**. LOPES, Maria Immacolata (org). Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2021.

PAKULSKI, Jan; WATERS, Malcolm. **The death of class**. London: Sage, 1996.

PARKIN, Frank. **Marxism and class theory: a bourgeois critique**. USA: Columbia University Press, 1979.

PAXSON, Peyton. **Mass communications and media studies: an introduction**. London, New York: The Continuum International Publishing Group Ltd., 2010.

PIERANTI, Octávio. "A radiodifusão pública é "cara demais"? Uma avaliação do orçamento da EBC". In: **Eptic On-Line** (UFS), v. 22, pp. 6-23, 2020.

POE, Edgar Allan. **Histórias Extraordinárias**. Victor Civita, 1981.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 2001.

PRIOLLI, Gabriel. "Vinte velhinhas para a Rede Globo". In: **Lua Nova**, 1 (4), mar., 1985.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria**. São Paulo: Ícone, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and social democracy**. New York: Cambridge University Press, 2002.

RAMOS, Murilo. **Às margens da estrada do futuro: comunicações, política e tecnologia**. Coleção FAC – Brasília: Editorial Eletrônica, 2000.

_____. "A força de um aparelho privado de hegemonia". In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005b.

RAMONET, Ignacio. "Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?". In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopolística à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor. "A renovação estética da TV". In: RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.

RIDING, Alan. "Rio Journal: One Man's Political Views Color Brazil's TV Eye". In: **The New York Times**, 12 jan., 1987.

ROEMER, John. **A general theory of exploitation and class**. USA: Harvard College, 1982a.

_____. "New directions in the Marxian theory of exploitation and class". **Politics & Society**, 11, n. 3, pp-253-87, 1982b.

_____. **Equality of opportunity**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

_____. **Political competition, theory and applications**. USA: Harvard College, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução: Rolando Roque da Silva. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, s/a.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brazil: neoliberalism versus democracy**. London: Pluto Press, 2018.

SANDEL, Michael. **The tyranny of merit: what's become of the common good?**. USA: Penguin Random House, 2020.

SANTOS, Suzy dos; CAPARELLI, Sérgio. "Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito". In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

SCHULTZ, Robert. **Edward Gibbon Wakefield and the development of his theory of "systematic colonization"**. Dissertation (Master's in History). USA: College of Graduate Studies, University of Omaha, 1965.

SCOTT, John. "Class, Status and Command: Towards a Theoretical Framework". In: **Hitotsubashi Journal of Social Studies**, vol. 29, n. 2, pp. 73-89, 1997.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 2001.

SERRANO, Pascual. "Democracia e liberdade de imprensa". In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da**

concentração monopolística à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, Ltda., 1978.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe : entenda como e porque você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. **A classe média no espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STEGER, Manfred; ROY, Ravi. **Neoliberalism: a very short introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

STEPHANIDES, Menelaos. **Teseu, Perseu e outros mitos.** São Paulo: Odysseus, 2016.

THERBORN, Göran. **Science, class and society: on the formation of sociology and historical materialism.** London: Lowe and Brydone, 1976.

_____. **What does the ruling class do when it rules?.** Great Britain: Lowe & Brydone Printers Ltd., 1978.

_____. **The ideology of power and the power of ideology.** Great Britain: Verso Editions, 1980.

_____. **The killing fields of inequality.** Cambridge: Polity Press, 2013.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TUROW, Joseph. **Media today: mass communication in a converging world.** New York, London: Routledge, 2020.

TYE, Larry. **The father of spin: Edward L. Bernays & the birth of public relations.** New York: Crown Publishers, 1998.

UNESCO. **Many voices, one world: towards a new more just and more efficient world information and communication order.** Kogan Page, London/Unipub, New York/Unesco, Paris, 1980.

VAN PARIJS, Philippe. **Marxism recycled.** New York: Cambridge University Press, 2009.

VIEIRA, Fernando Antônio. **Navegando contra a maré: a relação entre o MST e a mídia.** Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

WACQUANT, Loïc. **Les Prisons de la misère**. (Paris, Editions du Seuil, 1999). Traduzido para a versão brasileira por André Telles. Coletivo Sabotagem, 2004.

WAKEFIELD, Edward. **England and America: a comparison of the social and political state of both nations**. London, 1833.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WILSON, Julie. **Neoliberalism**. New York, London: Routledge, 2018.

WRIGHT, Erik. O. **Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism**. London, New York: Verso, 1994.

_____. **Class counts**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

_____. **Understanding class**. London, New York: Verso, 2015.

_____. **How to be an anticapitalist in the twenty-first century**. London, New York: Verso, 2019.

WRIGHT, Erik Olin; ROGERS, Joel. **American society: how it really works**. Madison: University of Wisconsin, 2015.

WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. **Reconstructing Marxism: Essays on Explanation and the Theory of History**. USA: Verso, 1992.

YOUNG, Michael. **The rise of the meritocracy 1870-2033: an essay on education and equality**. Victoria, Australia: Penguin Books, 1961.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis notas à margem**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2009.

ZOLLMANN, Florian. "Bringing Propaganda Back into News Media Studies" In: **Critical Sociology**, 1-17, pp.1-17, 2017.

_____. "A propaganda model for the twenty-first century: structure-agency dynamics and the intersection of class, gender and race" In: **Propaganda in the information age: still Manufacturing consent**. London and New York: Routledge, 2019.